



QUALISalvador

Qualidade do Ambiente Urbano na Cidade da Bahia

SEGUNDA EDIÇÃO

Elisabete Santos • Tânia Benevides • Patrícia Campos Borja
Luiz Roberto Santos Moraes • Nilce de Oliveira • Julio Cesar Pedrassoli
Joilson Souza • Cintia Mendes Gama • Fátima Fróes ORGANIZADORES



EDUFBA

Este livro é fruto do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador), esforço interinstitucional de uma rede de pesquisadores de universidades públicas, cujo objetivo é refletir sobre a Cidade da Bahia na escala intraurbana, no contexto de flexibilização produtiva, de acirramento da crise urbano-ambiental e de desconstrução de conquistas de gestão democrática das cidades.

O estudo fundamenta-se nos conceitos de qualidade urbano-ambiental, espoliação urbana, mais-valia fundiária e gentrificação – todos perpassados pelas dimensões de classe, raça e gênero. A principal fonte de dados foi pesquisa realizada em 15.260 domicílios amostrados em 160 bairros, distribuídos nas bacias hidrográficas e de drenagem natural, sendo um dos seus resultados um sistema de indicadores e o Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador).

O QUALISalvador associa dados qualitativos e quantitativos, revelando uma situação de profunda desigualdade intraurbana. Os bairros classificados em melhor condição estão localizados na Área Urbana Consolidada e na Orla Atlântica, enquanto os classificados em pior situação estão no Subúrbio Ferroviário e no Miolo de Salvador. O estudo indica também acentuada degradação urbano-ambiental das bacias hidrográficas e de drenagem natural.

A qualidade do ambiente urbano em Salvador é impactada por degradação da cobertura vegetal e das águas, aumento da temperatura de superfície, pobreza, desigualdade de acesso a saneamento básico, serviços, equipamentos urbanos e bens culturais, bem como exposição a situações de riscos, insegurança alimentar e insegurança pública. O QUALISalvador é, enfim, um convite ao aprofundamento da reflexão sobre os desafios da vida na cidade de Salvador neste começo de século.

QUALISalvador

Qualidade do Ambiente Urbano na Cidade da Bahia

SEGUNDA EDIÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Escola de Administração (EAUFBA)

Diretor João Martins Tude

Escola Politécnica (EPUFBA)

Diretora Tatiana Bittencourt Dumê

Escola de Nutrição (UNUFBA)

Diretora Luciara Leite Brito

Faculdade de Medicina da Bahia (FMB-UFBA)

Diretor Luis Fernando Fernandes Adan

Instituto de Geociências (IGEO-UFBA)

Diretora Olívia Maria Cordeiro de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Reitor José Bites de Carvalho

Departamento de Ciências Humanas (DCH-I/UNEB)

Diretor Márcio Santos Sampaio

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Reitor Evandro do Nascimento Silva

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb)

Presidente Márcio Gilberto Cardoso Costa

Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa)

Presidente Rogério Costa Cedraz

Diretoria Técnica e de Planejamento - Embasa

Diretor César Silva Ramos

Diretoria de Operação da Região Metropolitana de Salvador (RMS) - Embasa

Diretor Carlos Ramirez Magalhães Brandão

Equipe de professores-pesquisadores

Maria Elisabete Pereira dos Santos (EAUFBA) – coordenação
Tânia Moura Benevides (UNEB) – coordenação
Maria Leny Souza Oliveira (UEFS) – coordenação (*in memoriam*)
Patrícia Campos Borja (EPUFBA) – coordenação
Luiz Roberto Santos Moraes (EPUFBA) – coordenação
Nilce de Oliveira (ENUFBA) – coordenação
Julio Cesar Pedrassoli (EPUFBA) – coordenação
Cintia Mendes Gama (ENUFBA) – coordenação
Joilson Rodrigues de Souza (UFBA) – coordenação
Maria de Fátima Fróes Souto Maior (UFBA) – coordenação
Cláudia Bacelar Batista (FMB-UFBA) – coordenação
Maria de Fátima Diz Fernandes (FMB-UFBA)
Paulo Cesar Zangalli Júnior (IGEO-UFBA)
Grace Bungenstab Alves (IGEO-UFBA)
Andrea Andrade Prudente (IME-UFBA)
Renata Alvarez Rossi (EAUFBA)
Felipe Tumenas Marques (EAUFBA)
Almerinda Andréa Pontes Silva Gomes (UNEB)

Participação

Telma Côrtes Quadros de Andrade (FAUFBA)
Jussana Maria Fahel Guimarães Nery (FAUFBA)
Tereza Maria Moura Freire (FAUFBA)
Heliana Faria Metting Rocha (FAUFBA)
Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva (EAUFBA)
Simone Maria Lima de Carvalho (EAUFBA)
Élvia Miriam Cavalcanti Fadul (UNIFACS/UFBA)
Joice Genaro Gomes (USP)
Melquiades Augusto Pimenta Neto (UFBA)
Mikhail Martinez Barreto (UFBA)

Elba Guimarães Veiga (PMS)

Pesquisadores coordenadores de campo

Alei Fernandes Santos (FCEUFBA)
Angélica Olímpia de Oliveira Santos (UNEB)
Giselle Ramos Coutinho (ENUFBA)
Neila Lima Branco (IGEO-UFBA)
Rosana Pereira Rozeno (UNEB)
Rossana Alcântara Santos (EAUFBA)
Saara de Carvalho Boteon (EPUFBA)
Silvana Oliveira da Silva (ENUFBA)

Comunicação e criação

Angélica Olímpia de Oliveira Santos (UNEB)
Daiana Consuelo da Silva (UNEB)
Danilo Augustin Fuentes Querino (UNEB)
Matheus Coutinho Leal (UNEB)
Rosana Pereira Rozeno (UNEB)
Tiales dos Santos Nascimento (UNEB)

Grupo de geoprocessamento e banco de dados

Julio Cesar Pedrassoli (EPUFBA) – coordenação
Patrícia Campos Borja (EPUFBA) – coordenação
Daniel Moraes (EPUFBA)
Lucas Góes Passos de Carvalho (EPUFBA)
Rossana Alcântara Santos (EPUFBA)
Saara de Carvalho Boteon (EPUFBA)
Giselle Ramos Coutinho (ENUFBA)
Juvenal Bruno Andrade da Silva (EAUFBA)
Laercio Souza dos Santos (FAUFBA)
Lorena Nizama Borges (EPUFBA)
Matheus Maurício Oliveira Conceição (EAUFBA)

Tássio Santos Silva (FDUFBA)

Bolsistas de iniciação científica - UFBA

Anny Miranda Paraguassú

Arthus Torres de Souza

Caisusca Uzeda Gomes Silva

Cibele Sousa Coelho

Danielle Moreira de Oliveira

Fernanda da Silva Muniz

Geisiane Souza Barreto

Ícaro Andrade Carias

Jadine Cerqueira da Cruz

Jeirlaine de Oliveira Silva

Jéssica Caila M. Batista

Jéssica Oliveira

Juliana Gomes de Barros

Juvenal Bruno Andrade da Silva

Laercio Souza dos Santos

Lorena Nizama Borges

Lorene Rodrigues Ramos

Luana Pereira Alves

Lucas Goes Passos de Carvalho

Maria Vitória Santos do Nascimento

Mateus da Silva Santos

Matheus Maurício Oliveira Conceição

Maurício Henrique Smith Freire Le

Nelly dos Santos Barroso

Ronaldo Xavier de Assis

Silvana Oliveira da Silva

Tâmara Cerqueira da Silva Oliveira

Tamires Lima Coutinho

Tássio Santos Silva

Tainara Souza Nascimento

Wilson Nunes da Silva

Bolsistas de iniciação científica - UNEB

Aline Pauliana Soares Ferreira Lima

José Flávio dos Santos Passos

Lavinia Silva dos Santos

Leonardo Mitsuo Watanabe Magalhães

Luciana Araújo de Carvalho

Queziane Ribeiro Oliveira

Pesquisadores de campo

Adriele Cerqueira Marques (UNEB)

Alana de Almeida Santos (UFBA)

Alessandro da Silva Ribeiro (UFBA)

Aline Pauliana Soares Ferreira Lima (UNEB)

Alisson Bispo de Jesus (UFBA)

Ana Caroline Ferreira da Silva (UNEB)

Ana Liz Rocha Sandes (UFBA)

Anderson Silva Santos (UNEB)

André Luís Saback Cohin (UFBA)

André Luís Santos Silva (UNEB)

Andreanne Pereira Bastos Fabel (UFBA)

Andressa Santos Correia da Silva (UFBA)

Antônio dos Santos Filho (UNEB)

Aymê Cristina Almeida da Mota (UFBA)

Beatriz Vieira de Araújo (UFBA)

Bruno da Conceição Santana (UFBA)

Camila de Araújo Vale (Área 1)

Carine dos Santos (UFBA)

Carol Mônaco Rondon (UFBA)

Caroline Santos Cardoso (UFBA)
Cassia Bacelar dos Santos (UNEB)
Cassio Mendes Borges (UNEB)
Cauan Calile Costa Moreira (UFBA)
Cauane dos Santos Francisco (UNEB)
Clara Mariah Ribeiro Dantas (UFBA)
Cleomar Silva dos Santos (UNEB)
Cristina Teresa Bispo dos Santos (UNEB)
Daiana Consuelo da Silva (UNEB)
Daniel Santos de Jesus (UNEB)
Danilo Augustin Fuentes Querino (UNEB)
Deisiane Alves Gonçalves (UFBA)
Denise de Souza (UFBA)
Dilaila da Paixão dos Santos (UFBA)
Eloá de Jesus dos Santos (UNEB)
Emily Larissa Saldanha Pereira (UFBA)
Erica Suellen Lopes dos Santos (UFBA)
Evanildo de Jesus Cordeiro (UFBA)
Fabiane Araújo dos Santos (UFBA)
Francisco Assis dos Anjos Neto (UNEB)
Gabriel Sampaio Medeiros (UNEB)
Gabriela Salustiano Santana (UFBA)
Giovane Lucas Caldas (UFBA)
Giselle Ramos Coutinho (UFBA)
Gislene Esquivel de Silveira (UFBA)
Gleinevan Pereira dos Santos (UFBA)
Guilherme Santos Lima (UFBA)
Hugo Vigas Santos (UNEB)
Jamile Souza (UFBA)
Jardel Sales da Cruz (UNEB)
Jéssica Araújo da Silva (UNEB)

Jéssica Brenda Santos Cordeiro (UFBA)
Jéssica Duarte Cardoso Nascimento (UNEB)
Jéssica Kelly Bezerra Correa (UFBA)
Jéther Santos (Área 1)
João Paulo de Jesus dos Santos (UNEB)
Joice Ribeiro de Jesus (UFBA)
José Lucas Costa Oliveira (UFBA)
Joseilton Ferreira do Nascimento (UNEB)
Jovino José dos Santos (UNEB)
Juliana Coelho Ramos (UFBA)
Juliana de Castro Braz (UNEB)
Kezia de Alcantara Pereira da Silva (UNEB)
Larissa Bispo dos Santos (UFBA)
Leonardo Mitsuo Watanabe Magalhães (UNEB)
Letícia Gomes Santos (UNEB)
Lorena dos Santos Pattas (UFBA)
Lorena Vitória Góes Coutinho (UFBA)
Lúcia Silva Araújo (UFBA)
Luciana Araújo de Carvalho (UNEB)
Lude Nazário Ferreira (UNEB)
Mailson Silva Barreto (UNEB)
Maria Beatriz Moreira Pereira (UFBA)
Maria Carolina Lopes (UNEB)
Marisa Balthazar dos Santos (UFBA)
Marla Lorrani Santos (UFBA)
Matheus Coutinho Leal (UNEB)
Matheus Guimarães Fontes (UNEB)
Olga Hiarião Rocha (UFBA)
Patrícia de Santana Lima (UFBA)
Pietra de Cerqueira Crelick (UFBA)
Priscila Conceição de Souza (UFBA)

Qeise De Deus da Hora (UFBA)
Rachel Luiza Santos Moura (UFBA)
Raissa Gonçalves Ribeiro (UFBA)
Rávila Catarine De Deus Da Hora (UFBA)
Ricardo Arcanjo Alves (UNEB)
Romulo Meireles dos Santos Guimarães (UFBA)
Sara Santos de Paiva (UFBA)
Saron Souza dos Santos Damasceno (UFBA)
Saulo Brendo Alves de Jesus (UFBA)
Sérgio Correia da Silva (UFBA)
Sidney Costa da Cruz (UNEB)
Silvana Trinchão Costa (UFBA)
Susana Ribeiro Moreira (UFBA)
Suzany Varela Felix (UFBA)
Tairine Alberta de Souza (UFBA)
Tairine Brito dos Santos Mendes (UNEB)
Taizer Cruz Santos (UFBA)
Tamires Lima Coutinho (UFBA)
Tatiane Ferreira (UFBA)
Tauan dos Santos Carmo (UFBA)
Thaiz Ferraz de Mello (UNEB)
Tiales dos Santos Nascimento (UNIME)
Vanessa Alves Leite (UFBA)
Vanessa Cerqueira Ribeiro (UNEB)
Victor Silva Gomes (UFBA)
Vinícius da Silva de Oliveira (UFBA)
Vinícius de Almeida de Santana (UNEB)
Vitor Santos de Oliveira (UFBA)
Vitor Ribeiro das Neves (UFBA)
Vitória Silva Santos (UFBA)
Viviane dos Reis e Silva (UNEB)

Wilson Lucas Silva de Souza Pimenta (UFBA)
Yuri de Jesus Santos (UFBA)

Lideranças de bairro

Florisvaldo Souza Ribeiro
Ualace Patrique Souza de Oliveira
Douglas Tavares dos Santos
Rejandir Cardoso Rigueira
Fernando José da Silva
Márcia Jesus dos Santos
Orlando Cesar Souza da Silva
Maria da Paz Lima dos Santos
Deivison Barros de Araújo
Nilton Jorge Santos

Embasa

Terezinha Loiola da Cruz Souza
Viviane Silva Vasconcelos
Golde Maria Stifelman
Flávia Barbosa Souza
Thiago Hiroshi de Oliveira
Helder Guimaraes Aragão
José Aluizio Gonzaga da Silva
Flávio Corrêa Lordello
Júlio César Rocha Mota
Maria Glericea Souza Baptista
Alisson Meireles Brandão
Ivan Luis Barbalho Maia
José Enrique Lago Iglesias
Cristina Vieira Machado
Gicelma Rodrigues dos Santos
Danielle Barreto Lago

Geusa Mara da Costa Sales
Karla Guimarães de Menezes Barretto
Josineide Silva da Costa

Fapesb

Karine Oliveira Botelho

Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex)

Maria José do Sacramento Lima

Colaboração

Manu Dias - fotógrafo

Carlos Duarte Santos Filho e Abinei Borges Santana - apoio da UNEB

Jorge Ferreira Batista da Conceição - apoio da UFBA

Antonio José da Cruz Junior Magalhães - coordenação de prefeituras-bairro da Prefeitura Municipal de Salvador

Ana Paula Andrade Matos Moreira - Secretária de Articulação Comunitária e prefeituras-bairro da Prefeitura Municipal de Salvador

Ian Marine - sub-prefeito da Prefeitura-Bairro do Centro/Brotas da Prefeitura Municipal de Salvador

Florisvaldo Souza Ribeiro - presidente do Conselho de Bairros da Prefeitura-Bairro do Centro/Brotas da Prefeitura Municipal de Salvador

Ary Blasquez Olmedo - presidente do Conselho de Bairros da Prefeitura-Bairro de Itapuã

Maria de Fátima Barreto da Silva - assessora da Diretoria de Operações da Limpurb

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Estado da Bahia



2022, autores.

Direitos dessa edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e projeto gráfico

Gabriel Cayres

Foto da capa

Manu Dias

Revisão

Mariana Rios

Normalização

Sandra Batista

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

Q1 QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia /
Elisabete Santos ... [et al.], organizadores. - 2. ed. -Salvador: Edufba,
2022.
E-book (533 p.) : il. ; PDF (26.1 Mb).

ISBN: 978-65-5630-288-1

1. Ambiente urbano – pesquisa – Salvador (BA). 2. Espaço urbano
– aspectos sociais. 3. Serviços de utilidade pública. 4. Qualidade de vida –
indicadores sociais. I. Santos, Elisabete. II. Título: qualidade do ambiente
urbano na cidade da Bahia.

CDU: 711.42: 364

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à



EDITORA DA UFBA

Rua Barão de Jeremoabo s/n – Campus de Ondina

40170-115 – Salvador – Bahia Tel.: +55 71 3283-6164

www.edufba.ufba.br

edufba@ufba.br

Elisabete Santos • Tânia Benevides • Patrícia Campos Borja
Luiz Roberto Santos Moraes • Nilce de Oliveira • Julio Cesar Pedrassoli
Joilson Souza • Cintia Mendes Gama • Fátima Fróes ORGANIZADORES

QUALISalvador

Qualidade do Ambiente Urbano na Cidade da Bahia

SEGUNDA EDIÇÃO

Salvador
Edufba
2022

*A Salvador,
cidade singular que nos acolhe,
em suas desigualdades
e diferenças.*

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a cada morador da cidade de Salvador que nos recebeu com generosidade e alegria, que abriu suas portas para responder ao nosso questionário com mais de 60 perguntas, que nos ofereceu um copo d'água, nos convidou para tomar um café e disse-nos que assim o fazia pois acreditava que a nossa pesquisa poderia ajudar a melhorar a nossa cidade.

Às lideranças de bairros que nos acompanharam pelas ruas da cidade.

Às prefeituras-bairro da Prefeitura Municipal de Salvador, à sua coordenação, aos subprefeitos, aos conselhos e conselheiros de bairros, lideranças de bairros, diretores e coordenadores das unidades de saúde, de educação e às organizações da sociedade que abriram suas portas para a universidade.

Aos nossos alunos, alunas, pesquisadores e pesquisadoras, cidadãos desta cidade que, curiosos, sedentos de conhecimento, às vezes cansados, mas sempre alegres, são a promessa de um futuro melhor para Salvador e para nosso país.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), por compreenderem a importância da pesquisa na construção da cidadania e da qualidade do ambiente urbano e por tornarem essa aventura possível. A Rui Ferreira dos Santos, diretor do Centro de Pesquisa em Ambiente e Sustentabilidade (Cense) da Universidade Nova de Lisboa (UNL); a Paula Antunes, coordenadora da área de Economia Ecológica e Gestão Ambiental do Cense/UNL; e à equipe da Edufba, pela competência na produção deste livro.

À teimosia de todos nós, da universidade pública, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em fazer pesquisa!

Aos nossos colegas de labuta e aos amigos que se empenharam e se agoniaram conosco, preocupados em fazer desta pesquisa algo relevante para a cidade.

A todos, o nosso profundo agradecimento!

SUMÁRIO

19 **Apresentação da segunda edição**

21 **Apresentação**

31 **Ambiente urbano e Cidade da Bahia no século XXI**

Elisabete Santos

Nilce de Oliveira

Patricia Campos Borja

Luiz Roberto Santos Moraes

Paulo C. Zangalli Jr.

Tânia Benevides

Tássio Santos Silva

Wilson Nunes

61 **Viver em Salvador: o Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)**

Patricia Campos Borja

Elisabete Santos

Luiz Roberto Santos Moraes

Nilce de Oliveira

Julio Cesar Pedrassoli

Paulo C. Zangalli Jr.

Grace B. Alves

Tânia Benevides

Cintia Mendes Gama

Cláudia Bacelar

Fátima Fróes

Fátima Diz

Joilson Souza

Renata Alvarez Rossi

Felipe Tumenas Marques

Laercio Santos

Giselle Ramos Coutinho

Tássio Santos Silva

- 99 O verde, o clima e a desigualdade socioambiental em Salvador**
Rossana Alcântara Santos
Neila Lima Branco
Julio Cesar Pedrassoli
Paulo C. Zangalli Jr.
Matheus Maurício Oliveira
- 129 A cidade que não combina com a chuva: risco e vulnerabilidade em Salvador**
Paulo C. Zangalli Jr.
Grace B. Alves
- 155 Salvador: ecos da escravidão e da desigualdade em uma economia periférica**
Almerinda Gomes
Elisabete Santos
Joilson Souza
Bruno Andrade
Mateus Santos
Maurício Freire
- 191 Cartografia do habitar em Salvador**
Julio Cesar Pedrassoli
Laercio Santos
Mateus Santos
- 211 Olhares interseccionais sobre a qualidade do ambiente urbano nos bairros de Salvador**
Renata Alvarez Rossi
Silvana Oliveira da Silva
Maria Vitória Nascimento
- 239 Águas, resíduos e lugares na cidade de Salvador**
Patrícia Campos Borja
Luiz Roberto Santos Moraes
Saara de Carvalho Boteon
- 317 De um lado esse Carnaval, de outro a fome total? Uma análise da segurança e insegurança alimentar na capital da Bahia**
Silvana Oliveira da Silva
Giselle Ramos Coutinho
Cintia Mendes Gama
Nilce de Oliveira
- 343 Segurança e insegurança na cidade de Salvador**
Tânia Benevides
Tássio Santos Silva
Jéssica Oliveira
Lavinia Santos
Maurício Freire
Aline Pauliana Lima
Angélica Olímpia Santos
Leonardo Magalhães
José Flávio Passos

371 Salvador: guia de ruas e revelações

Fátima Fróes

Tássio Santos Silva

**399 Salvador: a cidade e seus bairros
sob o olhar dos pesquisadores**

Nilce de Oliveira

Tássio Santos Silva

427 A importância dos indicadores locais

Felipe Tumenas Marques

**441 Anotações sobre o conceito de
qualidade do ambiente urbano**

Elisabete Santos

Patrícia Campos Borja

Luiz Roberto Santos Moraes

**469 Os caminhos da construção do Índice de Qualidade
Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)**

Patrícia Campos Borja

Elisabete Santos

Julio Cesar Pedrassoli

Joilson Souza

Luiz Roberto Santos Moraes

Laercio Souza

Saara de Carvalho Boteon

Lucas Carvalho

Andrea Andrade Prudente

525 Sobre os autores

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO

Estamos apresentando a segunda edição do nosso livro *QUALISalvador*, lançado em setembro de 2021. A iniciativa de produzir uma nova edição se justifica pelo acolhimento da publicação como também pela necessidade da equipe do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador) de ajustar e acrescentar novos dados relativos ao Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador) na escala intraurbana. Os acréscimos e ajustes consistem no seguinte: primeiro, nesta edição, foi incorporada a relação com os dados do IQUASalvador, por bairro e conforme as várias dimensões que compõem o referido índice; segundo, foram ajustados os dados relativos à dimensão físico-natural, o que implica a mudança da categorização de 44 bairros, entre os 160 estudados. Essas modificações estão apresentadas

nos capítulos “Viver em Salvador: o Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)” e “Os caminhos da construção do Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)”. A equipe QUALISalvador continua a explorar o vasto banco de dados produzido pela nossa pesquisa e tem o compromisso de apresentar novos estudos sobre a qualidade do ambiente urbano, como também de discutir seus resultados com a nossa cidade.

APRESENTAÇÃO

Este livro é um dos resultados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador), projeto de pesquisa feito por muitas, muitas mãos. É fruto de muitos encontros, de distintos olhares e percepções sobre a cidade. Ao tentar compreender Salvador, de forma deliberada e às vezes inadvertida, fomos levados a passear por vários campos do conhecimento. Ainda que o conhecimento especializado seja obrigatório, a cidade se apresenta por inteiro ao pesquisador, ao cidadão, solicitando, assim, uma abordagem interdisciplinar. A cidade é, em cada tempo histórico, construção humana, natureza, interação social, criação e destruição, lugar onde se expressam as contradições e os conflitos, espaço de inclusão e exclusão; enfim, emaranhado complexo, vivido e percebido de forma diferenciada pelos que

a transformam em espaço de vida e de morte, de luta, e em objeto de estudo.

Um dos méritos do projeto e desta publicação é o fato de se constituir em uma experiência coletiva, que congregou pesquisadores de vários campos do conhecimento, sendo, portanto, um exemplo da urgência de ruptura de campos disciplinares que solitariamente não conseguem compreender a realidade, as contradições da cidade nos tempos atuais. Somos em torno de 200 professores e pesquisadores, com as mais distintas formações: engenheiros, sociólogos, nutricionistas, médicos, administradores, arquitetos, economistas, estatísticos e geógrafos; estudantes dos mais distintos cursos de graduação, mestrado e doutorado

“Uma forma cômoda de travar conhecimento com uma cidade é procurar saber como se trabalha, como se ama e como se morre. Na nossa pequena cidade, talvez por efeito do clima, tudo se faz ao mesmo tempo, com o mesmo ar frenético e distante. Quer dizer que as pessoas se entediam e se dedicam a criar hábitos. Nossos concidadãos trabalham muito, mas apenas para enriquecer. Interessam-se principalmente pelo comércio e ocupam-se, em primeiro lugar, conforme sua própria expressão, em fazer negócios. Naturalmente, apreciam prazeres simples, gostam das mulheres, de cinema e de banhos de mar. Muito sensatamente, porém, reservam os prazeres para os domingos e os sábados à noite, procurando, nos outros dias da semana, ganhar muito dinheiro. [...] Dirão sem dúvida que nada disso é característico de nossa cidade e que, em suma, todos os nossos contemporâneos são assim. Sem dúvida, nada há de mais natural, hoje em dia, do que ver as pessoas trabalharem de manhã à noite e optarem, em seguida, por perder nas cartas, no café e em tagarelices o tempo que lhes resta para viver. Mas há cidades e países em que as pessoas, de vez em quando, suspeitam que exista mais alguma coisa. Isso, em geral, não lhes modifica a vida. Simplesmente, houve a suspeita, o que já significa algo. Ora, pelo contrário, é uma cidade aparentemente sem suspeitas, quer dizer, uma cidade inteiramente moderna”. (CAMUS, 1997, p. 3)

da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na busca de marcos teóricos que possam auxiliar na compreensão da cidade na contemporaneidade e que possam, ainda, produzir conhecimento que contribua para a construção de cidades e sociedades democráticas, no sentido mais radical que esse termo pode ter e na perspectiva do bem-viver de todos.

A cidade contemporânea se estende ao infinito. Ainda que segregada, partida, do ponto de vista ontológico, teórico e epistemológico, não existem muralhas a circunscrevê-la. (ROLNIK, 2015) O capitalismo financeirizado desterritorializa e intensifica fluxos, e isso tem um significado particular na cidade em tempos de neoliberalismo, em suas várias vertentes, com consequências ontológicas, práticas, teóricas e epistemológicas profundas. Se, por um lado, a cidade é vivida e percebida por seus cidadãos como um espaço de integração, um lugar seguro e protegido, onde os diferentes se encontram, por outro, é também experienciada como o lócus da desigualdade, da exclusão, da segregação entre raças, etnias, entre pobres e ricos, religiões e ofícios. (ROLNIK, 2017; SECCHI, 2020) Na cidade de Salvador, a diferença se converte em desigualdade de modo profundamente violento. Marcada por um passado escravista e inserção periférica no capitalismo financeirizado, Salvador é um exemplo hodierno de como a vida moderna é atravessada pela desigualdade – no cotidiano da labuta pela sobrevivência, enfim, na vida e na morte.

Um dos desafios teóricos do debate sobre ambiente urbano é identificar, com a necessária clareza, a natureza, a escala dos processos de produção e reprodução da cidade; é pensar a questão urbana em condições nas quais a fronteira entre campo e cidade esmaece, e a cidade, a sociedade, coloca questões de difícil compreensão. A reflexão sobre a cidade em contexto de radicalização neoliberal coloca, mais uma vez, no centro do debate questões

clássicas, como a relação entre Estado e sociedade, entre Estado e o urbano. Antes, como hoje, essas relações parecem-nos fugidias, como bem diz Francisco de Oliveira em trabalho seminal, datado do começo dos anos de 1980, ao questionar a natureza da relação entre o Estado e o urbano no capitalismo monopolista de então e, de agora, marcadamente flexível e financeirizado. Guardadas as devidas especificidades históricas, a resposta sugerida por Oliveira (2013) a essa questão nos anos 1980 permanece, mais do que nunca, atual: o Estado é o árbitro dos processos de acumulação de capital, da distribuição do excedente produzido socialmente, o centro da regulação das relações entre capital e trabalho, priorizando, em seus investimentos na cidade, demandas de classes, segmentos de classe e territórios privilegiados.

Poder-se-ia argumentar que essa formulação não contempla os múltiplos significados do avanço e recuo do Estado em determinados âmbitos da vida social, que não reconhece conquistas recentes na democratização da gestão das cidades, do país, na redução da pobreza e na ampliação do direito à cidade. Além disso, em contextos de permanente crise de paradigma – a realidade sempre coloca questões que a teoria não consegue responder, ao menos de forma plenamente satisfatória –, de fragmentação, de elogio exacerbado ao local e à experiência e vivência particulares, sempre somos tentados a estabelecer contrapontos entre teoria e realidade, entre o conhecimento até então estabelecido e as “novas” questões urbanas.

Ao debruçarmo-nos sobre Salvador, reacende-se a convicção de que, às vezes, muito do que a literatura mais recente qualifica como “novas” questões urbanas são, na verdade, as questões de sempre materializadas em condições históricas diferentes. Como registram Vera da Silva Telles e Robert Cabanes (2006) ao analisar o cotidiano em São Paulo, a produção, a circulação da riqueza, as mudanças nos processos de produção de valor, no mundo do

trabalho e na sociabilidade, das estruturas familiares e domésticas, vivências urbanas, os embates em torno dos usos e abusos dos espaços públicos, as diferenças em termos de escalas, que têm transformado o tempo, o espaço, o ritmo da vida urbana, mudam a vida na cidade. Certamente, estamos diante de transformações, mas também de permanências – ao menos no sentido mais substantivo do termo. Isso porque a radicalização de princípios da modernidade nos tempos de hoje, que muda aspectos e feições dos processos de produção social, realiza, de forma substantiva, princípios e fundamentos que, infelizmente, permanentemente se atualizam.

Não resta dúvida de que temos a tarefa teórica de superar toda e qualquer tentativa de explicação apriorística e dual das nossas cidades. É sempre salutar a tentativa de fugir de conceitos predefinidos e deixar-se surpreender pela realidade; porém, é preciso preocupar-se em não dissociar vida e estrutura, conceito e realidade. Nesse sentido, Salvador, com suas peculiaridades, vivências e trajetórias, reproduz processos que são comuns a muitas das nossas cidades, as cidades latino-americanas, com o agravante do retorno, radicalizado, de modelos de desenvolvimento neoliberais em contextos de autoritarismo, de hegemonia de forças políticas situadas à direita na arena política nacional e internacional – o que agrava o estrutural e secular problema da desigualdade. Em verdade, ao refletirmos sobre o ambiente urbano, deparamo-nos com embates, com disputas entre interesses públicos e privados em torno da cidade, com as opressões de classe, de gênero e de raça, exacerbadas pela radicalização dos atuais processos de perda de direitos e de mercantilização da cidade.

Na Cidade da Bahia, como em parcela considerável de nossas cidades da América Latina, o novo e o velho se imiscuem. Assim, apresentamos, neste trabalho, a nossa compreensão, ainda que parcial e inacabada, como é da natureza de todo e qualquer conhecimento,

da cidade de Salvador, das suas diferenças e desigualdades nas escalas inter e, sobretudo, intraurbana – de bairro, de bacia hidrográfica e de drenagem. Propomo-nos, então, a refletir sobre a seguinte questão: o que caracteriza o ambiente intraurbano em Salvador? Afirmamos a hipótese de que Salvador é tão múltipla e diversa que quase não é possível falar em um padrão que caracterize o seu ambiente urbano. Atravessadas por profundas desigualdades de classe, raça e gênero, questões como acesso a moradia, serviços e infraestrutura e elementos da natureza, na Cidade da Bahia dos dias de hoje, atualizam traços do passado colonial e de desenvolvimento capitalista periférico. Apesar da ampliação do acesso a alguns serviços de infraestrutura urbana, da redução da pobreza e da institucionalização de instrumentos de participação política na década de 2000, assiste-se, nos últimos anos, à reatualização de processos de segregação socioespacial e de degradação urbano-ambiental, com a agudização de velhos e estruturais problemas, por exemplo: especulação da terra urbana, gentrificação e destruição do patrimônio ambiental – em um cenário de retomada de modelos e projetos de desenvolvimento que têm como característica a mercantilização da cidade e a captura do Estado por forças políticas, que negam o direito à cidade como princípio, assim como ameaçam os recentes avanços na democratização da gestão da *res publica*, na construção de uma esfera pública no país.

Em Salvador, a qualidade do ambiente urbano, na escala intraurbana, varia em uma relação diretamente proporcional às desiguais condições ambiental e urbana da cidade, particularmente em relação à apropriação desigual dos rendimentos do trabalho; ao acesso desigual à vegetação, às águas – com profundo impacto nas variações de temperatura entre os bairros –, à moradia, aos serviços e infraestrutura urbana, às estruturas de apoio ao trabalho doméstico e de cuidados, à cultura; à exposição à violência, à insegurança

alimentar, ao risco e à vulnerabilidade; ao diferenciado acesso aos investimentos públicos e à diferenciada incidência da regulação urbano-ambiental – que privilegia os bairros onde reside a população situada nas maiores faixas de renda e onde estão as pessoas brancas e desprotege os que estão situados nas menores faixas de renda, nas áreas qualificadas como periféricas, onde estão as maiores concentrações de pessoas negras. Em Salvador, as desigualdades no acesso à qualidade do ambiente urbano encontram-se profundamente atravessadas pelas desigualdades raciais. Essa desigualdade se expressa na opulência dos condomínios fechados, de alto padrão construtivo, como também nos bairros populares, forjados pela autoconstrução, nos cotidianos atos de resistência dos excluídos da cidade. Existem, assim, múltiplos e incontáveis ambientes urbanos nessa terra de todos os santos e, nesse sentido, várias e incontáveis são as cidades de Salvador.

Entendemos a qualidade do ambiente urbano como um conjunto de propriedades físico-naturais, socioeconômicas e culturais, fruto da interação entre sociedade e natureza mediada pelo capital e trabalho, constitutivas do ambiente urbano, com repercussões positiva e/ou negativa na qualidade de vida e bem-estar da população, vivenciada e percebida de forma diferenciada e desigual em função de determinações de classe social, raça, etnia e gênero. A qualidade do ambiente urbano pode ser expressa de forma objetiva, por meio de indicadores quali-quantitativos, a partir de condições do ambiente físico-natural, da estrutura social e econômica, da infraestrutura e serviços públicos urbanos e das condições para a promoção de bem-estar; e, de forma subjetiva, a partir da percepção urbano-ambiental dos distintos sujeitos sociais.

O Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador) revela que 4,4% dos bairros estão enquadrados na classe 1, considerada como de qualidade ambiental urbana

excelente; 11,9% encontram-se na classe 2, considerada muito boa; 30% na classe 3, considerada como boa; 30,6%, na classe 4, considerada como regular; 16,9% na classe 5, considerada como ruim; e 6,3% na classe 6, qualificada como muito ruim, o que significa que em torno de 54% dos nossos bairros têm uma condição regular e a muito ruim em termos da qualidade do ambiente urbano. A maioria significativa desses bairros está localizada no Subúrbio Ferroviário e no Miolo da cidade de Salvador. Ademais, dados do QUALISalvador indicam um acentuado grau de degradação urbano-ambiental das bacias hidrográficas e de drenagem, sendo essa degradação diretamente proporcional ao índice de urbanização.

Isso significa que a qualidade do ambiente urbano em Salvador é impactada de forma direta pelos seguintes fatores: desmatamento; aumento da temperatura de superfície; acesso à renda; ao saneamento básico (qualidade na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, resíduos sólidos e de drenagem urbana); a segurança e insegurança alimentar; a serviços, equipamentos urbanos e bens culturais; exposição a situações de riscos (alagamento e deslizamento); percepção sobre segurança e violência; e percepção sobre a qualidade do ambiente urbano.

O conceito de qualidade do ambiente urbano é central neste trabalho e se estrutura a partir de conceitos como espoliação urbana, desigualdade e classe e da contribuição de teóricos como István Mészáros, David Harvey, Milton Santos, Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick, Raquel Rolnik, Ricardo Antunes, Patrícia Borja, Inaiá Carvalho, Clímaco Dias e muitos outros, que iluminam esse nosso percurso na tentativa de compreender a cidade, Salvador e os vários temas e aspectos da vida da cidade, como clima, ambiente natural, vegetação, temperatura, risco e vulnerabilidade urbano-ambiental, habitabilidade, inserção produtiva, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, mobilidade, segurança, saneamento

básico, equipamentos e serviços urbanos, risco urbano-ambiental, lazer, cultura, participação política e percepção urbano-ambiental sobre espaços de bem-estar, atravessados sempre por questões de raça, etnia, gênero e classe social.

Do ponto de vista teórico e epistemológico, este trabalho deixa clara a perspectiva adotada. É um trabalho de pesquisa feito por professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras, alunos e alunas, que acreditam que a produção do conhecimento implica fazer escolhas, tomar posições, não necessariamente partidárias, mas políticas, que orientam e informam perspectivas teóricas e visões de mundo. Fomos guiados e guiadas em Salvador, ao longo dos anos de pesquisa, por nossas concepções de vida, de cidade e de mundo.

Ruth Benedict, em *O crisântemo e a espada* (2019), nos idos dos anos 1940, em plena Segunda Guerra Mundial, durante a circunstância do conflito entre Estados Unidos e Japão, quando solicitada a conhecer a cultura japonesa, afirmou com todas as letras: “Minha incumbência era difícil”. Conhecer o inimigo para prever as suas ações e reações era uma arma fundamental para ganhar a guerra. Fazer antropologia significava, então, “[...] ver como seu inimigo vê a vida, através dos olhos dele [...]”, para conquistá-lo, destruí-lo. (BENEDICT, 2019, p. 11) Distanciamos-nos do instinto belicoso de uma ciência que se converte em arma de guerra, de conquista, de dominação. Porém, claramente, sem pudor e sem rubor, defendemos que, do ponto de vista teórico e epistemológico, na análise da batalha cotidiana da vida na cidade, da vida em Salvador, é preciso “ter lado”. Melhor dizendo: é preciso explicitar, com todas as letras, gráficos, mapas, falas, pressupostos e hipóteses, os fundamentos das nossas análises e o compromisso em produzir conhecimento com o objetivo de transformar a realidade. Isso significa que o conhecimento científico aqui produzido, como qualquer outro, tem um conteúdo ideológico. Recortamos aspectos particulares

do real e os transformamos em dados, indicadores e índices por considerar que são essas dimensões, variáveis e indicadores (e não outros) que revelam os processos constitutivos mais relevantes do ambiente urbano da cidade. De forma adicional, afirmamos a compreensão de que um indicador de qualidade do ambiente urbano, que pode fundamentar o conhecimento da cidade, revela tão somente aspectos particulares do real, que só ganham sentido quando devidamente referido a um marco teórico. Desse modo, adentramos o universo dos números recusando o fetiche da métrica, sem que com isso estejamos recusando a busca da objetividade na produção do conhecimento.

Reafirmamos a importância da produção do conhecimento teórico e epistemologicamente referenciado sem, entretanto, aderir à concepção positivista de ciência. Referimo-nos à necessidade de recomposição da complexa relação entre fato e valor, na necessidade de reconhecer que todo conhecimento é parcial, comprometido por interesses e datado historicamente e que a sua condição de verdade, sua maior ou menor universalidade, resulta de dois elementos fundamentais: 1. a legitimação, no âmbito de uma comunidade científica, dos processos de construção de consensos, de paradigmas, o que envolve a construção de intersubjetividades; e 2. do teste da história, da realidade cotidiana.

As análises aqui desenvolvidas tiveram como fundamento os dados produzidos por pesquisa direta, da aplicação em Salvador, no período de dezembro de 2018 a junho de 2020, de 15.260 questionários em 160 dos 163 bairros da cidade – as exceções foram os bairros do Aeroporto, Centro Administrativo e Porto Seco Pirajá, qualificados como bairros institucionais pela Lei nº 9.278/2017 –,¹

¹ O Decreto Municipal nº 32.791, de 1º de setembro de 2020, altera o número de bairros de Salvador, que atualmente conta com 170 bairros.

além da utilização de dados secundários de várias fontes, com especial destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os registros administrativos da Prefeitura Municipal de Salvador, Governo do Estado da Bahia e da União. A técnica utilizada para o cálculo da amostra da pesquisa feita pelo QUALISalvador foi do tipo Aleatória Sistemática sem Reposição (ASSs), com erro amostral de 8%, embora em alguns bairros esse erro tenha sido maior diante das dificuldades de acesso a domicílios em campo e do início da pandemia da Covid-19. Os domicílios em cada bairro foram selecionados aleatoriamente, com igual probabilidade de ocorrência, sendo cada bairro considerado uma população-alvo da investigação. Cada população incluiu todos os domicílios particulares permanentes ocupados, segundo definição do IBGE e, com o objetivo de aproximarmos da atual realidade em termos demográficos, foram utilizados os dados cadastrais do sistema de informação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). A seleção aleatória dos domicílios foi realizada com o auxílio do *software* estatístico R e a estruturação do IQUASalvador. Particularmente a sua ponderação contou com a realização de consulta a especialistas, através da aplicação da metodologia Delphi, realização de grupos focais, uso de técnicas estatísticas, como análises de componentes principais, regressão linear e de conglomerados, com simulações e análise de sensibilidade para a seleção do melhor modelo de índice.

Ao longo dos trabalhos de campo, foram feitas entrevistas com lideranças de bairro e registros fotográficos, com o objetivo de fundamentar e ilustrar o QUALISalvador e este livro. Nesse caminho, contamos com a participação e a colaboração de moradores e lideranças de bairros de Salvador, com o rico diálogo com os conselhos comunitários das prefeituras-bairro da Prefeitura Municipal de Salvador. Andar por Salvador nos impactou e nos transformou como professores, pesquisadores, alunos e, principalmente, como

cidadãos. A cidade é e sempre foi um espaço privilegiado da insurreição, da heterotopia, da alteridade, da construção de novas formas de vida e de aprendizagem.

O presente trabalho é composto por 15 capítulos. O capítulo 1, “Ambiente urbano e Cidade da Bahia no século XXI”, apresenta os conceitos estruturantes e os marcos teóricos deste trabalho. O capítulo 2, “Viver em Salvador: o Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)”, apresenta os resultados da construção do referido índice nas escalas de bairro. Os capítulos subsequentes apresentam análises de temas específicos, abordados e contemplados pelo QUALISalvador. O capítulo 3, “O verde, o clima e a desigualdade socioambiental em Salvador”, discute as consequências climáticas a partir das mudanças no padrão de cobertura vegetal e temperatura. O capítulo 4, “A cidade que não combina com a chuva: risco e vulnerabilidade em Salvador”, caracteriza a situação de risco a partir das características socioambientais da cidade. O capítulo 5, “Salvador: ecos da escravidão e da desigualdade em uma economia periférica”, reflete sobre a economia local e os mecanismos de produção e reprodução da desigualdade em uma cidade periférica. O capítulo 6, “Cartografia do habitar em Salvador”, constrói uma tipologia habitacional com o objetivo de explicitar as contradições e assimetrias na moradia. O capítulo 7, “Olhares interseccionais sobre a qualidade do ambiente urbano nos bairros de Salvador”, reflete sobre a qualidade do ambiente urbano nos bairros de Salvador sob as perspectivas das desigualdades de raça, gênero e classe. O capítulo 8, “Água, resíduos e lugares na cidade de Salvador”, apresenta a problemática do saneamento básico. O capítulo 9, “De um lado esse Carnaval, de outro a fome total? Uma análise da segurança e insegurança alimentar na capital da Bahia”, traz uma reflexão e dados impactantes sobre o acesso ao alimento e suas consequências. O capítulo 10,

“Segurança e insegurança na cidade de Salvador”, apresenta uma análise sobre o grave problema da segurança e coloca o desafio da construção de uma política para a segurança urbana. O capítulo 11, “Salvador: guia de ruas e revelações”, traz um rico debate sobre cultura e indicadores a partir de uma crítica contundente aos atuais processos de espetacularização da cidade. O capítulo 12, “Salvador: a cidade e seus bairros sob o olhar dos pesquisadores”, retrata de modo denso e teoricamente referenciado o percurso da pesquisa realizada a partir do olhar dos pesquisadores. O capítulo 13, “A importância dos indicadores locais”, apresenta uma reflexão sobre experiências de uso de indicadores na gestão pública. O capítulo 14, “Anotações sobre o conceito de qualidade do ambiente urbano”, traz uma reflexão sobre questões teóricas e metodológicas em torno da constituição do conceito de qualidade do ambiente urbano. Por fim, o capítulo 15, “Os caminhos da construção do Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)”, apresenta os procedimentos metodológicos da construção do IQUASalvador e do QUALISalvador.

Este trabalho foi financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), por meio do Edital de Redes de 2014, e sua operacionalização, na escala realizada, não teria sido possível sem o apoio financeiro da Embasa. O QUALISalvador é fruto de um esforço interinstitucional de uma rede de pesquisadores composta por professores e professoras, alunos e alunas da UFBA – Escola de Administração, Escola Politécnica, Faculdade de Medicina da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Escola de Nutrição e Instituto de Geociências –, da UNEB e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), além de entes governamentais e organizações da sociedade civil.

É com consciência das limitações de todo trabalho científico, mas com grande satisfação, que entregamos este trabalho à cidade

de Salvador. A produção deste livro não significa a finalização do trabalho. Acompanha esta publicação um documentário sobre a experiência do QUALISalvador e a estruturação de um Portal QUALISalvador, que deve disponibilizar o banco de dados produzido. Enfim, a pesquisa – que “só acaba quando termina” –, felizmente, não acaba aqui, pois temos agora o compromisso de discutir os resultados do nosso trabalho com a nossa cidade. Mãos à obra!

Referências

- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- CAMUS, Albert. *A peste*. São Paulo: Record, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco. O estado e o urbano no Brasil. In: BARROS, Joana; SILVA, Evanildo Barbosa da; DUARTE, Livia (org.). *Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FASE, 2013. p. 69-75. (Caderno de Debates, 2). Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Caderno_de_Debates_2.pdf. Acesso em: 13 maio 2018.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SECCHI, Bernardo. *A cidade dos ricos e a cidade dos pobres*. Veneza: Âyiné, 2020. E-book.
- TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.



AMBIENTE URBANO E CIDADE DA BAHIA NO SÉCULO XXI

Elisabete Santos

Nilce de Oliveira

Patrícia Campos Borja

Luiz Roberto Santos Moraes

Paulo C. Zangalli Jr.

Tânia Benevides

Tássio Santos Silva

Wilson Nunes

A ambivalência sempre foi uma marca muito forte nas representações sobre a cidade. Em fins do século XIX e começo do século XX, para muitos, a cidade encarnava a possibilidade de realização da utopia iluminista de progresso, liberdade e igualdade. Ao longo desse tempo, essa imagem esteve associada à industrialização, à intensificação das trocas, ao trabalho, à liberdade individual, ao poder e ao bem-viver. A cidade era o lugar das oportunidades, ainda que, para muitos, a vida e o cotidiano tenham significado desenraizamento, trabalho árduo e sofrimento.

A cidade moderna já nasce como lócus privilegiado do desenvolvimento capitalista e, com isso, os aglomerados urbanos modernos encarnam, desde sempre, as suas contradições. Já no século XIX, com o processo de industrialização e o crescimento da população urbana, as cidades passam a experimentar diversas epidemias, gerando graves

crises sanitárias. Renascem, assim, as preocupações com a higiene pública, com a proteção da força de trabalho, sua produtividade e o controle das tensões sociais, com vistas a garantir o pleno desenvolvimento da produção capitalista. (ENGELS, 2010; FOUCAULT, 1992)

Progressivamente, ao longo do século XX e já nas primeiras décadas do século XXI, as contradições na cidade se ampliam, desnudando a natureza contraditória do modo de produção de mercadorias. Assim, a fascinação e as promessas encarnadas pela cidade rapidamente cederam lugar a um certo desalento, ao medo e a um sentimento de crise quase permanente, sobretudo quando fazemos alusão aos usos e abusos do ambiente urbano e às desigualdades expressas em seu território.

A cidade moderna expulsa a *natura naturans* (o que é em si) do seu interior e, num plano material e simbólico, recria a natureza.

A relação entre sociedade e natureza na cidade se expressa como destruição da biota e fauna nativa, poluição das águas, uso especulativo da terra, mudança climática e produção do risco urbano-ambiental – todos esses elementos associados a formas desiguais de produção e apropriação do valor, da riqueza socialmente produzida, e a modelos pouco democráticos de gestão das cidades.

Ao mesmo tempo, a natureza hibridizada da cidade congrega significados capazes de expressar, como sugere Castree (2005), elementos do mundo humano e não humano, imagens de cunho essencialista ou mesmo divina, ou quase divina. Por isso mesmo suas representações expressam conteúdos cognitivos, éticos, morais, estéticos e também práticos ou pragmáticos. São esses elementos que vimos serem objetiva e subjetivamente reivindicados pela razão iluminista da cidade, que transforma a natureza em bela e útil e subordina seu caráter formal à produção industrial, à produção de mercadoria. (SWYNGEDOUW, 2009)

A modernidade traz, assim, uma forma particular de conceber e tratar a natureza, e, como lembra Smith (1988, p. 25), as concepções hodiernas são síntese de tantas outras:

a natureza é material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim.

Predomina, na concepção moderna de natureza, a noção de coisa, de máquina, de engenho, de matéria-prima, de fronteira que a sociedade produtora de mercadorias faz, frequentemente, recuar. (SMITH, 1988) Sem adentrar a dimensão propriamente ontológica desse debate, compreendemos que a natureza não é uma entidade dada e acabada e que suas representações são produtos sociais, que

carregam valores e condicionamentos sociais, possuem formas, conteúdos, essências e aparências de tempos históricos e sociais construídos à luz de conflitos. É da *natura naturans* e é das representações da natureza que falamos quando adentramos o âmbito da crise urbano-ambiental nesse começo de século.

Como dito anteriormente, as cidades modernas são fruto do gosto pelo negócio, pelo dinheiro, da industrialização – ainda que muitas delas não tenham parques industriais em seu sítio. (LE GOFF, 1988) São, portanto, imagens e reflexos das transformações, conquistas e contradições da modernidade. (ROCHA, 2012) Francisco de Oliveira (2013) lembra o fato originário de que, no Brasil Colônia, a cidade, particularmente Salvador, foi um polo de articulação do capital comercial e que essa cidade e economia tinham como sustentáculo o trabalho escravo.

Mas a cidade do imaginário do século XX é sobretudo a cidade europeia. Estimulados por Rocha (2012) e através dos olhos de Charles Baudelaire (1821-1867), reencontramos muitas das cidades do nosso imaginário modernizador, europeu e industrial, todo ele muito bem representado pela Paris do barão de Haussmann (1809-1891). É uma cidade que, a partir de uma racionalidade pretensamente neutra, torna-se moderna negando e reinventando a história, destruindo vielas, becos, árvores, águas e paisagens e, com os olhos voltados para o futuro, se transforma. A racionalidade e os interesses que lhe deram forma segregaram e dividiram a velha e a nova cidade.

A despeito das filiações utópicas, a cidade moderna, ao longo do tempo, explicita contradições que se aprofundam com a radicalização dos processos de produção de mercadoria, com as várias conformações que o Estado adquire e com o eterno retorno de modelos liberais, que deixam marcas profundas em territórios já desiguais e marcados pela pobreza, especialmente na periferia do capitalismo, em países da América Latina e no Brasil.

“Eu subi à montanha e pus-me a contemplar
A cidade maldita,
em sua vastidão:
Hospital, purgatório,
inferno, lupanar,
Tudo, tudo a florir, como a flor em botão.
Bem sabes, Satanás,
patrono da desgraça,
Que eu não iria lá para chorar em vão:
Como o amante senil de uma velha devassa,
Desejei me fartar da enorme barrigã,
Cujos cantos infernal me remoça e me enlaça.
Quer te veja a dormir nos lençóis da manhã,
Fria, pesada, obscura, e quer te possa ver,
Com teu véu de ouro e treva, enfeitada e lougã,
Eu te amo, oh capital, como tu deves ser:
Bandidos, cortesãs,
a prodigar prazeres
Que o profano vulgar não pode compreender”.
(BAUDELAIRE, 1937, p. 59)

Em pleno século XXI, quando a cidade é vista, por alguns, como o lugar onde os preceitos do iluminismo já não têm lugar e quando falamos em desindustrialização e em pós-globalização, Salvador parece-nos expressão de um projeto de cidade que se realiza de forma incompleta e precária. (ROCHA, 2012)

Situada na periferia da periferia capitalista – a noção de periferia, aqui, refere-se à posição subordinada à divisão internacional, nacional e regional do trabalho –, sem ter exatamente superado muitos dos seus traços coloniais, escravocratas, seu passado de dessemelhança, Salvador incorpora e traz as marcas desse nosso novo tempo. Tempo de radicalização de preceitos, de ações e de representações que subordinam o indivíduo, a cidade e a sociedade à condição de negócio e de mercadoria. Citando Gregório de Matos: agora como antes é tanto negócio e tanto negociante. Desde os anos 1970, é a cidade, *per se*, um negócio – um grande negócio – e, nos dias de hoje, essa condição tem-se aprofundado.

Mas o que pode ser dito das nossas cidades, das cidades latino-americanas, de Salvador, nessa segunda década do século XXI? Alguns traços são marcantes, impactando profundamente na sua constituição (HARVEY, 2014):

- *Aprofundamento do processo de neoliberalização*, com o deslocamento da matriz de produção de bens manufaturados para a Ásia, a desindustrialização, intensificação da financeirização e abertura de novas fronteiras de acumulação, nas distintas escalas e recortes territoriais, além da retirada do Estado dos processos produtivos;
- Transformação do mundo do trabalho, do labor, com a conjugação de tecnologias do século XXI com condições de trabalho de antanho, com a ampliação do trabalho imaterial – aqui com-

preendido como uma modalidade de trabalho vivo, elemento estruturante de novos processos de valorização do capital –, a introdução de inovação tecnológica e organizacional e, simultaneamente, a ampliação da informalização e precarização do trabalho, com graves consequências, particularmente na vida da população historicamente excluída (ANTUNES, 2018);

- *Legitimação de novos processos de acumulação e precarização*, com a atualização do velho conceito de empreendedorismo – herdeiro do pensamento clássico, que fundamenta a ideologia liberal de mobilidade social;
- *Potencialização da cidade como espaço da produção e reprodução do capital*, com o estímulo ao capital especulativo, em especial a associação entre capital imobiliário e financeiro, que potencializa a apropriação privada da renda da terra urbana, a securitização e o aprofundamento da conversão da habitação em ativo financeiro (MÁRQUEZ LÓPEZ, 2020; ROLNIK, 2015);
- *Redução de investimentos públicos* e avanço seletivo em investimentos nas condições de reprodução do conjunto da população, em infraestrutura e serviços urbanos, com o retorno da privatização;
- *Aprofundamento da segregação socioespacial*, da exclusão socioambiental, associado ao fenômeno da gentrificação – aos processos de deslocamento populacional, de classes sociais específicas, determinado pelo movimento do capital –, que atualiza e radicaliza a periferização, típica do século passado;

“Triste Bahia! ó quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vi eu já, tu a mi abundante.
A ti trocou-te a maquina mercante,
Que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi me trocando, e tem trocado,
Tanto negócio e tanto negociante.
Deste em dar tanto açúcar excelente
Pelas drogas inúteis, que abelhuda
Simples aceitas do sagaz Brichote.
Oh se quisera Deus, que de repente
Um dia amanhecera tão sisuda
Que fora de algodão o teu capote!”
(MATOS, 2010, p. 24)

- *Ampliação da escala da degradação do patrimônio ambiental*, a exemplo da cobertura vegetal, do solo, do ar, do clima e das águas, trazendo impacto para o conforto ambiental e colocando em risco ecossistemas naturais e a própria vida;
- *Captura do Estado, da política pública e do planejamento por blocos políticos e econômicos vinculados a interesses especulativos*, que têm na “cidade” seu lócus de acumulação, em um contexto de ressurgimento de forças políticas caracterizadas como de extrema direita, com o desmonte de estruturas e processos participativos – negação de princípios da democracia clássica, liberal;
- Recuos das energias utópicas, do ideário iluminista de igualdade, justiça social, desconstrução da esfera pública e esmagamento das dimensões pública, social e coletiva, com a reificação do indivíduo, do privado. No campo da sociedade civil, os movimentos da Primavera Árabe (2010-2012), Occupy Wall Street (2011), nos Estados Unidos, e as manifestações de junho de 2013 na Espanha e no Brasil fazem emergir forças político-ideológicas de direita e extrema direita, ao passo que os movimentos sociais, sindicatos e setores progressistas reduzem seu protagonismo e sua capacidade de construção de uma agenda para a cidade, dadas a diversidade de pautas e a fragilização da organização social.

Poder-se-ia argumentar que praticamente todos os elementos anteriormente elencados já compõem, há muito, o cenário das sociedades e cidades nas últimas décadas. Porém, a radicalização e o aprofundamento de elementos estruturais em contextos políticos autoritários mudam qualitativamente a condição da vida social, da vida na cidade. A insustentabilidade, em suas dimensões econômica, social, ambiental e política, do modo de produção capitalista

da cidade em um cenário de radicalização do modelo neoliberal e autoritário se expressa, sobretudo, na ampliação das desigualdades e na concentração da riqueza socialmente produzida, como também na exploração da natureza, que ultrapassa os chamados limites seguros, colocando em risco a própria vida.

Na periferia do sistema, nas sociedades latino-americanas, a desigualdade de acesso à renda se associa à diferenciação do acesso às riquezas ambientais e aos serviços de consumo coletivo, em quantidade e em qualidade. É preciso lembrar que o acesso ao trabalho, à infraestrutura e aos serviços públicos está assegurado constitucionalmente. A conjugação dessas determinações aprofunda o empobrecimento absoluto e relativo de parcela considerável da população, produz qualidades urbano-ambientais diferenciadas e atualiza permanentemente a desigualdade de acesso à cidade, ao exercício do direito à cidade. (MÁRQUEZ LÓPEZ; PRADILLA COBOS, 2017)

Várias são as reações a esse processo de construção da cidade, que poderia ser sintetizado na expressão “acumulación por desposesión”, ou seja, produção e acumulação de riqueza por meio da espoliação urbana. (MÁRQUEZ LÓPEZ; PRADILLA COBOS, 2017) David Harvey (2014), lembrando o trabalho seminal de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade, chama a atenção para o seu significado político. *Le droit à la ville* foi uma queixa e uma exigência, afirma Harvey. A queixa era resultado da “dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade”. Foi a exigência o imperativo de “encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa [...]”. Harvey (2014), então, associa a noção de direito à cidade a uma “cidadania insurgente”, ambos, ressalta, nascidos nas ruas. É preciso, ainda, registrar que o sujeito individual e coletivo dessa cidadania não é a tradicional “classe trabalhadora” dos tempos do fordismo, mas o trabalhador dos tempos de hoje: fragmentado, dividido, múltiplo, itinerante, fluido e desorganizado.

A história da cidade, antiga e recente, está repleta de exemplos de insurgências. Ao falar da cidade e das promessas não cumpridas, é preciso lembrar-se da contestação e da resistência – da luta de segmentos de trabalhadores (com caráter de classe, vinculados a demandas do mundo do trabalho e com suas formas de organização específicas, como a sindical), dos movimentos sociais, velhos e novos, locais, transnacionais, antiglobalização, alterglobalização, mais ou menos conectados em rede (organizações constituídas a partir de insatisfações e demandas sociais, às quais estão associadas noções de pertencimento e de identidade), ou de manifestações, organizações e ações espontâneas, ainda que com caráter organizado.

É preciso registrar o fato histórico de que, nos últimos anos, ainda que em um cenário político com grande peso de forças políticas caracterizadas como de direita ou de extrema direita, temos assistido a uma diversificação significativa de pautas de movimentos, ações, manifestações sociais, presenciais e em redes virtuais. Tais iniciativas têm ênfases de natureza econômica, social, ambiental, política e cultural e relações com estruturas político-partidárias diferenciadas.

Muitos são os sujeitos e olhares sobre os referidos movimentos: de caráter humanista, pós-colonial, marxista, autonomista ou institucionalista. Procurando explicitar o caráter político do conhecimento sobre a cidade e deixando-nos guiar por Maria da Glória Gohn, encontramos Leonardo Boff, que lembra que “todo ponto de vista parte de um ponto” e, como afirma a própria Gohn (2014, p. 82), é preciso sempre perguntar: “Que interesses, grupos, sujeitos, valores e processos sociais este ponto de vista privilegia?”. Ainda inspirados por Gohn, os desafios postos pela ação colocam a necessidade de “[...] construir categorias teóricas para pensar as especificidades de nossa realidade, categorias que reflitam o movimento real desta realidade, que capte seus significados”. (GOHN, 2014, p. 99)

Em qualquer lugar onde a produção de conhecimento se dê, somos sempre instados a falar daquilo que a sociedade é e do que gostaríamos que ela fosse, das promessas da cidade. E aqui, mais uma vez, a fronteira entre ciência e ideologia é muito tênue. Ao olharmos para o presente e para o futuro da cidade, deparamo-nos com um conjunto de movimentos e ações de afirmação, mas também de resistência em relação aos processos de construção da cidade anteriormente referidos, movimentos e ações de forças políticas, populares e progressistas – nas favelas, na cidade autoconstruída, nos bairros populares e de segmentos das camadas médias.

São, sobretudo, movimentos e ações que nascem em espaços não hegemônicos e que têm cheiro, sabor e cor de democracia, de cidade inclusiva. E falar da cidade de Salvador é também falar de brechas e fissuras que produzem expressões, luta cotidiana e, sobretudo, resistência. Para além da retórica, o sindicato, a associação de bairro, o partido político, as associações de moradores e organizações de distintos matizes da sociedade civil, a favela, o bloco afro, a capoeira, o *rap*, o *candomblé* e os quilombos são expressões de resistência. Como considera Clímaco Dias (2017), é preciso registrar, sem o risco da romantização, que os bairros populares, territórios marcados pela segregação e pelo conflito, são também plenos de ações de resistência cotidiana pela solidariedade, fruto de uma sociabilidade que se constrói a partir de múltiplas possibilidades de interação:

[São] as mulheres que tomam conta das crianças das outras, para suprirem o baixo atendimento de creches pelo poder público municipal, aniversários de crianças em parques públicos, jogos de futebol com homens travestidos, a feira livre como ponto de encontro [...], a rede de pequenas vendas que vendem a crédito com compromissos verbais, mutirão para construir casas e fazer reparos em ruas, caronas de vizinhos em carros para subir ladeiras

e caronas em ônibus, brincadeiras infantis na rua, jogos de futebol em fins de semana, colheita coletiva de frutas, criação de cachorros na rua, internet compartilhada, festas juninas na rua, levar e buscar crianças de vizinhos na escola, beber cerveja na porta de casa com vizinhos, reforço escolar com vizinhos como proteção às crianças, produtos fracionados por comerciantes adaptando este à renda dos consumidores, o papel das avós na criação dos netos para que os filhos possam trabalhar, criação de pássaros como elemento de encontro cotidiano entre vizinhos, o uso coletivo em lajes, grupos de mulheres que se organizam para voltarem em grupos do trabalho noturno como defesa contra os assaltos nas áreas centrais, ‘cooperativas’ de automóveis clandestinos, crédito com motoboy para transporte, criação de cavalos e galinhas em áreas públicas, cotas entre vizinhos para funeral dos mais pobres, as religiões evangélicas, católica e o candomblé como fator de agregação e solidariedade entre vizinhos, os protestos políticos no bairro, os carros de vizinhos que servem como ambulância na madrugada, a prática de exercício físicos coletivos [sic], grupos de dança coletivos e outras práticas coletivas que determinam um modo de vida completamente diferenciado dos bairros da cidade que têm predominância de população de rendas mais elevadas. (DIAS, 2017, p. 21)

Aproximemo-nos, então, de Salvador, a Salvador dos dias de hoje. A Cidade da Bahia é, em muitos aspectos e guardadas as devidas proporções e escalas, particularmente em suas dessemelhanças, muito parecida com a cidade de Gregório de Matos cantada, em prosa e verso, por Caetano Veloso. Apesar das tentativas de industrialização, a Cidade da Bahia sempre foi conhecida pelas suas funções administrativas e, sobretudo, pelo seu comércio, seu pujante comércio, desde os tempos coloniais – Salvador se constituiu no contexto da expansão do capitalismo mercantil. Ela nasce com

os olhos voltados para o mundo, para o mar, e as águas da Baía de Todos os Santos foram os caminhos por meio dos quais a cidade se fez rica e pobre. Depois de percorrer vários caminhos e de experimentar modelos de desenvolvimento dos mais distintos, Salvador se transforma e, ao fazê-lo, sob vários aspectos, permanece igual – tanto negócio e tanto negociante.

Em tempos de acumulação flexível, assistimos à reedição na cidade de modelos de desenvolvimento voltados ao comércio e à prestação de serviços, com destaque para a indústria do turismo, a política de megaeventos, atividades vinculadas ao circuito do entretenimento e espetacularização da cidade, modelo que retroalimenta um mercado de trabalho estratificado e reivindica elementos éticos, estético e morais na relação entre sociedade e natureza, com o objetivo de justificar e legitimar a lógica e o processo homogeneizante do capital. Nesse cenário, assiste-se à intensificação de atividades especulativas, vinculadas às indústrias da construção civil e imobiliária, que gera ganhos vultosos, mas também trabalho com baixa qualificação e remuneração, além da degradação urbano-ambiental. Salvador, a exemplo do que acontece em outras grandes cidades, chega ao século XXI ampliando os processos de produção da mais-valia fundiária urbana, com repercussões no acesso à terra, à degradação do patrimônio ambiental, particularmente de suas matas e águas.

Essa lógica é a mesma que se faz presente em várias cidades da América Latina, estando sempre associada à implementação de projetos privados de renovação urbana, a exemplo do que acontece em Buenos Aires, Rosário, Santa Fé e Rio de Janeiro:

nas últimas três décadas, com frequência se fez referência aos processos de privatização do público e de mercantilização de diversos elementos constitutivos dos territórios urbanos e regionais, que caracterizaram a implantação e o funcionamento do padrão

neoliberal de acumulação de capital na América Latina.¹ (MÁRQUEZ LÓPEZ; PRADILLA COBOS, 2017, p. 19, tradução nossa)

Desse modo, o genérico conceito de crise urbano-ambiental tem, então, um caráter de síntese, uma vez que nos reporta a distintas condições do ambiente urbano e, conseqüentemente, às formas historicamente constituídas de apropriação de elementos da natureza na cidade, à escassez do patrimônio ambiental, à expropriação do trabalho, à exclusão e ao risco urbano-ambiental.

O conceito de crise urbano-ambiental tem grande relevância para a compreensão da qualidade do ambiente urbano – podendo ser compreendido como fruto de um conjunto de condições de caráter estrutural decorrentes, por exemplo, da degradação e escassez do patrimônio ambiental, do não acesso ou do acesso precarizado ao trabalho, da não universalização do acesso à terra urbana, à moradia, à saúde, à educação, à infraestrutura e aos serviços públicos, como transporte e saneamento básico, o que produz e reproduz assimetrias com recortes de classes, raça e gênero.

É preciso, aqui, ter necessário cuidado para que a associação do conceito de crise urbana ao de crise ambiental não esvazie o sentido do conceito de crise ao qual nos reportamos. Frequentemente, o conceito de crise ambiental se associa à noção de externalidade negativa, formulada no âmbito das teorias de cunho neoliberal. A crise seria, então, fruto de “distorções” de que o mercado, a regulação estatal ou a ampliação da consciência ambiental global dariam conta. Esse tipo de abordagem compreende a problemática ambiental como resultado da existência de padrões de consumo

qualificados genericamente como insustentáveis. Caberia, então, a indivíduos e instituições ambientalmente conscientes estimular práticas de preservação da natureza e reorientar a ação individual e organizacional, transformando cada um em defensor de boas e sustentáveis práticas. Essa concepção está fundada em um hedonismo tecnológico que tenta fazer das contradições ambientais um problema passível de solução técnica, agora internalizadas pelo capitalismo – portanto, uma ressubmissão de concepções e formas de apropriação da natureza na cidade ao utilitarismo mercantil.

Recusamos essa forma de qualificação da crise ambiental, como também as soluções apresentadas pelas organizações internacionais e bilaterais de financiamento. Como afirma Arlete Moyses Rodrigues (2016), a crise ambiental, que se constitui na segunda metade do século XX e que tem especial forma de expressão na cidade, decorre do sucesso, e não das “externalidades negativas” gestadas pela sociedade produtora de mercadorias. A referida crise ambiental é gestada cotidianamente pelos processos de produção de mercadorias e resulta da lógica de produção de valor, da acumulação e dos decorrentes padrões de consumo.

Em verdade, estamos diante de uma contradição estrutural: o século XX institui bens ambientais como bens comuns ao mesmo tempo em que aprofunda o processo de apropriação privada e mercantilização da terra, da água e do ar. De modo correlato, constrói e torna hegemônicas matrizes discursivas que obscurecem conflitos, interesses, desigualdades e, sobretudo, as causas estruturantes e os sujeitos sociais, as classes e os segmentos de classes responsáveis pela produção da crise ambiental. (RODRIGUES, 2016)

Compreendemos que a crise ambiental se manifesta na cidade como apropriação e uso privado, especulativo e predatório de elementos da natureza, da terra, das águas, do ar e da biota, cujo principal sujeito social é o capital em suas várias formas de realização: industrial,

1 “durante las últimas tres décadas, se han hecho frecuentemente referencia a los procesos de privatización de lo público y de mercantilización de diversos elementos constitutivos de los territorios urbanos y regionales, que han caracterizado a la implantación y funcionamiento del patrón neoliberal de acumulación de capital en América Latina”.

comercial, financeiro e imobiliário, além da ação estatal, capturada por interesses privados e especulativos. Desse modo, a aqui qualificada crise urbano-ambiental precisa explicitar os conflitos estruturais gerados pelo processo de produção das sociedades capitalistas – ou, colocando de forma mais adequada, das sociedades produtoras de mercadorias. (MÉSZÁROS, 2011) A crise urbano-ambiental se atualiza a cada dia, com a implementação de modelos político-institucionais e de planejamento urbano centralizados, não comprometidos com o atendimento de demandas coletivas; enfim, a crise como resultado da forma como a cidade e a sociedade têm sido produzidas e reproduzidas.

A despeito da constitucionalização de pressupostos do direito à cidade – a exemplo do Estatuto da Cidade, de 2001, que regula o capítulo da política urbana da Constituição Federal, fruto do intenso movimento social pela reforma urbana dos anos 1980 –, nossas cidades, e Salvador em particular, são retratos de promessas não cumpridas. São produto e obra de processos políticos, econômicos, históricos e sociais desiguais e excludentes que as conquistas do período de redemocratização apenas conseguiram amenizar. A cidade periférica, da qual Salvador é um exemplo, continua a ser o lócus de produção e reprodução de uma estrutura social na qual convivem os extremos – pobreza e riqueza, fartura e escassez.

A compreensão da qualidade do ambiente urbano em Salvador, a partir da caracterização das dimensões físico-natural, socioeconômica, de serviço e infraestrutura, cultura, cidadania e bem-estar, requer o aprofundamento da noção de crise urbano-ambiental a partir de conceitos estruturantes, que se solicitam e se articulam – como espoliação urbana, mais-valia fundiária, gentrificação, raça, gênero, classe e pobreza –, a serem apresentados a seguir. Cada um desses conceitos reporta-nos a promessas não cumpridas no que diz respeito ao direito à cidade, ao acesso ao trabalho, aos serviços de consumo coletivo e à terra, todas essas profundamente marcadas pelas diferenças de raça,

gênero e classe. Não é possível se referir à qualidade do ambiente urbano sem ter como referência esses elementos estruturais.

Espoliação urbana, classe, pobreza, raça, gênero, gentrificação e mais-valia fundiária: elementos estruturantes da qualidade do ambiente urbano

BaianaSystem, em “Duas cidades”, canta e brinca com significados, valores e as várias formas de pertencimento e de viver em Salvador. Como, ao longo do tempo, a vida na cidade, em um bairro, em um território expressa significados, denota valores? Até os anos 1970, a vida em Salvador era profundamente marcada pelas distintas formas de inserção no território da cidade. A distinção originária, de Cidade Alta e de Cidade Baixa, que perdura como elemento estruturante, muda progressivamente de significado ao longo das últimas décadas do século passado.

Até os anos 1970, era na Cidade Baixa que se localizava o principal centro financeiro e de serviços de Salvador – o Comércio. Havia um centro comercial importante, a Calçada, com equipamentos urbanos e econômicos importantes, como o porto e a estação ferroviária, na época, meio de transporte regional e intermunicipal mais importante do que o transporte rodoviário. Havia, no início do século XX, um núcleo habitacional considerado como a única, então singular, vila operária da fábrica de tecidos Companhia Empório Industrial do Norte, de Luís Tarquínio, empresário negro. Havia o veraneio burguês das camadas média e alta, na Ribeira; a moradia de classe média, em Monte Serrat, no Bonfim, como também bairros populares, como Uruguai, Massaranduba e Jardim Cruzeiro.

É preciso ainda falar de Alagados. Alagados não se confundia inteiramente com Cidade Baixa. Com a intervenção do governo do

estado e do então Banco Nacional de Habitação (BNH), ao longo da segunda metade do século XX, Alagados se converteu, durante muito tempo, no campo da política de habitação, em uma “favela modelo”.

Durante séculos, a Cidade Baixa foi sinônimo de comércio, de negócio. E a Cidade Alta? Na Cidade Alta, por questões de estratégia militar, originalmente compreendida pela Praça da Sé e Avenida Sete de Setembro, foi a sede do poder e de moradia de funcionários e das elites. Segundo o olhar colonizador de viajantes europeus na primeira metade do século XIX, “fraco se apresentava o commercio da cidade alta, muito poucas lojas nella havia; notavam-se alguns cafés, pharmacias e vendas. Pelas ruas viam-se muitos militares e ecclesiasticos”. (TAUNAY, 2012, p. 154)

O deslocamento entre essas duas cidades era feito a pé, a cavalo e em “cadeirinhas”:

Quem não possuía cadeirinha na Bahia não era ‘gente’, no dizer da expressão popular. Mesmo que alguém não quizesse utilisal-as devia por ellas andar acompanhado. Eram algumas riquissimas, sobretudo as das senhoras, entalhadas e douradas e cortinas carissimas. [...] Os pobres carregadores de cadeirinhas é que viviam a trotar [...]. Por 4 francos, ou duas patacas (640 rs.), ia-se de uma extremidade da Bahia á outra. (TAUNAY, 2012, p. 153-154)

O Elevador Lacerda e os planos inclinados Gonçalves e Pilar chegaram depois, a partir de 1872.

Essa cidade colonial muda profundamente ao longo do século XX com a constituição de novas centralidades. Então, a Cidade Baixa já não ferve como antes, a elite já não mora no Centro tradicional e, ainda que o poder público municipal se mantenha no Centro, o governo do estado se espraia pela Avenida Paralela – trilhando os novos caminhos do desenvolvimento. A cidade de Salvador, depois de décadas de estagnação econômica, dá as costas para a sua Baía e para o seu Recôncavo.

Seu horizonte, então, é o seu norte. O Iguatemi, o seu entorno e os polos industriais localizados em municípios circunvizinhos conformam uma nova cidade. O que significa, então, nos dias de hoje, ser da Cidade Alta ou da Cidade Baixa? Os tempos são outros e os significados também.

São incontáveis as possibilidades de viver a cidade. Destaquemos duas, consideradas como típicas e que perpassam o tempo. Ela pode ser vivida e concebida como uma mercadoria – logo, como um objeto de consumo ao qual se associa um valor de troca. (ROLNIK, 2015) De uma perspectiva mais radical, a própria cidade passa a ser concebida como mercadoria. Ou pode ser experienciada como encaixe, como pertencimento. Essa relação é da natureza da necessidade e do afeto e pode ser associada ao valor de uso, com variados e infinitos modos de usos e usufruto. (HARVEY, 2014) Afinal, a cidade, em suas múltiplas dimensões, apresenta incontáveis possibilidades de encaixe, de pertencimento, de estranhamento, de distanciamento e de territorialização.

Conceitos como os de valor de uso, valor de troca e território são necessários para compreender como se estruturam na cidade a espoliação urbana e a generalização da condição de mercadoria que toma conta das relações sociais, que subordina o valor de uso ao valor de troca, o que coloca o desafio de conceber espaço e tempo de forma articulada, e para definir o território, a cidade, como fruto de relações sociais. (SANTOS, 1977)

Parafaseando Milton Santos, a cidade atravessa o espaço e o tempo ou é atravessada por eles, o que nos remete às formas como os modos de produção se inscrevem na história. O espaço é, assim, de modo dinâmico e unitário, o lócus onde se materializa a ação humana através do trabalho: “O espaço

Das cidades

Todo dia acorda cedo pro trabalho
Bota seu cordão de alho
E segue firme pra batalha
Olho por olho
Dente por dente
Espalha
Lei da Babilônia é diferente
Quem vigia compra trevo escapulário
Bota seu cordão de alho
E segue firme pra batalha
Olho por olho
Dente por dente
Espalha
A Lei da Babilônia é diferente
Já na descida e não sabe descer
dançando
Sabe subir na vida e não sabe subir
sambando
E quando sai da cidade
Saudade sai bagunçando
E quando chega a saudade
A saudade sai bagunçando
Dividir Salvador
Dividir Salvador diz em
Que cidade você se encaixa
Cidade Alta, Cidade Baixa
Diz em que cidade você
Oh oh oh Bagda
(BaianaSystem)

é aqui concebido como o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente”. (SANTOS, 2008, p. 46)

Não adentraremos aqui no debate sobre as relações entre produção, circulação e comunicação suscitadas pela obra de Milton Santos, como também as proposições contidas na matriz espaço-temporal proposta por Harvey (2012), que articula aos referidos conceitos as dimensões materiais, concebida e vivida. Apelamos a Harvey reafirmando a necessidade de conexão, do ponto de vista analítico, do tempo e do espaço, como também da associação dessas dimensões à teoria do valor de Marx (particularmente, ao valor de uso e valor de troca na cidade): “É apenas quando a relacionalidade se conecta ao espaço e ao tempo absolutos da vida social e material que a política se torna viva. Negligenciar esta conectividade é condenar a política à irrelevância”. (HARVEY, 2012, p. 37)

Essa formulação de Harvey nos conduz ao conceito de território em Milton Santos – que apresenta significados e qualificativos distintos ao longo da sua obra –, que, a partir de um marxismo pouco ortodoxo, associa território à formação social, à síntese de múltiplas determinações ou mesmo como a formação socioeconômica: “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. (SANTOS, 2002, p. 13)

Assim, a qualidade do ambiente urbano pode variar em função de aspectos naturais, sociais, no tempo, no espaço, no território. Os elementos propriamente naturais estão permanentemente carregados de significados – sem perder a dimensão da historicidade da natureza –, o que nos remete à noção de território, nesse caso

particular, aos conceitos de bairro e de bacia hidrográfica. Trata-se de relacionar, na escala temporal do cotidiano da cidade, esses distintos elementos que conformam a qualidade do ambiente e dão concretude a uma cidade particular – no caso, Salvador.

Espoliação urbana

O conceito de espoliação urbana surge na literatura brasileira na década de 1980 como uma tentativa de compreender os processos de constituição da cidade no cenário de industrialização brasileira e periférica, que, segundo Lúcio Kowarick, conjugavam a exploração extensiva da mão de obra e a precariedade no acesso a infraestrutura e serviços de consumo coletivo, conformando uma situação de “acumulação primitiva”, com a não inclusão, na remuneração do trabalho, nem assunção por parte do Estado dos custos da reprodução da força de trabalho. Buscava-se compreender, então, como um expropriado do campo se convertia em um espoliado urbano, a relação entre sobreexploração do trabalho, o acesso a infraestrutura e a bens de consumo coletivo e à vida na cidade. (KOWARICK, 1979)

O conceito de espoliação urbana, como originalmente definido por Kowarick ao longo dos anos 1980, é atualizado pelo próprio autor em obra datada dos anos 2000:

um conjunto de *extorsões* que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta dele. (KOWARICK, 2000, p. 22)

A compreensão de tal processo requer a explicitação da natureza de classe da produção e reprodução socioespacial e da ação do

Centro é o lugar que é perto e onde tem o que se precisa. É aonde chega o transporte, tem água todo dia na torneira, rede de esgoto, escola e posto de saúde, segurança, agência bancária, cinema e praça. Periferia é o longe. É onde não tem nada ou tem muito pouco. Nossas cidades têm vários centros e várias periferias e, em Salvador, tem periferia no Centro.

Estado na cidade. Não ter acesso aos meios de produção e pertencer a classes e estratos de menor renda situam o indivíduo na condição de morador da “periferia”, ainda que esse território esteja geograficamente situado em áreas consideradas como centrais. Os conceitos de “centro” e “periferia”, aqui, ultrapassam a dimensão estritamente geográfica, ao menos em seu sentido mais estrito, e ganham um caráter geopolítico, ou seja, são denominações para territórios constituídos por relações sociais diversas entre Estado, capital e sociedade, relações que se materializam em ações, políticas e investimentos públicos e privados diferenciados, com repercussões distintas na qualidade do ambiente e nas condições de vida dos moradores da cidade.

Essa tentativa de compreender as desigualdades na cidade a partir dos conceitos de centro e de periferia não pretende, como registra Francisco de Oliveira (2011), reproduzir uma concepção e uma prática dualistas. Da mesma forma, é preciso registrar que os referidos conceitos não dão conta da diferença, da diversidade, uma vez que são constituídos a partir do pressuposto da hierarquia. Como registra de forma cristalina Angelo Serpa (2007, p. 70), “a noção de centro-periferia dá conta das desigualdades, mas não das diferenças. O desigual é melhor ou pior, o diferente é apenas diferente”. Faz diferença morar em bairro “nobre” ou em um bairro “pobre”, ser pobre e morar próximo a um bairro “de rico” e ser pobre e viver na “periferia da periferia”. Faz diferença sim morar na Cidade Alta, na Cidade Baixa, no Miolo, no Subúrbio ou na Orla Atlântica em Salvador. E, nesse caso, ser diferente significa ser desigual.

Enfim, ainda que as condições de pobreza ou mesmo de desigualdade sejam mantidas, a diferença de acesso à moradia, à escola, ao posto de saúde, ao transporte, à iluminação pública, à segurança, ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, à limpeza urbana, ao mercado, à padaria e à agência bancária pode melhorar as condições de vida dos moradores da cidade:

[...] se os graus de pauperização são mantidos inalterados, rebaixados ou minorados, os padrões de reprodução urbana poderão piorar ou melhorar em razão do que os moradores consigam obter do poder público em termos de serviços e equipamentos coletivos, subsídios à habitação ou facilidades de acesso à terra provida de infraestrutura. (KOWARICK, 2000, p. 23)

Ao longo das últimas décadas, continuamos a observar a expansão das metrópoles para as bordas e a consolidação de enclaves urbanos, do retorno de investimentos a centros antigos e deteriorados, com a correlata expulsão de moradores pobres dessas áreas. Apesar da redução da pobreza e da ampliação no provimento de infraestrutura e prestação de serviços, na primeira década dos anos 2000, o que se constata é que alterações realizadas não chegaram a modificar o histórico padrão de segregação socioespacial que caracteriza nossas cidades.

Em muitas situações, o acesso à terra urbana e à moradia, assim como o provimento de infraestrutura e serviços, sempre esteve subordinado à lógica de acumulação de grupos econômicos e de interesses do capital privado, corporações cujo objeto de acumulação é a terra urbana, por meio da realização de interesses devidamente representados em governos, inclusive, qualificados como progressistas e democráticos.

O conceito de espoliação urbana, como formulado por Kowarick, ajuda-nos a superar a compreensão dual das nossas cidades, a ideia de que, em cada cidade, existem “duas” cidades: a formal, resultado de uma razão ordenadora, produto da ação estatal; e a outra, informal, fruto da obra coletiva dos excluídos, onde o Estado ainda não chegou. É preciso fugir da concepção binária e dualista dos processos de produção de cidade e compreender que essa forma particular de estruturação da vida social

se materializa, no atual tempo histórico, como várias cidades em uma só – cidades formais, informais, para(in)formais, invisíveis, todas incompletas e partidas. Precisamos encarar o desafio de construir indicadores, métricas e marcos teóricos que deem conta das formas distintas de inserção no mundo do trabalho ao patrimônio ambiental, como também do acesso à infraestrutura e aos serviços que determinam a qualidade do ambiente urbano na cidade – estes, também, repletos de objetos inacabados, incompletos e partidos, objetos que não são nem natureza nem sociedade, mas as duas coisas ao mesmo tempo.

Classe, pobreza, raça, gênero e gentrificação

O conceito de espoliação urbana conduz-nos, então, a questões relativas a classe, pobreza, raça, gênero e gentrificação nos processos que conformam os distintos territórios e as distintas qualidades do urbano. A recorrência ao conceito de classe, inevitavelmente, coloca a questão sobre a atualidade ou pertinência do recurso a essa categoria analítica no atual cenário de pós-globalização e financeirização (da mudança do perfil do trabalhador e mesmo da perda da centralidade do trabalho, diriam alguns) e da análise de uma cidade situada na periferia do sistema capitalista (que não se caracteriza, exatamente, pela existência de uma classe operária), sobretudo quando indivíduos, os grupos sociais, declaradamente não se reconhecem como parte, como integrante de uma classe social.

Defendemos a posição teórica e, conseqüentemente, política de que precisamos falar de classe – sem nenhum receio de ser *démodé*, diante de todas as divergências em torno do conceito no campo do próprio marxismo e com todas as dificuldades que a operacionalização do conceito envolve.

Procuraremos, aqui, fugir das tentativas de associação entre os conceitos de classe de inspiração marxista e o weberiano, como o faz Erik Olin Wright (1997), ainda que a sua proposta de operacionalização do conceito de classe possa ser uma referência a ser levada em conta. Consideramos, entretanto, que a tentativa de operacionalizar o referido conceito não deve nos conduzir às ferramentas sugeridas pelo marxismo analítico, como propõe Gerald Cohen (2013). Como ressalta Cohen, o pensamento analítico é contrário ao dialético, no sentido de que se propõe a incorporar no âmbito da análise marxista um conjunto de metodologias e técnicas externas ao campo, “não convencionais”, em uma tentativa de busca de “precisão do enunciado” e “rigor do argumento”. O referido autor se reporta, entre outras, às teorias da decisão, dos jogos e da escolha racional, genericamente situadas no campo do pós-positivismo. Para Cohen, trata-se de combater o caráter doutrinário e verborrágico de *bullshit* do marxismo: “de fato, existem marxistas que não são nem analíticos, nem verborrágicos; mas, uma vez que o marxismo pré-analítico (tal qual podemos denominá-lo) encontra o marxismo analítico, ele deve ou se tornar analítico ou se tornar verborrágico”. (COHEN, 2013, p. 28-29)

Não pretendemos entrar no debate sobre o caráter mais ou menos ortodoxo do chamado marxismo analítico. Mesmo diante da dificuldade de operacionalização, conferir caráter científico ao conceito de classe não significa, necessariamente, deslocar-se da matriz original na qual o referido conceito foi formulado em direção à matriz positivista. A tentativa de construção de indicadores e índices que possam contribuir com a construção de métricas auxiliares em processos de análise, que possam dialogar com várias matrizes teóricas, é sempre um desafio teórico e empírico. É preciso estar sempre atento para as implicações epistemológicas, os limites e as possibilidades teóricas dos vários deslocamentos metodológicos sugeridos.

Voltemos, então, ao conceito de classe social que deve servir de suporte para a análise segundo as dimensões, componentes e sub-componentes delimitados neste estudo e que deve fundamentar a construção deste trabalho. Essa formulação, de natureza objetiva e subjetiva, que implica a produção de um conhecimento inter e transdisciplinar – ainda que a constituição de campos de conhecimento traga frutos relevantes, romper com seus limites é de fundamental importância –, aborda aspectos sobre a forma como os indivíduos produzem materialmente a sua subsistência, a natureza das relações sociais que tecem e também as possibilidades, historicamente determinadas, de maior ou menor reconhecimento da sua condição de classe. Não se trata aqui de travar um debate sobre as múltiplas inter-relações entre os aspectos econômicos, políticos e ideológicos do significado dos processos por meio dos quais a classe se transforma em sujeito político.

Partimos, aqui, do pressuposto ontológico que afirma a centralidade do trabalho nos tempos de antes e de agora: estamos diante de novas configurações do capitalismo, da cidade, do trabalho e das formas de organização dos trabalhadores. Isso não significa a superação, mas a necessidade de atualização conceitual. O fato histórico da emergência de organizações sociais que não têm como lócus a fábrica não torna o trabalho um elemento secundário na luta social e na compreensão do capitalismo e da cidade no século XXI. Mudam as formas de produção e reprodução do capital, da natureza, da cidade, o perfil do trabalho e do trabalhador e mesmo as formas de organização e de luta, porém o trabalho permanece como elemento estruturante dos referidos processos – a menos que consideremos que a ação, essencialmente política, de produção e reprodução da vida tenha perdido o sentido. Essa é uma profissão de fé, diriam alguns. Preferimos qualificá-la como um pressuposto, a exemplo do que fazem os que afirmam a tese contrária. Distanciamos-nos, assim, por

exemplo, de autores como Claus Offe (1989) e André Gorz (1987), que afirmam a perda da centralidade do trabalho e, conseqüentemente, o esvaziamento teórico e prático do conceito de classe.

Colocamo-nos, então, a tarefa de compreender Salvador a partir dos conceitos estruturantes de espoliação urbana e de classe como determinantes da desigualdade na periferia do capitalismo no século XXI, tendo como estratégia empírica capturar as desigualdades que se expressam e impregnam o ambiente urbano da cidade.

Apesar da dificuldade de encontrar em Karl Marx e Friedrich Engels (1982) uma definição mais acabada do conceito de classe – que se encontra espalhado no conjunto de sua obra e tem também um caráter operacional –, reafirmamos aqui o conceito que define classe como o lugar que determinado sujeito social ocupa no processo de produção das suas condições materiais e simbólicas de vida. Essa definição não nos filia a interpretações individualizantes ou economicistas. O pressuposto é o de que as pessoas, melhor dizendo, as classes se constituem e se diferenciam pelo acesso ou não aos meios de produção que garantem a subsistência, tendo o referido conceito vários elementos constitutivos, a saber: a economia (e seus diferenciados níveis de desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção), a política e a ideologia (que se traduzem em formas distintas de luta e de representação).

Deixemo-nos, aqui, guiar por Ricardo Antunes (2018) e por algumas das suas formulações sobre classe e trabalho nos dias de hoje. Começamos pela noção de “classe-que-vive-do-trabalho”, que diz respeito àqueles que vivem da venda da sua força de trabalho, mais ou menos qualificada, e que abarca trabalhadores produtivos e improdutivos – que não participam de forma direta da criação da mais-valia. Onde ficam, então, na estrutura de classes, os gestores do capital? Não integram o que ele qualifica como trabalhadores ou classe-que-vive-do-trabalho? E aqueles que vivem da especulação

A espoliação urbana é o resultado da associação entre exploração do trabalho e precariedade de acesso a infraestrutura, serviços e terra urbana. (KOWARICK, 1979)

e de rendas, como os pequenos empresários, a chamada “pequena burguesia”? (ANTUNES, 2018)

A compreensão do conceito de classe e de trabalho no contexto dos atuais processos de produção e valorização do capital pode conduzir-nos a vários desenhos ou operacionalização dos referidos conceitos. Em primeiro lugar, consideramos que a classe-que-vive-do-trabalho tem um perfil bastante diferenciado, que pode abarcar do velho e novo proletariado fabril e de serviços - herdeiros do taylorismo/fordismo e do toyotismo - ao gestor do capital e ao trabalhador do chão de fábrica, ao terceirizado. Abarca, ainda, o “conta própria”, o “autônomo”, dono dos meios e condições de trabalho.

Cada inserção particular confere especificidade ou torna diverso, inclusive em termos de interesse, o que o conceito abarca sob o nome de trabalhador. Em linhas gerais, compreendemos que a estrutura de classe, particularmente em realidades como as de Salvador, situa em lugares distintos os qualificados como empregadores (que podemos nomear como burguesia em seu sentido mais amplo) e empregados (que envolve trabalhadores qualificados, gestores do capital, trabalhadores de chão de fábrica, prestadores de serviços ou trabalhadores produtivos e improdutivos, além dos “pequenos proprietários”, formais ou informais).

Aproximamo-nos, assim, do conceito de pobre, de pobreza, como formulado por Dias (2017), ainda que tenhamos alguma reticência em relação às suas formulações, e da compreensão de Milton Santos sobre a relativa autonomia dos processos de circulação e de comunicação na constituição da vida social. Consideramos que o conceito sistematizado por Dias (2017) encarna uma possibilidade de síntese das noções de espoliação urbana, classe e território - o que possibilita uma aproximação rica da realidade de Salvador.

Pobre, segundo Dias, é o indivíduo que se insere de modo precário na cidade: “é o indivíduo que tem, na maioria dos casos, habitação

diferenciada”, que não acessa - ou o faz de modo precário - um conjunto de “técnicas do meio técnico-científico-informacional”, que habita “áreas com maiores índices de violência contra a pessoa e violência policial”, que “não tem um atendimento pleno dos serviços essenciais, [a] exemplo de água encanada, luz, esgoto, coleta de lixo [...] e transporte público [...], [e] tem renda, quase sempre, abaixo dos setores médios [...]”. (DIAS, 2017, p. 44)

Porém, como considera Dias (2017), a condição de pobre, a pobreza, produz também possibilidades de resistência - que decorrem, sobretudo, da necessidade que a vida impõe. Ser pobre e ser pobre em Salvador significa estabelecer “relações de parentesco e vizinhança diferenciadas [...]”, praticar “relações comerciais de forma muito acentuada com e no circuito inferior da economia”, ter “terrenos e edificações sem titulação através do Estado” e ser “um negro ou afrodescendente”. Adicionalmente, “[...] essas características estão estreitamente vinculadas às práticas sociais que estabelecem uma estreita relação dialética com a materialidade onde os pobres habitam, o bairro popular e o uso do seu território”. (DIAS, 2017, p. 44)

Desse modo, neste estudo, trabalharemos com o conceito de classe associado ao conceito de pobreza. O conceito de classe se estrutura, sobretudo, mas não exclusivamente, a partir da sua inserção nos processos produtivos, no mundo do trabalho, como proprietários e não proprietários dos meios de produção, como empregadores, empregados e autônomos - de acordo com a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Adicionalmente, associaremos aos referidos conceitos elementos relativos a renda - diante da dificuldade de acesso a dados sobre a posse de bens e capital, trabalharemos com os rendimentos declarados em pesquisas amostrais do referido instituto -, escolaridade, relações de trabalho, assim como ao acesso a infraestrutura e serviços de consumo coletivo.

A associação entre os conceitos de classe e de pobreza permite compreender a condição de “ornitorrinco” da formação social brasileira (OLIVEIRA, 2011) e permite falar das distintas condições e formas que o trabalho adquire, do emprego e do desemprego, do mercado formal e informal de trabalho, dos circuitos econômicos, que se diferenciam e se interpenetram, dos que vivem nas mais distintas condições de proteção e desproteção – do trabalhador do chão de fábrica, do funcionário público, do empregado do comércio e dos serviços, do desempregado e do trabalhador em situação de rua. Todos esses são moradores dos bairros populares, lugar onde se concretiza a vida dos que aqui denominamos de pobres e que recebeu ao longo do tempo as mais distintas denominações: periferia, ocupação, invasão, moradia subnormal, favela, cortiço, avenida, conjunto, comunidade, entre tantas outras. (DIAS, 2017)

Alguns elementos perpassam e qualificam as referidas categorias e inserções: a divisão sexual e étnica do trabalho. A complexa relação entre classe, raça e gênero em Salvador – a exemplo de muitas das nossas capitais, porém aqui em uma escala maior – traduz-se no fato de que ser pobre significa ser negro. Adicionalmente, parcela significativa da população economicamente ativa se encontra na condição de mulheres negras e pobres – são as responsáveis pelo domicílio, o carro-chefe da família nuclear e estendida. Desse modo, as questões relativas ao gênero têm especial relevância em uma cidade como Salvador, onde a inserção da mulher no mundo do trabalho é profundamente marcada pela pobreza e pela forma como se articulam as diferenças de gênero, raça e classe.

É preciso aqui ressaltar que o tratamento de questões relativas a gênero e raça neste trabalho está longe de dar conta dos ricos e múltiplos campos de conhecimento, que têm ganhado autonomia e produzido marcos teóricos e práticas políticas de expressiva densidade. Pretendemos tão somente nos aproximar de referências

teórico-práticas que nos auxiliem na compreensão dos vários elementos que perpassam e estruturam os distintos ambientes em uma cidade como Salvador.

Nesse caso particular, a compreensão da inserção da mulher em uma cidade como Salvador, forçosamente, leva-nos à aproximação do conceito de reprodução social como o originalmente formulado por Cristina Carrasco (1991). A autora compreende a reprodução social, perpassada por relações de poder, como

um complexo processo de tarefas, trabalhos e energias cujo objetivo seria a reprodução biológica [...] e a da força de trabalho. Incluiria, também, as práticas sociais e os trabalhos de cuidados, a socialização e a satisfação das necessidades humanas, os processos de relações sociais que determinam a manutenção das comunidades, considerando serviços públicos de saúde, educação e transferências que reduzissem o risco de vida. (CARRASCO, 2018, p. 45-46)

Assim circunscrito, o conceito se propõe a superar a dualidade produção-reprodução, que, segundo a autora, está profundamente marcado pelo patriarcalismo. Ela se reporta, fundamentalmente, ao trabalho feminino no âmbito doméstico, historicamente invisibilizado, de fundamental importância para a reprodução social, mas também às formas estratificadas de inserção da mulher no mundo do trabalho. Afinal, o conceito de reprodução precisa se reportar ao âmbito doméstico, como também às condições de produção e reprodução no mundo do trabalho – que confere valor diferenciado ao trabalho feminino.

Com essas referências estamos, então, situando-nos no múltiplo e diverso campo teórico da economia feminista, da proposta de “recuperação da experiência feminina”, da crítica à perspectiva teórico-prática que lida com as questões de gênero a partir do modelo patriarcal e que não coloca em questão as formas de inserção da mulher no mundo do trabalho e não problematiza a produção do

Pobre é o indivíduo que se insere de modo precário na cidade. (DIAS, 2017)

valor no âmbito do trabalho doméstico – elemento de fundamental importância na produção e reprodução social. (CARRASCO, 2018)

Esse olhar descortina vários e necessários pontos de ruptura, por exemplo, com as perspectivas teóricas neoclássicas ou marginalistas, que concebem a economia tão somente – ou sobretudo – a partir da produção de bens e serviços que se efetiva no âmbito do mercado. Ainda segundo Carrasco (2018), é preciso aprofundar a crítica da compreensão, forjada em muitas das interpretações de cunho marxista que historicamente subordinam a problemática de gênero, como também a de raça, ao equacionamento dos conflitos de classe. É preciso fazer a necessária distinção entre valor econômico e valor monetário, fundamental para compreendermos as relações entre produção e reprodução social e as questões relativas a gênero e raça. Nenhum sistema se reproduz sem garantir a reprodução da força de trabalho – o que coloca no centro do debate a tradicional divisão sexual do trabalho.

Carrasco agrega ao conceito de reprodução a dimensão do “cuidado”, compreendido como o atendimento às “diferentes necessidades humanas básicas, como comer diariamente, manter-se limpa/o, viver em um espaço limpo, etc.”. Trata-se de trazer à luz a “mão invisível” do trabalho realizado no âmbito doméstico: “se (Adam Smith) tinha sua comida garantida, não era só porque os comerciantes serviam a seus próprios interesses através do comércio. Adam Smith também tinha sua comida garantida porque sua mãe se encarregava de colocá-la na mesa todos os dias”. (MARÇAL, 2016, p. 29 apud CARRASCO, 2018, p. 47) “Mas ele foi incapaz de perceber isso e, portanto, de teorizá-lo”. (CARRASCO, 2018, p. 47)

Porém, estamos falando de cidade, de espoliação urbana, de renda da terra, de gentrificação e de gênero. Precisamos, então, referir-nos a um outro componente: a herança colonial que impregna a cidade do Salvador; precisamos falar do conceito de raça e do racismo como

elemento estruturante da qualidade do ambiente urbano. A despeito dos debates em torno da natureza ontológica do conceito, na Cidade da Bahia, cotidianamente, são recriadas as condições estruturais que fazem de Salvador uma cidade na qual a desigualdade guarda de forma muito peculiar a memória da herança escravocrata.

Inicialmente usado nas ciências naturais para classificar o mundo natural, o conceito de raça foi ressignificado, particularmente a partir do século XVIII, como recurso para submissão de populações. Assim, tem uma forte ligação com circunstâncias históricas, relacionado com questões de poder, conflito e interesse, tratando-se de um conceito relacional e histórico associado à construção da política e da economia nas sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2019)

O fato é que o conceito de raça permanece sendo uma ferramenta organizadora da vida social e política e constitui um núcleo semântico em torno do qual se organizam sistemas identitários – individuais, grupais, nacionais – e sistemas ideológicos de organização social: a raça continua a ser um critério de acesso e distribuição de recursos socialmente significativos em pleno século XXI. (MENDES, 2012) Partimos, aqui, da compreensão de que o conceito de raça é uma construção social e que ele se materializa, ao longo do tempo, em distintas estratégias de exploração, subordinação e de racismo.

O racismo é, assim, um processo complexo que envolve a condição de subalternidade e privilégio que é distribuída entre os grupos raciais reproduzidos nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. Como afirma Silvio Almeida (2019, p. 32), “o racismo é uma forma sistêmica de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo

social ao qual pertencam”. A viabilidade da reprodução sistêmica do racismo é concretizada nas desigualdades políticas, econômicas e jurídicas da sociedade, e assim são recriadas as condições para que os grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. (ALMEIDA, 2019)

As considerações de Aldon Morris e Vilna Bashi Treitler (2018, p. 28) sobre as condições de vida da população negra nos Estados Unidos valem para os quatro cantos do mundo, valem para Salvador: “[...] as disparidades raciais em termos de renda, riqueza, bairros de residência, educação, pobreza, encarceramento, saúde e expectativa de vida são gritantes”. A noção de raça é atualmente um fator político importante utilizado para naturalizar desigualdades perceptíveis na cidade e legitimar a segregação e o genocídio. (ALMEIDA, 2019, p. 31) E a estrutura de classe, modernizada e globalizada, reatualiza permanentemente essa determinação.

Deixemo-nos tomar, aqui, pela vertigem provocada por uma carta escrita em 25 de outubro de 2014 por Gabriela Leandro Pereira, mulher negra e, à época, doutoranda do curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Carolina Maria de Jesus (1914-1977), mulher negra e poeta, moradora do “barraco número 9, da Rua A, da favela do Canindé”. na cidade de São Paulo, escritora e compositora – muito conhecida pela publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, datado de 1960. Pedimos a Gabriela licença para reproduzir aqui algumas das passagens desse feliz encontro.

Como registra a missiva de Gabriela, 100 anos separam a escrita da carta do nascimento de Carolina. “Tão longe e tão perto”, afirma Gabriela. Essa dimensão temporal é relevante, uma vez que traz a noção de rupturas, mudanças e continuidades em relação à questão racial no Brasil. “Trago notícias boas, e outras nem tanto assim”, como antes registrado, no ano de 2014. De bom,

o fato histórico de que “[...] essa geração de moradores das favelas, dos bairros populares, das periferias, tem se apropriado com grande mérito de toda uma história, uma herança acumulada e marginalizada por tanto tempo e transformando-a em potência”. (PEREIRA, 2015, p. 16) Estávamos, ainda que não soubéssemos, no fim de um círculo, mais ou menos virtuoso, de construção de um processo democrático – ainda que dentro dos limites da clássica democracia liberal burguesa cada vez mais territorializada e fragmentada – e de implementação de um conjunto de políticas públicas de caráter inclusivo.

Naquele momento, em 2014, Gabriela afirmou: “muito menos gente hoje morre de fome”. Mas “nem tudo foi mudança”, ressalta: “A pobreza tem diminuído, mas continua criminalizada”. E “a fome é amarela”, diz-nos Carolina por meio de Gabriela. E fome e racismo, muitas vezes, andam juntos.

Os negros continuam morrendo aos montes, presos aos montes, e a polícia coage mais do que nunca. Segundo dados da Anistia Internacional, dos 30 mil jovens que morrem assassinados todo ano no Brasil, 77% são negros! Ser jovem, negro, pobre e morar na periferia, é estar ali, colado com a morte.

Todo dia cai um. Todo dia alguém some. Apesar de alguns sumiços terem tido visibilidade na mídia, como foi o caso recente do pedreiro Amarildo, na Rocinha (Rio de Janeiro), a maioria desaparece sem que qualquer investigação seja feita e nunca mais se tem notícias. Às vezes some-se mesmo estando vivo, tipo o Odonato, personagem que de tão miserável foi ficando transparente no romance do angolano Ondjaki.

Hoje, a fome, que apenas foi reduzida, volta a assombrar quem vive na cidade e no campo. E as estatísticas de violência, que

atinge sobretudo nossos jovens e negros, sobretudo, não param de crescer, inclusive em governos ‘progressistas’.

E o ‘desfavelamento’, implementado inclusive pelos governos progressistas continua a levar ‘os moradores para longe, para fora do centro, dos seus trabalhos’. Em São Paulo, no Rio, em Salvador, em todas as nossas cidades, a urbanização das favelas quase sempre perde a guerra contra as grandiosas operações imobiliárias. O mercado da construção civil é voraz, e a máquina pública conivente, salvo raríssimas exceções. Então o direito à cidade ainda não é pleno, ainda não foi alcançado em sua totalidade. (PEREIRA, 2015, p. 16-18)

Temos um caminho longo pela frente, afirma Gabriela. Nos dias de hoje, esse caminho parece-nos ainda mais longo e tortuoso.

Ainda existe uma luta grande a ser travada pelo direito à cidade. Ele precisa chegar a todos. Ainda se reproduzem e se naturalizam no urbano, processos secularmente injustos e perversos. Acredito que trazer você de volta é trazer para o visível uma discussão iniciada com seus diários e com sua polêmica presença. Foi incrível conhecê-la. Despeço-me assim, carregando-a comigo nessas páginas e lhe lançando à solta pela cidade. Aproveite o passeio e volte sempre que quiser. A cidade é sua! (PEREIRA, 2015, p. 16-18)

A discriminação que a população negra vivencia na cidade revela o quanto suas vidas são definidas por formas permanentemente atualizadas de discriminação e de violência. O fato é que a Cidade da Bahia, a despeito de todo o imaginário criado em torno da cordialidade, é violenta, e essa violência tem endereço: a periferia; tem faixa etária: 15 a 29 anos; tem gênero: masculino; e tem raça: pretos e pardos. Organizações internacionais e nacionais têm

divulgado índices de violência entre as distintas cidades, e Salvador tem aparecido sempre em lugar de destaque.

O assassinato da juventude negra tem-se consolidado no Brasil, na Bahia, como um dos mais relevantes problemas da nossa sociedade, e, especialmente em Salvador, essa situação é particularmente grave. (IPEA, 2020) A sensação de insegurança generalizada e a estigmatização de determinados grupos sociais têm dado lugar a diferentes dispositivos de controle e repressão. (SECCHI, 2020) Nesse quadro de violência, na Bahia, o Estado tem adotado uma linha de enfrentamento e embrutecimento no uso de suas forças policiais, o que tem alimentado o ciclo de violência. É preciso avaliar a política pública de segurança no estado. É preciso o recurso à inteligência e à investigação de modo a combater a expansão de facções criminosas que disputam o varejo de drogas em Salvador e no estado – fato que explica a ampliação das taxas de homicídio no conjunto do Nordeste. (IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019b)

As cidades podem ser lidas assim como os livros, e a leitura de Salvador, no que concerne à violência e à insegurança, sugere-nos que o direito à cidade deve incrementar a segurança urbana, uma vez que seu exercício implica o uso dos espaços públicos, o acesso à água, à luz, ao esgotamento sanitário e ao trabalho. Todos devem ter a possibilidade do usufruto da sombra de uma árvore, da visita a um parque ou uma praça, de poder andar pelas ruas da cidade a qualquer hora do dia ou da noite. Sentir-se seguro na cidade é fundamental para o reconhecimento da condição de cidadão, e a segurança, real e percebida, é fundamental à vida na cidade. (GEHL, 2015)

É nesse cenário que nos deparamos com uma outra forma de manifestação da violência: a fome; a dolorosa experiência da pobreza materializada na fome. Como afirma Josué de Castro, a fome sempre foi um tabu, nas letras e na vida. Publicado originalmente em 1951, o livro *Geografia da fome* traz o retrato de quão dramática

e persistente é essa realidade. Falando-nos da Índia em 1877, Castro relembra-nos como convivem riqueza e pobreza, fome e fartura:

de acordo com a sugestiva observação de Richard Temple – ‘enquanto tantos infelizes morriam de fome, o porto de Calcutá continuava a exportar para o estrangeiro quantidades consideráveis de cereais. Os famintos eram demasiado pobres para comprar o trigo que lhes salvaria a vida’.

E os negociantes de “Londres, Rotterdam e outras grandes praças europeias [...] faziam o possível para abafar na Europa os rumores longínquos desta fome longínqua, a qual, se tomada na devida consideração, poderia atrapalhar os seus lucrativos negócios”. (CASTRO, 1984, p. 21)

Salvador é uma cidade composta por uma população majoritariamente pobre, e o que se constata é que, a exemplo do que acontece no Nordeste, e em várias das nossas capitais, em uma linguagem mais técnica, o direito humano à alimentação adequada e à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está comprometido. E fazemos essa constatação 70 anos após a publicação do referido trabalho de Josué de Castro e quando o Brasil se apresenta, mais uma vez, no cenário internacional, como produtor de grãos, de alimentos.

Em Salvador, parcela considerável dos responsáveis pelos domicílios declarou passar por algum nível de insegurança alimentar. O conceito de SAN, além da ausência de comida, abrange aspectos de quantidade, qualidade, regularidade e sustentabilidade, como consta no artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. (BRASIL, 2006) Tais aspectos envolvem os custos de outras necessidades essenciais, além de determinantes socioeconômicos e políticas econômicas, sociais, assistenciais, agrícolas, ambientais e de preços de alimentos, nas mais variadas dimensões e escalas. (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011)

Gentrificação

O conceito de gentrificação – de *gentry*, nobreza, elitização, enobrecimento – traz de volta os velhos conceitos de periferização, de centro e de periferia e pode ser compreendido como resultante da movimentação de pessoas em função de novos fluxos de capital, da constituição de novas fronteiras de expansão do capital na cidade – é a volta à velha cidade, mas, dessa vez, esse retorno se faz por meio de investimentos públicos e privados que coloca pessoas, patrimônios históricos e ambientais em segundo plano.

Esse conceito nos remete à experiência inglesa de “requalificação” urbana, aos investimentos públicos e privados em espaços urbanos ocupados pela população pobre, que, com a valorização ou revalorização da área, é expulsa dos seus antigos locais de moradia. Vários são os exemplos de gentrificação na história mais recente das cidades: Friedrichshain, em Berlim, na Alemanha; e Williamsburg, em Nova York, nos Estados Unidos. Esse processo de produção da cidade, defendido por muitos, associa-se de forma clara à noção de espoliação urbana e de mais-valia urbana e coloca no centro do debate o acesso diferenciado a infraestrutura e serviços de consumo coletivo e os mecanismos de produção e reprodução da riqueza e da pobreza na cidade.

O referido conceito atualiza o mito da reinvenção da qualidade urbana cidadina perdida, reforçando a lógica da cidade enquanto uma mercadoria. A implementação seletiva de projetos urbanísticos, que encanta segmentos da população consumidora e frequentadora dos *points* da moda, inspirados em uma racionalidade pretensamente universalizante e estratégica, contempla interesses restritos, particulares – de

“[...] acho que a gente tem que refletir sobre a natureza das coisas, né?! A corporação policial no Brasil [...] [tem] um propósito que é defender a propriedade privada das possíveis ameaças produzidas pelos pobres e pelos de pele escura. [...] o que a gente tá vendo é que essa corporação que se especializou ao longo dos séculos em matar e morrer tem sido extremamente bem-sucedida. [...] é a polícia que mais mata, é a polícia que mais morre. Infelizmente, nas duas pontas do revólver, a gente tem pessoas não brancas, sacou? Muitas vezes [...], a violência perpetrada por esses agentes também vem de pessoas que são entendidas como pretas, são entendidas como pardas, sacou? Isso mostra a complexidade do que a gente tá atravessando [...]. E tem um elemento mais dramático, que é: todo mundo nesse momento tá atravessando uma situação muito difícil, e nem nesse momento de travessia de uma situação extremamente difícil pra todos os seres humanos que se sentem angustiados e ameaçados, o racismo não dá tréguas”. (EMICIDA, 2020)

Gentrificação é a requalificação de espaços urbanos originalmente ocupados por população pobre, que, com a valorização da área, passa a ser expulsa dos seus antigos locais de moradia.

investidores e segmentos de classe específicos –, e tem, quase invariavelmente, um custo social muito alto. (SMITH, 2005)

Nesse cenário de “reinvenção” da cidade, destaca-se mais uma vez o papel do Estado, particularmente do poder público municipal, na criação de condições necessárias para a “dinamização” da economia local, no estímulo a novos negócios, por meio da realização de investimentos em áreas de interesse, em especial, de investidores imobiliários. Um dos grandes problemas resultantes desse processo de produção e intervenção na cidade é a expulsão da população moradora das áreas gentrificadas. É nesse sentido que é preciso sempre desconfiar da revitalização da “velha” e “decadente” área.

A qualificação de um território, de um bairro, está associada a imperativos de natureza econômica e social. A literatura sobre cidade e planejamento urbano está repleta de termos e expressões que associam espaços de moradia, trabalho e lazer à “decadência”. Essa qualificação está impregnada por um sistema de valores que atribui a um conjunto de sujeitos sociais uma condição de subalternidade e degradação, mas também compõe uma noção de natureza, como apresentamos no início deste capítulo.

O retorno da natureza na cidade está sempre associado à ameaça e à revalorização da natureza enquanto norma de modo a evitar a degradação e os riscos. Essa natureza normativa carrega em si um conjunto de elementos éticos e estéticos, como sugere Noel Castree (2005), e frequentemente joga com a dimensão da pureza, de poluição e do perigo, do novo e do velho, o que contribui para a compreensão e a produção da cidade dual, ordenada e desordenada. O ideal de ordem e desordem da produção capitalista traz sempre consigo um conceito de natureza pronto para legitimar e naturalizar as expulsões, a despossessão e a desigualdade. Esses elementos éticos e estéticos da natureza são homogêneos e

homogeneizantes e tendem a eliminar os conflitos. Como sugere Mary Douglas (1966, p. 3):

Estas crenças a respeito das coisas que poderiam representar perigos constituem ameaças que são utilizadas para coagir os outros, assim como as pessoas podem temê-las em si mesmas [...]. Elas constituem uma potente linguagem de mútua extorsão. Nesse nível, as leis da natureza são levadas para a sanção de um código moral.

Em cidades com as características de Salvador, a exemplo de várias cidades da América Latina, o investimento público tem, tradicionalmente, levado à substituição, à expulsão de áreas centrais e históricas, infraestruturadas, da população pobre e negra, em nome desses elementos simbólicos naturais homogeneizantes como formas legítimas de operacionalizar esses processos – a requalificação do Centro Histórico na década de noventa e as obras atualmente em curso no centro antigo atestam esse fato. Como sugere o conceito de espoliação urbana, morar no centro ou na periferia, em uma periferia próxima ou distante do centro, faz diferença, muita diferença. E, como afirma Dias (2017), não existe *uma cidade*, abstrata, existem várias cidades; não existe uma periferia, o bairro popular, existem várias periferias e distintos bairros populares, construídos a partir de processos e relações distintos e complexos. Kowarick (2000), Santos (1977) e Dias (2017), através dos conceitos aqui apresentados, ajudam-nos a compreender o quão a cidade, com suas múltiplas territorialidades, pode ser múltipla e diversa.

Mais-valia fundiária urbana

O conceito de espoliação urbana solicita o de mais-valia fundiária urbana, uma vez que auxilia na discussão sobre a apropriação e distribuição de benefícios ou de ônus decorrentes do processo

de urbanização ao tratar a terra urbana e a produção de serviços como elementos de acumulação. O Estado, por meio da regulação do uso e ocupação do solo e de investimentos em infraestrutura e serviços de consumo coletivo, agrega valor à terra urbana, valor que é apropriado de forma muito diferenciada pelas distintas classes e segmentos sociais.

A política habitacional implementada nas duas primeiras décadas dos anos 2000, voltada para a população situada nas menores faixas de renda, uma conquista dos movimentos de luta pela moradia, atualiza, em um cenário político de redemocratização, o processo de deslocamento da população pobre para novas fronteiras de urbanização. De modo correlato, intensifica o uso de áreas consideradas nobres, ampliando o processo de desmatamento, impermeabilizando o solo e alterando as condições do ambiente urbano na cidade.

É na relação entre a mais-valia fundiária e as políticas de Estado que a noção de risco, entendido como construção social, ganha força. Isso ocorre porque a vulnerabilidade, aspecto central para a mensuração do risco, e os processos de vulnerabilização em Salvador evidenciam como o tipo de habitação e o consequente acesso à terra são componentes centrais da vulnerabilidade e, portanto, desvelam a forma e o conteúdo do planejamento e do não planejamento urbano, da ordem e desordem capitalista da (re)produção da cidade. É importante lembrar que esses pares operam concomitantemente e que as áreas tidas como “não planejadas”, geralmente aquelas reconhecidas como em risco, resultam de um planejamento urbano desigual e combinado, de um ordenamento que tem a desordem como fundamento. Nesse sentido, o contínuo estímulo à indústria da construção civil e ao consumo, particularmente o estímulo ao transporte individual em detrimento do transporte público, potencializa a situação de caos e crise urbano-ambiental.

A cidade do século XXI muda porque muda a lógica da acumulação nas últimas décadas. (CARVALHO, 2013) Como anteriormente afirmado, nesse cenário, a cidade, *per se*, e não apenas a terra e a prestação de serviços urbanos, passa a se constituir em mercadoria. Essa lógica, que ganha expressão a partir dos anos 1990, é reinventada no atual cenário de implementação, em uma escala internacionalizada, de megaprojetos de investimento e de requalificação urbana, que passam a imprimir um novo dinamismo à valorização da terra urbana. Esses projetos também reivindicam o meio ambiente urbano como aspecto central para a expansão do capital. As alterações climáticas e a insustentabilidade urbana imprimem novos conteúdos à reprodução do espaço urbano e reconfiguram os próprios sentidos da noção de crise urbano-ambiental. Em nome do meio ambiente, executam-se novos grandes empreendimentos, instituem-se novas lógicas de espoliação e de extração da mais-valia fundiária, tenta-se esvaziar os sentidos da crise e constroem-se modelos empresariais de cidade a partir da lógica das *smart cities*, *green cities* e do crescimento verde, o que reforça a lógica de privatização e valorização da terra urbana. (RODRIGUES, 2016) E muitos são os caminhos de privatização da terra:

[...] nas últimas décadas, a privatização passou a incluir a terra urbana anteriormente ocupada por grandes infraestruturas e serviços (portos fluviais ou marítimos, aeroportos, estações ferroviárias, aterros sanitários, indústrias etc.), declarados obsoletos ou deslocados para novos locais de grande extensão e estrategicamente situados na estrutura urbana, o que deu origem a grandes empreendimentos imobiliários privados [...].² (MÁRQUEZ LÓPEZ; PRADILLA COBOS, 2017, p. 46, tradução nossa)

2 “[...] en las últimas décadas, en la privatización se ha incluido la tierra urbana ocupada anteriormente por grandes infraestructuras y servicios (puertos fluviales o marítimos, aeropuertos,

Mais-valia fundiária urbana é a apropriação privada de benefícios decorrentes do processo de urbanização que se incorporam no valor da terra urbana.

A produção da riqueza na cidade sempre foi resultado da retenção e da agregação de valor à terra ou ao imóvel, por meio do zoneamento e de investimentos públicos, o que significa dizer que o valor da terra urbana é sempre determinado na sua relação com o entorno, o que explicita a complexa relação entre propriedade privada, renda e capital.

A apropriação privada da terra (que cria as condições para a produção da renda fundiária absoluta), associada à agregação de valor decorrente das suas características específicas (renda diferencial) e à exclusividade de determinadas características específicas (renda de monopólio), transforma a terra urbana em um elemento de acumulação. O conceito de mais-valia fundiária urbana reporta-nos, assim, à apropriação e à distribuição de benefícios decorrentes do processo de urbanização, particularmente no que diz respeito à produção do valor e à acumulação de capital na cidade. (BOTELHO, 2016; HARVEY, 1982; LOW-BEER, 1983)

Desse modo, os referidos conceitos de centro e de periferia não são nada mais do que o resultado da incorporação diferenciada de trabalho às distintas territorialidades no âmbito da cidade – é o que define o quanto custa morar em um “bairro nobre” ou em um “bairro pobre”. O quanto de valor é incorporado à terra urbana é, assim, um elemento estruturante na definição da qualidade do ambiente urbano.

Salvador, como toda cidade, tem na sua história um exemplo muito caro de como os conceitos aqui trabalhados se materializam na vida, no dia a dia da cidade. A exemplo do que aconteceu em várias capitais, nos anos 1970 e 1980, foi muito intenso o processo de remoção de ocupações em terra pública e privada, as chamadas

estaciones ferroviarias, basureros, industrias, etcétera) declarados obsoletos o relocados en nuevos emplazamientos, de gran extensión y ubicados estratégicamente en la estructura urbana, que há dado asiento a grandes proyectos inmobiliarios privados [...]”.

“invasões”, em Salvador, localizadas em áreas que se fizeram privilegiadas pela incorporação da mais-valia fundiária, pela proximidade com o Centro e pelo entorno formado por bairros residenciais ocupados pela elite. Salvador passava por um período de muitas obras de embelezamento e modernização de áreas privilegiadas da cidade, muitas voltadas para a indústria do turismo, às custas das expulsões violentas das invasões/ocupações preexistentes nessas áreas.

Maria Brandão (1981) registrou a origem e o crescimento dessas invasões/ocupações, que denominou de “periferias internas”, que surgiram nos vales e se consolidaram como bairros pobres para, em seguida, serem expulsos ou erradicados pelos interesses do setor imobiliário, com o apoio do poder público, que, inclusive, muniu essas ocupações com algumas obras de infraestrutura e urbanização, contribuindo para a valorização e posterior cobiça dessas áreas. Esse é o caso do Calabar – que conseguiu permanecer e, como outras ocupações, se converteu em bairro popular – e de tantas outras invasões/ocupações vizinhas que já sucumbiram, como o Mirante (hoje Jardim Apipema), a da praia da Bacia das Moças (no bairro de Ondina, na área de concentração de hotéis) e a da Curva Grande (onde hoje se situa o Instituto de Identificação Pedro Melo), entre tantas. Maria Brandão (1981, p. 135) caracterizou esse tipo de ocupação como um “processo de luta miúda, tinhosa, contra a água, contra a ladeira, contra o fundo encharcado dos vales internos...”.

Parece mesmo uma sina da população pobre nesse processo de expansão urbana: ocupa, trabalha, investe, sacrifica até mesmo necessidades primárias, como a alimentação, passa uma vida melhorando e investindo na casa, no seu bairro e, quando pensa que conquistou seu canto, perde para grupos de rendas elevadas. A pressão do capital imobiliário transforma os ocupantes “invasores” em “invadidos”, expressão cunhada por Alfredo Rodríguez,

Gustavo Riofrío e Eileen Welsh (1973) ao referir-se a processo similar ocorrido em Lima.

O Calabar lutou com garra para manter a área conquistada na labuta do dia a dia. E ainda hoje permanece bem próximo à praia (na Orla Atlântica, a praia dos ricos), ao lado do Jardim Apipema, de Ondina, em frente à Graça, bairros que são qualificados como nobres na literatura urbanística local e na fala do povo. A alta valorização dessa área pelo mercado imobiliário de Salvador referenda essa condição de “nobreza” – estão aí os metros quadrados dos mais caros de Salvador.

Ameaçados, os moradores do Calabar se organizaram a partir de 1979 e resistiram. Com uma organização liderada por jovens, com forte presença de mulheres, mães e donas de casa, os moradores do Calabar construíram um movimento de forte expressão no contexto do movimento de bairros de Salvador durante a década de 1980. Sustentando um tom de altivez e firmeza com as autoridades municipais de então, em audiências concedidas sob forte pressão, o movimento não recuou do enfrentamento, tendo vivido um acirrado conflito com a prefeitura, especialmente durante a primeira gestão de Mário Kertész, prefeito biônico entre 1979 e 1981. Vale lembrar que esse conflito ocorreu no contexto político nacional da ditadura militar, quando as manifestações públicas estavam proibidas e sujeitas à forte repressão. (OLIVEIRA, 1988)

Samuel Aarão Reis, à época, assessor do movimento popular em Salvador, assim apresentou o movimento:

[...] o Calabar é assim: luta por tudo a que tem direito e acha que tem direito a tudo que cidadão brasileiro tem. Por isso o Calabar não pede favor, luta e reivindica. Porque o Calabar tem dignidade, tem confiança na sua própria força, na força do povo organizado [...]. (REIS, 1987 apud OLIVEIRA, 1988, p. 53)

Reivindicando o direito de permanecer na área ocupada, como também de ter acesso a infraestrutura, equipamentos e serviços de consumo coletivo, o Calabar foi às ruas. E, *pari passu*, trabalhou na captação de recursos junto a entidades nacionais e internacionais financiadoras de projetos comunitários, o que pode ser entendido como importante estratégia para consolidação do bairro.

Os moradores do Calabar quiseram romper estigmas, mudar a imagem do bairro, diziam-se cansados de serem vistos e tratados como “marginais” e combateram o racismo, ainda que o carro-chefe do movimento fosse a luta pela moradia. Num primeiro momento, a associação de moradores buscou negociar com a prefeitura. Entretanto, a falta de efetividades das negociações frustrou a expectativa da comunidade. As propostas definidas entre os representantes da associação do bairro e da prefeitura não avançaram. Enfim, as promessas não foram cumpridas e a população se sentiu traída. Essa compreensão dá origem a uma mudança radical do processo. O Calabar partiu para o enfrentamento.

Elisete Zanlorenzi (1985), em sua dissertação sobre a luta do Calabar, produziu uma síntese eloquente sobre a realidade do bairro que estudou:

É esse o grito de um bairro de trabalhadores pobres, negros, superexplorados, perseguidos pela polícia, desrespeitados pelos poderes públicos, ameaçados pela especulação imobiliária e que, não fosse a atuação da associação de moradores, estariam ainda vivendo na lama, com esgoto a céu aberto, sem água, sem luz, e, acima de tudo, sem organização para resistir às constantes estratégias utilizadas pelos poderes públicos locais para expulsá-los da área que ocupam e capturar-lhes o direito de participarem como cidadãos da vida da cidade. (ZANLORENZE, 1985 apud OLIVEIRA, 1988, p. 48)

Nilce de Oliveira (1988) enfatiza o significado político da resistência da população do Calabar, destacando suas atitudes combativas e contestatórias, inclusive tendendo à radicalização – o que gerou dissidências com a Federação de Associação de Bairros de Salvador (Fabs) e reservas com a mediação do conflito com a prefeitura feita pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção Bahia (OAB-BA), e pela Arquidiocese de Salvador, considerada como muito conciliatória. O movimento do Calabar manifestou características importantes, como: a articulação, ainda que permeada de tensões, com outros agentes sociais, com o cuidado de preservação da sua autonomia; a cogestão dos equipamentos comunitários; a articulação entre luta política e demanda judicial pela posse coletiva da terra; e a tentativa de participação de decisões técnicas da prefeitura relativas às intervenções no bairro. Adicionalmente, é preciso registrar o fortalecimento da autoestima e da consciência política dos participantes adquiridas na luta e a fé na conquista da permanência na área, tal como atestado por uma participante da direção da associação quando relatou que as pessoas passaram a investir em suas casas, muito modestas, quando sentiram segurança de continuar no bairro, entendido como privilegiado por ser uma periferia no centro.

Nosso tempo, conceitos e resistência

No ano em que concluímos este trabalho, 2021, muitos dos avanços que haviam sido alcançados no processo de redemocratização, de melhoria da vida e do ambiente urbano no país estão sendo desmontados. Retrocesso, desânimo, perplexidade: essas palavras exprimem sentimentos que tomam conta de muitos que estiveram na luta pela realização da promessa, ainda que iluminista, de uma cidade e uma sociedade mais justas.

Mas também encontramos em cada esquina manifestações de resistência. Na rua, em instituições, na letra do texto. Este texto é isto: um ato de resistência. Consideramos que os conceitos aqui definidos de território, espoliação urbana, mais-valia fundiária, gentrificação, raça, gênero e classe se solicitam e se articulam por uma perspectiva teórico-crítica, que se alimenta de várias fontes, mas se preocupa com seus pressupostos e sua unidade epistemológica. Enfrentemos, então, o desafio teórico de articular e conformar o conceito de ambiente urbano a partir dos aspectos até então tratados – cujas tensões estão longe de ser resolvidas – e, assim, fundamentar a análise do ambiente urbano em Salvador. Esse é o caminho por meio do qual procuramos compreender os motivos pelos quais a promessa da cidade como liberdade e igualdade se realizou de forma parcial e diferenciada e os motivos pelos quais essa mesma promessa, nos dias de hoje, encontra-se profundamente ameaçada.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BAIANASYSTEM. Duas Cidades. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z8izpWlQ1zA>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- BAUDELAIRE, Charles. *Pequenos poemas em prosa*. São Paulo: Athena, 1937.
- BOTELHO, Maurilio Lima. Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária. *Espaço e Economia: revista brasileira de geografia econômica*, Rio de Janeiro, ano 4, v. 8, p. 3-21, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2273>. Acesso em: 28 jan. 2018.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 125-142.

BRASIL. *Lei nº 11.346, 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 14 dez. 2020.

CARRASCO, Cristina. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. *Temáticas*, Campinas, v. 26, n. 52, p. 31-68, 2018. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2019/03/Dossi%c3%aa-economia-feminista.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CARRASCO, Cristina. *El trabajo doméstico: un análisis económico*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1991.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Capital imobiliário e desenvolvimento urbano. *Caderno do CRH*, Salvador, v. 26, n. 69, p. 545-562, 2013. DOI: doi.org/10.1590/S0103-49792013000300009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000300009. Acesso em: 15 set. 2020.

CASTREE, Noel. *Nature*. Abingdon: Routledge, 2005. (Key Ideas In Geography).

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

COHEN, Gerald. *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

DIAS, Clímaco. Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25600/1/Climaco_Cesar_Siqueira_Dias_Tese_Doutorado_Final.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

DOUGLAS, M. *Purity and Danger: an analysis of concepts of Pollution and Taboo*. London: Routledge, 1966.

EMICIDA. Rapper Emicida fala sobre violência policial no Roda Viva: “O racismo não dá trégua”. [Entrevista concedida] ao Roda Viva. [S. l.]. 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TmZs4ngiAjY>. Acesso em: 29 nov. 2020.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992. p. 79-98.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOHN, Maria da Glória. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 79-103, 2014. DOI: [10.5007/2175-7984.2014v13n28p79](https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p79). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p79/28928>. Acesso em: 4 fev. 2018.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. *Revista GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HARVEY, David. *Limits to Capital*. London: Verso Books, 1982.

IPEA. *Atlas da violência 2020*. [Brasília, DF]: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência retratos dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019a. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8021-atlasdaviolencia2019municipios.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2019*. Brasília: IPEA; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019b.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100022&lang=pt. Acesso em: 24 nov. 2020.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Trinta e Quatro, 2000.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Editora: Paz Terra, 1979.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Ed. UNESP, 1988.

LOW-BEER, Jacqueline Doris. Renda da terra: algumas noções básicas para a compreensão do caso urbano. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 3, v. 8, p. 31-41, 1983.

MÁRQUEZ LÓPEZ, Lisett. El capital inmobiliario-financiero y la producción de la ciudad latinoamericana hoy Financial-real estate capital and the production of the Latin American city today. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 665-682, 2020. DOI: doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4901. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962020000300665&tlng=es. Acesso em: 28 out. 2020.

MÁRQUEZ LÓPEZ, Lisett; PRADILLA COBOS, Emilio. La privatización y mercantilización de lo urbano. In: HIERNAUX-NICOLAS, Daniel; IMELDA GONZÁLEZ-GÓMEZ, Carmen. *La ciudad latino-americana a debate: Perspectivas teóricas*. Mexico: Universidad Autónoma de Querétaro, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Progresso; Lisboa: Avante, 1982. (Obras escolhidas, t. I).

MATOS, Gregório de. *Poemas escolhidos*. Organização de José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MENDES, Maria Manuela. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades. *Vivência: revista de Antropologia*, Natal, v. 1, n. 39, p. 101-123, 2012.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORRIS, Aldon; TREITLER, Vilna Bashi. O estado racial da união: entendendo raça e desigualdade racial nos Estados Unidos da América. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 85, p. 15-31, 2019.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. O estado e o urbano no Brasil. In: BARROS, Joana; SILVA, Evanildo Barbosa da; DUARTE, Livia (org.). *Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FASE, 2013. p. 69-75 (Caderno de Debates, 2). Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Caderno_de_Debates_2.pdf. Acesso em: 13 maio 2018.

OLIVEIRA, Francisco. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. *Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 16, p. 5-25, 1976.

OLIVEIRA, Nilce de. *A educação no Movimento de Moradores do Calabar*. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988.

PEREIRA, Gabriela Leandro. *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*. 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_gabriela_leandro_pereira_1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

REIS, Samuel Aarão. Escola Aberta do Calabar. *Caderno de Educação Popular*, Salvador, n. 9, 1987.

RICARDO, Antunes. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. Coimbra: CES: Almedina, 2013.

ROCHA, Rejane Cristina. As formas do real: a representação da cidade em Eles eram muitos cavalos. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, Brasília, DF, n. 39, p. 107-127, 2012.

DOI: doi.org/10.1590/S2316-40182012000100007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2316-40182012000100007&script=sci_abstract. Acesso em: 11 dez. 2019.

RODRÍGUEZ, Alfredo; RIOFRÍO, Gustavo; WELSH, Eileen. *De invasores a invadidos*. Lima: Desco, 1973.

RODRIGUES, Arlete M. A matriz discursiva sobre o meio ambiente: Produção do espaço urbano – agentes escalas e conflitos. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUSA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2016.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, Márcio P.; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: PPGEU/UFF, 2002. p. 7-13.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: EdUSP, 2008.

SECCHI, Bernardo. *A cidade dos ricos e a cidade dos pobres*. Belo Horizonte: Editora Áyiné, 2020.

SERPA, Angelo (org.). *Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais*. Salvador: Edufba, 2007.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. New York: Routledge, 2005.

SWYNGEDOUW, Erick. The Antinomies of the Postpolitical City: In Search of a Democratic Politics of Environmental Production. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, v. 33, n. 3, p. 601-620, Sept. 2009. DOI: [10.1111/j.1468-2427.2009.00859.x](https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2009.00859.x). Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1468-2427.2009.00859.x>. Acesso em: 14 dez. 2020.

TAUNAY, Affonso de E. *Na Bahia de Dom João VI*. Salvador: Grandes Produções, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF. Laboratório de demografia e estudos populacionais. *Estas são as 50 cidades mais violentas do mundo (e 17 estão no Brasil)*. Juiz de Fora, 3 mar. 2018. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2018/03/13/estas-sao-as-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-e-17-estao-no-brasil/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

WRIGHT, Erik Olin. *Class Count*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ZANLORENZI, Elisete. *O correr da luta: trajetória de um movimento de bairro de Salvador*. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1985.



VIVER EM SALVADOR: O ÍNDICE DE QUALIDADE URBANO-AMBIENTAL DE SALVADOR (IQUASALVADOR)

Patrícia Campos Borja

Elisabete Santos

Luiz Roberto Santos Moraes

Nilce de Oliveira

Júlio Cesar Pedrassoli

Paulo C. Zangalli Jr.

Grace B. Alves

Tânia Benevides

Cintia Mendes Gama

Cláudia Bacelar

Fátima Fróes

Fátima Diz

Joilson Souza

Renata Alvarez Rossi

Felipe Tumenas Marques

Laércio Santos

Giselle Ramos Coutinho

Tássio Santos Silva

O Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador) agrega um conjunto de indicadores relativos aos aspectos físico-ambientais, de riscos ambientais e vulnerabilidade, socioeconômicos, de acesso a serviços básicos e habitabilidade, acesso a equipamentos públicos e coletivos, segurança pública e saúde, sendo recortados a partir das dimensões de raça e gênero. Os principais elementos que constituem o IQUASalvador são as dimensões: físico-natural; socioeconômica; de serviços e infraestrutura; de cultura e cidadania; e de bem-estar.¹ Segundo a estrutura do IQUASalvador, em uma escala de 0 (qualidade inexistente) a 1 (qualidade máxima), a qualidade do ambiente urbano na Cidade da Bahia tem uma variação de 0,42 a 0,80, com uma média de 0,57 (Tabela 1).

¹ A descrição detalhada da composição e dos procedimentos metodológicos da construção do IQUASalvador encontram-se no capítulo "Os caminhos da construção do Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)".

Tabela 1 – Análise descritiva do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 160)

Média	0,57
Desvio padrão	0,07
Máximo	0,80
Mínimo	0,41
Nº de bairros	160

Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Considerando as classes de qualidade, entre os 160 bairros da cidade analisados, 4,37% estão classificados na condição de “excelente”; 11,87% de “muito boa”; 30,00% como “boa”; e 53,76%, se enquadraram nas classes “regular”, “ruim” e “muito ruim”, o que significa que parcela expressiva dos nossos domicílios, das famílias, vive em bairros cuja qualidade do ambiente urbano não é satisfatória

(Tabela 2). O Quadro 1 e as Figuras 1 e 2 apresentam a distribuição dos bairros segundo a classe de qualidade do IQUASalvador.

Como afirmado ao longo dos capítulos apresentados neste livro, que abordam vários aspectos dos componentes do IQUASalvador, a qualidade do ambiente urbano da cidade varia em função do diferenciado usufruto do patrimônio ambiental, particularmente a vegetação e as águas; das distintas formas de apropriação da riqueza socialmente produzida e das condições nas quais se estrutura o trabalho; do acesso aos serviços, à infraestrutura urbana e às condições de moradia; do acesso à cultura e aos bens culturais; da exposição às situações de violência; da insegurança alimentar, do risco e da vulnerabilidade. Como registrado nas reflexões aqui desenvolvidas, em Salvador, essa diferenciação na qualidade do ambiente urbano encontra-se profundamente marcada pelas desigualdades de raça, classe e gênero.

Tabela 2 – Classes de qualidade do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 160)

Nº de classe	Classes	Variação do índice	Bairro			Domicílios		
			N	%	% acumulado	N	%	% acumulado
1	Excelente	0,70 a 0,80	7	4,37	4,37	592	3,88	3,88
2	Muito boa	0,63 a 0,69	19	11,87	16,24	1.782	11,68	15,56
3	Boa	0,57 a 0,62	48	30,00	46,24	4.786	31,36	46,92
4	Regular	0,53 a 0,56	49	30,63	76,87	4.741	31,07	77,99
5	Ruim	0,48 a 0,52	27	16,88	93,75	2.523	16,53	94,52
6	Muito ruim	0,41 a 0,47	10	6,25	100	836	5,48	100
Total			160	100		15.260	100	

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Quadro 1 – Bairros de Salvador segundo as classes de qualidade do IQUASalvador, 2018-2020 (N= 160)

Classes de qualidade	Bairros
Classe 1 Excelente	Caminho das Árvores, Graça, Itagira, Patamares, Piatã, Pituba e Vitória.
Classe 2 Muito boa	Barbalho, Barra, Brotas/Horto Florestal, Cabula, Cajazeiras II, Canela, Imbuí, Jardim Armação, Ondina/Chame-Chame, Pirajá, Pituáçu, Resgate, Rio Vermelho, Saboeiro, Santo Agostinho, Santo Antônio, Stella Maris, Stiep e Vila Laura.
Classe 3 Boa	Acupe, Alto das Pombas, Amaralina, Barreiras, Barris, Boa Viagem, Boa Vista de Brotas, Boca da Mata, Boca do Rio, Bonfim, Cabula VI, Caixa d'Água, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras X, Cajazeiras XI, Canabrava, Candeal, Cassange, Centro/Dois de Julho, Costa Azul, Doron, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Federação, Garcia, Itapuã, Itinga, Jaguaripe I, Jardim das Margaridas, Lapinha, Luiz Anselmo, Matatu, Monte Serrat, Mussurunga, Nazaré, Nova Constituinte, Nova Esperança, Ribeira, Roma, São Rafael, São Tomé, Saúde, Sete de Abril, Tororó, Trobogy e Vale dos Lagos.
Classe 4 Regular	Alto do Cabrito, Alto do Coqueirinho, Areia Branca, Baixa de Quintas, Beiru/Tancredo Neves, Boa Vista de São Caetano, Bom Juá, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Cajazeiras VIII, Caminho de Areia, Capelinha, Castelo Branco, Centro Histórico, Cidade Nova, Cosme de Farias, Coutos/Vista Alegre, Curuzu, Dom Avelar, Engenho Velho de Brotas, Fazenda Grande IV, Ilha dos Frades, Itacaranha, Jardim Nova Esperança, Jardim Santo Inácio, Macaúbas, Mangueira, Mares, Massaranduba, Mata Escura, Narandiba, Nordeste de Amaralina, Novo Horizonte, Paripe, Periperi/Colina de Periperi/Mirante de Periperi, Pernambuco, Plataforma/Ilha Amarela, Praia Grande, Rio Sena, Santa Cruz, Santa Mônica, São Caetano, São Cristóvão, São Gonçalo, São João do Cabrito, Vale das Pedrinhas, Valéria, Vila Canária e Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro.
Classe 5 Ruim	Águas Claras, Alto da Terezinha, Arraial do Retiro, Bairro da Paz, Calabar, Calabetão, Chapada do Rio Vermelho, Engenho Velho da Federação, Engomadeira, Fazenda Coutos, Fazenda Grande do Retiro, Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Cajazeiras, Liberdade, Lobato, Marechal Rondon, Moradas da Lagoa, Nova Brasília, Nova Sussuarana, Novo Marotinho, Palestina, Pau da Lima, Pau Miúdo, Pero Vaz, São Marcos, Sussuarana e Uruguai.
Classe 6 Muito ruim	Arenoso, Calçada, Campinas de Pirajá, Comércio, IAPI, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maré, Retiro, Santa Luzia e Saramandaia.

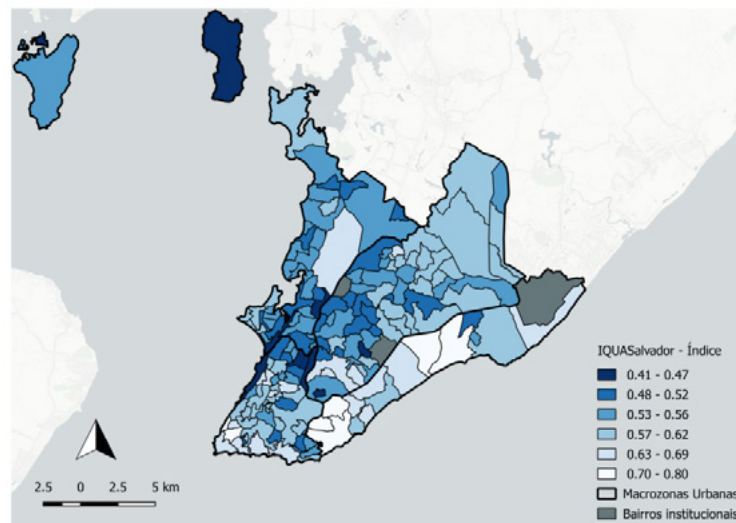
Fonte: produzido pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tais distinções se expressam no território da cidade, na escala intraurbana, da seguinte forma: os bairros qualificados como de melhor qualidade urbana e ambiental estão situados na Área Urbana Consolidada e na Orla Atlântica e os de pior qualidade estão localizados no Subúrbio Ferroviário e no Miolo da cidade de Salvador e nas Ilhas – a exemplo dos bairros Arenoso, Calçada, Campinas de Pirajá, Comércio, IAPI, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maré, Retiro, Santa Luzia e Saramandaia, na classe considerada como de pior qualidade; e Caminho das Árvores, Graça, Itaigara, Patamares,

Piatã, Pituba e Vitória, considerados como de excelente qualidade.² As exceções a essa regra são os bairros populares, onde mora a população situada nas menores faixas de renda, que, apesar da vizinhança com os bairros onde reside a população situada nas faixas intermediárias e altas de renda, tem acesso precário aos serviços públicos de consumo coletivo e à infraestrutura urbana.

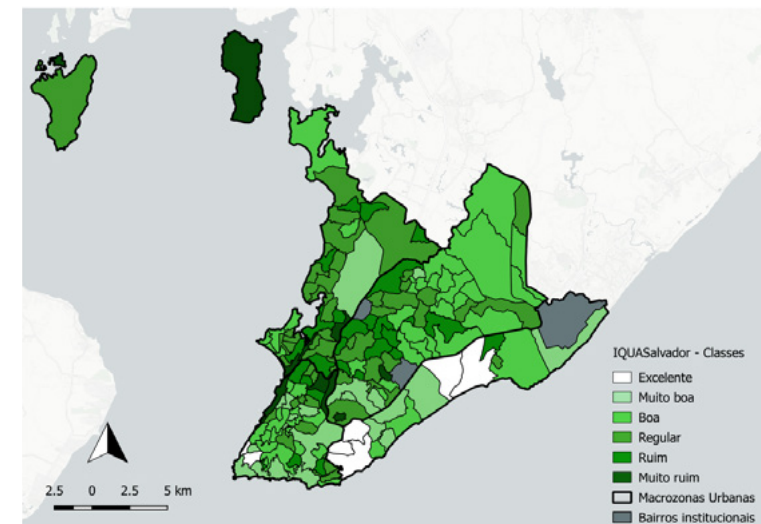
² A delimitação das referidas macroáreas resulta da consolidação de processos de conformação do território municipal, existindo um rico debate sobre seus recortes e limites. A opção aqui escolhida resulta da incorporação de conhecimento e referências consolidadas no âmbito das discussões sobre os processos históricos da formação do território e da sociedade soteropolitana.

Figura 1 – IQUASalvador segundo bairros, 2018-2020 (N = 160)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Figura 2 – Bairros de Salvador segundo classes de qualidade do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 160)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

A análise do comportamento do IQUASalvador em relação aos elementos que compõem a dimensão física e ambiental de Salvador revela um quadro preocupante no que diz respeito ao acesso a elementos da natureza e à exposição a situações de risco. A relação entre a cobertura vegetal e a distribuição interna da vegetação enseja uma relação entre quantidade e qualidade, pois se por um lado a proporção de cobertura vegetal é relativamente adequada – considerando um percentual global para a cidade de Salvador de 33% (SANTOS, 2018) –, por outro, a distribuição intraurbana revela-se bastante heterogênea e desigual, configurando-se como uma variável quali-quantitativa de análise fundamental para a qualidade do ambiente urbano de Salvador. No que se refere à condição da cobertura vegetal, pôde-se observar uma variação de 0,09 a 0,20 em termos da média da proporção da cobertura vegetal (área cobertura/área bairro) por classes do IQUASalvador, o que indica uma variação pouco significativa em termos da distribuição da vegetação no conjunto da cidade, considerando termos médios (Figura 3). Quando se analisa a distribuição da vegetação por classes de qualidade, constatamos uma maior presença de cobertura vegetal em bairros considerados com qualidade do ambiente urbano ruim e muito ruim, seguido por muito boa, excelente e boa. Nos bairros considerados como de qualidade regular, esse indicador é 0,10, e naqueles considerados como de qualidade ruim é ainda menor (0,09). Destacamos que, nos bairros com IQUASalvador considerado como ruim e muito ruim, há a presença de parques e de áreas de preservação não ocupadas, embora os bairros propriamente ditos não apresentem cobertura vegetal de outra natureza.

Quando buscamos a relação intraurbana da vegetação – distribuição da vegetação nas ruas e/ou nos terrenos –, podemos qualificar a análise e perceber diferentes características dos bairros em Salvador, determinadas pelas distintas formas de apropriação

do ambiente urbano. Assim, como componente do patrimônio ambiental, a vegetação é apropriada e incorporada à estética, à paisagem e à valorização do solo urbano. Afinal, 59,1% dos domicílios que dispõem de vegetação – no terreno, rua, casa ou prédio – localizam-se majoritariamente em bairros onde o IQUASalvador situa-se entre as classes “excelente” e “boa”, enquanto os outros 40,9% dos domicílios estão concentrados entre as classes “regular” a “muito ruim” e, portanto, experienciam a redução da arborização nas ruas e nos lotes. Ressalta-se que, entre as classes de qualidade, a boa apresentou a maior proporção de distribuição intraurbana da vegetação (34,5%) e a muito ruim, com apenas 5,3% (Figura 4). Esse aspecto atesta e reforça a conclusão de que a vegetação urbana nos centros e nas periferias da cidade enseja a contradição de uma natureza externa ordenada, geometrizada e esteticamente idílica, ou seja, uma negação contraditória dos próprios elementos que conferem aos espaços urbanos algum aspecto de qualidade ambiental.

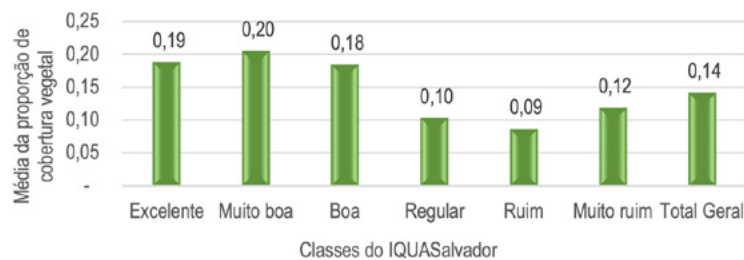
A cobertura vegetal se configura também como um fator de regulação térmica da cidade. Comparando dados de temperatura de superfícies com dados de cobertura vegetal, podemos verificar que os bairros da classe muito ruim apresentam maior média de cobertura vegetal e, conseqüentemente, menor temperatura média (Figura 5). Constatamos ainda que essa relação inversamente proporcional – quanto maior a cobertura vegetal, menor a temperatura – tem um ótimo de inversão para Salvador de 28,81% de cobertura vegetal no bairro.³ É partir desse limiar que as temperaturas começam a apresentar situações de frescor. Nessa condição, destacam-se alguns bairros de Salvador, dos quais dez estão avaliados com qualidade do ambiente urbano entre excelente e boa e oito com qualidade ruim ou muito ruim – a maior parte (14) concentra-se na classe regular.

3 Ver dados apresentados no capítulo “O verde, o clima e a desigualdade socioambiental em Salvador”.

Essa aparente homogeneidade reforça ainda mais o caráter relacional da qualidade do ambiente urbano de Salvador. Por isso, como já notamos, não é a presença de cobertura vegetal em si a variável mais importante, mas sim a sua distribuição intraurbana. Da mesma forma, a temperatura de superfície responde a este dado, mas também ao tipo de material construtivo e aos padrões de ocupação urbana, que estão diretamente relacionados a processos de extração da mais-valia fundiária e da distribuição da riqueza produzida pelo trabalho.

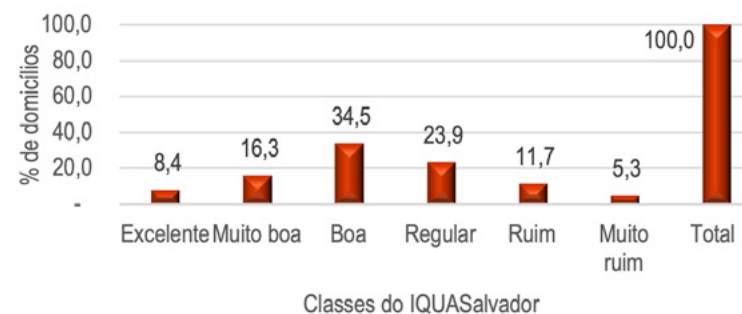
Assim, a relação entre vegetação e temperatura aparece em termos analíticos como forma e conteúdo da apropriação privada de atributos capazes de agregar valor ao solo urbano. Essa diferenciação evidenciada pela cobertura vegetal e sua relação com o clima urbano se manifestam como substância do patrimônio ambiental de Salvador, que é constantemente atualizado pelas distintas formas de apropriação da riqueza socialmente produzida e das condições nas quais se estrutura o trabalho, e assim por diante.

Figura 3 - Média da proporção da cobertura vegetal (área com cobertura vegetal/área do bairro) por classes do IQUASalvador, 2013-2019



Os pontos de ocorrência de deslizamentos e alagamentos urbanos são sínteses de uma série de elementos e fatores físicos do ambiente urbano que atuam negativamente em sua qualidade. Assim, a chuva, a encosta - declividade, tipo de solo etc. - e o tipo de habitação se configuram como substâncias capazes de expressar a ordem e a desordem dos perigos siconaturais. Os deslizamentos e alagamentos são expressões da seletividade espacial da distribuição da riqueza e do acesso a serviços, infraestrutura urbana e condições de moradia, expressos pela vulnerabilidade da população aos perigos. Fica evidente que os riscos a deslizamentos e alagamentos se concentram em bairros avaliados pelo IQUASalvador muito ruins, assim como os alagamentos. Ao se somar alagamentos e inundações ao saneamento básico deficiente, ampliam-se a disseminação de doenças relacionadas à água (Figuras 6 e 7).

Figura 4 - Proporção de domicílios com vegetação no terreno, rua, casa, prédio e IQUASalvador, 2018-2020



Fonte: produzidas pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 5 – Média da Temperatura de Superfície Terrestre (TST) por classes do IQUASalvador, 2013-2019

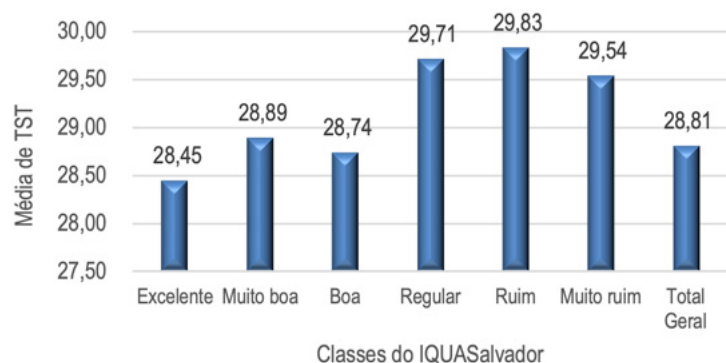
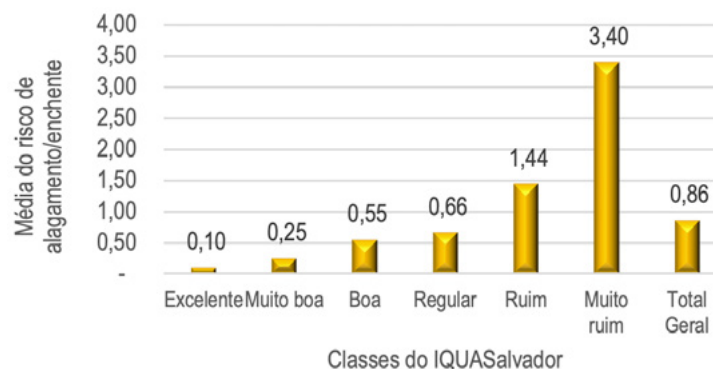
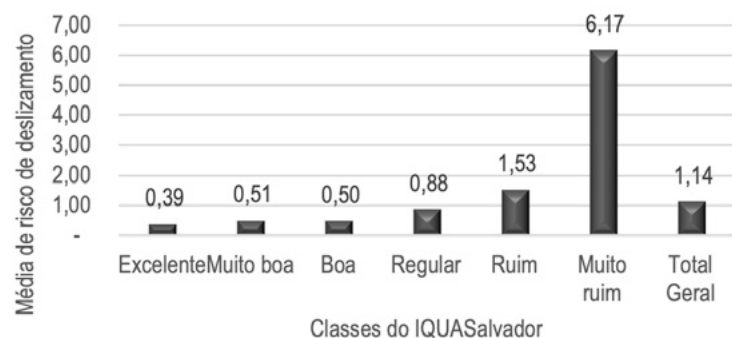


Figura 6 – Média do risco de alagamento/enchente (número de eventos/população) por classes do IQUASalvador, 2014-2019



Fonte: produzidas pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 7 – Média do risco de deslizamentos (número de eventos/população) por classes do IQUASalvador, 2013-2019 (N = 160)



Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Essa seletividade apresentada no índice revela a contradição entre a susceptibilidade - componente física do meio urbano - e a vulnerabilidade. Assim, por mais localizados que sejam, os impactos são resultados de processos gerais de produção e apropriação do espaço urbano. Se, por um lado, podemos dizer que quanto maior a quantidade de ocorrências de deslizamentos e alagamentos, menor é a qualidade do ambiente urbano, por outro, não podemos afirmar que a qualidade do ambiente urbano é resultado apenas das condições físicas e naturais - ela está diretamente relacionada à vulnerabilidade e aos processos de vulnerabilização. Ou seja, o que aqui é caracterizado como qualidade do ambiente urbano é determinado pelos acessos à terra urbana, pela renda, pelo tipo de habitação e pela técnica empregada, estando esses elementos condicionados pelos recortes de renda, raça e gênero. Esses fatores

permitem verificar que bairros com qualidades do ambiente urbano bastante distintas, como é o caso de Lobato (ruim) e Vitória (excelente), possuem características de susceptibilidade ambiental a deslizamentos muito parecidas, no entanto é o processo de vulnerabilização social que leva o Lobato a concentrar mais números de ocorrência e, conseqüentemente, mais impactos para sua população. O mesmo pode ser dito em relação às ocorrências de alagamento que impactam diferentemente os bairros Calçada e Barra, embora ambos se configurem como planície costeira.

Em síntese, o IQUASalvador permite afirmar que o acesso ao patrimônio ambiental na cidade se dá de forma desigual, particularmente à vegetação, sendo a possibilidade de morar em uma rua arborizada um privilégio de segmentos sociais situados nas faixas de renda intermediária e alta. Adicionalmente, moradores dos distintos bairros de Salvador vivenciam condições térmicas desfavoráveis, com variações consideradas significativas, particularmente nos bairros onde reside a população pobre, o que pode ser explicado pela ausência de arborização, pelas características da urbanização e pela predominância de padrões construtivos e de urbanização considerados precários ou inadequados. Os deslizamentos e alagamentos são mais um componente explicativo da qualidade do ambiente urbano e conferem um duplo peso às áreas de risco da cidade, marcadamente vulneráveis e, portanto, com pouca capacidade de se protegerem e lidarem com os problemas urbano-ambientais.

Completam esse quadro de caracterização físico-ambiental os dados relacionados à percepção de ruído ambiental, um dos principais problemas das grandes cidades e que tem um expressivo significado em Salvador, considerada como uma cidade “barulhenta”. Contribui para essa caracterização e percepção um conjunto de práticas sociais, muitas delas relacionadas a projetos e modelos de

desenvolvimento que enfatizam a condição de “cidade da festa”. O fato é que, nesse contexto, a exposição ao ruído, sua percepção e a própria caracterização do que pode ser definido como “poluição sonora” são de difícil caracterização e qualificação (Tabela 3).

Tabela 3 – Percepção do ruído ambiental em proporção de respondentes dos domicílios e IQUASalvador, Salvador, 2018-2020. N=15.260

Classes do IQUASalvador	Percepção do ruído ambiental					Total
	Muito bom ¹	Bom ²	Regular ³	Ruim ⁴	Muito ruim ⁵	
Excelente	93	215	215	57	12	592
	7,40%	4,00%	4,40%	2,10%	1,20%	3,88%
Muito boa	263	733	524	194	67	1.782
	21,10%	13,60%	10,60%	7,20%	6,50%	11,68%
Boa	410	1.812	1.537	730	297	4.786
	32,90%	33,70%	31,10%	27,30%	29,20%	31,36%
Regular	320	1.636	1.519	929	337	4.741
	25,70%	30,40%	30,80%	34,70%	33,20%	31,07%
Ruim	123	738	819	590	253	2.523
	9,90%	13,70%	16,60%	22,00%	25,00%	16,53%
Muito ruim	37	248	323	178	50	836
	3,00%	4,60%	6,50%	6,70%	4,90%	5,48%
Total	1.246	5.383	4.937	2.678	1.016	15.260
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Nota: 1. Bastante silencioso; 2. Silencioso; 3. Um pouco de ruído ambiental; 4. Tem muito ruído ambiental; 5. O ruído ambiental gera problema de saúde.

Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Quanto à percepção do ruído ambiental, do total de entrevistados que avaliaram as condições de ruído como muito boas (bastante silencioso), 61,4% viviam em bairros que foram avaliados com IQUASalvador entre excelente e boa. Os moradores que registraram os maiores percentuais de incômodo com o ruído residem em bairros com IQUASalvador considerado regular e ruim. Avaliando o comportamento do IQUASalvador especificamente em relação aos indicadores de renda média familiar *per capita*, à razão entre a renda média familiar *per capita* segundo sexo, gênero e raça dos responsáveis pela família, à segurança alimentar, aos anos de estudo e à existência de domicílios com instalações hidráulicas e sanitárias completas no banheiro – vaso sanitário, lavatório e chuveiro –, constata-se que à medida que os referidos indicadores apresentam uma resposta positiva o IQUASalvador aumenta.

Desse modo, têm melhor qualidade do ambiente urbano os bairros cujas famílias apresentam maior renda *per capita*, onde a diferença de renda *per capita* entre gênero e raça não é expressiva, onde se registra uma situação de segurança alimentar, os responsáveis pela família têm mais anos de estudo e é maior o acesso a componentes do saneamento básico (Figuras 8, 9, 10 e 11). É importante destacar que esses indicadores têm como característica a qualificação do acesso ao trabalho, à alimentação e a infraestrutura e serviços em sua multidimensionalidade. Cabe ressaltar que a análise dos componentes principais⁴ mostra o alto poder explicativo da variabilidade dos 32 indicadores da presente pesquisa, inclusive dos aqui referidos.

4 Ver metodologia no capítulo “Os caminhos da construção do Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)”.

Figura 8 – Gráfico de dispersão entre proporção de domicílios com segurança alimentar e IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)

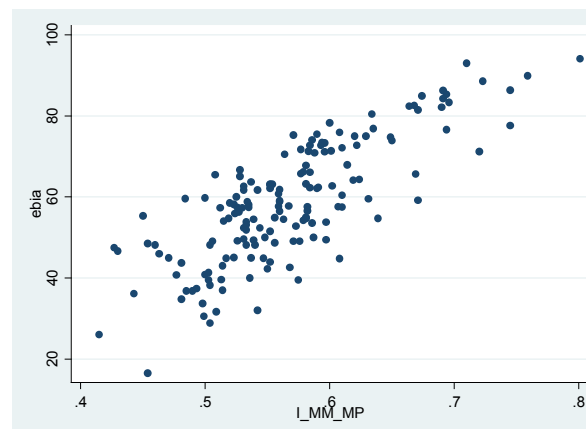
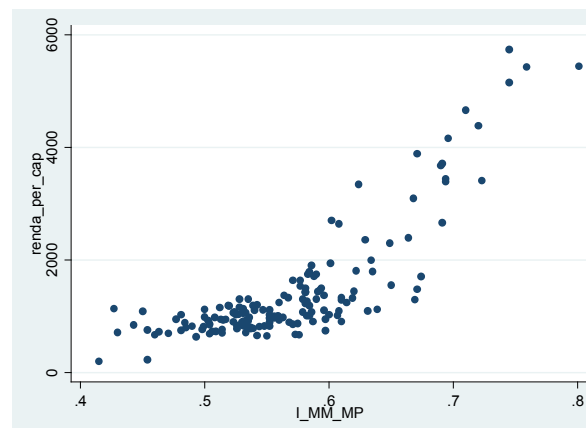


Figura 9 – Gráfico de dispersão entre renda média familiar *per capita* e IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)



Observação: O I_MM_MP, refere-se ao IQUASalvador.

Fonte: produzidas pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Figura 10 – Gráfico de dispersão entre a média de anos de estudo do responsável pelo domicílio e IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)

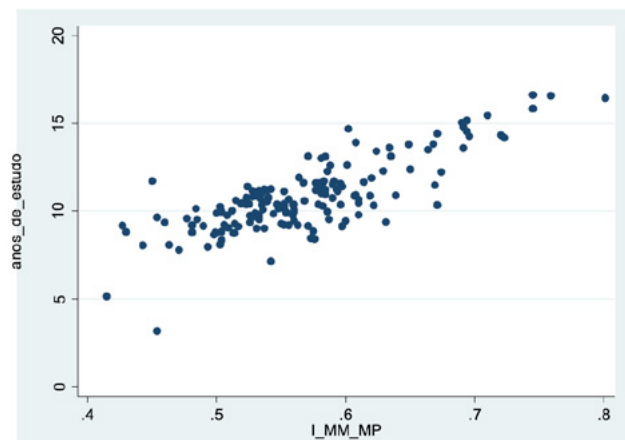
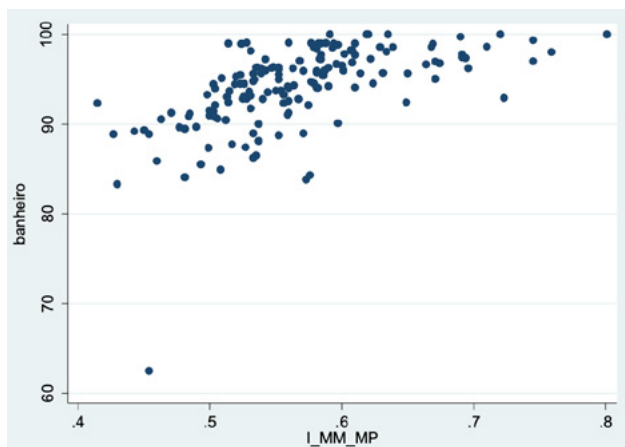


Figura 11 – Gráfico de dispersão entre proporção de domicílios com sanitários completos e IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)



Observação: O I_MM_MP, refere-se ao IQUASalvador.

Fonte: produzidas pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Como registrado nas reflexões teóricas desenvolvidas ao longo do trabalho do QUALISalvador, os dados que conformam as diferenciadas qualidades do ambiente urbano – ou seja, o conjunto de elementos que constituem o patrimônio ambiental, o acesso a trabalho, bens, serviços e infraestrutura – estão profundamente entrecortados pelas assimetrias de classe, **gênero e raça**. Avaliando as relações entre os indicadores por categoria analítica socioeconômica e o IQUASalvador, quanto à cor e raça dos responsáveis pelo domicílio, observamos que a maioria dos que se autodeclararam brancos (35,3%) mora em bairros cujos índice foi classificado entre excelente e muito boa. Por outro lado, apenas 9,6% dos responsáveis pela família que se declaram pretos e 14,8% dos pardos moram em bairros que se situaram nas referidas classes de qualidade do IQUASalvador (Tabela 4).

Tabela 4 – Relação entre o indicador cor/raça do responsável do domicílio e o IQUASalvador segundo proporção de domicílios, 2018-2020 (N = 15.260)

Classes do IQUASalvador	Cor/raça					Total
	Branco	Preto	Amarela	Parda	Indígena	
Excelente	309 14,5%	70 1,2%	4 1,5%	204 3,1%	5 3,2%	592 3,88%
Muito boa	446 20,9%	512 8,4%	38 14,1%	773 11,7%	13 8,2%	1.782 11,68%
Boa	709 33,2%	1.849 30,5%	99 36,8%	2.066 31,2%	63 39,6%	4.786 31,36%
Regular	418 19,5%	2.114 34,8%	77 28,6%	2.086 31,5%	47 29,5%	4.741 31,07%
Ruim	197 9,2%	1.167 19,2%	44 16,4%	1.091 16,4%	24 15,1%	2.523 16,53%
Muito ruim	58 2,7%	362 5,9%	7 2,8%	401 6,1%	7 4,4%	836 5,48%

Classes do IQUASalvador	Cor/raça					Total
	Branco	Preto	Amarela	Parda	Indígena	
Total	2.137 100%	6.074 100%	269 100%	6.621 100%	159 100%	15.260 100%

Qui-quadrado de Pearson $p < 0,001$.

Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Essas proporções se modificam quando analisamos o percentual dos moradores dos bairros classificados como de qualidade ruim e muito ruim, ou seja, reside nesses bairros, predominantemente, a população que se autodeclara preta (25,1%) e parda (22,5%). Nos bairros classificados na condição de índice boa e regular, predomina a população preta e parda. Mesmo quando a população preta alcança rendas intermediárias a elevadas, encontra-se espacialmente distribuída pela cidade, residindo em bairros de qualidade intermediária, enquanto os brancos acabam espacialmente concentrados. Ou seja, esses dados desvelam a face concentradora de renda e do acesso à terra, a apropriação diferenciada dos benefícios decorrentes dos processos de investimento, inclusive do recurso público, e da acumulação, expressão da mais-valia fundiária urbana. Aqueles que se autodeclaram amarelos e indígenas estão concentrados sobretudo nos bairros qualificados como regulares. No conjunto, os moradores que se autodeclaram brancos residem predominantemente nos bairros considerados como de IQUASalvador excelente e muito boa; a população preta e parda, nos bairros de qualidade ruim e muito ruim; e os amarelos e indígenas, nos bairros considerados como regulares.

A análise do comportamento do IQUASalvador em relação a sexo e gênero do responsável pela família demonstra que 49,2% dos chefes que se autodeclararam do sexo masculino vivem em bairros com IQUASalvador considerado como excelente e boa, enquanto 45,3% dos que se declararam do sexo feminino vivem em bairros

nessas classes de qualidade (Figura 12). Aqueles que declaram não se reconhecer em nenhuma das definições tradicionais de gênero estão predominantemente (86,7%) nos bairros considerados com qualidade excelente, muito boa. Segundo o teste de associação Pearson entre essas variáveis, essa diferença é estatisticamente significativa ($p < 0,001$). Quanto ao indicador de escolaridade, pôde-se verificar que a média de anos de estudos dos responsáveis pelos domicílios que vivem em bairros classificados com qualidade excelente é de 15,6 anos, enquanto nas classes ruim e muito ruim do IQUASalvador a média é de 9,3 e 8,1 anos, respectivamente. Nos bairros qualificados como intermediários, de qualidade boa e regular, os anos de estudo são de 11,2 e 10,2 (Figura 13).

A avaliação da renda média familiar *per capita* indica que, à medida que a classe de qualidade do IQUASalvador aumenta ou diminui, também a renda média familiar aumenta ou diminui. Nos bairros situados na classe excelente, a renda média *per capita* chega a R\$ 4.888,87; na categoria muito ruim, a média familiar *per capita* é de R\$ 706,36 – ou seja, a renda média dos moradores dos bairros considerados excelentes é 6,9 vezes maior do que a dos moradores dos bairros considerados muito ruins. Os bairros considerados de IQUASalvador boa e regular apresentam uma situação intermediária em termos de rendimento: R\$ 1.384,25 e R\$ 975,67 (Figura 14).

A análise da renda média familiar *per capita* e de renda segundo cor, raça e gênero revela os fortes traços da herança escravista e patrimonialista na Cidade da Bahia. A população que se autodeclara do sexo feminino, preta e parda se encontra situada nas menores faixas de renda, desenvolvendo atividades em setores econômicos considerados pouco produtivos, de baixa qualificação e remuneração. E, de modo correlato, a população que se autodeclara do sexo masculino e branca recebe as maiores remunerações, desenvolve atividades e ocupa os postos de maior qualificação. Em linhas gerais, constata-se

que a população branca se insere de forma mais qualificada no mundo do trabalho, recebe as maiores remunerações e reside nos bairros considerados pelo IQUASalvador como de melhor qualidade; e a

população preta e pobre está situada na base da pirâmide e reside nos bairros com as piores classes em termos de qualidade do ambiente urbano (Figuras 15 e 16).

Figura 12 - Relação entre o indicador sexo e gênero do responsável do domicílio e o IQUASalvador segundo proporção de domicílios, 2018-2020 (N = 15.260)

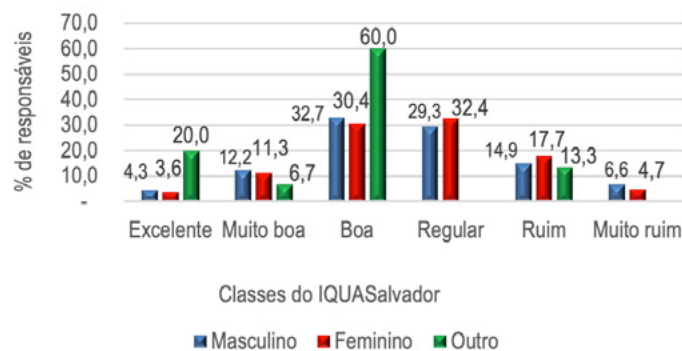


Figura 13 - Média de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios segundo classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)

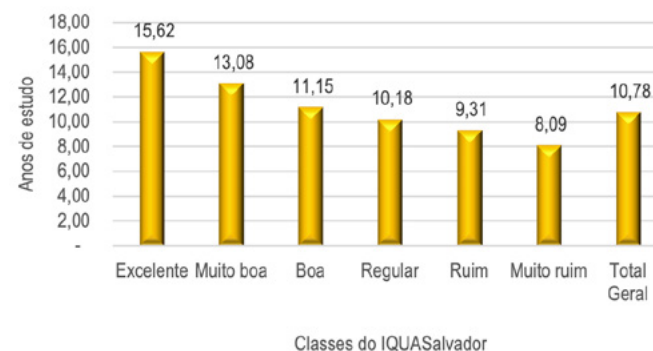


Figura 14 - Renda média familiar *per capita* segundo classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)

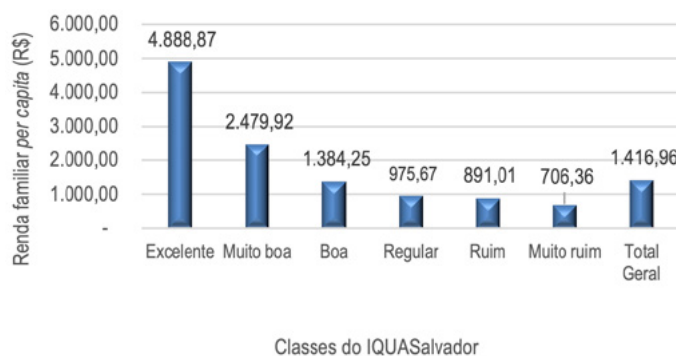
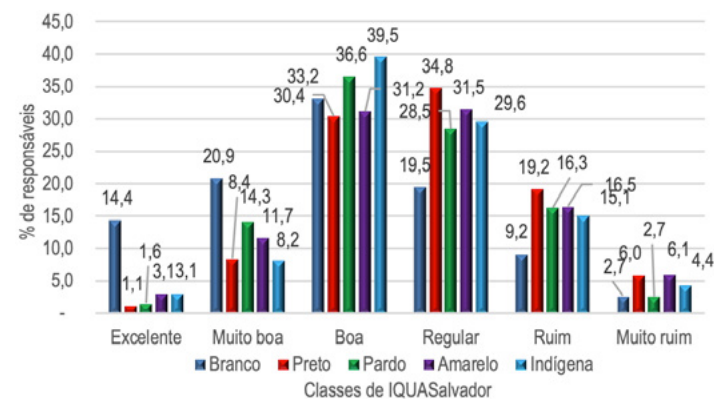
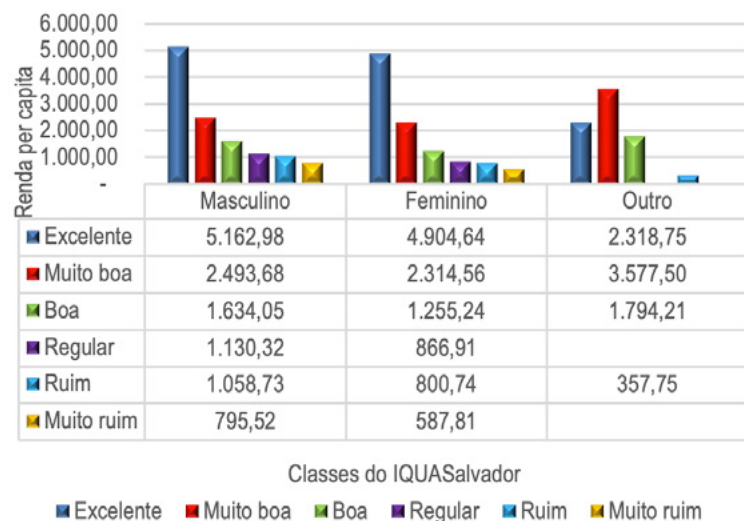


Figura 15 - Renda média familiar *per capita* segundo cor e raça por classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)



Fonte: produzidas pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 16 - Renda média familiar *per capita* segundo sexo e gênero por classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)



Fonte: produzidas pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Os processos até aqui representados nos conduzem à análise dos resultados da segurança alimentar das famílias como mais uma variável central para a qualidade do ambiente urbano. Assim, verificamos que 54% das famílias em estado de segurança alimentar residem em bairros que apresentaram IQUASalvador entre excelente, muito boa e boa. Por outro lado, 70,4% das famílias que se encontram em insegurança alimentar grave vivem em bairros com IQUASalvador entre regular, ruim e muito ruim. Esses resultados mostram a clara relação entre o IQUASalvador e o estado de segurança alimentar das famílias - ou seja, as famílias com problemas de segurança alimentar vivem em bairros com menor qualidade do ambiente urbano (Tabela 5). Os dados expressam a íntima relação

histórica da herança escravista e patrimonialista com a espoliação urbana em Salvador.

Tabela 5 - Relação entre a segurança alimentar da família e o IQUASalvador segundo proporção de domicílios, 2018-2020 (N= 15.260)

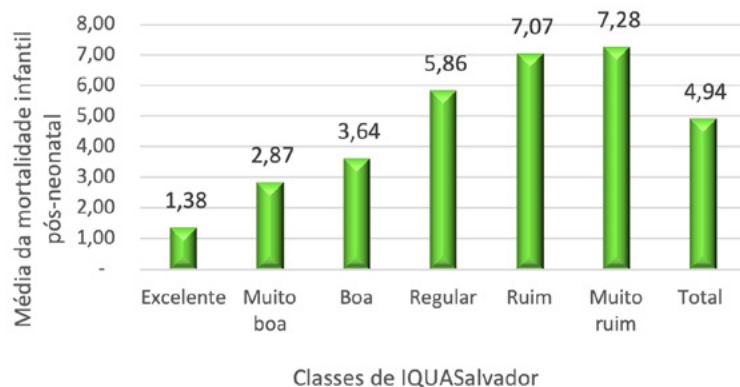
Classes do IQUASalvador	Estado de segurança alimentar				
	Segurança alimentar	Insegurança alimentar leve	Insegurança alimentar moderada	Insegurança alimentar grave	Não classificados
Excelente	511 5,7%	59 1,7%	15 1,1%	6 0,5%	01 1,4%
Muito boa	1.346 14,9%	305 8,5%	75 5,3%	47 4,0%	9 12,2%
Boa	3.012 33,4%	1.084 30,2%	363 25,8%	297 25,1%	30 40,5%
Regular	2.672 29,7%	1.131 31,6%	490 34,9%	428 36,1%	20 27,0%
Ruim	1.126 12,5%	740 20,6%	345 24,5%	300 25,3%	12 16,20%
Muito ruim	344 3,8%	266 7,4%	118 8,4%	106 9,0%	2 2,70%
Total	9.011 100%	3.585 100%	1.406 100%	1.184 100%	74 100%

Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Outro indicador de grande relevância na constituição do IQUASalvador é o Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI). Trata-se de um indicador de saúde utilizado como balizador de medida das condições de saúde de determinada cidade ou território. Segundo estudiosos da saúde pública, o CMI tem uma grande relevância na caracterização das condições de vida e nas condições urbanas e ambientais, estando diretamente relacionado e determinado por processos econômicos

e sociais. O CMI é afetado pelo desenvolvimento socioeconômico, infraestrutura ambiental, acesso e qualidade dos serviços disponibilizados para saúde materna e infantil, tratando de mais uma variável de síntese. Coeficientes elevados, portanto, significam condições de vida inadequadas e assistência deficitária à saúde (Figura 17).

Figura 17 – Média da mortalidade infantil pós-neonatal, 2010-2019



Fonte: produzida pelos autores com base em dados da Rede Interagencial de Informação para a Saúde (2020) e Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

O CMI é capaz de expressar uma diversidade de causas de morte que integra os subgrupos de idade que compõem a mortalidade infantil geral. Em geral, considera-se que mortalidade infantil é constituída por dois componentes: a mortalidade neonatal e a pós-neonatal ou tardia. A mortalidade neonatal é constituída de óbitos que ocorrem nos primeiros 27 dias de vida. Esse componente ainda é subdividido em neonatal precoce, que vai do zero ao sexto dia de vida, e o neonatal tardio, que está compreendido entre o 7º e 27º dia de vida. A mortalidade neonatal se relaciona às condições de vida e saúde da mulher, principalmente no que tange à assistência prestada

durante gestação, parto e pós-parto e ao recém-nascido. O segundo componente da mortalidade infantil, o pós-neonatal, envolve óbitos que acontecem do 28º ao 364º dia de vida, podendo ser também denominado como mortalidade infantil tardia. As mortes ocorridas nesse período refletem o desenvolvimento econômico e a estrutura física/ambiental, que condicionam o processo de adoecimento e posterior morte de crianças vulneráveis, o que justifica a escolha desse indicador quando se trata de estudos sobre a qualidade do ambiente urbano.

A maioria das mortes infantis é considerada evitável quando o acesso à assistência à saúde é qualificado e ofertado em tempo oportuno. Esses óbitos são derivados de uma combinação de fatores biológicos, sociais, ambientais e estruturais, combatíveis por meio de intervenções de políticas públicas direcionadas principalmente à população em situação de risco socioeconômico, que vive em situações urbanas e ambientais degradadas. Segundo dados do IQUASalvador, está nos bairros classificados como de qualidade muito ruim a maior concentração do CMI: Arenoso, Calçada, Campinas de Pirajá, Comércio, IAPI, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maré, Retiro, Santa Luzia e Saramandaia.

A avaliação das relações entre os indicadores da categoria analítica infraestrutura e serviços urbanos e o IQUASalvador indica uma relação direta entre qualidade do ambiente urbano e saneamento básico, segurança pública e mortalidade pós-neonatal. Entre os domicílios localizados em bairros com classe de qualidade do IQUASalvador considerada como excelente, 94,1% dispõem de abastecimento de água contínuo; os bairros classificados na categoria de muito ruim têm apenas 59,2% dos domicílios com fornecimento de água contínuo (Figura 18).

Do total de domicílios localizados em bairros com classe de qualidade do IQUASalvador considerada como excelente, 98% dispõem de sanitário completo – vaso sanitário, chuveiro e lavatório –, enquanto os classificados como muito ruins têm 85,9% nessa condição (Figura

19). No que se refere ao destino dos esgotos sanitários, entre os domicílios que apresentam uma condição considerada como muito boa, 48% localizavam-se em bairros com IQUASalvador classificado entre excelente e boa. Entre os domicílios que têm uma condição muito ruim em termos de destinação dos esgotos, 67,8% situavam-se em bairros com IQUASalvador nas classes entre regular e muito ruim (Tabela 6). Esses dados revelam a complexa relação entre risco, vulnerabilidade e acesso a infraestrutura, uma vez que o destino inadequado do esgotamento sanitário está diretamente relacionado aos processos de deslizamentos de terra, quando a principal destinação das águas servidas

é a encosta. As situações de risco se multiplicam ainda quando os rios se tornam destino do esgotamento e de todo tipo de resíduos, uma vez que a proporção de domicílios com coleta de resíduos sólidos porta a porta com frequência regular em bairros avaliados com qualidade ruim e muito ruim é, respectivamente, de 45,2% e 21,4%, e o sistema de drenagem pluvial é precário. Por isso, afirmamos sumariamente: o acesso ao saneamento é um componente fundamental na determinação da qualidade do ambiente urbano e precisa ser compreendido como resultado de múltiplas determinações históricas, sociais e econômicas – como as que já referimos ao longo deste trabalho.

Tabela 6 - Condição do destino dos esgotos sanitários em proporção de domicílios e IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)

Classes do IQUASalvador	Condição do destino dos esgotos sanitários					Total geral
	Muito bom ¹	Bom ²	Regular ³	Ruim ⁴	Muito ruim ⁵	
Excelente	546 4,1%	20 1,9%	8 7,7%	17 5,3%	2 0,3%	592 3,9%
Muito boa	1.637 12,3%	68 6,8%	12 10,9%	52 16,0%	14 2,6%	1.782 11,7%
Boa	4.197 31,6%	281 27,9%	24 22,2%	127 39,5%	158 29,3%	4.786 31,4%
Regular	4.117 31,0%	337 33,5%	26 24,6%	63 19,6%	198 36,8%	4.741 31,1%
Ruim	2.102 15,8%	231 22,9%	26 24,8%	52 16,2%	112 20,8%	2.523 16,5%
Muito ruim	690 5,2%	70 7,0%	10 9,8%	11 3,4%	55 10,2%	836 5,5%
Total	13.288 100%	1.006 100%	106 100%	322 100%	538 100%	15.260 100%

Nota: 1. Rede de esgoto com bom funcionamento e fossa; 2. Rede de esgoto com funcionamento precário, rede de drenagem, rede de esgoto precário e fossa; 3. Canal de drenagem, rede de esgoto e rede de drenagem, rede de esgoto e direto no rio, fossa e direto no rio; 4. Rede de esgoto e vala a céu aberto no solo/terreno, rede de esgoto/direto no rio; 5. Vala a céu aberto no solo/terreno, direto no rio, fossa e direto no rio.

Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 18 - Proporção de domicílios com abastecimento de água contínuo segundo classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.085)

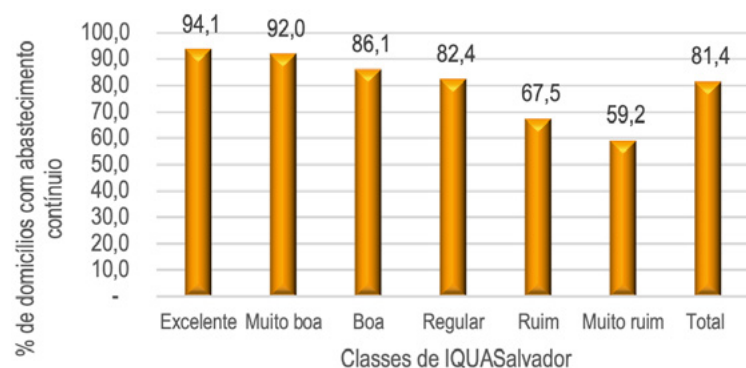


Figura 19 - Proporção de domicílios com sanitário completo segundo classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)

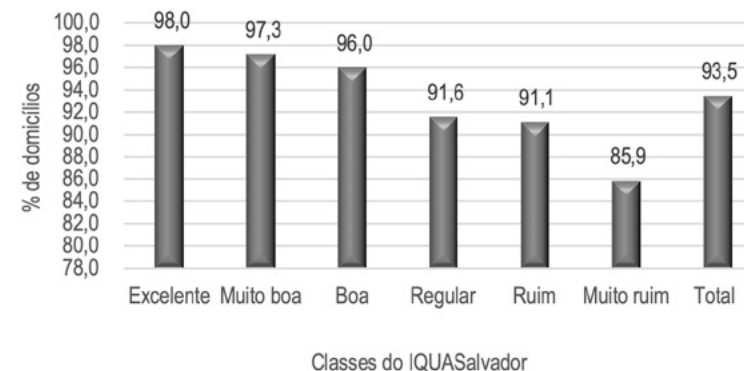


Figura 20 - Proporção de domicílios com drenagem das águas pluviais em bom estado segundo classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)

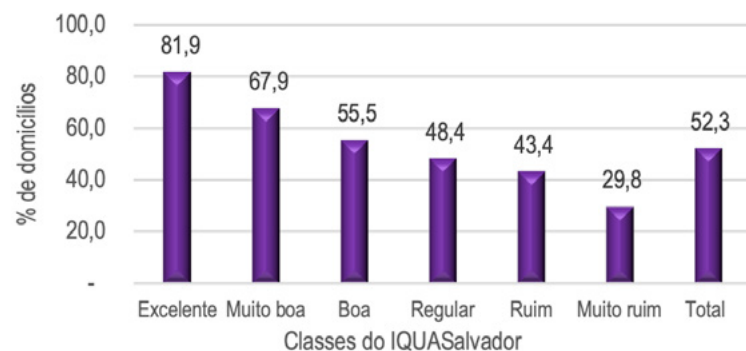
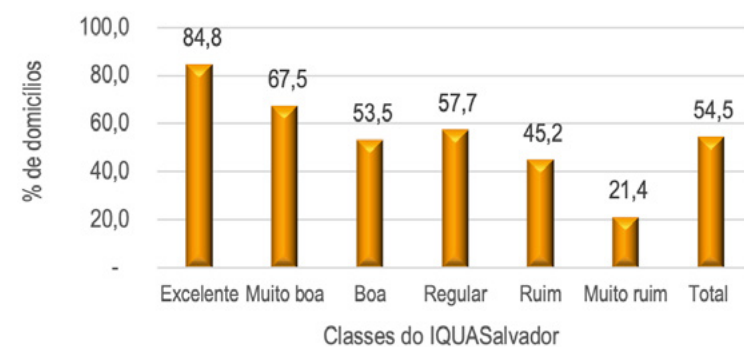


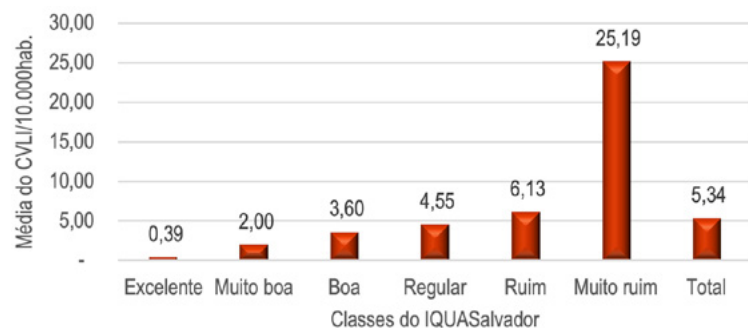
Figura 21 - Proporção de domicílios com coleta de resíduos sólidos porta a porta com frequência regular segundo o IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)



Nota: todos os componentes da rede de drenagem do logradouro se encontram em aparente bom estado (galeria, poço de visita, bocas de lobo e grelhas). Esses elementos não se encontram obstruídos ou danificados.

Fonte: produzidas pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 22 – Média de Crimes Violentos e Letais Intencionais (CVLI). Salvador, 2019



Fonte: Bahia (2020).

A proporção de domicílios com drenagem das águas pluviais adequada, segundo classes do IQUASalvador, decresce da classe excelente para muito ruim. Do total de domicílios localizados em bairros com classe de qualidade excelente, 81,9% possuíam vias em condições adequadas de drenagem – galeria, poço de visita, bocas de lobo e grelhas –, enquanto os classificados como muito ruins eram 29,8% (Figura 20). A proporção de domicílios com coleta de resíduos sólidos porta a porta com frequência regular, segundo classes do IQUASalvador, decresce da classe excelente para muito ruim. Do total de domicílios localizados em bairros com classe de qualidade do IQUASalvador considerada excelente, 84,8% possuíam vias em condições adequadas de coleta, enquanto os classificados como muito ruins eram 21,4% (Figura 21).

A avaliação das relações entre os indicadores de Crimes Violentos e Letais Intencionais (CVLI) e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) e o IQUASalvador indica o que já está bastante caracterizado

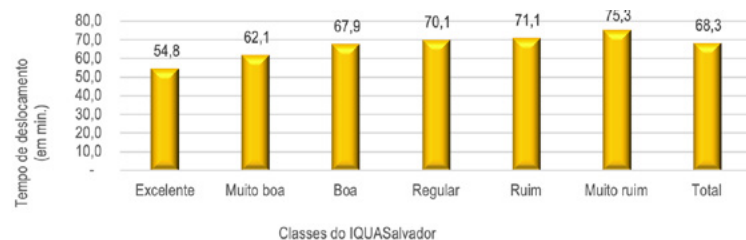
Figura 23 – Média de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP). Salvador, 2019



na cidade, ou seja, o caráter de classe e o recorte de raça da violência na cidade de Salvador. A referida relação se expressa, nesse caso, de forma direta: a população que reside nos bairros classificados com IQUASalvador regular, ruim e, sobretudo, muito ruim estão mais diretamente expostos a situações de violência (Figuras 22 e 23).

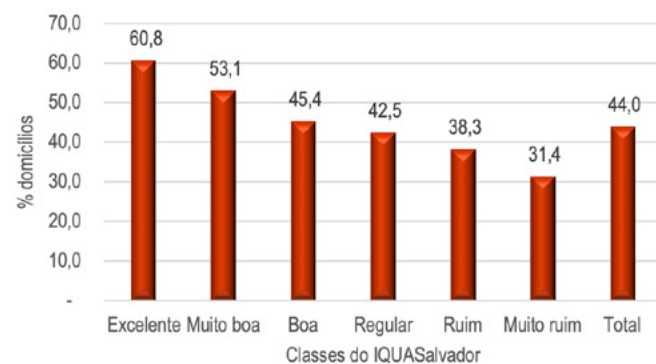
Outro indicador que compõe o IQUASalvador é o tempo médio de deslocamento casa-trabalho pelo responsável. Quando associados aos demais componentes do índice, constata-se que aqueles que residem nos bairros considerados como de melhor qualidade têm um menor tempo de deslocamento de casa para o trabalho. O tempo médio entre os distintos bairros tem uma variação de 54,8 minutos, nos bairros qualificados como excelentes, e 75,3 minutos para os bairros qualificados como muito ruins. Nesse caso, é preciso levar em conta as distintas formas de deslocamento e as condições de mobilidade na própria cidade, bem como as centralidades onde há disponibilidade de emprego (Figura 24).

Figura 24 - Tempo médio de deslocamento casa-trabalho pelo responsável segundo classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 7.697)



Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 25 - Proporção de domicílios cujo entrevistado tem hábito de leitura nas horas livres segundo classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)



Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A análise da dimensão cultura no IQUASalvador teve como referência o indicador da proporção de domicílios cujo entrevistado tem hábito de leitura nas horas livres. Esse dado indica uma relação direta entre condições socioeconômica e o acesso à leitura. Estão nos bairros considerados como de qualidade excelente, muito boa e boa os maiores percentuais de leitores. Os menores percentuais estão nos bairros qualificados como regular, ruim e muito ruim e a diferença estatística entre bairros e padrões socioeconômicos é considerável, uma vez que 61% dos domicílios nos bairros com qualidade excelente apresentam hábitos de leitura contra 31,4% dos moradores que residem em bairros considerados como de qualidade urbana e ambiental muito ruim. Mas, apesar dessa relação, o que os dados apresentam é que o hábito de leitura é relativamente baixo de forma geral, sendo que mais da metade da população dos bairros das classes intermediárias e ruins não possuem hábitos de leitura - parcela de bairros que concentra a maior parte da população (Figura 25).

Outro aspecto incorporado ao IQUASalvador foi o indicador relativo à participação em organização comunitária e política. Esse é um elemento relevante sobretudo em contextos nos quais a melhoria da qualidade do ambiente urbano pode estar associada à capacidade de pressão do conjunto da sociedade em relação aos padrões de apropriação de bens e serviços, de acesso à infraestrutura e particularmente em relação à pressão ao Estado. É alto o percentual dos entrevistados que declararam não participar de nenhuma forma de organização de natureza comunitária e política (79,7%), e esse percentual se distribui de forma semelhante nas distintas classificações dos bairros em termos de qualidade, ou seja, nas classes do IQUASalvador. Entre aqueles que participam, destaca-se a inserção em instituições religiosas (predominante nos bairros em que o IQUASalvador é classificado com qualidade boa, regular, ruim e muito ruim), em seguida, nas comunitárias (com

maior peso nos bairros considerados como excelentes e muito bons) e, por último, em partido político (com maior participação dos que residem em bairros classificados como excelentes) (Tabela 7). Esses dados, em primeiro lugar, sugerem um perfil, do ponto de vista da organização comunitária, bastante tradicional em termos da participação e mobilização política e do envolvimento dos soteropolitanos com questões relativas à gestão da *res publica* e, em segundo lugar, indicam o caráter sobretudo religioso da ação coletiva.

Tabela 7 - Proporção de domicílios cujo entrevistado participa de alguma organização comunitária/política segundo classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)

Classes de IQUASalvador	Participação em organização					Total geral
	Partido político	Organização comunitária	Religiosa	Não participa	Outro	
Excelente	33 5,6%	42 7,1%	63 10,6%	424 71,6%	30 5,1%	592 100%
Muito boa	48 2,7%	99 5,6%	205 11,5%	1.391 78,0%	39 2,2%	1.782 100%
Boa	75 1,6%	166 3,4%	721 15,1%	3.786 79,1%	38 0,8%	4.786 100%
Regular	37 0,8%	137 2,9%	723 15,2%	3.819 80,6%	25 0,5%	4.741 100%
Ruim	26 1,0%	43 1,7%	369 14,6%	2.071 82,1%	14 0,6%	2.523 100%
Muito ruim	4 0,5%	19 2,3%	135 16,1%	676 80,9%	2 0,2%	836 100%
Total	223 1,5%	506 3,3%	2.216 14,5%	12.167 79,7%	148 1,0%	15.260 100%

Nota: associação, partido político, movimentos sociais, entidade religiosa.

Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

O IQUASalvador procurou identificar o significado da moradia para o soteropolitano. No conjunto, destacam-se duas referências: a tranquilidade e a existência de rede de apoio, esta última resultado das relações familiares e interpessoais constituídas no cotidiano do bairro. As referências à tranquilidade são mais homogêneas, mas prevalecem nos bairros de melhor qualidade ambiental. Ainda nos bairros de melhor qualidade ambiental, a praticidade foi destacada como significado de moradia, e isso ajuda a explicar a relação do tempo de deslocamento casa-trabalho e está diretamente relacionado ao acesso à terra urbana. **É preciso registrar que o peso em relação à rede de apoio e solidariedade aumenta à medida que a situação de precariedade do bairro aumenta do ponto de vista da qualidade do ambiente urbano.** Além disso, a referências à insegurança e à violência têm maior peso entre os bairros com IQUASalvador considerado regular a muito ruim. Não é à toa que as maiores referências ao medo são encontradas em bairros com menor qualidade urbana e ambiental (Tabela 8).

Por fim, a caracterização da percepção da população em relação à qualidade urbano-ambiental adentra o IQUASalvador como mais uma forma de validação do índice e como capacidade crítica da população de leitura do ambiente em que vive. De uma maneira, entre os entrevistados que residem em bairros qualificados como de qualidade excelente, muito boa e boa consideram, predominantemente, ser o seu bairro classificado como bom. Entre os bairros de qualidade regular, ruim e muito ruim, predomina a percepção majoritária de ser o seu bairro regular. Comparativamente, são poucos que os qualificam seu bairro como ruim ou muito ruim (Tabela 9). É preciso aqui problematizar o registro das referências relativas à tranquilidade, sobretudo nos bairros nos quais se tem o registro acentuado de situações de violência, particularmente de CVLI e CVP - essa referência pode expressar uma

situação de fato de satisfação ou de plenitude em relação ao bairro, mas pode também ocultar, em muitas situações, a naturalização, a convivência com situações de violência e insegurança, o que foi registrado, inclusive, pelos pesquisadores do QUALISalvador ao longo da realização da pesquisa. As Figuras 22 e 23 mostram a concentração de situações de violência em bairros com IQUASalvador considerado como ruim.

No conjunto, quando se analisa o comportamento dos índices por categorias que estruturam o IQUASalvador – físico-natural, socioeconômica, de infraestrutura e serviços urbanos, de bem-estar e cultura e de participação política –, constata-se que as maiores variações em estão nos itens relativos à cultura e à participação política; em seguida, as categorias de bem-estar, físico-natural, socioeconômica e acesso a infraestrutura (Tabela 10, Figuras 26 e 27).

Tabela 8 - Significado da moradia segundo informante e classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)

Classes do IQUASalvador	Significado da moradia													Total
	Status	Liberdade	Autonomia	Tranquilidade	Paz	Proximidade com a natureza	Indiferença	Desafeto	Medo	Praticidade	Rede de apoio/ parentes/ amigos	Insegurança/ violência	Outro	
Excelente	1,2%	3,0%	11,5%	32,8%	2,0%	7,8%	2,03%	0,2%	-	24,2%	8,9%	0,5%	5,9%	100%
Muito boa	0,5%	4,2%	6,7%	35,9%	5,9%	5,2%	2,9%	0,3%	0,4%	19,4%	9,6%	0,9%	8,1%	100%
Boa	0,4%	4,9%	4,3%	35,3%	6,5%	1,8%	3,7%	0,3%	0,9%	16,5%	12,6%	2,3%	10,5%	100%
Regular	0,5%	5,1%	2,7%	29,2%	8,8%	0,9%	4,9%	0,7%	1,49%	10,2%	19,4%	3,6%	12,5%	100%
Ruim	0,4%	5,3%	2,6%	30,0%	7,5%	0,8%	5,5%	0,4%	2,3%	8,7%	17,5%	5,0%	14,0%	100%
Muito ruim	0,12%	4,2%	1,8%	26,5%	8,9%	6,6%	3,7%	0,9%	2,4%	10,3%	20,2%	4,1%	10,6%	100%
Total	0,4%	4,9%	3,9%	32,0%	7,3%	2,3%	4,2%	0,5%	1,3%	13,5%	15,4%	3,0%	11,3%	100%

Fonte: produzidas pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 9 – Percepção sobre o ambiente do bairro pelo responsável do domicílio e classes do IQUASalvador, 2018-2020 (N = 15.260)

Classes do IQUASalvador	Percepção sobre o bairro					Total
	Muito bom	Bom	Regular	Ruim	Muito ruim	
Excelente	137	313	119	20	3	592
	23,1%	52,9%	20,1%	3,4%	0,5%	100%
Muito boa	169	891	632	72	18	1.782
	9,5%	50,0%	35,5%	4,0%	1,0%	100%
Boa	331	2.030	2.051	313	61	4.786
	6,9%	42,4%	42,9%	6,5%	1,3%	100%
Regular	240	1.803	2.196	362	140	4.741
	5,1%	38,0%	46,3%	7,6%	3,0%	100%
Ruim	145	886	1.203	206	83	2.523
	5,7%	35,1%	47,7%	8,2%	3,3%	100%
Muito ruim	30	235	471	76	24	836
	3,6%	28,1%	56,3%	9,1%	2,9%	100%
Total	1.052	6.158	6.672	1.049	329	15.260
	6,9%	40,4%	43,7%	6,9%	2,2%	100%

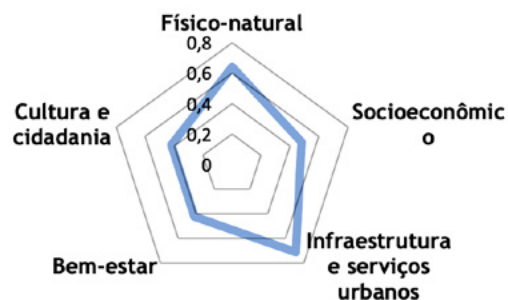
Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Tabela 10 – Comportamento dos índices das categorias da qualidade urbano-ambiental de Salvador, 2018-2020

Parâmetros	Físico-natural	Socioeconômico	Infraestrutura e serviços urbanos	Bem-estar	Cultura e participação política	IQUASalvador
Mínimo	0,27	0,31	0,41	0,12	0,04	0,42
Máximo	0,97	0,77	0,92	0,88	0,99	0,80
Média	0,64	0,48	0,71	0,42	0,42	0,57
Desvio padrão	0,12	0,09	0,08	0,13	0,14	0,07

Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Figura 26 – Média dos índices das categorias da qualidade urbano-ambiental de Salvador, 2018-2020



Fonte: produzidas pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Os dados relativos à qualidade urbano-ambiental na escala da bacia hidrográfica indicam a média do IQUASalvador dos bairros que integram as bacias hidrográficas e de drenagem natural de Salvador.⁵ De forma complementar, na presente análise do índice por bacia, adicionamos dados relativos à qualidade das águas dos rios que integram as bacias hidrográficas. É preciso registrar a dificuldade operacional de incorporar dados sobre a qualidade das águas no IQUASalvador na escala de bairro, diante da distinção entre os referidos recortes territoriais – cada bacia é constituída por distintos bairros – que estão total e parcialmente

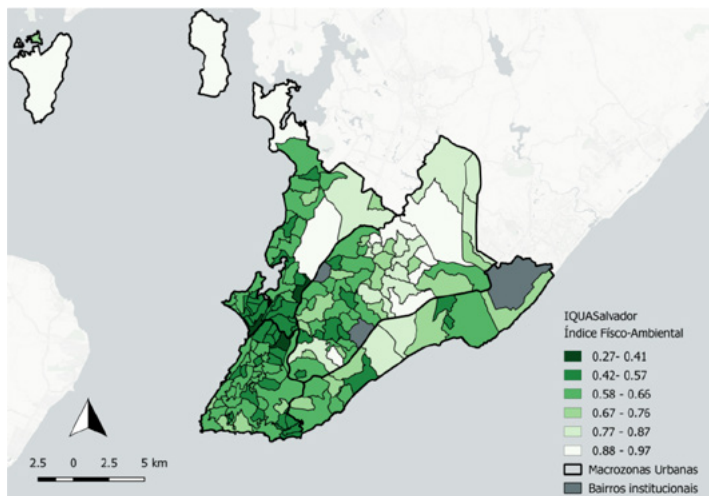
inseridos em cada bacia. Desse modo, ainda que a qualidade das águas dos nossos rios tenha um grande impacto na qualidade do ambiente urbano, essa variável, que precisa ser levada em conta, não faz parte do índice, sendo analisada de forma associada a ele.

Desse modo, na comparação entre o IQUASalvador e o Índice de Qualidade das Águas (IQA) produzido pelo trabalho *O caminho das águas em Salvador* e o IQA produzido pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado da Bahia (Inema), observa-se que em função da generalizada degradação da qualidade dos principais rios de Salvador, o ambiente urbano é igualmente impactado pela degradação e comprometimento da qualidade das águas. Essa comparação apresenta-nos duas situações extremas dignas de registro: a primeira é a de que a bacia hidrográfica que apresenta, segundo o IQUASalvador, uma qualidade considerada excelente registra, ao longo do Rio dos Seixos, uma qualidade considerada ruim; a segunda se refere às ilhas dos Frades e de Maré, que registram qualidade urbano-ambiental considerada ruim e muito ruim e qualidade das águas qualificada como boa. Essa relação inversa é um indicativo de como o padrão de urbanização em curso pode ser considerado como um fator de degradação das águas (Tabela 11).

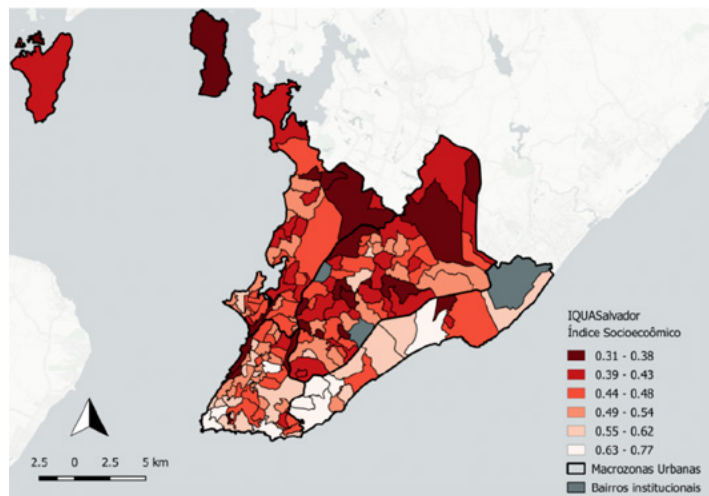
5 Por bacia hidrográfica, entende-se “[...] unidade territorial delimitada por divisores de água, na qual as águas superficiais originárias de qualquer ponto da área delimitada pelos divisores escoam pela ação da gravidade para as partes mais baixas, originando córregos, riachos e rios, os quais alimentam o rio principal da bacia, que passa, forçosamente, pelos pontos mais baixos dos divisores e desemboca por um único exutório, exceto as bacias hidrográficas distintas que por intervenção de infraestrutura urbana tiveram seus rios principais interligados próximos a foz e passaram a contar com o mesmo exutório”. Por bacia de drenagem natural, compreende-se “[...] região de topografia que não caracteriza uma bacia hidrográfica, podendo ocorrer veios d’água os quais não convergem para um único exutório”. (SALVADOR, 2016, p. 3)

Figura 27 - Índices das categorias da qualidade urbano-ambiental de Salvador, 2018-2020

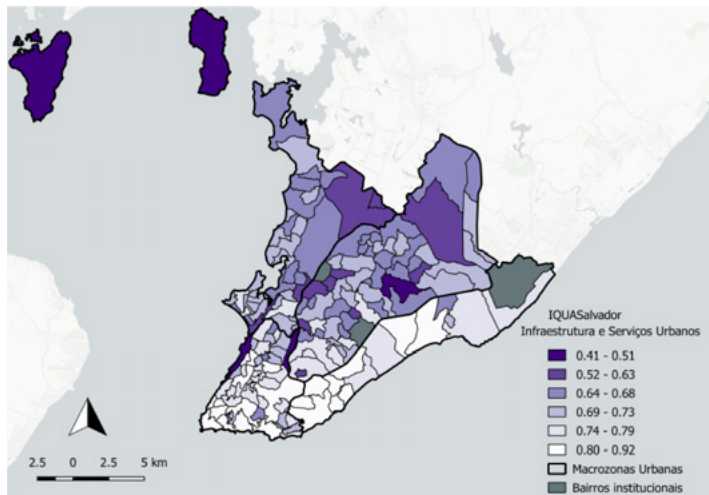
Índice físico-ambiental



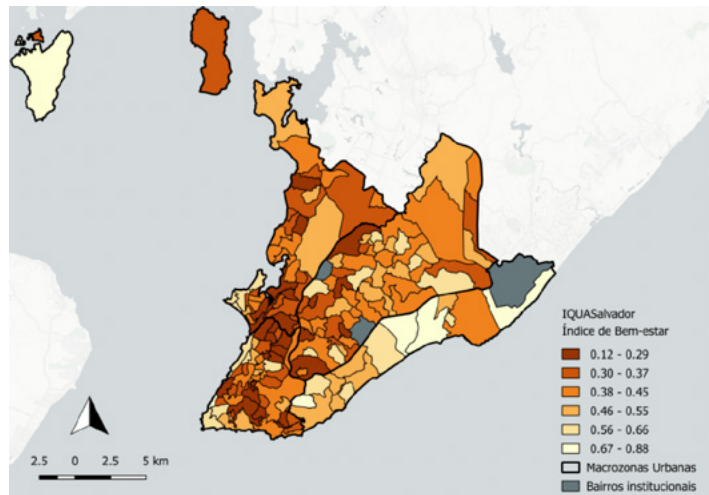
Índice socioeconômico



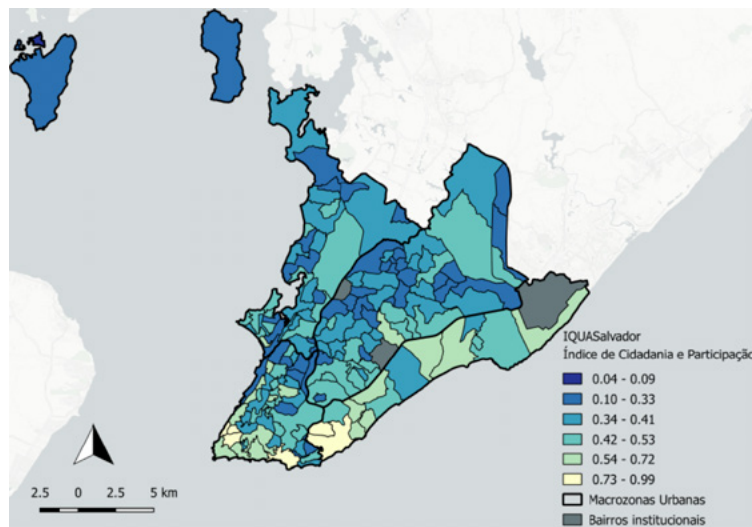
Índice de infraestrutura e serviços urbanos



Índice de bem-estar



Índice de cidadania e participação



Fonte: produzidas pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Pode-se notar na Tabela 11 que, comparando a classificação do IQA de 2010 com a de 2021, houve uma leve melhoria – de ruim para regular – na bacia hidrográfica dos Seixos (Barra/Centenário), mantendo-se regular nas bacias do Passa Vaca e Cobre e ruim nas bacias do Lucaia, Pedras/Pituaçu e Jaguaribe e piorando de regular para ruim na bacia do Ipitanga e de ruim para péssima nas bacias do Camarajipe e Paraguari. Sobre as outras três bacias, não havia dados disponíveis para a comparação.

Somente pequenos trechos dos rios urbanos podem ser considerados com qualidade boa – os dados do Inema revelam que apenas 9,3% dos pontos de monitoramento apresentaram essa condição. A maior parte dos trechos dos rios (72,2%) apresentou qualidade ruim ou péssima, enquanto 18,5% apresentaram condição regular.

Os dados do Inema (2020a) ainda apontam que 94,4% dos pontos de coletas nos rios de Salvador apresentaram altos valores de coliformes termotolerantes, sendo que apenas dois pontos não apresentaram concentração significativa – o Rio Passa Vaca, no trecho do condomínio Greenville, e o Rio Ipitanga, na barragem do Ipitanga.

Os dados relativos à qualidade do ambiente urbano nos bairros das bacias de drenagem natural indicam uma qualidade superior em relação aos das bacias hidrográficas. Essas bacias agregam muitos dos bairros que apresentam os melhores indicadores em termos de acesso a vegetação, condições de temperatura, rendimento do trabalho, serviços de consumo coletivo, entre os vários indicadores relacionados até então. Nesse contexto, destacam-se as bacias de drenagem de Amaralina/Pituba, Armação/Corsário, Vitória/Contorno e Stella Maris, situadas nas classes de qualidade excelente e muito boa. No extremo dessa categorização estão os bairros das bacias de Itapagipe, Plataforma, São Tomé de Paripe e Comércio, com índices regular e muito ruim (Tabela 12).

Tabela 11 – IQUASalvador médio e classes e Índice de Qualidade das Águas (IQA), segundo bacias hidrográficas. Salvador, 2018-2020 (N = 12)

Bacia hidrográfica	IQUASalvador médio	Classes IQUA	IQA (predominância) ¹	Inema ²		
				Pontos	IQA	Classificação
Seixos (Barra/Centenário)	0,71	Excelente	Ruim	S 01	49	Regular
				S 02	50	Regular
Passa Vaca	0,67	Muito boa	Regular	PV 00	17	Péssima
				PV 03	70	Bom
Lucaia	0,58	Boa	Ruim	L 01	21	Ruim
				L 02	24	Ruim
				L 03	38	Regular
Ondina	0,58	Boa	Sem informação	O 01	55	Bom
Camarajipe	0,57	Regular	Ruim	CA 01	41	Regular
				CA 02	17	Péssima
				CA 03	17	Péssima
				CA 04	19	Péssima
				CA 07	18	Péssima
				CA 08	19	Péssima

1 Os seguintes os parâmetros bacteriológicos e físico-químicos foram utilizados no trabalho O caminho das águas em Salvador (2010) para caracterização da qualidade das águas: coliformes termotolerantes, demanda bioquímica de oxigênio (DBO5), fósforo total, nitrogênio amônio, nitrogênio nitrato, oxigênio dissolvido (OD), óleos e graxas, sólidos totais e turbidez. Foi feita a coleta de amostra em 63 pontos e foram realizadas três campanhas (coleta de amostras): Campanha Piloto (rios Camarajipe, Cobre, Jaguaribe e Pituaçu/Pedras); duas campanhas: tempo chuvoso / tempo seco / rios do Seixos, Camarajipe, Cobre, Ipitanga, Jaguaribe, Lucaia, Paraguari, Passa Vaca, Pedras/Pituaçu, Ilha de Maré e Ilha dos Frades – Laboratório da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)/Centro de Tecnologia Industrial Pedro Ribeiro (Cetind), além da medição de vazão nos rios principais. Não foi possível fazer coleta e avaliação na bacia hidrográfica de Ondina em função da dificuldade de acesso aos córregos, muitos deles já encapsulados. Entretanto, a avaliação do trabalho, em função da observação em campo, registra que a qualidade das águas na bacia de Ondina “[...] sofre alterações devido aos materiais e substâncias carreados pela drenagem pluvial, bem como o lançamento de esgotos sanitários de domicílios ainda não ligados à rede coletora do sistema público de esgotamento sanitário ou que não dispõem de solução para o destino adequado de excretas humanos e das águas servidas”. (SANTOS et al., 2010, p. 31)

2 São os seguintes os procedimentos e parâmetros bacteriológicos e físico-químicos utilizados pelo Inema: “As coletas foram realizadas por técnicos do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) no período de 28 e 29 de novembro e 02 e 03 de dezembro de 2019, seguindo o Guia Nacional de Coleta e Preservação de Amostras: Água, Sedimento, Comunidades Aquáticas e Efluentes Líquidos (ANA/CETESB, 2011). Foram analisados in loco os parâmetros: salinidade, pH, temperatura da água, temperatura do ar, oxigênio dissolvido (OD), saturação de oxigênio dissolvido, condutividade elétrica e turbidez. Os demais parâmetros – sólidos totais, DBO, fósforo total, surfactantes, clorofila, coliformes termotolerantes, nitrogênio amoniacal, nitrogênio total – foram analisados em laboratório pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED)”. (INEMA, 2020a, p. 26-27)

Bacia hidrográfica	IQUASalvador médio	Classes IQUA	IQA (predominância) ¹	Inema ²		
				Pontos	IQA	Classificação
Pedras/Pituaçu	0,56	Regular	Ruim	P 01	18	Péssima
				P 02	25	Ruim
				P 03	16	Péssima
				P 04	18	Péssima
				P 05	65	Bom
				P 06	35	Ruim
				P 07	35	Ruim
				P 08	34	Ruim
Jaguaribe	0,56	Boa	Ruim	J 01	24	Ruim
				J 02	27	Ruim
				J 03	26	Ruim
				J 04	20	Ruim
Jaguaribe	0,56	Boa	Ruim	J 05	15	Péssima
				J 06	28	Ruim
				J 07	34	Ruim
				J 10	23	Ruim
				J 11	16	Péssima
				J 12	15	Péssima
				JAC 01	19	Péssima
Ipitanga	0,57	Boa	Regular	IPI 01	22	Ruim
				IPI 03	20	Ruim
				I 01	29	Ruim
				I 02	76	Ruim
				I 03	33	Ruim
				I 04	23	Ruim
				I 05	26	Ruim
Paraguari	0,55	Regular	Ruim	PA 01	16	Péssima
				PA 02	22	Ruim

Bacia hidrográfica	IQUASalvador médio	Classes IQUA	IQA (predominância) ¹	Inema ²		
				Pontos	IQA	Classificação
Paraguari	0,55	Regular	Ruim	PA 03	14	Péssima
Cobre	0,55	Regular	Regular	CO 01	38	Regular
				CO 02	51	Regular
				CO 01	17	Péssimo
Ilha dos Frades	0,44	Ruim	Boa	Sem informação		
Ilha de Maré	0,45	Ruim	Boa	Sem informação		

Fonte: produzida pelos autores com bases em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador, Santos e demais autores (2010) e Inema (2020a).

Tabela 12- Faixa do IQUASalvador segundo bacias de drenagem natural, 2018-2020 (Número de bacias = 9)

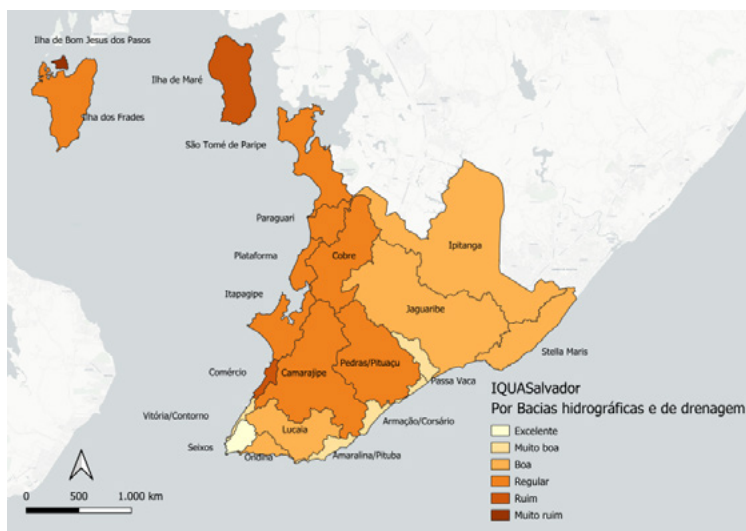
Bacia de drenagem natural	IQUASalvador médio	Classes IQUA
Amaralina/Pituba	0,670	Muito boa
Armação/Corsário	0,669	Muito boa
Vitória/Contorno	0,664	Muito boa
Stella Maris	0,638	Boa
Itapagipe	0,546	Regular
Plataforma	0,542	Regular
São Tomé de Paripe	0,540	Regular
Comércio	0,440	Ruim
Ilha de Bom Jesus dos Passos	0,420	Muito ruim

Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A relação entre qualidade do ambiente urbano e qualidade das águas, desse modo, explicita-se claramente da seguinte forma: as bacias nas quais os bairros apresentam IQUASalvador médio acima de 0,50, ou seja, entre excelente, muito boa, boa e regular - as bacias hidrográficas dos Seixos (Barra/Centenário), Lucaia, Camarajipe, Cobre, Passa Vaca, Ipitanga, Pedras/Pituaçu, Jaguaribe e Paraguari, Ondina e Ilha dos Frades -, apresentam qualidade das águas considerada ruim. Como anteriormente registrado, as melhores avaliações em termos do IQUASalvador médio estão nas bacias de drenagem natural, destacando-se as bacias de Amaralina/Pituba, Armação/Corsário, Vitória/Contorno e Stella Maris, enquanto as bacias de drenagem natural Itapagipe, Plataforma, São Tomé de Paripe, Comércio e Ilha de Bom Jesus dos Passos apresentam IQUASalvador médio, regular, ruim e muito ruim (Figura 28). Vale destacar, ainda, que essa escala de análise possibilita compreender a qualidade ambiental urbana como uma

totalidade, uma vez que mesmo os bairros considerados com qualidade excelente, muito boa e boa são impactados e impactam a qualidade dos rios urbanos. O recorte de bacia se sobrepõe, assim, às macroáreas urbanas, que reservam à Área Urbana Consolidada e à Orla Atlântica os melhores índices de qualidade urbano-ambiental e ao Subúrbio e Miolo os piores índices. A associação entre urbanização e qualidade do ambiente urbano torna esse quadro ainda mais complexo.

Figura 28 - IQUASalvador médio segundo bacias hidrográficas e de drenagem natural, 2018-2020 (Número de bacias = 21)



Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Completam esse quadro de caracterização da relação entre IQUASalvador e as águas os dados relativos à qualidade de corpos hídricos importantes na cidade, como o Dique do Tororó, Lagoa do

Abaeté e de Pituauçu.⁶ Dados disponíveis mais recentes do Relatório do Inema, datado de 2019, oriundos do monitoramento de lagoas de Salvador indicam que a qualidade das águas das referidas lagoas é considerada boa, não tendo sido registrada piora ao longo dos últimos anos:

Pode-se concluir que, para o presente estudo, a maioria dos parâmetros analisados teve seus valores dentro dos limites dos padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA n° 357/05; apenas os parâmetros oxigênio dissolvido (OD), fósforo total e clorofila A apresentaram violações dos limites máximos ou mínimos estabelecidos pela resolução. Vale salientar que nas lagoas do Abaeté, Pituauçu e Dique do Tororó, a densidade de cianobactérias detectada foi de 537.250 cels/mL, 566.099 cels/mL e 572.555 cels/mL, respectivamente, violando assim o padrão estabelecido pelo CONAMA. A análise do IQA demonstrou bons resultados, na qual foi possível observar que todas as lagoas apresentaram qualidade da água classificada como 'Bom'. Em relação aos resultados obtidos no cálculo do Índice de Estado Trófico (IET), pode-se concluir que as lagoas de Abaeté e Pituauçu apresentaram-se predominantemente mesotróficas, enquanto o Dique do Tororó exibiu níveis de trofia elevados. (INEMA, 2020b, p. 47)

O Inema tem feito o acompanhamento de outras lagoas espalhada pela cidade, corpos d'água que apresentam denominações associadas a equipamentos e instalações do seu entorno e que,

6 Segundo o referido instituto, o "IQA foi adaptado pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB e agrupa nove variáveis hídricas (oxigênio dissolvido, coliformes fecais, fósforo total, pH, demanda bioquímica de oxigênio, temperatura, nitrogênio total, turbidez e sólidos totais) em apenas um valor representativo. A partir deste dado, classifica-se a água em cinco categorias, com fins de abastecimento humano: ótima, boa, regular, ruim e péssima (CETESB, 2008)". (INEMA, 2020b, p. 16)

certamente, têm impacto no ambiente urbano na escala local, por exemplo: Lagoa Orlando Gomes, Lagoa Costa Verde, Lagoa do Posto 1, Lagoa Chesf, Lagoa Parque Tecnológico, Lagoa do CAB, Lagoa de Alphaville, Lagoa FTC, Lagoa do Shopping Paralela, Lagoa do Paraíso, Lagoa do Vale Encantado I, Lagoa Vale Encantado II, Dique de Campinas, Dique do Tororó, Lagoa do Urubu, Lagoa dos Patos, Lagoa dos Frades, Represa do Cascão, Lagoa da Vitória, Lagoa do Flamengo, Lagoa dos Macacos, Barragem de Ipitanga I e Lagoa da Paixão. Segundo relatório técnico: “Conclui-se que a maioria das lagoas violou os limites máximos ou mínimos estabelecido pela Resolução CONAMA nº 357/05 em relação a alguns parâmetros, notadamente oxigênio dissolvido, DBO, fósforo total, nitrogênio amoniacal, nitrogênio nitrito, clorofila a e pH. Além disso, foram verificadas altas concentrações de coliformes termotolerantes na maioria das lagoas avaliadas”. (INEMA, 2017, p. 47) Ademais, “A análise do IQA demonstrou de modo geral bons resultados, na qual foi possível observar que 92,85% das lagoas apresentaram qualidade da água classificada como ‘BOM’. Em relação aos resultados obtidos no cálculo do IET, pode-se concluir que, de modo geral, no ano de 2017, as lagoas urbanas indicaram níveis de trofia moderados, variando entre baixo e alto enriquecimento de nutrientes”. (INEMA, 2017, p. 47) Não foi identificada série histórica da balneabilidade das nossas praias, como também dados mais recentes da qualidade das águas e poluição da Baía de Todos Santos. As principais fontes de comprometimento da qualidade das águas doces e salgadas em Salvador são os lançamentos de esgotos sanitários bruto/sem tratamento, de resíduos sólidos urbanos, de águas pluviais drenadas transportando esgotos, óleos de postos de combustíveis e oficinas, resíduos sólidos e efluentes industriais.

Conclusão

Os dados do IQUASalvador confirmam a hipótese da diversidade da qualidade do ambiente urbano na cidade. Essa diversidade se converte em desigualdade, que se materializa nas distintas formas de acesso a bens naturais, trabalho, serviços, infraestrutura urbana e cultura. A variação intraurbana dos dados de qualidade urbano-ambiental em Salvador na escala de bairro e de bacia hidrográfica é profundamente marcada pela forma diferenciada de acesso ao trabalho pelas condições de habitabilidade, marcadamente pela qualidade diferenciada nos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, pelo acesso a instalações hidráulicas e sanitárias domiciliares e de coleta de resíduos sólidos domiciliares porta a porta. Apesar dos avanços em direção à universalização do acesso a bens e serviços coletivos ocorridos ao longo dos anos 2000, o pleno direito à cidade, aqui compreendido como usufruto do que a cidade pode oferecer, tem sido limitado por processos estruturais de segregação socioespacial, atravessados por uma herança escravista e patriarcal, em um contexto de reprodução periférica das cidades situadas nas franjas de um capitalismo globalizado, rentista, que se alimenta do baixo custo da força de trabalho.

Em Salvador, portanto, têm menor qualidade os bairros nos quais seus moradores vivenciam as seguintes situações: não têm vegetação no seu bairro e convivem com temperaturas de superfície acima da média e com variação significativa; estão sujeitos a situações de risco ambiental e social, como deslizamento, alagamento, moradia precária, localizada em encosta, baixo rendimento, inserção de forma precária no mundo do trabalho, fome e alta taxa de mortalidade infantil, ou seja, condições de vulnerabilidade; estão expostos à intermitência no abastecimento de água, com destinação inadequada do esgoto e a falta de coleta regular de

resíduos sólidos; convivem com situações extremas de violência, como homicídio; não acessam bens culturais e não se mobilizam em torno do interesse coletivo. Os moradores desses bairros são majoritariamente negros.

Esses elementos estão diretamente relacionados aos significados históricos do que é a morar em uma cidade como Salvador para as diferentes classes sociais. Apesar de cantada em prosa e verso pelas suas belezas naturais, pelo tratamento idílico dado ao nosso patrimônio ambiental, na prática, o acesso a esse patrimônio é estratificado e se constitui em elemento de acumulação, em um elemento constitutivo da renda da terra. Adicionalmente, os modelos de desenvolvimento em curso ampliam os históricos processos de acumulação, fundados no rebaixamento do custo do trabalho, na apropriação privada de bens coletivos e nos valores gerados por investimentos públicos.

Dessa forma, configura-se como um privilégio viver em bairros com arborização nas ruas e nos lotes. A combinação dos processos estruturais e históricos da cidade é notada, do ponto de vista do clima urbano, pelo desconforto térmico, diretamente relacionado à distribuição intraurbana da vegetação, que confere aos bairros com menor qualidade urbana as situações de maiores desconfortos quanto ao aquecimento da cidade, resultado da produção desigual, dos tipos de materiais construtivos e das formas e tipos de edificação, marcados pela autoconstrução, mas também pela baixa capacidade de adaptação às situações de desconforto. A mesma configuração ocorre quando tratamos dos deslizamentos e alagamentos, variáveis que sintetizam os impactos da chuva em situações de inadequação e de precariedade. Assim, esses elementos, quando conjugados, resultam em situações de risco urbano-ambiental.

Os sujeitos sociais e os bairros mais impactados pela desigualdade da qualidade do ambiente urbano em Salvador são negros,

e são mulheres que residem, em sua grande maioria, nos bairros classificados como de excelente, muito boa e boa qualidade urbano-ambiental. Explicita-se, assim, mais uma vez, a complexa relação entre classe, gênero e raça nos processos de conformação e estruturação do ambiente urbano – elementos que se expressam de forma gritante na conformação do território e do espaço intraurbano de Salvador.

Os dados do IQUASalvador por bairro, quando agregados por bacia hidrográfica e de drenagem natural, revelam adicionalmente um quadro preocupante, principalmente quando associados à qualidade das águas dos rios de Salvador, cuja tendência, entre os anos 2010 e 2020, mostra que se manteve ruim ou piorou, a despeito dos vultosos investimentos realizados no sistema de esgotamento sanitário da cidade. De forma conclusiva, consideramos que o IQUASalvador, infelizmente, não revela nada de novo para quem conhece cada canto da cidade de Salvador. Entretanto, por abordar a cidade em sua escala intraurbana, esse índice nos permite observar as particulares formas de expressão das desigualdades que caracterizam a cidade. Além disso, o IQUASalvador sistematiza e expressa, em certa medida, elementos da qualidade do ambiente urbano considerados como estruturantes. Muitos dos aspectos relacionados pelo IQUASalvador são apresentados de forma aprofundada nos demais capítulos deste livro. Relembramos aqui algo referido várias vezes ao longo do conjunto da reflexão proporcionada pelo projeto QUALISalvador: um índice é uma tentativa de associar elementos, selecionados a partir de interesses e pontos de vistas, com o objetivo de fundamentar interpretações, como também de intervir na cidade. Esperamos que esse esforço das universidades, associadas a outros entes públicos e organizações sociais, possa contribuir para o diálogo com a sociedade e a transformação da qualidade do ambiente urbano da cidade de Salvador.

Referências

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. *Registros de ocorrências policiais no município de Salvador - período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2019*. Salvador, 2020.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (BA) – INEMA. *Relatório técnico nº 006/2020 - Diagnóstico da qualidade ambiental dos rios de Salvador e Lauro de Freitas*. Salvador: Governo do Estado da Bahia/INEMA, 2020a.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (BA) – INEMA. *Relatório técnico nº 007/2020 - Qualidade da água e estado trófico das lagoas urbanas de Salvador-BA*. Salvador: Governo do Estado da Bahia/INEMA, 2020b.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (BA) – INEMA. *Relatório técnico nº 029/2017 - Qualidade da água e estado trófico das lagoas urbanas de Salvador-BA*. Salvador: Governo do Estado da Bahia/INEMA, 2017.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. *Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações*. 2. ed. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SALVADOR. Prefeitura. Decreto nº 27.111, de 22 de março de 2016. Dispõe sobre a Delimitação das Bacias Hidrográficas e das Bacias de Drenagem Natural existentes no Município do Salvador). *Diário Oficial do Município*, Salvador, ano 29, n. 6.551, p. 2-3, 23 mar. 2016. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Decreto-27.111-16.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos *et al.* *O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA: SEMA, 2010.

SANTOS, Rossana Alcântara. *Cobertura vegetal e a temperatura de superfície no meio intraurbano: um estudo em Salvador*. 2018. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

APÊNDICE

Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador –
IQUASalvador, 2018-2020. Continua

Bairro	IFA ⁷	ISE ⁸	IISU ⁹	IBE ¹⁰	ICP ¹¹	IQUA ¹²	Classe
Acupe	0,58	0,53	0,76	0,36	0,45	0,58	Boa
Águas Claras	0,62	0,34	0,66	0,27	0,26	0,48	Ruim
Alto da Terezinha	0,57	0,42	0,67	0,36	0,31	0,51	Ruim
Alto das Pombas	0,53	0,59	0,70	0,37	0,51	0,58	Boa
Alto do Cabrito	0,63	0,42	0,68	0,41	0,37	0,53	Regular
Alto do Coqueirinho	0,56	0,42	0,72	0,61	0,45	0,56	Regular
Amaralina	0,57	0,56	0,76	0,45	0,39	0,59	Boa
Areia Branca	0,87	0,37	0,65	0,44	0,26	0,55	Regular
Arenoso	0,56	0,34	0,66	0,19	0,32	0,46	Muito ruim
Arraial do Retiro	0,67	0,37	0,59	0,41	0,34	0,49	Ruim
Bairro da Paz	0,54	0,33	0,68	0,48	0,35	0,49	Ruim
Baixa de Quintas	0,61	0,49	0,65	0,27	0,34	0,53	Regular
Barbalho	0,60	0,61	0,80	0,55	0,39	0,64	Muito boa
Barra	0,65	0,67	0,80	0,57	0,67	0,69	Muito boa
Barreiras	0,60	0,54	0,74	0,41	0,37	0,58	Boa
Barris	0,59	0,49	0,79	0,34	0,36	0,57	Boa
Beiru/ Tancredo Neves	0,54	0,47	0,73	0,30	0,43	0,54	Regular
Boa Viagem	0,59	0,53	0,67	0,64	0,34	0,58	Boa
Boa Vista de Brotas	0,66	0,52	0,76	0,27	0,45	0,59	Boa

7 IFN – Índice físico-ambiental.

8 ISE – Índice socioeconômico.

9 IISU – Índice de infraestrutura e serviços urbanos.

10 IBE – Índice de bem-estar.

11 ICP – Índice de cultura e participação política.

12 IQUA – Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador.

Bairro	IFA ⁷	ISE ⁸	IISU ⁹	IBE ¹⁰	ICP ¹¹	IQUA ¹²	Classe
Boa Vista de São Caetano	0,58	0,46	0,70	0,27	0,39	0,53	Regular
Boca da Mata	0,90	0,44	0,71	0,50	0,33	0,61	Boa
Boca do Rio	0,57	0,48	0,76	0,46	0,50	0,58	Boa
Bom Juá	0,53	0,51	0,69	0,32	0,33	0,53	Regular
Bonfim	0,60	0,56	0,74	0,60	0,49	0,62	Boa
Brotas/ Horto Florestal	0,64	0,55	0,81	0,42	0,53	0,62	Muito boa
Cabula	0,79	0,54	0,78	0,44	0,52	0,65	Muito boa
Cabula VI	0,64	0,44	0,77	0,44	0,46	0,58	Boa
Caixa D' Água	0,58	0,52	0,74	0,36	0,44	0,58	Boa
Cajazeiras II	0,93	0,54	0,65	0,63	0,32	0,64	Muito boa
Cajazeiras IV	0,81	0,56	0,67	0,39	0,30	0,59	Boa
Cajazeiras V	0,81	0,51	0,71	0,46	0,32	0,61	Boa
Cajazeiras VI	0,65	0,48	0,68	0,36	0,25	0,54	Regular
Cajazeiras VII	0,72	0,46	0,65	0,47	0,36	0,56	Regular
Cajazeiras VIII	0,72	0,42	0,68	0,39	0,33	0,55	Regular
Cajazeiras X	0,73	0,50	0,71	0,51	0,35	0,59	Boa
Cajazeiras XI	0,90	0,42	0,67	0,44	0,36	0,59	Boa
Calabar	0,57	0,35	0,67	0,48	0,38	0,50	Ruim
Calabetão	0,60	0,34	0,64	0,33	0,40	0,49	Ruim
Calçada	0,38	0,38	0,60	0,28	0,30	0,43	Muito ruim
Caminho das Árvores	0,61	0,73	0,86	0,57	0,53	0,71	Excelente
Caminho de Areia	0,53	0,45	0,71	0,34	0,36	0,52	Regular
Campinas de Pirajá	0,41	0,39	0,60	0,31	0,44	0,45	Muito ruim
Canabrava	0,80	0,41	0,70	0,51	0,43	0,59	Boa
Candeal	0,68	0,53	0,75	0,55	0,45	0,62	Boa
Canela	0,63	0,62	0,82	0,36	0,94	0,69	Muito boa
Capelinha	0,53	0,50	0,70	0,30	0,41	0,54	Regular

Bairro	IFA ⁷	ISE ⁸	IISU ⁹	IBE ¹⁰	ICP ¹¹	IQUA ¹²	Classe
Cassange	0,95	0,35	0,63	0,43	0,48	0,58	Boa
Castelo Branco	0,66	0,46	0,70	0,39	0,38	0,56	Regular
Centro Histórico	0,57	0,34	0,73	0,35	0,65	0,54	Regular
Centro/Dois de Julho	0,61	0,53	0,77	0,24	0,72	0,61	Boa
Chapada do Rio Vermelho	0,51	0,41	0,70	0,29	0,35	0,50	Ruim
Cidade Nova	0,50	0,54	0,72	0,18	0,37	0,53	Regular
Comércio	0,59	0,32	0,49	0,56	0,28	0,44	Muito ruim
Cosme de Farias	0,51	0,44	0,77	0,30	0,29	0,52	Regular
Costa Azul	0,59	0,50	0,80	0,50	0,67	0,62	Boa
Coutos/Vista Alegre	0,62	0,50	0,68	0,18	0,34	0,53	Regular
Bairro	IFA ¹	ISE ²	IISU ³	IBE ⁴	ICP ⁵	IQUA ⁶	Classes
Curuzu	0,52	0,50	0,68	0,28	0,44	0,53	Regular
Dom Avelar	0,49	0,43	0,71	0,49	0,35	0,53	Regular
Doron	0,69	0,48	0,72	0,51	0,34	0,58	Boa
Engenho Velho da Federação	0,51	0,45	0,67	0,25	0,35	0,50	Ruim
Engenho Velho de Brotas	0,57	0,45	0,74	0,26	0,35	0,53	Regular
Engomadeira	0,55	0,37	0,67	0,45	0,37	0,50	Ruim
Fazenda Coutos	0,53	0,37	0,67	0,36	0,28	0,48	Ruim
Fazenda Grande do Retiro	0,51	0,48	0,69	0,16	0,40	0,51	Ruim
Fazenda Grande I	0,79	0,51	0,69	0,57	0,34	0,61	Boa
Fazenda Grande II	0,79	0,45	0,67	0,41	0,46	0,58	Boa
Fazenda Grande III	0,73	0,41	0,68	0,63	0,31	0,57	Boa
Fazenda Grande IV	0,88	0,44	0,62	0,38	0,32	0,56	Regular
Federação	0,61	0,47	0,81	0,24	0,70	0,60	Boa
Garcia	0,60	0,55	0,79	0,38	0,41	0,60	Boa
Graça	0,65	0,69	0,87	0,59	0,99	0,76	Excelente

Bairro	IFA ⁷	ISE ⁸	IISU ⁹	IBE ¹⁰	ICP ¹¹	IQUA ¹²	Classe
Granjas Rurais Presidente Vargas	0,61	0,46	0,57	0,59	0,24	0,51	Ruim
IAPI	0,27	0,42	0,70	0,28	0,29	0,45	Muito ruim
Ilha de Bom Jesus dos Passos	0,74	0,34	0,42	0,37	0,04	0,42	Muito ruim
Ilha de Maré	0,95	0,31	0,43	0,34	0,10	0,45	Muito ruim
Ilha dos Frades	0,97	0,41	0,41	0,74	0,29	0,54	Regular
Imbuí	0,69	0,58	0,81	0,46	0,61	0,66	Muito boa
Itacaranha	0,63	0,43	0,70	0,40	0,38	0,54	Regular
Itaigara	0,70	0,77	0,92	0,77	0,78	0,80	Excelente
Itapuã	0,64	0,48	0,75	0,40	0,44	0,58	Boa
Itinga	0,81	0,43	0,71	0,37	0,32	0,57	Boa
Jaguaripe I	0,86	0,53	0,66	0,48	0,34	0,61	Boa
Jardim Armação	0,64	0,56	0,82	0,62	0,65	0,67	Muito boa
Jardim Cajazeiras	0,64	0,39	0,59	0,43	0,25	0,49	Ruim
Jardim das Margaridas	0,75	0,46	0,70	0,49	0,44	0,59	Boa
Jardim Nova Esperança	0,71	0,42	0,66	0,53	0,31	0,55	Regular
Jardim Santo Inácio	0,59	0,46	0,68	0,23	0,43	0,53	Regular
Lapinha	0,60	0,55	0,71	0,53	0,57	0,61	Boa
Liberdade	0,51	0,47	0,74	0,26	0,27	0,50	Ruim
Lobato	0,58	0,42	0,66	0,25	0,41	0,50	Ruim
Luiz Anselmo	0,62	0,46	0,76	0,37	0,40	0,57	Boa
Macaúbas	0,56	0,48	0,72	0,39	0,42	0,55	Regular
Mangueira	0,55	0,45	0,70	0,35	0,45	0,53	Regular
Marechal Rondon	0,42	0,46	0,68	0,31	0,27	0,48	Ruim
Mares	0,52	0,43	0,68	0,40	0,55	0,54	Regular
Massaranduba	0,55	0,45	0,72	0,40	0,33	0,53	Regular
Mata Escura	0,76	0,42	0,70	0,32	0,35	0,55	Regular

Bairro	IFA ⁷	ISE ⁸	IISU ⁹	IBE ¹⁰	ICP ¹¹	IQUA ¹²	Classe
Matatu	0,58	0,53	0,76	0,38	0,44	0,59	Boa
Monte Serrat	0,62	0,53	0,73	0,64	0,48	0,61	Boa
Moradas da Lagoa	0,64	0,38	0,67	0,40	0,32	0,51	Ruim
Mussurunga	0,74	0,52	0,72	0,58	0,39	0,62	Boa
Narandiba	0,60	0,41	0,69	0,32	0,53	0,54	Regular
Nazaré	0,58	0,50	0,81	0,40	0,35	0,58	Boa
Nordeste de Amaralina	0,51	0,48	0,71	0,33	0,47	0,54	Regular
Nova Brasília	0,86	0,35	0,51	0,42	0,36	0,51	Ruim
Nova Constituinte	0,74	0,42	0,70	0,46	0,43	0,57	Boa
Nova Esperança	0,86	0,40	0,65	0,49	0,40	0,58	Boa
Nova Sussuarana	0,60	0,41	0,59	0,44	0,38	0,50	Ruim
Novo Horizonte	0,63	0,49	0,66	0,44	0,40	0,55	Regular
Novo Marotinho	0,69	0,33	0,64	0,38	0,32	0,49	Ruim
Ondina/Chame-Chame	0,71	0,58	0,81	0,51	0,62	0,67	Muito boa
Palestina	0,70	0,42	0,59	0,40	0,33	0,52	Ruim
Paripe	0,64	0,46	0,73	0,44	0,31	0,56	Regular
Patamares	0,87	0,59	0,82	0,88	0,58	0,75	Excelente
Pau da Lima	0,58	0,38	0,72	0,25	0,33	0,50	Ruim
Pau Miúdo	0,52	0,48	0,73	0,20	0,33	0,52	Ruim
Periperi/Colina de Periperi/Mirante de Periperi	0,61	0,52	0,68	0,31	0,38	0,55	Regular
Pernambuéis	0,58	0,43	0,74	0,29	0,51	0,55	Regular
Pero Vaz	0,52	0,45	0,71	0,26	0,33	0,51	Ruim
Piatã	0,74	0,65	0,80	0,69	0,70	0,72	Excelente
Pirajá	0,90	0,48	0,68	0,54	0,48	0,63	Muito boa
Pituaçu	0,86	0,56	0,74	0,66	0,41	0,67	Muito boa
Pituba	0,63	0,72	0,88	0,51	0,88	0,75	Excelente

Bairro	IFA ⁷	ISE ⁸	IISU ⁹	IBE ¹⁰	ICP ¹¹	IQUA ¹²	Classe
Plataforma/Ilha Amarela	0,63	0,51	0,70	0,39	0,33	0,56	Regular
Praia Grande	0,60	0,51	0,69	0,33	0,46	0,56	Regular
Resgate	0,72	0,62	0,77	0,63	0,51	0,67	Muito boa
Retiro	0,58	0,37	0,46	0,39	0,28	0,43	Muito ruim
Ribeira	0,58	0,53	0,70	0,61	0,46	0,59	Boa
Rio Sena	0,63	0,41	0,72	0,26	0,34	0,53	Regular
Rio Vermelho	0,60	0,66	0,85	0,39	0,81	0,69	Muito boa
Roma	0,54	0,54	0,74	0,51	0,46	0,59	Boa
Saboeiro	0,90	0,51	0,76	0,62	0,46	0,67	Muito boa
Santa Cruz	0,50	0,45	0,77	0,37	0,27	0,53	Regular
Santa Luzia	0,55	0,38	0,63	0,12	0,34	0,46	Muito ruim
Santa Mônica	0,57	0,53	0,75	0,33	0,35	0,56	Regular
Santo Agostinho	0,61	0,58	0,76	0,54	0,56	0,63	Muito boa
Santo Antônio	0,62	0,53	0,81	0,62	0,60	0,65	Muito boa
São Caetano	0,55	0,47	0,75	0,33	0,45	0,55	Regular
São Cristóvão	0,63	0,49	0,72	0,37	0,33	0,56	Regular
São Gonçalo	0,57	0,48	0,68	0,28	0,33	0,52	Regular
São João do Cabrito	0,56	0,47	0,72	0,39	0,45	0,56	Regular
São Marcos	0,47	0,37	0,69	0,39	0,29	0,48	Ruim
São Rafael	0,61	0,50	0,76	0,41	0,55	0,59	Boa
São Tomé	0,94	0,43	0,65	0,51	0,36	0,59	Boa
Saramandaia	0,50	0,40	0,61	0,41	0,29	0,47	Muito ruim
Saúde	0,56	0,57	0,77	0,36	0,46	0,59	Boa
Sete de Abril	0,66	0,56	0,69	0,61	0,34	0,60	Boa
Stella Maris	0,68	0,61	0,78	0,82	0,61	0,69	Muito boa
Stiep	0,68	0,64	0,82	0,50	0,68	0,69	Muito boa
Sussuarana	0,61	0,40	0,65	0,47	0,34	0,51	Ruim
Tororó	0,62	0,47	0,79	0,36	0,44	0,58	Boa

Bairro	IFA ⁷	ISE ⁸	IISU ⁹	IBE ¹⁰	ICP ¹¹	IQUA ¹²	Classe
Trobogy	0,90	0,39	0,66	0,42	0,45	0,58	Boa
Uruguai	0,53	0,47	0,72	0,24	0,28	0,52	Ruim
Vale das Pedrinhas	0,49	0,52	0,73	0,22	0,30	0,53	Regular
Vale dos Lagos	0,76	0,46	0,67	0,40	0,51	0,58	Boa
Valéria	0,81	0,36	0,63	0,37	0,40	0,54	Regular
Vila Canária	0,70	0,47	0,62	0,35	0,33	0,53	Regular
Vila Laura	0,62	0,66	0,82	0,58	0,65	0,69	Muito boa
Vila Ruy Barbosa/ Jardim Cruzeiro	0,52	0,44	0,73	0,40	0,43	0,54	Regular
Vitória	0,76	0,59	0,81	0,70	0,78	0,72	Excelente

Fonte: produzida pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.



O VERDE, O CLIMA E A DESIGUALDADE SOCIOAMBIENTAL EM SALVADOR

Rossana Alcântara Santos

Neila Lima Branco

Julio Cesar Pedrassoli

Paulo C. Zangalli Jr.

Matheus Maurício Oliveira

O mundo se depara cada vez mais com crises estruturais, entre as quais se insere uma nova e mais recente, amplamente denominada por diversos setores da sociedade como crise climática. Essa denominação, ao mesmo tempo que confere evidência ao problema da relação de apropriação, produção e reprodução do clima e da natureza no modo de produção capitalista, conforma a essas contradições saídas técnicas e tecnológicas.

É fundamental, no entanto, compreender a crise climática na interface com os processos contemporâneos de urbanização das cidades situadas na periferia do capitalismo, crise esta fundamentada em pesquisas científicas sobre a qualidade urbano-ambiental com foco na espacialização da desigualdade socioambiental. Muitos dos debates ocorridos nos fóruns intergovernamentais, mas também nos

relatórios do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) de 1990, 1995, 2001, 2007, 2014 e 2018, estão voltados à construção de propostas de uma governança ambiental global. Tais fóruns ensejam a articulação de acordos multilaterais entre os países do Norte e Sul global, a exemplo do Acordo de Paris, resultado da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, de 2015 (COP21/2015); da Agenda 2030 (2015); e da Nova Agenda Urbana (2016).

O teor dos referidos documentos vem suscitando um amplo debate por parte da comunidade científica e da sociedade civil, que, em suas distintas formas de manifestação, têm expressado a preocupação sobre as diferenças, o desnivelamento de forças no processo de tomada de decisões sobre a crise climática. (SANTOS,

2012; SHRIVASTAVA; IVANOVA, 2015) Observa-se, principalmente, o questionamento sobre o tratamento diferenciado do direcionamento dado aos benefícios e aos custos sociais e ambientais decorrentes das negociações intergovernamentais entre Norte e Sul. (ACSELRAD et al., 2012; ÁVILA; MONTE-MÓR, 2011; LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019; MONTEZUMA; RIGOTTO, 2019) Dessa forma, a crise ambiental, a crise climática e os questionamentos decorrentes devem envolver no seu arcabouço o debate sobre o agravamento da desigualdade socioespacial mundial, que apresenta na América Latina seus mais altos níveis de progressão. (BILAL et al., 2019; PNUD, 2019)

A análise do clima urbano no contexto de crise climática¹ evidencia a poluição e o esgotamento da natureza, entendida como um recurso, numa perspectiva da escassez dos bens comuns, conferindo-lhe atributos e leis próprios da propriedade privada. A natureza e o clima “[...] passam a ser definidos por novas condições econômicas e sociais em relação a uma centralidade urbana, que transforma a natureza em fator de valorização diferencial dos lugares na cidade, reforçando as desigualdades”. (PENNA, 2002, p. 128)

Por isso mesmo, o estudo do clima se configura e demanda um campo de estudo interdisciplinar e amplamente dependente da interação entre as distintas esferas da vida. Essa perspectiva confere aos estudos do clima enfoques relacionais distintos e produz confusões quanto à sua concretude. Afirmamos isso porque a realidade concreta é que determina as possibilidades de reprodução ideal desse objeto real que denominamos clima urbano, a partir de um enfoque relacional.

1 Quando inserida no contexto urbano, pode ser entendida como mais uma dimensão da crise urbano-ambiental tratada no escopo deste livro.

Essa perspectiva é fundamental para que saibamos compreender as relações internas² de que trataremos neste capítulo entre a temperatura, a vegetação e a percepção da população soteropolitana frente ao modo como se configuram tais atributos na qualidade do ambiente urbano. Essas ligações internas são fundamentais para que consigamos superar as dicotomias enraizadas na relação entre sociedade e natureza e fornecer aportes teóricos para compreensão crítica da qualidade ambiental. Também por isso, Monteiro (1990, p. 98) considera que “[...] as análises geográficas para os estudos de climas urbanos são uma feição especializada dos estudos de ‘qualidade ambiental’ e, com eles, guardam uma sintonia teórico-metodológica”.

Este capítulo discorre sobre os resultados da dimensão físico-ambiental do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador). Nosso intuito é compreender como a cobertura vegetal e sua relação com a temperatura de superfície, componentes do clima urbano, interferem na qualidade ambiental urbana de Salvador, cidade tropical situada no Nordeste do Brasil. Desse modo, a dimensão físico-ambiental nesse projeto abarca a compreensão da qualidade ambiental subdividida em dois componentes centrais – cobertura vegetal e temperatura de superfície em suas relações internas –, mas também a percepção da população no meio intraurbano do município de Salvador.

Sustentamos que a forma e o conteúdo da produção do espaço e da natureza na cidade contemporânea imprimem um ideal de clima e natureza utilitarista, que, ao mesmo tempo, “expulsa” a natureza

2 A relação ontológica entre sociedade e natureza se baseia na filosofia das relações internas, segundo a qual as relações são também internas às coisas, ou seja, os entes são e estão inerentemente relacionados. (MARQUES, 2019) Para Marx (2015, p. 127), “o sol é objeto da planta, um objeto para ela imprescindível, confirmador de sua vida, assim como a planta é objeto do sol, enquanto externalização da força evocadora de vida do sol, da força essencial objetiva do sol”.

da cidade e a reivindica num ideal formatado de beleza estética, o que influi sobremaneira na percepção da população.

A pesquisa se desenvolve por meio de uma abordagem crítica quali-quantitativa, integrando a análise espacial, mas também sistêmica, e pretende se dissociar das convencionais dicotomias entre o teórico e o empírico. Na construção metodológica, para a caracterização da cobertura vegetal, são analisados os indicadores: Percentual da Cobertura Vegetal (PCV), Índice de Cobertura Vegetal (ICV) e Percepção da População sobre a Existência de Arborização nas Ruas (PerARB). Para a temperatura, investigamos o indicador de Temperatura de Superfície Terrestre (TST) e a Percepção da População sobre a Temperatura do Ar no Bairro (PerT). Os indicadores elencados são relacionados com o padrão de renda familiar por bairro, uma vez que explicitam como a vivência do ambiente urbano pode variar em função das condições socioambientais e urbanísticas.

Para estruturação dos resultados dos indicadores de cobertura vegetal e de temperatura de superfície, dados do período de 2013 a 2019, bem como dos derivados da percepção dos 15.260 cidadãos entrevistados entre 2018 e 2020, utilizou-se o processamento em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG). (CÂMARA; QUEIROZ, 2001) Esses procedimentos possibilitaram o cruzamento das informações para a análise espacial e sua apresentação sintetizada, utilizando-se como unidade dimensional os limites de bairro em Salvador (SALVADOR, 2017b), conforme dispostos neste trabalho na forma de mapas, gráficos e tabelas.

Assim, num primeiro momento, discutiremos a relação entre clima urbano e vegetação, referida aqui em muitas situações como o “verde urbano”, de modo a explicitar o que fundamenta as contradições estudadas e sua relação com a produção das desigualdades socioespaciais e ambientais. Por fim, apresentaremos, à

luz da teoria, uma análise dos indicadores produzidos, buscando as relações capazes de desvelar o aparente descompasso entre as dimensões objetivas e subjetivas.

Sociedade e natureza: o clima urbano e o verde

A relação entre sociedade e natureza na contemporaneidade é marcada por reconfigurações e disputas em torno dos seus próprios limites, sendo eles forjados por um ideal utilitarista de natureza que subordina tanto a natureza quanto a sociedade a um dualismo inconciliável. As formas e os conteúdos da reprodução ampliada do capital e a apropriação e produção da natureza nos impelem a pensar no presente dessa relação, considerando as relações históricas que lastreiam nossas ações, para podermos pensar o futuro do metabolismo entre sociedade e natureza. Assim, pensar a qualidade ambiental urbana envolve a compreensão da transformação ocorrida na relação entre sociedade e natureza no contexto da intensificação do processo de urbanização global.

A problemática discutida nesta pesquisa envolve as categorias natureza, sociedade, urbano, clima e vegetação, na interface da relação sociedade-natureza no contexto urbano. Tratar do clima urbano demanda compreender o fato natural (clima local) e o fato social (a cidade), considerando que é “[...] um sistema que abrange o clima de um dado espaço terrestre e sua urbanização”. (MONTEIRO, 2003, p. 19)

Para Monteiro (2003), a cidade - forma urbana - se configura como o núcleo do sistema clima urbano que importa energia, de natureza térmica, através do seu ambiente, em uma sucessão de eventos, articulando diferenças de estados, mudanças e transformações internas. Evidentemente, a avaliação dessa entrada de energia deve ser quantificada e relacionada ao seu modo de transmissão.

A construção dessa perspectiva de análise monteiriana do clima urbano está centrada num conceito de clima dinâmico, que considera a sucessão habitual dos tipos de tempo (meteorológico) e, por isso, confere maior significado ao ritmo da atmosfera sob determinado espaço terrestre, mas também possibilita a sua associação aos ritmos sociais e culturais. Por isso, Monteiro propõe que o conjunto-produto do sistema clima urbano seja compreendido por meio de canais de percepção humana – numa relação fundamental entre a objetividade e a subjetividade –, sugerindo uma tríade entre o conforto térmico, a qualidade do ar e os meteoros de impacto. Abarcamos neste trabalho apenas um aspecto: o conforto térmico, analisado especificamente pelos indicadores da TST e de PerT em suas interações com os indicadores que interferem no seu comportamento na escala microclimática.

O canal de percepção do conforto térmico está relacionado às componentes termodinâmicas em suas relações com a totalidade dos elementos constitutivos do urbano, o que engloba desde a ventilação, a topografia, a morfologia urbana e os tipos de materiais construtivos até a vegetação, uma das variáveis centrais deste capítulo. A organização espacial e os processos de produção do espaço urbano produzem um clima particular na escala local, cujos efeitos podem ser estudados no campo da percepção de conforto térmico, considerando impactos como a formação de bolsões de calor e frescor urbanos.

Portanto, uma análise introdutória sob essa perspectiva parte da “[...] observação tanto da tipologia do sítio como dos modelos de morfologia urbana e do imenso espectro de combinações que se podem configurar” (MONTEIRO, 1990, p. 83), identificando o quadro natural e suas derivações. Na unidade escalar de bairro, adotada nesta pesquisa, os indicadores de cobertura vegetal e sua inter-relação com os indicadores de temperatura atuam na dimensão microclimática.

Na mesma perspectiva do sistema clima urbano, Monteiro (1990) nos lembra que o que pode ser qualificado genericamente como função urbana é imprescindível para que possamos adentrar nos processos, nas interações e na dinâmica do clima urbano, esse sim um sistema aberto que importa energia para o núcleo. Por isso, é fundamental compreendermos como se deu a formação espacial urbana de Salvador em sua dimensão histórica. Entretanto, antes de avançarmos nesta reflexão, cabe um adendo importante: por considerar a cidade (forma) como sinônimo do urbano (processo), a natureza, nessa análise, se configura como um quadro físico no qual os fenômenos acontecem limitados ao plano do espaço absoluto.

Nessa perspectiva, é possível identificar as desigualdades sociais e espaciais e suas formas particulares de configuração. A isso Monteiro (2003) chamou de autorregulação do sistema clima urbano, conferindo a ele um caráter adaptativo, sendo o elemento homem urbano aquele capaz de corrigir as disfunções por meio do seu poder de decisão. Portanto, ao tratar o homem como mais um elemento desse sistema, o referido autor o configura como um ator social que, por meio do planejamento, da ação racional, pode reconfigurar disfuncionalidades.

A qualificação e até mesmo as proposições relativas à superação dessas contradições e assimetrias vêm da Geografia do Clima (SANT’ANNA NETO, 2001), que considera não apenas a organização espacial, como sugere Monteiro, mas a produção do espaço e, conseqüentemente, a produção da natureza. Por isso, a totalidade dos fenômenos está pautada na superação da ideia de espaço geográfico como um quadro físico em que se distribuem as atividades dos homens, mas também na compreensão da sociedade como sujeito da ação que, produzindo espaço, produz natureza. (CARLOS, 2019) Como sugerem Armond e Zangalli Jr. (2020, p. 30):

Vivemos um mundo radicalizado pela mundialização do capital; em que o desenvolvimento das capacidades humanas é colocado a serviço da valorização do capital; em que a poluição atmosférica atinge níveis de circulação global e reestruturando ecossistemas em toda parte do mundo; as emissões de CO₂ – principalmente dos países do Norte capitalista – contribuem para o aquecimento do planeta, mas os efeitos desses problemas são vivenciados pela população mais pobre dos continentes do Sul Global. Na cidade, forma mais radical da produção social capitalista, a relação entre clima e ambiente urbano é constituída por um caráter de exploração de classe, uma vez que, como afirmara Sant’Anna Neto (2001) uma mesma chuva que precipite sob o espaço produzido de maneira desigual também desencadeará impactos desiguais.

Feito esse adendo, avancemos sobre a singularidade de Salvador no Brasil, fundada em 1549 como a primeira colônia portuguesa da América, considerando que, no período quinhentista, apenas Goa, na Índia, também possuía o foro de cidades lusas além-mar. (PEDRO, 2017, p. 20) Seu sítio foi anteriormente planejado e construído na porção oeste de sua península, estrategicamente implantado no alto da escarpa da falha geológica com desnível de 40 a 70 metros, voltada para a Baía de Todos os Santos, uma área de difícil acesso, protegida de invasões estrangeiras e ataques indígenas.

No primeiro período da cidade colonial, entre 1549 e 1822, a expansão territorial se concentrou no “núcleo-matriz”, do Pelourinho ao Largo de Santo Antônio, e na área portuária, entre o Comércio e Água de Meninos/Jequitaia. Essa centralidade se desdobrou acompanhando “os espigões da cidade”, sentido oeste-leste, da primeira e segunda linha de cumeeada ao Dique do Tororó, com as freguesias de Santana e Brotas. (SAMPAIO, 2015, p. 46)

As transformações do espaço-tempo de Salvador estão vinculadas a pelo menos dois momentos históricos: o primeiro está ligado ao apogeu e declínio dos ciclos agrícolas, especialmente com o declínio da produção açucareira; e o segundo é resultado do que Gordilho-Souza (2008) chamou de metropolização industrial, associado diretamente ao processo de industrialização na Península de Itapagipe na segunda metade do século XIX e à constituição e industrialização da Região Metropolitana de Salvador, com o Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari, no século XX.

Nesse processo, temos um fato histórico relevante em 1935: ocorreu a primeira Semana de Urbanismo de Salvador, evento alinhado ao pensamento higienista de sanear, de fluidez viária e estética, associando a ideia do embelezamento da cidade ao objetivo de extirpar a pobreza de áreas estratégicas. Dessa semana, resultou a assinatura do contrato dos primeiros elementos que viriam a compor um sistema de planejamento da cidade, sob responsabilidade do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador, o Epucs (1943-1947). Esse órgão municipal estabeleceu importantes marcos legais de planejamento urbano e gestava a inserção do capital na organização espacial da cidade, promovendo a definição do primeiro zoneamento urbano, com a criação da zona urbana de Salvador, através do Decreto-Lei Municipal nº 333/44. Desse planejamento, também saiu o Decreto-Lei Municipal nº 347/44, que buscava eliminar as construções precárias e distanciar dos olhos a pobreza existente na cidade tradicional, com “a demolição das habitações construídas sem a devida licença da Prefeitura e conhecidas pela denominação de mocambos, cortiços ou casebres”, sendo criada também a regulamentação dos loteamentos e construções habitacionais, Decreto nº 701/48, e o primeiro Código de Urbanismo de Salvador.

Na década de 1960, foi criado o Código de Urbanismo e Obras de Salvador, a Lei nº 1.855/66 e o Plano de Avenidas Estruturantes da Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (CPUCS), instituindo o ideal de *parkways*, avenidas de vale ajardinadas e arborizadas que incorporam as áreas de vale e seus terrenos lindeiros ao mercado imobiliário. Previamente, foi implantada a Avenida Centenário, e as demais, entre 1967 e 1978, foram forjadas com a ascensão da economia industrial a partir da industrialização da Região Metropolitana e consolidação do modelo rodoviário urbano.

As iniciativas de controle urbanístico se constituem, portanto, num mecanismo de ordenamento, expansão e de controle espacial da pobreza na cidade. Essa iniciativa de racionalização acirra as desigualdades espaciais, uma vez que os parâmetros urbanísticos não são incorporados pela maior parte da população pobre, desempregada e informal, o que induz e potencializa a situação de irregularidade da ocupação do território.

A relação com o clima e as áreas verdes se torna mais complexa à medida que se desenvolvem os movimentos de produção do espaço urbano de Salvador. Essa relação está imbricada com a instituição do direito de propriedade privada e do mercado de alienação de terras, estabelecida pela Lei de Terras (BRASIL, 1850) e a Lei da Reforma Urbana (SALVADOR, 1968), de modo que a regulação do uso do solo urbano, de tipologia privada e pública, não envolveu a preservação ou conservação da vegetação existente.

Nesse sentido, os primeiros dispositivos legais de parcelamento do solo do município são da década de 1940 – antes, não havia esse formato específico como instrumento para embasar o controle do Estado no âmbito local. A primeira legislação, o Decreto nº 701/48, não estabeleceu parâmetros mínimos referentes a áreas verdes, praças e equipamentos urbanos dos loteamentos, o que só ocorreu na década de 1970, com o Código de Urbanismo e Obras

do Município de Salvador, Lei nº 2.403/72. Esse instrumento instituiu o Sistema de Áreas Verdes, com a finalidade “de assegurar ao Município a amenidade do seu clima e as condições de salubridade”, criando parques contínuos formados pelas áreas planas e encostas dos vales que envolvem os setores residenciais.

Em seguida, foram estabelecidas a Lei nº 2.549/73, que aprovou o plano de implantação do Sistema de Áreas Verdes e Espaços Abertos (Savea), com destaque para as categorias de “áreas arborizadas”, no total de 107, e “áreas não edificantes”, no total de 40, criadas para manter a morfologia natural; e a Lei nº 2.826/76, sobre proteção, uso, conservação e preservação de árvores e áreas verdes no território do município.

Na esfera nacional, com a criação do Código Florestal, Lei nº 4.771/65 e o Decreto-Lei nº 271/1967, estabeleceu-se a obrigatoriedade, por parte do loteador, de destinar espaços públicos e infraestruturas nas áreas loteadas. E, por fim, somou-se a essas a Lei nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, instituindo os parâmetros mínimos de ocupação, vetando o parcelamento de terrenos com declividade igual ou superior a 30%, “salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes”, e obrigando a criação de praças e áreas destinadas a espaços livres ou a equipamentos urbanos. Entretanto, nos padrões modernistas, os loteamentos em grandes áreas privadas, superiores a 20 hectares, não mantêm a cobertura vegetal existente, sendo suprimida ou reduzida expressivamente. Também se verifica a prática de licenciar loteamentos, realizando-se a divulgação da venda somente após a valorização da gleba, que ocorre em função das melhorias de infraestrutura pública – viária e de serviços –, instituindo-se, desse modo, a mais-valia fundiária.

A dinâmica constitutiva e o tratamento dado aos elementos naturais em Salvador seguem, identicamente, os processos socioambientais

das cidades periféricas contemporâneas. Conforme Santos (1994), nas cidades, para a maior parte dos habitantes, o modelo socioeconômico se torna o suporte e a estrutura física à materialização da reprodução da vida, e isso conforma sobremaneira a relação estabelecida com a natureza no meio urbano. Ao mesmo tempo, a natureza, internalizada no processo de produção, passa a ser vista como meio para a sua produção.

Entende-se que, hoje, o conceito de natureza está imbricado com as relações sociais e econômicas, sendo que tal relação supera a dimensão da estrutura formal da cidade, envolvendo “o conjunto espacialmente estabelecido dos processos sociais”, denominado de urbanização, e produzindo “[...] diversos artefatos: formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas”. (HARVEY, 2005, p. 170)

Além disso, a relação social-natural moderna guarda elementos do pensamento iluminista e dos avanços técnico-científicos propulsores da pré-industrialização do século XVIII, reforçando sempre que necessário esses elementos em suas dimensões éticas e morais, mas também estéticas, o que reconfigura também a percepção que projetamos sobre a cidade. A “consciência dos moradores urbanos se influencia pelo ambiente da experiência, do qual nascem as percepções, as leituras simbólicas e as aspirações”. (HARVEY, 2005, p. 170) Portanto, na cidade do capital, as questões ambientais são indissociáveis das questões econômicas, sociais e culturais.

Essa perspectiva é invocada, por exemplo, por meio da instalação de parques públicos, que se configuram como as maiores áreas verdes na cidade de Salvador, a partir da década de 1980, postos nessa perspectiva como instrumentos de valorização fundiária, conforme sugere Serpa (2013). Em sua análise, Serpa (2013) destaca ainda que os setores de interesse, que envolvem essa política das áreas verdes, estão voltados para uma emergente classe

média, promovendo mais segregação nas áreas periféricas. Talvez por isso a percepção da cobertura vegetal esteja tão atrelada à dimensão da renda, uma vez que, em alguma medida, a valorização estética da natureza – e a própria estética em si – conforma a nossa percepção.

A vegetação urbana nas periferias da cidade é vista, de certa forma, como um espaço não urbano, algo a ser conquistado e dominado, um aspecto da paisagem que não condiz eticamente com os princípios do viver em sociedade. Há uma negação contraditória de elementos que conferem a esses espaços algum aspecto de qualidade, ou seja, a contribuição da vegetação para a qualidade ambiental pode ser objetivamente mensurada e representada, mas a percepção dessa contribuição é marcada por uma ideia de natureza ordenada, geometrizada e esteticamente idílica. Como sugere Henrique (2009, p. 127):

A apropriação da natureza, uma apropriação da apreciação estética da natureza, constitui-se em uma salvaguarda das suas belezas como forma de agregação de valor a uma propriedade privada. Cria-se uma diferenciação espacial da natureza na cidade de acordo com a estratificação social. Nos centros urbanos e nos bairros nobres o que se via era uma natureza trabalhada e bem cuidada – tanto no jardim inglês quanto no francês, um lugar para passeio e exibição, um lugar de prestígio. Nas periferias, ainda no modelo clássico de periferia pobre, a natureza bruta e ainda ‘não controlada’, fazia-se presente, trazendo enchentes, inundações, doenças e frio.

Esse processo evidencia uma contradição da própria forma de conceber a natureza na cidade e a própria disputa pelos elementos de apropriação e produção do espaço urbano. Os processos de gentrificação, qualificação urbana, são marcados pelo reforço estético e moral do que sejam os elementos da natureza

na cidade. Resgatam uma natureza concebida como máquina na estética e uma natureza evolutiva na dimensão ética e moral. Compreender a qualidade ambiental demanda a superação dessa lógica e desse imaginário.

A dimensão espacial da desigualdade socioambiental em Salvador: cobertura vegetal e temperatura de superfície

Um primeiro aspecto aqui a destacar é o tratamento conferido aos dados de cobertura vegetal, temperatura e sua espacialização. A dimensão físico-ambiental está estruturada nesta pesquisa nos componentes:

- a) Cobertura vegetal do bairro: percebida e detectada;
- b) Temperatura do bairro: percebida no ambiente e detectada de superfície.

O componente da cobertura vegetal é composto de dois indicadores: PCV, utilizando dados dimensionados do período de 2013 a 2019, e PerARB, datado de 2018 a 2020, todos sintetizados na escala de bairro. Já o componente da temperatura do bairro integra os indicadores TST, mensurado para o período de 2013 a 2019, e PerT, datado de 2018 a 2020.

Para detecção e cálculo dos dados dos indicadores do PCV e da TST, de acordo com metodologia aplicada no estudo de Santos (2020), foram utilizadas imagens do satélite Landsat-8 (L8), capturadas pelo sensor orbital da Banda 10 (B10). No processamento das informações, são realizados os procedimentos de mistura espectral para extração dos valores do PCV e de *simple composite* para detecção dos dados da TST. A composição das duas imagens/mosaico em formato *raster*, uma para a sintetização de

dados do PCV e outra da TST, é resultante de todas as imagens disponíveis no sistema do L8, escaneadas pelo sensor B10, no período de sete anos entre 2013 e 2019, contendo cerca de 20 imagens por ano de rastreamento.

Para a extração da TST das imagens citadas, foi utilizada a metodologia sugerida pela United States Geological Survey (USGS). O tratamento e a espacialização dos dados foram realizados em ambiente SIG no programa livre de código aberto QGis, desenvolvido sob direção da Open Source Geospatial Foundation (OSGeo). O processamento estatístico para a obtenção do indicador de PCV corresponde à média dos valores detectados ao longo dos anos de 2013 a 2019 e, para o indicador do comportamento da TST, utilizamos a mediana dos valores obtidos durante o mesmo período. Para ambos, utilizou-se a unidade escalar de bairro, de acordo com os limites poligonais definidos pela Lei Municipal nº 9.278/17, que estabeleceu 163 bairros no município de Salvador.³

Com o propósito de compreender os resultados da espacialização da qualidade urbano ambiental na cidade de Salvador, na análise intraurbana do componente cobertura vegetal, primeiro, foi feita a comparação dos indicadores mensurados do PCV e da TST. Em seguida, foram acrescentados à discussão o cruzamento e o relacionamento do PCV com o indicador PerARB. A discussão ainda abarca a compreensão da distribuição do ICV por habitante de Salvador (SANTOS, 2018), utilizando base de dados do ano de 2016. Por fim, desenvolve-se a análise da distribuição espacial do indicador de PerT. Integra toda essa discussão a inter-relação dos dados com a renda familiar predominante por bairro. Os dados

³ A pesquisa de campo apresentada neste estudo é baseada na Lei Municipal nº 9.278/17, anterior ao Decreto Municipal nº 32.791, de 1º de setembro de 2020, que estabeleceu a delimitação de 170 bairros.

de percepção pertencem ao banco de dados do QUALISalvador, contendo respostas de 15.260 entrevistados em estudo de campo realizado durante os anos de 2018 a 2020. Observa-se que os dados de percepção foram tratados e sintetizados conforme metodologia detalhada em capítulo específico.⁴

Antes de adentrar na discussão dos dados empíricos da presente pesquisa, é importante apresentar as características e os comportamentos dos elementos centrais deste trabalho – a cobertura vegetal e a temperatura de superfície –, situando as circunstâncias em que se encontram no recorte local específico da cidade de Salvador.

A vegetação municipal característica de Salvador é originária do bioma de Mata Atlântica, com faixa de transição de restinga, contendo cordões dunares costeiros e manguezais nas áreas de foz dos rios. Neste trabalho, a cobertura vegetal urbana dimensionada está definida como vegetação contínua e se caracteriza por maciços de vegetação densa, arbóreos e arbustivos, de acordo com a classificação desenvolvida na pesquisa de Santos (2018) para o ano de 2016. No mapeamento apresentado do ano de 2016, a vegetação contínua do município é encontrada em maior proporção nas Ilhas de Maré e dos Frades e, na porção continental, nas áreas destinadas à preservação e em parques urbanos. De forma mais fragmentada, a vegetação também é localizada em bolsões na malha intraurbana.

A cobertura vegetal, extraída e classificada por processamento digital de imagem orbital do ano de 2016, registrou 100,78 km², correspondendo a 33,2% da área total do município – continente e ilhas. Conforme apontado na pesquisa, 17% da cobertura vegetal

encontrada integram a Macrozona de Conservação Ambiental determinada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 2016. (SALVADOR, 2016a) Os 16% restantes estão em áreas submetidas à Lei do Parcelamento do Solo, Lei nº 6.766/79 (BRASIL, 1979); ao Código Florestal, Lei nº 12.651/2012; e à Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador, de 2016 (Louos/2016), Lei nº 9.148.

A Louos/2016 define a área mínima da gleba para loteamento de 20.000 m² (20 ha), com a destinação de 15% para área verde para loteamento tipo L1 (convencional) e de 5% para loteamento tipo L2 (interesse social). O artigo 53 da referida lei estabelece a localização de 2/3 da área verde e de lazer em áreas com declividade de até 30%, e 1/3 da área verde é definida pela municipalidade. (SALVADOR, 2016b)

Nos resultados levantados para a cidade de Salvador, o ICV registrado em 2016 corresponde a 34 m²/hab. (SANTOS, 2018) No total de 160 bairros habitados – exceto três institucionais – do município (SALVADOR, 2017b), 103 bairros (63%) apresentam ICV inferior a 15 m²/hab; 18 bairros (11%) entre 15 e 30 m²/hab; e os 42 bairros (26%) restantes indicam valor superior a 30 m²/hab. O parâmetro de referência utilizado para essa classificação foi 15 m²/hab, conforme recomendado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (1996). Isso não se configura como único detalhe da desproporção quando, nos resultados apresentados, a diferença registrada da distribuição do ICV por bairro está entre 0 e cerca de 13 mil m²/hab.

Tanto no âmbito nacional quanto no internacional, a partir da discussão nos fóruns sobre a crise ambiental global, vem-se ampliando a publicação de documentos técnicos institucionais, contendo diagnósticos que apresentam valores de distribuição do ICV e PCV para as cidades.

4 Ver capítulo “Os caminhos da construção do Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)”.

No cenário internacional, em levantamento realizado pelo Centro de Desarrollo Urbano Sustentable (Cedeus) chileno, em 2019, para a área total da região metropolitana de Santiago (43 cidades), capital do país, registra-se o ICV de 3,64 m²/hab. O Sistema Nazionale per la Protezione dell’Ambiente⁵ (SNPA) da Itália apresenta no relatório baseado em dados de 2018, para 124 cidades, uma extensa estatística dos indicadores de áreas verdes públicas. (SISTEMA NAZIONALE PER LA PROTEZIONE DELL’AMBIENTE, 2020) A conclusão do diagnóstico pontua que metade dos municípios analisados registra valores de ICV entre 10 e 30 m² de áreas verdes por habitante, enquanto 19 apresentam valor máximo de 10 m²/hab. O parâmetro internacional encontrado, sugerido pela Associação Nacional de Recreação dos Estados Unidos, considera o limite mínimo para o ICV entre 28 a 40 m²/hab. (MILANO, 1990 apud ZANIN SANTOS; HENKE-OLI, 2005) Tal parâmetro mantém grande parte das cidades descritas abaixo do limite mínimo de ICV por habitante.

Quanto ao PCV, na perspectiva internacional, em levantamento publicado sobre 124 cidades italianas, o percentual de áreas verdes públicas com permissão de acesso revela que apenas 12 cidades atingem valores acima de 10%. Do total analisado, em 82 cidades, o valor encontrado é inferior à média de 4%.

No Brasil, para o município de São Paulo (área urbana), o valor do PCV registrado é de 33,7% (SÃO PAULO, 2020), enquanto Campinas registra 11,9%. (CAMPINAS, 2016) Os valores dimensionados em Recife, Porto Alegre e Manaus são equivalentes a 37,8%, 34,6% e 63,6%, respectivamente, com base de dados do ano de 2011. (SILVA, 2018)

5 Sistema Nacional para Proteção do Meio Ambiente.

Em Salvador, conforme visto na caracterização da vegetação da cidade, no levantamento do ano de 2016, o valor do PCV detectado é de 33% do total da área municipal. Ao delimitar a porção continental, unicamente, o resultado do PCV se reduz para 29% da superfície de cobertura vegetal. Ao mesmo tempo, para o somatório das superfícies das três ilhas, o valor do PCV é de 75%, revelando padrões bastante desiguais. (SANTOS, 2018)

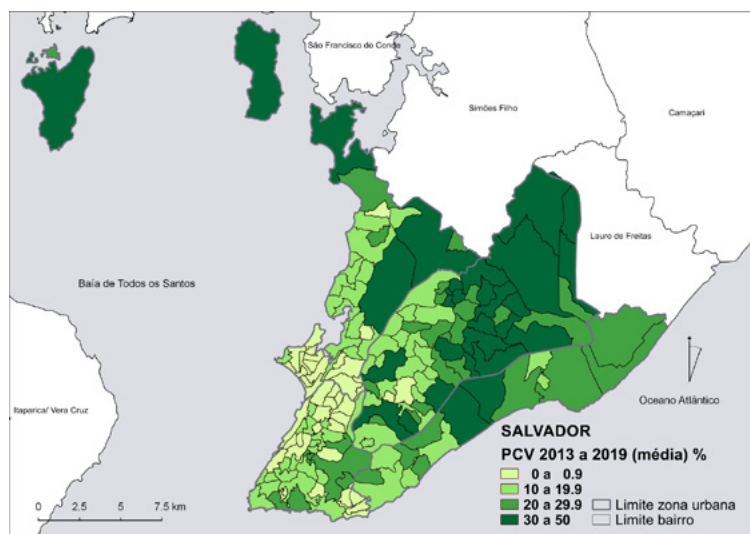
No conjunto da análise do município, dos 163 bairros que o compõem – incluindo três institucionais –, 128 têm PCV inferior a 30%, correspondentes a 79% do total de bairros da cidade. Apenas 35 bairros, 21% do total, apresentam PCV a partir de 30%, envolvendo nesse grupo duas ilhas e demais bairros que abrangem áreas de parques urbanos ou de proteção de recursos naturais. Nesse padrão desproporcional de distribuição da cobertura vegetal, pelo menos 67 bairros (41% do total) têm PCV inferior a 10%. A diferença de valor do PCV encontrado para os distintos bairros está entre 0 e 79%, considerada alta, evidenciando uma distribuição intraurbana bastante heterogênea. Portanto, o valor do PCV global identificado para a cidade, sem a relação com a sua distribuição interna, perde o seu potencial explicativo e relacional para melhoria da qualidade ambiental urbana. (SANTOS, 2018)

O que se constata para a cidade de Salvador é que a presença da cobertura vegetal urbana impacta diretamente no comportamento das temperaturas de superfície, em acordo com inter-relação sistematicamente verificada em diferentes trabalhos científicos sobre o tema (CHUN; GULDMANN, 2018; OKE et al., 2017; SACCARO JUNIOR; COELHO FILHO, 2016), e, por isso, contribui significativamente na qualidade ambiental urbana. Nos estudos desenvolvidos para Salvador com base no ano de 2016 (SANTOS, 2018) e sistematizados do período entre 2013 e 2019 (SANTOS, 2020), verificou-se que a redução do PCV implica na elevação da TST. Isso ocorre porque

a supressão da cobertura vegetal corrobora a elevação sazonal da amplitude dos valores da TST, com comportamentos diferentes para os distintos usos e coberturas do solo urbano, provocando reflexos negativos sobre a alteração dos microclimas encontrados na cidade. (SANTOS, 2018)

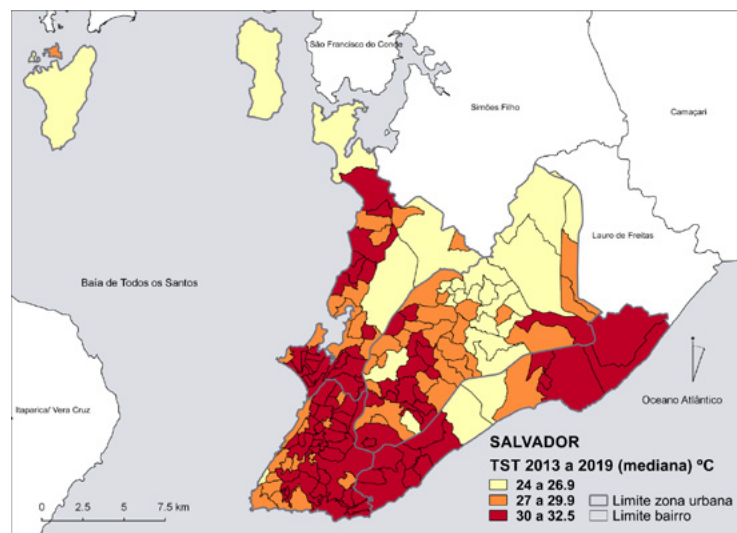
Essa relação pode ser observada quando comparados os mapas de PCV (Figura 1) e da TST (Figura 2).

Figura 1 - PCV por bairro em Salvador, 2013 a 2019



Fonte: Santos (2020).⁶

Figura 2 - TST por bairro em Salvador, 2013 a 2019

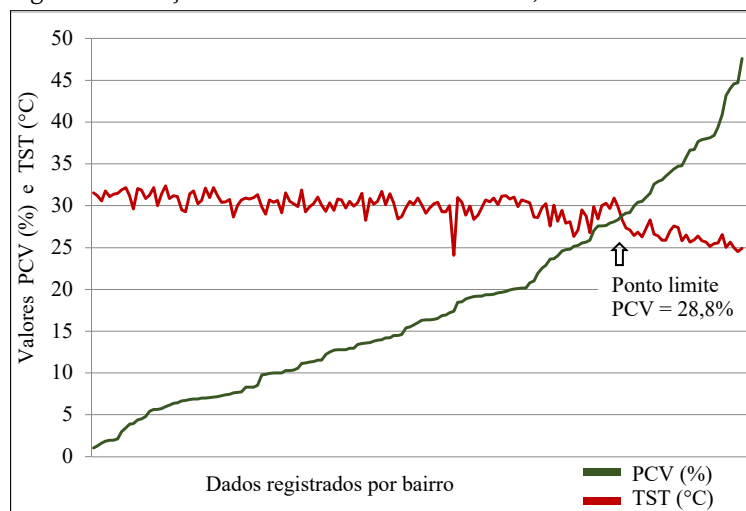


Fonte: Santos (2020).

Um ponto importante que merece destaque e que foi possível inferir por meio do cruzamento dos valores detectados do PCV e da TST é sobre a partir de que ponto esse reflexo negativo se efetiva. Ou seja, identificou-se o valor PCV, que recobre a superfície da área estudada, a partir do qual se registra uma alteração decrescente e contínua no comportamento da TST.

6 Processamento e mapeamento de dados realizados em estudo preliminar de Rossana Santos (em andamento), sob orientação do Prof. Dr. Júlio Cesar Pedrassoli, conforme apresentação de trabalho em mesa-redonda no Congresso da Universidade Federal da Bahia (UFBA) 2020.

Figura 3 - Relação entre PCV e TST em Salvador, 2013 a 2019



Fonte: Santos (2020).

Conforme o resultado obtido do cruzamento dos dados do PCV e da TST por bairro em Salvador (Figura 3), observa-se uma relação inversa no crescimento das curvas geradas a partir dos dados mensurados, ou seja, quanto maior a presença de cobertura vegetal no solo, menores são os valores das temperaturas de superfície. Além disso, a condição encontrada aponta um dado significativo, a partir do qual o valor registrado do PCV começa a contribuir com a redução da TST. Assim sendo, pode-se observar que, a partir do PCV de 29% (28,8%, o ponto limite), o comportamento da curva da TST passa a registrar valores decrescentes e inferiores a 28,3 °C.

Apenas 31 bairros,⁷ equivalentes a 19% do total de bairros da cidade, alcançam o valor de 28,8% de PCV, indicando que grande

parte da população (em 81% dos bairros) está sob condições desfavoráveis no que se refere ao aspecto climático e suas várias repercussões inclusive na saúde. (BILAL et al., 2019; MOREIRA et al., 2020; ZHAO et al., 2019) Esses resultados apontam o prejuízo na qualidade ambiental relacionado à supressão da vegetação, bem como indicam ser possível a construção de um parâmetro mínimo de PCV, que venha a contribuir com a qualidade do ambiente e de vida da população, na formação dos distintos microclimas urbanos.

Em Salvador, nos bairros Ilha de Maré, Ilha dos Frades, Cassange, São Tomé, Pirajá e Vitória, foram detectados os valores da TST mais reduzidos – entre 24 e 25 °C –, obtidos pelo cálculo da mediana dos sete anos de medição para o período pesquisado (2013 a 2019). Esses mesmos bairros correspondem aos valores de PCV mais elevados – entre 38 e 48% –, segundo a média dos valores calculados durante o mesmo período, com exceção da Vitória, que apresenta o PCV de 17%, mas que detém em seu território um dos maiores indicadores de PerARB da cidade. Por outro lado, os bairros Nordeste de Amaralina, Pau Miúdo, Chapada do Rio Vermelho, Engenho Velho da Federação, Vale das Pedrinhas e Santa Cruz apresentaram as TSTs mais elevadas, com valores superiores a 32 °C, conforme o período pesquisado, ao mesmo tempo que indicaram valores na menor faixa de PCV entre os bairros da cidade, até 7%. Assim sendo, é possível perceber a assimetria na qualidade urbano-ambiental entre os bairros que indicaram melhores TSTs e PCVs, que detêm em seus limites parques urbanos e áreas de preservação estabelecidos na regulação urbana (SALVADOR, 2016a), e os que indicaram condições bastante prejudiciais nesses aspectos para sua população.

7 Conforme a ordem crescente do PCV entre 28,8 e 47,6%, temos: Fazenda Grande III, Nova Constituinte, Vale dos Lagos, Fazenda Grande II, Mata Escura, Fazenda Grande I, Itinga, Mussurunga, Valéria, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Nova Esperança, Canabrava, Centro Administrativo

da Bahia, Cabula, Jaguaripe I, Areia Branca, Pituauçu, Fazenda Grande IV, Patamares, Boca da Mata, Nova Brasília, Pirajá, Cajazeiras XI, Trobogy, Saboeiro, São Tomé, Cajazeiras II, Cassange, Ilha de Maré, Ilha dos Frades.

Desse modo, Salvador se integra ao cenário global das cidades contemporâneas, marcadas pela condição periférica de cidade do Sul global (ACSELRAD et al., 2015; ÁVILA; MONTE-MÓR, 2011; SANTOS, 2012), na qual a distribuição do PCV na superfície e seu acesso pelos habitantes se somam aos indicadores de desigualdade socioespacial local. Esse processo é resultante de uma macropolítica liderada pela governança ambiental global, que reproduz um padrão de urbanização que não contempla a necessidade premente de implementação de parâmetros de cobertura vegetal no planejamento local.

Percepção sobre vegetação, arborização e temperatura

Antes de qualquer coisa, é fundamental esclarecer as perspectivas adotadas neste trabalho quando falamos de percepção. É sempre temerário enquadrar teoricamente o conceito de percepção, uma vez que se incorre no risco de reduzir a complexidade de um conceito tão vasto. O conceito de percepção aqui utilizado é fruto da interação do ser no mundo, como afirma Andreia Marin (2008, p. 204):

[...] a natureza e as formas de relação do ser humano com as realidades imediatas, onde se inserem a coletividade e o lugar habitado [...]; as formas com que essa relação é influenciada por conhecimentos e discursos construídos socialmente, importando também o entendimento dos processos históricos e culturais dessa construção.

Assim, não nos importam imediatamente “as formas como os atores sociais vêm os problemas”, mas sim “as formas com que o ser humano se mistura com o mundo, vivencia suas concretudes, se relaciona com os problemas e, coletivamente, tenta construir uma discursividade autêntica que dê conta de exprimir seus modos de viver”. (MARIN, 2008, p. 216) Cabe destacar que esse conceito nos

situa numa região de fronteira, no contexto de uma relação tênue entre percepção e sensação – principalmente no campo térmico – que pretende, fundamentalmente, expressar a relação dos sujeitos com a realidade que os cerca, a sua vivência cotidiana. Portanto, essas formas de se misturar e viver o mundo são amplamente influenciadas por elementos materiais e simbólicos que interferem sobremaneira na forma de relacionamento com o lugar e na representação do espaço vivido.

De acordo com Braga (1994, p. 77), a posse da terra urbana e da moradia representa estabilidade e segurança, uma vez que, para muitos, significa estar protegido da ameaça de expulsão. Além disso, nos centros urbanos, nas condições de pobreza, “a posse da casa torna os trabalhadores menos vulneráveis às crises cíclicas de emprego (sobretudo para aqueles que vivem do subemprego), já que um dos elementos básicos, a moradia, fica garantida”. No caso de Salvador, 79,2% dos moradores pesquisados declararam ser proprietários dos imóveis onde residem.

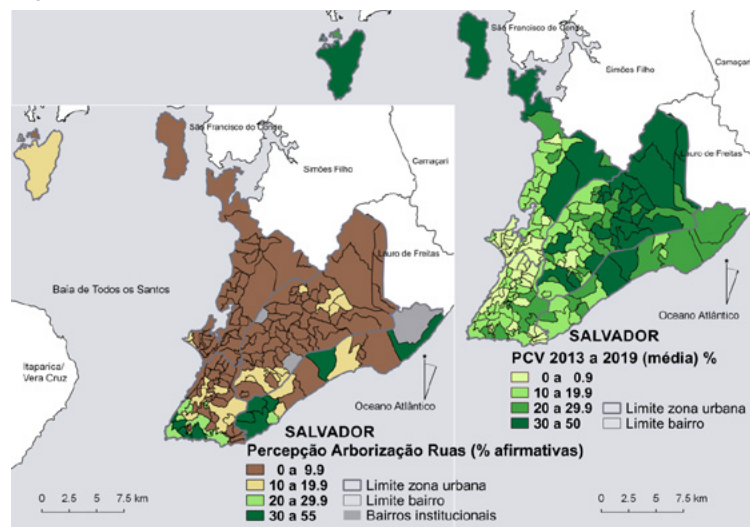
Nesse caso específico, consideramos que a percepção dos moradores dos bairros de Salvador varia em função de vários aspectos. Entretanto, daremos destaque aqui ao padrão de renda (e da sua distribuição espacial), às condições de habitabilidade (tipologia, material predominante nas paredes externas do imóvel, quantidade de cômodos utilizados exclusivamente como dormitórios e existência de janela, basculante e/ou cobogó) e ao número de membros da família.

Vejamos, em primeiro lugar, a natureza da inter-relação entre os indicadores de PerARB e o PCV, envolvendo nessa discussão a condição de renda familiar predominante por bairro, buscando entender as circunstâncias e diferenças entre a PerARB e o quantitativo da cobertura vegetal que recobre a superfície global do bairro (Figura 4).

O resultado representado no mapa de PerARB (Figura 4) revela que em apenas 17 bairros, equivalentes a 10,6% dos 160 habitados,

registra-se a PerARB com respostas afirmativas sobre a existência de arborização nas ruas entre 20 e 55% dos moradores. Em 89,4% dos bairros, os moradores declaram ter condições inadequadas de arborização.⁸ Destaca-se aqui o dado objetivo de que muitos bairros com registro de PerARB abaixo de 20% das respostas afirmativas possuem proporções elevadas do PCV.

Figura 4 – PerARB (2018 a 2020) e PCV (2013 a 2019) em Salvador



Fonte: Santos (2020) e Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

8 A percepção registrada em relação à existência ou não de árvores nos logradouros públicos no entorno da moradia, aqui referida como PerARB, está categorizada em quatro faixas de padrão de respostas obtidas das entrevistas por bairro: a primeira faixa compreende o intervalo de 0 e menos de 10% de respostas afirmativas; a segunda, de 10 a menos de 20%; a terceira, de 20 a menos de 30%; e a quarta, entre 30 e 55% – valores que variaram de 0 a 55%. Cada faixa indica o percentual de respostas afirmativas da presença de árvore na calçada, podendo estar situada na frente do domicílio ou ao longo da rua do morador.

O baixo registro, por parte dos moradores, da existência de arborização nas ruas em áreas com registro de PCV considerado como significativo pode ser explicado pela diferenciada distribuição da vegetação no bairro: às vezes, mesmo tendo uma massiva presença de cobertura vegetal, em áreas com as mais distintas características, o bairro pode ser desprovido de árvores nas ruas, nas áreas de circulação e moradia mais imediatas da população. Essa diferenciação pode estar relacionada a pelo menos dois fatores. O primeiro é o fato de que, em muitos desses bairros, de ocupação considerada como precária, nos quais se utiliza a prática de autoconstrução, a vegetação se encontra em enclaves de áreas de mata, ainda em condições passíveis de serem ocupadas, sendo tratadas como não urbanizadas. Essas áreas representam, em muitas situações, simbolicamente, o elemento que confere “desordem” à condição dos bairros – propícias à ocorrência de situações de violência, proliferação de insetos e animais peçonhentos etc.

Esse aparente “descompasso” entre a percepção do morador em relação à arborização e o dado objetivo sobre vegetação nos situa no âmbito da dimensão simbólica, das formas de representação da natureza já discutidas neste capítulo. Nesse sentido, trata-se de uma percepção particular, de uma natureza que ainda não foi apropriada, “controlada” e incorporada pelo processo de urbanização, ou seja, que pode estar “em engorda”, como estoque na cidade mercadoria. (HARVEY, 2005; MARICATO, 2015)

O segundo fator, ainda mais marcante, que explica o baixo percentual da PerARB é o dado objetivo da total ausência de arborização nas ruas e vielas dos bairros populares, o que, nesse caso, se expressa na situação de ocupação do lote em sua totalidade, com construções que, por vezes, avançam sobre a calçada estreita, além da existência de uma dinâmica urbana que atende à imediatez da reprodução da vida. (SANTOS, 1994) Tal processo se reproduz

na condição de ausência de planejamento por parte do Estado, pela seletividade espacial desse planejamento, que se mantém atrelado aos poderes econômicos em detrimento dos interesses e necessidades do coletivo ou mesmo pelo caráter predador do próprio planejamento. (LEFEBVRE, 2001; PENNA, 2002)

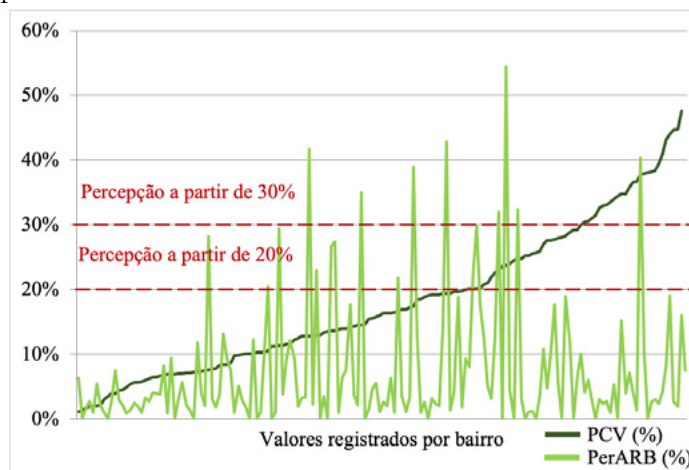
Conforme verificado, existe um grande descompasso entre a PerARB e o PCV identificado na superfície, o que é evidenciado na Figura 4 e no gráfico da Figura 5, a seguir. As características urbanísticas e de ocupação do solo dos 17 bairros (10,6%) percebidos como os mais arborizados – a partir de 20% dos entrevistados responderam afirmativamente – indicam aspectos relevantes sobre a renda da população residente nesses bairros e o valor da terra, do solo urbano na cidade. Identificamos que dez bairros desse grupo se enquadram em padrões determinados pelo planejamento instituído, atendendo relativamente aos padrões estabelecidos pelos instrumentos do PDDU/2016, da Louos/2016 e do Plano Diretor de Arborização Urbana Municipal (PDAU). E, principalmente, tais bairros estão localizados nas áreas de maior valor imobiliário da cidade – Itaigara, Pituba, Caminho das Árvores, Patamares, Vitória, Graça, Stella Maris, Canela, Rio Vermelho, Barra e Piatã, sendo este último a única exceção, situando-se um ponto percentual abaixo do limite do indicador PerARB (19% das respostas afirmativas).

Os sete bairros restantes, entre os 17, possuem características urbanísticas de parte da sua ocupação correspondente ao padrão de planejamento formal e parte informal, variando em proporção – Centro/Dois de Julho, Ondina/Chame-Chame, Stiep, Costa Azul, Barris, Federação e Boa Vista de Brotas –, e estão todos situados no entorno imediato dos demais bairros de melhor padrão de arborização. Observa-se que apenas um único bairro entre todos percebidos como mais arborizados, Patamares, tem PCV acima de 30% da superfície

(40%) e PerARB de 40%, abrangendo em seus limites o Parque Urbano Ecológico do Vale Encantado e a parte da planície litorânea da Área de Proteção de Recursos Naturais (APRN) do Rio Jaguaribe, incluídos na Macrozona de Conservação Ambiental Municipal no PDDU/2016. Entre os demais 16 bairros, 4 indicam PCV abaixo de 25%, enquanto 12 apresentam PCV entre 8 e menos de 20%.

Esses resultados indicam que a distribuição da cobertura vegetal intrabairros também ocorre de forma desproporcional e inadequada, comprometendo a qualidade ambiental tanto quanto foi identificado para sua distribuição global na cidade, impactando de maneira desigual sua população.

Figura 5 – PerARB (2018 a 2020) e PCV mensurado (2013 a 2019) por bairro em Salvador



Fonte: Santos (2020) e Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Quando comparados os 17 bairros percebidos como os mais arborizados com o padrão de renda familiar predominante, observa-se

uma nítida inter-relação entre os referidos indicadores. Quando acrescentamos Piatã (único bairro da categoria das maiores faixas de renda que não atingiu o limite mínimo de PerARB de 20%) ao grupo dos 17 anteriormente referidos, temos exatamente a situação na qual os maiores índices de percepção de arborização estão nos bairros onde reside a população situada nas maiores faixas de renda (11 bairros), o que coincide com as áreas de maior valor imobiliário da cidade, citadas anteriormente, e mais sete bairros, considerados como moradia das “classes médias”, como Centro/Dois de Julho, Ondina/Chame-Chame, Stiep, Costa Azul, Barris, Federação e Boa Vista de Brotas.

Conforme apresentado no Quadro 1, o grupo dos 11 bairros descritos com renda predominante acima de dez Salários Mínimos (SM) registram PerARB entre 23 e 54% – à exceção de Piatã, com PerARB de 19%. No grupo dos sete bairros restantes, dois estão identificados com percepção de renda familiar acima de cinco SM – Stiep e Costa Azul – e taxas de arborização entre 27 e 32%, respectivamente.

Quadro 1 – PerARB, PerT e renda familiar predominante por bairro em Salvador, 2018 a 2020

Bairro	Renda familiar predominante Mais de 5 a 10 SM	Renda familiar predominante Mais de 10 SM	PerARB (% afirmativas)	PerT boa (% afirmativas)
Itaigara	-	X	54	71
Pituba	-	X	43	59
Caminho das Árvores	-	X	42	65
Patamares	-	X	40	70

Bairro	Renda familiar predominante Mais de 5 a 10 SM	Renda familiar predominante Mais de 10 SM	PerARB (% afirmativas)	PerT boa (% afirmativas)
Vitória	-	X	39	66
Graça	-	X	35	73
Stiep	X	-	32	63
Ondina/Chame-Chame	-	-	32	54
Stella Maris	-	X	30	56
Canela	-	X	29	60
Centro/Dois de Julho	-	-	28	12
Costa Azul	X	-	27	54
Barra	-	X	27	52
Rio Vermelho	-	X	23	62
Boa Vista de Brotas	-	-	22	49
Federação	-	-	22	52
Barris	-	-	20	56
Piatã	-	X	19	57

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Nota: os cinco bairros sem informação sobre a renda familiar predominante apresentaram valores entre mais de um até três SM. O bairro Centro/Dois de Julho obteve poucas respostas à questão sobre PerT, sendo que a maioria atende à categoria “Boa”.

Nesse conjunto, apenas cinco bairros registram renda familiar predominante inferior a cinco SM – Centro/Dois de Julho, Ondina/Chame-Chame, Barris, Federação e Boa Vista de Brotas –,

apresentando entre 20 e 28% de PerARB. Esses bairros possuem características urbanísticas bastante assimétricas na sua ocupação, variando entre ocupação formal e informal. Identifica-se nos referidos bairros a presença de ilhas de padrão de construção elevado, dispondo de boa qualidade de infraestrutura – vias, equipamentos, serviços urbanos etc. –, em meio a densas áreas de ocupação precária com baixa qualidade de infraestrutura.

A análise dos indicadores de percepção dos moradores revela que, em sua grande maioria, os bairros da cidade apresentam condições inadequadas de arborização das ruas, ou seja, 89,4% do total, o que revela um quadro de fato preocupante: menos de 20% dos habitantes declaram haver árvores nas calçadas. Esses moradores estão situados nas faixas de renda familiar mais baixas, de até três SM, exceto por único bairro na faixa de mais de cinco a dez SM, Vila Laura, que possui características de bairro consolidado, apresentando ocupação mista, com núcleo original antigo e expansão posterior com característica principal de ocupação precária.

Esses resultados revelam uma expressiva desigualdade socioambiental e se somam à significativa assimetria na distribuição da cobertura vegetal, conforme verificado pelo indicador do PCV inferior a 30% em parte significativa da cidade, ou seja, 79% do total de bairros. Recorrendo a Maricato (2015, 2020), é fundamental identificar as causas das assimetrias na produção do espaço urbano, posto que cidades desiguais são resultantes de sociedades desiguais, devendo ser consideradas nesse quadro as consequências de uma “radical flexibilidade na realidade da ocupação do solo”, o que significa a inexistência de uma política ambiental, de arborização na cidade, como também de investimentos muito diferenciados na qualificação dos bairros da cidade.

Quando analisamos a percepção dos moradores em relação à temperatura, entram em evidência elementos subjetivos ainda mais

complexos, uma vez que a percepção, nesse caso, é atravessada por dimensões mais subjetivas, que variam desde a dimensão corpórea até as condições socioeconômicas e urbanas já identificadas.

Os elementos que utilizamos para auxiliar na compreensão do indicador PerT foram: renda familiar, habitabilidade – tipologia, material predominante nas paredes externas do imóvel, quantidade de cômodos utilizados exclusivamente como dormitórios e existência de janela, basculante e/ou cobogó – e número de membros da família.

No resultado da PerT para o conjunto dos 160 bairros, predominou a categoria “Regular” (60,6%), seguida de “Boa” (31,9%) e “Ruim” (7,5%), conforme Figura 6.⁹ Esse resultado pode estar relacionado a uma série de fatores que interferem na percepção, anteriormente relacionados, como também à capacidade adaptativa da população. Podemos destacar elementos fisiológicos, como idade, sexo, massa corporal, problemas crônicos, além do próprio metabolismo – atributos que não pudemos avaliar neste trabalho –, mas também a relação direta com a forma como os habitantes se relacionam com o ambiente urbano, com atributos que variam do uso de vestimenta adequada – e conseqüentemente o acesso a elas – até a alimentação, passando pelas técnicas construtivas e pelo uso de condicionadores de ar. (FANTE, 2019)

Constatamos que a PerT regular correspondeu às ocupações que se intensificaram a partir do século XX, no Subúrbio Ferroviário,

9 Na reflexão sobre os dados da PerT, categorizamos como uma temperatura “Boa” as respostas que correspondem, no questionário de campo, à confirmação de uma das duas afirmativas: “apresenta temperatura muito satisfatória ao longo de todo o ano” ou “não é quente no verão, nem frio no inverno” – sendo considerada agradável o ano todo. A categoria “Regular” representa aqueles bairros onde a maioria da percepção consiste na constatação de que o bairro é quente no verão e frio no inverno. A categoria “Ruim” corresponde à confirmação de uma das duas afirmativas: a de que é muito quente no verão e muito frio no inverno e de que a temperatura compromete a qualidade da saúde.

Península de Itapagipe e Miolo, além das Ilhas de Maré e de Bom Jesus dos Passos, em bairros onde a renda familiar predominante declarada é de até três SM. Merece registro o fato de que, nos bairros Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Boca do Rio, Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho, em áreas mais consolidadas de Salvador, existe predominância de população de baixa renda, com até um SM, com predomínio de autoconstrução, elevada densidade construída e reduzida cobertura vegetal.

Na categoria referente à PerT regular, as famílias possuem majoritariamente até quatro membros, morando na tipologia de casa individual com até um pavimento e de apartamento em alvenaria de bloco. As edificações possuem mais de cinco cômodos, sendo de dois a três exclusivos para dormitório. Quanto às aberturas para o exterior, todas apresentam aberturas ou apenas um cômodo se apresenta sem janela, basculante ou cobogó.

Na PerT boa, segunda categoria em número de bairros, estão os bairros que declararam renda familiar acima de cinco SM, Stiep e Costa Azul, além de Vitória, Stella Maris, Rio Vermelho, Barra, Piatã, Pituba, Caminho das Árvores, Itaigara, Graça, Canela e Patamares, com renda superior a dez SM, que também correspondem aos mais altos percentuais dos que afirmaram ter arborização nas ruas (Quadro 1). Os demais bairros e a Ilha dos Frades possuem renda familiar até três SM. No conjunto, constatamos que os bairros com boa PerT combinam investimentos estatais com alto valor da terra e, também, a preferência do mercado imobiliário, predominando as normas edilícias, com edificações com recuos e espaços abertos com cobertura vegetal, que, conjuntamente com a verticalidade, favorecem a ventilação natural – um elemento de grande relevância, sendo muitos dos bairros também favorecidos pelas brisas marítimas.

Essa percepção determinada por condicionadores que amenizam e alteram a forma como a população percebe a temperatura

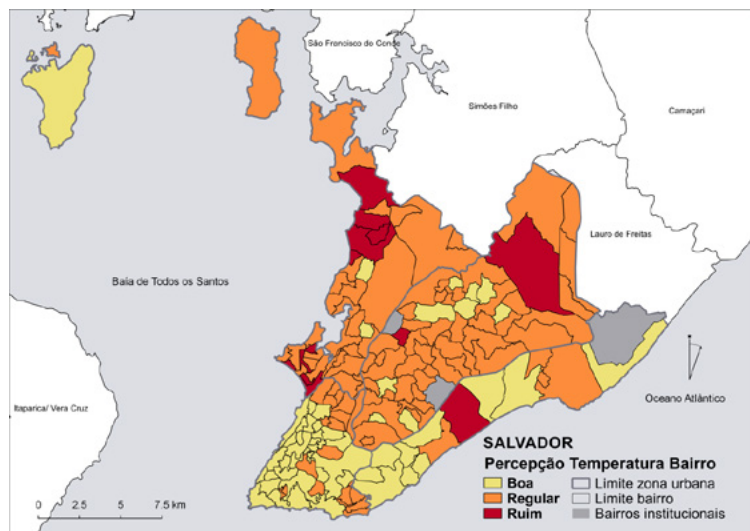
no bairro, quando associada ao padrão de renda, revela um quadro extremamente rico: certamente, as condições sociais e econômicas dessa parcela da população interferem sobremaneira na sua relação com o conforto térmico em Salvador. Na categoria de PerT boa, observamos famílias com renda acima de cinco SM, que possuem majoritariamente até três membros, na tipologia vertical (apartamento), exceto Stella Maris e Stiep, com casa individual de até um pavimento. No que se refere à habitabilidade, observa-se o predomínio de um padrão construtivo considerado bom, referenciado pelas normas edilícias.

A PerT ruim predominou nos bairros Península de Itapagipe, Subúrbio e do Miolo, com exceção de Pituaçu, na costa atlântica, devido ao adensamento das edificações. As temperaturas nesses bairros estão relacionadas à dinâmica local do clima urbano de Salvador, que, pelas características de circulação, desloca mais calor para a porção oeste da cidade, ao mesmo tempo que predomina um processo de ocupação de moradores cuja renda familiar alcança até três SM.

Predomina nos bairros de PerT ruim a tipologia horizontal, com casa individual de até um pavimento. Sobre a composição familiar, predomina a de até quatro membros, distribuídos em mais de cinco cômodos, sendo dois a três exclusivos para dormitórios. Destacamos que, nesses bairros, há total ausência de arborização nas ruas e vielas, o que corresponde à situação dos lotes praticamente todos ocupados com uma única unidade, sem recuos e os cômodos de permanência prolongada (quarto e sala), que não seguem os parâmetros mínimos relacionados ao conforto ambiental, tanto para a ventilação natural como de insolejamento, tão requeridos para minimizar os efeitos higrótérmicos do clima de Salvador. Além disso, as construções por vezes avançam sobre a calçada estreita. Dessa forma, o conjunto autoconstruído da unidade habitacional se reproduz

para a escala da quadra e da rua, configurando um tecido urbano com reduzida cobertura vegetal e elevada impermeabilização do solo, com comprometimento do conforto térmico e, consequentemente, da qualidade do ambiente urbano e de vida dos moradores.

Figura 6 – PerT por bairro em Salvador, 2018 a 2020



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Esses dados indicam o quanto a percepção da temperatura é influenciada pelas condições de habitabilidade e de horizontalidade do padrão ocupacional, o que certamente condiciona a relação da população com o ambiente urbano. Nesse caso, vale destacar a estrita relação entre percepção de temperatura e horizontalidade ou verticalidade do padrão habitacional, uma vez que habitar imóveis do tipo casa ou apartamento em Salvador, em uma escala bastante ampla, pode ser um indicativo de segregação socioespacial

e, consequentemente, reforçar os processos históricos de intensificação das desigualdades socioambientais.

Nesse cenário de grande complexidade do ponto de vista conceitual, é possível inferir que a percepção da arborização e da temperatura, na escala de bairro, está diretamente relacionada às condições de reprodução da vida cotidiana, marcada por um modelo de desenvolvimento urbano que converte a terra urbana em mercadoria, o que dificultou historicamente o acesso a terras, moradias, infraestrutura e serviços na cidade.

Considerações finais

A cobertura vegetal e a temperatura da cidade refletem e reproduzem elementos contraditórios da produção do urbano contemporâneo, sem deixar de desvelar as marcas de seu constructo histórico. A cidade mercadoria coloca o verde como um recurso estético e contemplativo capaz de valorizar o solo urbano como uma mercadoria; por outro lado, reforça estigmas de desordem quando escapa à sua forma moderna e retorna a um imaginário selvagem.

Os resultados dos padrões encontrados da cobertura vegetal (PCV) e do comportamento da temperatura de superfície (TST) reforçam esses aspectos, na medida em que revelam diferenças de acesso e de convivência com a cobertura vegetal e a arborização urbana (PerARB) inter e intrabairros, indicando uma desigualdade socioambiental no que se refere à qualidade ambiental e de vida da população. Ainda nesse quadro, verificamos que os moradores de Salvador vivenciam as condições térmicas (PerT) mais desfavoráveis nas áreas mais precárias (autoconstrução), com ausência de arborização nas ruas e menor acesso à infraestrutura pública. Nesta pesquisa, o indicador de renda familiar se mostrou um elemento-chave na inter-relação da espacialização dos indicadores de

cobertura vegetal e temperatura, revelando associação frequente entre os melhores e piores padrões de resultados correspondentes à mesma qualificação da renda.

Consideramos que esse descompasso pode estar relacionado a pelo menos dois fatores. O primeiro é decorrente do fato de que, em muitos desses bairros de ocupação precária, com habitações produzidas por meio de autoconstrução, a vegetação se encontra em enclaves do tecido urbano e repercute na qualidade térmica do espaço construído. Desse modo, essas áreas de matas são consideradas como não urbanizadas, passíveis de serem ocupadas, ao mesmo tempo que representam o elemento simbólico que confere desordem ainda maior à situação dos bairros. Trata-se de uma natureza que ainda não foi dominada e geometrizada pela especulação imobiliária e pela ordem capitalista que predomina na cidade. O segundo fator consiste na total ausência de arborização nas ruas e vielas, o que, nesse caso, corresponde à situação de lote praticamente todo ocupado e por um planejamento urbano que atende à imediatividade da reprodução da vida, ausente de um planejamento lógico formal do Estado.

Por fim, reforçamos que os indicadores ambientais globais para cidades e regiões metropolitanas, identificados como PCV, ICV, TST, entre outros, necessitam de uma análise essencial e aprofundada sobre a questão da sua distribuição no território estudado. Ressalta-se que, no Brasil, o parâmetro nacional mais utilizado para o ICV se trata de uma proposição do ano de 1996 (SBAU, 1996), e ainda não foi identificado um padrão mínimo nacional para o indicador PCV, tanto em documentos institucionais quanto na literatura. Esse fato aponta uma lacuna importante no contexto da política ambiental brasileira.

Em Salvador, percebemos que há um limite em que essa relação entre a cobertura vegetal e a temperatura se inverte (28,8% de

PCV), que pode ser tomado como um parâmetro essencial para qualquer análise ambiental urbana que se debruce sobre esse tema. Evidentemente, esse parâmetro carece de maiores pesquisas, mas, no escopo do QUALISalvador, representa avanço significativo para a composição do índice.

Referências

- ACSELRAD, Henri *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? *E-cadernos CES*, [s. l.], v. 17, p. 164-183, 1 set. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1138>. Acesso em: 1 mar. 2019.
- ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade social, conflito ambiental e regulação urbana. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 18, n. 33, p. 57-68, jan./jun. 2015.
- ARMOND, Núbia Beray.; ZANGALLI JR, Paulo Cesar. Geografia do clima em tempos de emergência(s) climática(s): um ensaio pelo materialismo. In: SANT'ANNA NETO, João Lima (org.). *Clima, sociedade e território*. Jundiaí, SP: Paco, 2020. p. 19-40.
- ÁVILA, Jorge Luís Teixeira; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Subdesenvolvimento sustentável? Velhas e novas contradições na periferia do capitalismo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 381-396, set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 set. 2020.
- BILAL, Usana *et al.* Inequalities in life expectancy in six large Latin American cities from the SALURBAL study: an ecological analysis. *The Lancet Planet Health*, London, v. 3, n. 12, p. 503-510, 10 dez. 2019.
- BRAGA, Rosalina Batista. *Conhecendo a cidade pelo avesso: o caso de Salvador (BA)*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0271.htm. Acesso em: 1 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 set. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.766, de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1979. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm. Acesso em: 1 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2020.

CÂMARA, Gilberto; QUEIROZ, Gilberto Ribeiro de. Arquitetura de sistemas de informação geográfica. In: CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MEDEIROS, Antônio Miguel Vieira (org.). *Introdução à ciência da geoinformação*. São José dos Campos: INPE, 2001. cap. 3, p. 3-12.

CAMPINAS (SP). Prefeitura. *Plano municipal do verde*: prognóstico. Campinas, 3 jun. 2016. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/vol-3-prognostico.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Uma geografia do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia (org.). *A necessidade da geografia*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 15-28.

CENTRO DE DESARROLLO URBANO SUSTENTABLE – CEDEUS. *Indicadores de Sustentabilidad Urbana (ISU)*. Chile, 2019. Disponível em: <http://indicadores.cedeus.cl/ciudades/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

CHUN, Bumseok; GULDMANN, Jean-Michel. Impact of greening on the urban heat island: Seasonal variations and mitigation strategies. *Computers, Environment and Urban Systems*, New York, v. 71, p. 165-176, 2018.

CLOSSICK, J. The Industrial City. In: KNOX, P. *Atlas of cities*. Princeton University Press, 2014. p. 70-87.

FANTE, Karime Pechutti. *Eventos extremos de temperatura e seus impactos no conforto térmico humano*: estudo de caso em Presidente Prudente, Brasil, na perspectiva da Geografia do Clima. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2019.

GORDILHO-SOUZA, A. *Limites do habitar*: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008.

GUIMARÃES, Admar. A Carta de Atenas: comentários a propósito de Salvador. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 193-218, abr./jun. 1978.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HENRIQUE, Wendel. *O direito à natureza na cidade*. Salvador: Edufba, 2009.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. Summary for Policymakers. In: MASSON-DELMOTTE, Valérie *et al.* (ed.). *Global Warming of 1.5°C: An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty.* [S. l.]: IPCC, 2018.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus; ZHOURI, Andréa. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente: a ‘questão territorial’ e o novo desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 52, p. 278-322, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1552>. Acesso em: 5 jun. 2019.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. *Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas*, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

MARICATO, Ermínia. *Uma nova agenda para as cidades*. [S. l.], 8 jun. 2020. 1 vídeo (1h 19min). Disponível em: <https://youtu.be/XVjha4GAGOQ>. Acesso em: 8 jun. 2020.

MARIN, Andreia A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 203-222, 2008.

MARQUES, Marta Inez. Natureza e Sociedade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia (org.). *A necessidade da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 175-190.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A cidade como processo derivador ambiental e a geração de um clima urbano: estratégia de abordagem geográfica. *GEOSUL*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 80-114, 1990.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Teoria e clima urbano. In: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco (org.). *Clima urbano*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-67.

MONTEZUMA, Talita de Fátima Pereira Furtado; RIGOTTO, Raquel Maria. Os distintos comuns: tecituras teóricas e a emergência de racionalidades ambientais. *Direito Público*, Brasília, DF, v. 16, p. 67-94, dez. 2019.

MOREIRA, Tiana C. L. *et al.* Green spaces, land cover, street trees and hypertension in the megacity of São Paulo. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, Basel, v. 17, n. 3, p. 725-738, Jan. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31979152/>. Acesso em: 19 set. 2020.

OKE, Timothy R. *et al.* *Urban climates*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

PEDRO, Livia Carvalho. *A cabeça do Brasil: a cidade do Salvador e os caminhos da capitalidade na Bahia (1481-1808)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PENNA, Nelba Azevedo. Urbanização, cidade e meio ambiente. *Revista GEOUSP- Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 125-140, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Relatório do desenvolvimento humano 2019: além do rendimento, além das médias, além do presente: as desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. [Brasília, DF]: PNUD, 9 dez. 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 6 fev. 2020.

SACCARO JUNIOR, Nilo Luiz; COELHO FILHO, Osmar. *Cidades resilientes e o ambiente natural: ecologia urbana, adaptação e gestão de riscos*. In: COSTA, Marco Aurélio (org.). *O estatuto da cidade e a habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana*. Brasília, DF: IPEA, 2016. cap. 11, p. 283-302.

SALVADOR. Prefeitura. *Código de Posturas Municipais – cidade do Salvador*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

SALVADOR (BA). Prefeitura. *Decreto-Lei nº 333, 12 de setembro de 1944*. Reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura instituindo Secretarias e dando outras providências. Salvador, 1944a.

SALVADOR (BA). Prefeitura. *Decreto-Lei nº 347, 6 de outubro de 1944*. Salvador, 1944b.

SALVADOR. (BA). Prefeitura. *Decreto-Lei Municipal nº 701, de março de 1948*. Dispõe sobre a divisão e utilização da terra na Zona Urbana da Cidade, regula o loteamento de terrenos na mesma zona situados e dá outras providências. Salvador, 1948.

SALVADOR (BA). Prefeitura. Lei nº 1.855, de 5 de abril de 1966. Código de Urbanismo e Obras do Município do Salvador. *Diário Oficial do Município*, Salvador, 15 set. 1966.

SALVADOR (BA). Prefeitura. Lei nº 2.181, de 24 de dezembro de 1968. Autoriza a alienação de bens dominiais e dá outras providências. Leis e Decretos de 1968. Salvador, 1969.

SALVADOR (BA). Prefeitura. *Lei nº 2.403, de 23 agosto de 1972*. Código de urbanismo e obras do município de Salvador. Salvador, 1972.

SALVADOR. *Lei nº 2.549, 4 de outubro de 1973*. Aprova plano de implantação do Sistema de Áreas Verdes do Município e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/s/salvador/lei-ordinaria/1973/254/2549/lei-ordinaria-n-2549-1973-aprova-plano-de-implantacao-do-sistema-de-areas-verdes-do-municipio-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 6 fev. 2020.

SALVADOR. *Lei nº 2.826, 13 de setembro de 1976*. Dispõe sobre a proteção, uso, conservação e preservação de árvores e áreas verdes no território do município, autoriza o executivo municipal a alienar áreas de domínio público. Salvador, 1976. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/>. Acesso em: 6 fev. 2020.

SALVADOR. Lei nº 3.525, 11 de setembro de 1985. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município do Salvador para até o período de 2002 e dá outras providências. Salvador, 1985. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/1985/352/3525/lei-ordinaria-n-3525-1985-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-de-salvador-para-o-periodo-ate-1992-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SALVADOR (BA). Prefeitura. *Lei nº 9.069, de 30 de junho de 2016*. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Salvador, 2016a.

SALVADOR (BA). Prefeitura. *Lei nº 9.148, de 8 de setembro de 2016*. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Salvador, 2016b.

SALVADOR (BA). Prefeitura. *Lei nº 9.187/2017*. Dispõe sobre o Plano Diretor de Arborização Urbana do Município de Salvador. Salvador, 2017a.

SALVADOR. (BA). Prefeitura. *Lei nº 9.278/2017*. Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. Salvador: PMS, v. 30, n. 6.931, p. 2-14, 2017b.

SAMPAIO, Antonio Heliodoro Lima. *Formas urbanas: cidade real e cidade ideal* contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. 2. ed. Salvador: Quarteto, 2015.

SANT'ANNA NETO, João Lima. Por uma geografia do clima – antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. *Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 17, p. 49-62, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A economia verde é um cavalo de Tróia invisível. [Entrevista cedida a] Maíra Mathias. *EcoDebate*, [s. l.], 27 jun. 2012. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/06/27/boaventura-de-sousa-santos-a-economia-verde-e-um-cavalo-de-troia-invisivel/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC: ANPUR, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Rossana Alcântara. *Cobertura vegetal e a temperatura de superfície no meio intraurbano: um estudo em Salvador*. 2018. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, Rossana Alcântara. *Desigualdades socioambientais urbanas em Salvador: dados, teoria e percepção a partir do projeto QUALISalvador*. 2020. Apresentado no Congresso Virtual UFBA, 2020, Salvador. Disponível em: <https://youtu.be/J1UO-Mn5ukY>. Acesso em: 22 maio 2020.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Coordenação de Planejamento Ambiental. *Mapeamento digital da cobertura vegetal do Município de São Paulo*. Coordenação de Vivian Prado de Oliveira, São Paulo: SVMA, 2020. Relatório final.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SHRIVASTAVA, Paul; IVANOVA, Olga. Inequality, corporate legitimacy and the Occupy Wall Street movement. *Human Relations*, New York, v. 68, n. 7, p. 1209-1231, 6 jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0018726715579523>. Acesso em: 6 fev. 2019.

SILVA, Romero Gomes Pereira da. *Cenários dos espaços verdes urbanos no Brasil*. 2018. Tese (Doutorado em Política e Gestão da Sustentabilidade) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

SISTEMA NAZIONALE PER LA PROTEZIONE DELL'AMBIENTE. XV *Rapporto Sulla Qualità dell'Ambiente Urbano*: Edizione 2019. Roma: SNPA, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARBORIZAÇÃO URBANA – SBAU. Carta à Londrina e Iporã. *Boletim Informativo*, [s. l.], v. 3, n. 5, p. 3, 1996.

ZANGALLI JR, Paulo Cesar. *O capitalismo climático como espaço de reprodução do capital: governança do clima e os sujeitos sociais*. 2018. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2018.

ZANIN, Elisabete Maria; SANTOS, José Eduardo dos; HENKE-OLIVEIRA, Carlos. Environmental analysis and zoning for an urban park management purpose. *Brazilian Archives of Biology and Technology*, Curitiba, v. 48, n. 4, p. 647-655, 2005.

ZHAO, Qi *et al.* Ambient heat and hospitalisation for COPD in Brazil: a nationwide case-crossover study. *Thorax*, London, v. 74, n. 11, p. 1031-1036, 2019.

APÊNDICE

Percepção da Arborização das Ruas (PerARB) e Percepção de Temperatura (PerT) (2018 a 2020), Percentual de Cobertura Vegetal (PCV) e Temperatura de Superfície Terrestre (TST) (2013 a 2019) por bairro em Salvador

Bairros	PerARB (% afirmativas)	PCV (%) (média 2013 a 2019)	TST (°C) (mediana 2013 a 2019)	PerT (% afirmativas)		
				Boa	Reg.	Ruim
Vila Ruy Barbosa-Jardim Cruzeiro	6,3	1,0	31,5	-	41,4	-
Mares	0,0	1,3	31,2	-	-	35,2
Massaranduba	1,7	1,6	30,6	-	39,5	-
Caminho de Areia	2,7	1,8	31,8	-	-	35,5
Pero Vaz	1,0	2,0	31,1	-	46,7	-
Uruguai	5,4	2,0	31,4	-	39,6	-
Curuzu	2,0	2,1	31,5	-	40,4	-
Roma	1,0	3,0	31,9	-	40,4	-
Vale das Pedrinhas	0,0	3,4	32,2	-	57,9	-
Liberdade	2,8	3,9	31,2	-	41,7	-
Ribeira	7,4	3,9	29,6	-	41,7	-
Nordeste de Amaralina	2,9	4,4	32,1	-	42,0	-
Cosme de Farias	2,1	4,5	31,9	-	47,9	-
Fazenda Grande do Retiro	0,9	4,8	30,9	-	36,3	-
Alto das Pombas	1,5	5,4	31,3	-	38,4	-
Engenho Velho da Federação	2,4	5,7	32,2	-	48,8	-

Bairros	PerARB (% afirmativas)	PCV (%) (média 2013 a 2019)	TST (°C) (mediana 2013 a 2019)	PerT (% afirmativas)		
				Boa	Reg.	Ruim
Mangueira	1,8	5,7	30,0	47,6	-	-
Macaúbas	1,0	5,7	31,5	-	-	42,2
Santa Cruz	3,3	6,0	32,4	-	56,0	-
São Caetano	2,7	6,1	30,9	-	39,6	-
Calçada	4,0	6,4	31,2	-	-	54,5
IAPI	3,9	6,5	31,1	-	36,9	-
Santa Mônica	3,8	6,7	29,5	51,4	-	-
Comércio	8,1	6,7	29,3	-	44,3	-
Fazenda Coutos	0,9	6,9	31,4	-	53,3	-
Cidade Nova	9,3	6,9	31,8	-	46,9	-
Marechal Rondon	0,0	6,9	30,2	37,6	-	-
Calabar	3,0	7,0	30,7	-	43,9	-
Pau Miúdo	5,7	7,0	32,1	-	37,7	-
Saúde	2,0	7,1	31,0	-	35,1	-
Chapada do Rio Vermelho	1,3	7,1	32,2	52,0	-	-
Engomadeira	0,0	7,2	31,2	-	43,8	-
Boa Viagem	11,7	7,3	30,4	-	-	43,7
Centro Histórico	4,1	7,4	30,5	58,1	-	-
Bom Juá	2,0	7,5	30,7	-	53,9	-
Centro/ Dois de Julho	28,2	7,6	28,7	12,0	-	-
Bonfim	3,0	7,7	30,1	-	39,0	-
Capelinha	1,8	7,7	30,7	-	36,4	-
Caixa D'água	3,8	8,3	30,9	-	43,0	-

Bairros	PerARB (% afirmativas)	PCV (%) (média 2013 a 2019)	TST (°C) (mediana 2013 a 2019)	PerT (% afirmativas)		
				Boa	Reg.	Ruim
Nazaré	13,1	8,3	30,8	38,7	-	-
Beiru-Tancredo Neves	9,3	8,3	31,0	54,2	-	-
Amaralina	7,6	8,6	31,3	-	50,0	-
Jardim Santo Inácio	0,9	9,8	29,8	-	40,4	-
Tororó	5,1	9,8	29,0	50,0	-	-
Praia Grande	2,8	10,0	30,7	50,0	-	-
Lapinha	1,8	10,0	30,4	-	44,3	-
Porto Seco Pirajá (institucional)	-	10,0	30,7	-	-	-
Monte Serrat	12,3	10,0	29,2	-	-	41,7
Alto do Coqueirinho	0,0	10,3	31,6	-	47,2	-
São Gonçalo	1,1	10,3	30,5	58,5	-	-
Barbalho	10,4	10,3	30,3	-	51,6	-
Barris	20,4	10,6	29,9	56,1	-	-
Saramandaia	0,0	11,2	31,9	-	40,4	-
São João do Cabrito	1,0	11,2	29,3	-	38,8	-
Canela	29,4	11,3	29,9	60,3	-	-
Santa Luzia	3,8	11,4	30,2	-	49,1	-
Engenho Velho de Brotas	9,2	11,5	31,0	2,8	-	-
Garcia	12,1	11,6	30,1	58,6	-	-
Lobato	9,3	12,2	29,4	-	42,6	-
Boa Vista de São Caetano	1,8	12,5	30,4	-	41,3	-
Granjas Rurais Presidente Vargas	3,3	12,8	29,5	65,3	-	-

Bairros	PerARB (% afirmativas)	PCV (%) (média 2013 a 2019)	TST (°C) (mediana 2013 a 2019)	PerT (% afirmativas)		
				Boa	Reg.	Ruim
Retiro	3,3	12,8	30,8	-	46,7	-
Caminho das Árvores	41,7	12,8	30,7	-	43,3	-
Santo Antônio	2,2	12,8	29,8	56,5	-	-
Rio Vermelho	22,9	12,9	30,5	61,8	-	-
Baixa de Quintas	0,0	13,0	29,9	-	42,9	-
Dom Avelar	3,4	13,4	30,3	-	39,7	-
Arenoso	0,0	13,5	31,5	-	40,5	-
Barra	26,7	13,6	28,3	52,4	-	-
Costa Azul	27,4	13,6	30,9	53,6	-	-
Itacaranha	0,9	13,8	30,2	-	41,3	-
Matatu	6,4	13,9	30,5	43,1	-	-
Boca do Rio	7,5	14,0	31,7	-	46,3	-
Vila Laura	17,6	14,2	30,1	-	43,8	-
Pernambués	3,8	14,2	31,4	52,1	-	-
Nova Sussuarana	2,2	14,5	30,3	73,0	-	-
Graça	35,0	14,5	28,4	-	46,2	-
Alto do Cabrito	0,0	14,6	28,7	-	67,6	-
Calabetão	1,5	15,4	29,8	-	39,7	-
Acupe	4,6	15,5	30,5	42,2	-	-
Pau da Lima	5,6	15,7	30,1	-	40,3	-
São Marcos	1,1	16,0	30,9	-	44,2	-
Rio Sena	2,5	16,3	30,1	33,6	-	-
Campinas de Pirajá	2,0	16,4	29,1	-	46,3	-

Bairros	PerARB (% afirmativas)	PCV (%) (média 2013 a 2019)	TST (°C) (mediana 2013 a 2019)	PerT (% afirmativas)		
				Boa	Reg.	Ruim
Coutos/ Vista Alegre	6,4	16,4	29,7	-	48,5	-
Alto da Terezinha	0,9	16,4	30,2	-	-	48,2
Federação	21,8	16,5	30,4	51,8	-	-
Plataforma/Ilha Amarela	3,6	16,9	29,3	-	38,5	-
Novo Horizonte	1,0	16,9	29,3	-	45,5	-
Barreiras	3,4	17,2	30,0	43,2	-	-
Vitória	39,0	17,4	24,1	66,1	-	-
Santo Agostinho	12,6	18,4	31,0	48,5	-	-
Periperi/Colina de Periperi/Mirante de Periperi	0,9	18,5	30,4	-	38,5	-
Castelo Branco	2,6	18,8	28,9	46,2	-	-
Sussuarana	0,0	19,0	30,0	-	50,0	-
Jardim Cajazeiras	3,1	19,1	28,4	-	-	36,1
Águas Claras	2,3	19,2	28,9	-	42,5	-
Moradas da Lagoa	2,0	19,2	29,8	-	39,0	-
Narandiba	14,1	19,4	30,7	-	47,4	-
Pituba	42,9	19,4	30,5	-	46,5	-
Bairro da Paz	1,3	19,4	30,9	59,2	-	-
Paripe	3,9	19,6	30,1	-	35,9	43,7
Jardim Armação	18,8	19,7	31,2	56,5	-	-
São Cristóvão	1,8	19,7	31,2	-	40,5	-
Luiz Anselmo	9,3	19,9	30,8	43,3	-	-
Itapuã	8,1	20,1	31,0	49,0	-	-

Bairros	PerARB (% afirmativas)	PCV (%) (média 2013 a 2019)	TST (°C) (mediana 2013 a 2019)	PerT (% afirmativas)		
				Boa	Reg.	Ruim
Boa Vista de Brotas	22,1	20,1	29,9	54,3	-	-
Stella Maris	29,9	20,1	30,7	-	34,7	-
Brotas/Horto Florestal	17,4	20,1	30,5	55,8	-	-
Cabula VI	12,3	20,8	30,4	-	42,5	-
Cajazeiras VI	5,1	21,0	28,7	-	38,0	-
Novo Marotinho	3,2	21,9	28,6	-	36,8	-
Candeal	12,7	22,6	29,8	40,0	-	-
Stiep	32,0	22,9	30,3	62,7	-	-
Arraial do Retiro	0,0	23,6	27,6	-	41,6	-
Itaigara	54,4	23,7	30,1	70,6	-	-
São Rafael	4,4	24,0	28,1	-	50,5	-
Vila Canária	0,0	24,6	29,5	-	56,1	-
Ondina/Chame-Chame	32,3	24,8	27,9	54,3	-	-
Sete de Abril	3,1	24,8	28,1	-	44,9	-
Cajazeiras X	0,0	25,1	26,3	-	36,4	-
Cajazeiras VIII	1,1	25,3	27,1	36,9	-	-
Palestina	1,2	25,5	29,5	-	53,1	-
Ilha de Bom Jesus dos Passos	0,0	25,7	28,8	-	76,0	-
Cajazeiras VII	3,6	25,9	26,8	-	47,0	-
Resgate	10,8	27,0	29,9	47,3	-	-
Jardim Nova Esperança	4,7	27,6	28,4	-	44,9	-
Doron	10,2	27,6	30,0	-	43,8	-

Bairros	PerARB (% afirmativas)	PCV (%) (média 2013 a 2019)	TST (°C) (mediana 2013 a 2019)	PerT (% afirmativas)		
				Boa	Reg.	Ruim
Imbuí	17,6	27,7	30,3	43,1	-	-
Jardim das Margaridas	5,5	27,9	29,7	-	37,7	-
Aeroporto (institucional)	-	28,1	30,9	-	-	-
Piatã	19,0	28,3	29,9	57,0	-	-
Fazenda Grande III	11,7	28,8	28,3	36,2	-	-
Nova Constituinte	0,0	29,1	27,4	-	-	45,9
Vale dos Lagos	6,4	29,2	27,1	-	50,0	-
Fazenda Grande II	10,1	30,0	26,5	-	46,5	-
Mata Escura	4,0	30,4	26,8	-	52,5	-
Fazenda Grande I	5,9	30,5	26,3	39,6	-	-
Itinga	2,8	31,0	27,2	-	37,6	-
Mussurunga	0,0	31,5	28,3	-	44,9	-
Valéria	3,0	32,6	26,6	-	38,6	-
Cajazeiras IV	2,4	32,9	26,4	-	44,0	-
Cajazeiras V	2,6	33,1	25,9	-	40,4	-
Nova Esperança	1,0	33,6	25,9	-	51,0	-
Canabrava	5,3	34,0	27,0	-	42,5	-
Centro Administrativo da Bahia (institucional)	-	34,4	27,6	-	-	-
Cabula	15,2	34,7	27,4	-	53,3	-
Jaguaripe I	4,0	34,8	25,8	-	50,5	-
Areia Branca	7,1	35,8	26,5	-	39,8	-
Pituaçu	4,1	36,6	25,6	-	-	34,7

Bairros	PerARB (% afirmativas)	PCV (%) (média 2013 a 2019)	TST (°C) (mediana 2013 a 2019)	PerT (% afirmativas)		
				Boa	Reg.	Ruim
Fazenda Grande IV	1,3	36,7	26,0	-	53,2	-
Patamares	40,3	37,7	26,4	70,1	-	-
Boca da Mata	10,4	37,9	25,8	-	34,4	-
Nova Brasília	0,0	38,0	25,6	-	43,9	-
Pirajá	2,6	38,1	25,1	-	40,5	-
Cajazeiras XI	3,0	38,4	25,5	41,8	-	-
Trobogy	2,4	39,4	25,6	-	46,4	-
Saboeiro	4,2	40,9	26,6	41,7	-	-
São Tomé	8,3	43,2	25,0	-	43,0	-
Cajazeiras II	19,0	44,0	25,7	45,2	-	-
Cassange	2,6	44,6	25,0	-	-	51,3
Ilha de Maré	1,9	44,7	24,5	-	69,2	-
Ilha dos Frades	16,0	47,6	24,9	64,0	-	-

Fonte: Santos e Pedrassoli (2020) e Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador (2021).



A CIDADE QUE NÃO COMBINA COM A CHUVA: RISCO E VULNERABILIDADE EM SALVADOR

Paulo C. Zangalli Jr.

Grace B. Alves

A potente canção de Luiz Gonzaga, também cantada por Maria Bethânia, ilustra como nossa relação com o tempo e o clima é potente e contraditória, pois revela radicalmente a relação social e cultural. A imagem do “céu azul bem limpinho” é a imagem da estabilidade, da calma necessária, do tempo bom, enquanto o “céu cinzento com carão” seria frequentemente associado ao tempo ruim e às desgraças do mundo, a não ser no sertão, onde tudo isso se dissolve e se inverte. Diferente do sertão de Luiz Gonzaga, a chuva da cidade é a excepcionalidade indesejada para uns, porque, ao amolecer a terra, ao invés de florescer a vida e produzir o alimento, entoa a perda para parte significativa da população, principalmente da classe trabalhadora.

Mais do que representar culturalmente um lugar, essa canção escancara a dimensão social e cultural do tempo e do clima, ou,

como nos diz Comellas (2011, p. 15), revela “como temos chegado aos qualificativos convencionais e até subjetivos de bom ou mau tempo. O tempo em si não é bom ou mau, depende das circunstâncias, dos interesses de cada um ou das necessidades em geral”. O clima, portanto, é uma construção social, e a sua participação nos riscos, bem como na qualidade do ambiente urbano, não poderia ser diferente.

Por isso, o tempo e o clima de uma cidade ganham destaque na análise da qualidade do ambiente urbano: primeiro, pela repercussão cada vez mais frequente dos episódios extremos na vida das pessoas; segundo, pelas alterações climáticas, sobretudo aquelas produzidas na

Sol vermelho é bonito de se ver
Lua nova no alto, que beleza
Céu de azul bem limpinho, é natureza
Em visão que tem muito de prazer
Mas o lindo pra mim é céu cinzento
Com carão entoando o seu refrão
Prenúncio que vem trazendo alento
Da chegada das chuvas no sertão
Ver a terra rachada amolecendo
A terra, antes pobre, enriquecendo
O milho pro céu apontando
O feijão pelo chão enramando
(“Festa”, Gonzaga Junior, 1968)

cidade – mais recentemente pela forma como essas alterações se relacionam com as alterações climáticas globais.

Evidentemente, essa temática não pode ser compreendida sem a sua necessária correlação com a produção do espaço, entendida de modo histórico, configurando espaços-tempos desiguais. A partir disso, é possível compreender o clima como produto e como produtor de riscos e vulnerabilidades nas cidades brasileiras, tomando-o como dimensão estruturante da qualidade do ambiente urbano.

Nesse sentido, abordaremos neste capítulo as contradições concernentes às formas e ao conteúdo do clima urbano e como ele se configura, como impacta de modo distinto e como está estritamente relacionado com a dinâmica da produção do espaço urbano, resultado de diferentes níveis de vulnerabilização das populações.

Por isso, é fundamental entendermos que o clima urbano é compreendido como um sistema que envolve o clima de um dado espaço terrestre – fenômeno natural – e sua urbanização. (MONTEIRO, 1976) Mas é imprescindível apontar que, ao contrário da compreensão do clima urbano apenas como derivação ambiental,¹ em que a participação da urbanização se expressa na organização do espaço pela ação antrópica, o clima e o urbano configuram-se como uma totalidade que toma a produção do espaço como fundamento, sendo considerados como produtos e resultados da ordem socioespacial que compõem.

O que nos movimenta na associação entre impacto do clima, risco e qualidade do ambiente urbano é a aparente desigualdade seletiva dos resultados das intempéries climáticas. Ou seja, em

1 É importante lembrar que o urbano, nessa perspectiva, é reduzido à forma (cidade), ou seja, aquela que é incorporada à descrição do sítio urbano e que pode alterar o clima local. Portanto, a análise se limita à dimensão da organização do espaço absoluto, da localização dos objetos e das ações no espaço. (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019)

espaços produzidos desigualmente, os impactos do clima repercutem de modo desigual, isso porque evidenciam uma condição material marcada pela relação conflituosa e dicotômica entre sociedade e natureza. Dessa forma, áreas que são mais susceptíveis naturalmente aos efeitos do clima nem sempre se configuram como as mais impactadas quando comparadas àquelas com maior índice de vulnerabilidade e, conseqüentemente, como lócus da manifestação dos impactos. Isso porque o grau de acesso ao desenvolvimento técnico, a renda, a classe social, entre outros aspectos relacionais da produção do espaço – como raça, gênero, escolaridade etc. –, também se configuram como importantes elementos para entender tais fenômenos geográficos do clima, se configurando como dimensões estruturais.

Pensar o tempo e o clima como componentes importantes da qualidade do ambiente urbano demanda compreender as alterações produzidas e reproduzidas no espaço e no clima e as suas manifestações em formas de impactos, mas sem perder a compreensão de que “o impacto climático é uma medida de recriação do urbano e não pode ser considerado sem essa condição”. (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019, p. 10) Nessa perspectiva, o clima urbano passa a se configurar como:

[...] uma construção histórica e social, pois evidencia as formas-conteúdo da cidade enquanto medida da destinação de espaços de habitação e moradia (por exemplo) em áreas ambientalmente frágeis e naturalmente suscetíveis ou expostas à perigos naturais diversos. (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019, p. 12)

Assim, a abordagem dos riscos pode articular-se com a análise do clima urbano e, conseqüentemente, com a análise da qualidade do ambiente urbano, conferindo complexidade à abordagem, principalmente num momento histórico da cidade em que as alterações climáticas são reivindicadas como componentes centrais e setoriais

para produção de planos de mitigação e adaptação às alterações climáticas ou de resiliência urbana. Essa perspectiva reposiciona, em alguma medida, o clima urbano no debate sobre a qualidade do ambiente urbano. Compreender os riscos relacionados ao clima é, portanto, entender o desenvolvimento desigual e combinado da urbanização que se expressa por meio do capitalismo climático. (ZANGALLI JR., 2018)

Partir desse pressuposto é reafirmar que a constituição de climas urbanos como componente importante para a qualidade do ambiente urbano se relaciona ao tempo e ao espaço, se configurando como mais uma dimensão da produção da natureza na cidade. Consideramos que a natureza não está à parte da sociedade, segregada, expulsa dos objetos sociais, mas ambas estão imbricadas no espaço e a todo tempo influenciam e são influenciadas uma pela outra. Essa relação ontológica, mediada pelo trabalho, se configura numa troca metabólica em que o homem, ao transformar a natureza, transforma a si mesmo. Assim, a natureza não é apenas aquela intocada e a ser preservada (DIEGUES, 2001), mas sim essa mescla dialética que se evidencia no espaço e é evidenciada pela produção radical na natureza da cidade.

Por isso, neste capítulo, apresentaremos uma discussão que coloca o risco na centralidade do debate, evidenciando os seus componentes, como a vulnerabilidade, a susceptibilidade e o perigo. Inicialmente, apresentaremos um debate sobre os eventos e episódios extremos em Salvador, atualizando o clássico trabalho de climatologia urbano de Gonçalves (2009). Em seguida, discutiremos a relação entre perigo e susceptibilidade, adentrando em aspectos relativos do espaço urbano de Salvador e colocando em perspectiva elementos estruturantes dessa relação. A representação cartográfica trará a relação expressão entre esses elementos estruturantes e os episódios de alagamentos e deslizamentos.

Por fim, trataremos da vulnerabilidade que organiza esse debate e evidencia os reais processos envolvidos. São esses processos de vulnerabilização que fundamentalmente importam, pois são eles que permitem a associação entre as dimensões objetivas e subjetivas do risco, entendido como uma construção social.

Sobre os eventos extremos (perigos) e os riscos em Salvador

À medida que se percebem as correlações complexas e uma concepção mais comportamental e complexa do clima é que nos damos conta de como os estados de tempo oscilam, admitem desvios e produzem ‘acidentes’ que não podem ser considerados excepcionais. Mesmo os mais graves, por vezes catastróficos, se estatisticamente poderiam ser tomados como ‘ruído’, seu impacto local ou regional e a reação em cadeia que se lhes segue, fazem com que eles não possam ser descartados. E, sobretudo por suas repercussões socioeconômicas, tanto por injúrias imediatas como pelo efeito de ‘desregularização’. (MONTEIRO, 1991, p. 19)

É inegável que as manifestações do tempo atmosférico em uma cidade de clima tropical na costa de um continente se configurem como atributo importante para a qualidade do ambiente urbano. Mas essa expressão tão óbvia precisa ser evidenciada num movimento complexo a partir das contradições do espaço. Afinal de contas, quais são os processos, as formas e os conteúdos, inclusive históricos, que permitem entender os impactos do tempo e do clima no espaço urbano de Salvador?

Normalmente, os alagamentos, os deslizamentos, as quedas de árvores, as ressacas do mar e as ondas de calor são apontados

como fenômenos naturais que, ao encontrarem um ambiente produzido, acabam por impactar e desorganizar esse sistema físico. Nesses episódios, observa-se que muitas vezes usamos expressões como “a chuva causou estragos”, ou manchetes como “chuva desabriga”, “chuva mata”, ou ainda a “natureza cobra” ou “se vinga”. Por meio dessas expressões, construídas cotidianamente, os fenômenos naturais se humanizam à medida que naturalizamos os impactos.

A ciência dos eventos extremos tem um certo limite, que se expressa exatamente no que Monteiro (1991) chamou de excepcionalidade. Ou seja, considera-se um evento extremo de precipitação como “as chuvas estatisticamente acima dos valores habituais”. (ARMOND; SANT’ANNA NETO, 2017, p. 24) O limite dessa conceituação está no fato de que nem toda chuva que exceda um valor estatisticamente acima dos valores habituais se manifesta negativamente no espaço, ou ainda é possível que chuvas abaixo do que é considerado extremo possam impactar esse espaço. Por isso, Armond sugeriu que entendamos as excepcionalidades a partir das contradições espaciais da manifestação do fenômeno, tratando-os como episódios extremos, ou seja, “aqueles que repercutiram [negativamente] no espaço urbano”. (ARMOND; SANT’ANNA NETO, 2017, p. 24) É nessa perspectiva que o debate sobre o que há de habitual e excepcional no clima pode ser evidenciado de outra maneira, uma vez que as manifestações dos fenômenos climáticos ocorrem também em condições habituais de tempo.

Essa dimensão objetiva dos eventos e episódios externos precisa ser associada à dimensão subjetiva, sobretudo quando inserimos ambas como componentes da qualidade do ambiente urbano. Por isso, é importante lembrar que o dia em que um episódio extremo de chuva impactou o espaço urbano de Salvador não foi apenas um episódio em que as chuvas excederam os limiares estáticos de

61,8 mm em 24 horas,² mas foi o dia em que pessoas perderam suas casas, a vida, o dia em que a excepcionalidade habitual cotidiana se fez em evidência. Tratar, portanto, as excepcionalidades sem uma base material histórica é transformar a vida e os corpos em números e esvaziar a real compreensão dos processos, contribuindo para a humanização do clima e a naturalização dos impactos.

Esse é um novo ponto de partida importante, porque permite uma análise sobre o urbano a partir das contradições dos impactos da cidade sobre o clima e do tempo/clima da cidade, sem que uma abordagem exclua a outra.

O clássico estudo de Neyde Gonçalves (2009) sobre a cidade de Salvador, publicado pela primeira vez no ano de 1993, é um ponto de partida para a compreensão dessas contradições. Seguindo as recomendações de Monteiro (1991), a manifestação dos fenômenos climáticos – principalmente alagamentos e deslizamentos – é tratada como acidente natural. Essa perspectiva defendida pelos autores é aquela que insere a climatologia na perspectiva dos riscos climáticos, pois considera que:

[...] quando estes eventos se tornam perigosos para o homem, são chamados de riscos naturais [...]. Portanto, um evento extremo torna-se um risco quando supera a capacidade material de determinada organização social para absorver, amortizar ou evitar seus efeitos negativos [...] tal situação pode ser desencadeada não só pelo evento extremo, mas, também, pelo evento normal, e é este fato que determina o grau de vulnerabilidade da sociedade em questão. (GONÇALVES, 2009, p. 75)

2 Conforme constatamos por meio da utilização da metodologia do Expert Team on Climate Change Detection and Indices (ETCCDI).

Naquele trabalho, Gonçalves (2009) analisou 233 episódios que desorganizaram o espaço com intensidades diferentes durante o período de 1904 a 1989. Após um tratamento estatístico com acumulados de chuvas em 24 horas, definiu como extremos os eventos de precipitação acima de 60 mm.

Entre as conclusões que a autora apresenta, é importante destacar: a) os eventos pluviais acompanham o processo de expansão urbana; b) apesar de a chuva ser o elemento deflagrador da desordem, é imprescindível considerar outras variáveis ambientais, socioeconômicas e político-administrativas; c) os eventos de maior repercussão ocorrem nos meses chuvosos, de abril a junho, e, apesar de os alagamentos ocorrerem com intensidades de 60 mm em 24 horas, os deslizamentos são mais pronunciados a partir de intensidades de 70 mm em 24 horas.

Na busca pela compreensão dessa problemática na atualidade, analisamos dados diários de precipitação durante os períodos de 1991 a 2019. Utilizando a metodologia preparada pelo ETCCDI, podemos estabelecer novas análises para o clima de Salvador e seus respectivos eventos extremos.

O que notamos é que a precipitação em Salvador diminuiu ao longo das décadas. Gonçalves (2009) aponta um acumulado médio anual para a série histórica de 1.921,6 mm entre os anos de 1904 e 1989, enquanto identificamos acumulado médio de 1.816,2 mm entre os anos de 1991 e 2019. Apesar de a quantidade de precipitação ter diminuído, também se reduziu o número médio de dias com chuva, que até 1989 era de 217 dias por ano, enquanto a partir da década de 1990 reduziu-se para 188 dias, o que sugere maior concentração de chuvas e, conseqüentemente, aumento de chuvas intensas.

Para compreender as excepcionalidades, buscamos definir a intensidade de chuvas e adotamos outros dois limiares de

precipitação que podemos considerar para a caracterização estatística dos eventos extremos. Considerando o percentil 99 e 95, teremos intensidades de precipitação de 61,8 mm e 25,5 mm em 24 horas, respectivamente. Consideramos, para nossas análises, os dois valores, uma vez que a correlação com os episódios de alagamento e deslizamento impõe uma análise complexa. Apesar de o limiar quantitativo sugerido pela metodologia ser 61,8 mm – o que é coerente com a bibliografia –, adotamos o limiar de 25,5 mm considerando as relações entre os impactos e os processos de produção do espaço urbano, que impõem a desordem e a excepcionalidade como ordem e habitualidade a diferentes classes sociais.

Dessa forma, constatamos 524 eventos extremos de precipitação³ em Salvador durante a série histórica e pudemos classificá-los de acordo com a sua intensidade.⁴ Constata-se que a maior parte desses episódios extremos é deflagrada por eventos de precipitação de nível I ou normais para a realidade de Salvador, conforme podemos verificar na Tabela 1 e na Figura 1.

3 Considerando o percentil 95. Se considerássemos o percentil 99, seriam 108 episódios.

4 Baseado na metodologia de Monteiro e Zanella (2017), que consiste na identificação da média dos máximos e do desvio padrão, sendo que cada nível compreende um limiar médio acrescido e 1, 2, 3 ou mais desvios padrões. Para saber mais, consultar: Monteiro e Zanella (2017).

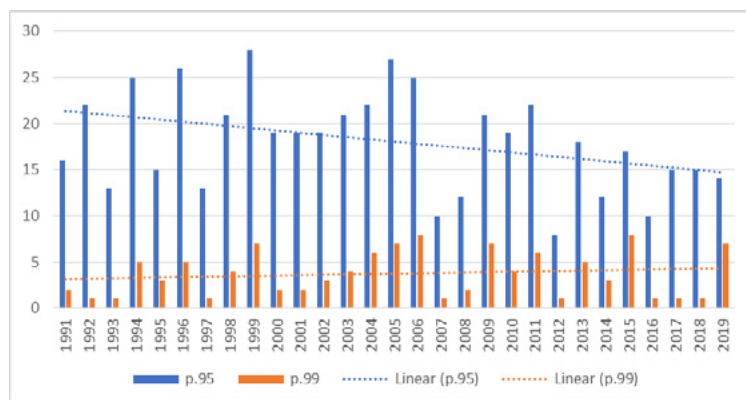
Tabela 1 – Classificação dos extremos em Salvador, Bahia

Nível	Limiar (mm)	Nº de eventos
Nível IV	Acima de 124,2	7
Nível III	$98,9 \leq P < 124,1$	17
Nível II	$73,6 \leq P < 98,8$	53
Nível I	$48,3 \leq P < 73,5$	108
Normal	$P < 48,2$	339

Fonte: elaborada pelos autores.

Seguindo essa perspectiva e a tendência de aumento de chuvas intensas, constatamos que houve uma diminuição, ao longo dos últimos 30 anos, dos eventos extremos de precipitação, quando consideramos o limiar de 25,5 mm de precipitação. Em contrapartida, os eventos com mais de 61,8 mm de precipitação tiveram leve tendência de aumento, principalmente aqueles relacionados aos eventos de nível III – com limiares de precipitação entre 98,8 e 124,1 mm em 24 horas.

Figura 1 – Eventos extremos em Salvador, Bahia (1991-2019)



Fonte: elaborada pelos autores.

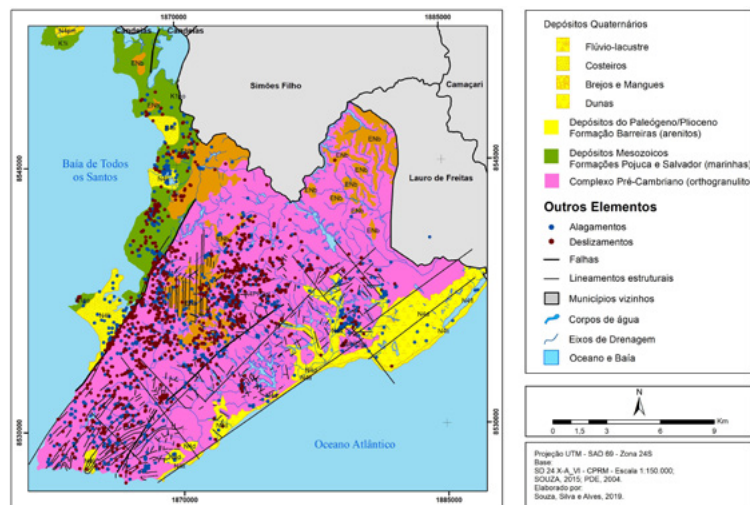
Os impactos desses eventos, no entanto, são particularizados no espaço urbano de Salvador. Sobre isso, Gonçalves (2009) aponta que os primeiros alagamentos, por exemplo, datavam do final do século XIX e aumentaram consideravelmente ao longo do processo de ocupação da cidade. Até o final da década de 1980, concentravam-se nas avenidas de vale, em áreas pantanosas e de aterros, além de loteamentos públicos e privados sem infraestrutura de drenagem e em planícies aluviais ocupadas “indevidamente”. Já os deslizamentos ocorriam preferencialmente relacionados à escarpa formada pela falha de Salvador, principalmente nos setores com declividades entre 14 e 27 graus, destacando ainda que os deslizamentos começavam a ser registrados no Subúrbio Ferroviário, “área densamente ocupada por habitações de baixo padrão tecnológico [...] consideradas de alto risco”. (GONÇALVES, 2009, p. 82)

Esse debate infelizmente continua atual. Salvador é a cidade brasileira com o maior número de ocorrências de deslizamentos, com 45,5% da população em áreas de risco, susceptíveis a deslizamentos e alagamentos. (IBGE, 2018) Isso ajuda, em parte, a explicar a concentração de deslizamentos em bairros como Capelinha, Fazenda Grande do Retiro, São Marcos, Liberdade, Brotas, Castelo Branco e São Rafael, todos com mais de 40 deslizamentos registrados desde 2014; ou ainda a concentração de alagamentos em bairros como São Marcos, Campinas de Pirajá, São Rafael, Bairro da Paz e Marechal Rondon, todos com mais de 100 registros, segundo a Defesa Civil de Salvador (Codesal), desde 2014. A ocorrência de deslizamentos em Salvador, embora normalmente estes sejam tratados como eventos naturais, possui estreita relação com a produção do espaço. (ALVES et al., 2019; SOUZA; SILVA; ALVES, 2019)

Do ponto de vista geológico, no município de Salvador, há a predominância de rochas muito antigas, denominadas como

complexo pré-cambriano (Figura 2). Formadas há milhões de anos, essas rochas, também denominadas de cristalinas, foram recobertas por sedimentos desde o Mesozoico. Essa sedimentação pode ser melhor percebida na Cidade Baixa, que inicia após a subsidência de um grande bloco rochoso durante o processo de rifteamento desencadeado pela separação dos continentes africano e sul-americano. Esse rifteamento permitiu a deposição de sedimentos marinhos, bem como a formação da Baía de Todos os Santos. Posteriormente, houve um recobrimento de sedimentos continentais com a formação de barreiras, além de sedimentos quaternários ligados às dinâmicas mais recentes dos ambientes fluviais e costeiros.

Figura 2 - Geologia da cidade de Salvador, Bahia



Fonte: elaborada pelos autores.

É importante destacar que, nesse quadro geológico, os deslizamentos tendem a se concentrar associados aos lineamentos

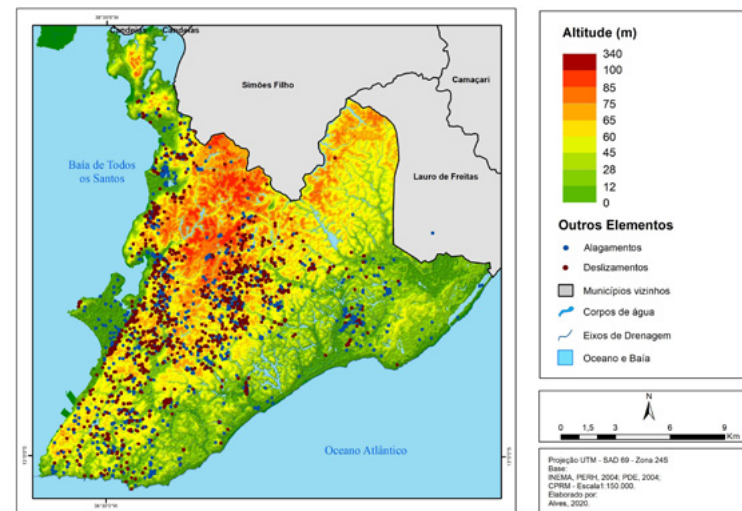
estruturais e principalmente na falha de Salvador, como destacou Gonçalves (2009), mas temos ainda descontinuidades de permeabilidade entre os estratos sedimentares e nos contatos litológicos. Devemos destacar que as rochas cristalinas oferecem melhores condições para fundação estrutural das construções, quando comparadas às sedimentares, por serem mais resistentes e uniformes, demandando técnicas específicas para tanto.

No que diz respeito aos alagamentos e deslizamentos, são as características geomorfológicas que mais influenciam a ocorrência desses eventos (Figura 3), ainda que, diante das mesmas características, outras cidades brasileiras não apresentem tantas ocorrências, sobretudo de deslizamentos. Podemos verificar que Salvador não possui grandes altitudes, não ultrapassando 110 m na porção continental, tampouco gradientes altimétricos como os reconhecidos em outras áreas susceptíveis aos deslizamentos, como a Serra do Mar, no Sudeste. Notamos que aqui os deslizamentos estão relacionados às áreas com maiores declividades, que, por sua vez, estão associadas às falhas e aos lineamentos estruturais, como já destacado, e às áreas de cabeceiras de drenagem. O avanço dos processos erosivos nas cabeceiras responde às mudanças nos níveis de base e nos padrões de formas dos eixos de drenagem. Esses processos podem, inclusive, estar respondendo à retificação dos cursos de água, que tendem a aumentar seu poder erosivo a montante devido ao aumento de velocidade dos fluxos de água. Devemos ainda considerar os cortes de taludes, como os de pedreiras inativas, que rompem o equilíbrio da circulação hídrica das vertentes e passam a se configurar como áreas potenciais de deslizamentos. Ainda é necessária uma investigação mais detalhada para entender quais condicionantes da produção do espaço atuam para aumentar a probabilidade de deslizamentos.

Já os alagamentos estão ligados diretamente às formas de vertente que permitem a acumulação de água, assim como a proximidades com cursos de água que favorecem o direcionamento dos fluxos, que, somados à impermeabilização do solo, levam a uma maior concentração e incapacidade dos canais de drenarem essas águas, dados os baixos gradientes altimétricos que a cidade possui. Além disso, a ocupação das planícies aluviais não permite que os cursos de água utilizem essas áreas que naturalmente se formaram para receber água nos períodos de cheia. Acrescida a isso, a retificação dos cursos de água aumenta os níveis de cheia dos rios nos eventos chuvosos.

Salvador não possui um mapa detalhado de solos que permita indicar quais características estariam correlacionadas às maiores ocorrências de deslizamentos. Os solos que predominam em Salvador são os latossolos vermelho-amarelos e amarelos (IBGE, 2014), conhecidos justamente pela baixa susceptibilidade à erosão e pela alta permeabilidade. Já na área da Cidade Baixa, predominam os argissolos vermelho-amarelos, estes sim mais susceptíveis à erosão e menos permeáveis, devido à presença de gradiente textural entre os horizontes, que gera diferentes condições de infiltração de água. Assim, considerando que esses solos predominam em Salvador, seriam as características de uso do solo que contribuiriam mais para a ocorrência de deslizamentos e de alagamentos do que propriamente os tipos dos solos.

Figura 3 – Hipsometria da cidade de Salvador, Bahia



Fonte: elaborada pelos autores.

De maneira geral, as características naturais de Salvador não permitem atribuir a ocorrência de eventos de deslizamentos e alagamentos diretamente aos aspectos naturais, sendo fundamental compreender a sua relação com a produção do espaço, que coordena grande parte dessas ocorrências, seja pela forma dessa ocupação – com impermeabilização do solo, baixa tecnologia construtiva, ou seja, pelos processos que levaram à alteração de suas dinâmicas, como a retificação de eixos de drenagem, cortes de talude, entre outros –, seja pelo conteúdo desse espaço urbano, que revela a dimensão mercantil da sua produção.

A organização inicial de Salvador se deu pelas áreas mais altas, com valorização desses terrenos, deixando as vertentes e os vales para a população pobre (SANTOS, 2012), marcando desde cedo a

destinação das áreas de risco de deslizamentos e alagamentos preferencialmente para a população com menor poder aquisitivo. Nos últimos anos, verificamos que houve um deslocamento dos principais pontos de deslizamentos da cidade para as áreas de expansão urbana adotadas a partir das décadas de 1970 e 1980. Trata-se da área conhecida como Miolo de Salvador, associada às cabeceiras de drenagem dos rios que banham a cidade.

Esses vetores de expansão são resultados históricos do processo de metropolização industrial, marcada pela implantação do Centro Industrial de Aratu, em 1966; pelo Polo Petroquímico de Camaçari, em 1972; mas também pela implantação do Complexo do Cobre e pela ampliação do Porto de Aratu-Candeias, na década de 1970. Acompanham importantes eixos de mobilidade, como a construção da BR-324 e da Avenida Paralela, que interligam setores norte e sul da cidade com a Orla Atlântica. Assim, Salvador, que foi marcada por “uma criação da economia especulativa” (SANTOS, 2012, p. 199), continuou reforçando sua tradição.

Esses elementos são importantes destaques porque fazem parte da dimensão pública e privada do risco e da produção do espaço urbano, pois, como destaca Gordilho-Souza (2008, p. 114):

No curso dessas transformações, o Estado assumiu não só os encargos de propulsor do processo, criando uma nova base institucional-administrativa, como também se fez presente na transformação do ambiente construído, através de vários tipos de intervenção física, implantando um amplo e moderno sistema viário, grandes equipamentos urbanos, e, especialmente, ampliando o parque imobiliário, com a produção intensiva de novas habitações.

A figura do Estado aqui é fundamental, porque o que se vê com frequência no debate sobre a questão social é a contradição entre a individualização e os processos macrosociais, que geralmente

culminam em disputa pelo Estado. Essas contradições resultam em ações que vão desde a perspectiva conservadora, liberal e neoliberal – esta com forte apelo ao conservadorismo – até dimensões progressistas, que inserem nas suas análises as desigualdades sociais e econômicas, o acesso às oportunidades e o combate à exclusão social, mas que são insuficientes para a superação da condição de risco.

No processo de individualização – que paira no imaginário social, resultado de um constructo histórico –, o impacto do tempo e do clima é individualizado e particularizado, ou seja, a perda de um imóvel em um deslizamento ou é fruto da ação da natureza ou da chamada “invasão” – portanto, da ilegalidade do imóvel, da falta de planejamento ou de técnica. No entanto, essa dimensão individual precisa ser encarada na perspectiva da responsabilização coletiva, pois o Estado é promotor desses episódios, seja por meio de um planejamento seletivo, o que induz novas formas de privação e acesso à terra, seja reconhecendo, ampliando e consolidando as áreas ocupadas, por exemplo. Gordilho-Souza (2008, p. 118) dá bons indicativos disso ao afirmar que

O PLANDURB [Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador], dentro de sua proposta de intervir para enfrentar os desequilíbrios sociais, na ocupação urbana, não só reconhece a permanência desse tipo de ocupação na cidade, como institui um instrumento legislativo através da figura ‘área de proteção ecológica’ – APSE.

Essa dimensão faz da exceção a regra, da desordem a ordem.

Dessa dualidade, surgem autores como Lenoir (1974), que sugere que os “inadaptados sociais” deveriam ser alvos de políticas específicas de proteção social de Estado. Lenoir (1974 apud KOWARICK, 2009, p. 50, grifo nosso) vai dizer, ao analisar a França

da década de 1970, que existia uma “outra França [...] à margem da normal [...] mas que, não obstante sua situação de *excepcionalidade* constitui uma [...] gangrena que ameaça [...] o conjunto do corpo social”.

Aqui reside um ponto importante a explorarmos: as noções de normalidade e excepcionalidade só se configuram importantes para o Estado na medida em que se estruturam como uma ameaça ao conjunto do corpo social? Existe uma normalidade espacial que possibilite tratar da qualidade do ambiente urbano e que a excepcionalidade seria a ausência de qualidade?

Da mesma forma, poderíamos pensar que os eventos extremos – que se materializam no espaço desigualmente produzido – só passam a se configurar como um problema na medida em que ameaçam a coesão e a ordem social vigente? Aqui voltamos para a questão fundamental de que as áreas de riscos podem configurar-se como territórios em disputas na medida em que organizam formas de resistência ou não.

O importante a se destacar é que o processo de formação social – portanto, de concepção da ordem social brasileira – está fundamentado no escravismo estrutural. Esse ponto é fundamental porque é o que permite abordar a excepcionalidade brasileira, e é esse processo de construção social particularmente nacional que está na raiz da naturalização da desigualdade. Até que ponto isso também é naturalização dos eventos extremos? Isso é relevante porque a naturalização dos problemas está diretamente ligada não à ordem social, mas à forma como essa sociedade compreende a natureza. Aqui retomamos as ideias fatalistas e naturalistas que estão presentes até mesmo na forma de compreender o que é um evento extremo ou um “desastre natural”. Ao mesmo tempo, a formação da subcidadania e a naturalização da desigualdade são expressões também desse processo.

Essa contradição apresentada pode, em alguma medida, ser representada pela percepção da população aos riscos de deslizamentos e alagamentos. Notamos, com os dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador), que há um certo descolamento da percepção com os registros de ocorrências de deslizamentos e alagamentos da Codesal, como podemos verificar na sequência de mapas da Figura 4.

Essa desconexão pode estar atrelada a duas perspectivas:

1. a localização dos impactos e a sua relação com a produção dos dados; e
2. a ampla divulgação do fenômeno.

Essas duas dimensões se revelam na sua dialética relacional. Vimos que bairros com muitos fenômenos de alagamento nem sempre refletem uma percepção elevada da população, mas o contrário também é verdadeiro: bairros com poucos registros de alagamentos ou deslizamentos apresentam um nível de percepção elevada. Aqui, o máximo que podemos é fazer suposições. Poderíamos indicar que há um possível descompasso entre o reconhecimento do problema pelo Estado e pela população.

Mas, para além disso, a percepção da população sobre os impactos do tempo revela como as distintas classes sociais experienciam os fenômenos. É notório que os moradores dos bairros da Orla Atlântica, que concentram as parcelas da população com maior renda da cidade, destacam isso na sua percepção, mesmo não havendo áreas com recorrência de alagamentos no seu bairro. É o caso de moradores da Barra, Ondina, Rio Vermelho, Costa Azul e Stella Maris, por exemplo. Em bairros como Barra e Ondina, essa percepção pode estar atrelada a uma memória histórica, uma vez que essas são áreas naturalmente susceptíveis a esse fenômeno. Mas esse

fato é revelador também da forma do impacto, pois, pela recente ausência de impacto registrado, sugere que os moradores dessas áreas são afetados durante a sua mobilidade pela cidade de Salvador.

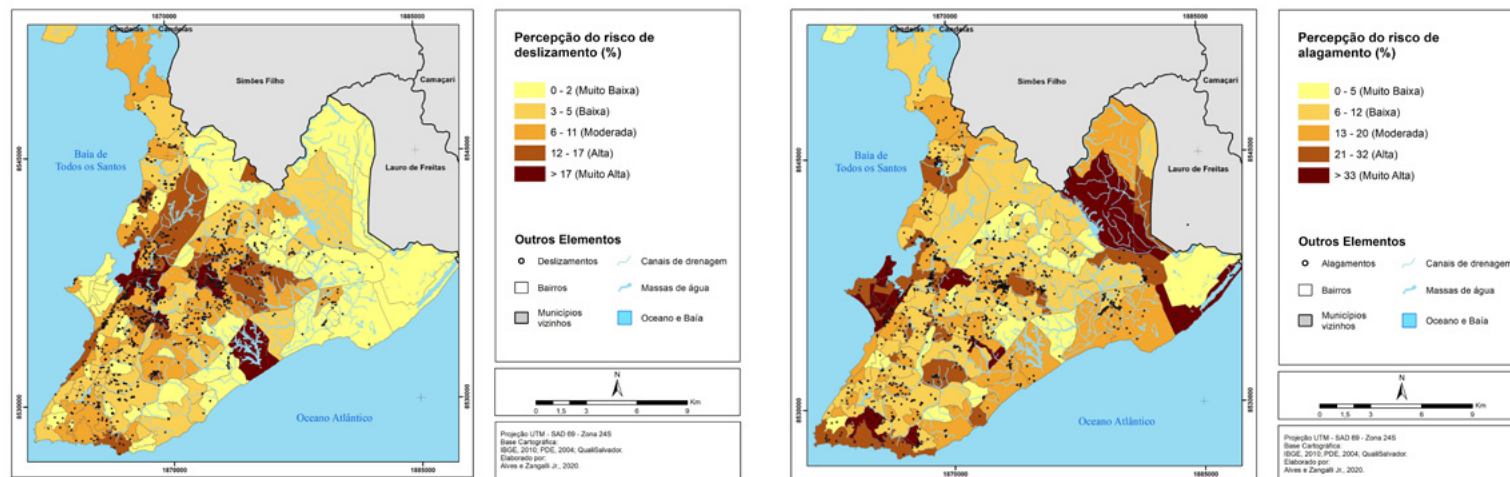
Já os moradores da Chapada do Rio Vermelho experienciam esse fenômeno de outras formas. A percepção dos moradores desse bairro, que fica numa posição alta de Salvador e, por isso mesmo, improvável de alagar, é muito alta. Isso se explica também pela mobilidade, já que os acessos ao bairro se dão pelas áreas baixas e altamente impermeabilizadas. Assim, no caso da Chapada do Rio Vermelho, os constantes alagamentos próximos ao Vale das Pedrinhas e também na Avenida Juracy Magalhães fazem com que os moradores precisem tirar os sapatos e dobrar as calças para se deslocar até os pontos de ônibus de acesso ao bairro, diferentemente dos

moradores dos bairros anteriores, que provavelmente enfrentam o problema em seus carros.

A produção do fenômeno, portanto não pode ser vista apenas numa dimensão objetivista e sem questionar a produção dos dados. Quem transforma a solicitação de ocorrências em um número ou em estatística é o Estado, portanto essa produção natural do impacto também deve ser questionada. Da mesma forma, as ações diretas de enfrentamento – logo, de planejamento – se orientam munidas de intencionalidades.

Aqui reside uma concepção de que é preciso tensionar até que ponto esses impactos afetam a ordem social posta para que possamos organizar politicamente as áreas de risco para, de fato, ameaçar a coesão social. A consciência do risco permitiria perceber que não

Figura 4 - Percepção de risco de alagamento e deslizamento



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

são apenas as ações individuais as responsáveis pela sua miséria. O caminho da práxis neste tipo de pesquisa reside fundamentalmente em sistematizar e referenciar as lutas cotidianas com mais essa dimensão da contradição entre a ausência e a luta por direitos sociais. Vamos explorar essa dimensão mais a fundo, tentando relacioná-la com o processo de vulnerabilização.

Sobre a vulnerabilidade social

O risco se torna um conceito importante para a compreensão dos climas urbanos, pois congrega dimensões relacionadas à adaptabilidade, à segurança, aos perigos, à susceptibilidade e à vulnerabilidade de lugares e pessoas. Trata-se de um conceito capaz de congrega aspectos relacionados a fenômenos naturais e sociais. (VEYRET, 2007)

Para compreender o risco como produto e produtor de clima urbano e, portanto, como uma construção social, é fundamental apreender a vulnerabilidade como a dimensão principal do risco. A ciência da vulnerabilidade consiste na integração multidisciplinar das ciências sociais, das ciências naturais e da engenharia na compreensão das circunstâncias que colocam as populações e os locais em risco devido aos perigos e aos fatores que aumentam ou reduzem a capacidade de resposta e recuperação das populações, dos sistemas físicos ou das infraestruturas em relação a ameaças ambientais. (CUTTER, 2011)

Cutter (2011) chama a atenção para a definição *lato sensu* do termo que remete à capacidade de perda. Apresenta também duas concepções bastante usuais e corriqueiras ao se referir à vulnerabilidade: grau de exposição e também propensão. Ou seja, não há, nessa perspectiva, como desassociar a vulnerabilidade do risco. A vulnerabilidade se torna instrumento importante para

planejar e gestar as ações frente aos riscos identificados. Por isso, é necessária uma abordagem complexa das interações entre sistemas sociais, naturais e artificiais, e, portanto, da qualidade do ambiente urbano. Um exemplo de como essa integração é fundamental pode ser dado com a relação entre a vulnerabilidade e a susceptibilidade.

A susceptibilidade natural é aquela referente às características físico-territoriais do ambiente urbano. É por meio desse conceito que conseguimos apontar quais são os bairros em que os perigos se manifestariam de modo mais evidente. Mas essa susceptibilidade natural é também construção social, pois a definição dos critérios utilizados é uma decisão técnico-científica. Por isso, a susceptibilidade é determinada, em geral, pela distribuição da precipitação, da declividade, da hipsometria e dos tipos de solo e rocha, junto com as cicatrizes de deslizamento averiguadas em campo. A susceptibilidade dá conta de compreender parte dos fenômenos dos deslizamentos e inundações em Salvador ao colocar declividade e precipitação em relação à topografia, mensurando as áreas naturalmente mais propensas a esses fenômenos.

A vulnerabilidade qualifica essa análise na medida em que a distribuição espacial dos riscos não segue a mesma dinâmica estrutural da susceptibilidade. Os bairros da Vitória e da Gamboa de Baixo, localizados no centro de Salvador e próximos geograficamente, situam-se na mesma escarpa da falha de Salvador. Mas enquanto a Gamboa de Baixo e Solar do Unhão experimentam situações adversas relacionadas ao meio físico, a Vitória não experimenta e, quando o faz, o impacto é menor. Isso se deve aos diferentes graus de vulnerabilidade a que os dois bairros estão expostos. Além disso, obras de reparação dos danos ou readequação das áreas são rapidamente realizadas nos bairros menos vulneráveis. O deslizamento seguido do desabamento de imóveis ocorrido na

Gamboa de Baixo, em 2019, que destruiu a passagem de pedestres e algumas casas, não foi totalmente reparado, mesmo depois de mais de um ano; enquanto isso, a passagem de pedestres da Ladeira da Barra foi reparada dois meses depois do deslizamento, tendo atingido apenas o estacionamento do Yacht Club da Bahia.

A vulnerabilidade se torna tão central para a definição do risco que, nesse exemplo dado, o que faz com que a Gamboa de Baixo e Solar do Unhão sejam áreas de risco – oficialmente demarcadas pela Codesal – é a vulnerabilidade. Portanto, as populações vulneráveis serão aquelas que se encontram em risco – independentemente de viver em uma área de risco –, não porque estão expostas aos perigos ou porque vivem em áreas susceptíveis, mas fundamentalmente devido aos processos de espoliação e de segregação resultantes da produção desigual do espaço urbano, que fazem de suas vidas uma “emergência permanente”. Além disso, é imprescindível entender o papel da vulnerabilidade na complexificação dos riscos, pois é ela que é capaz de “organizar e estruturar o risco em sua história social”. (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019, p. 15)

Kowarick (2009) destaca que a vulnerabilidade tem duas dimensões: a socioeconômica e a civil. A dimensão socioeconômica é aquela que se traduz no que ele chama de espoliação urbana, também reforçada pela negação dos direitos civis. Isso coloca a perspectiva da vulnerabilidade sobre a multidimensionalidade e multiescalaridade. E se entendemos, neste capítulo, que a espoliação urbana é uma dimensão estrutural que articula a qualidade do ambiente urbano, o risco e a vulnerabilidade, por terem as mesmas raízes nesses processos, se configuram como dimensões estruturantes da qualidade do ambiente urbano.

Essa relação pode ser expressa por meio da vulnerabilização, como propôs Nascimento Júnior (2018). Assim, a vulnerabilização,

ao articular essas dimensões, possibilita uma compreensão dialética e não linear do risco e do clima urbano. Isso porque permite perceber a positividade na negatividade e o negativo no positivo. Ou seja, reconhecer os processos que estruturam a vulnerabilidade – e, portanto, estruturam o risco – é fundamental para não só ordenar, planejar o território, mas também para fazer desses processos instrumentos de luta por justiça ambiental e social. (DUTRA, 2015; NASCIMENTO JÚNIOR, 2018)

No caso de Salvador, a vulnerabilidade⁵ expressa as mesmas dimensões que entendemos serem estruturais da qualidade do ambiente urbano. Expressa a dimensão da espoliação urbana e da extração da mais-valia fundiária, a desigualdade de renda, raça e classe. Esses componentes começam sendo explicados pela renda em uma cidade desigual e com altos índices de informalidade, que são atravessados, evidentemente, pelos tipos de domicílio e pela cor da pele, conforme podemos verificar na Tabela 2.

5 Para chegar aos componentes principais da vulnerabilidade, utilizamos o SoVI Index (CUTTER, 2011), adaptado à realidade brasileira por Nascimento Júnior (2018). Para saber mais, consultar: Nascimento Júnior (2018).

Tabela 2 – Componentes principais do Índice de Vulnerabilidade Social (SoVI®) em Salvador

Componente	Potencial explicativo%	Carga fatorial	Variável
1	22,95	0,895	Domicílios particulares com rendimento mensal domiciliar de 1/8 a 1 salário mínimo
		0,826	Pessoas de 0 a 14 anos
		0,799	Domicílios particulares permanentes do tipo casa
		0,723	População residente da cor/raça preta
2	8,59	0,853	Domicílios particulares permanentes cedidos – existe iluminação pública
		0,842	Domicílios particulares permanentes cedidos – existe pavimentação
		0,815	Domicílios particulares permanentes cedidos – existe identificação do logradouro
		0,812	Moradores em domicílios particulares permanentes cedidos – existe identificação do logradouro
		0,765	Domicílios particulares permanentes cedidos – existe calçada
		0,754	Domicílios particulares permanentes cedidos – existe meio-fio/guia
3	6,71	0,515	Domicílios particulares permanentes alugados

Fonte: Santana e Zangalli Jr. (2019).

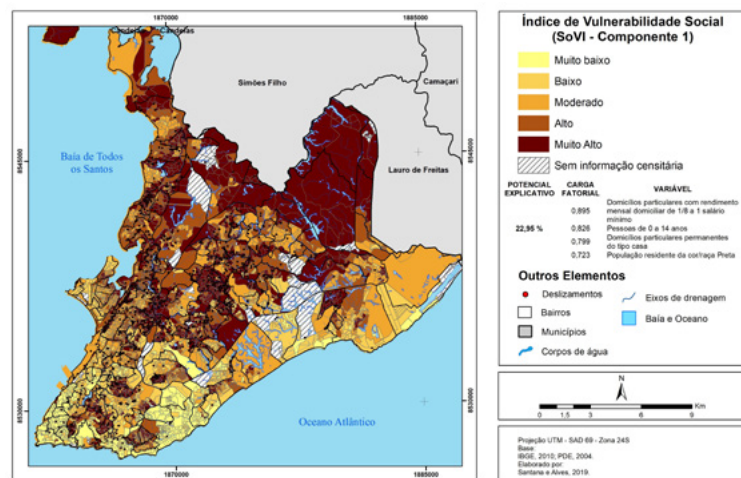
As variáveis expressas nos três principais componentes da vulnerabilidade são bastante representativas de processos gerais e particulares (Figura 5). Isso fica evidente quando vimos que a renda e, conseqüentemente, o trabalho aparecem como a principal variável explicativa, seguida de pessoas de 0 a 14 anos, do tipo de habitação e da população preta. Na outra ponta, os elementos que estruturam a condição de não ser vulnerável evidenciam ainda mais essa perspectiva. Isso porque não são vulneráveis pessoas brancas, que ganham mais de três salários mínimos e que vivem em habitações do tipo apartamento. Para melhor compreensão, espacializamos a primeira componente da vulnerabilidade no mapa de Salvador.

Retomando os aspectos gerais, Kowarick (2009) traz algumas dimensões importantes que estão atreladas fundamentalmente ao mundo do trabalho e que possibilitam análises mais complexas. A dimensão da renda e do trabalho pode ser problematizada à luz da desfiliação⁶ e do desenraizamento,⁷ que são processos geradores e fundantes de outros e estão totalmente atrelados à perspectiva racial.

6 Conceito proposto por Robert Castel (1995) que trata das perdas de raízes, situando-se no universo semântico dos que foram desligados, desatados, desamarrados, transformados em sobrantes e desabilitados para os circuitos básicos da sociedade.

7 Desenraizamento social e econômico refere-se ao enfraquecimento de laços de sociabilidade primária – família, parentela, bairro, vida associativa e o próprio mundo do trabalho – e desemprego de larga duração ou trabalho informal, irregular intermitente ou ocasional resultado de várias modalidades de desinserção no sistema produtivo. (KOWARICK, 2009, p. 86)

Figura 5 – Vulnerabilidade socioespacial em Salvador



Fonte: Santana e Zangalli Jr. (2019).

O desenraizamento do trabalho gerado ao longo de séculos e radicalmente ampliado durante as décadas de 1970 e 1980, concomitante ao processo de crescimento urbano, é fundamental para compreendermos alguns aspectos da persistência dos riscos. Primeiro, porque ajuda a explicar, como sugere Kowarick (2009), junto com os processos de mobilização territorial e de inserção produtiva, a forma e o conteúdo da produção do espaço nas periferias e, portanto, os processos de “integração na cidade via autoconstrução, resultando em moradia própria, lentamente conectada aos serviços básicos”. (KOWARICK, 2009, p. 88) Segundo, porque possibilita compreender perdas de identificação ontológica com o trabalho e, por isso, desmobiliza e desconfigura os lugares das reivindicações sociais. Esse último fato está diretamente atrelado aos processos de inclusão e exclusão na ordem e desordem capitalista, pois, como sugere Martins (1988,

p. 32), “a sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo”, e esse processo transformado em norma cotidiana em relações sociais nos territórios em risco.

Podemos, assim, retomar a contradição entre o que se configura como um impacto da manifestação do tempo (da precipitação) em Salvador. Essa contradição pode ser apontada a partir de uma perspectiva que vai conferir ao impacto ao menos dois aspectos fundamentais: o primeiro é o que confere ou não ao impacto o *status* de impacto, em algum sentido, reconfigurado e esvaziado na noção de risco, ou seja, um evento extremo pode ser medido e representado – como nos modelos conceituais do risco –, mas a constituição do impacto reside no reconhecimento público do Estado ou de outras formas de registro. E há aqui um descolamento entre o que é a experiência cotidiana da população vivendo em áreas de risco e o que o Estado considera ser o risco.

Como segundo aspecto, há o perigo de se reduzir o problema – é o que frequentemente ocorre – à responsabilização individual. Isso poderia ser expresso pelo próprio modelo SoVI que utilizamos, pois, quando apontamos variáveis como a renda e o tipo de habitação, podemos particularizar e individualizar os processos, transferindo o problema para a questão da unidade de moradia em si ou para o indivíduo, desconsiderando a lógica de mercantilização da cidade e todos esses processos apontados que colocam o indivíduo como provedor das suas benesses e suas desgraças. Ou seja, reafirmaríamos o usualmente dito de que, por meio do salário, seria possível acessar e comprar o solo urbano, em áreas muitas vezes orientadas pelo planejamento estatal.

Essa dimensão se insere no reconhecimento do Estado dos episódios extremos e dos impactos gerados. Já vimos que o impacto manifesto do tempo no espaço urbano das cidades brasileiras, sobretudo no nosso caso de Salvador, se constitui como excepcionalidade, e já

vimos também que, quando associada aos processos de vulnerabilização em todas as suas dimensões estruturais, essa excepcionalidade vira norma. Ou seja, a radical condição empobrecida, desenraizada, espoliada e segregada da população e dos lugares, essa condição excepcional, se torna a habitualidade. Por isso, o impacto vai ser de fato reconhecido e legitimado pelo Estado e pela sociedade na medida em que ele tem potência para desestabilizar a ordem social vigente, na medida em que escancara o desenraizamento, a espoliação e a vulnerabilidade e possibilita condições imediatas de reorganização social.

É preciso, então, pensarmos como atua o Estado frente a esses processos. Assim como o episódio de chuva veio para desorganizar, o Estado atua pontual e episodicamente para contornar os efeitos colaterais desse novo processo, reposicionando os sujeitos nos seus devidos lugares. É o que aponta a fala de uma liderança⁸ local que vive em uma área de risco em Salvador:

[...] o processo de continuidade ele nunca acontece, é sempre interrompido. A maior bronca que nós temos da prefeitura aqui é que [...] há um hiato muito grande, entre as administrações [...] Com um agravante de que o olhar dos técnicos ele varia de acordo com a pressão e a temperatura, quando está chovendo o risco existe, quando para de chover o risco deixa de existir. Aí eles ficam anotando o risco do risco, do risco, do risco. O mesmo risco se sucede, sucessivamente sem cessar. Aí vira pleonasma!

Nessa perspectiva, ativam-se os processos de manutenção da reprodução do capital e da reprodução do espaço, tomando o clima urbano como (re)produtor de riscos e vulnerabilidades. Primeiro, porque os mecanismos de apagamento do risco e de recriação reconfiguram os lugares sem reconfigurar a lógica pela qual se deflagram os processos,

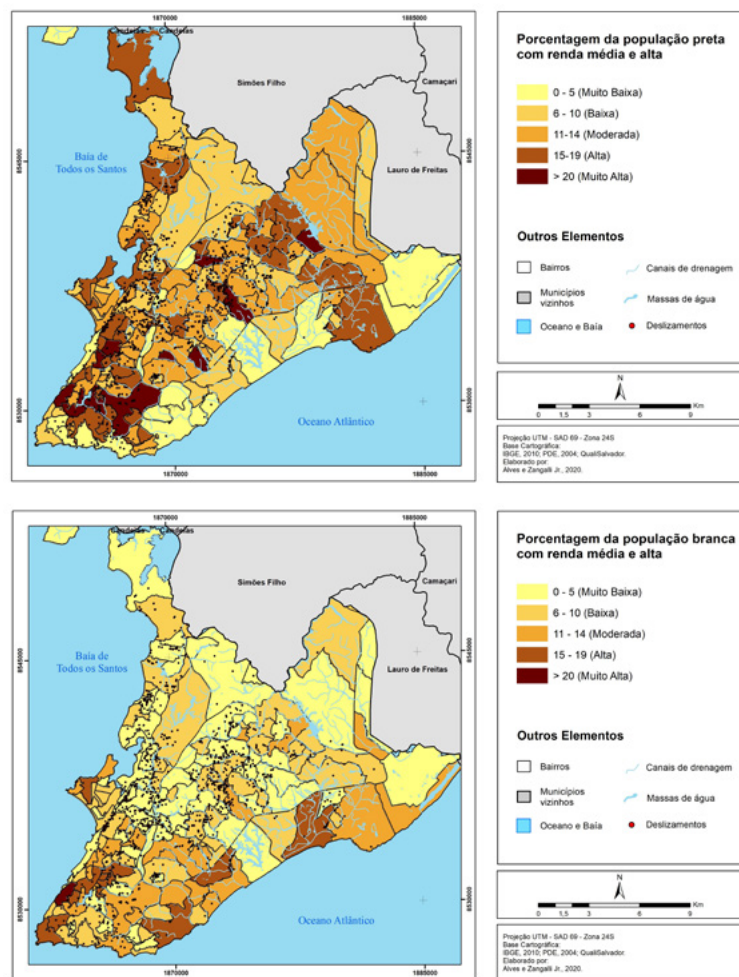
8 Entrevista concedida ao autor no ano de 2020, em Salvador.

levando as pessoas a ocuparem outras áreas da cidade, incapazes de acessar qualquer moradia com o auxílio-aluguel disponibilizado pelo Estado – quando recebem. Segundo, porque o Estado e os agentes imobiliários atuam ativamente na reconfiguração e ressubordinação do espaço urbano de acordo com a lógica da reprodução ampliada do capital. E aqui deveríamos lembrar que boa parte dessas ações é realizada com aporte de capital financeiro internacional – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo –, o que demanda também tratar do caráter dependente do capitalismo brasileiro e sua subordinação à divisão internacional do trabalho, evidenciando a multidimensionalidade e a multiescalaridade desse debate.

Esse debate não está desassociado das estruturas raciais da cidade de Salvador. Não é por acaso que a população preta é a mais vulnerável e a mais afetada direta e indiretamente pelos impactos dos episódios extremos de precipitação. Buscando associar as categorias de raça e renda, espacializamos a população branca e preta de Salvador que, segundo os dados do QUALISalvador, se enquadram como estratos de renda média a alta. Optamos por esses estratos de renda por serem eles os reveladores da relação entre classe e raça, pois revela o caráter segregado da produção do espaço e a sua relação com os impactos do clima. É notório que a população branca se restringe a alguns bairros, notadamente com pouco ou nenhum episódio de deslizamento de massa, enquanto a distribuição espacial da população preta, mesmo aquela com renda média e alta, é maior na cidade (Figura 6), ocupando áreas susceptíveis.

A dimensão racial na estruturação da vulnerabilidade é tão significativa que, mesmo quando possui renda alta, a população preta está muito mais sujeita a problemas relacionados ao tempo e ao clima do que a população branca. Isso é evidenciado pela correlação entre os episódios de deslizamentos e a distribuição espacial dos brancos e negros de média e alta renda.

Figura 6 - População de média e alta renda (por cor) e deslizamentos de massa



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Codesal e do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A desconcentração espacial da população preta reforça também o que Kowarick (2009) já apontava, ou seja, apesar de podermos falar de um desenraizamento relacionado à dimensão do trabalho, pouco se pode afirmar desse processo no âmbito da sociabilidade primária. E é essa sociabilidade, as relações de parentesco e vizinhança, como bem aponta Dias (2017), que em alguma medida possibilita o enfiamento sistemático à vulnerabilidade e à ausência dos direitos civis básicos.

Essa é uma das dimensões importantes que permite o diálogo da vulnerabilização com as formas de apropriação, produção e reprodução do espaço, entendidas a partir do clima enquanto um fenômeno geográfico. Afirmamos isso porque a perspectiva do risco como clima urbano, entendida fundamentalmente a partir da vulnerabilidade e, portanto, da reconfiguração da lógica positiva e negativa do risco, encontra no lugar a sua evidência e as suas formas de resistência. Sobre isso, Nascimento Júnior (2019, p. 15, grifo nosso) diz:

A vulnerabilidade, no entanto, está além de ser uma estratégia de avaliação dos riscos. Na análise é ela o processo que promove a relativização da suscetibilidade e do perigo natural, justamente porque *a tendência da vulnerabilidade é organizar e estruturar o risco em sua história social*. Ou seja, seu papel é de evidenciar o risco, a cada momento da ocorrência de um evento perigoso e danoso, e a potencialidade das áreas susceptíveis em oferecer graus, níveis e intensidades diferentes de perigosidade, gravidade, *exposição dos lugares e das pessoas*.

Essa relativização encontra na prática cotidiana o movimento de resistência e ruptura. Essa dimensão relativa apresentada pelo autor se transforma à medida que colocamos em perspectiva as relações de vizinhança e parentesco, que evidenciam formas e estratégias

de sobrevivência e resistência promovidas pela população pobre – em Salvador, sobretudo preta –, insubordinadas e subordinadas ao meio técnico-científico-informacional, insubordinações essas que só podem advir do lugar – por ser esse o espaço da horizontalidade –, como bem lembra Dias (2017).

Toda essa análise espacial, que parte da relação entre vulnerabilidade, susceptibilidade e perigo no clima urbano, posta em suas dimensões estruturais e estruturantes, compõe a qualidade do ambiente urbano de Salvador. São essas dimensões que permitem explicar a qualidade – melhor ou pior – a partir do risco climático, e são também elas que, ao evidenciar essas contradições objetiva e subjetivamente, possibilitam o reposicionamento das práticas sociais e da luta por justiça ambiental. É essa perspectiva que põe na centralidade deste debate a vulnerabilização socioespacial, caracterizando “a diferenciação, a desigualdade, a pobreza e a segregação socioespacial em risco”. (NASCIMENTO JÚNIOR, 2019, p. 28) Faz isso porque esgarça os limites sociais da cidade, porque visibiliza e invisibiliza a tolerância ao perigo (climático) por impor perigos outros, como a violência – seja ela institucional do Estado ou não. A vulnerabilização permite compreendermos os conflitos sociais de poder oriundos da ordem e da desordem capitalista de produção do espaço e, portanto, estruturais da qualidade do ambiente urbano.

O reconhecimento dos processos de vulnerabilização pode promover a luta por justiça ambiental e social, mas esta só se efetivará à medida que reconhecermos os limites do debate da gestão do risco e do planejamento, que evidenciam a ordem e a desordem estruturais do capital, que normaliza, igualiza os lugares, naturaliza os impactos – que recriam o urbano – e humaniza os fenômenos naturais.

Se o debate da vulnerabilidade e da vulnerabilização revela tudo isso sobre o ambiente urbano de Salvador em relação ao risco, é preciso também lembrar que ali pulsa a criatividade, a resistência e a

insubordinação. Nesses lugares vulnerabilizados, não por vontade própria, mas pela necessidade posta, existe um projeto de cidade potente e transformador. Precisamos superar a ideia de áreas de risco e reconhecer esses espaços como territórios em risco.

Considerações finais

Precisamos ser bem precisos no encaminhamento final deste capítulo. Se tomamos o risco também como uma medida de recriação do urbano, de produção da cidade, e como uma dimensão estruturante da qualidade do ambiente urbano, precisamos, diante de tudo que foi apresentado, nos questionar: quais as áreas de Salvador são objeto das ações do Estado na resolução histórica desses problemas? São aquelas que vivenciam historicamente os riscos, que possuem a qualidade do ambiente urbano inferior, ou aquelas que vivenciam historicamente as contradições da pressão e especulação imobiliária, como é o caso das áreas centrais de Salvador? Ou são aquelas que veem seus espaços de convivência se dissolverem diante de grandes obras, como o monotrilho do Subúrbio Ferroviário? Em última instância, como essas novas medidas afetarão a reconfiguração da qualidade do ambiente urbano em Salvador?

Diante do fenômeno esmiuçado, o risco é reivindicado para a conveniência dos agentes produtores do espaço e, assim como o clima urbano, passa a ser incorporado discursivamente e em ações ainda pontuais como condição e produto da reprodução do espaço urbano. Isso é o que ajuda a explicar o porquê de Salvador ter sido, historicamente, a cidade que não combina com a chuva.

Bairros como Uruguai, São Marcos, Sussuarana, Tancredo Neves, São Caetano, Fazenda Grande do Retiro, Plataforma, Liberdade e Pau da Lima enfrentam os constantes problemas de alagamentos e deslizamentos, que, associados aos problemas de violência urbana

e pauperização, por exemplo, imprimem um duplo movimento de excepcionalidade cotidiana, ou seja, a chuva excepcional – nem sempre extrema – apenas reforça a sua condição social. Em partes desses bairros, a chuva não é prenúncio que traz alento, tampouco um sopro de ar fresco depois do calor do verão, como em bairros como o Horto Florestal, Graça, Pituba e Caminho das Árvores. A chuva lembra aqueles bairros sobre a sua excepcionalidade habitual, a sua condição desigual, que pode resultar em impactos diversos.

Em Santa Luzia do Lobato, depois de recorrentes episódios de deslizamento de uma encosta, uma moradora fez da cisterna que tinha no fundo de casa uma forma de adaptação e defesa. A cada chuva, ela abre a cisterna não para acumular água, mas para frear o fluxo de lama que desce da encosta. No mesmo bairro, outro morador, cansado de notificar e informar o poder público sobre os fatos e não ver nada acontecer, decidiu construir seu próprio muro para conter a terra que descia morro abaixo, associando essa construção ao uso de lonas.

As perguntas sobre os investimentos públicos – que iniciam estas considerações finais – são praticamente retóricas, porque há um direcionamento claro que une o risco, a vulnerabilidade e os eventos e episódios extremos com os aspectos de como o impacto do tempo e, mais recentemente, do clima são usados e reivindicados como medida de recriação do urbano. Esse direcionamento é a garantia da anomia e expropriação por meio da ordem/desordem capitalista. A atuação do Estado nessas áreas se dá no movimento de transferência de responsabilidades e de garantia de que o impacto não potencialize convulsões sociais que reconfigurariam a ordem pública.

Pensar que a resolução dos processos estruturais do risco, da vulnerabilidade e, conseqüentemente, da qualidade do ambiente urbano pelo Estado figura no limite da coesão social, ou seja, que o risco e o impacto concreto só vão se configurar como um entrave

na medida em que ameacem a coesão social e a ordem pública, também é um limite – ou talvez queiramos enxergá-lo como um limite. Trata-se de um limite que se expressa no racismo ambiental e nas recorrentes queixas realizadas pelos moradores.

Esse limite precisa ser explorado. Essa contradição, que até agora tem sido efetiva em individualizar e particularizar as responsabilidades, culpabilizando o povo preto e pobre pelas suas mazelas, precisa se reconfigurar em ações de responsabilidade coletiva. Isso começa pelo reconhecimento dos territórios em risco, mas só se efetivará diante do rompimento desse estado de anomia diante da organização social. Nós podemos esperar pelos efeitos das alterações climáticas futuras ou tomar o presente, a partir das determinações sociais históricas, e produzir novas realidades.

Que saibamos ouvir! E mãos na massa!

Referências

ALVES, Grace B. *et al.* Risks of landslides in Salvador, Bahia (Brazil): the relationship between the environmental susceptibility and social vulnerability. In: IAG REGIONAL CONFERENCE ON GEOMORPHOLOGY: GEOMORPHOLOGY OF CLIMATICALLY AND TECTONICALLY, 2019, Athens. *Abstract book* [...]. Athen: Faculty of Geology and Geoenvironment, National and Kapodistrian University of Athens, 2019.

ARMOND, Núbia B.; SANT'ANNA NETO, João Lima. Entre eventos e episódios: ritmo climático e excepcionalidades para uma abordagem geográfica do clima no município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Climatologia*, Curitiba, ano 13, v. 20, p. 5-28, jan./jul. 2017.

AZEVEDO, Natália Tavares. A vulnerabilidade social em tempos de acumulação flexível: uma contribuição para o debate no campo socioambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 38, p. 379-402, 2016.

CASTEL, Robert. *Les Métamorphoses de la question sociale: une choronique de salariat*. Paris: Fayard, 1995.

COMELLAS, José Luis. *Historia de los cambios climáticos*. Madrid: Ediciones Rialp, 2011.

CUTTER, Susan L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 93, p. 59-69, jun. 2011.

DIAS, Clímaco. *Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DUTRA, Adriana Soares. Problematizando o conceito de risco. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 18, n. 33, p. 177-192, 2015.

FESTA. Intérprete: Luiz Gonzaga. Compositor: Gonzaga Junior. In: CANAÃ. Intérprete: Luiz Gonzaga. RCA, 1968. 1 vinil, faixa 3, lado A.

GONÇALVES, Neyde M. S. Impactos pluviais e desorganização do espaço urbano em Salvador. In: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco (org.). *Clima urbano*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 69-92.

GORDILHO-SOUZA, Angela. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008.

IBGE. Mapa de Solos da Folha SD.24 - Salvador. *Portal Brasileiro de Dados Abertos*, [s. l.], 2014. Disponível em: https://dados.gov.br/dataset/cren_pedologiasd24. Acesso em: 31 out. 2020.

IBGE. *População em áreas de risco no Brasil*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/6d4743b1a7387a2f8ede699273970d77.pdf. Acesso em: 8 fev. 2021.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LENOIR, René. *Les exclus: uns français sur dix*. Paris: Seuil, 1974.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg. *Clima urbano, risco e vulnerabilidade em cidades costeiras do mundo tropical: estudo comparado entre Santos (Brasil), Maputo (Moçambique) e Brisbane (Austrália)*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg. O clima urbano como risco climático. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 1-34, 2019.

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES *et al.* (org.). *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. *Clima e excepcionalismo: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico*. Florianópolis: Editora UFSC, 1991.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Teoria e clima urbano*. 1976. Tese (Livre Docência em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

MONTEIRO, Jander B.; ZANELLA, Maria Elisa. A metodologia dos máximos de precipitação aplicada ao estudo de eventos extremos diários nos municípios de Crato, Fortaleza e Sobral – CE. *GeoTextos*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 135-159, dez. 2017.

SANTANA, Jéssica J. Garcia; ZANGALLI JR, Paulo C. Vulnerabilidade à inundações e deslizamentos de massa em Salvador, Bahia. 2019. Trabalho apresentado no Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFBA, 2019, Salvador.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. São Paulo: EdUSP, 2012.

SOUZA, Jilvana Ferreira da Silva; SILVA, Lais Fagundes Jesus; ALVES, Grace Bungenstab. Susceptibilidade a deslizamentos em Salvador-BA. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA*, 18., 2019, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: Editora UFC, 2019.

VEYRET, Yvette (org.). *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007.

ZANGALLI JR, Paulo C. *O capitalismo climático como espaço de reprodução do capital: governança do clima e os sujeitos sociais*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2018.

ANEXO

Número de ocorrências de deslizamento e alagamento por bairro no período de 2014 a 2019

Bairro	Quantidade de alagamentos	Quantidade de deslizamentos
Pituaçu	5,0	0,0
Patamares	3,0	2,0
Piatã	5,0	10,0
Boca do Rio	6,0	0,0
Jardim Armação	1,0	1,0
Lapinha	1,0	2,0
Nazaré	6,0	3,0
Centro	6,0	2,0
Tororó	0,0	2,0
Barris	2,0	16,0
Garcia	2,0	4,0
Macaúbas	0,0	4,0
Barbalho	2,0	3,0
Saúde	1,0	1,0
Centro Histórico	2,0	2,0
Santo Antônio	0,0	1,0
Comércio	2,0	11,0
Vitória	1,0	0,0
Ondina	4,0	8,0
Canela	0,0	1,0
Alto das Pombas	2,0	2,0
Barra	10,0	2,0
Graça	2,0	3,0
Amaralina	0,0	0,0

Bairro	Quantidade de alagamentos	Quantidade de deslizamentos
Nordeste de Amaralina	3,0	0,0
Vale das Pedrinhas	5,0	1,0
Chapada do Rio Vermelho	15,0	1,0
Santa Cruz	30,0	0,0
Pituba	10,0	7,0
Costa Azul	11,0	6,0
Itaigara	0,0	0,0
Caminho das Árvores	0,0	0,0
Stiep	0,0	0,0
Aeroporto	0,0	0,0
Jardim das Margaridas	1,0	0,0
Areia Branca	0,0	0,0
Cassange	2,0	3,0
Trobogy	1,0	4,0
Nova Brasília	34,0	23,0
Canabrava	33,0	16,0
Jardim Nova Esperança	7,0	27,0
Novo Marotinho	2,0	3,0
Sete de Abril	58,0	23,0
Castelo Branco	13,0	44,0
Vila Canária	6,0	17,0
Jardim Cajazeiras	11,0	20,0
Imbuí	18,0	12,0
Alto do Coqueirinho	5,0	0,0
Bairro da Paz	107,0	14,0
Itapuã	18,0	4,0
Stella Maris	7,0	0,0
Mussurunga	67,0	4,0

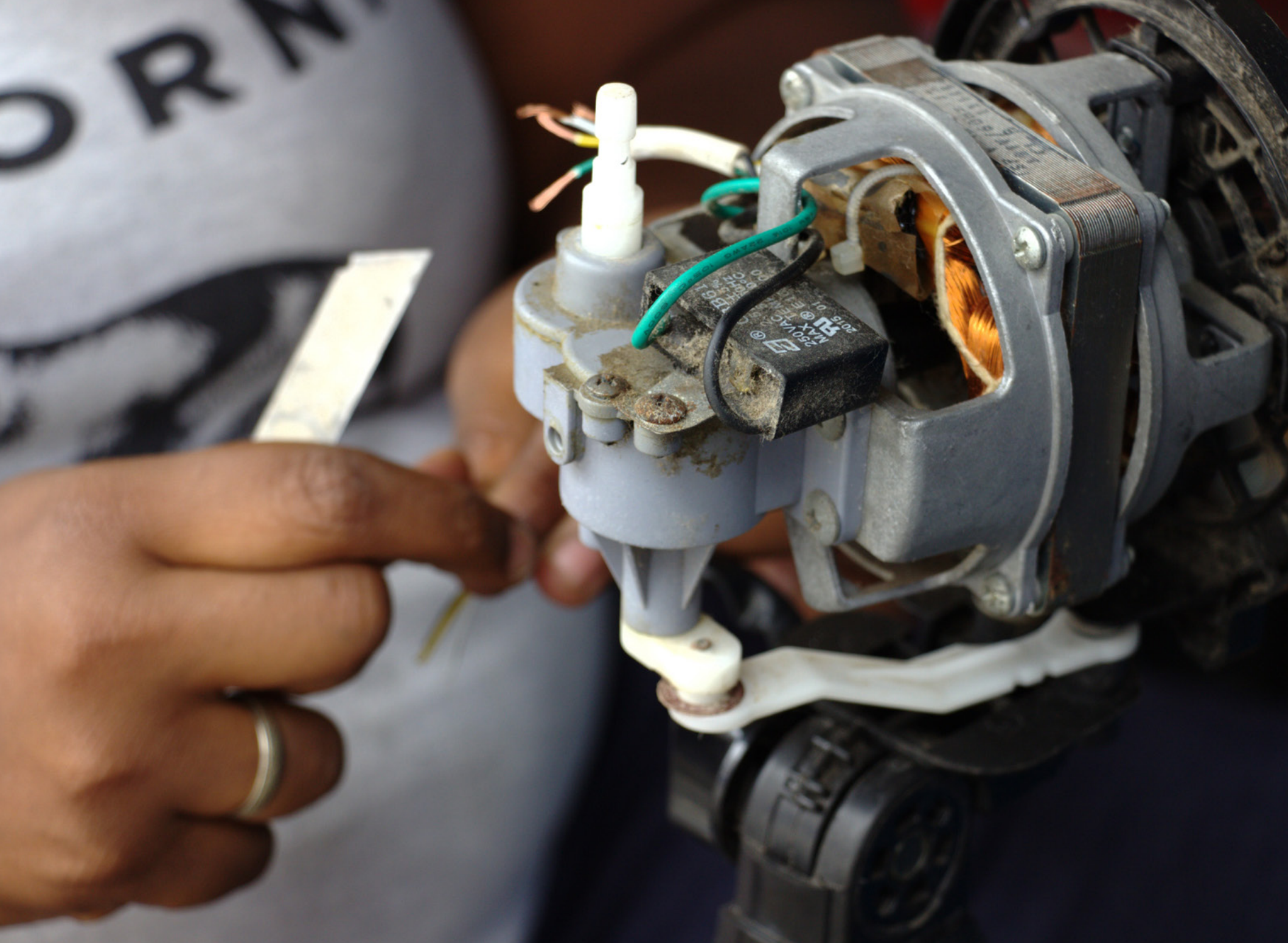
Bairro	Quantidade de alagamentos	Quantidade de deslizamentos
São Cristóvão	18,0	6,0
Itinga	0,0	0,0
Nova Esperança	0,0	2,0
Vale dos Lagos	4,0	5,0
Novo Horizonte	5,0	12,0
Nova Sussuarana	5,0	8,0
Sussuarana	57,0	10,0
Granjas Rurais Presidente Vargas	1,0	2,0
Calabetão	3,0	24,0
Jardim Santo Inácio	4,0	0,0
Mata Escura	19,0	8,0
Arraial do Retiro	13,0	18,0
Barreiras	8,0	9,0
Pau da Lima	31,0	17,0
Fazenda Grande II	4,0	2,0
São Marcos	191,0	53,0
São Rafael	133,0	40,0
Baixa de Quintas	0,0	1,0
Caixa d'Água	2,0	3,0
Liberdade	13,0	49,0
Pero Vaz	5,0	7,0
Curuzu	9,0	2,0
Dom Avelar	89,0	5,0
Porto Seco Pirajá	1,0	0,0
Santa Mônica	9,0	3,0
Cidade Nova	7,0	10,0
Pau Miúdo	3,0	8,0
IAPI	2,0	24,0

Bairro	Quantidade de alagamentos	Quantidade de deslizamentos
Retiro	1,0	2,0
Centro Administrativo da Bahia	0,0	0,0
Rio Vermelho	5,0	10,0
Lobato	53,0	10,0
Ribeira	4,0	0,0
Massaranduba	0,0	0,0
Santa Luzia	12,0	21,0
Bonfim	1,0	0,0
Mangueira	3,0	0,0
Brotas	47,0	47,0
Engomadeira	2,0	1,0
Beiru/Tancredo Neves	37,0	37,0
Arenoso	8,0	8,0
Cabula VI	4,0	0,0
Calabar	0,0	4,0
Resgate	0,0	0,0
Saramandaia	12,0	30,0
Narandiba	14,0	10,0
Saboeiro	0,0	4,0
Doron	0,0	5,0
Moradas da Lagoa	3,0	2,0
Periperi	44,0	27,0
Pirajá	13,0	30,0
Valéria	11,0	4,0
Palestina	0,0	1,0
Vila Laura	12,0	4,0
Campinas de Pirajá	136,0	24,0
Marechal Rondon	102,0	24,0

Bairro	Quantidade de alagamentos	Quantidade de deslizamentos
Alto do Cabrito	4,0	33,0
Capelinha	2,0	56,0
Boa Vista de São Caetano	4,0	18,0
São Caetano	7,0	34,0
Fazenda Grande do Retiro	15,0	54,0
Bom Juá	8,0	19,0
Federação	18,0	5,0
Engenho Velho da Federação	4,0	11,0
Cabula	23,0	7,0
Pernambúes	10,0	10,0
São Gonçalo	15,0	13,0
Jaguaripe I	0,0	1,0
Fazenda Grande IV	0,0	3,0
Fazenda Grande III	12,0	15,0
Boca da Mata	0,0	0,0
São João do Cabrito	63,0	3,0
Calçada	60,0	12,0
Mares	3,0	0,0
Roma	4,0	0,0
Boa Viagem	0,0	0,0
Uruguai	4,0	0,0
Vila Ruy Barbosa/Jadim Cruzeiro	1,0	0,0
Caminho de Areia	2,0	0,0
Monte Serrat	2,0	4,0
Plataforma	8,0	17,0
Itacaranha	0,0	5,0
Alto da Terezinha	44,0	38,0
Luiz Anselmo	10,0	8,0

Bairro	Quantidade de alagamentos	Quantidade de deslizamentos
Matatu	8,0	14,0
Santo Agostinho	1,0	5,0
Engenho Velho de Brotas	5,0	13,0
Acupe	35,0	22,0
Praia Grande	1,0	2,0
Cosme de Farias	27,0	17,0
Candeal	4,0	2,0
Boa Vista de Brotas	0,0	0,0
Águas Claras	51,0	20,0
Cajazeiras II	0,0	0,0
Cajazeiras VII	2,0	9,0
Cajazeiras VI	4,0	8,0
Cajazeiras IV	2,0	0,0
Cajazeiras V	2,0	7,0
Cajazeiras XI	0,0	3,0
Fazenda Grande I	2,0	5,0
Cajazeiras X	1,0	2,0
Cajazeiras VIII	2,0	16,0
São Tomé	4,0	3,0
Paripe	22,0	20,0
Fazenda Coutos	9,0	9,0
Coutos	37,0	14,0
Nova Constituinte	7,0	1,0
Ilha dos Frades	0,0	0,0
Ilha de Maré	0,0	0,0
Ilha de Bom Jesus dos Passos	0,0	0,0
Rio Sena	1,0	4,0

Fonte: Defesa Civil de Salvador (Codesal).



SALVADOR: ECOS DA ESCRAVIDÃO E DA DESIGUALDADE EM UMA ECONOMIA PERIFÉRICA¹

Almerinda Gomes

Elisabete Santos

Joilson Souza

Bruno Andrade

Mateus Santos

Maurício Freire

Salvador é uma cidade profundamente desigual, e esse traço estruturante da nossa sociedade e cidades tem um significado peculiar na Cidade da Bahia, uma vez que o padrão de desenvolvimento, de acumulação local e regional molda e determina uma inserção socioprodutiva precária de parcela considerável da sua população. Discutiremos, ao longo deste capítulo, como a economia de Salvador – particularmente, o trabalho, a renda, a informalidade e o desemprego – gesta desigualdades e como essa situação se espalha no seu tecido intraurbano, na escala dos bairros. Afinal, por que, tendo sido a capital do Atlântico Sul em tempos coloniais e apresentando indicadores econômicos globais

considerados expressivos, Salvador é a capital do desemprego, da informalidade e é tão desigual?

A Cidade da Bahia, centro de um poderoso processo de acumulação no período colonial, apresenta, em pleno século XXI, indicadores relativos à remuneração e inserção no mundo do trabalho típicos das cidades e territórios que se inserem de forma duplamente periférica e subordinada na divisão nacional e internacional do trabalho, no atual cenário de cidades globais – inclusive quando comparada a outras capitais do próprio Nordeste do Brasil. A despeito de dados relativos à produção global situarem a cidade em uma condição de aparente vantagem no cenário estadual e mesmo no Nordeste, a análise da sua estrutura socioeconômica na escala intraurbana, de bairros, revela-nos uma cidade partida, na qual a desigualdade chega

¹ Agradecemos a Ana Georgina da Silva Dias pela leitura do texto.

A despeito de produzir uma riqueza de valor expressivo e possuir uma renda *per capita* média anual de aproximadamente R\$ 22,23 mil (IBGE, [2018]), Salvador é uma cidade na qual grande parte da população vive em situação de pobreza e/ou extrema pobreza. Segundo o IBGE ([2018]), Salvador gerou, em 2018, um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 63,6 bilhões, o que representa 53%, ou seja, mais da metade do PIB da Região Metropolitana.

No conjunto do estado, o PIB soteropolitano tem uma participação também expressiva, de 22,2%, seguido, no *ranking* estadual, pelos municípios de Camaçari, Feira de Santana, São Francisco do Conde e Vitória da Conquista. Somente a cidade de Salvador é responsável pela produção de mais de um quinto da riqueza gerada por todo o estado da Bahia. Em 2018, a cidade apresentou o segundo maior PIB entre os municípios nordestinos, perdendo o topo do *ranking*, pela primeira vez em 16 anos, para Fortaleza. No plano nacional, Salvador ocupou, nesse mesmo ano, o 9º lugar entre as 27 capitais brasileiras.

ao assombro, alcançando prioritariamente os soteropolitanos negros e mulheres. Salvador é uma cidade profundamente segregada, com uma economia informal e precária, que se alimenta e subsiste nas franjas de uma economia de serviços especializada e rica, mas que alcança apenas alguns poucos, sendo um dos seus traços mais característicos a distância entre esses dois extremos. Nesse sentido, a distância entre o Subúrbio e sua Orla da Baía de Todos os Santos, o Miolo e a Área Urbana Consolidada e a sua Orla Atlântica é bem maior do que a métrica cartesiana pode efetivamente mensurar.

Poderíamos, então, afirmar que Salvador é uma cidade rica e pobre, negra e racista e que a pobreza e a desigualdade, aqui, têm cor, gênero e endereço. Com uma economia centralizada em atividades administrativas, comerciais, de serviços, na indústria da construção civil e imobiliária, com um caráter concentrador e especulativo, Salvador é uma cidade de mãos negras, sujeitos políticos que trabalham e resistem, como ressignificou Gonzalez (1984), e é essa população que, majoritariamente, na labuta do dia a dia, tem os menores rendimentos médios e se insere de forma mais precária nos processos de produção e reprodução da vida e da cidade. Os modelos de desenvolvimento em curso, focados em uma propalada “vocação terciária” da cidade – como se seu destino estivesse forjado pela sua história, em verdade por traços particulares da sua história, que são ampliados pelas belezas do seu sítio e pelo “modo de ser” do seu povo, sempre muito hospitaleiro –, atualizam a histórica situação de desigualdade. Antes, era o braço da população negra que movimentava a economia; agora, são os braços e sua cultura que, mercantilizados, fazem a riqueza da elite local, que continua a ser, sobretudo, masculina e branca.

Defendemos, aqui, a tese de que a persistência histórica da pobreza e da desigualdade em Salvador, que se expressam de forma clara no seu território, nos seus bairros, no seu ambiente urbano, é fruto de modelos de produção da riqueza, do valor da hegemonia de arranjos políticos que sempre beneficiaram as elites – constituídas à sombra de interesses nacionais e internacionais –, que, historicamente, se alimentam do excedente gerado pelo trabalho escravo, pelo trabalho mal remunerado e precário da sua população, se beneficiam de relações de trabalho forjadas nas franjas de um capitalismo periférico, concentrador, rentista e predatório.

Na seção a seguir, abordaremos alguns elementos do processo histórico da produção, reprodução e acumulação do capital em Salvador para, em seguida, nos determos na análise dos dados de trabalho, renda, informalidade e desemprego de forma a caracterizar sua desigualdade intraurbana, na escala de bairro. Os dados trabalhados a seguir são dados secundários, produzidos principalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e dados primários do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador). A pesquisa contou com uma amostra de 15.260 questionários, aplicados em domicílios nos 160 bairros do município de Salvador – com exceção dos três bairros institucionais – no período de 2018 a 2020.² Os procedimentos metodológicos são detalhados em texto sobre o tema neste livro.³

2 A pesquisa foi realizada antes do estabelecimento do Decreto Municipal nº 32.791, de 1º de setembro de 2020, segundo o qual Salvador conta, atualmente, com 170 bairros.

3 Ver capítulo “Os caminhos da construção do Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)”.

Salvador, uma cidade desigual: a herança colonial

A reflexão sobre a natureza e a escala da pobreza e da desigualdade em Salvador remete-nos às peculiaridades da formação socioeconômica da cidade e sua região – antes o seu Recôncavo e, a partir da metade do século passado, a sua Região Metropolitana – e à sua particular inserção na divisão regional e nacional do trabalho, nos distintos tempos e processos de formação capitalista. Estamos falando da herança colonial e escravista como também dos processos de desenvolvimento capitalista implementados no país ao longo dos séculos XIX e XX, com seus respectivos desdobramentos nas escalas local e regional.

Gostaríamos de ressaltar o significado constitutivo ou, poderíamos mesmo afirmar, ontológico dessa recorrência histórica. As consequências das permanências desse passado colonial e escravista marcam as atuais formas de inserção produtiva de parcela significativa da população, bem como também moldam relações forjadas no contexto da oposição entre senhor e escravo, além de dificultar as tentativas de construção de projetos de desenvolvimento alternativos aos determinados pela Divisão Internacional do Trabalho.

Assim, a compreensão do significado da referida herança colonial na formação de Salvador nos dias de hoje, aqui definida como forma particular de relação social de produção, de regulação e controle social, requer a busca de significados para além das tradicionais afirmações que situam o escravismo em um passado histórico longínquo e que negam ou menosprezam a complexa relação entre capitalismo e escravismo no processo de acumulação de capital.

É rico o debate sobre a natureza da formação social que se amalgamou nos trópicos no período colonial. A sociedade que se constituiu a partir do século XVI nas Américas pode ser considerada como um novo e peculiar modo de produção, o escravista colonial, ou, em verdade,

trata-se tão somente de uma forma particular de acumulação capitalista primitiva nos trópicos? Gorender (1981) defende a tese de que tivemos no Brasil um modo de produção particular, o escravismo colonial, que não pode ser compreendido como uma síntese da formação portuguesa e americana da época – trata-se de um modo de produção com características, de fato, próprias. É preciso lembrar, como o faz Gorender, que muitas são as distinções entre o escravismo patriarcal arcaico e o escravismo mercantil moderno e que a compreensão da associação entre capitalismo e escravismo requer um esforço teórico no sentido de explicitar como, em uma formação social específica, sob a hegemonia capitalista associam-se traços e elementos de modos de produção anteriores.

Sem pretender nos ater ao debate sobre as peculiaridades do modo de produção nas Américas – necessário e sempre relevante, sem dúvida –, buscaremos identificar como elementos estruturais, típicos de distintos modos de produção, associam-se ao longo do tempo em uma formação social particular e como explicitar a natureza dessa conjugação pode ajudar a explicar a permanência da desigualdade em cidades como Salvador. Nosso pressuposto é o de que, ao criar-se e recriar-se, o capitalismo, no centro e na periferia, em proporção e escala diversa, reinventa e recria elementos de formações sociais anteriores – a maior ou menor permanência desses elementos depende, exatamente, da natureza dos embates, da luta de classes, da disputa em torno das formas de produção e apropriação da riqueza em cada contexto. Desse modo, o fato histórico de a pobreza e a desigualdade terem se constituído e se mantido como elementos estruturantes em determinadas formações sociais é resultado da força e da hegemonia de modelos de desenvolvimento que sempre

“Aliás, as cidades escravistas talvez sejam as formatações mais originais do Brasil. Elas ajudaram a gerar cenários urbanos singulares, nos quais línguas, vestimentas, cheiros, odores, sabores e símbolos étnicos foram sendo importados, criados e recriados. [...] Em São Luís, africanos da Alta Guiné (chamados de balantas, mandingas, bijagós), que foram levados para o Maranhão, Parnaíba (no Piauí) e Belém, constituíram uma cultura urbana muito particular, em sua alimentação e formas de religiosidade, ressaltando-se o tambor da mina e o tambor de crioula. [...] Grupos de africanos ocidentais se sobressaíram numa Porto Alegre urbana, sem falar em áreas como Pelotas e Rio Grande. Pouca gente sabe, mas a diáspora africana na capital do Rio Grande do Sul era bastante semelhante – em termos de representação demográfica – àquela de Salvador, contando com a presença de africanos ocidentais chamados minas, nagôs e jejes. No Rio de Janeiro foram criadas grandes e pequenas Áfricas ao longo do século XIX, e até mesmo nas primeiras décadas republicanas. [...] Enfim, não existia nenhuma cidade no Brasil somente constituída por colonos europeus e brancos. Havia sempre uma considerável incidência de população negra de muitas origens – basicamente africanos –, que vincaram o espaço urbano com suas identidades, linguajar, roupas e costumes”. (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 24)

beneficiaram os donos da terra, do comércio, enfim, os “donos” de tudo – um punhado de “rico” num mar de pobres e de pobreza –, como demonstra a cidade de Salvador nos dias de hoje.

Consideramos que, na Cidade da Bahia, a combinação entre o novo e o velho é peculiar em função da força e do peso que a herança escravista teve e tem na formação social local e regional. As diferenças em termos de inserção no mundo do trabalho, nos dias de hoje, entre brancos, pretos e pardos são indicadores de como a pobreza e a desigualdade são perpassadas pelo que se qualifica de racismo estrutural – atávico e, diríamos, como o faz Oliveira (2011), funcional.

Como consideram Gomes e Schwarcz (2018), durante muito tempo, as elites se esforçavam para situar a escravidão em um passado longínquo – circunscrito, inclusive, ao mundo rural. Entretanto, segundo os termos dos autores e referindo suas formulações ao tempo presente, a “verdade é bem outra”: o campo e também as cidades sempre estiveram povoados por homens e mulheres negras que, das mais diversas formas, produziam a riqueza e o bem-estar da elite branca. (GOMES; SCHWARCZ, 2018, p. 18) Desse modo, trata-se de reconhecer o peso das relações escravistas não apenas na produção agrícola do Recôncavo Baiano, nas atividades voltadas à exportação, ou seja, no entorno da cidade de Salvador, mas também na própria economia urbana. Reportemo-nos, de forma mais direta, à conjugação entre acumulação capitalista e escravismo nessa cidade.

A propósito, é preciso registrar o peso da escravidão na formação não somente de Salvador, mas também de Recife, São Luís, Belém, Porto Alegre e Rio de Janeiro: é necessário recuperar a importância da escravidão na formação das cidades, na economia urbana, nas várias atividades econômicas que a estruturavam, a exemplo dos escravos de ganho e cativos alugados. (GOMES; SCHWARCZ, 2018)

Mais uma vez, é preciso lembrar, como o faz Carvalho (2018), que as cidades brasileiras, com destaque para Recife, Salvador e Rio de

Janeiro, foram o principal nexos com a África – essa rota tinha como o negócio mais rentável o comércio de gente escravizada. Voltemos, então, à Cidade da Bahia dos séculos XVIII e XIX, com o objetivo de recuperar alguns desses elementos estruturais e, nesse passeio, deixemo-nos guiar por Reis (2003). Apesar das controvérsias em torno dos registros, segundo os referidos autores, estima-se que, entre 1550 e 1860, foram aportados 4,8 milhões de africanos escravizados no Brasil. É grande a controvérsia em torno dos números da população escravizada que teria efetivamente se fixado em Salvador, uma vez que a cidade se constitui em um entreposto e a escravidão se disseminava por todo o país. A título de exemplo, estimava-se sobre a população em Salvador que, em 1842, em torno de 42% ou 40% das pessoas eram escravizadas, “e essa proporção não era pequena para o meio urbano”. A população da cidade era constituída de europeus, africanos e brasileiros, e muitas eram as cores dos nascidos aqui: “[...] o negro, que sempre se chamava crioulo; o cabra, mestiço de mulato com crioulo; o mulato, também chamado de pardo; e o branco”. (REIS, 2003, p. 23)

As mãos dos negros escravizados movimentavam os engenhos, a economia fumageira, as lavouras do Recôncavo e, também, a economia da Salvador colonial, como considera Reis (2003).

Não apenas na produção agrícola, ou nas minas, mas também nos sobrados, nas vendas, na produção e comercialização de alimentos para subsistência, na pesca, nas feiras, no despejo e abastecimento de água das casas, na limpeza das residências e até mesmo cuidando da higiene íntima de seus senhores. O labor de africanos e de seus descendentes mantinha a produção de riquezas na colônia e a própria vida cidadina. (SOUZA, 2010, p. 61)

Analisando a economia das cidades brasileiras forjadas a partir do trabalho escravo, Carvalho (2018, p. 163) destaca: as pessoas escravizadas trabalhavam em atividades de

“Na época da independência, dos 112 mil habitantes do Rio de Janeiro, praticamente metade, 55 mil, era de cativos. Em 1849, a população livre havia triplicado, chegando a 144 mil pessoas, mas o número de cativos dobrara. Eram mais de 110 mil, mesmo levando-se em conta que, depois que o tráfico tornou-se ilegal, em 1831, a subcontagem agravou-se; ninguém queria revelar a posse de africanos contrabandeados. Dos 65.500 habitantes de Salvador em 1842, 27.500, ou seja, 42%, eram cativos. [...] Recife, por volta de 1828, possuía 7.935 cativos em seus bairros centrais: 31% dos 25.678 habitantes da sua parte mais urbanizada. Até Porto Alegre, quase à margem do tráfico atlântico de escravos, mas enriquecida com o charque, em 1856 contava com o mesmo percentual de cativos do Recife de 1828: 30%. No auge do ouro, nos anos 1720, entre metade e dois terços da população de Vila Rica era cativa”. (CARVALHO, 2018, p. 162)

[...] carga e descarga de mercadorias nos portos e nas ruas; em obras públicas; nos serviços urbanos; no comércio a retalho; no artesanato, nos espaços domésticos; em estabelecimentos comerciais [...]; também costuravam, bordavam, engomavam, cozinhavam, vendiam nas ruas, 'quitandando', serviam de amas de leite ou prostituíam-se a mando do(a) senhor(a).

A própria administração colonial e imperial “percebia a necessidade de assimilar negros livres e libertos nos aparelhos repressivos, criando milícias negras e pardas, para manter a ordem”. (CARVALHO, 2018, p. 166) E até mesmo os setores econômicos considerados como mais modernos empregavam a mão de obra escravizada:

a forja do inglês Starr no Recife, por exemplo, ao ser visitada por Pedro, em 1859, tinha dez cativos entre seus sessenta e tantos funcionários. A Fábrica Imperial de Pólvora e a Fábrica de Ferro de Ipanema, no Rio de Janeiro, operavam com mais de cem escravizados cada, nos anos 1840. Nas muitas chapelarias, tecelagens, charutarias, matadouros, fábricas de sabão, e em tantos outros casos, os cativos eram onipresentes. (CARVALHO, 2018, p. 164)

Os donos dos escravos não eram apenas os “donos de tudo”, os grandes senhores de engenho ou negociantes da cidade. A condição de proprietário de escravo estava espalhada “por diversas classes e setores sociais”. Nesse tempo, ter escravos “não era coisa apenas de gente rica”; aliás, “só os muito pobres não tinham escravo algum”. E não se escravizava apenas por luxo; prevalecia aqui não apenas a escravidão “doméstica”. Na cidade de Salvador, como acontecia também em outras cidades, muitos tinham a sua sobrevivência assegurada pelo trabalho do “escravo de ganho”. (REIS, 2003)

Esse sistema implicava que a pessoa escravizada era obrigada a trabalhar em alguma atividade e a entregar ao senhor parcela do

seu “ganho”. Trabalhava-se para “pagar a semana” dos seus senhores, para se sustentar e, quando possível, para comprar a alforria. Como ressalta Souza (2010, p. 61-62), tem-se o registro dessa prática em cidades portuguesas:

De acordo com Saunders, nos séculos XVI e XVII, os ‘senhores compravam escravos para darem lucro no trabalho’ nas ruas das cidades portuguesas. Em 1633, conforme o autor, um frade capuchinho, ao visitar Lisboa, chegou a afirmar que ‘um senhor podia não só viver, mas viver bem, à conta do que os seus escravos ganhavam’.

O escravo era “capital vivo”: “[...] um carregador de cadeira entregava ao senhor quatrocentos réis por dia, o mesmo que um sapateiro; um carregador de cesto 320 réis”. (REIS, 2003, p. 352) As Ganhadeiras de Itapuã trazem à memória o tempo em que as mulheres escravizadas andavam pela cidade a vender peixe, carne, toucinho, baleia, hortaliça e tantos outros quitutes. Eram os negros, as negras de “aluguel”, de “ganho”. Vasta é a literatura que registra, então, as precárias condições de vida, o alto índice de mortalidade e baixa expectativa de vida da população escravizada: “durante quatrocentos anos, o escravismo brasileiro consumiu muitas gerações de africanos”, relembra Reis (2003, p. 25).

O referido autor apresenta as assimetrias, as desigualdades da sociedade soteropolitana da época colonial, reportando ao trabalho de Katia Mattoso, que, por sua vez, traz Luiz dos Santos Vilhena: os donos da riqueza e do poder na Salvador do século XIX eram “aqueles cujos rendimentos líquidos ultrapassam um conto de réis” por ano: grandes negociantes, senhores de engenho, pecuaristas, grandes proprietários de terras, altos funcionários do Estado e da Igreja e oficiais militares da patente. Em seguida, havia os que “auferiam entre 500.000 réis e um conto de réis”, as “camadas médias”, ou seja, os funcionários, o juiz, o escrivão, o capitão, o tenente,

o pároco, o lojista, o artesão, o proprietário rural e pessoas que viviam de rendas, aposentados, mas também de rendas originárias de aluguel de imóveis, de escravos e da agiotagem. Ademais, “[...] em Salvador, todo dinheiro líquido fazia do possuidor um agiota em potencial: fosse qual fosse a quantidade de dinheiro envolvida, emprestava-se e tomava-se emprestado em todas as classes da sociedade”. (MATTOSO, 1992, p. 597) Finalmente, na base da pirâmide social, estavam os escravos e, ao lado deles, segundo a classificação de inspiração weberiana apresentada por Mattoso (1992), estavam os mendigos e vagabundos. Ao lado desse registro, Mattoso (1992, p. 597) traz ainda a observação de que “o escravo, de fato, desempenhava um papel capital na dinâmica econômica da cidade [...]”, ou seja, o sustentáculo da economia colonial estava na base da pirâmide social ao lado dos qualificados como incapazes e desvalidos.

Mattoso (1992, p. 487), falando do século XIX, reafirma de modo enfático o que parcela expressiva da literatura sempre disse em relação à cidade: “a principal atividade de Salvador era a comercial, malgrado tentativas feitas em meados do século para implantar indústrias, logo frustradas”. O fato é que as trocas internacionais sempre dominaram a economia de Salvador, e os grandes negociantes “da cidade” eram, na verdade, de “fora da cidade”. Vendíamos “açúcar, fumo, algodão, aguardente, café, cacau, couro, diamantes”, entre outros similares – bens que sempre sofriam com a concorrência de outras colônias e com as crises internas de produção. Para o consumo dos senhores e doutores, comprávamos “tecidos, calçados, chapéus, porcelana, objetos de ouro e de prata (certamente com o ouro e a prata provenientes das colônias), instrumentos musicais e gêneros alimentícios”. Exceção era feita ao “carvão, cobre, aço, papel, pólvora, fósforo [...]”. (MATTOSO, 1992, p. 488)

Éramos sim, segundo seus próprios termos, um grande centro de comércio de escala internacional, com grande penetração no interior e em províncias ao Nordeste e ao Sul – de Alagoas ao Rio

Grande do Sul: “[...] graças a marinheiros e tropeiros, homens de têmpera forte e coragem serena, a Bahia se inseria num amplo e mal conhecido mercado de trocas”. (MATTOSO, 1992, p. 489) Essa sociedade sempre foi muito rica e muito pobre, e o trabalho escravo era a sua mola mestra. Dados de 1800 a 1850 indicam que, em Salvador, os 10% mais ricos detinham 66,9% da riqueza da cidade e os 30% mais pobres, apenas 1,1%. (REIS, 2003, p. 31)

É preciso aqui registrar o significado histórico de algumas interdições na formação das sociedades coloniais: o acesso à escola, por parte das pessoas escravizadas; à terra, por parte das pessoas recém-libertas; e também de criação de atividades fabris na colônia. Assim, é necessário refletir sobre a extensão, a amplitude e o significado *per se* do escravismo na formação social de Salvador – em sua dimensão propriamente econômica, mas também existencial ou mesmo subjetiva. Gorender, recorrendo ao pensamento clássico, relembra o seguinte truísmo: propriedade e sujeição são os elementos constitutivos da relação escravista, e ser propriedade é o atributo primário da condição daquele que é escravizado. A noção de propriedade implica a noção de sujeição, de poder e de subordinação, e a hereditariedade e a perpetuidade são os elementos que asseguram a reprodução dessas relações sociais. Eis o dilema desse tempo: ser coisa e ser homem ou, no sentido mais abstrato, ser coisa e ser pessoa humana. (GORENDER, 1981)

Em seu trabalho sobre a rebelião dos Malês, em 1935 na Bahia, João José Reis traz uma passagem emblemática sobre a natureza da relação entre senhor e escravo: carregar cadeiras, carregar gente nas costas, feria a autoestima dos nagôs. Segundo registro de um viajante europeu no continente africano, que solicitou ser carregado, “refestelado” em rede, essa foi a resposta do povo do lugar: “O povo de Eyeo [Òyó] não pode e não carregaria uma rede – pois um homem não é um cavalo [...]”. (REIS, 2003, p. 355)

A cidade no Brasil colonial era a sede do capital comercial: “[...] essa economia, por um lado, era monocultora e, por outro lado, era fundada no trabalho compulsório, no trabalho escravo, negando a cidade enquanto mercado de força de trabalho, negando a cidade pelo caráter autárquico das produções agrícolas, negando a cidade como espaço na divisão social do trabalho”. (OLIVEIRA, 2013, p. 54)

Ainda segundo Gorender (1981, p. 70), a escravidão associa, obrigatoriamente, trabalho e castigo: “os portugueses – registrou Joannes de Laert – têm um rifão que diz: Quem quiser tirar proveito dos seus negros há de mantê-los, fazê-los trabalhar bem e surrá-los melhor, sem isso não se consegue serviço nem vantagem alguma”. É sempre bom lembrar que “seu escravo é seu dinheiro”, que a boa medida ou efetividade do castigo deve estar na dependência das “exigências objetivas da economia escravagista”. Desse modo, no escravismo, “a oposição do escravizado ao senhor toma a forma de oposição ao próprio trabalho”; como contraponto, o ser escravizado aparece, na representação e fala do senhor, como indolente e como preguiçoso – interpretação que nos pode ajudar a entender o mito da preguiça baiana. (GORENDER, 1981, p. 73)

Essa herança colonial se traduz em uma clara associação entre escravismo, racismo e capitalismo – como o faz Malcolm X, em 1964, quando vociferava: “não há capitalismo sem racismo”. Almeida (2016) caminha nessa direção quando propõe a construção de uma história da raça ou das raças como fator constitutivo das relações políticas e econômicas das sociedades capitalistas contemporâneas. Nas palavras do autor, as práticas coloniais e neocoloniais buscaram refúgio em determinismos biológicos e geográficos, inferiorizaram, subjugaram e legitimaram a lógica de acumulação primitiva, como também a lógica de acumulação atual – o que pode ser constatado nas análises dos dados sobre a riqueza e pobreza e sobre as diferenças entre brancos e pretos na apropriação do fruto do trabalho coletivo.

Nesse sentido, as noções de raça, enquanto construção social, e de racismo, como mecanismo de exploração e exclusão, são elementos estruturais nos processos de acumulação capitalista. Kilomba (2016) ajuda-nos a compreender a relação entre escravismo, raça, racismo e capitalismo ao afirmar, de modo enfático, que o racismo opera como uma constante reencenação da história colonial – como um drama

a se revelar nas várias facetas da vida, na arquitetura colonial, na estética contrastante das grandes cidades, na topografia da pobreza e da riqueza – que substitui a senzala pela favela, que faz divisa com a casa-grande e com os grandes enclaves fortificados com os bairros nobres –, nas relações e na divisão do trabalho. Souza (2015) atualiza esse debate quando destaca o peso da herança escravista na formação social brasileira, quando coloca em destaque o fato histórico de que a acumulação capitalista sempre se fez à custa da apropriação do trabalho – do trabalho escravo, assalariado, informal, precário.

O ornitorrinco, esse bicho estranho...

Francisco de Oliveira, sociólogo pernambucano, legou-nos uma preciosa imagem que, pela sua riqueza e complexidade, ajuda a compreender como, em uma formação social particular, associam-se elementos de tempos e modos de produção diferenciados: a imagem do ornitorrinco. Oliveira é uma referência importante na crítica à tese dualista, segundo a qual o subdesenvolvimento seria uma etapa de um processo – a materialização, em um mesmo tempo, de ritmos diferentes de uma mesma trajetória.

Oliveira (2011), a exemplo de teóricos como Immanuel Wallerstein (1995), afirma de modo enfático: o que qualificamos como subdesenvolvimento não é um elo de uma cadeia que nos conduzirá a um estado de plenitude, de desenvolvimento – com todos os questionamentos teóricos e ideológicos que tal formulação pode suscitar. A condição de periferia, de subdesenvolvimento, é “[...] uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro”. (OLIVEIRA, 2011, p. 126) E essa condição de subordinação impede ou, tentando não ser determinista, dificulta que as antigas colônias

alcancem o padrão de desenvolvimento dos países capitalistas centrais. Nesse sentido, Salvador e sua região, moldadas pela natureza da sua inserção no processo global de acumulação capitalista, ao associarem, em proporção e natureza próprias, elementos de modos de produção diferenciados, são, de fato, singulares.

É como se estivéssemos diante de variações desse ser ornitorrinco. Esse bicho que “não é isso nem aquilo”. Como afirma Oliveira, o ornitorrinco é esse ser estranho, “cuja evolução não apagou seus traços primitivos”. É um ente no qual “arcaico e moderno convivem em perfeita desarmonia”. Ele é um equívoco de Deus ou uma aberração da natureza: “[...] ele tem bico de pato, corpo de mamífero, rabo de réptil, mamas sem peitos, esporão venenoso e bota ovo”. (OLIVEIRA, 2011, p. 1-6) O ornitorrinco é uma representação do que pode ser qualificado como desenvolvimento desigual e combinado – do processo de modernização conservadora, que mescla e se alimenta do que muitas teorias qualificam como “atraso” e “marginalidade”, que são tão somente formas particulares de produção da riqueza. O capitalismo, inclusive, “[...] não dá mostras de mudança nem mesmo quando o Partido dos Trabalhadores chega à Presidência da República”. (OLIVEIRA, 2011, p. 6)

A recusa da matriz dualista cepalina⁴ leva Oliveira (2011, p. 85) à constatação de que a condição de subdesenvolvimento é “a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia”, na qual convivem diferenças abissais – os muito pobres e muito ricos, com uma impregnação dramática, resultado do passado escravista que penetrou em todos os poros da sociedade brasileira.

Como esse tipo de abordagem ajuda na compreensão da desigualdade em Salvador nos dias de hoje? Aproximemo-nos dessa realidade

a partir do conceito de região formulado por Oliveira: uma região pode ser compreendida como uma forma particular de reprodução do capital, em determinados contextos de luta de classes. Segundo seus próprios termos, a noção de região pode ser concebida como resultado da “especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes, peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral”. (OLIVEIRA, 1981, p. 27)

Trata-se de pensar as diferenças regionais não mais a partir de teorias fundadas na noção de desequilíbrio, mas da perspectiva do conflito, do processo de acumulação de capital, diferenciação e homogeneização do tecido econômico no país, que produziu, por exemplo, o que Pochmann (2020) chama de “transição antecipada para uma sociedade de serviços”, associada à reestruturação do mercado de trabalho no contexto de flexibilização produtiva. Existe, então, uma relação complexa entre diferenciação e homogeneização no processo de construção da hegemonia do capital nos distintos territórios no âmbito nacional e internacional.

É nesse contexto que trazemos de volta a figura retórica do “enigma baiano”, cunhada por Otávio Mangabeira, primeiro governador da Bahia eleito após a Era Vargas, no período de 1947 a 1951, que traduz a perplexidade diante do fato histórico da estagnação:

Intrigava-me, desde muito, o que chamei o enigma baiano: porque razão a Bahia, cujas qualidades e riquezas eram, em geral, tão celebradas, se mantinha, todavia, em condições de progresso indiscutivelmente inferior ao que resultaria, em boa lógica, de semelhante conceito, assim tivesse ele a procedência que se lhe atribuía? [...] Reinava de modo geral, uma atmosfera de desânimo e – o que era talvez pior – de conformação com o abandono, para não dizer com a decadência, uma grande, profunda descrença na ação do poder

4 A expressão “cepalina” refere-se a um conjunto de proposições teóricas elaboradas por pensadores que compuseram a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

público. [...] A Bahia, que indiscutivelmente se distingue por notáveis qualidades de inteligência como também generosidades, revelou sempre assinalado pendore para o culto dos grandes ideais de liberdade, justiça, solidariedade humana. Mas o estudo, terra a terra, sob o ponto de vista prático, dos problemas fundamentais do aumento da produção, ou seja dos meus concretos de ir ao encontro do povo, que precisa alimentar-se, vestir-se, de ter onde morar, de saber ler, escrever e aprender a ganhar a vida, nunca terá sido propriamente da predileção dos baianos, mais propensos ao gosto da eloquência, da beleza, do brilho das palavras e das ideias [...]. (MANGABEIRA, 1951 apud GUIMARÃES, 1982, p. 109)

Como registra Antonio Sérgio Guimarães (1982, p. 6), reportando-se à literatura de então, é como se a Bahia tivesse decaído de “[...] um paraíso original de riqueza, de importância política, de proeminência cultural etc.’ para um vale de estagnação e pobreza [...]”. E essa história é contada em três ciclos: o da prosperidade, o da transição e o da decadência – da opulência ao ocaso. Somos dados à eloquência das palavras, porém falta estudo sobre as necessárias condições de desenvolvimento, segundo a elite política da época.

Não é possível afirmar que, apesar do passado escravista, nunca tenha sido dada a Salvador a possibilidade de desenvolvimento de um parque industrial. Somente a título de exemplo, nas franjas da economia escravista, agrária, exportadora e mercantil, tivemos sim “tentativas” de industrialização. A fábrica de Luiz Tarquínio, por exemplo, fundada em 1891, produziu e vendeu tecido de uma ponta a outra do país: “[...] a fábrica da Boa Viagem, propriedade da Companhia Empório Industrial do Norte, foi uma das maiores fábricas de tecido do Brasil até 1946”. (SAMPAIO, 1975, p. 223)

Diante da intensa concorrência com a indústria têxtil inglesa e das dificuldades decorrentes da política de preços e das taxas alfandegárias,

a Companhia Empório Industrial do Norte, a partir dos anos 1950, começou a passar por dificuldades, fechando em 1973. O sucesso e insucesso financeiro da indústria têxtil localizada na Península de Itapagipe, em Salvador, estiveram associados, ao longo da sua existência, à concorrência e a crises internacionais e do Centro-Sul, ao preço das matérias-primas, ao “atraso” e à dependência tecnológica externa, com reflexo no tipo de produção: “os tecidos mais finos começaram a ser produzidos demasiado tardiamente, quando o mercado para esse tipo de tecido já estava em mão de fábricas do Sul do país”.⁵ (SAMPAIO, 1975, p. 228)

5 Vários são os registros do vigor e da forma da indústria em Salvador: “Comquanto em principio, conta a indústria bahiana hoje [1893] 123 fábricas em actividade, das quaes 107 na capital e 16 no litoral. [...] [Quais sejam:] A Companhia União Fabril, com o capital de 1.540:000\$, possui as seguintes [fábricas]: 1. Fábrica S. Salvador, sita ao largo da Fonte-Nova, com 3.264 fusos, 85 teares e 132 operários. Em 224 dias produziu 720.360 metros de fazenda branca de primeira e segunda qualidade, e 1.221 cobertores de algodão: tudo no valor de 225:198\$000; 2. Fábrica Modelo, sita á rua da Valla, com 3.348 fusos, 70 teares e 161 operários. Em 225 dias produziu 524.918 metros de fazenda branca de segunda e terceira qualidade, 5.221 metros de lona, 39.885 kilogrammas de fio em novellos, tudo no valor de 203:533\$880; 3. Conceição, sita no alto do antigo engenho Conceição, com 2.160 fusos, 60 teares e 116 operários. Em 214 dias produziu 638.789 metros de fazendas brancas e de cores de primeira, segunda e terceira qualidade, no valor de 187:623\$800; 4. N. S. da Penha, sita á Ribeira de Itapagipe, com 2.520 fusos, 60 teares e 161 operários. Em 226 dias apresentou 569.085 metros de fazenda branca de primeira qualidade, 2.475 metros de lona de primeira qualidade e 375 kilogrammas de fio em novello, no valor tudo de 184:200\$700; 5. Queimada, sita ao largo do mesmo nome, com 1.924 fusos, 30 teares e 110 operárias. Produziu em 219 dias 229.651 metros de fazenda branca e de côres, de primeira e segunda qualidade, e 21.275 kilos de fio em novellos, no valor de 103:505\$360. A Companhia Progresso possui as fábricas de: 1° S. Braz, no arraial de Plataforma, com 5.920 fusos, 151 teares e 310 operárias. 2° Bomfim, na Calçada do Bomfim, com 2.077 fusos, 54 teares e 160 operarias”. Além disso, tem-se o registro das seguintes fábricas: “Tres fabricas de Chupéos [...], na rua dos Coqueiros d’Agua de Meninos; Duas de calçado, uma no arraial da Plataforma [...] e outra no Bomfim [...]. Uma de rapé, a vapor, na praia do Unhão [...]. Uma de biscoutos finos [...]. Uma de gélo, oleos e productos uteis, a vapor, sita na praia da Preguiça [...]. Uma de moveis de madeira, a vapor, na ladeira da Conceição [...]. Cinco alambiques, ou fabricas de destilar aguardente e productos alcoólicos [...]. Quatro de cigarros [...]. Doze de charutos, sendo quatro na capital [...]. Cinco fundições de ferro, bronze e outros metaes, sendo uma na Jequitaia [...], uma no Pilar [...], uma em Itapagipe, [...]. Uma de pregos, a vapor. Quatro de velas [...]. Duas de velas de cêra [...] Quatro de refinar assucar [...]. Dez de sabão e sabonetes [...]. Duas de chocolale [...]. Duas de cerveja [...]. Uma de luvas de pellica e camurça. Uma de phosphoros, a vapor. Cincoenta de pão e massas alimenticias (padaria.) [Duas] de serrar madeira [...]. Uma de

A Companhia Empório Industrial do Norte foi um exemplo, entre vários outros, de empreendimento industrial situado na Península de Itapagipe, em Salvador, no fim do século XIX. Além da indústria naval, que teve grande importância durante todo o período colonial, conforme registros da *Memória sobre o estado da Bahia*, de Francisco Vicente Vianna, datado de 1893, a Península de Itapagipe era um celeiro de indústrias.

O fato é que, entre os anos 1920 e 1940, Salvador passou por um vertiginoso processo de desindustrialização. Com a descoberta de petróleo no Recôncavo Baiano, a criação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), antes da criação da Petrobras, em 17 de setembro de 1950, “O povo do Recôncavo Baiano – acostumado a lidar com lavoura, pesca e canavial – ia aprender um novo ofício: refinar petróleo”. (PETROBRAS, 2021) Como conta a própria Petrobras (2021), no princípio, a área era uma fazenda:

[...] uma fazenda banhada pelas águas do Rio Mataripe, um braço de mar da Baía de Todos os Santos. Chamava-se Porto Barreto, porque pertencia a um fazendeiro chamado Horácio Sá Barreto Lemos, e, no passado, cultivava-se banana em suas terras. Um dia, começaram a chegar os equipamentos: imensos tanques metálicos, torres e tubulações. Eles vinham de trem, de balsas, saveiros e até em trenós improvisados com tubos e puxados por tratores. Com as máquinas, vieram os homens. Gente de todo o Brasil e também do exterior: Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Polônia, Itália.

ferro esmaltado, no largo do Papagaio, em Itapagipe. Duas de camisaria e meias”. (VIANNA; FERREIRA, 1893, p. 272-276) Em relação às possibilidades de industrialização, vale relembrar o fato histórico do Alvará de D Maria I, que, no período de 1785 a 1808, proibiu a instalação de indústrias na colônia: “Eu a rainha. Faço saber aos que este alvará virem: que sendo-me presente o grande número de fábricas, e manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitanias do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura, e da exploração das terras minerais daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente, que quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços haverá, que se possam empregar no descobrimento, e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios, que ainda se acha inculta, e desconhecida [...]”. Tratava-se de preservar os interesses portugueses na relação com as colônias. ([ALVARÁ], 1785, grifo do autor)

A RLAM iniciou sua operação com uma produção diária de “2.500 barris por dia, acabando de vez com a crença de que não existia petróleo no solo brasileiro”. “Na época, o povo ia às ruas gritar ‘O Petróleo é nosso’, denunciando os interesses estrangeiros na exploração do ouro negro”. “A Landulpho Alves foi responsável por manter, durante quase três décadas, a Bahia como o único estado produtor de petróleo no Brasil, chegando a produzir 25% da demanda do país”. (PETROBRAS, 2021)

Como afirma Oliveira (1987), os investimentos da Petrobras nessa região transformaram a Bahia, colocaram o estado em uma posição estratégica na produção nacional de energia e constituíram um segmento de classe, o trabalhador da Petrobras, qualificado e relativamente bem remunerado. E a “dinâmica dessa radicalidade concentrará a renda em Salvador quase como em nenhuma outra parte do Brasil”. (OLIVEIRA, 1987, p. 43) Porém, essa atividade pouco se desdobrou no conjunto da economia local, constituindo como um “enclave na nossa paisagem”. (RISÉRIO, 2004, p. 538) Esse processo de modernização e de industrialização do entorno da capital se consolidou em 1966, com o Centro Industrial de Aratu (CIA); em 1978, com o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec); e em 2001, com o Complexo da Ford, todos localizados em municípios da Região Metropolitana.

O perfil desse parque industrial na Região Metropolitana resultou da modificação na composição do parque industrial brasileiro, com destaque para os segmentos produtores de bens intermediários, como também da política de incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), peça fundamental na expansão capitalista no país. Da mesma forma como acontecia na década de 1950 com a RLAM, trabalhava-se no Polo Petroquímico, em Camaçari, mas vivia-se em Salvador. Nesse cenário de desindustrialização dos anos 1920 a 1940 e de industrialização ao longo da

Como registra Paulo Ormino, a moderna indústria situada no entorno metropolitano na segunda metade do século XX, hoje, está desativada ou envelhecida: “O dinheiro na praça estimulou outras indústrias, como Equipetrol, Cristais e bebidas Fratelli Vita, Elevadores Amoedo, carrocerias Incabasa, Csmel-estuturas metálicas, televisores Telematic, Céramus, painéis de madeira Madepan e Novopan, móveis Ralf, calçados Mirca, Opalma e Sambra de óleos vegetais, Alimba, Chadler e Cravo, de leite, chocolate e café. Só restou a RLAM, desativada. Por iniciativa de Rômulo Almeida, aproveitando incentivos da SUDENE, foi criado em 1968 o Centro Industrial de Aratu, onde foram instaladas as siderúrgicas Usiba, Ferbasa e Engesa e as multinacionais Magirus Deutz, Cummins, Bosch, Alcan, Dow-TDI, Xerox, Stepan e Latapack. Na RMS se instalaram a Rhodia, Du Pont, Semp-Toshiba, Papaiz e Bombril, tristemente inventariadas por meu irmão, Eng. Thales de Azevedo Filho. Em 21/07/2019, o jornal Correio da Bahia publicou: ‘Mato, cachorros e lixo substituem fábricas no CIA’. Segundo o IBGE (2021a), a participação industrial na economia baiana baixou de 42,3% para 23,7%, entre 1985 e 2016”. (AZEVEDO, 2021, p. 2)

segunda metade do século XX, Salvador passou a ser vista como uma cidade com vocação “terciária”.⁶

Como ressaltado por Francisco de Oliveira, a industrialização e a modernização brasileira não pressupuseram a superação das relações qualificadas como atrasadas ou não tipicamente capitalistas. No caso particular de Salvador, o passado escravista, as tentativas de industrialização (na passagem do século XIX para o século XX e na metade do século XX) e respectivos processos de desindustrialização (no fim da primeira metade do século XX e no fim da segunda metade do referido século) resultaram em uma estrutura econômica na qual convivem relações tipicamente capitalistas e informalidade, riqueza e pobreza. Em tempos de indústria 4.0, Salvador se consolida como um polo regional de comércio e de prestação de serviços e o faz realizando a condição de ser do ornitorrinco.

O processo de desindustrialização vivenciado pela economia brasileira tem grande repercussão no padrão de industrialização situado no entorno metropolitano, como ressaltado por Azevedo (2021) – do sucateamento do parque industrial, do desmonte do Complexo Ford à crise nos serviços e no comércio local, a pobreza e a riqueza se espriam em Salvador e sua região de forma muito diferenciada. Lembrando Harvey (2018), Santos (1997) e Carvalho e Pereira (2006, 2014, 2016, 2017), a forma como a cidade espacialmente se estrutura espelha a dinâmica da acumulação de capital no seu interior, no seu entorno – em escalas diferenciadas – e nos centros dinâmicos do sistema. Vejamos como essa forma de realização da economia local se expressa na vida intraurbana da cidade.

6 Dados do IBGE (2021) confirmam essa afirmação quando demonstram um aumento da participação do setor terciário, acompanhado de uma redução na participação do setor industrial, no valor adicionado bruto a preços correntes na economia de Salvador ao longo do século XXI. Entre os anos de 2000 e 2018, a participação da indústria no referido indicador caiu de 20,10% para 12,54%, enquanto que a do setor terciário aumentou de 79,85% para 87,38%, no mesmo período.

A riqueza e a pobreza: trabalho, renda, informalidade e desemprego em Salvador

A cidade de Salvador do século XXI possui uma estrutura social complexa e estratificada, fruto de transformações econômicas, sociais e político-institucionais, que resultaram também em modificações no perfil das suas elites, camadas médias e camadas mais pobres, formadas, em seu conjunto, por trabalhadores assalariados formais e informais, autônomos e empregadores, que imprimem sua marca no mercado de trabalho local e regional. Falar de trabalho, remuneração, informalidade e desemprego em Salvador significa falar da desigualdade e, como o faz Ruffato (2013) com os olhos voltados para a Pauliceia, tentar identificar elementos próprios no modo como se produzem riqueza e pobreza na Cidade da Bahia.

A análise dos dados relativos à pobreza e à desigualdade em Salvador revela um perfil socioeconômico dos responsáveis pela família já bastante caracterizado pela literatura existente. Historicamente, Salvador apresenta uma das estruturas de renda mais concentradas do país e uma estrutura ocupacional na qual convivem atividades com alta demanda de investimentos em conhecimento, tecnologia e especialização e atividades de baixa qualificação e remuneração, além de apresentar taxas de informalidade e desemprego das mais altas entre as capitais brasileiras. Vejamos como o capitalismo, em seu modo de ser ornitorrinco, materializa-se na sua periferia da periferia. (OLIVEIRA, 2011)

Trabalho: a ocupação

O perfil da estrutura ocupacional e da estrutura de renda em Salvador é fruto de movimentos e inflexões de uma economia que, nos dias de hoje, se caracteriza como terciária – de prestação de serviços e

“Todo dia às cinco horas da tarde toma rumo de casa, no Boi Malhado, a pé, porque nem trocado pra passagem do ônibus tem. Já acompanhou uma montoeira de curso, SENAC, SENAI, Central do Trabalhador, nenhum asfaltou estrada prum bom emprego. Tudo, mero pretexto para a consentida escravidão, oito horas de suador diário, uma merreca no fim do mês, ôl, preferível a atoíce, ao menos pagar não paga pra trampar. E vagueia para a casa do sogro, onde se empilham, três anos já, num quartículo, cama de casal, penteadeira, guarda-roupa, bercinho, sufoco danado, mas não é de-favor que moram não, têm orgulho, aral, a mulher dirige a perua-escolar que o pai pôs pra rodar, clandestina, sim, fosse regularizar!, primeiro tocava engordar caixa, depois, a parte do governo, simpatizava com a compreensão das escolinhas, ia-se vivendo. [...] Aos domingos, quando a cunhadaria e os maridos e mulheres e os filhos e filhas achegam manhã acordando, rouba uns trocados da bolsa da esposa e sai de fininho, o dia inteiro bundando no Parque Ibirapuera, deitado na grama olhando o jato d’água em frente à Assembleia Legislativa, nuvens que se formam e se desmancham, à espera de que o dia se desmorone [...]” (RUFFATO, 2013, p. 131-132)

comercial. Somos sobretudo – dizem alguns – uma economia do lazer, do simbólico, do lúdico, da festa. (RISÉRIO, 2004) Essa condição de cidade terciária se reafirma, então, em um cenário regional e internacional de desindustrialização, de mudança tecnológica e de padrão de acumulação.⁷ Paulo Ormindo de Azevedo, em artigo publicado em jornal local em janeiro de 2021, lembra: “a Bahia nasceu industrial”. Contrariando o discurso da nossa vocação terciária, continua:

durante quatro séculos, a província viveu e sustentou, em parte, a colônia com a agroindústria açucareira, uma das primeiras empresas multinacionais, com capitais flamengos, tecnologia italiana, mão de obra africana, logística portuguesa e distribuição holandesa. Empresa capitalista que ressuscitou a escravatura abolida na Antiguidade. (AZEVEDO, 2021, p. 2)

Reportando-se especificamente à cidade de Salvador, Azevedo refere-se às indústrias criadas em fins do século

⁷ Vale a pena, mais uma vez, lembrar, como registra Milton Santos (2008), o peso das atividades industriais em relação às atividades comerciais em Salvador, em fins dos anos 1950: “agricultura, criação e silvicultura; indústrias extrativas e de transformação; comércio de mercadorias de imóveis, valores, seguros e banco; prestação de serviços, transportes, comunicações e armazenamento; profissionais liberais, atividades sociais da administração pública, legislativo, justiça, defesa nacional e pública; atividades domésticas não remuneradas, atividades escolares e atividades não compreendidas nos outros ramos mal definidos ou não declarados, além de pessoas inativas”. Especificamente, atividades domésticas não remuneradas e escolares ocupavam 45,2% dos trabalhadores; prestação de serviço, 13,9%; a indústria de transformação, 9,8%; e de comércio, 7%, com destaque para o percentual dos considerados inativos, com 8%. Esses dados indicam a importância da Península de Itapagipe, do Centro e do Subúrbio na economia da cidade até os anos 1950 e a importância das ocupações vinculadas às atividades industriais em Salvador. (SANTOS, 2008) Ou seja, fomos, como afirma Paulo Ormindo Azevedo (2021), ainda que com menor peso, uma cidade com indústria, com trabalhadores operários.

XIX, como a Empório Industrial do Norte, em Itapagipe, de inspiração socialista, segundo ele, criada pelo filho de uma senhora que viveu a experiência da escravidão. Então, mais uma vez, havia indústria e havia uma classe operária têxtil.

Com os já referidos processos de desindustrialização de Salvador e as mudanças dos fluxos de capitais, a partir da segunda metade do século XX, a cidade, de um único centro, espalha-se e conforma novas centralidades, construindo uma estrutura urbana diversa e complexa – a cidade antiga “envelhece” e novos territórios, horizontes e ocupações se descortinam. Nesse novo cenário de migração de capitais, a Cidade Baixa, o Subúrbio e oeste do Miolo passam a constituir-se, de forma majoritária, em uma área de moradia e de trabalho da população pobre de Salvador, voltada ao desenvolvimento de atividades marcadamente informais e precárias – ainda que com um grande dinamismo e vitalidade, enquanto, ao mesmo tempo, a Área Urbana Consolidada, leste do Miolo e a Orla Atlântica se consolidam como local de moradia e trabalho dos segmentos situados nas maiores faixas de renda.

As ocupações em Salvador hoje se estruturam em um vasto conjunto de categorias, por exemplo: dirigentes de empreendimentos e organizações públicas e privadas; trabalhadores de serviços gerais e administrativos; profissionais das ciências e das artes (o que agrega um amplo conjunto de autônomos, empregados e estatutários, de instituições públicas e privadas da educação e da saúde); vendedores e prestadores de serviços do comércio; técnicos de nível médio das distintas áreas (saúde, educação, segurança, justiça, comunicação, informática, artísticas e similares); trabalhadores da indústria da construção civil e mercado imobiliário; trabalhadores da indústria tradicional (artesanato, alimentos, confecção); da indústria do turismo; membros das forças armadas, de órgãos de controle e auxiliares; trabalhadores da produção de bens e serviços de reparação e manutenção; trabalhadores dos serviços domésticos; vendedores e prestadores de

serviços do comércio informal; e ocupações consideradas como mal definidas. (CARVALHO; PEREIRA, 2006, p. 88; IBGE, 2010)

A análise da estrutura ocupacional dos responsáveis pelas famílias em Salvador, segundo os dados do QUALISalvador, indica uma participação equivalente para os que se declaram empregados e autônomos e uma participação relativamente pequena para os empregadores. Ou seja, 41,12% estão na condição de empregados, 41,6% se declaram autônomos e 0,8% estão na categoria de empregadores.⁸ Ao cruzarmos os dados de posição na ocupação e renda do responsável pela família, podemos afirmar que a equivalência entre os que se declaram empregados e autônomos, nesse caso, é um indicador relevante do peso que as atividades informais têm em Salvador, uma vez que grande parte desses autônomos recebe por mês até três salários mínimos. Entre os autônomos, está o maior percentual de trabalhadores que se inserem no mercado de trabalho sem proteção social – ainda que possa ser significativo o número dos que estão na categoria de empregados, mas não têm os direitos trabalhistas assegurados.

A análise da estrutura ocupacional, em termos da posição na ocupação, indica semelhanças e diferenças entre empregados e autônomos, estando ambos concentrados nas menores faixas de renda (destacando-se uma ligeira concentração dos autônomos nas menores faixas de renda), com participação diferenciada em termos de sexo/gênero (com maior peso da população feminina entre os autônomos) e de cor e raça (em sua maioria, são pretos e pardos, ou seja, negros, segundo categorização do IBGE), sendo que os informais

apresentam uma leve participação em relação à escolaridade e estão concentrados na faixa etária de 45 a 59 anos. Por sua vez, os empregadores se destacam, sob muitos aspectos, das duas categorias anteriores: estão concentrados nas faixas intermediária e alta de renda, são homens, autodeclaram-se brancos, têm nível de escolaridade superior e situam-se também na faixa etária de 45 a 59 anos.

Tabela 1 – Caracterização da inserção socioeconômica

Posição na ocupação	Inserção socioproductiva
Empregados	76,5% estão na faixa de renda individual mensal de até 3 salários mínimos; 51,8% são do sexo/gênero masculino; 41,2% se autodeclaram pardos; 40,9% são pretos; 45,9% têm escolaridade de nível intermediário; 55,5% têm idade entre 45 e 59 anos.
Autônomos	83,5% estão na faixa de renda individual mensal de até 3 salários mínimos; 57% são do sexo/gênero feminino; 43% se autodeclaram pardos; 41,8% são pretos; 47,4% têm escolaridade de nível intermediário; 54% têm idade entre 45 e 59 anos.
Empregadores	24,7% estão na faixa de renda individual mensal de mais de 3 a 5 salários mínimos; 20% de mais de 5 a 10; e 16% de mais de 10 a 20 salários mínimos; 62,3% são do sexo/gênero masculino; 43,3% se autodeclaram brancos; 29,19% são pardos; 42,9% têm escolaridade superior; 48,8% têm idade entre 45 e 59 anos.

⁸ Os dados de posição na ocupação divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) para o quarto trimestre de 2019 (IBGE, 2019) revelam uma preponderância no número de empregados (66,22%), seguidos pelos denominados “conta própria” (27,76%), empregador (4,62%) e trabalhador familiar auxiliar (1,40%). É importante destacar, entretanto, que a PNAD Contínua levanta esses dados para todas as pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, enquanto os dados do QUALISalvador são relativos aos responsáveis pela família.

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

No conjunto, a população ocupada pesquisada pelo QUALISalvador encontra-se concentrada na faixa etária de 40 a 64 anos (54,16%).⁹ Os dados relativos à escolaridade dos responsáveis pela família indicam o predomínio do nível intermediário (43%); em seguida, aqueles que se encontram situados na condição de baixa escolaridade (36%). Apenas 18,8% desse contingente dos responsáveis pela família possuem alta escolaridade. O responsável pela família pesquisado pelo QUALISalvador se autodeclara, em sua maioria, do sexo feminino, com 58,4%; em seguida, do masculino, com 41,5%; e 0,1% afirma não se enquadrar em nenhuma das categorias anteriores.

Em uma tentativa de qualificar melhor as atividades ocupacionais em Salvador e região, Carvalho e Pereira (2006) construíram uma tipologia das ocupações que auxilia na compreensão do perfil socioeconômico local e regional.¹⁰ Reportaremos-nos a essa categorização, porém, agregando e renomeando algumas das suas categorias – de modo a se aproximar da realidade específica de Salvador –, tomando como referência dois elementos estruturantes: a renda e a posição na ocupação (empregadores, empregados e autônomos), sendo esses elementos analisados ainda em termos de sexo/gênero e cor/raça. Desse modo, procuramos transversalizar a análise da estrutura ocupacional em Salvador (Tabela 2, Figura 1).

9 Essa caracterização da população pesquisada se aproxima da proporção da população definida pelo IBGE no censo de 2010 para Salvador, segundo o qual 53,32% se declararam do sexo feminino e 46,68% masculino.

10 As ocupações são categorizadas por Carvalho e Pereira (2006, p. 91, grifo nosso) da seguinte forma: “superior (grandes empresários, dirigentes e trabalhadores intelectuais), média-superior (intelectuais), média (pequenos empregadores e grupo de intelectuais), média popular (pequenos empregadores e setores médios), popular-subproletária (proletário e trabalhadores de sobrevivência), subproletária (prestadores de serviço, empregados domésticos, ambulantes e biscateiros e agrícola)”.

Tabela 2 – Tipologia ocupacional segundo a posição na ocupação e a renda

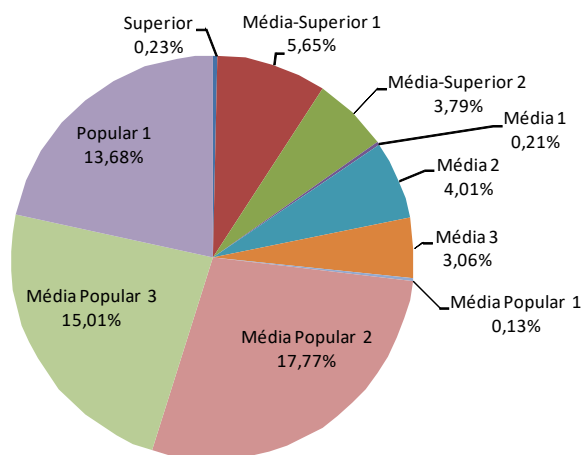
Tipologia	Posição/ocupação	Renda mensal (salário mínimo)	%
Superior	Empregador com ou sem nível superior	+ de 10	0,23
Média-superior 1	Empregado com nível superior	+ de 5	5,65
Média-superior 2	Autônomo com nível superior		3,79
Média 1	Médio empregador com escolaridade intermediária e superior	+ de 3 a 5	0,21
Média 2	Empregado com escolaridade intermediária e superior		4,01
Média 3	Autônomo e informal com escolaridade intermediária e superior		3,06
Média popular 1	Pequeno empregador com escolaridade intermediária/baixa	+ de 1 a 3	0,13
Média popular 2	Empregado com escolaridade intermediária/baixa		17,77
Média popular 3	Autônomo/informal com escolaridade intermediária/baixa		15,01
Popular 1	Trabalhador formal com baixa ou sem escolaridade	0 a 1	13,68
Popular 2	Trabalhador informal/autônomo com baixa ou sem escolaridade		19,73

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Nota: as atividades de empregadores com rendimento mensal de até um salário mínimo, que correspondem a 0,09%, e outros, que correspondem a 16,64%, não foram contempladas na tipologia. No total, a tipologia contempla 83,27% das ocupações registradas.

A análise dessa categorização revela o grande peso das ocupações consideradas nas categorias “popular”, com 33,41%, na qual predominam as mulheres negras, e “média popular”, com 32,91%, constituída majoritariamente de homens negros. Mais uma vez, registramos a baixa participação das ocupações em “média”, com 7,28%; “média superior”, com 9,44%; e sobretudo “superior”, com apenas 0,23%, todas elas formadas por homens em sua maioria.

Figura 1 - Tipologia ocupacional segundo posição na ocupação e renda do responsável



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A estratificação desses dados por cor e etnia configura o seguinte quadro já constatado pela literatura e pelos dados desta pesquisa: quanto maior a especialização da formação, atividade e faixa de renda (superior), maior a participação de homens e brancos; quanto menor a especialização da formação, atividade e faixa de renda

(popular 2), maior a participação de mulheres e da população negra. Desse modo, nas categorias “superior”, “média superior 1” e “média superior 2”, predominam os homens e brancos; na categoria “média 1”, predominam os homens, com um ligeiro destaque para os brancos; nas categorias “média 2” e “média 3”, permanece o peso dos homens, porém aumenta a participação das mulheres e dos negros; nas categorias “média popular” 1, 2 e 3, permanece o peso dos homens, porém aumenta de forma crescente a participação feminina, que passa a ser predominante nas categorias “popular” 1 e 2. No conjunto, a participação da população branca ganha destaque nas categorias “média” 1, “média superior” 1 e 2 e “superior”, enquanto os negros se destacam nas ocupações “média” 2 e 3, “popular” 1, 2, 3 e “popular” 1 e 2.

Tabela 3 - Tipologia ocupacional segundo sexo e raça do responsável

Categoria	Sexo/gênero		Raça/cor		
	Homens	Mulheres	Branco	Pardos	Pretos
Superior	70%	30%	65%	20%	8%
Média superior 1	56%	43%	40%	35%	18%
Média superior 2	60%	40%	37%	34%	27%
Média 1	55%	45%	50%	30%	12%
Média 2	52%	47,6%	18,6%	43,3%	35,4%
Média 3	56%	44%	18%	47,5%	32%
Média popular 1	59,5%	40,5%	2,3%	31,5%	56,2%
Média popular 2	56%	44%	9,8%	43%	44,2%
Média popular 3	52,7%	47,2%	12%	43%	43%
Popular 1	38%	62%	9,3%	39,4%	48,6%
Popular 2	35%	64,8%	9,3%	43,6%	44%

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Os dados referentes à ocupação produzidos pelo QUALISalvador destacam traços estruturais da economia local, discutidos na primeira parte deste capítulo. O primeiro traço estrutural diz respeito ao pequeno número de empregadores no conjunto das ocupações. Esse dado é um exemplo da dinâmica e do perfil da economia local, do caráter concentrado, extralocal e regional dos processos de acumulação que estruturam a economia de Salvador. O segundo traço é o grande peso das ocupações situadas no terciário – as ocupações do setor industrial não dão o tom e a tônica da estrutura ocupacional da cidade. Como registram os dados do IBGE, em Salvador e em todo o estado da Bahia, há uma proporção maior de empregados e de autônomos do que no país, o que, certamente, resulta do impacto do alto contingente de trabalhadores informais existentes aqui. O terceiro traço é a grande assimetria em termos de inserção produtiva entre brancos, pretos, pardos, entre homens e mulheres: enquanto os homens brancos estão na extremidade superior da categorização, as mulheres pretas encontram-se principalmente nas duas categorias da extremidade inferior. Esses dados confirmam, mais uma vez, a realidade, já tão tratada pela literatura e comprovada neste trabalho, de que a renda na cidade de Salvador tem endereço, cor e sexo.

Conforme o Índice de Condições de Trabalho (ICT), do Dieese, os dados da Inserção Ocupacional, de Desocupação e de Rendimento são preocupantes para o conjunto do país, pois revelam a precarização e estabilização em patamares inferiores. Porém, o impacto desse processo é maior e tem consequências mais graves em realidades regionais, como cidades com características como as de Salvador. A espacialização desses dados indica, mais uma vez, de forma clara, a concentração das ocupações com maior rendimento, nível de formalização do trabalho e maior rendimento na Área Urbana Consolidada e Orla Atlântica; e as

com menor rendimento e informalidade no Subúrbio e Miolo. Como os dados de renda, informalidade e desemprego a seguir analisados revelam, essa estrutura diferencia de forma marcante os trabalhadores negros e as mulheres.

A renda

Confirmando a situação de pobreza em que vive grande parcela dos moradores da cidade de Salvador, dados de renda individual do responsável pela família apurados pelo QUALISalvador demonstram que 81,65% dos responsáveis percebem até três salários mínimos e apenas 4,7% têm renda superior a dez salários.¹¹ Esse dado, por si só, revela o grande abismo que separa uma minoria da grande massa de trabalhadores que vive em situação precária, um dos traços mais marcantes da sociedade soteropolitana. A principal fonte de renda desses responsáveis pela família é o trabalho, que corresponde a 58%. Em seguida, estão as aposentadorias e pensões, que se constituem na fonte de renda de 29% do total. Os dados relativos à renda familiar confirmam a referida situação de pobreza, segundo os quais 7,69% das famílias recebem até meio salário mínimo *per capita* por mês, ou seja, são pobres.¹² Adicionalmente, 26,26% recebem até um

11 Esse dado reproduz o padrão da estrutura de renda individual mensal (do responsável pela família) do Censo Demográfico do IBGE de 2010, ou seja, até 1 salário mínimo: 47,6%; com mais de 1 a 3: 31,3%; com mais de 3 a 5: 8,3%; com mais de 5 a 10: 7,8%; com mais de 10 a 20: 3,5% e com mais de 20: 1,4%. (IBGE, 2010)

12 Segundo o IBGE, a pobreza é caracterizada quando o rendimento médio *per capita* domiciliar mensal varia de mais de 1/4 até 1/2 salário mínimo. Quando o rendimento médio *per capita* domiciliar mensal é igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo, tem-se caracterizada uma situação de extrema pobreza. (IBGE, 2019) Segundo o IBGE, Salvador possuía, em 2010, 27,35% dos seus domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, ou seja, qualificados como pobres. São os seguintes os percentuais de pobreza nos municípios da Região Metropolitana de Salvador: Camaçari tem 34,55%; Dias D'Ávila, 37,15%; Itaparica, 46,56%; Lauro de Freitas, 27,56%; Madre de Deus, 35,46%; São Francisco do Conde, 43,77%; Simões Filho, 40,35%; Vera Cruz, 46%; São Sebastião do Passé,

salário mínimo e, no total, 42,69% recebem de um a três, e 68,95% dos responsáveis pelas famílias recebem até três salários mínimos por mês, o que significa, em diversos casos, viver em situação de pobreza ou de extrema pobreza, a depender do número de membros da família (Figura 2).

Os dados indicam ainda que apenas 9,2% das famílias recebem mais de dez salários mínimos por mês. Destaca-se ainda a pequena participação das famílias nas faixas intermediárias de rendimento – de mais de cinco até dez salários, ou seja, 21,85%. Esta desigualdade socioeconômica se expressa de forma clara na conformação socioespacial em Salvador. Onde moram os pobres e os ricos em Salvador? Moram, majoritariamente, no Subúrbio e no Miolo da cidade, enquanto as chamadas “classes médias”, os “ricos” moram nas regiões mais infraestruturadas, mais valorizadas pelo dinâmico mercado imobiliário na cidade: a Área Urbana Consolidada e a Orla Atlântica.¹³

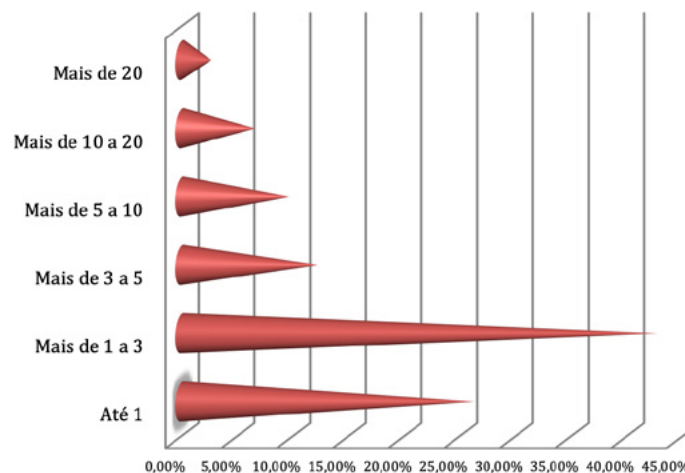
A renda média familiar *per capita* dos chefes de família para o conjunto da cidade de Salvador é de R\$ 1.409,77, segundo o QUALISalvador. Quando esse dado é desagregado por bairro, a situação da desigualdade socioespacial se revela de forma gritante, variando de R\$ 198,56, na Ilha de Bom Jesus dos Passos, a R\$ 5.742,30, no bairro da Pituba. Os bairros do Subúrbio Ferroviário e do Miolo apresentam as menores rendas médias, enquanto aqueles que estão na Área Urbana Consolidada e na

43,63%; Mata de São João, 41,07%; e Pojuca, 42,09%. Quando Salvador é comparada com outras capitais, o quadro é o seguinte: Recife tem 29,85%; São Paulo, 13,04%; Belo Horizonte, 12,61%; e Porto Alegre, 9,8%. (IBGE, 2010), ou seja, Salvador apresenta uma situação melhor em relação à pobreza quando comparada com os demais municípios da sua região metropolitana e do Nordeste, porém se distancia da situação das principais capitais do país.

13 Dos 163 bairros do município de Salvador, três são denominados “bairros institucionais”, ou seja, não possuem população residente. São eles: Aeroporto, Centro Administrativo da Bahia (CAB) e Porto Seco Pirajá.

Orla Atlântica têm os maiores rendimentos médios, conforme Tabela 4 e Figura 3.

Figura 2 – Renda familiar dos responsáveis pela família em salários mínimos (2018-2020)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Nota: o salário mínimo de referência para este trabalho é de janeiro de 2018, no valor de R\$ 945,00.

Tabela 4 – Renda média familiar *per capita* por bairro (2018-2020)

Bairro	Renda média familiar <i>per capita</i> (R\$)
Ilha de Bom Jesus dos Passos	198,56
Ilha de Maré	229,71
Bairro da Paz	635,13
Jardim Nova Esperança	650,40

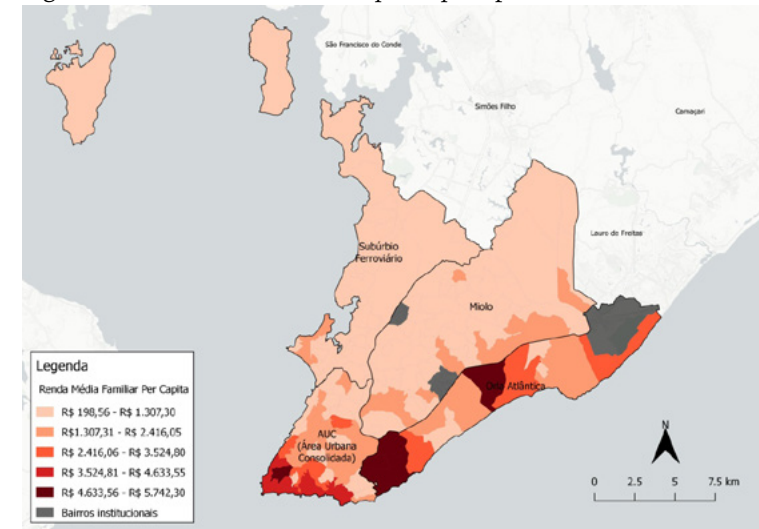
Bairro	Renda média familiar <i>per capita</i> (R\$)
Ilha dos Frades	654,76
Nova Esperança	665,62
Santa Luzia	669,13
Nova Constituinte	676,97
Engomadeira	687,50
Saramandaia	696,59
Canela	3.675,82
Rio Vermelho	3.713,90
Ondina/Chame-Chame	3.883,95
Barra	4.163,10
Vitória	4.385,77
Caminho das Árvores	4.661,13
Patamares	5.157,45
Graça	5.425,88
Itaigara	5.438,74
Pituba	5.742,30

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Nota: nesta tabela, estão relacionados apenas os 20 bairros com as menores e com as maiores rendas médias familiares *per capita*.

Como referido anteriormente, a pobreza e a riqueza têm aqui endereço muito bem definido. Ainda que alguns bairros pobres tenham conseguido manter-se nas chamadas áreas centrais, ou seja, infraestruturadas, a exemplo do Calabar – que, na década de 1980, travou uma intensa luta contra a sua expulsão (OLIVEIRA, 1988; ROCHA, 2008) –, tem-se em Salvador uma divisão muito clara e diferenciada em termos de apropriação do território.

Figura 3 – Renda média familiar *per capita* por bairro (2018-2020)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Os dados do QUALISalvador configuram a seguinte distribuição espacial dos bairros em termos de renda média familiar *per capita*:

- 41% (66 bairros) têm renda média familiar *per capita* inferior a um salário mínimo;
- 45% (72 bairros) têm de um a menos de dois salários mínimos;
- 4,5% (7 bairros) têm de dois a menos de três salários mínimos;
- 5% (8 bairros) têm de três a menos de quatro salários mínimos;
- 2% (3 bairros) têm de quatro a menos de cinco salários mínimos;
- 2,5% (4 bairros) têm de cinco a menos de seis salários mínimos.

Isso significa que, enquanto a população situada nas maiores faixas de renda reside principalmente na Área Urbana Consolidada

e na Orla Atlântica, onde se concentram os investimentos em infraestrutura urbana, os pobres estão no Subúrbio e no Miolo, áreas com grande precariedade na infraestrutura básica – iluminação pública, rede de distribuição de água, rede de coleta de esgoto, drenagem de águas pluviais e limpeza urbana – e na oferta de transportes, equipamentos de lazer e tantos outros serviços urbanos.

A análise da estrutura de renda de Salvador revela ainda uma grande diferenciação em termos de gênero e raça: temos aqui uma clara concentração de renda entre os homens brancos; em seguida, as mulheres brancas e os homens pardos e pretos, estando as mulheres pardas e, por fim, as pretas nas menores faixas de renda. Assim, a desigualdade econômica, característica marcante de Salvador, está fortemente relacionada às diferenças de gênero e de raça, sendo exemplo das referidas heranças colonial, escravista e patriarcal, devidamente funcionalizadas pelo padrão de desenvolvimento local e regional. (OLIVEIRA, 2011) Isso se traduz na seguinte situação, em termos de rendimento individual do responsável pela família: enquanto um homem branco recebe, em média, 5,1 salários mínimos por mês; uma mulher branca recebe 4,2; um homem pardo, 3,4; um homem preto, 2,8; uma mulher parda, 2,6; e uma mulher preta 2,3 salários mínimos por mês. Quando comparamos os dois extremos, nos deparamos com uma realidade na qual o homem branco ganha mais que o dobro do que ganha a mulher preta e pobre, que, via de regra, possui uma família mais numerosa.

Uma característica marcante da sociedade soteropolitana, ressaltada pela literatura e confirmada pelo QUALISalvador, como anteriormente registrado, é o fato de que a maioria das famílias pesquisadas é chefiada por pessoas autodeclaradas como do sexo feminino que, em geral, recebem os menores salários.

Como revelam os dados, a pobreza e a desigualdade em Salvador têm uma definição clara em termos de sexo/gênero e cor/raça. Os dados relativos à razão entre a renda média mensal *per capita* de famílias cujos responsáveis são do sexo feminino e a de famílias que têm como responsáveis pessoas do sexo masculino têm uma média de 0,79 para o conjunto da cidade e variam de 0,43 a 1,85 (Tabela 5, Figura 4).

Tabela 5 – Razão entre a renda média familiar *per capita* segundo sexo/gênero dos responsáveis pela família (feminino/masculino), por bairro (2018-2020)

Bairro	Razão renda média familiar <i>per capita</i>
Boa Viagem	0,430
Mussurunga	0,446
Arenoso	0,462
Barris	0,472
Calçada	0,484
IAPI	0,509
Lobato	0,514
Vitória	0,516
Itapuã	0,524
Boa Vista de Brotas	0,532
Cajazeiras IV	1,198
Jaguaripe I	1,200
Saúde	1,213
Periperi/Colina de Periperi/Mirante de Periperi	1,215
Pituba	1,221
Barra	1,233
Cassange	1,237

Bairro	Razão renda média familiar <i>per capita</i>
Ribeira	1,268
Piatã	1,273
Pituaçu	1,852

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

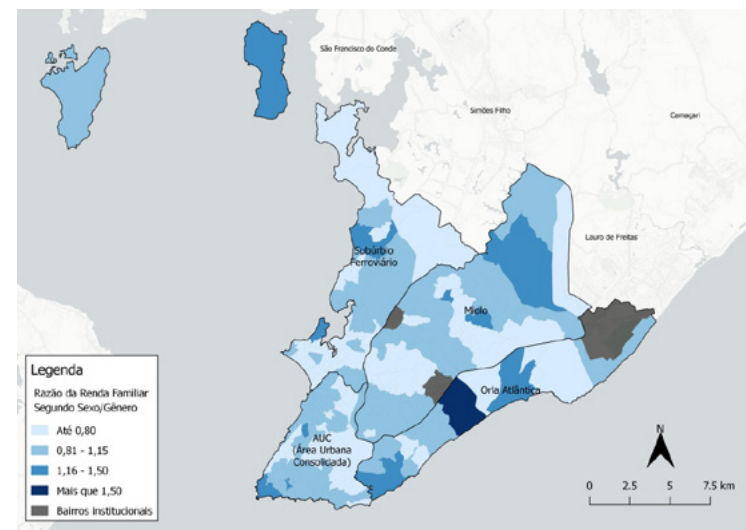
Nota: nesta tabela, estão relacionados apenas os 20 bairros com os menores e maiores resultados da razão entre a renda média familiar *per capita* segundo sexo/gênero (feminino/masculino).

As maiores diferenças entre rendimentos por sexo/gênero estão nos bairros de Boa Viagem, Mussurunga, Arenoso, Barris e Calçada, nos quais o rendimento familiar médio *per capita* das famílias sob a responsabilidade de mulheres corresponde a menos da metade daquelas cujos responsáveis se autodeclaram do sexo masculino.

Há, por outro lado, bairros nos quais essa relação se inverte, ou seja, a renda familiar *per capita* de grupos familiares com mulheres à frente é maior do que a de famílias cujos responsáveis são homens. Entre esses bairros, destacam-se Cajazeiras IV, Jaguaripe I, Saúde, Periperi/Colinas de Periperi/Mirantes de Periperi, Pituba, Barra, Cassange, Ribeira, Piatã e Pituaçu. Nesses bairros, a renda média familiar *per capita* das famílias chefiadas por mulheres ultrapassa em 20% a 27% a de famílias chefiadas por homens. No caso do bairro de Pituaçu, excepcionalmente, essa diferença é de 85%. Nos bairros onde os rendimentos dos responsáveis pela família enquadram-se nas duas faixas de renda mais baixas - “até um salário mínimo” e “de um até três salários mínimos” -, essa realidade se explica pelo maior número de pessoas colaborando com

o rendimento familiar nos casos em que a mulher figura como responsável pelo domicílio.¹⁴

Figura 4 - Razão entre a renda média familiar *per capita* segundo sexo/gênero dos responsáveis pela família (feminino/masculino), por bairro (2018-2020)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

No geral, as distinções entre os rendimentos segundo sexo/gênero perpassam todo o tecido social da cidade, indicando o caráter estrutural delas. Por fim, a pobreza e a desigualdade em Salvador têm uma clara marca distintiva em termos de cor/raça. Entre as mulheres responsáveis pela família que recebem até três salários mínimos,

14 Entre os bairros mencionados, não se enquadram nessa situação Pituba, Barra, Piatã e Pituaçu.

48,7% declaram ser negras¹⁵ e apenas 4,43% auferem renda mensal superior a dez salários mínimos. Essas mulheres estão predominantemente na faixa etária de 45 a 65 anos, possuem escolaridade de ensino médio completo e uma composição familiar com média de 3,3 membros, sendo parcela considerável dessa renda gerada por ocupações situadas no setor informal, vinculadas ao comércio e serviços, com destaque para os serviços domésticos.

A análise da razão entre a renda média familiar *per capita* segundo cor/raça dos responsáveis pela família (negros/brancos) por bairro revela uma diferença de 0,48 para o conjunto da cidade de Salvador, com uma variação de 0,07 para a Ilha dos Frades, 0,17 para o Calabar e até 3 para Granjas Rurais Presidente Vargas.

Tabela 6 – Razão entre a renda média familiar *per capita* segundo cor ou raça dos responsáveis pela família (negros/brancos), por bairro (2018-2020)

Bairro	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i>
Ilha dos Frades ¹⁶	0,07
Calabar	0,17
Fazenda Grande I	0,25
Águas Claras	0,26
Engenho Velho da Federação	0,26
Pau da Lima	0,28
Fazenda Coutos	0,32

15 A cor “negra” resulta do somatório dos indivíduos que se autodeclararam “pretos” com aqueles que se autodeclararam “pardos”. (IBGE, 2013)

16 Observam-se as limitações da amostra da Ilha dos Frades em texto de metodologia, o capítulo “Os caminhos de construção do Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)”. Nesse caso particular, o não registro de população que se autodeclara branca pode ser resultado da limitação da amostra na ilha.

Bairro	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i>
Santa Cruz	0,35
Candeal	0,35
Ribeira	0,37
São Marcos	1,58
Mangueira	1,59
Vila Canária	1,62
Jardim Cajazeiras	1,63
Cajazeiras II	1,67
Comércio	1,73
Nova Sussuarana	1,74
Jaguaripe I	1,92
Alto das Pombas	2,05
Granjas Rurais Presidente Vargas	3,00

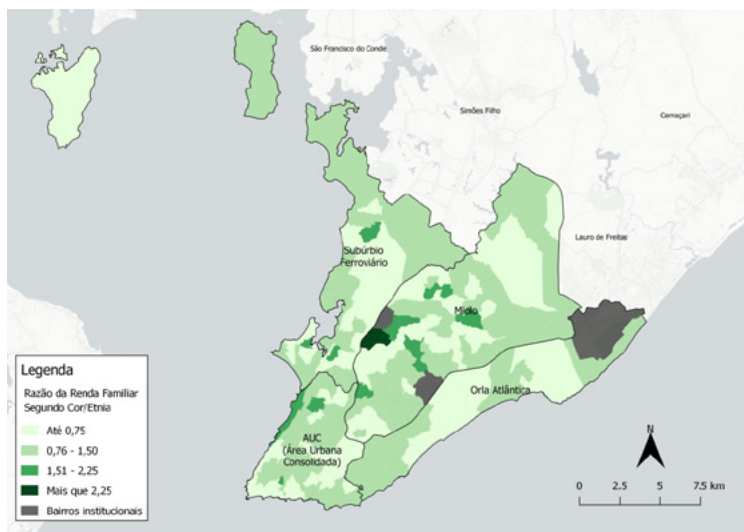
Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Nota: nesta tabela, estão relacionados apenas os 20 bairros com os menores e maiores resultados da razão entre a renda média familiar *per capita* segundo cor/raça (negro/branco).

As maiores diferenças de rendimento entre as famílias cujos responsáveis são negros em relação àquelas chefiadas por pessoas que se autodeclararam brancas não estão apenas nos bairros onde predomina a população situada nas faixas salariais mais altas. A espacialização desse indicador se dá a partir de um conjunto de razões que são mais complexas e variam a depender das características de constituição e perfil sociodemográfico de sua população. Como demonstra a Figura 5, a faixa 1 (até 0,75), por exemplo, congrega os bairros nos quais a renda média familiar *per capita* das famílias cujos responsáveis são negros é inferior em até 75% à

daquelas cujos responsáveis se autodeclararam brancos. Isso ocorre em razão do tamanho médio das famílias e do fato de que nem todos os seus componentes contribuem com a renda familiar.¹⁷ Desse modo, o cálculo da renda média *per capita* – renda familiar dividida pelo número total de membros da família – resulta em valores baixos.

Figura 5 – Razão entre a renda média familiar *per capita* segundo cor/raça dos responsáveis pela família (negros/brancos), por bairro (2018-2020)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

17 Essa justificativa não se aplica para os bairros do Candeal, Brotas/Horto Florestal, Itapuã, Ondina/Chame-Chame, Vitória, Jardim Armação, Patamares, Barra e Pituaçu, onde há, de fato, uma predominância de famílias de classe média e/ou alta cujos responsáveis se autodeclararam brancos.

A faixa 2 do mapa (0,76-1,50) é constituída por dois tipos de bairros: aqueles nos quais a renda *per capita* das famílias chefiadas por negros é menor do que a dos brancos, entre 76% e 99%; e aqueles em que a renda dos negros ultrapassa a dos brancos em até 50%. A realidade do primeiro conjunto é semelhante à dos bairros que compõem a faixa 1,¹⁸ tendo modificada apenas a grandeza com a qual a diferença da renda *per capita* se apresenta. Naqueles em que a renda *per capita* dos negros ultrapassa em até 50% a dos brancos, o contingente de famílias de negros nesses bairros é significativamente maior que o daquelas cujos responsáveis se autodeclararam brancos.

Nessa faixa, devemos destacar a presença do bairro da Graça, tradicionalmente ocupado por famílias brancas e de alta renda. Entretanto, é importante chamar a atenção para o fato de que, com o passar do tempo, alguns bairros residenciais da cidade de Salvador estão vivenciando uma reconfiguração no que diz respeito aos aspectos sociodemográficos dos seus residentes, tais como faixa etária, fonte de renda, cor/raça e até faixa de renda. Como a Graça é um bairro antigo, hoje, grande parte de sua população residente tem idade superior a 60 anos¹⁹ e declara possuir como principal fonte de renda a aposentadoria. As faixas 3 (até 1,51-2,25) e 4 (mais que 2,25) do mapa refletem um comportamento padrão e esperado do indicador, visto que a população desses bairros é majoritariamente negra.

18 Excetuando aqui os bairros Canela, Pituba, Piatã, Caminho das Árvores e Itaigara, onde há, de fato, uma predominância de famílias de classe média e/ou alta cujos responsáveis são brancos.

19 Com o processo de crescimento e modernização da cidade, as novas gerações tendem a migrar para novos bairros cujas construções residenciais oferecem estruturas com uma gama de equipamentos de lazer e uma configuração dentro da própria unidade residencial mais confortável e adaptada à rotina dessas novas famílias. Além disso, é também nesses novos bairros que se localiza grande parte das principais empresas da cidade, onde estão o trabalho, a escola e o local de lazer e consumo dessas famílias.

No conjunto, observa-se, em termos de padrão de renda na escala intraurbana, a reafirmação da histórica segregação socioespacial da Cidade da Bahia. Segundo dados do QUALISalvador, 43,72% dos responsáveis se declararam pardos e 39,38% se declararam pretos e, como afirmam Inaiá Carvalho e Gilberto Corso Pereira, os pretos e pardos estão na base da pirâmide social em Salvador. (CARVALHO; PEREIRA, 2006)²⁰ Quando se analisa a inserção socioproductiva dos responsáveis pela família, constata-se que a população negra, particularmente a preta, está situada, em geral, nas menores faixas de renda, desenvolvendo atividades no setor de comércio e de serviços com menor remuneração e qualificação. Proporcionalmente, os brancos ocupam as atividades de direção e estão no topo na estrutura de renda.

Percebe-se que, nas faixas mais altas de renda, a cor/raça é preponderante na determinação dos ganhos mensais dos indivíduos, enquanto nas faixas mais baixas o fator sexo/gênero tem maior peso. Como registrado anteriormente, não podemos deixar de destacar a enorme distância entre os dois extremos: o homem branco percebe uma renda média mensal que representa mais que o dobro da renda média recebida pela mulher preta.

Fica evidente, portanto, a desigualdade social sistêmica, de base multidimensional, em que diferentes inserções e identidades sociais contribuem, de forma combinada e sobreposta, para situar precariamente parcela significativa da população de Salvador, do ponto de vista social e econômico. Mesmo após os quase dois séculos de início dos movimentos feministas e dos mais de 130 anos de abolição da escravidão no país, marcas de elementos estruturais de uma sociedade patriarcal e escravista se reproduzem, se fazem presentes e alimentam

20 Segundo dados do Censo de 2010, 51,67% da população de Salvador se autodeclara parda; 27,80%, preta; 18,90%, branca; 1,34% amarela; e 0,28%, indígena. (IBGE, 2010)

o processo de acumulação na sociedade sotero-politana do século XXI. O capitalismo se alimenta e produz desigualdade e, na periferia, essa situação tem formas e cores muito marcantes e fortes. Ruffato (2013), falando da vida em São Paulo, em uma terça-feira qualquer, de um dia “nublado a parcialmente nublado”, de lua crescente, registra o quão difícil pode ser o cotidiano, a vida dos que são subjugados pelo trabalho e limitados pela pobreza. Em Salvador, a conjugação entre trabalho e precariedade pode ser ainda mais amarga.

Informalidade

Os dados sobre estrutura ocupacional e de renda indicam claramente o perfil do trabalho em Salvador, sendo um dos seus traços marcantes a informalidade, manifestada na forma de inserção produtiva dos chamados autônomos e também de um conjunto de trabalhadores empregados em condição de precariedade. É preciso deixar clara, então, a relação entre informalidade e precariedade do trabalho. Ao tratar desse tema, precisamos sobretudo começar lembrando um truismo: Salvador é, como tantas outras das nossas cidades, a cidade do trabalho. Como ressaltam Druck e Oliveira (2008, p. 6), na Cidade da Bahia, terra da arte e da cultura, trabalha-se – e trabalha-se muito –, entretanto parcela considerável desse trabalho se realiza, historicamente, em condições precárias:

A terra de tantos santos e orixás, da festa do Bonfim, da festa da senhora das águas, Yemanjá. Do carnaval dividido entre cordas e blocos que leva multidões às ruas de Salvador. Também é a terra de homens e mulheres que, ao contrário do que normalmente se propaga na mídia nacional (principalmente no Sudeste) e internacional, trabalha-se dia e noite, de segunda a domingo, feriados e dias santos, descendo e subindo ladeira, correndo da polícia ou

O ICT-Dieese varia entre 0 e 1 e é resultado da composição de três dimensões:

ICT-Inserção Ocupacional, ICT-Desocupação e ICT-Rendimento.

A análise do ICT de 2017 a 2019 revela uma variação conjuntural no índice de desocupação e do rendimento e, sobretudo, um aumento da precarização da inserção ocupacional, com a ampliação da ocupação informal. Em linhas gerais o ICT mostra a piora da situação do mercado de trabalho no conjunto do país nos últimos anos, com a estabilização em patamares mais baixos (1º tri. de 2017: 0,47; 2º tri. de 2017: 0,43; 3º tri. de 2017: 0,40; 4º tri. de 2017: 0,38; 1º tri. de 2018: 0,38; 2º tri. de 2018: 0,37; 3º tri. de 2018: 0,33; 4º tri. de 2018: 0,35; 1º tri. de 2019: 0,36; 2º tri. de 2019: 0,33; 3º tri. de 2019: 0,31; 4º tri. de 2019: 0,35). (DIEESE, 2020)

do ‘rapa’ para sobreviver, como é caso de tantas ‘Marias’ e ‘José’s’ que vivem da informalidade.

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, pesquisa feita em parceria pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e Dieese (SEI, 2020), mais de 45% da mão de obra ocupada de Salvador têm jornada de trabalho superior ao limite semanal de 44 horas previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).²¹ Essa jornada de trabalho vivenciada por grande parte dos soteropolitanos, caracterizada do ponto de vista da estrutura ocupacional, da renda, nas seções anteriores, traz a forte marca da informalidade. É certo que a referida situação de precariedade se acentua, de forma generalizada, no atual contexto de reestruturação produtiva – quando a precarização do trabalho se converte em estratégia generalizada de acumulação. Entretanto, é preciso lembrar que a situação incide sobre uma estrutura historicamente caracterizada pela precariedade do trabalho.²²

21 Em 2019, no município de São Paulo, o contingente foi de, aproximadamente, 30%, segundo dados da PED da Região Metropolitana de São Paulo (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2021), e em Porto Alegre, 18%. (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2018)

22 Dados da PNAD Contínua, do IBGE, para o período de 2012-2018, revelam o peso diferenciado da informalidade no país, diferença que resulta exatamente das formas particulares como as distintas regiões se inserem na divisão regional do trabalho e no processo de acumulação nacional. Segundo a referida fonte, “em 2018, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 59,2% na Região Norte e 56,3% na Região Nordeste. Por outro lado, as Regiões Sudeste e Sul, apresentaram proporções de, respectivamente, 35,6% e 29,0%. Maranhão (64,9%), Pará (64,8%) e Piauí (62,4%) foram as Unidades da Federação que apresentaram, em 2018, os maiores percentuais de trabalhadores em ocupações informais. Santa Catarina (22,7%), Rio Grande do Sul (30,4%) e Distrito Federal (31,0%) registraram as menores proporções de trabalhadores informais”. (IBGE, 2019) A Bahia apresenta um percentual de 56,7%. (IBGE, 2019) O conceito de informalidade aqui utilizado diz respeito a um conjunto de relações precárias, particularmente a ausência de proteção social, especificamente para os trabalhadores empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria. (DIEESE, 2021)

Dados de 2018 indicam que a taxa de informalidade no mercado de trabalho em Salvador é de 40,3% da sua população ocupada, o que equivale a 587 mil pessoas:

[...] isto significa dizer que, de cada dez trabalhadores soteropolitanos, quatro estavam na informalidade. Por sua vez, as mulheres representavam a maioria desse contingente – 63,3%, contra 37,7% do gênero masculino. Na capital baiana, os setores com os maiores índices de informalidade são serviços domésticos, alimentação e alojamento, cujos postos de trabalho culturalmente são ocupados majoritariamente por mulheres. (SEI, 2020, p. 14)

Desse modo, o trabalho informal, ou seja, o trabalho sem proteção, no caso de países da periferia do sistema, em proporções distintas, se constitui como regra. Recorrendo a Oliveira, essa é uma das formas de constituição desse ser ornitorrinco do capitalismo na periferia. Como ressaltam Druck e Oliveira (2008), é preciso, ainda, registrar a mudança do perfil do trabalho e do trabalho informal no atual contexto de reestruturação produtiva, o que produz impactos maiores em estruturas com forte herança escravista, como a de Salvador.

Segundo Druck e Oliveira (2008, p. 9), a associação entre informalidade e precariedade se manifesta de forma gritante nas ruas de Salvador: “assiste-se a uma nova configuração do trabalho informal nas ruas da cidade, altamente influenciada pelos impactos da reestruturação produtiva e da desestruturação do mercado de trabalho metropolitano”. Em pesquisa realizada com o trabalho informal de rua, os autores registram o encontro com a tradicional figura do ambulante, vendedor de produtos industrializados populares,

[...] morador do Subúrbio Ferroviário e que anda de transporte coletivo, mas também o ex-trabalhador do Polo Petroquímico de classe média, morador da Pituba, que diariamente estaciona

seu carro particular em frente à Igreja de São Bento para vender cachorro quente, ou ainda a arquiteta que deixou o 'atelier' para trabalhar com o transporte de crianças e adolescentes das principais escolas particulares, dos bairros nobres e de classe média da cidade. (DRUCK; OLIVEIRA, 2008, p. 9)

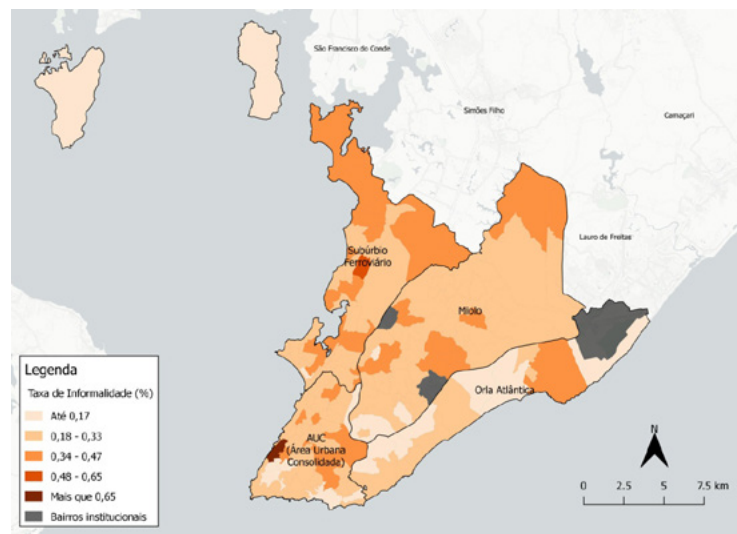
Como destacam os autores, recorrendo aos dados da PED/Dieese, o trabalhador informal em Salvador é sobretudo “homem, negro, casado, chefes de família, mais velhos, não-migrantes, moram em bairros populares e têm baixo nível de escolaridade”. São

vendedores ambulantes, motoristas, cabeleireiros, garçons, trabalhadores braçais, pedreiros, cozinheiras [...] que trabalham sozinhos ou com ajuda de familiares quase todos os dias da semana, com extensas jornadas de trabalho, acima do previsto na CLT e baixa remuneração. (DRUCK; OLIVEIRA, 2008, p. 8)

Como anteriormente afirmado, temos o registro de uma “pequena parcela bem mais qualificada e escolarizada que presta serviços mais sofisticados e especializados, principalmente para empresas, auferindo melhores rendimentos e constituindo uma ‘Elite de Informal’ na cidade de Salvador”. (DRUCK; OLIVEIRA, 2008, p. 8-10) Entretanto, o que caracteriza esse conjunto de trabalhadores é a vulnerabilidade da forma de inserção no mercado de trabalho, particularmente no que diz respeito ao acesso aos direitos de proteção social.

Segundo dados do QUALISalvador, 41,6% dos responsáveis pela família são trabalhadores informais, estão situados, prioritariamente, nas faixas de renda mensal de um a três salários mínimos, são majoritariamente do sexo masculino, são pretos e pardos e residem, principalmente, nos bairros populares localizados na Área Urbana Consolidada, no Subúrbio e no Miolo, com destaque para o Centro/Dois de Julho, Rio Sena, Nova Constituinte, Canabrava e São Tomé (Figura 6).

Figura 6 - Informalidade dos responsáveis pelas famílias por bairro (2018-2020)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Na tentativa de garantir a sua subsistência e de suas famílias, os trabalhadores informais são compelidos a realizar uma gama de atividades, estimulados, inclusive, pelo discurso do empreendedorismo - amplamente disseminado por meios de comunicação, por uma parcela do mundo acadêmico e por políticas públicas. Esse discurso, em geral, responsabiliza o trabalhador por sua condição de desemprego, dificuldade de recolocação, subemprego e baixa remuneração, afirmando que o sucesso, na aventura empreendedora, depende de cada um, da dedicação individual, da criatividade, capacidade de inovação; enfim, da capacidade de “reinvenção” e adaptação às “mudanças do mercado”. Essa artimanha tenta obscurecer as causas do desemprego, da precariedade do trabalho e da

informalidade. Esse discurso de cunho liberal, arraigado no senso comum, termina por vender ilusão e reproduzir a máxima de que “quem trabalha, Deus ajuda”.

Desemprego

O desemprego é um dos traços marcantes da economia de Salvador. Independentemente da metodologia de cálculo do desemprego, Salvador, ao longo do tempo, apresenta as maiores taxas entre as capitais brasileiras de forma sistemática:

[...] mesmo em períodos em que a economia brasileira e baiana apresentou elevados níveis de crescimento, a taxa de desemprego em Salvador permaneceu acima de 10,0%. Um exemplo disso é o ano de 2010, quando o Brasil teve uma taxa de crescimento do PIB de 7,5%, e a Bahia, de 6,1%. Em dezembro desse mesmo ano, Salvador registrou 12,6% de índice de desemprego. Destaca-se que esse foi o menor índice para uma série histórica dos dez anos anteriores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada em convênio pela SEI, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre-Bahia), Dieese e Fundação Seade. (SEI, 2020, p. 14)²³

23 Reportaremos aqui, para efeito de análise, aos conceitos de desemprego do IBGE e da PED/Dieese. De acordo com a metodologia utilizada pelo IBGE na PNAD Contínua, o desemprego, de forma simplificada, refere-se às pessoas com idade para trabalhar – acima de 14 anos – ofertando sua força de trabalho ao mercado que, na semana de referência da pesquisa, não estavam ocupadas. O IBGE pesquisa, portanto, apenas o desemprego aberto, ou seja, a situação daqueles que estão efetivamente procurando trabalho. O Dieese trabalha com os conceitos de desemprego aberto e oculto. O desemprego aberto se constitui na situação daqueles que estão desocupados, mas buscaram trabalho nos últimos 30 dias da data da pesquisa. O desemprego oculto é dividido em dois tipos: por trabalho precário e por desalento. O desemprego oculto por trabalho precário é a situação daqueles que, a despeito de estarem desenvolvendo algum tipo de atividade temporária, estão paralelamente realizando alguma providência, nos 30 dias anteriores à pesquisa, para conseguir trabalho. O desemprego oculto por desalento se caracteriza quando o indivíduo declara que possui disponibilidade atual para trabalhar, mas não

Dados da PED para maio de 2019, por exemplo, indicam:

[...] o município de Salvador apresentou uma taxa de 24,9% de desempregados em relação à População Economicamente Ativa (PEA), o equivalente a 489 mil pessoas. Desse total, 54% eram mulheres, e 46%, homens. O grupo etário com maior participação se encontrava entre 25 e 39 anos, representando 38% do total dos desempregados. E ao se analisar esse contingente considerando o recorte cor e raça, observa-se que os negros compunham 93% dos desempregados. (SEI, 2020, p. 15)

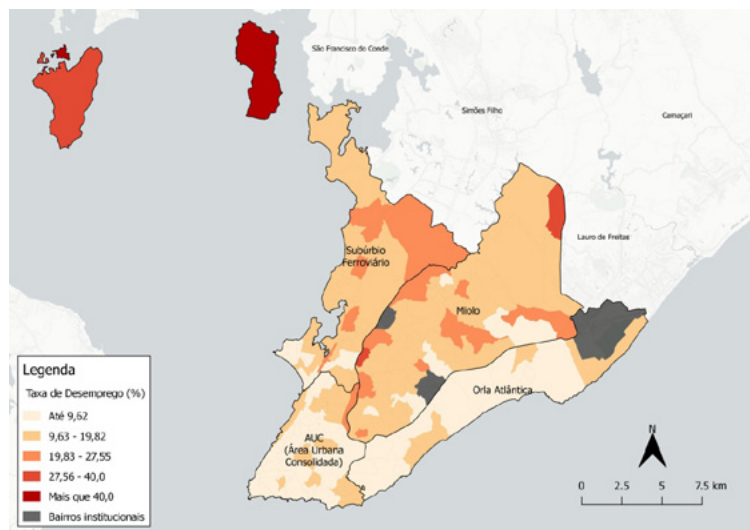
A capacidade dos setores dinâmicos da economia, tipicamente capitalistas, de absorver a mão de obra local sempre foi baixa, pelas características da própria economia, pelo perfil da mão de obra e pelo fato de que a lógica econômica, assim como as políticas econômicas, não é estruturada tendo como objetivo a geração de postos de trabalho. Segundo dados do QUALISalvador, Salvador possui 14% dos seus chefes de família na condição de desemprego.

A espacialização do desemprego dos responsáveis pelas famílias, ilustrada na Figura 7, mostra que as maiores taxas de desemprego situam-se nos bairros que compõem as regiões do Subúrbio Ferroviário e do Miolo, além das três ilhas, que possuem as maiores taxas de desocupação.²⁴

procurou trabalho efetivamente nos 30 dias anteriores à entrevista devido aos desestímulos do mercado ou por motivos circunstanciais de doença, problemas familiares ou falta de dinheiro para cobrir as despesas necessárias à procura. No entanto, a pessoa declarou procura ativa de trabalho nos últimos 12 meses e, no momento da entrevista, manifestou necessidade e disponibilidade para trabalhar. (DIEESE, [200-])

24 As Ilhas dos Frades, de Maré e de Bom Jesus dos Passos apresentaram taxas de desemprego dos responsáveis pela família na ordem de 40%, 59,62% e 75,96%, respectivamente.

Figura 7 - Desemprego dos responsáveis pelas famílias por bairro (2018-2020)



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Conclusão

Salvador, primeira capital do Brasil por mais de dois séculos, foi o centro econômico do país. O desenvolvimento e a modernização desencadeados a partir dos anos 1950 mudaram a cidade e sua região, porém mantiveram uma das marcas mais características do processo de constituição da cidade: a desigualdade e a pobreza. Retomemos, então, a questão que estrutura a nossa reflexão: por que, a despeito das transformações ocorridas na estrutura econômica, social e política, ao longo do último século, da tão louvada produção de riqueza e destaque regional, Salvador se mantém uma

cidade tão pobre e desigual? A resposta a essa questão situa-nos propriamente no campo da economia política, particularmente da implementação de projetos e modelos de desenvolvimento que beneficiam as elites, as quais, ao longo do tempo, enriqueceram com o trabalho escravo, com a apropriação privada e especulativa da terra e com o trabalho precário e barato de parcela significativa dos trabalhadores precarizados, informais e mal remunerados, que dão a tônica do mercado de trabalho local.

Todas essas transformações impactaram sobremaneira - como não poderia deixar de ser - as formas de apropriação da cidade, o seu arranjo socioespacial, a qualidade do seu ambiente urbano e a vida em Salvador. Nos dias de hoje, o tradicional sorvete da Cubana e os passeios pela Rua Chile - que a população pobre e negra vivenciou sobretudo como local de labuta, e não de lazer - fazem parte da memória de algumas gerações. A conformação socioespacial da capital continua sendo politicamente reorganizada a partir da perspectiva de classe, de gênero e de raça - as transformações na estrutura econômica foram forjadas por e para homens ricos e brancos, enquanto pobres, pardos, pretos e mulheres continuam à margem dos processos de decisão sobre a via da cidade.

Poderíamos afirmar que o atual contexto de flexibilização produtiva e de precarização do trabalho alcança todos, porém, em Salvador, em função da sua trajetória, esses elementos ganham um especial significado. A escala da pobreza e da desigualdade aqui, como demonstram os indicadores apresentados, quando associados ao acesso diferenciado a serviços de consumo coletivo e a investimentos públicos, é assustadora. A hegemônica prática neoliberal, que converte práticas, processos, classes, gêneros, raças e a própria cidade em mercadoria, torna a sobrevivência e a própria vida difíceis, nessa cidade de todas as cores, nessa cidade de Oxum.

Referências

- [ALVARÁ]. 1785. Disponível em: <http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/images/media/Junt%20da%20fazend%20COD439%20f27f27vf28.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Livros, 2016.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. A indústria na Bahia. *A Tarde*, Salvador, p. 2, 24 jan. 2021.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Capital imobiliário e desenvolvimento urbano. *Caderno do CRH*, Salvador, v. 26, n. 69, p. 545-562, 2013.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *Desigualdades raciais no espaço urbano*. Salvador: UFBA, 2019. Não publicado.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. Segregação Socioespacial e Dinâmica Metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (coord.). *Como anda Salvador*. Salvador: Edufba, 2006. p. 84-135.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: Edufba, 2008.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). Salvador: transformações na ordem urbana. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (coord.). *Metrópoles: território, coesão social e governança democrática*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2014.
- CARVALHO, Marcus J. M. Cidades escravistas. In: GOMES, Flávio S.; SCHWARCZ, Lília M. (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 162-169.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. *O ICT-DIEESE*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseict/2020/072020.html>. Acesso em: 27 dez. 2020.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. *Pesquisa de emprego e desemprego da Região Metropolitana de Salvador - PED*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. *Sistema PED: metodologia utilizada*. [São Paulo], [200-]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. *Revista VeraCidade*, Salvador, ano 3, n. 3, maio 2008. Disponível em: <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v3/images/veracidade/pdf/artigo1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *PED - Série Histórica Mensal*. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/publicacoes/ped-rmpa/serie-historica-mensal/>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *Pesquisa de emprego e desemprego da Região Metropolitana de São Paulo*. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/produtos/ped-rmsp/>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- GOMES, Flávio S.; SCHWARCZ, Lília M. (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 17 jan. 2021.

- GONZÁLEZ, Lélia. *O lugar do negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1981.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930-1964)*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- IBGE. *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Estudos e análise, n. 2).
- IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 jan. 2021.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: conceitos e métodos*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=26895&t=resultados>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Rio de Janeiro, [2018]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=2927408>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Berlim: Cobogó, 2019.
- MALCOLM X. *Há uma revolução mundial em andamento: discursos de Malcolm X*. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.
- MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste: planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. O estado e o urbano no Brasil. In: BARROS, Joana; SILVA, Evanildo Barbosa da; DUARTE, Livia (org.). *Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FASE, 2013. p. 69-75. (Caderno de Debates, 2). Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Caderno_de_Debates_2.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.
- OLIVEIRA, Nilce de. *A educação no movimento de moradores do Calabar*. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988.
- PEREIRA, Gilberto Corso; PEREIRA, Maria das Graças Gondim dos Santos. Expansão urbana e metropolitana de Salvador. SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). *Transformações metropolitanas no século XXI: Bahia, Brasil e América Latina*. Salvador: Edufba, 2016. p. 301-338.
- PEREIRA, G. C.; SILVA, S. B. M.; CARVALHO, I. M. M. (org.). *Salvador no século XXI: transformações demográficas, sociais, urbanas e metropolitanas, cenários e desafios*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

- PETROBRAS. *Refinaria Landulpho Alves*. Disponível em: <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-landulpho-alves-rlam.htm>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- POCHMANN, Marcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 89-99, 2020. Disponível em: <file:///D:/Downloads/Tend%C3%A2ncias%20estruturais%20do%20mundo%20do%20trabalho%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RISÉRIO, Antonio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.
- ROCHA, Vítor. Calabar: uma comunidade de resistência. *Jornal A Tarde*. Salvador, 28 fev. 2008.
- RUFFATO, Luis. *Eles eram muitos cavalos*. São Paulo: Schwarcz S. A., 2013.
- SAMPAIO, José Luis Panponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte 1891-1913*. 1975. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.
- SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SOARES, Antonio Mateus de C. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA. *Revista Geografias*, Belo Horizonte, p. 83-96, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/download/13265/10497/>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- SOUZA, Daniele Santos de. *Entre o “serviço de casa e o ‘ganho’”: escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA – SEI. *A economia de Salvador entre 2021 e 2030: tendências estruturais, análise conjuntural e resiliência setorial pós-pandemia*. Salvador: SEI, jul 2020. (Textos para Discussão, n. 19)
- TAVARES, L. H. D. A economia da Província da Bahia na segunda metade do século XIX. *Universitas*, Salvador, n. 29, p. 31-34, jan./abr. 1982.
- VIANNA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. *Memória sobre o estado da Bahia*. Bahia: tipografia e encadernação do Diário da Bahia, 1893. Disponível em: <https://archive.org/details/memriasobreosta00vian>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The end of what modernity? *Theory and Society*, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 471-488, Aug. 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/657881?seq=1>. Acesso em: 8 jan. 2021.

APÊNDICE

Razão entre a renda familiar média *per capita* segundo sexo/gênero e cor/raça dos responsáveis pela família e renda média mensal familiar *per capita* por bairro (2018-2020)

Bairro	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo sexo/gênero (feminino/masculino) dos responsáveis pela família	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo cor/raça dos responsáveis pela família (negros/brancos)	Renda média familiar <i>per capita</i>
Acupe	0,86	1,08	1.748,73
Águas Claras	1,04	0,26	948,88
Alto da Terezinha	0,74	0,84	730,58
Alto das Pombas	1,01	2,05	1.073,67
Alto do Cabrito	0,88	0,43	713,39
Alto do Coqueirinho	0,54	1,21	1.007,39
Amaralina	0,55	0,76	1.469,51
Areia Branca	0,58	0,65	890,49
Arenoso	0,46	0,57	728,09
Arraial do Retiro	0,74	0,69	765,24
Bairro da Paz	0,71	0,44	635,13
Baixa de Quintas	0,79	0,51	1.161,09
Barbalho	0,97	1,09	1.793,71
Barra	1,23	0,67	4.163,10
Barreiras	0,77	0,91	1.193,51
Barris	0,47	0,60	1.634,82
Beiru/Tancredo Neves	0,60	0,98	1.206,95
Boa Viagem	0,43	0,79	1.639,45
Boa Vista de Brotas	0,53	0,55	1.742,86
Boa Vista de São Caetano	0,99	1,36	913,80

Bairro	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo sexo/gênero (feminino/masculino) dos responsáveis pela família	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo cor/raça dos responsáveis pela família (negros/brancos)	Renda média familiar <i>per capita</i>
Boca da Mata	0,83	0,79	1.095,25
Boca do Rio	0,92	0,72	1.265,42
Bom Juá	0,90	1,11	834,85
Bonfim	0,54	0,68	1.445,85
Brotas/Horto Florestal	0,72	0,43	2.354,65
Cabula	0,84	1,39	1.555,52
Cabula VI	0,80	1,29	1.308,22
Caixa d'Água	0,65	0,62	1.535,38
Cajazeiras II	1,14	1,68	1.119,58
Cajazeiras IV	1,20	0,74	1.105,94
Cajazeiras V	0,62	1,51	1.009,74
Cajazeiras VI	0,68	1,55	782,93
Cajazeiras VII	0,74	1,27	989,87
Cajazeiras VIII	0,73	0,70	827,90
Cajazeiras X	1,07	1,50	949,31
Cajazeiras XI	0,80	0,93	903,86
Calabar	1,17	0,17	863,54
Calabetão	0,57	0,42	796,65
Calçada	0,48	0,80	1.131,69
Caminho das Árvores	0,98	0,95	4.661,13
Caminho de Areia	0,65	0,91	1.067,00
Campinas de Pirajá	0,74	0,70	758,13
Canabrava	0,89	0,58	1.075,33
Candeal	0,57	0,35	1.807,19
Canela	0,88	0,79	3.675,82
Capelinha	0,71	1,55	801,62

Bairro	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo sexo/gênero (feminino/masculino) dos responsáveis pela família	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo cor/raça dos responsáveis pela família (negros/brancos)	Renda média familiar <i>per capita</i>
Cassange	1,24	0,54	871,12
Castelo Branco	1,07	1,40	972,52
Centro Histórico	0,66	0,94	1.302,83
Centro/Dois de Julho	0,75	0,57	2.647,39
Chapada do Rio Vermelho	0,67	1,07	988,60
Cidade Nova	0,97	1,24	1.133,90
Comércio	0,82	1,73	848,88
Cosme de Farias	0,58	0,89	1.078,30
Costa Azul	0,83	0,87	3.345,20
Coutos/Vista Alegre	0,92	1,48	889,74
Curuzu	0,54	0,91	1.308,73
Dom Avelar	0,88	1,11	834,16
Doron	0,82	1,27	1.008,08
Engenho Velho da Federação	0,94	0,26	1.122,10
Engenho Velho de Brotas	0,70	1,16	1.053,55
Engomadeira	0,60	0,90	687,50
Fazenda Coutos	0,95	0,33	752,31
Fazenda Grande do Retiro	0,93	1,06	981,49
Fazenda Grande I	1,05	0,26	1.289,37
Fazenda Grande II	0,82	0,86	1.009,48
Fazenda Grande III	0,88	0,69	889,79
Fazenda Grande IV	0,85	0,96	981,46
Federação	0,86	0,78	2.704,43

Bairro	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo sexo/gênero (feminino/masculino) dos responsáveis pela família	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo cor/raça dos responsáveis pela família (negros/brancos)	Renda média familiar <i>per capita</i>
Garcia	0,96	0,94	1.943,73
Graça	0,96	1,16	5.425,88
Granjas Rurais Presidente Vargas	0,86	3,01	764,18
IAPÍ	0,51	0,58	1.087,20
Ilha de Bom Jesus dos Passos ²⁵	0,91	0,00	198,56
Ilha de Maré	1,17	1,45	229,71
Ilha dos Frades	0,93	0,08	654,76
Imbuí	0,92	0,76	2.397,97
Itacaranha	0,66	0,92	812,73
Itaigara	0,94	0,99	5.438,74
Itapuã	0,52	0,43	1.495,83
Itinga	0,69	1,30	860,09
Jaguaripe I	1,20	1,93	905,06
Jardim Armação	0,76	0,57	3.093,74
Jardim Cajazeiras	0,83	1,63	821,67
Jardim das Margaridas	0,68	0,91	1.440,71
Jardim Nova Esperança	0,60	1,18	650,40
Jardim Santo Inácio	0,84	0,69	779,66
Lapinha	1,12	0,96	1.333,25
Liberdade	0,85	0,88	1.190,31
Lobato	0,51	1,17	856,45

²⁵ O valor de zero justifica-se por não ter sido registrada a autodeclaração de "branco".

Bairro	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo sexo/gênero (feminino/masculino) dos responsáveis pela família	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo cor/raça dos responsáveis pela família (negros/brancos)	Renda média familiar <i>per capita</i>
Luiz Anselmo	0,68	0,92	1.329,95
Macaúbas	0,83	0,73	1.117,82
Mangueira	0,54	1,59	858,19
Marechal Rondon	0,99	0,92	888,07
Mares	0,55	0,75	917,37
Massaranduba	0,60	0,50	933,58
Mata Escura	0,75	0,51	824,42
Matatu	0,70	0,85	1.905,54
Monte Serrat	0,82	0,87	1.244,10
Moradas da Lagoa	0,66	0,90	699,84
Mussurunga	0,45	1,29	1.324,01
Narandiba	1,09	1,09	977,98
Nazaré	0,95	0,93	1.792,97
Nordeste de Amaralina	1,14	0,92	1.190,02
Nova Brasília	0,73	0,72	732,01
Nova Constituinte	0,65	1,58	676,97
Nova Esperança	0,88	0,99	665,62
Nova Sussuarana	0,61	1,74	920,72
Novo Horizonte	0,75	1,20	994,19
Novo Marotinho	1,01	1,01	817,26
Ondina/Chame-Chame	0,84	0,48	3.883,95
Palestina	0,56	1,42	943,83
Paripe	0,76	0,97	928,27
Patamares	0,54	0,64	5.157,45
Pau da Lima	0,84	0,28	916,28
Pau Miúdo	0,64	0,82	1.186,69

Bairro	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo sexo/gênero (feminino/masculino) dos responsáveis pela família	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo cor/raça dos responsáveis pela família (negros/brancos)	Renda média familiar <i>per capita</i>
Periperi/Colina de Periperi/Mirante de Periperi	1,21	0,60	971,42
Pernambués	1,09	0,59	1.115,24
Pero Vaz	0,83	0,46	1.151,45
Piatã	1,27	0,92	3.410,81
Pirajá	0,97	0,65	1.093,40
Pituaçu	1,85	0,70	1.480,45
Pituba	1,22	0,81	5.742,28
Plataforma/Ilha Amarela	0,97	1,23	1.001,82
Praia Grande	0,95	1,48	1.239,67
Resgate	0,99	0,66	1.707,65
Retiro	0,85	1,00	715,59
Ribeira	1,27	0,37	1.308,06
Rio Sena	0,84	0,42	1.033,26
Rio Vermelho	0,81	1,17	3.713,90
Roma	0,56	1,47	1.711,51
Saboeiro	0,90	0,95	1.295,06
Santa Cruz	0,75	0,35	1.064,59
Santa Luzia	0,75	0,73	669,13
Santa Mônica	0,64	1,09	1.367,59
Santo Agostinho	0,85	0,79	1.993,47
Santo Antônio	0,83	0,80	2.298,51
São Caetano	0,78	0,46	1.023,26
São Cristóvão	1,02	0,87	968,41
São Gonçalo	1,00	1,54	899,43

Bairro	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo sexo/gênero (feminino/masculino) dos responsáveis pela família	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo cor/raça dos responsáveis pela família (negros/brancos)	Renda média familiar <i>per capita</i>
São João do Cabrito	0,84	1,29	999,45
São Marcos	0,81	1,59	1.022,68
São Rafael	0,87	0,76	1.370,51
São Tomé	0,79	1,23	746,07
Saramandaia	0,67	1,23	696,59
Saúde	1,21	1,08	1.497,57
Sete de Abril	1,02	0,73	1.028,59
Stella Maris	1,12	0,77	3.389,67
Stiep	0,77	1,29	3.442,60
Sussuarana	0,54	1,27	944,44
Tororó	0,96	1,04	1.432,96

Bairro	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo sexo/gênero (feminino/masculino) dos responsáveis pela família	Razão entre a renda média familiar <i>per capita</i> segundo cor/raça dos responsáveis pela família (negros/brancos)	Renda média familiar <i>per capita</i>
Trobogy	0,69	0,98	1.429,81
Uruguai	0,59	1,22	929,30
Vale das Pedrinhas	0,94	1,33	1.025,54
Vale dos Lagos	0,95	1,02	1.232,43
Valéria	0,66	1,31	773,99
Vila Canária	0,74	1,63	821,62
Vila Laura	1,02	1,10	2.665,64
Vila Ruy Barbosa/ Jardim Cruzeiro	0,97	0,52	1.110,71
Vitória	0,52	0,50	4.385,77
Média para Salvador	0,797	0,48	1.409,77



CARTOGRAFIA DO HABITAR EM SALVADOR

Julio Cesar Pedrassoli

Laercio Santos

Mateus Santos

São múltiplas as interpretações que a expressão “habitar Salvador” pode suscitar, interpretações que tentam traduzir e representar realidades. Ao verbo “habitar”, é possível atribuir vários significados. O que não é possível, sendo prudente, é reduzi-lo ao ato de ocupar, de se apropriar do espaço físico, da terra, da terra urbana. A noção de habitar sempre vai além da dimensão propriamente material de apropriação do território, ainda que ele seja concebido como um conjunto de relações. (SANTOS, 1988)

Diversas são as áreas do conhecimento que têm se debruçado sobre o habitar e muitos são os olhares que incidem sobre ele. Na condição de verbo, a ação de habitar supõe permanência, duração e produção de narrativas de vida. O habitar requer a construção e o cultivo de relações de vizinhança e a construção, individual e coletiva, de memórias. (COSER, 2016)

O espaço habitado não é mero coadjuvante nessa relação intrínseca do verbo habitar, e é sabido que, graças à nossa capacidade de interagir com o ambiente e de criar tecnologia, modificamos e somos modificados pelo território no qual estamos inseridos. Milton Santos (1988) nos remete à dimensão biológica da relação entre homem e natureza ao refletir sobre nossa capacidade adaptativa, às vezes às condições naturais mais extremas, como também à dimensão propriamente social da nossa inserção no mundo. A noção de espaço habitado se altera conforme a modernidade se consolida, e é sobretudo a partir da metade do século XX que uma verdadeira revolução urbana, tardia nos países do que então era chamado de Terceiro Mundo, modifica as formas de habitar. (SANTOS, 1988)

A análise de Milton Santos mostra que, a partir da segunda metade do século XX, a população urbana quintuplicou. Na nossa

periférica Salvador, até 1940, a população da cidade crescia em um ritmo lento, totalizando aproximadamente 290 mil habitantes. Nos anos 1980, a população já havia chegado aos 1,5 milhão de habitantes, embalada pelo crescimento urbano industrial da Região Metropolitana. (CARVALHO; PEREIRA, 2008) A cidade de Salvador, hoje, já soma 2,9 milhões de habitantes e é a quarta cidade mais populosa do país. (IBGE, 2019) O crescimento demográfico vertiginoso, ao longo de menos de um século, não resultou, necessariamente, em uma sociedade melhor para se viver. A consequência desse processo de urbanização se expressa diretamente na qualidade do habitar.

O habitar o ambiente urbano deve ser compreendido como um ato de resistência, adaptação e transformação. Habitar significa enfrentar intempéries do meio natural, mas, sobretudo, significa adequar-se a um ambiente artificial, a um meio geográfico artificial.¹ Antes de falar em resistência e adaptação aos desafios da vida urbana, é necessário se reportar a alguns problemas enfrentados pelas cidades. Voltaremos nossos olhos para a Cidade da Bahia da segunda década do século XXI, tentando compreender o significado de habitar em Salvador através do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador), que realizou uma pesquisa de caráter multidisciplinar, bairro a bairro, na cidade. Por ora, passearemos por algumas questões que conformam o habitar nos dias atuais.

1 Discutindo os múltiplos significados do meio geográfico artificial, Milton Santos nos reporta às cidades no início dos tempos modernos, que ainda contavam com uma paisagem natural, e chama a nossa atenção para o fato histórico de como o meio urbano torna-se cada vez mais artificial, com resquícios de paisagem primitiva encobertos pelas obras antrópicas. (SANTOS, 1988)

Lugar de morar: degradação ambiental, segregação e exclusão

Milton Santos, intelectual baiano perspicaz e atento às mudanças na virada do século XX para o XXI, chama a atenção para o fato de que adentramos em um tempo no qual a transformação do espaço se acelera e gera situações-limite irreversíveis. (SANTOS, 1988) O conceito de espaço de Santos aqui utilizado diz respeito ao conjunto indissociável de materialidade, seja natural ou artificial, e de ações, afetado também pela relação de temporalidade, na qual novos objetos e ações se somam e modificam a totalidade. (SANTOS, 2008) Essa tendência gera situações de insustentabilidade do ponto de vista da degradação dos elementos da natureza, como aponta Kowarick (2000, p. 54): “A crise não é só financeira. Devastação ambiental, contaminação hídrica e dilapidação de pessoas, paroxismo de urbanização predatória: ‘é manancial, mas tem povo’”. São as tensões entre classes e meio ambiente que gestam um conjunto de desequilíbrios que são a regra no processo de reprodução das cidades nos tempos de hoje.

Como já dito, esses fenômenos se ampliam nas nossas cidades. No caso de Salvador, uma cidade de capitalismo periférico, a exemplo de outras capitais latinas, sua rápida e recente ocupação do solo gerou um processo de segregação e exclusão. Tal ocupação avançou rapidamente entre os anos de 1925 e 1991 e sua conformação foi resultado da apropriação da terra por agentes públicos e privados, ao sabor de interesses pouco legítimos, o que, como efeito, gerou segregação e exclusão. (CARVALHO et al., 2014; SOUZA, 2008)

Esse processo de reprodução das cidades de capitalismo periférico se traduz no que Kowarick (2000, p. 22) define como espoliação urbana:

Um somatório de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente

necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho, ou o que é pior, da falta deste.

Não é difícil perceber as consequências desse padrão de reprodução da cidade, de espoliação urbana, quando se constata que a ocupação qualificada como irregular e/ou informal se espalha na maior parte do território soteropolitano – até o final do século XX, correspondia a 32,4% do total de habitações da cidade de Salvador. São enquadradas nessa categoria as habitações em ocupações coletivas qualificadas como invasão ou loteamentos, realizados pelo proprietário da gleba urbana, porém à revelia das normas urbanísticas vigentes. (SOUZA, 2008) Dados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para enfrentamento da Covid-19 divulgados em 2020 apontam que 41,83% dos domicílios soteropolitanos são inadequados, de acordo com os parâmetros de adequação reconhecidos pelo órgão. (IBGE, 2020a) Com parcela considerável da população situada nas menores faixas de renda, a ocupação considerada como “irregular” é mais regra que exceção, destacando-se a autoconstrução como estratégia de moradia em situações de insegurança fundiária e risco ambiental.

É preciso lembrar que as soluções do “faça você mesmo” oferecidas pela autoconstrução se moldam a partir do sobretrabalho gratuito do trabalhador espoliado. “O tempo livre” acaba, assim, integrando os processos de produção da cidade. (KOWARICK, 2000) É importante pontuar que as relações entre acesso à terra, condições de habitabilidade e espoliação determinam, por vezes, o que Kowarick (2000) nomeia como subcidadão urbano, morador da suburbia. Adiante, discutiremos como se estruturam os distintos modos de habitar em Salvador a partir dos recortes de renda e raça, particularmente no que diz respeito ao acesso à terra urbana.

A fluidez da segurança e insegurança da posse da terra numa metrópole brasileira desigual

A condição da moradia está profundamente associada à forma de acesso à terra urbana. A discussão sobre a legalidade ou ilegalidade em termos da ocupação da terra, que se expressa em termos como “invasão”, está longe de ser imparcial e é profundamente marcada pela inserção social e pelos interesses do sujeito que profere o discurso e institui as regras do jogo da produção e reprodução das cidades.

Como a precariedade da moradia está associada à segurança da posse da terra e do imóvel? O que define as condições de legalidade ou de ilegalidade, de segurança e insegurança do habitar? Quem as define? Nesse caso, é preciso destacar o significado da ação do Estado como ente regulador e o fato de que o planejamento, ao ordenar, também segrega e exclui. Nas cidades brasileiras, são facilmente reconhecíveis os territórios “legais” ou “ilegais” quando olhamos para a paisagem urbana – ainda que a invasão de “colarinho branco” seja uma realidade muito presente nas nossas cidades.

O desenho e a morfologia urbanos nos dizem o que é ordenado a partir da legislação urbanística e o que é ocupado a partir da lógica da necessidade – o que certamente envolve muita criatividade, mas também precariedade. São lógicas e processos diferentes, às vezes complementares, que constroem a mesma cidade. Enquanto a primeira é formal e burocrática, a segunda é regida pelos imperativos da informalidade. (ROLNIK, 2019, p. 186) Contudo, relembra-nos Rolnik (2019), esses processos de produção da cidade não podem ser compreendidos apenas a partir de uma lógica estritamente econômica ou da racionalidade de um planejamento que determina o que está dentro e fora da lei. Existem também vários outros fatores determinantes no processo de produção da cidade, a exemplo do étnico-cultural, que definem o que é permitido ou proibido nas

formas de morar inseridas em determinados contextos socioculturais. (ROLNIK, 2019) Em Salvador, as áreas ocupadas sobretudo pelas parcelas mais pobres e negras da população foram denominadas “invasões”, que deram origem a bairros inteiros. Hoje, muitas dessas áreas estão inscritas nas regulamentações urbanísticas como Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis),² se confundem com o próprio desenho de Salvador e constituem o que denominamos de bairros populares. Os contrastes e a convivência dos extremos, do ponto de vista da ocupação e das formas distintas de moradia, podem ser observados na figura a seguir.

Figura 1 – Os contrastes: Vitória (verticalizada em edifícios de alto padrão construtivo) e Gamboa (moradias do tipo casa de baixo padrão construtivo), Salvador



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

2 “Art. 20. As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS são destinadas à regularização fundiária – urbanística e jurídico-legal – e à produção, manutenção ou qualificação da Habitação de Interesse Social – HIS e da Habitação de Mercado Popular – HMP”. (SALVADOR, 2016)

Os contrastes revelam as diversas formas de morar inscritas na realidade urbana brasileira, porém nem a riqueza nem a pobreza são homogêneas. As soluções de moradia construídas pelos moradores não podem ser distanciadas da problemática relativa ao modo como as diferentes classes ou segmentos de classe, atravessados por recortes étnico-raciais, se apropriam do espaço e da terra na cidade.

Em uma cidade negra como Salvador, os lugares de moradia dos brancos e dos negros estão bem demarcados pela segurança ou insegurança da posse, pela qualidade ou precariedade da habitação. É necessário pensar cor e classe como uma relação simbiótica e determinante na definição do lugar de moradia e na cidade. Carvalho e Pereira (2008, p. 94) traduzem essa realidade a partir dos dados do censo de 2000 sobre a cidade de Salvador:

Como a posição na estrutura social e a apropriação do espaço urbano são estreitamente articuladas, o território metropolitano termina por assumir diferentes ‘cores’. A área central de Salvador (onde ficam bairros como Barris, Graça e Canela) e a faixa da Orla Atlântica que vai de Salvador a Lauro de Freitas, onde se concentram as oportunidades de trabalho, a maior parte dos equipamentos urbanos e os espaços classificados como superiores e como médio superiores constituem as áreas residenciais privilegiadas da parcela branca da população. Ela está especialmente sobre representada nos espaços superiores da Barra, Graça, Campo Grande/Canela e Pituba, onde os brancos chegam a 69,1%, 69,7%, 68,5% e 65,7%, enquanto os pretos não passam de 5,9%, 4,4%, 7,0% e 5,0%. Já os pretos e pardos se abrigam predominantemente em áreas do tipo popular ou popular-inferior do Miolo e do Subúrbio (como Cajazeiras, Fazenda Grande, Tancredo Neves, Coutos, Plataforma, Periperi, Lobato ou Paripe), de uns poucos enclaves do centro e da orla (Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Liberdade,

Nordeste de Amaralina e Bairro da Paz, por exemplo), muitas vezes em sítios acidentados e desfavoráveis.

Os dados do QUALISalvador de 2018 a 2020 confirmam o quadro anteriormente descrito, indicando uma clara concentração da população que se autodeclara negra nas áreas do Miolo e no Subúrbio Ferroviário. Nos bairros qualificados como periféricos – ou seja, com baixos investimentos em serviços e infraestrutura urbana – e sujeitos a riscos ambientais, como deslizamentos, reside a maior parte da população que se autodeclara negra. A população que se autodeclara branca reside, em sua grande maioria, na Área Urbana Consolidada e na Orla Atlântica. De fato, percebe-se, através da literatura, de dados secundários e dos resultados do QUALISalvador, que nenhum desses territórios é homogêneo. As “invasões” e os “parcelamentos informais” sempre se fizeram presentes nos interstícios das chamadas áreas nobres, porém, progressivamente, essa população foi sendo expulsa para as áreas mais periféricas. Muitas pessoas resistiram e conseguiram se manter vizinhas dos bairros onde reside a população situada nas faixas de renda média e alta, como no Chame-Chame, em Ondina e em Amaralina. (SOUZA, 2008)

Para fazer uma análise do habitar em Salvador e construir uma cartografia da precariedade, é importante revisar os critérios que definem uma habitação abaixo dos padrões mínimos.

Favela, subnormal, precário e popular: os vários nomes do habitar

As várias denominações que buscam conceituar a habitação precária têm sido tema constante de reflexão e objeto de preocupação, de pesquisa e de política de organizações, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o IBGE e órgãos de gestão em várias escalas.

O direito à moradia é reconhecido pela Constituição brasileira de 1988, porém, apesar do reconhecimento e da implementação de políticas públicas no campo habitacional, a construção de cidades menos desiguais, para morar dignamente, continua a ser um grande desafio para as cidades contemporâneas.

Uma expressão comum do tecido urbano precário, onde o direito à moradia digna é recorrentemente violado, são as favelas, presentes em grande escala no Sul global, na América Latina, especialmente no Brasil. A referência e a definição de favela não são unânimes no meio acadêmico, social e político, no entanto o conceito utilizado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)³ vem sendo amplamente adotado na identificação de áreas e domicílios com algum grau de precariedade em todo o mundo. Em muitas situações, os conceitos de favela e de ocupação subnormal se equivalem, variando em alguns aspectos a caracterização de cada um dos termos. A UN-Habitat (2003), de acordo com revisão de definições usadas por governos nacionais e locais, define um assentamento humano em favela a partir das seguintes características:

- a) Acesso inadequado quanto à água potável;
- b) Acesso inadequado quanto à infraestrutura básica;
- c) Moradia de baixa qualidade estrutural;
- d) Adensamento excessivo;
- e) Insegurança da posse.

No Brasil, os principais estudos voltados à identificação de domicílios precários, em geral em áreas genericamente caracterizadas como favelas, têm como base as definições da ONU

3 Ou UN-Habitat, do inglês The United Nations Global Reports on Human Settlements.

ou adaptações dela para os dados locais disponíveis, a exemplo do que se qualifica como Aglomerados Subnormais (AGSN), mapeados pelo IBGE (2019), definidos como áreas onde existam: “(a) inadequação de um ou mais serviços, a saber: abastecimento de água, fornecimento de energia, coleta de lixo, destino de esgoto e/ou (b) padrão urbanístico irregular e/ou (c) restrição de ocupação do solo”.

Os AGSN são identificados pelo IBGE com base nos critérios a seguir:

- a) Ocupação ilegal da terra ou ocupação com título obtido recentemente, ou seja, há dez anos ou menos;
- b) Urbanização fora dos padrões vigentes - vias de circulação estreitas, lotes irregulares e construções não regularizadas pelo poder público - e/ou precariedade no acesso aos serviços públicos essenciais.

A principal diferença metodológica na adaptação do IBGE é que, apesar de considerar dimensões e aspectos muito similares aos da ONU-Habitat, o IBGE recorre ao critério de regularidade fundiária como referência e, a partir disso, define a base inicial do que é qualificado como AGSN. A partir de então, outras variáveis são agregadas. A ONU-Habitat indica que, independentemente da situação cumulativa, o enquadramento em um dos cinco critérios já classifica um domicílio como pertencente à condição de favela.

Similarmente, a Fundação João Pinheiro traça uma metodologia para mensurar a precariedade dos domicílios próprios urbanos através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), nomeando-a como “inadequação do domicílio” ou “habitação inadequada”:

As habitações inadequadas [são aquelas que] não proporcionam condições desejáveis de habitação, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades. Pelo conceito adotado, são passíveis de serem identificadas somente as inadequações localizadas em áreas urbanas. As áreas rurais não são contempladas, pois apresentam formas diferenciadas de adequação, não captadas pelos dados utilizados. São também excluídos do estoque a ser analisado os domicílios inseridos em alguma das categorias do déficit habitacional. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018, p. 25)

Do ponto de vista operacional, os seguintes critérios são utilizados pela Fundação João Pinheiro (2018) para a definição de habitação inadequada:

- a) Carência de ao menos um dos serviços básicos: iluminação elétrica, abastecimento de água com canalização no domicílio, rede de esgotamento ou fossa séptica e coleta de lixo;
- b) Adensamento excessivo, considerando-se acima de três moradores por dormitório;
- c) Inadequação fundiária, considerando-se a não posse ou posse parcial do terreno;
- d) Cobertura inadequada;
- e) Inexistência de banheiro ou sanitário exclusivo.

Apesar da coincidência de critérios na definição de AGSN e inadequação habitacional, no caso da última, os aspectos relacionados não são cumulativos, nem se atêm a características físicas predefinidas, podendo incorporar, por exemplo, os chamados cortiços.

As definições de áreas urbanas precárias adotadas no Brasil vêm sofrendo críticas relevantes. Em muitas situações, o objeto

conceituado é o imóvel e o seu entorno e, em tantas outras, a qualificação se aplica sobretudo ao conjunto do território. Em muitos casos, os termos “favela”, “subnormal”, “precário” e “popular” são compreendidos como sinônimos. Ademais, um imóvel pode ser precário e estar fora de área definida como favela ou subnormal, por exemplo, assim como um imóvel adequado pode se localizar no interior de uma área qualificada como favela.

Catalá (2020) analisa as condições de inadequação dos setores censitários nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, demonstrando que setores com condições similares de inadequação habitacional aos imóveis inseridos em AGSN, segundo os próprios critérios adotados na definição, ultrapassam a classificação construída pelo IBGE. A autora afirma que a localização urbana e a precariedade de serviços básicos podem, muitas vezes, qualificar melhor a habitação do que o enquadramento como habitação subnormal feito pelo IBGE. (CATALÁ, 2020)

Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), composta por 13 municípios, 94,9 % dos domicílios identificados pelo IBGE em 2010 como AGSN, estavam localizados na cidade de Salvador, o que equivale a 275.327 domicílios dos 858.887 pertencentes a Salvador em 2010 (32,1%) ou 881.532 das 2.644.211 pessoas (33,1%) residentes na cidade no mesmo período. Catalá (2020) aponta ainda que a RMS foi a que apresentou o maior número de setores “similares” a AGSN entre todas as regiões metropolitanas, totalizando, em 2010, 24,8% do total dos setores da RMS. Entende-se por setores similares aqueles que, mesmo não sendo classificados pelo IBGE como AGSN, possuem características de inadequação habitacional muito parecidas. Somando os setores similares e subnormais na RMS, a proporção total desses tipos em relação ao total de setores é de 52,1% em 2010 – proporção que situa a RMS atrás apenas da região metropolitana de Recife, que ultrapassa os 70%. (CATALÁ, 2020)

Em 2019, o IBGE atualizou a estimativa de domicílios em AGSN, e em Salvador o número saltou de 275.327 para 375.291, um aumento de 26,63%, o que sugere que, nessa estimativa mais atual, estão incluídos também os setores considerados similares. Isso significa que mais da metade dos domicílios ocupados em Salvador têm algum grau de inadequação. Pressupondo-se que a média de 3,2 pessoas por domicílio em AGSN não tenha se alterado entre 2010 e 2019, temos hoje uma população estimada de 1.200.931 pessoas vivendo em condições de inadequação habitacional na cidade, ou seja, 41,83% do total da população soteropolitana.

É sempre polêmica a tentativa de conceituação da habitação da moradia. Seus vários conceitos e nomes – favela, subnormal, precário ou mesmo popular – são variações em torno de um fenômeno que é recorrente nas nossas cidades: a precariedade das condições do habitar em contextos de espoliação urbana e de segregação socioespacial. A partir das referências conceituais aqui apresentadas, das discussões e reflexões críticas sobre a efetividade dos métodos de classificação e representação dessa realidade, sugerimos a construção de uma cartografia da habitação, tendo como referência a pesquisa realizada no QUALISalvador.

A construção de uma cartografia da habitação: a mensuração da habitabilidade em Salvador

Uma das referências empíricas e teóricas sobre a problemática da habitação em Salvador é o trabalho de Souza, como mencionado anteriormente. A autora fez um cuidadoso levantamento das condições de moradia a partir de dados da Prefeitura Municipal de Salvador e do Censo Demográfico do IBGE. Souza (2008) considera um conjunto de requisitos urbanísticos para explicar uma proposta de categorização de padrões de habitabilidade, quais sejam:

[...] existência de registro municipal SUCOM-PMS [hoje transformada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo, a Sedur], implicando legalidade fundiária, sistema viário adequado (acessibilidade, dimensionamento, pavimentação); existência de infraestrutura coletiva (rede elétrica e saneamento); tamanho do lote mínimo, conforme legislação; existência e dimensionamento adequado de áreas de equipamentos e áreas públicas básicas, como áreas verdes e de lazer; qualificação quanto a conservação e situações topográficas de risco no ambiente construído, em seu conjunto. (SOUZA, 2008, p. 231)

Para definir a precariedade, de acordo com os atributos citados, a autora trabalhou com parcelamentos fora dos padrões exigidos pelas normas em vigor, insuficiência de equipamentos coletivos, de infraestrutura, de áreas públicas e verdes, além de problemas de conservação dos atributos já existentes e condições topográficas desfavoráveis para a implantação da habitação. Além de “precário”, o referido estudo trabalha com as categorias “bom”, “regular” – uma mesclagem de atributos de “bom” e “precário” – e “insuficiente”, quando as áreas não atendiam às condições mínimas de habitabilidade, com lotes abaixo do mínimo e em situação de risco, por exemplo. (SOUZA, 2008)

O estudo de Souza (2008) é um importante levantamento sobre as condições de habitabilidade em Salvador. Os resultados mostraram que, no final do século passado, Salvador apresentava apenas 33,56% das áreas da cidade com boas condições de habitabilidade. Essas áreas, quase como regra, correspondiam às regiões da Orla Atlântica e sul da área de ocupação antiga – bairros como Graça, Barra e Vitória. Já as áreas que apresentaram maior grau de precariedade correspondiam ao entorno de bairros como São Caetano e Liberdade e ao Miolo. Souza, ao aglutinar as categorias “regular”, “precário” e “insuficiente”, mapeou a precariedade habitacional em

Salvador e, segundo os dados trabalhados pela autora, 53,17% das áreas ocupadas na cidade eram consideradas deficientes em termos das condições de habitabilidade. Tal estudo mostra os “limites do habitar” na cidade de Salvador, explicitando a precariedade habitacional e as desigualdades de acesso a moradia.

Outro estudo relevante foi realizado por Pereira (2010) para mensurar as condições de habitabilidade em Salvador e Região Metropolitana. Através do Censo IBGE de 2000, foram coletados dados sobre padrão de moradia, infraestrutura, serviços urbanos e acesso a bens. Para compor a análise dos padrões de moradia, o autor utilizou os seguintes indicadores: habitação com até três cômodos; domicílios do tipo apartamento; propriedade do imóvel e da terra; déficit habitacional; relação entre número de banheiros e número de domicílios.

A partir dessas variáveis, Carvalho e Pereira (2008) categorizam como “superior verticalizada” as áreas com alto percentual de domicílios do tipo apartamento com mais de três banheiros; como “superior horizontal” as áreas com alto percentual de domicílios que não são apartamentos com mais de três banheiros; como “média”, “inferior” ou “inadequada” as áreas onde a relação banheiro/domicílio é menor do que um, ou seja, parte das habitações não tem banheiro; e como “precária” as áreas onde a relação banheiro/domicílio é menor do que um e onde existe um alto percentual de domicílios com até três cômodos.

Utilizando o recorte do setor censitário, o autor elabora uma tipologia habitacional para o território de Salvador. Na Orla, o que o autor denomina “cidade moderna”, e na área central, que denomina “cidade tradicional”, se concentram as habitações de alto padrão habitacional, enquanto no Subúrbio Ferroviário, no Miolo e em algumas áreas pontuais e descontínuas da Orla Atlântica e da Área Urbana Consolidada se concentra a maior parte das moradias precárias. (CARVALHO; PEREIRA, 2008)

As pesquisas envolvendo a qualidade habitacional feitas por Souza (2008) e Carvalho e Pereira (2008) mostram um retrato do habitar em Salvador com um intervalo de, aproximadamente, uma década. Em pouco mais de dez anos após o último levantamento, perguntamo-nos: qual a qualidade do habitar na Salvador do final da segunda década do século XXI? Para uma possível resposta à pergunta, fizemos uso dos dados do QUALISalvador, associando-os a dados secundários, produzidos pela Prefeitura Municipal de Salvador. Em sua totalidade, o QUALISalvador reuniu, em um levantamento realizado na escala de bairros, um banco de dados com 15.260 questionários aplicados nos 163 bairros da cidade.⁴ Foram selecionadas variáveis relativas à habitabilidade, de modo a criar o que qualificamos aqui como inadequação da habitação, a partir da metodologia utilizada no trabalho, já referido, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (2018) e relativo à inadequação dos domicílios urbanos.

A categorização a seguir apresentada se aproxima das variáveis definidas pela Fundação João Pinheiro (2018), quais sejam: infraestrutura, domicílios com acesso a rede de esgoto, rede de drenagem no logradouro do domicílio e adensamento excessivo utilizando como parâmetro até dois moradores por dormitório. Em relação à inadequação fundiária, recorreremos aos dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), através da geolocalização dos questionários em territórios de Zeis, por identificar áreas destinadas à regularização fundiária e, conseqüentemente, demarcar uma situação de insegurança da posse. O item relativo à cobertura inadequada foi substituído pela variável “salubridade do domicílio”, que diz respeito a habitações com revestimento das paredes internas e externas, aberturas para trocas de ar em todos os cômodos da casa e banheiro

⁴ Durante a coleta de dados, Salvador estava dividida em 163 bairros. Conforme Decreto Municipal nº 32.791, de 1º de setembro de 2020, a cidade atualmente conta com 170 bairros.

exclusivo – que foi referido na metodologia de coleta utilizada pelo QUALISalvador como “banheiro com todas as instalações sanitárias”.

As componentes da inadequação habitacional estão organizadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Componentes da inadequação habitacional

COMPONENTE	VARIÁVEL
Infraestrutura urbana e salubridade	Domicílios sem destino adequado dos esgotos
	Domicílios em logradouros sem rede de drenagem apropriada ou inexistente
	Domicílios insalubres
Condições sanitárias e adensamento domiciliar	Domicílios sem banheiro completo
	Domicílios sem abastecimento de água potável
	Domicílios com adensamento domiciliar excessivo
Segurança fundiária	Domicílios localizados em Zeis

Fonte: elaborado pelos autores com dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Outra diferença metodológica na elaboração do indicador de inadequação da habitação é a unidade espacial de análise. Enquanto a Fundação João Pinheiro, através dos dados da PNAD Contínua, faz uma análise das regiões metropolitanas brasileiras, adaptamos as nossas pesquisas para o ambiente intraurbano utilizando o bairro como menor unidade. Adiante, veremos as análises construídas sobre o habitar em Salvador a partir do QUALISalvador.

A inadequação habitacional: uma proposta de macrotipologia para Salvador

A partir da definição conceitual de inadequação habitacional, propomos um fluxo analítico e conceitual que agrupe as variáveis em

uma correlação estatística e, ao final, resulte em uma álgebra de sobreposição espacial de bairros clusterizados individualmente em cada dimensão. Entre os vários métodos de análise de dados multivariados, destaca-se a Análise de Componentes Principais (ACP), que está na base dos inúmeros métodos contemporâneos de análise multivariada. A ACP é uma análise exploratória que permite revelar a existência ou inexistência de amostras anômalas, a relação entre as variáveis medidas, bem como a existência de agrupamentos entre elas. Fazendo uma alusão à capacidade de percepção dos nossos sentidos, registra-se frequentemente a nossa limitação de compreensão em apenas três dimensões; em um índice estatístico, como a inadequação habitacional, há n dimensões. A ACP relaciona e processa essas matrizes de dados e as converte para uma nova dimensão matemática na qual podemos observar os agrupamentos de valores em diversas dimensões simultaneamente. De maneira simplificada, é como se olhássemos um caderno na exata altura de nossos olhos, entretanto com a capa paralela ao chão, de modo que não poderíamos afirmar muito sobre o referido objeto, dada a limitação dimensional. Entretanto, ao rotacionarmos o caderno colocando-o em algum ângulo entre 0 e 90 graus em relação ao solo, nossa avaliação e percepção sobre o objeto se altera e sobre ele podemos dizer muito mais. A ACP faz algo semelhante com os dados.

A aplicação da ACP, apresentada na Tabela 1, sobre os dados selecionados para compor o índice de inadequação habitacional do QUALISalvador mostrou, simplificada, que três dimensões são capazes de explicar mais de 70% da variância dos dados. Isso significa que os dados escolhidos e a amostra utilizada são significativos. Nessas três componentes, podemos observar como se correlacionam as variáveis, entendendo-se que quanto maior o valor da variável numa componente, maior sua tendência a ser computada como componente principal. As variáveis com maiores valores numa mesma

componente podem ser agrupadas como *clusters*, considerando o conhecimento prévio do problema por parte do pesquisador.

Tabela 1 - ACP: método de rotação Varimax com normalização Kaiser

VARIÁVEL	COMPONENTE		
	1	2	3
Drenagem	.789	.105	.092
Salubridade	.761	.212	-.068
Coleta de esgoto	.757	.208	-.070
Abastecimento de água	.144	.968	.011
Banheiro completo	.145	.968	.011
Adensamento domiciliar	.345	.417	.145
Domicílios em Zeis	-.153	.127	.899

Fonte: elaborada pelos autores com dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

O que a ACP demonstra em relação aos dados de inadequação habitacional utilizados é que existem alguns agrupamentos muito claros inicialmente: proporção de drenagem inadequada, salubridade inadequada e esgoto inadequado formam a primeira componente; abastecimento de água inadequado e banheiro inadequado também possuem forte relação para a segunda componente e, em menor proporção, adensamento excessivo; por fim, notamos que a insegurança da posse - domicílios em Zeis - tende a ser explicada como terceira componente, sem correlação próxima com outras variáveis.

A primeira componente foi agrupada seguindo a metodologia utilizada pela Fundação João Pinheiro (2018), composta por indicadores de acesso à infraestrutura urbana. Nesse caso, entende-se a habitação como meio físico conectado ao ambiente urbano, estabelecendo-se assim, relações entre o bem-estar dos moradores na cidade e as condições de acesso a serviços. Apesar de Salvador ser uma cidade, em sua maior parte, com acesso a rede de esgoto e rede

de drenagem – esta em menor proporção –, ainda sim existem as áreas mais periféricas e com baixo acesso às redes, como os bairros mais ao norte do município. Além disso, a componente de infraestrutura não está avaliando somente o acesso, mas o acesso pleno e funcional das redes. No caso de drenagem, ao analisar as redes, o índice leva em consideração as existentes e em bom estado de funcionamento, como mostrado na Tabela 2. Tratamento similar é feito com a variável coleta de esgoto, considerando-se para a primeira componente o destino adequado dos esgotos domésticos.

Tabela 2 – Domicílios em logradouros com rede de drenagem (%)

Rede de drenagem existente e em bom estado	Rede de drenagem precária ou inexistente
52,35%	47,65%

Fonte: elaborada pelos autores com dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

O agrupamento da segunda componente revela a importância da relação entre a existência de banheiro completo e o abastecimento de água pela rede. A análise dessa componente principal é explicada pela importância da associação entre condições sanitárias do domicílio e a relação com a precariedade em termos de infraestrutura e serviços do espaço habitado como um todo. O agrupamento das duas variáveis também foi objeto de estudo no Atlas de Desenvolvimento Humano de Manaus (2006), revelando um forte indicador de vulnerabilidade social. No QUALISalvador, o dado aferido por bairro revela percentuais de domicílios sem banheiro e água encanada acima de 50% do total. (MACIEL, 2016) No caso da inadequação da habitação, utilizamos como indicador a inexistência de banheiro com todas as instalações sanitárias, tendo em vista a relevância estatística do dado (Tabela 3).

Tabela 3 – Domicílios com banheiro (%)

Banheiro completo	Banheiro incompleto	Sem banheiro
94,22%	5,54%	0,24%

Fonte: elaborada pelos autores com dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Secundariamente agrupada, a variável “adensamento excessivo” ajuda a constituir a componente. O adensamento tem relação direta com a precarização das condições de habitabilidade. A discussão sobre distanciamento social e acesso às condições sanitárias se tornou imperativa por conta da pandemia neste começo do século XXI. No início do surto do novo coronavírus, em 2020, especialistas já apontavam que os maiores problemas aconteceriam nas áreas mais pobres e precárias, uma vez que o contágio da Covid-19 e outras doenças respiratórias é facilitado pela proximidade entre as pessoas. (PACHECO et al., 2020) Nesse sentido, a escolha dos parâmetros para a variável “adensamento excessivo” evidencia a relação entre ambiente construído e saúde dos moradores. Para o indicador, são considerados domicílios com adensamento excessivo aqueles com até três cômodos e com densidade domiciliar de mais de dois habitantes por dormitório.

Pasternak (2016) trava uma interessante discussão sobre os padrões de adensamento domiciliar, particularmente em relação à densidade domiciliar. Segundo a autora, os parâmetros que são utilizados para retratar a realidade do país hoje são os mínimos e estão longe de ser o desejável em termos de bem-estar pleno na habitação. A Fundação João Pinheiro e o IBGE ainda utilizam como padrões de adensamento excessivo mais de três moradores por dormitório. Contudo, sem conhecer a realidade construtiva e o tamanho do espaço habitado em termos de metros quadrados, é difícil mensurar o grau de adensamento. Ademais, é preciso registrar

a emergência da revisão das normas de habitabilidade⁵ diante da maior crise sanitária deste século, fato que foi decisivo para a escolha dos parâmetros de dois habitantes por dormitório neste trabalho.

A escolha de trabalhar com os domicílios com até três cômodos justifica-se por considerarmos danosa a sobreposição de funções essenciais dentro da habitação, como preparo de alimentos, estar, higiene e repouso. A sobreposição de funções não é algo arbitrário, imprevisto na configuração do espaço arquitetônico; existem, afinal, compatibilidades e incompatibilidades de usos e funções no habitar:

O ato específico de dormir não admite sobreposição com outras atividades: quando se dorme não se faz mais nada além de dormir, diferente de comer e ver televisão ao mesmo tempo, por exemplo. Trata-se de uma atividade sensível ao barulho, mas também, não geradora de barulho, e, por ser um estado de extrema vulnerabilidade, sempre exige privacidade, ao menos, em relação a pessoas externas do grupo externo. (KENCHIAN, 2011, p. 144)

A sobreposição de determinadas funções de ambientes na moradia indica vulnerabilidade social, pois está diretamente relacionada à saúde e ao bem-estar coletivo. Entende-se, então, que a aglutinação de indicadores de condições sanitárias – existência de banheiro com todas as instalações sanitárias e com abastecimento de água – e o adensamento domiciliar se justificam pela relação causal direta entre aspectos importantes da dimensão física do domicílio, número de habitantes e condições de saúde.

A componente “segurança da posse” foi tratada com uma variável isolada. A literatura sugere que a insegurança da posse é um fator que

se sobrepõe como gatilho importante na precarização da moradia, sendo considerada pela ONU e pelo IBGE como principal marcador de precariedade habitacional, impactando diversas outras dimensões do habitar. Foram selecionados para compor a inadequação habitacional os domicílios da amostra do QUALISalvador que estavam inseridos dentro dos limites das Zeis, definidos pela Sedur. Esses limites, na maioria dos casos, coincidiam com os limites do que se qualifica genericamente como AGSN ou bairros populares.

A análise de *clusters* espaciais é um método adequado para trabalhar com dados em áreas contíguas e com características espaciais semelhantes, sendo um dos mais robustos instrumentos analíticos do planejamento territorial. Várias questões relativas ao habitar demandam uma análise apurada das dimensões espaciais: tudo o que acontece, acontece em algum lugar. A distribuição espacial dos eventos no espaço urbano está ligada a premissas espaciais e tende a correlacionar-se com outros eventos espaciais em várias dimensões, mostrando efeitos de atração, dispersão, regularidade ou aleatoriedade, processo chamado de dependência espacial. Como conceitua Waldo Tobler (1975, tradução nossa), “tudo está relacionado com todo o resto, mas as coisas próximas estão mais relacionadas do que as coisas distantes”. Esse é um conceito fundamental na análise espacial, chamado de autocorrelação espacial.

Hubert, Golledge e Costanzo (1981, p. 224, tradução nossa) definem concisamente o conceito de autocorrelação espacial como

dado um conjunto S contendo n unidades geográficas, a autocorrelação espacial refere-se à relação entre algumas variáveis observadas em cada uma das n localidades e uma medida de proximidade geográfica definida para todos os n (n-1) pares escolhidos de n.

A autocorrelação espacial, embora possa ser vista como um caso especial de correlação, tem um significado próprio. Considerando que

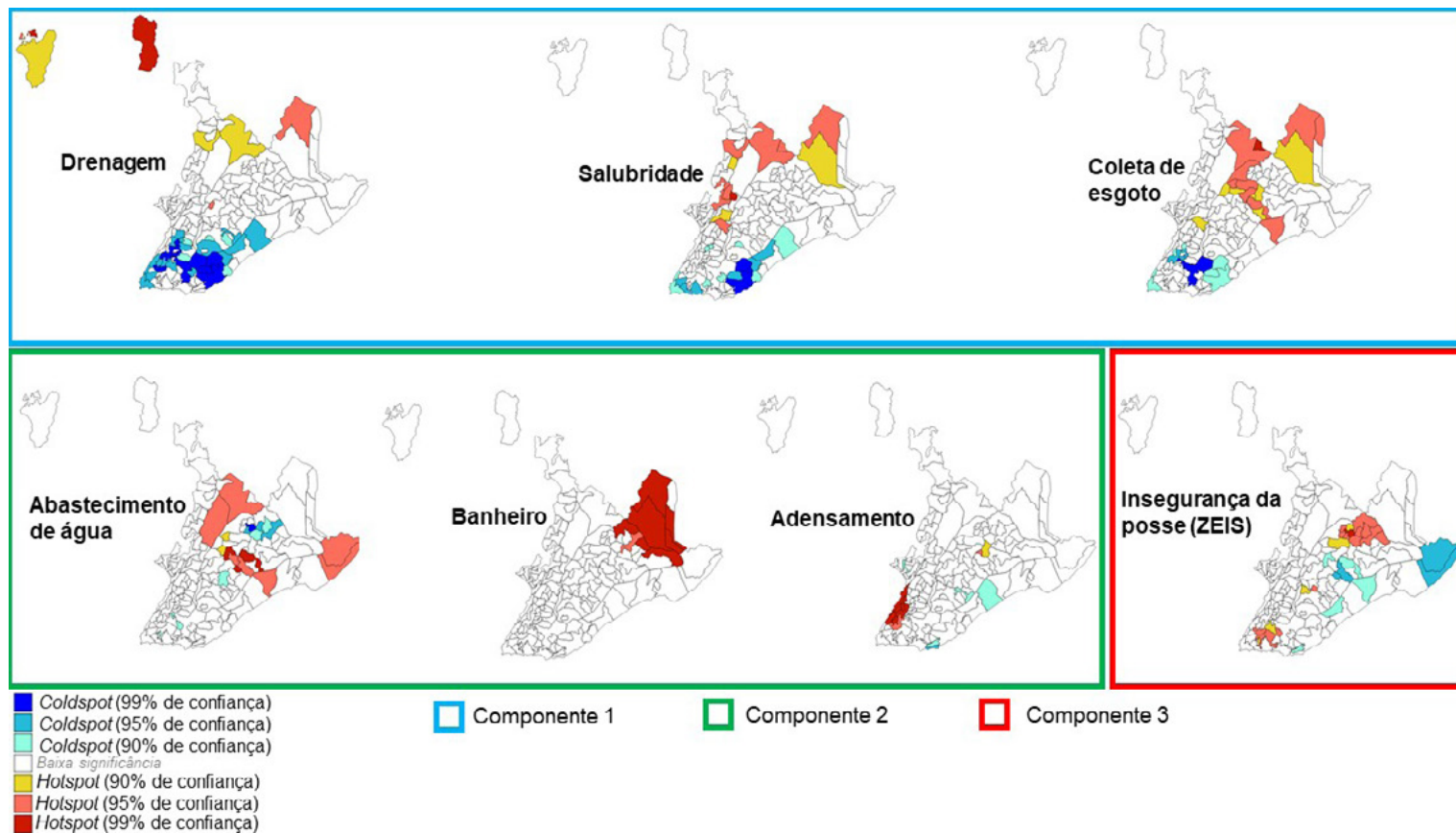
5 Trata-se da NBR 15.575 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): “Edificações Habitacionais – Desempenho”, documento que define parâmetros para orientar as novas construções, com enfoque no bem-estar dos usuários, e responsabilidade dos agentes envolvidos.

as estatísticas de correlação foram concebidas para mostrar relações entre variáveis, a autocorrelação espacial explicita correlações dentro das variáveis, através de georreferenciamento espacial. (GETIS, 2008) De fato, a autocorrelação espacial é um conceito que está no cerne

do campo da análise espacial e é uma das bases para a investigação, utilizando estatísticas espaciais e econômicas.

Embora pareça ser uma grande simplificação da possível complexidade das interrelações no espaço urbano, essa afirmação nos

Figura 2 – Análise espacial de *clusters* Getis-Ord-Gi* por componente



Fonte: elaborada pelos autores com dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

dá uma base técnica inicial muito sólida para analisar elementos e processos estruturais. A relação espacial positiva, negativa ou neutra entre uma coleção de variáveis pode ajudar a compreender e a modelar mais claramente as relações básicas de um complexo sistema urbano – nesse caso particular, das condições do habitar.

Longley e demais autores (2012) definem a análise espacial como “um conjunto de métodos cujos resultados não são invariantes quando a localização dos objetos em análise muda”, trazendo a ideia de que os padrões espaciais refletem interações espaciais entre os objetos geográficos e as dimensões. O enfoque nos padrões destaca a importância da localização e da distância, dois conceitos centrais na análise de dados espaciais. (ANSELIN, 2006)

Uma das maneiras de avaliar padrões espaciais é pela detecção de *clusters*, que são aqui definidos como regiões geográficas que agrupam objetos geográficos com características semelhantes. Todos os métodos de análise de *clusters* locais baseiam-se no conceito de autocorrelação espacial, sendo os mais conhecidos o índice Moran local (Moran I) e a métrica Getis-Ord-Gi*.

As estatísticas Gi* objetivam verificar a extensão na qual uma unidade de agregação espacial é circundada por um *cluster* ou mais *clusters* de altos ou baixos valores da variável em análise, apresentando um nível de significância estatística para cada área identificada – portanto, diferente das outras técnicas empregadas, pois, no caso de valores altos, quanto menor o erro tipo I (valor de alfa),⁶ maior é a precisão de existir um *cluster* ou *hotspot* naquela região. (GETIS, 2008)

6 O valor de alfa é a probabilidade de concluir que existe diferença entre os agrupamentos em estudo quando, na realidade, não existe tal diferença. Esse valor também pode ser tratado como probabilidade de erro do tipo 1 – algo similar a uma probabilidade de falso positivo. O valor é uma das variáveis que saem como resultado do próprio cálculo do algoritmo utilizado.

A estatística Gi* calcula, para cada feição geográfica local, um *z-score*. Para *z-scores* positivos estatisticamente significativos, quanto maior for o *z-score*, mais intenso será o agrupamento de valores elevados (*hotspot*). Para *z-scores* negativos e estatisticamente significativos, quanto menor o valor, mais intenso é o agrupamento de valores baixos (*coldspot*).

Desse processo resultaram os *clusters* de alta e baixa concentração de inadequação para cada variável individual considerada.

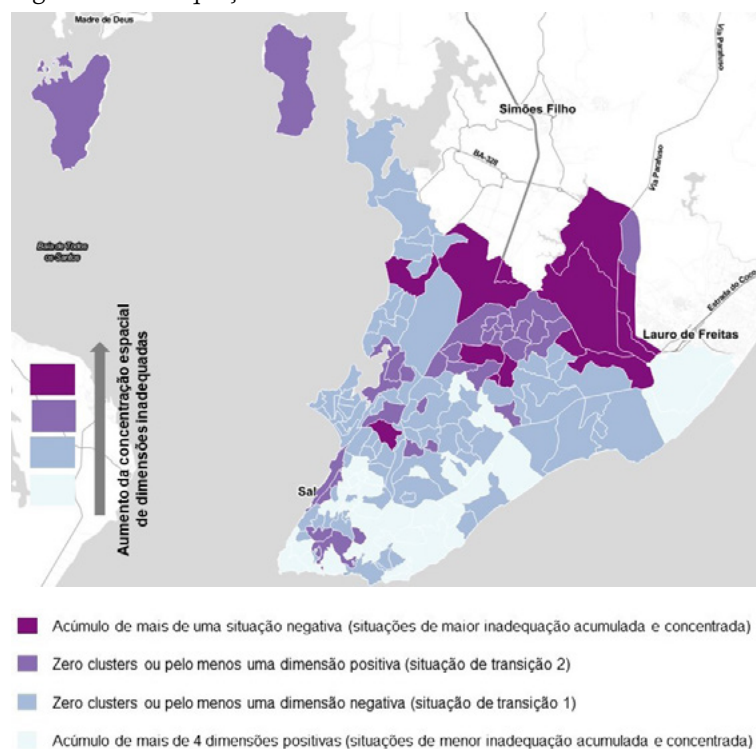
Para a construção de uma regionalização simplificada assumimos dois pressupostos:

- 1) A inserção de um determinado bairro em um *cluster* de *hotspot* – o que, nesse caso, significa uma alta concentração espacial de elevados valores de inadequação e similaridade de condições com os vizinhos. Esse bairro recebe um escore de ponderação +1 na composição de sua situação de inadequação. O inverso também é válido, sendo que a inserção do bairro em um *coldspot* – que, nesse caso, significa concentração espacial de baixa inadequação na referida dimensão – imputa um escore de -1 ao bairro, o que tende a amenizar a posição do bairro no todo ou mesmo distanciá-lo, comparativamente, de situações extremas. No caso de não inserção em *clusters*, o bairro recebe o valor de zero na dimensão;
- 2) Aqueles bairros que se enquadram em uma faixa neutra, após a soma sobreposta de *clusters*, tendem a pertencer a uma zona de transição, onde há situações mais diversas do ponto de vista urbanístico e social, configurando casos especiais de análise.

Em teoria, levando-se em conta que sete dimensões de *clusters* foram consideradas, os possíveis valores de inadequação podem

variar de -7 a $+7$, sendo valores maiores indicativos de piores condições. Tais valores teóricos significam a soma linear dos escores, ou seja, se um bairro se encontrar em escores positivos ($+1$) em todas as dimensões, a soma total do índice para esse bairro atinge $+7$. Na prática, nenhum dos bairros atingiu os extremos da legenda (Figura 3), pois a presença em áreas neutras em algumas dimensões e a inversão de condições em outras ponderam e modulam o processo.

Figura 3 – Inadequação habitacional em Salvador



Fonte: elaborada pelos autores com dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

O acúmulo espacialmente desigual de *clusters* para cada bairro gerou um *ranking* que formou novos agrupamentos de maiores proporções. Essa espécie de sobreposição de impactos positivos e negativos das dimensões propostas e suas relações espaciais de vizinhança tornam possível uma proposta de tipologias de adequação/inadequação habitacional em Salvador, levando em conta a percepção da população na origem dos dados.

Em uma escala partindo do que seja a condição de adequado para o inadequado, através da análise de *clusters*, percebe-se que a qualificação da moradia adequada requer um olhar em macro e microescala. Quando olhamos para as tradicionais divisões urbanas do Subúrbio Ferroviário, Miolo, Orla Atlântica e da Área Urbana Consolidada, observamos nas duas primeiras as maiores taxas de inadequação habitacional, concentrando mais atributos negativos, enquanto as duas últimas tendem a concentrar os melhores atributos. Por outro lado, a heterogeneidade na análise da habitação através da percepção é um fator a ser considerado.

A região do Miolo não é totalmente homogênea. As áreas mais próximas do centro moderno, como os bairros Resgate e Saboeiro, são beneficiadas pelas áreas mais providas de infraestrutura urbana e apresentam melhor qualidade física da habitação, enquanto os bairros mais ao norte, como Cassange, Jardim das Margaridas e Nova Esperança, são privados de saneamento básico e possuem grande concentração de moradias precárias.

Alguns bairros do Subúrbio Ferroviário se diferenciam em graus de precariedade. Bairros mais distantes da região central, como Valéria, Palestina e Periperi/Colinas de Periperi/Mirantes de Periperi, acumulam componentes de precariedade, sobretudo na dimensão de infraestrutura. Áreas como as do entorno da Enseada do Cabrito, como os bairros de São João do Cabrito, Alto do Cabrito e Lobato, se caracterizam como áreas de transição em termos de

precariedade – apesar dos investimentos feitos em urbanização, ainda são bairros com deficiência nas habitações.

Existem também os casos de bairros onde ocorrem situações adversas dentro do mesmo território. São áreas de contraste entre habitações de alto padrão e habitações precárias, como os bairros do centro antigo. A precariedade no Centro Histórico, por exemplo, está atrelada a áreas de ocupação em edifícios históricos, lugares com baixas condições de habitabilidade. Nessa área, especialmente, as contradições se revelam nas distintas formas de habitar, no desigual investimento nos distintos territórios da cidade, que beneficia segmentos específicos da população em detrimento de tantos outros, que fazem do ato de habitar um ato de resistência.

Considerações finais

Depois de uma década do último censo demográfico, sem dados para uma análise intraurbana, o QUALISalvador se propõe a olhar com cuidado essa cidade tão desigual, negra e espoliada. Longe de substituir qualquer competência que o IBGE possa ter, buscamos interpretar Salvador através de um olhar crítico, diríamos algo soteropolitano, assim como outros autores já o fizeram.

Ao levantar os dados sobre moradia, deparamo-nos com dados mais heterogêneos do que poderíamos imaginar. É um alento poder constatar que territórios antes considerados grandes áreas de “invasões” – como os que avançavam ao mar, como os Alagados – foram urbanizados e que, com o passar dos anos, a qualidade das habitações, ainda que determinados problemas persistam, mudou para melhor – como mostra a realidade de bairros como Uruguai, Massaranduba e Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro.

Contudo, a precariedade da moradia se espalha pela cidade, pelos bairros do Subúrbio, especialmente a região insular, que

parece ter sido esquecida; e pelos bairros do Miolo, onde regiões como Cajazeiras e tantos outros bairros ainda parecem com soluções provisórias de saneamento básico e ambiental, que acabaram assumindo um caráter perene.

Poderíamos confirmar e reafirmar aqui que incontáveis são os sentidos de “habitar Salvador”. Entretanto, a qualidade do habitar é determinada pelo acesso a trabalho, terra urbana, infraestrutura e serviços e, ainda, pelo acesso a tudo que a vida e a cidade podem oferecer, afinal:

A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer
(Titãs, “Comida”, 1987)

É isso que pode ser qualificado como habitação saudável, digna e como direito a cidade.

Referências

- ANSELIN, Luc. How (not) to lie with spatial statistics. *American Journal of Preventive Medicine*, New York, v. 30, n. 2, p. 3-6, Feb. 2006.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (ed.). *Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros*. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 29-52.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de *et al.* (org.). *Metrópoles na atualidade brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: Edufba, 2014.

CARVALHO, Inaiá Maia; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador: Edufba, 2008.

CATALÁ, Larissa Souza. *O retrato da realidade no país onde “a terra é um nó”*. 2020. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

COMIDA. Intérprete: Titãs. Compositores: Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sergio Brito. *In: JESUS não tem dentes no país dos banguelas*. Intérprete: Titãs. Rio de Janeiro: WEA, 1987. 1 LP, lado A, faixa 2.

COSER, Stelamaris. *Viagens, deslocamentos, espaços: conceitos críticos*. Vitória: EdUFES, 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil*: 2015. Belo Horizonte: FJP, 2018.

GETIS, Arthur. A history of the concept of Spatial Autocorrelation: a Geographer's perspective. *Geographical Analysis*, Oxford, v. 40, n. 3, p. 297-309, 2008.

HUBERT, Lawrence J., GOLLEDGE, Reginald G.; COSTANZA, C. Michael. Generalized Procedures for Evaluating Spatial Autocorrelation. *Geographical Analysis*, Oxford, v. 13, n. 3, p. 224-233, 1981.

IBGE. *Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2019. *Agência IBGE Notícias*, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019#:~:text=Esses%20munic%C3%ADpios%20concentram%2021%2C9,\(2%2C9%20milh%C3%B5es\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019#:~:text=Esses%20munic%C3%ADpios%20concentram%2021%2C9,(2%2C9%20milh%C3%B5es)). Acesso em: 23 jan. 2021.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 43).

KENCHIAN, Alexandre. *Qualidade funcional no programa e projeto de habitação*. 2011. (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LONGLEY, Paul A. *et al. Sistemas e ciência da informação geográfica*. 3. ed. Bookman, 2012.

MACIEL, Franciclei Burlamaque. Assentamentos precários: o caso de Manaus. *In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (ed.). Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros*. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 249-306.

PACHECO, Matias Ocaranza *et al. As desigualdades na Área Metropolitana de Brasília e os perigos do coronavírus (COVID-19): impacto das medidas não farmacológicas no sistema de saúde e no funcionamento da metrópole*. [Brasília, DF], 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/04/ARTIGO_As-desigualdades-no-DF-Metropolitano-e-os-perigos-do-coronavi%CC%81rus.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

- PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 51-66, jan./abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000100051&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 fev. 2021.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SALVADOR (BA). Prefeitura. Lei nº 9.148 /2016. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Salvador, 2016. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/novalouossancionada.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: EdUSP, 2008.
- SOUZA, Ângela Gordilho. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: Edufba, 2008.
- TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos. *Caderno Metrópole*, São Paulo, n. 5, p. 9-27, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294/6898#>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- TOBLER, Waldo. Spatial Interaction Patterns. *International Institute for Applied Systems Analysis Research Reports*, [s. l.], July 1975.
- UN-HABITAT. *The challenge of slums: global report on human settlements*. London: Earthscan Publications Ltd, 2003.



OLHARES INTERSECCIONAIS SOBRE A QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO NOS BAIROS DE SALVADOR¹

Renata Alvarez Rossi

Silvana Oliveira da Silva

Maria Vitória Nascimento

O objetivo deste capítulo é refletir sobre a qualidade do ambiente urbano nos bairros de Salvador sob as perspectivas das desigualdades de raça, gênero e classe, a partir da análise das formas de articulação de eixos de subordinação que se expressam nos problemas da violência que atinge a população negra, da disponibilidade de arranjos formais necessários à superação do problema da dupla jornada das mulheres, comprometidas, majoritariamente, com o trabalho doméstico e de cuidados, e do desemprego, que funciona como gatilho para a precarização do trabalho e para o desalento. Argumentamos que esses problemas, combinados, tendo os bairros como lugar de produção e reprodução da vida na cidade, materializam a noção de

interseccionalidade aqui compreendida como metodologia para análise das diversas desigualdades que se reproduzem em espaços e segmentos particulares da sociedade. Argumentamos, ainda, que os bairros onde as desigualdades associadas aos eixos de subordinação – raça, gênero e classe – se articulam de forma mais expressiva são aqueles majoritariamente habitados pela população negra e que têm, em sua maioria, as mulheres como responsáveis do domicílio.

Esta discussão se justifica, em primeiro lugar, pela necessidade de explicitarmos a centralidade das questões racial e de gênero, para além das determinações de classe social, nos estudos sobre a cidade, o que significa reconhecer fenômenos multifacetados e interdependentes que determinam as desigualdades e precisam ser enfrentados em suas reais dimensões. (GARCIA, 2009) Em segundo

¹ Agradecemos à Dr.^a Antônia dos Santos Garcia pelas contribuições ao texto, com cuidadosa leitura e orientações.

lugar, justifica-se pelo reconhecimento de que o direito à cidade e, em particular, ao ambiente urbano de qualidade é produzido, reproduzido e vivenciado de forma diferenciada por segmentos específicos da população e em diferentes bairros, com características particulares. Isso significa dizer que as abordagens universalizantes a respeito de temas como mobilidade, segurança pública, habitabilidade, equipamentos públicos, riscos e vulnerabilidades podem não ser suficientes para responder aos dilemas, questões e problemas vivenciados por mulheres, pela população negra e trabalhadora dos bairros de Salvador.

Em outras palavras, há questões específicas e exclusivas que tocam certos segmentos da população de maneira que, quando falamos sobre acesso a equipamentos públicos, como creches e pré-escolas, por exemplo, é preciso considerar que a dupla jornada de trabalho recai sobre as mulheres trabalhadoras, sobretudo em função das tarefas domésticas e de cuidados. Ou, quando falamos do acesso à segurança pública como condição para um ambiente urbano de qualidade, é preciso considerar que os números de jovens negros vítimas de homicídio em determinados bairros superam qualquer outra estatística que envolva ocorrência policial.

A discussão sobre os marcadores das desigualdades de raça, gênero e classe no acesso a um ambiente urbano de qualidade também se justifica pela necessidade de, como afirmara Lélia Gonzalez (1984, p. 238), questionar o ideário dominante, que “acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados” ou que, acrescentamos, lugar de mulher é no ambiente doméstico. Estamos falando, portanto, em inserir a discussão sobre o ambiente urbano no centro de históricos conflitos que envolvem as questões de raça e gênero, além de classe, em Salvador.

Nessa discussão, recorreremos aos trabalhos de autores e autoras como Inaiá Carvalho, Kimberlé Crenshaw, Silvio Almeida, Achille

Mbembe, Helena Hirata, Daniele Kergoat, Ricardo Antunes e Marcio Pochmann. Utilizamos como fonte primária de dados os resultados produzidos pela pesquisa do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA).

Segregação espacial e desigualdades raciais, de gênero e classe

A discussão sobre as desigualdades de raça, gênero e classe no acesso a um ambiente urbano de qualidade em Salvador requer a compreensão de processos históricos que influenciaram o modo de acesso à terra urbana, à infraestrutura e aos serviços públicos, lazer, cultura e bem-estar e que se atualizam neste contexto de crise urbano-ambiental.² Em uma cidade como Salvador, marcada pela história de opressão escravista e também por ações de resistência da população negra, raça, gênero e classe se articulam de forma particular. Sem a pretensão de esgotar a discussão sobre a riqueza histórica da contribuição do povo africano à formação da cidade do Salvador por meio do trabalho e, sobretudo, dos atos de resistência, interessa-nos aqui sinalizar processos que institucionalizam o racismo e também desigualdades de gênero e classe social, explicitando alguns aspectos, sentidos e a lógica de controle da vida social contemporânea.³ (ALMEIDA, 2019)

2 A noção de crise urbano-ambiental nos remete ao esgarçamento das relações entre sociedade e natureza que caracteriza o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, marcado pela ampliação da mercantilização dos bens ambientais, como a terra e as águas, com efeitos sobre a exclusão e precarização da vida nas cidades. (SANTOS et al., 2012)

3 Ressalta-se que uma das grandes contribuições para invisibilização dos problemas raciais é a ideia da miscigenação que exalta a mestiçagem brasileira – e que se tornou uma marca da

A exploração de pessoas negras escravizadas, a cultura do patriarcado, o autoritarismo e outras marcas do nosso passado colonial recriam-se e renovam-se cotidianamente, produzindo fraturas sociopolíticas e aprofundando desigualdades. No Brasil, a trajetória do povo negro foi – e ainda é – atravessada pelas violências física e psicológica, que produzem cotidianamente a morte e a desvalorização da sua imagem enquanto ser humano – necessárias, inclusive, à depreciação do valor do seu trabalho, incluindo-se aí as condições de reprodução da vida. Como bem recupera Angela Davis, em seu livro *Mulheres, raça e classe*, a partir dos relatos do contexto pós-abolição da escravidão nos Estados Unidos:

Se a população negra, por meio do terror e da violência, podia continuar a ser o grupo mais brutalmente explorado no interior das fileiras cada vez maiores da classe trabalhadora, os capitalistas poderiam tirar disso uma dupla vantagem. Lucros extras resultariam da superexploração da força de trabalho negra, e a hostilidade da mão de obra branca contra seus empregadores seria neutralizada. Trabalhadoras brancas e trabalhadores brancos que concordavam com os linchamentos assumiram necessariamente uma postura de solidariedade racial com os homens brancos que eram seus verdadeiros opressores. (DAVIS, 2016, p. 193)

Em cidades como Salvador, como assinala Inaiá Carvalho (2020b, p. 275), as desigualdades econômicas, de acesso a serviços e infraestrutura, a pobreza e violência formam espaços profundamente diferenciados, “associados a uma distribuição de recursos e oportunidades que estabelece diferenças significativas quanto à

disponibilidade, qualidade e facilidades de acesso a equipamentos e serviços e às condições de vida”, o que afeta especialmente a população negra. Para a autora, é possível, portanto, falarmos nas “cidades” de Salvador, representadas por “macroterritórios”, como o centro antigo ou “cidade tradicional”, onde “o tecido urbano é compacto, relativamente homogêneo, e não há um crescimento expressivo da população, que é composta predominantemente pelos setores médios” (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 101), a “cidade moderna” e a “cidade precária”, que se distribuem ao longo da Orla Atlântica, do Subúrbio Ferroviário e do chamado Miolo, espaços que se caracterizam pela autora da seguinte maneira:

A Orla constitui a área ‘nobre’ de Salvador, onde se concentram os brancos, a população de alta e média renda, os investimentos públicos, os equipamentos e serviços urbanos, as atrações turísticas, os interesses do capital imobiliário e as oportunidades de trabalho e renda, ainda que elas persistam relevantes no centro tradicional. O Miolo, assim denominado pela sua localização no centro geográfico do município, começou a ser ocupado por conjuntos habitacionais construídos para a chamada ‘classe média baixa’ pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), com a sua expansão continuada por loteamentos populares e ocupações ilegais, onde reside uma população predominante negra e pobre. Com uma composição social similar, o Subúrbio Ferroviário teve a sua origem associada historicamente à implantação de uma linha férrea direcionada ao interior do estado, expandindo-se posteriormente, também, através de loteamentos e ocupações de baixa renda, assim como pela transferência efetuada pela prefeitura municipal de moradores de ocupações erradicadas da parte ‘nobre’ da cidade para essa área, no decorrer da modernização da velha capital. Assim ela se transformou em um

representação brasileira –, legitimada pelo discurso de vivermos em uma democracia racial, em que todos têm a mesma oportunidade.

espaço igualmente problemático, marcado pela precariedade habitacional, pela carência de infraestrutura e serviços básicos, pela pobreza e, mais recentemente, por altos índices de violência. (CARVALHO, 2020b, p. 274)

Para além das determinações econômicas e sociais que produzem a segregação espacial de segmentos específicos da população de uma cidade, autoras como Garcia (2009) e Carvalho (2020b) argumentam que, no Brasil e em cidades como Salvador, em particular, a questão racial também se apresenta como elemento estruturante, refletindo-se na desigual distribuição socioespacial de pessoas brancas – em espaços privilegiados do ponto de vista do ambiente urbano – e pessoas negras, geralmente ocupantes de espaços precarizados em termos de acesso a serviços públicos, moradia e infraestrutura urbana (CARVALHO, 2020b; CARVALHO; BARRETO, 2007; GARCIA, 2009), de modo que

[...] as hierarquias, desigualdades e localização no espaço urbano interferem decisivamente sobre as condições de vida e de bem-estar dos diferentes segmentos sócio raciais [sic], em detrimento da população negra, mesmo naqueles centros em que ela é amplamente majoritária, como ocorre em Salvador. (CARVALHO, 2020a, p. 144)

Ao discutir os limites da apropriação do espaço urbano por trabalhadoras domésticas em um município brasileiro, Gualberto e Silva (2019) refletem sobre a necessidade de considerar os efeitos das desigualdades de gênero sobre a produção e reprodução das cidades. Para as autoras, as dificuldades impostas às mulheres – sobretudo quanto à mobilidade – reproduzem estratégias de dominação e controle por meio da invisibilidade e confinamento ao espaço privado, necessários à reprodução do poder e do controle patriarcal, elemento que se associa ao barateamento do custo da

força de trabalho. Desse modo, segundo as autoras, “[...] o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, sendo necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais na análise dessas relações”. (GUALBERTO; SILVA, 2019, p. 8) Nesse mesmo sentido, Carvalho (2020) recupera o trabalho de autores que associam as dificuldades da vida das mulheres na cidade à dupla jornada de trabalho, de modo que as mulheres, “[...] muitas vezes, precisam conciliar o trabalho com as responsabilidades domésticas ou têm mais restrições para se deslocar, especialmente à noite, temendo se expor a zonas e horários considerados como inseguros”. (CARVALHO, 2020, p. 273)

Mas, afinal, em Salvador, o que significa ser mulher, ser preta e trabalhadora? Apesar da forte presença negra e da marcante presença das mulheres na condição de chefes de família, as desigualdades inscritas nos bairros da cidade do Salvador se revelam, sobretudo, quando analisamos, além dos dados atuais sobre desemprego, aqueles relativos ao acesso a arranjos formais de apoio à dupla jornada das mulheres – que assumem, geralmente, trabalhos domésticos e de cuidados –, além dos números sobre violência e homicídio da população negra. Associados, esses indicadores revelam as desigualdades estruturantes entre os bairros que costumamos chamar de ricos e pobres ou de nobres e populares e que formam a base sobre a qual desigualdades de outras ordens se agregam – como renda familiar, acesso a serviços e qualidade de vida. Portanto, para que a cidade seja um ambiente de qualidade, é necessário considerar as especificidades de grupos, entender que as vulnerabilidades são construídas socialmente e que políticas públicas para o desenvolvimento da cidade consideradas como universais podem não ser suficientes, podem invisibilizar demandas reais e, inclusive, aprofundar desigualdades raciais, de gênero e de classe.

Interseccionalidade como metodologia

A articulação entre relações de raça, gênero e classe tornou-se o objeto de estudos que propõem abordagens teóricas e metodológicas sobre desigualdades de forma não hierarquizada.⁴ Esse tipo de articulação, estimulado principalmente pelo movimento feminista negro, tem como ponto de partida a identificação de relações de poder produzidas pela articulação das opressões de raça, gênero e classe – e também quanto a sexualidade, geração e outros –, que aprofundam e renovam diversos tipos de desigualdades. (HIRATA; KERGOAT, 1994) No contexto desse debate, Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) propõe o conceito de interseccionalidade, que pode ser caracterizado como

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

A abordagem interseccional de eixos de subordinação parte da crítica à perda da perspectiva da opressão vivenciada de forma específica pelas mulheres sem considerar as dimensões raciais ou, ainda, da crítica a uma visão homogênea sobre a classe trabalhadora, como destacam as autoras Helena Hirata e Daniele Kergoat (1994). Essa generalização do modo como a sociedade é abordada no campo das ciências e dos discursos políticos estimularia uma visão pretensamente universal – fundada em uma noção de indivíduo que seria,

4 Estudos importantes sobre a articulação de raça, gênero e classe foram feitos em Salvador, a exemplo de *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais*, de Antônia dos Santos Garcia (2009), *Ó Pa Í, Prezada! racismo e sexismo institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador*, de Carla Adriana da Silva Santos, conhecida como Carla Akotirene (2014).

na verdade, o homem e, especificamente, o homem branco –, encobrindo experiências vivenciadas, por exemplo, por mulheres negras e trabalhadoras. (CRENSHAW, 2002) Nesse sentido, assinala Crenshaw (2002, p. 177), “a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”.

A partir da ideia de que desigualdades de raça, gênero e classe formam avenidas identitárias que se articulam na direção de sujeitos específicos, autoras como Carla Akotirene (2019) refletem sobre a dimensão metodológica do conceito de interseccionalidade, o que nos coloca diante de um desafio quanto à sua operacionalização. Afinal, por meio da perspectiva interseccional, não basta olharmos de forma fragmentada e linear para as diferenças entre homens e mulheres, ou entre brancos e negros (pretos e pardos), ou ainda entre trabalhadores e empregadores. É preciso olhar para as desigualdades que se constituem a partir da articulação desses distintos eixos de subordinação. Além disso, a operacionalização do conceito de interseccionalidade também requer a identificação do lugar onde esses eixos de subordinação se encontram, onde a opressão e desigualdades são produzidas e reproduzidas. Como afirma Crenshaw (2002, p. 177):

utilizando uma metáfora de interseção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem.

Adicionalmente, podemos afirmar que o desafio de operacionalização da análise interseccional dos problemas associados aos eixos de subordinação exige que façamos escolhas sobre elementos que indicarão problemas relevantes, considerando que não são

universais as formas como as opressões se expressam e se articulam, embora social e historicamente situadas.

Neste trabalho, desenvolvido no âmbito do QUALISalvador, a partir da literatura e dos dados produzidos na pesquisa, consideramos que os eixos de subordinação – raça, gênero e classe – se expressam, sobretudo, nos problemas da violência que atinge a população negra, da disponibilidade de arranjos formais necessários à superação do problema da dupla jornada das mulheres, comprometidas, majoritariamente, com o trabalho doméstico e de cuidados, e do desemprego, que funciona como gatilho para a precarização do trabalho e para o desalento. Consideramos, ainda, que é nos bairros que esses eixos de subordinação se articulam, produzindo e reproduzindo desigualdades no acesso à qualidade do ambiente urbano da cidade. Em vista disso, selecionamos os seguintes indicadores como representativos: Crime Violento Letal Intencional (CVLI) de pessoas negras por 100 mil habitantes;⁵ percentual de famílias chefiadas por mulheres com presença de criança de até cinco anos e carência de creche no bairro;⁶ percentual de famílias com responsável em situação de desemprego⁷ (Quadro 1).

5 Para obtermos a taxa de homicídios de pessoas negras por 100 mil habitantes, filtramos todos os casos de CVLI na capital no ano de 2019 segundo a cor/raça informada, selecionamos aqueles de cor preta e parda e calculamos a taxa de homicídios através da fórmula: (nº absoluto de homicídio de negros no bairro em 2019 / população total do bairro) x 100.000.

6 Esse indicador é resultado do cruzamento dos seguintes dados: 1. famílias cujas responsáveis são as mulheres; 2. existência/carência de creche no bairro; 3. nº de membros da família com menos de cinco anos de idade. Esse cruzamento gerou quatro categorias – a partir da combinação entre presença e ausência de crianças com até cinco anos de idade e existência ou carência de creches –, contemplando, portanto, 100% das respostas, entre as quais destacamos a condição “Com criança e sem creche” – razão pela qual passamos a trabalhar com um percentual inferior ao universo da pesquisa do QUALISalvador.

7 Indicador obtido a partir do registro da situação da ocupação e de desemprego do responsável da família de cada bairro, segundo dados produzidos pelo QUALISalvador.

Quadro 1 – Problema/variável, indicador e média de frequência

Problema/variável	Indicador	Média
Violência contra pessoas negras	Taxa de homicídios (CLVI) de pessoas negras por 100 mil habitantes	45,08/100.000
Dupla jornada de trabalho das mulheres	Percentual de famílias chefiadas por mulheres com presença de criança de até cinco anos e carência de creche no bairro	3,89%
Desemprego	Percentual de famílias com responsável em situação de desemprego	14,11%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Ao calcularmos a média de ocorrência desses indicadores na cidade, identificamos 15 bairros onde as médias dos indicadores selecionados encontram-se, de forma convergente, em condição superior à média da cidade, ou seja, bairros que apresentaram, concomitantemente, alta prevalência de desemprego, de carência de creches para famílias chefiadas por mulheres com presença de crianças de até cinco anos e alta taxa de CVLI. Para efeitos comparativos, foram escolhidos outros 15 bairros que apresentaram, de forma convergente, valores abaixo das médias para os três indicadores selecionados.⁸

Com isso, passamos a trabalhar com os seguintes bairros onde os indicadores dos problemas associados aos eixos de subordinação – raça, gênero e classe – se articulam de forma mais expressiva, produzindo o que passaremos a chamar de bairros mais representativos

8 Para a caracterização dos bairros segundo os referidos indicadores, optou-se por calcular a distância em relação à média utilizando a normalização por z-score, uma vez que esse método permite identificar os bairros que estão nos extremos, ou seja, os mais distantes da média para cima ou para baixo em termos de desvio padrão. Para o cálculo das prevalências e categorização dos indicadores, utilizou-se o *software* SPSS versão 22. Para a normalização por z-score, utilizou-se o *software* Excel.

das desigualdades de raça, gênero e classe: Alto da Terezinha, Alto do Cabrito, Cajazeiras VI, Cajazeiras VII, Campinas de Pirajá, Comércio, Coutos, Granjas Rurais Presidente Vargas, Itacaranha, Jardim Cajazeiras, Marechal Rondon, Nova Esperança, Retiro, Santa Luzia e Vila Canária. Esses bairros encontram-se destacados na Figura 1, em vermelho. Na mesma figura, em azul, estão destacados os bairros onde os indicadores dos problemas associados aos eixos de subordinação se articulam de forma menos expressiva, produzindo o que chamaremos de bairros menos representativos das desigualdades de raça, gênero e classe: Barbalho, Barra, Brotas/Horto Florestal,⁹ Cabula VI, Caminho das Árvores, Imbuí, Itapuã, Luiz Anselmo, Ondina/Chame-Chame, Patamares, Piatã, Pituaçu, Pituba, Resgate e Vila Laura.¹⁰

Como pode ser observado na Figura 1,¹¹ os bairros mais representativos das desigualdades estão, todos eles – à exceção do bairro do Comércio –, localizados no Miolo e no Subúrbio da cidade, e não há registros de bairros com essa característica na região da

Orla Atlântica. É também nesses bairros onde a maior parte da população se autodeclara preta e parda, com percentuais sempre acima de 80% e ultrapassando 90% nos bairros Alto do Cabrito, Nova Esperança, Retiro, Santa Luzia, Vila Canária, Cajazeiras VII e Coutos/Vista Alegre. Com exceção dos bairros Comércio e Retiro, em todos os demais, as mulheres figuram majoritariamente como responsáveis pela família, sempre com percentuais acima de 50% – Comércio aparece com 48,6% e Retiro com 46,7%.¹² Já os bairros menos representativos das desigualdades de raça, gênero e classe se situam, majoritariamente, na Orla Atlântica e na Área Urbana Consolidada, apesar de algumas presenças pontuais no Miolo da cidade – Cabula VI e Resgate. É onde também temos os bairros de maioria branca, como Caminho das Árvores (53,9%) e Pituba (60,4%). Aqui também temos a maioria das famílias chefiadas por mulheres, com percentuais sempre acima dos 50%, à exceção de Patamares (44,8%) e Vila Laura (48,3%).

Esse cenário revela a segregação racial da cidade que Silvio Almeida (2019, p. 34) qualifica como “divisão espacial das raças em localidades específicas”, nesse caso, marcada pelas desigualdades no acesso à qualidade do ambiente urbano – sinalizadas pela convergência de altas taxas de homicídio de pessoas negras, carência de creche para famílias chefiadas por mulheres com presença de crianças de até cinco anos e desemprego acima da média da cidade –, associadas às tradicionais diferenciações que marcam os territórios do Miolo e Subúrbio da cidade, conforme vimos anteriormente. Passaremos a discutir, na seção seguinte, as formas de articulação das desigualdades associadas aos eixos de subordinação nesses bairros.

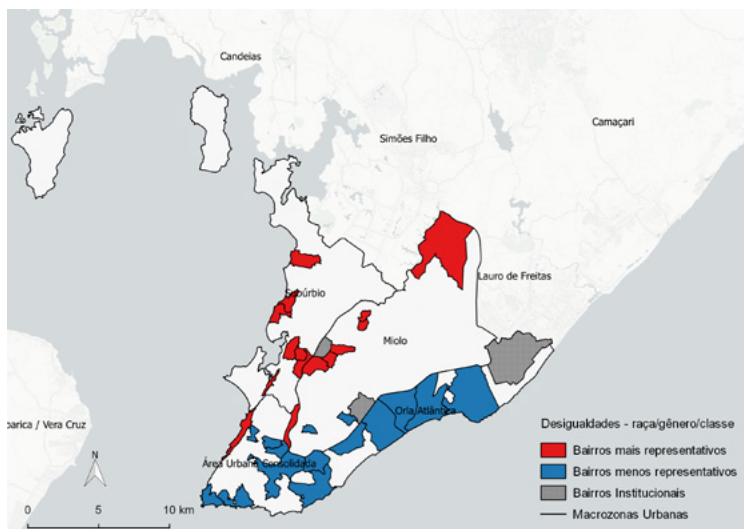
9 Por meio do Decreto Municipal nº 32.791/2020, Horto Florestal, Chame-Chame, Dois de Julho e Vista Alegre passaram a ser considerados bairros independentes. No entanto, esta pesquisa foi realizada em data anterior ao referido documento normativo.

10 Outros 29 bairros também apresentaram a articulação dos indicadores de forma menos representativa. São eles: Boa Viagem, Boa Vista de Brotas, Bonfim, Cabula, Cajazeiras V, Caminho de Areia, Candeal, Canela, Capelinha, Castelo Branco, Centro/Dois de Julho, Chapada do Rio Vermelho, Cosme de Farias, Fazenda Grande II, Fazenda Grande III, Federação, Garcia, Itaigara, Jardim das Margaridas, Lapinha, Mangueira, Monte Serrat, Ribeira, Roma, São Rafael, Sete de Abril, Stella Maris, Stiep, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro. Porém, como mencionado na seção anterior, optamos por selecionar aqueles mais representativos, considerando o cálculo do desvio padrão. Os demais bairros da cidade, apesar de apresentarem números desfavoráveis ou favoráveis para um ou outro indicador, não os apresentaram de forma combinada, conforme objetivo deste trabalho. O conjunto dos bairros e respectivos percentuais pode ser visualizado no Apêndice.

11 Para a construção dos mapas, utilizou-se o *software* QGIS versão 2.18.28. A definição dos intervalos dispostos nas legendas dos mapas que contém valores evidencia faixas relevantes para cada caso. Assim, nas Figuras 2 e 5, evidenciamos faixas próximas à média da cidade; nas Figuras 3 e 4, evidenciamos faixas próximas a 1 quando, respectivamente, a taxa de desemprego entre mulheres ultrapassa a taxa de desemprego entre homens e a taxa de desemprego entre negros ultrapassa a taxa de desemprego entre brancos.

12 Os percentuais sobre gênero e raça dos responsáveis pela família de todos os bairros são disponibilizados pelo QUALISalvador.

Figura 1 – Bairros mais e menos representativos das desigualdades de raça, gênero e classe, Salvador (2018-2020)



Fonte: elaborada pelas autoras.

Olhares interseccionais sobre os bairros de Salvador

A tradicional desigualdade na divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados entre homens e mulheres tem-se constituído como elemento central para o acirramento das desigualdades de gênero, sobretudo com a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho e com o aumento de mulheres reconhecidas como chefes de famílias,¹³ como tem sido verificado no Brasil.¹⁴ Além disso,

13 “Chefe de família” refere-se à pessoa de responsabilidade do domicílio – ou da família –, conforme reconhecimento dos seus integrantes.

14 No país, as mulheres ainda gastam o dobro do tempo dedicado pelos homens com esse tipo

a desigual divisão do trabalho de lavar roupas, cozinhar, limpar a casa, educar crianças e cuidar de pessoas – idosos, pessoas com deficiências – ganha contornos ainda mais dramáticos quando associada ao racismo e à precarização do trabalho. Por exemplo, como bem assinalam Hirata e Kergoat (2007), o modelo de delegação que se observa quando uma mulher que trabalha fora e transfere as responsabilidades domésticas e de cuidados para outra mulher – profissionais do setor de serviços e assistência, como as cuidadoras e empregadas domésticas – pesa, em particular, sobre as mulheres negras. (HIRATA, 2016; HIRATA; KERGOAT, 2007) É, portanto, sobre estas mulheres que recai o acúmulo de duplas jornadas de trabalhos reprodutivos, geralmente confinados ao espaço privado, onde se encontram mais suscetíveis à invisibilização, à precarização do trabalho e à violência.

Nesse contexto, o tema do acesso a arranjos formais de apoio à dupla jornada das mulheres, como as creches – previsto, inclusive, no artigo 7º da Constituição brasileira, que trata dos direitos dos trabalhadores e é objeto de formulação no campo das políticas públicas, como no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) –, ganha relevância com estudos indicando os efeitos para a redução das desigualdades de gênero. (BARBOSA; COSTA, 2017; FINCO; GOBBI; FARIA, 2015; SORJ; FONTES; MACHADO, 2007) No entanto, os números sobre esse tema no país e na cidade de Salvador são bastante desanimadores.¹⁵ Segundo dados da Secretaria Municipal da Educação

de tarefa. No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), em 2019, as mulheres gastaram por semana, em média, 21,4 horas e os homens 11 horas com afazeres domésticos e/ou tarefas de cuidado de pessoas. (IBGE, 2020a) Em Salvador, em média, as mulheres gastam 19,1 horas e os homens, 11 horas. Essa diferença também aparece nos anos anteriores e nas demais capitais do país.

15 Segundo dados da PNAD Contínua, no ano de 2019, no Brasil, apenas 14,4% das crianças de até um ano e 55,4% das crianças entre dois e três anos frequentavam a creche. (IBGE, 2019c) Ainda segundo dados da PNAD, apesar de marcante o percentual de crianças de até três anos que não frequentam creches por opção de seus pais e responsáveis, em regiões como Norte e Nordeste os percentuais de crianças cuja frequência não ocorre em função da não existência

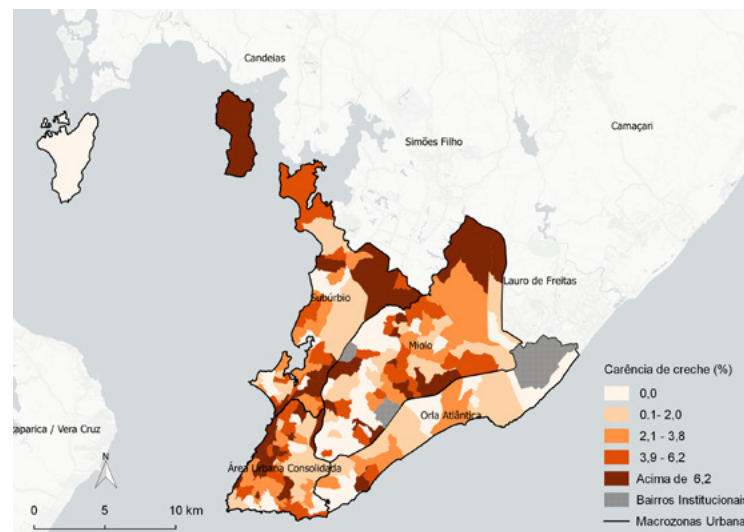
do Salvador (SMED), o déficit de vagas para crianças dos grupos 2 e 3 é de 2.286 e 2.030 vagas, respectivamente, enquanto que o déficit de vagas para os grupos 4 e 5 é de 829 e 413 vagas, respectivamente.¹⁶

Aproximando-nos da escala de bairros, segundo dados do QUALISalvador, temos que, em média, 3,89% das mulheres responsáveis pela família com presença de crianças de até cinco anos na cidade carecem de creches nos seus bairros. Como pode ser visto no Apêndice, 43% dos bairros encontram-se em situação desfavorável em relação à média da cidade, como também pode ser visualizado na Figura 2. Quando associados os demais indicadores de desigualdade de raça, gênero e classe, se destacam bairros como Comércio, Campinas de Pirajá e Granjas Rurais Presidente Vargas, que apresentam, respectivamente, os percentuais de 27,8%, 12,8% e 12,3% de carência de creches para famílias chefiadas por mulheres com presença de crianças de até cinco anos de idade. Nesses casos, portanto, a carência de arranjos formais de apoio à dupla jornada das mulheres responsáveis, majoritariamente, pelas tarefas domésticas e de cuidados associa-se aos dados que revelam alta incidência de desemprego – que, como veremos, revela-se como uma das faces das desigualdades de gênero. Já nos bairros menos representativos das desigualdades, é possível identificar aqueles em que nenhuma das famílias com presença de crianças de até cinco anos informa a carência de creches, como em Ondina, Patamares, Pituba e Vila Laura.

de creche na localidade de moradia, falta de vaga ou a não aceitação da criança pela escola por conta da idade superam a média nacional, que é de 31,9%: na região Norte, são 41,1% e, na região Nordeste, 39,1% das crianças até três anos nessa condição. (IBGE, 2020c)

16 Déficit de vagas obtido por meio da subtração do total de vagas ofertadas do número disposto na “fila de espera”. Esse cálculo somente é possível considerando os bairros que dispõem de estabelecimentos que ofertam vagas para os referidos grupos, já que há grande quantidade de bairros onde não há oferta de vagas ou estabelecimentos públicos municipais de educação, e não identificamos notícias ou registros sobre a realização de iniciativas ou implementação de mecanismo de consulta pública para levantamento de demanda por creches – conforme previsto no Plano Municipal de Educação de Salvador, aprovado pela Lei nº 9.105/2016.

Figura 2 – Famílias chefiadas por mulheres com presença de crianças de até cinco anos e carência de creche no bairro, Salvador (2018-2020)



Fonte: elaborada pelas autoras.

A necessidade de apoio ao trabalho de cuidados desempenhado pelas mulheres associada à carência pela assistência pública, sobretudo nos bairros da periferia da cidade, produziram iniciativas comunitárias forjadas no bojo de movimentos populares, como a pioneira experiência da Creche Comunitária da Associação de Moradores de Plataforma (Ampla), fundada em 1978 pelo grupo de mulheres do bairro de Plataforma. (COSTA, 1991) Outro exemplo é a Creche Heroínas do Lar, fundada pelo Clube de Mães de Novos Alagados, no Subúrbio Ferroviário, já que “As mães saíam para trabalhar e não tinham com quem deixar suas crianças, que ficavam nas palafitas, sem nada para fazer nem com quem brincar” (CONDER, 2014), segundo relato de uma das fundadoras da associação. Redes informais de cuidado formadas por parentes, amigos e vizinhos também

figuram como arranjos informais diante da carência de infraestrutura e apoio públicos ao trabalho de cuidado, sobretudo nas periferias.

Em Salvador, nos bairros em que identificamos maior carência de creches para famílias chefiadas por mulheres com presença de crianças de até cinco anos de idade, é marcante a percepção dessa rede como significado da moradia no bairro. Quando perguntadas “o que significa morar nesse bairro para você?” – questionário do QUALISalvador –, a alternativa “Rede de apoio/parentes/amigos” aparece em 31% das respostas em Coutos/Vista Alegre, 34% em Santa Luzia e 21% no Retiro, os mais altos percentuais entre todos os bairros pesquisados. Já nos bairros com acesso a creches, grande parte das respostas justificam a escolha do bairro como local de moradia pela “Praticidade”, como, por exemplo, na Pituba (39,46%), na Barra (32,14%) e no Imbuí (25,74%), certamente influenciadas pela ampla rede de serviços disponíveis.

Para aquelas mulheres que não possuem condições de delegar os trabalhos domésticos e de cuidados – inclusive as próprias trabalhadoras domésticas e cuidadoras –, a carência de suporte para o exercício de atividades fora de casa reforça a situação de precarização – com a busca de menores jornadas, associadas geralmente a menores remunerações – ou mesmo sua indisponibilidade para o mercado de trabalho.¹⁷ (SARRIS et al., 2020) Ao discutir sobre a importância da oferta de creche como forma de viabilizar a participação das mulheres no mercado de trabalho, Barbosa e Costa

(2017) avaliam, por exemplo, com base em dados produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que, entre os anos de 2001 e 2015, a taxa de participação no mercado de trabalho das mulheres com filhos de até cinco anos de idade foi menor que a taxa de participação das mulheres que não têm filhos. Considerando apenas as mulheres que têm filhos nessa faixa etária, as autoras avaliam o percentual de inserção no mercado de trabalho entre aquelas cujos filhos frequentam (68%) e não frequentam (49%) creches, de modo que há, portanto, uma diferença significativa de 19 pontos. (BARBOSA; COSTA, 2017)

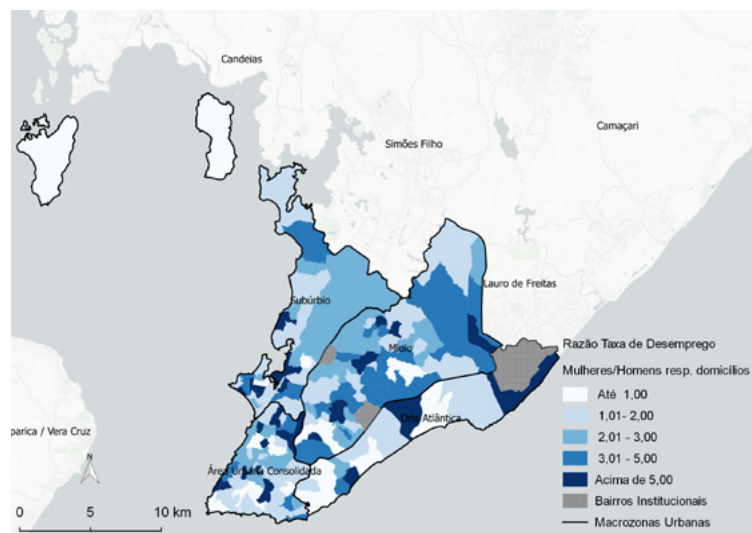
A carência de arranjos formais de apoio à dupla jornada acirra, portanto, as desigualdades de gênero, que, nesse caso, atingem especialmente as mulheres negras – vale ressaltar que pretas e pardas são 87,4% do total das mulheres responsáveis pela família que têm crianças de até cinco anos e não têm creche no bairro. Dados do QUALISalvador mostram que a renda média, particularmente das mulheres responsáveis pela família residentes nos bairros mais representativos das desigualdades de raça, gênero e classe, encontra-se entre as menores da cidade e sempre abaixo da renda média das mulheres responsáveis pelo domicílio da cidade. Em bairros como Campinas de Pirajá, o rendimento das mulheres responsáveis pelo domicílio é de 46% em relação à média total do mesmo indicador no restante da cidade, assim como Retiro e Vila Canária (47%), Alto da Terezinha, Coutos/Vista Alegre e Nova Esperança (48%). É também nesses bairros onde o percentual de desemprego das mulheres está acima de 20% – com destaque para Retiro, onde 42% das entrevistadas encontravam-se desempregadas, Coutos/Vista Alegre (34%) e Granjas Rurais Presidente Vargas (31,6%) –, sendo a exceção apenas Marechal Rondon, com 16%.

Já nos bairros menos representativos das desigualdades de raça, gênero e classe, a renda média das mulheres responsáveis pelo domicílio

17 Segundo estudos produzidos pelo Núcleo de Pesquisas de Economia e Gênero das Faculdades de Campinas (Facamp), essa condição tem se agravado no atual contexto de pandemia e isolamento social, exacerbando uma tendência que coloca as mulheres em condições desiguais de acesso ao mercado de trabalho. Conforme o estudo, no segundo trimestre de 2020, 26,4% das mulheres afirmaram estar fora da força de trabalho em função de cuidados e afazeres domésticos, uma variação de 2,8% em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano e de 5,5% em relação ao segundo trimestre de 2019. Esse percentual, no caso dos homens, é de 1,9% com variações para percentuais menores nos trimestres anteriores: -5,1% em relação ao primeiro trimestre de 2020 e -4,5% em relação ao segundo trimestre de 2019. (SARRIS et al., 2020)

encontra-se, na maior parte dos casos, acima da mesma média da cidade. O destaque fica para os bairros nos quais esse rendimento supera em mais de 300% a média da cidade, como Pituba (471%), Caminho das Árvores (465%) e Piatã (378%). Já o percentual de desemprego das mulheres encontra-se abaixo de 20%, sendo destaque os bairros Caminho das Árvores (0,5%), Barbalho (1%) e Pituba (1,6%). Comparando-se com os homens, o desemprego entre as mulheres é maior em 89% dos bairros da cidade, apesar de elas figurarem, majoritariamente, como responsáveis pela família. A discussão sobre o desemprego aparece, portanto, como questão estruturante para expressar as desigualdades de classe, mas também de gênero, sobretudo quando associada à precariedade do acesso a arranjos formais de apoio ao trabalho de cuidados.

Figura 3 - Distribuição espacial da razão de desemprego entre mulheres e homens responsáveis pela família, Salvador (2018-2020)



Fonte: elaborada pelas autoras.

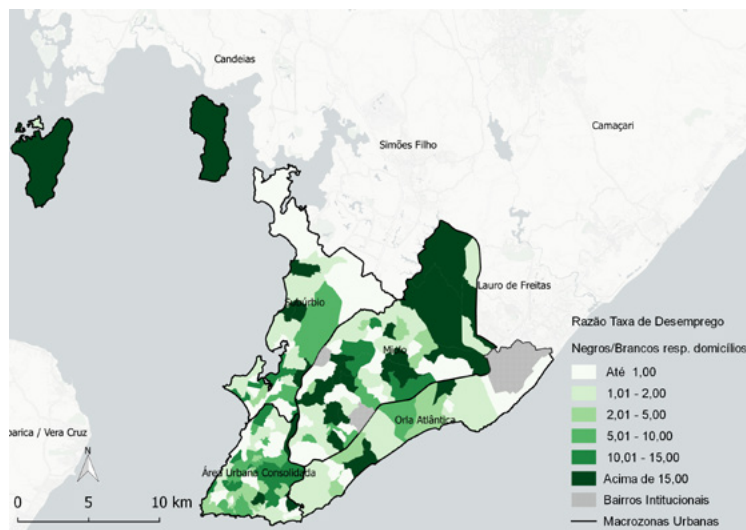
A precarização do trabalho das mulheres certamente se insere em um processo global que atinge o conjunto da classe trabalhadora dos países capitalistas – e, em particular, dos países da periferia do capitalismo –, notadamente a partir dos anos 1970, no contexto de crise de acumulação e de hegemonia do capital. As saídas encontradas pelo mercado para essa crise, cujas consequências se estendem até os dias atuais, produziram um largo processo de desregulamentação das relações trabalhistas e de reestruturação produtiva – cuja maior expressão é a empresa enxuta, com produtividade ampliada e consequente redução do emprego de força de trabalho –, além da contração da atuação das organizações sindicais. (ANTUNES; POCHMANN, 2007) Nesse contexto, tem-se um deslocamento das atividades e ocupações para segmentos de menor produtividade, além da consolidação de uma tendência – que se estende até os dias atuais – de “[...] massificação do desemprego estrutural e da precarização das ocupações assentadas na instabilidade contratual, escassez dos direitos sociais e trabalhistas e contida remuneração”. (POCHMANN, 2020, p. 96)

Diante da sistemática fragilização das condições de trabalho e de vida – tem-se também, como parte do processo de reestruturação produtiva, a privatização de serviços públicos, como saúde e educação –, o mercado encontra espaço para lançar mão de mais ou menos força de trabalho e em condições mais ou menos precárias, sempre ao sabor de sua expansão ou retração. Nas palavras de Antunes e Pochmann (2007, p. 202-203), “a flexibilização pode ser entendida como ‘liberdade da empresa’: para desempregar trabalhadores, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem [...] entre tantas outras formas de precarização da força de trabalho”.¹⁸

18 Confirmando essa tendência, os dados mais atuais indicam que o Brasil alcançou, no ano de 2019, a taxa média de desocupação de 11,9% da força de trabalho disponível no país, um dos maiores já percebidos desde o início da série histórica produzida pelo órgão de estatísticas, iniciada em 2012, quando o percentual de desemprego no mesmo trimestre alcançou 7,9%.

Em Salvador, a questão do desemprego se articula com o histórico processo de desvalorização da força de trabalho, majoritariamente negra. Segundo dados do QUALISalvador, o desemprego entre negros é maior que entre brancos em 70% dos bairros da capital. A distribuição da razão de desemprego entre pessoas negras (pretas e pardas) e brancas responsáveis pela família nos bairros pode ser visualizada na Figura 4.

Figura 4 - Distribuição espacial da razão de desemprego entre negros e brancos responsáveis pela família, Salvador (2018-2020)



Fonte: elaborada pelas autoras.

O desemprego entre negros é maior do que entre brancos na maioria dos bairros mais representativos das desigualdades de

(IBGE, 2020b) Em Salvador, a taxa média de desocupação para o ano de 2019 foi de 16%, assim como em São Luís (MA), o que coloca essas capitais em terceiro lugar do país, atrás apenas de Manaus (AM) e Macapá (AP). (IBGE, 2020b)

raça, gênero e classe, com exceção do Comércio, Granjas Rurais Presidente Vargas, Santa Luzia e Jardim Cajazeiras. Já entre os bairros menos representativos das desigualdades, esse cenário encontra-se no Cabula VI e na Vila Laura. Assim, em bairros de população de maioria tanto negra quanto branca, o desemprego entre negros é maior. Por exemplo, no bairro de Cajazeiras VII (maioria negra), o desemprego entre pessoas negras atinge 18% e entre pessoas brancas, 3,8%. Por outro lado, na Pituba (maioria branca), o desemprego entre pessoas negras atinge 1,8% e entre pessoas brancas, 1,4%. Esses dados refutam o discurso que justifica a posição social dos negros baseada na sua maior representação populacional, pois mesmo onde são minoria estão sobre-representados nos piores indicadores e com pouca representação em indicadores positivos, como acesso ao trabalho. Essa análise em escala de bairro reforça a argumentação de que a questão racial adquire contornos específicos e é ainda intensificada pelo processo de estigmatização da população que vive em bairros onde há alta incidência de crimes – em particular, de crimes letais, expressão máxima da violência e do esgarçamento do tecido social com efeitos sobre a empregabilidade (CARVALHO, 2020), sobretudo dos mais jovens.

A desvalorização objetiva e simbólica de homens e mulheres negros alcança sua máxima expressão no contexto do que Mbembe (2016) qualificou como necropolítica, que caracteriza a ação dos poderes institucionalizados – e que também contamina o conjunto da sociedade – de controle sobre a população negra por meio da morte, feita razão e instrumento da política. No contexto da necropolítica, a questão racial está diretamente relacionada à política de morte na medida em que o Estado, estruturado pelo racismo, detém o poder de decidir “quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é”. (MBEMBE, 2016,

p. 135), formando-se uma espécie de estado de exceção permanente para a população negra, considerada como indigna e sem valor. (MBEMBE, 2016) Em países como o Brasil, definitivamente, a noção de necropolítica é essencial para buscarmos explicar a preponderância da população negra nos índices de violências letais produzidas pelas forças do Estado, por meio das intervenções policiais. No país, as ações letais realizadas pelas forças do Estado que ocorrem, em maior parte, em territórios vulneráveis do ponto de vista socioeconômico, atingem majoritariamente jovens negros (BUENO; PACHECO; NASCIMENTO, 2020) e revelam a face mais perversa do racismo no país.

Na capital baiana, a distribuição espacial dos homicídios contra pessoas negras encontra-se articulada com o padrão de segregação sociorracial da cidade. A Figura 5 deixa nítido que as taxas de homicídios da população negra são mais altas nos bairros periféricos, onde chegam a mais de 90 por 100 mil habitantes. Nos 15 bairros mais representativos das desigualdades de raça, gênero e classe, 90,6% dos crimes letais foram contra pessoas negras (pretas e pardas). Os destaques ficam nos bairros Comércio, Granjas Rurais Presidente Vargas, Alto da Terezinha, Campinas de Pirajá e Santa Luzia, onde os índices alcançaram, a cada 100 mil pessoas, respectivamente: 691,83; 466,47; 106,88; 139,87; e 156,29.¹⁹ Já nos bairros menos representativos das desigualdades de raça, gênero e classe que tiveram ocorrência, 46,4% das vítimas eram negras, sendo que 50% dos registros não informaram a cor da vítima.

Em verdade, mostrar a distribuição espacial das mortes das pessoas negras reafirma o cenário em que essa população é a maior vítima dos assassinatos, pois converge de forma clara com o mapa

19 Os índices de homicídio de pessoas negras nos demais bairros de Salvador encontram-se no Apêndice.

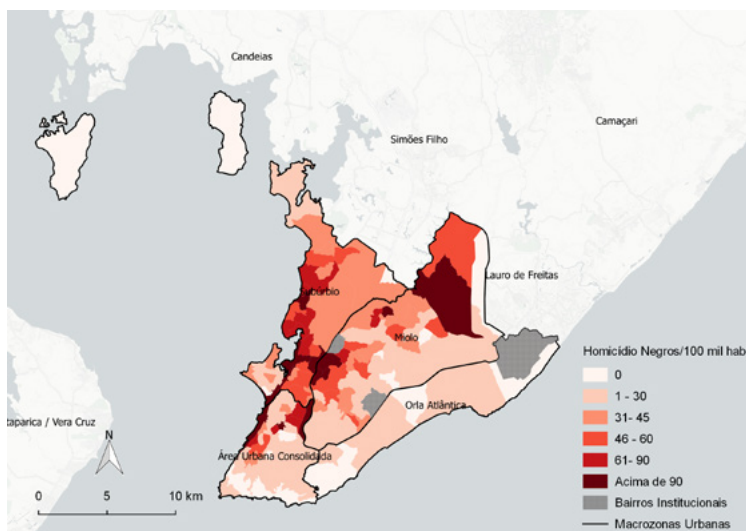
geral de homicídios da capital,²⁰ em que a principal diferença é no percentual relevante de pessoas mortas que não tiveram sua cor registrada e, para esta análise, não foram contabilizadas.²¹ Na análise dos dados da SSP-BA, em relação ao ano de 2019, houve 1.018 registros de CVLI na capital, dos quais 92,8% das vítimas eram homens, 83,1% negros, 0,98% brancos e 15,61% não tiveram a cor informada. Do total de crimes letais, os homens negros representam 77,8%; as mulheres negras, 5,5%; sendo que homens e mulheres brancas representam 0,88% e 0,1%, respectivamente. O maior percentual de crimes letais é classificado como homicídio doloso, o qual representa 95,6%, e os homens negros representam 83,26% das vítimas.

A população negra também está em maior número nos índices mais gerais sobre homicídios no país. Em 2019, segundo dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2020), 74,4% das vítimas de homicídio eram pessoas negras, 91,2% homens e 51,6% tinham até 29 anos. Segundo dados do Ipea (2020), enquanto índice de homicídios a cada 100 mil habitantes é de 37,8 para negros, para não negros é de 13,9, de maneira que a chance de uma pessoa negra morrer é 2,7 vezes maior que uma pessoa não negra.

20 Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2020), Salvador é uma das capitais mais violentas do país, estando em segundo lugar em números absolutos de homicídio doloso com 974, atrás apenas do Rio de Janeiro, que teve 1.338 em 2019.

21 Os dados gerais sobre homicídios em Salvador são disponibilizados pelo QUALISalvador.

Figura 5 - Distribuição da taxa de homicídios de pessoas negras, Salvador (2019)



Fonte: elaborada pelas autoras.

Na Bahia, esse índice é ainda maior: 50,8 para negros e 15,4 para não negros. (IPEA, 2020) A disparidade racial se apresenta ainda quando analisamos os dados sobre homicídios de crianças e adolescentes, dos quais 75% são negros, e também de mulheres negras, que formam 68% do total no Brasil e 89,3% na Bahia. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020; IPEA, 2020) No Brasil, entre 2008 e 2018, enquanto a taxa de homicídio de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%. A taxa de mortalidade das mulheres negras chegou a 5,2 em 2018, praticamente o dobro das não negras (2,8).²² (IPEA, 2020) Os dados

22 O feminicídio, crime recentemente tipificado no Código Penal brasileiro que se caracteriza pelo homicídio de mulheres em razão de seu gênero, atingiu 30,4% de mulheres mortas no Brasil em 2018. Já entre 2013 e 2018, ao mesmo tempo que a taxa de homicídio de mulheres fora de

evidenciam novos arranjos do racismo que se mantém através da violência letal no Brasil e atinge sobremaneira crianças, homens e mulheres negras, estas atravessadas por contornos específicos da violência racial e de gênero. As políticas de enfrentamento à violência têm sido capazes de prevenir e reduzir a morte de pessoas não negras, pois, entre 2008 e 2018, a taxa de homicídios de não negros caiu 12%, mas a taxa de homicídio de negros cresceu 11,5%. (IPEA, 2020) A compreensão da magnitude das vidas perdidas da população negra perpassa pelo reconhecimento da continuidade de um genocídio iniciado na colonização, que, entre outras formas,²³ usa a violência para ceifar a existência desse grupo.

Em relação à morte por ocorrência de intervenção policial em Salvador, no ano de 2019, foram registrados, em números absolutos, 156 mortes – o terceiro maior número, atrás das cidades de São Paulo (402) e Rio de Janeiro (724). (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020, p. 143) A Bahia apresentou o maior percentual de vítimas negras mortas pela polícia em 2019, com 96,9% do total das vítimas. Já o estado do Rio de Janeiro apresenta o maior número absoluto, com 1.423 pessoas negras mortas pela polícia. (REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA, 2020)²⁴ Esses registros da

casa diminuiu 11,5%, as mortes dentro de casa aumentaram 8,3%, indicando o crescimento de feminicídios. Aqui, o recorte racial mais uma vez se faz presente, quando verificamos que, no estado da Bahia, segundo dados da SSP, dos 41 casos de feminicídio registrados entre os anos de 2017 e 2019, 59% das vítimas foram identificadas como pardas e pretas – sendo que as demais vítimas não tiveram sua raça/etnia identificada.

23 A trajetória dos negros no Brasil, desde a colonização até os dias atuais, evidencia ações de exclusão da população negra, como a Lei de Terras de 1850, o Código Penal de 1890, com a criminalização da capoeira, a política de imigração, os discursos, produções e projetos eugenistas e higienistas, elaborados para a manutenção dos privilégios da população branca e rica, a partir da segregação espacial, da estigmatização, perseguição e eliminação da população negra.

24 A Rede de Observatórios da Segurança monitora cinco estados: Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Os dados são coletados das secretarias de segurança estaduais com objetivo de visibilizar a cor das vítimas de violência letal policial. Mesmo com diferenças na composição racial em cada estado, a maioria das vítimas são negras, sendo no Ceará 87,1%;

violência na capital acompanham um cenário nacional, no qual, em 2019, das vítimas letais policiais,²⁵ 79,1% eram pessoas negras e 99,2% eram homens,²⁶ de maneira que, no Brasil, a taxa de letalidade de pessoas negras é de 4,2 por 100 mil habitantes negros em decorrência de intervenções policiais, o que representa 183,2% a mais que a taxa verificada entre brancos, que é 1,5 por 100 mil habitantes brancos.²⁷ (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

Infelizmente, a violência policial recai de forma frequente sobre os bairros negros e periféricos, sendo difícil ignorar os recorrentes relatos sobre abordagens agressivas de policiais, principalmente a jovens negros, como aconteceu no caso de um grupo de jovens negros que, durante uma abordagem policial, filmada pelos moradores do bairro de Paripe, sofreram insultos racistas e homofóbicos, além de agressões físicas dos policiais.²⁸ O caso repercutiu na cidade e foi reconhecido como uma demonstração do racismo presente na instituição, que reproduz a lógica da associação da criminalidade à população negra e a necropolítica.

Esse quadro desafia a nossa compreensão de que não caberia a hierarquização das opressões vivenciadas por segmentos particulares da sociedade. Afinal, estamos falando do extermínio da população negra, da violência em seu sentido mais radical como forma de controle, sobretudo pelo Estado, da produção e reprodução das vidas negras, acompanhado do que Angela Davis (2016, p. 193) chamou

em Pernambuco, 93,2%; em São Paulo, 62,8%; e no Rio de Janeiro, 86%.

25 Os dados do Atlas da Violência 2020 revelam uma curva ascendente dos números da violência letal despendida pelas forças policiais: entre os anos de 2013 e 2019, saltou de 2.212 mortes para 6.375.

26 Entre estes, 74,3% tinham até 29 anos.

27 Cabe ressaltar, inclusive, que, em relação aos policiais assassinados, padrão similar é encontrado: 65,1% são negros. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020)

28 Ver: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/02/03/moradores-registram-agressao-policial-a-jovem-no-suburbio-de-salvador-voce-para-mim-e-ladrao-olha-esse-cabelo-disse-pm-video.ghtml>.

de “popularização da ideologia racista”. Nesse mesmo sentido, argumentou Angela Davis (2016, p. 87) ao recuperar relatos dos embates entre o movimento antirracista e o movimento das mulheres pelo sufrágio no contexto pós-abolição da escravidão nos Estados Unidos:

Diante da violência e do terror generalizados sofridos pela população negra no Sul, a insistência de Frederick Douglass [ativista antirracista] de que a urgência do povo negro em obter poder político era maior do que a das mulheres brancas de classe média era lógica e convincente. A população de ex-escravos ainda estava presa à luta pela sobrevivência [...] em oposição a isso, as mulheres brancas de classe média [...] não podiam alegar que sua vida sofria ameaças físicas. Elas não estavam, como os homens negros e as mulheres negras do Sul, envolvidas em uma guerra concreta por libertação.

O modelo de segurança pública adotado pelo Estado, fundamentado no discurso de guerra às drogas, privilegia ações de cerceamento e controle da população com abordagens ostensivas e ações descontroladas que têm como alvo principal o corpo negro. Quando olhamos para os dados sobre crimes contra a vida, percebemos que a sua maioria ocorre em bairros periféricos, comprometendo comunidades que sofrem com o ciclo da violência, que produz, ademais, a criminalização da população negra e do seu território, além da desintegração das famílias, com as mulheres negras vivendo uma espécie de morte em vida pela perda dos seus filhos, companheiros e entes queridos.²⁹ É essa a face mais perversa da interseccionalidade das desigualdades de raça, gênero e classe

29 Lembra-se aqui da reflexão de Achille Mbembe (2016, p. 132), “A vida do escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida”, sobre a vida da população negra escravizada marcada pelos atos de capricho senhoriais que usavam da violência mental e física e inclusive a morte do escravizado para incutir o terror.

que reproduz a segregação na cidade de Salvador, algo que precisa ser permanentemente enfrentado.

“Minha cidade, eu quero ela. Personalizados. Sobreviventes nessa meta. No processo de escrita. Reescrita é a história dessa terra. Eu quero ela. O poder dessa cidade bela. Quem me dera”. Como o faz o Ilê Aiyê, contemos e cantemos com a histórica resistência do povo negro e das mulheres negras para que esta cidade não seja de poucos e para que a formação dos espaços urbanos não represente um permanente acirramento de tão profundas desigualdades.

Conclusões

Com a discussão sobre as desigualdades que caracterizam os eixos de subordinação de raça, gênero e classe na cidade e a identificação de indicadores representativos das desigualdades desses eixos, buscamos produzir olhares interseccionais sobre os bairros de Salvador, o que poderá apoiar a reflexão sobre como as desigualdades se estruturam e se distribuem em seu território, confirmando ou apurando modelos de análise e concepções mais gerais sobre a cidade. Ao articularmos esses indicadores, estamos, ainda, buscando construir um olhar interseccional dos eixos de subordinação que produzem experiências únicas, embora representativas de um contexto mais ampliado da cidade, em que a segregação espacial converge – reproduz e acirra – desigualdades sociais, de gênero e raciais.

A identificação dos bairros mais e menos representativos das desigualdades de raça, gênero e classe foi possível a partir da análise dos dados produzidos no âmbito da pesquisa QUALISalvador – e também dados secundários – sobre existência/carência de creches em bairros com famílias onde mulheres figuram como responsáveis e onde vivem crianças de até cinco anos de idade, além de taxa

de homicídios e de desemprego. Analisados separadamente, esses indicadores também revelam desigualdades entre os bairros. Isso significa dizer, por exemplo, que temos bairros onde o desemprego figura entre os maiores na cidade e o acesso a creches encontra-se em condição desfavorável, porém o índice de homicídio é relativamente baixo em relação à média da cidade, como ocorre no bairro de Areia Branca; ou, ainda, bairros onde o índice de homicídios é alto, assim como a taxa de desemprego, porém a taxa de acesso a creches encontra alto patamar em relação à média da cidade, como é o caso de Jardim Santo Inácio.

No entanto, o nosso desafio é discutir a interseccionalidade das desigualdades de raça, gênero e classe na cidade, o que, como já mencionamos, exigiu esforço teórico e metodológico, considerando, em primeiro lugar, que são variadas as formas de expressão das opressões e, em segundo lugar, que não se deve hierarquizá-las. Note-se ainda que, ao definir os indicadores mais e menos favoráveis, selecionamos aqueles que revelam desigualdades na escala intraurbana da cidade de Salvador. Isso porque, ainda que nos bairros selecionados tenhamos encontrado índices de homicídio abaixo da média da cidade, estes serão sempre alarmantes e revelarão a face mais perversa do racismo. Ainda que tenhamos identificado percentuais de acesso a creches por famílias chefiadas por mulheres com crianças de mais de cinco anos acima da média da cidade, essa política deve almejar a ampliação e universalização, conforme, inclusive, o Plano Nacional de Educação (PNE). E, finalmente, a situação próxima ao pleno emprego já se mostrou uma realidade no país, especialmente no ano de 2014, no bojo de governos liderados por trabalhadores.

Isto posto, com a identificação dos bairros a partir de uma perspectiva interseccional, pretendemos oferecer a possibilidade de estudos futuros, seja sobre os bairros que selecionamos, seja sobre

o conjunto da cidade e as articulações possíveis com questões como renda, acesso a serviços públicos e infraestrutura. Pretendemos, ainda, apoiar o desenvolvimento desse campo teórico e metodológico que tem como princípio a impossibilidade de dissociar eixos de subordinação – particularmente, raça, gênero e classe –, sobretudo em cidades como Salvador cuja história nos remete às ganhadeiras, ao povo negro escravizado e a uma classe trabalhadora explorada e precarizada sob a hegemonia das oligarquias brancas, donas do poder, histórica e contemporaneamente. Finalmente, no âmbito do QUALISalvador, encontraremos dados e informações sobre esses e outros temas relevantes para a compreensão da qualidade do ambiente urbano em Salvador e do modo de vida da gente da cidade. Nesse exercício de reflexão, o olhar interseccional será importante recurso teórico e metodológico, sobretudo em uma cidade com o histórico de profundas desigualdades sociorraciais e de gênero, como vimos até aqui.

Referências

AFIRMAÇÃO ao poder. Composição: Jucka Maneiro, Roberto Cruz e Sandoval. *In: ILÊ AYE*. Salvador, 2020.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 14, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. *In: CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antonio David (org.). Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial: CLACSO, 2007. p. 195-209.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, Brasília, DF, ano 23, p. 23-35. 2017.

BUENO, Samira; PACHECO, Dennis; NASCIMENTO, Talita. O crescimento das mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo, ano 14, p. 86-94, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Desigualdades raciais no espaço urbano. *Cadernos do CEAS: revista crítica de humanidades*, Salvador, v. 45, n. 249, p. 137-166, jan./abr. 2020a.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Segregação, vulnerabilidade e desigualdades sociais e urbanas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 270-286, maio/ago. 2020b.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; BARRETO, Vanda Sá. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 18, p. 251-273, jul./dez. 2007.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso Pereira. As “cidades” de Salvador. *In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso Pereira (org.). Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. 2. ed. Salvador: Edufba, 2008. p. 81-107.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER. *Creche Heroínas do Lar é inaugurada no Parque São Bartolomeu*. Salvador, 28 mar. 2014. Disponível em: <http://www.conder.ba.gov.br/noticias/2014-03-28/creche-heroínas-do-lar-e-inaugurada-no-parque-sao-bartolomeu>. Acesso em: 4 jan. 2021.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *Creche comunitária, uma alternativa popular*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher: Secretaria da Educação e Cultura, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º sem 2002.

DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart (org.). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas: Edições Leitura Crítica: São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015.

GARCIA, Antônia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GUALBERTO, Andreza Rohem; SILVA, Silvana Cristina da. Cidade, gênero e classes sociais. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 18., 2019, Natal. *Anais [...]*. Natal: ANPUR, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. *Estudos Feministas*, São Paulo, n. 1, ano 2, p. 93-100, 1. sem. 1994.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, jan./jun. 2009.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. *SUR: revista internacional de direitos humanos*, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016.

IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 1-12, 2019a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

IBGE. Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. *Agência de notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 6 jun. 2020a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=Em%202019%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com,0%20horas%20para%20os%20homens>. Acesso em: 21 nov. 2020.

IBGE. *[Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral]*. 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093#resultado>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IBGE. *[Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral]*. 2020c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7015#resultado>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IBGE. *[Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral]*. 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6409#resultado>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IBGE. *[Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral]*. 2019c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7140#resultado>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IPEA. Atlas da Violência 2020. [Brasília, DF], 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

MORADORES filmam agressão policial a adolescente em Salvador: ‘Você para mim é ladrão, olha esse cabelo’, diz PM; VÍDEO. *G1 Bahia*, Salvador, 3 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/02/03/moradores-registram-agressao-policial-a-jovem-no-suburbio-de-salvador-voce-para-mim-e-ladrao-olha-esse-cabelo-disse-pm-video.ghml>. Acesso em: 14 jan. 2021.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 89-99, 2020.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE SEGURANÇA. *A cor da violência policial: a bala não erra o alvo*. [S. l.]: Ceseq, 2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/produtos/relatorios/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SALVADOR (BA). Secretaria Municipal da Educação do Salvador. *Educação em números*. Disponível em: <http://sistemas.educacao.salvador.ba.gov.br/relatorios/inicio#>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira *et al.* A problemática das águas em Salvador: crise, conflitos e desafios. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 23-45, jan./abr. 2012.

SANTOS, Carla Adriana da Silva. *Ó Paí, Prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando bonde no conjunto penal feminino de Salvador*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SARRIS, Georgia C. *et al.* Mulheres no mercado de trabalho no 2º trimestre de 2020. *Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho*, Campinas, v. 2, n. 2, set. 2020.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

APÊNDICE

Indicadores de desigualdades de raça, gênero e classe nos bairros de Salvador (2018-2020)

Bairro	Taxa de homicídios (CVLI) de pessoas negras por 100.000 habitantes	Percentual de famílias com mulher responsável pelo domicílio com presença de criança de até 5 anos e carência de creche no bairro	Razão de desemprego entre pessoas negras (pretas e pardas) e brancas responsáveis pela família	Razão de desemprego entre mulheres e homens responsáveis pela família
Acupe	6,19	6,20%	2,67	6,77
Águas Claras	40,67	0,00%	1,34	2,31
Alto da Terezinha	106,88	5,20%	16,84	2,48
Alto das Pombas	0,00	6,7%	0,61	1,86
Alto do Cabrito	67,67	4,4%	1,05	2,68
Alto do Coqueirinho	19,07	0,00%	0,88	1,18
Amaralina	0,00	5,3%	1,10	3,91
Areia Branca	0,00	11,70%	1,74	2,51
Arenoso	8,84	0,00%	20,00	2,06
Arraial do Retiro	25,88	9,70%	1,11	2,72
Bairro da Paz	25,33	0,00%	17,57	1,16
Baixa de Quintas	153,49	8,20%	9,65	0,71
Barbalho	9,35	2,50%	1,81	0,43
Barra	4,20	0,40%	2,22	0,00
Barreiras	54,86	4,10%	1,33	3,98
Barris	31,23	13,60%	5,80	1,42
Beiru/Tancredo Neves	34,29	0,00%	20,65	6,86
Boa Viagem	41,44	2,30%	10,29	34,20
Boa Vista de Brotas	0,00	3,80%	2,33	43,30
Boa Vista de São Caetano	47,99	9,10%	1,02	1,16
Boca da Mata	51,09	2,70%	3,47	2,78
Boca do Rio	8,94	2,30%	18,87	0,52
Bom Juá	32,01	5,60%	14,29	1,60
Bonfim	18,10	0,00%	1,88	4,64

Bairro	Taxa de homicídios (CVLI) de pessoas negras por 100.000 habitantes	Percentual de famílias com mulher responsável pelo domicílio com presença de criança de até 5 anos e carência de creche no bairro	Razão de desemprego entre pessoas negras (pretas e pardas) e brancas responsáveis pela família	Razão de desemprego entre mulheres e homens responsáveis pela família
Brotas	6,21	1,60%	10,47	1,13
Cabula	3,70	0,00%	1,57	0,94
Cabula VI	7,53	0,00%	0,36	1,11
Caixa d'Água	13,46	5,30%	1,57	2,92
Cajazeiras II	91,73	6,80%	12,74	5,19
Cajazeiras IV	27,76	7,40%	0,86	2,78
Cajazeiras V	36,98	1,60%	0,86	4,69
Cajazeiras VI	68,09	4,40%	1,17	3,02
Cajazeiras VII	75,46	4,70%	4,68	1,61
Cajazeiras VIII	58,15	3,00%	1,06	1,78
Cajazeiras X	34,60	0,00%	17,44	22,64
Cajazeiras XI	32,19	3,90%	1,51	1,32
Calabar	0,00	2,50%	1,31	1,24
Calabetão	105,06	0,00%	0,70	1,02
Calçada	221,94	10,00%	0,85	1,63
Caminho das Árvores	4,47	1,00%	1,21	0,85
Caminho de Areia	22,93	0,00%	1,67	8,23
Campinas de Pirajá	139,87	12,80%	21,84	1,75
Canabrava	5,08	4,40%	1,51	3,36
Candeal	25,17	3,70%	3,37	0,51
Canela	15,89	2,40%	1,69	9,95
Capelinha	34,73	0,00%	0,60	7,54
Cassange	149,20	2,80%	16,67	3,70
Castelo Branco	27,72	0,00%	11,75	2,52
Centro Histórico	77,75	12,40%	12,54	2,22
Centro/Dois de Julho	23,56	2,60%	1,88	4,01
Chapada do Rio Vermelho	18,44	2,10%	0,54	3,83

Bairro	Taxa de homicídios (CVLI) de pessoas negras por 100.000 habitantes	Percentual de famílias com mulher responsável pelo domicílio com presença de criança de até 5 anos e carência de creche no bairro	Razão de desemprego entre pessoas negras (pretas e pardas) e brancas responsáveis pela família	Razão de desemprego entre mulheres e homens responsáveis pela família
Cidade Nova	16,01	3,80%	0,46	1,10
Comércio	691,83	27,80%	0,06	2,11
Cosme de Farias	10,98	1,60%	12,18	2,22
Costa Azul	0,00	8,30%	2,30	3,62
Coutos	50,95	7,80%	26,20	2,66
Curuzu	17,83	8,50%	1,35	12,88
Dom Avelar	17,00	0,00%	0,58	2,04
Doron	52,53	0,00%	0,42	4,76
Engenho Velho da Federação	21,15	7,70%	16,67	6,35
Engenho Velho de Brotas	10,91	4,80%	0,52	2,30
Engomadeira	16,72	4,20%	1,33	1,52
Fazenda Coutos	39,34	4,90%	1,07	3,40
Fazenda Grande do Retiro	47,94	3,10%	0,82	1,36
Fazenda Grande I	32,12	3,20%	2,28	1,79
Fazenda Grande II	18,37	2,00%	1,52	2,05
Fazenda Grande III	0,00	0,00%	0,65	2,00
Fazenda Grande IV	12,67	2,30%	2,50	2,25
Federação	18,11	3,20%	2,82	0,41
Garcia	13,60	3,00%	11,69	1,63
Graça	0,00	4,00%	0,63	1,76
Granjas Rurais Presidente Vargas	466,47	12,30%	0,45	2,76
IAPI	88,98	1,90%	1,79	4,72
Ilha Bom Jesus	0	0,00%	1,52	0,95
Ilha de Maré	0	11,90%	59,80	0,68
Ilha dos Frades	0	0,00%	41,67	0,23

Bairro	Taxa de homicídios (CVLI) de pessoas negras por 100.000 habitantes	Percentual de famílias com mulher responsável pelo domicílio com presença de criança de até 5 anos e carência de creche no bairro	Razão de desemprego entre pessoas negras (pretas e pardas) e brancas responsáveis pela família	Razão de desemprego entre mulheres e homens responsáveis pela família
Imbuí	2,74	1,70%	2,30	1,04
Itacaranha	57,86	5,50%	1,85	6,06
Itaigara	0,00	3,10%	1,68	1,06
Itapuã	13,69	1,30%	1,82	1,86
Itinga	0,00	1,60%	18,01	3,23
Jaguaripe I	35,23	3,40%	17,20	3,46
Jardim Armação	28,74	6,10%	0,31	15,58
Jardim Cajazeiras	69,54	6,40%	0,52	2,04
Jardim das Margaridas	23,39	0,00%	1,30	23,08
Jardim Nova Esperança	12,06	5,50%	0,44	3,74
Jardim Santo Inácio	206,87	0,60%	2,19	1,52
Lapinha	14,55	1,50%	7,95	11,28
Liberdade	29,78	4,10%	10,43	1,61
Lobato	130,41	2,90%	12,20	17,14
Luiz Anselmo	6,29	2,00%	7,06	2,25
Macaúbas	71,29	2,70%	0,70	12,33
Mangueira	32,72	1,40%	0,96	2,14
Marechal Rondon	45,14	4,90%	1,37	0,89
Mares	0,00	4,30%	0,44	2,79
Massaranduba	16,02	4,30%	14,34	0,75
Mata Escura	57,10	1,80%	18,43	1,72
Matatu	8,68	4,20%	7,89	2,19
Monte Serrat	33,81	1,90%	0,99	1,83
Moradas da Lagoa	55,26	2,20%	1,16	2,35
Mussurunga	15,03	4,80%	0,18	1,80
Narandiba	31,67	7,30%	8,25	2,89
Nazaré	46,02	7,50%	5,50	2,17
Nordeste de Amaralina	4,87	0,00%	0,47	1,82

Bairro	Taxa de homicídios (CVLI) de pessoas negras por 100.000 habitantes	Percentual de famílias com mulher responsável pelo domicílio com presença de criança de até 5 anos e carência de creche no bairro	Razão de desemprego entre pessoas negras (pretas e pardas) e brancas responsáveis pela família	Razão de desemprego entre mulheres e homens responsáveis pela família
Nova Brasília	18,71	2,00%	25,71	0,69
Nova Constituinte	35,78	3,10%	1,79	1,40
Nova Esperança	56,42	8,20%	20,65	1,91
Nova Sussuarana	11,01	5,50%	0,44	1,48
Novo Horizonte	5,98	3,30%	1,41	4,56
Novo Marotinho	0,00	9,80%	0,36	1,36
Ondina	0,00	0,00%	5,04	1,46
Palestina	0,00	4,30%	0,38	2,66
Paripe	31,83	1,70%	0,75	3,51
Patamares	0,00	0,00%	6,34	8,67
Pau da Lima	36,13	0,00%	17,70	2,65
Pau Miúdo	68,55	1,60%	0,52	8,11
Periperi	60,63	0,00%	1,35	1,55
Pernambués	17,37	0,00%	0,57	4,43
Pero Vaz	32,66	0,00%	0,42	5,37
Piatã	7,94	2,60%	4,55	0,42
Pirajá	41,82	1,60%	7,94	2,68
Pituaçu	10,38	1,80%	1,39	1,08
Pituba	0,00	0,00%	1,32	0,76
Plataforma	60,75	2,70%	1,45	1,22
Praia Grande	87,47	2,90%	1,56	1,18
Resgate	12,71	2,00%	8,39	5,11
Retiro	866,41	7,10%	25,00	6,86
Ribeira	33,80	2,70%	1,21	1,98
Rio Sena	38,34	3,80%	21,42	1,50
Rio Vermelho	0,00	4,20%	1,97	1,71
Roma	25,81	0,00%	12,20	1,09
Saboeiro	24,50	4,60%	17,15	2,62

Bairro	Taxa de homicídios (CVLI) de pessoas negras por 100.000 habitantes	Percentual de famílias com mulher responsável pelo domicílio com presença de criança de até 5 anos e carência de creche no bairro	Razão de desemprego entre pessoas negras (pretas e pardas) e brancas responsáveis pela família	Razão de desemprego entre mulheres e homens responsáveis pela família
Santa Cruz	19,20	0,00%	18,31	2,17
Santa Luzia	156,29	4,20%	0,71	1,40
Santa Mônica	13,90	10,10%	1,04	1,69
Santo Agostinho	20,43	10,20%	4,58	1,08
Santo Antônio	44,41	8,60%	0,15	0,97
São Caetano	54,13	7,50%	5,98	4,91
São Cristóvão	25,33	1,40%	21,68	3,90
São Gonçalo	32,05	1,60%	0,92	1,54
São João do Cabrito	65,25	0,00%	0,94	1,43
São Marcos	51,90	2,00%	15,04	1,73
São Rafael	20,93	3,80%	8,16	3,13
São Tomé	24,76	5,20%	0,65	1,62
Saramandaia	11,55	4,30%	0,80	3,33
Saúde	15,19	4,00%	0,84	1,73
Sete de Abril	33,35	1,70%	11,52	17,42
Stella Maris	0,00	0,00%	0,69	5,23
Stiep	0,00	3,40%	0,50	2,49
Sussuarana	26,84	0,00%	0,80	3,22
Tororó	34,17	12,00%	5,85	9,60
Trobogy	21,79	11,10%	13,59	3,38
Uruguai	21,26	1,70%	2,33	1,15
Vale das Pedrinhas	0,00	1,60%	1,21	1,45
Vale dos Lagos	0,00	10,90%	0,71	3,03
Valéria	40,43	7,70%	0,84	2,37
Vila Canária	51,46	4,30%	19,46	3,60
Vila Laura	0,00	0,00%	0,30	0,76
Vila Ruy Barbosa/Jadim Cruzeiro	35,12	1,50%	0,32	9,55

Bairro	Taxa de homicídios (CVLI) de pessoas negras por 100.000 habitantes	Percentual de famílias com mulher responsável pelo domicílio com presença de criança de até 5 anos e carência de creche no bairro	Razão de desemprego entre pessoas negras (pretas e pardas) e brancas responsáveis pela família	Razão de desemprego entre mulheres e homens responsáveis pela família
Vitória	0,00	9,40%	11,03	10,00

Fonte: produzido pelas autoras com base em dados do QUALISalvador.



ÁGUAS, RESÍDUOS E LUGARES NA CIDADE DE SALVADOR

Patrícia Campos Borja

Luiz Roberto Santos Moraes

Saara de Carvalho Boteon

Apesar de reconhecer que o saneamento básico é um serviço com forte impacto na saúde pública e no controle ambiental, no Brasil, ainda hoje, esse serviço não chega para todos. A relação entre salubridade do meio e o bem-estar é tema antigo da humanidade. Hipócrates (1984), no século V, ao publicar o texto “Ares, águas, lugares”, já estabelecia as relações entre ambiente e saúde. A antiguidade deixou marcas importantes, com grandes obras, como testemunho não só das relações entre ambiente, higiene e saúde, mas também da importância das infraestruturas sanitárias, especialmente o abastecimento de água, para o desenvolvimento.

Mas, desde sempre, o acesso a tais infraestruturas é negado para parcela significativa das populações. Assim é que, ao longo dos séculos, a falta de saneamento básico levou a grandes epidemias e foi responsável pela elevada taxa de mortalidade infantil,

como ainda hoje, em regiões como a África, Índia e América Latina. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, com o processo de industrialização vinculado ao desenvolvimento do capitalismo emergente, as cidades passaram a ser o lócus do processo de produção e reprodução social. Nesse momento, as cidades eram assoladas por epidemias que limitavam a produtividade do trabalho. Engels, em seu texto, *a Situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2010), pela primeira vez, vincula as condições de vida, de trabalho e de moradia à exploração do trabalho, introduzindo a noção de determinação social da salubridade do meio e da saúde. Para ele:

O operário é estrangido a viver nessas casas já arruinadas porque não pode pagar o aluguel de outras em melhor estado, porque não existem moradias menos ruins na vizinhança das fábricas ou

porque, ainda, elas pertencem ao industrial e este só emprega os que aceitem habitá-las.

[...] De quando em vez, diante da ameaça de epidemias, a sonolenta consciência dos serviços de higiene é despertada: então, empreendem-se incursões aos bairros operários e interditam-se inúmeros porões e casas [...]; mas isso dura pouco, porque logo as mesmas casas voltam a ser ocupadas por novos inquilinos e os proprietários, de novo com os imóveis alugados, têm uma vantagem a mais: sabem bem que a vigilância sanitária não voltará tão cedo! (ENGELS, 2010, p. 101)

A crise sanitária da Europa do século XIX e a organização do operariado fizeram emergir lutas urbanas voltadas para a saúde pública. Esse cenário e os impactos das enfermidades na produtividade do trabalho levaram os governos, como fiéis escudeiros do capital, a promover ações para controlar as enfermidades. Nasceu, assim, a medicina urbana ou medicina social. Com ela, busca-se disciplinar a higiene pública para a garantia da salubridade urbana e, a partir dela, promover o controle dos corpos, do modo de vida, da terra urbana e das águas. Sob o argumento da sanitização das cidades, há o controle dos lugares.

As reformas sanitárias buscavam a higienização das cidades, o que passava pelo afastamento para a periferia dos pobres e operários. O espaço da cidade passou a ser a expressão, o testemunho das relações sociais desiguais e da exploração do trabalho. Assim, a salubridade ambiental tornou-se um produto das condições materiais e sociais de existência, ou seja: a salubridade revela as condições de vida das populações e as iniquidades de uma estrutura social.

De forma estrutural, a lógica de acumulação capitalista determina os processos de produção da cidade e condiciona a natureza das políticas e programas urbanos, as ações de infraestrutura e a prestação dos serviços urbanos, entre eles os serviços públicos de saneamento básico.

Assim, a produção social do espaço responde às lógicas da acumulação capitalista. Na cidade, as desigualdades sociais produzem espaços precários, seguindo a lógica de ocupação dos sem moradia, com disputa pela terra urbana, ocupações, adensamento populacional e precariedade da infraestrutura, gerando espaços não planejados formalmente pelo poder público. O planejamento oficial da expansão urbana volta-se para a cidade formal, havendo um apagamento da cidade informal, da cidade dos excluídos. O resultado é uma cidade apartada: de um lado, a cidade formal seguidamente atendida com intervenções públicas e serviços públicos; do outro, a cidade "informal", onde a chamada "ocupação desordenada do solo" e a "infraestrutura urbana precária" são seguidamente utilizadas para justificar as dificuldades do poder público para atender a essas áreas. Com isso, além do apagamento da cidade dos excluídos, há a negação dos processos que a produziram, ou seja: a desordem se desloca da sua natureza central – a produção capitalista do espaço – e se instala nos excluídos. São eles que produzem a cidade da desordem.

Desloca-se também a falta de infraestrutura das mãos do Estado para as dos trabalhadores da periferia. Nessa lógica, a pobreza é a desordem. Como esses apagamentos, a cidade dos excluídos, a cidade desordenada e sem infraestrutura, deixa de ser o produto de relações sociais que ocorrem sob a lógica do capitalismo periférico e de urbanização acelerada e desigual. Sob essa perspectiva fica, então, estabelecida uma prática institucional que se distancia dos processos de produção da cidade real, aquela que é autoconstruída pelas mãos e obra dos excluídos e que, sim, tem uma ordem: a ordem dos que estão apartados, resistem à exclusão e reclamam pelo direito à cidade, à moradia, ao saneamento básico.

É preciso chamar a atenção para o caráter de classe das formas de apropriação da terra urbana e da estratificação socioespacial na implementação da infraestrutura e no acesso aos serviços e, conseqüentemente,

na própria ação estatal, mesmo em sociedades com governos com características democráticas. Em linhas gerais, é a lógica global dos interesses do capital e das classes sociais privilegiadas que, historicamente, determina o que fazer, onde e quando fazer, em detrimento de demandas e interesses das classes trabalhadoras e da maioria da população, ampliando e reproduzindo as desigualdades. Assim, o acesso ao saneamento básico, particularmente em países situados na periferia do capitalismo, inclusive em governos que incorporam demandas sociais, está sempre associado à luta e à disputa em torno da universalização, da garantia do caráter público da prestação dos serviços e da disputa em torno do orçamento público.

É sob essa perspectiva que o presente capítulo se estrutura, ao buscar estudar e revelar as desigualdades do acesso aos serviços públicos de saneamento básico na cidade de Salvador e provocar uma reflexão sobre as políticas públicas e os processos de determinação político-social sob os quais a cidade e seus moradores, os trabalhadores, estão submetidos, especialmente os negros e as mulheres da periferia.

Aspectos políticos, jurídicos e institucionais do saneamento básico em Salvador

A promoção e a melhoria da saúde da população e da salubridade ambiental na cidade passam, necessariamente, pelo acesso a ações e serviços públicos de saneamento básico. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) entende o direito ao saneamento ambiental, para as presentes e futuras gerações, como parte do direito às cidades sustentáveis, importante diretriz da política urbana. A formulação e a implementação de política pública municipal de saneamento básico, de forma democrática e integrada, tornam-se necessárias para reduzir as desigualdades sociais e intraurbanas e proporcionar a todos os cidadãos o acesso, com qualidade, a essas ações e serviços essenciais.

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso V, é competência dos municípios “[...] organizar ou prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local”. (BRASIL, 1988) Assim, a responsabilidade pela organização e prestação dos serviços públicos de saneamento básico é do município. No caso de Salvador, em 1924, o governo municipal transferiu em lei os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para a Secretaria de Saúde do estado, seguido de uma lei estadual de 1925 que estabelece a assunção desses serviços. Em 1929, foi assinado um termo de acordo entre as partes por tempo indeterminado, que estabeleceu a competência do estado da Bahia em relação a esses serviços. Desde então, órgãos do Governo do Estado da Bahia e, a partir de 1975, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) vêm atuando em Salvador com base nessas legislações e no termo de 1929.

Em dezembro de 1999, o governo municipal aprovou a Lei nº 5.676, para que o município firmasse convênio com o Governo do Estado da Bahia visando à desestatização da Embasa, com vistas ao seu processo de privatização então em curso. Devido à grande pressão popular junto ao Poder Executivo municipal, essa lei foi revogada em março de 2003.

Apenas em dezembro de 2009 é que o município de Salvador e o estado da Bahia, com base na Lei Federal nº 11.107/2005, firmaram um convênio de cooperação, para que a Embasa prestasse os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário por meio de contrato de programa, sendo que a regulação e fiscalização dos serviços prestados pela Embasa, ainda de forma precária, passaram a ser de responsabilidade da então Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Coresab), substituída pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa) – após a sua criação, em 2012. Em maio de 2011, a

Câmara Municipal aprovou e o chefe do Poder Executivo sancionou a Lei nº 7.981, que autoriza o município a firmar contrato de programa com a Embasa, o que até agora não aconteceu.

A Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) apresenta deficiências e necessita de estrutura institucional integrada na área de saneamento básico. Atualmente, as ações e os serviços públicos de saneamento básico estão sob a responsabilidade de alguns órgãos e secretarias. A Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra), que conta com o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB), com a Diretoria de Saneamento Ambiental e a Gerência de Recursos Hídricos e Saneamento, assumiu a responsabilidade de planejar e gerir a infraestrutura urbana e o saneamento ambiental, bem como de projetos e obras de drenagem de águas pluviais e de redes de esgoto implantados pela PMS. Ainda nessa secretaria, as ações de fiscalização de projetos e de execução de obras de drenagem urbana ficam a cargo da Superintendência de Obras Públicas de Salvador (Sucop), embora as ações e os serviços de sua manutenção fiquem a cargo da Secretaria de Manutenção da Cidade (Seman).

A limpeza urbana no município é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop), que conta com o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Limpeza Urbana e que terceirizou a totalidade dos serviços prestados pela Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (Limpurb), agora responsável pela definição do planejamento, fiscalização e controle dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, embora a coleta seletiva desses resíduos esteja sob a responsabilidade da Secretaria de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Secis). As ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano estão sob a responsabilidade da Subcoordenadoria de Vigilância em Saúde Ambiental (Visamb), da Diretoria de Vigilância da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O município criou por lei, em 2007, a Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços de

Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, visando à privatização desses serviços, modificada por lei, em 2013, para Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos do Salvador (Arsal), incluindo abastecimento de água e esgotamento sanitário, embora inoperante quanto a esses serviços, que continuam a ser regulados e fiscalizados pela Agersa, além de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Como desdobramento de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de duas ações diretas de inconstitucionalidades quanto à titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, em que o acórdão da decisão do STF estabeleceu que o exercício da titularidade em regiões metropolitanas deve-se dar entre os municípios e o estado, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) passou a contar com a Lei Complementar nº 41/2014, que criou a Entidade Metropolitana da RMS e estabeleceu o saneamento básico como função pública de interesse comum aos municípios da região. Assim, decisões relativas a planejamento, regulação, prestação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico do município de Salvador que tenham impacto regional deverão ser apreciadas pela referida entidade.

A Lei Orgânica do Município (LOM) estabelece em seu artigo 229:

O Poder Executivo elaborará e operará um Plano Diretor de Saneamento, a ser aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para as empresas concessionárias ou permissionárias dos serviços públicos, que o deverão atender rigorosamente, não sendo permitida a renovação da concessão ou permissão nos casos de infrações. (SALVADOR, 2016a, p. 77)

A Lei nº 7.400/2008, mesmo oriunda de processo pouco participativo, sem atender ao estabelecido no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), contempla em seus artigos 95 a 97, a partir de contribuições da sociedade civil, dispositivos importantes sobre saneamento básico, como: determinação de que o município instituirá política

municipal de saneamento básico; criação do Sistema Municipal de Saneamento Básico e de órgão municipal regulador e fiscalizador dos serviços; Câmara Técnica de Saneamento Básico do Conselho Municipal de Salvador; FMSB (instituído pela Lei nº 7.981/2011); banco de dados de saneamento básico integrado ao Sistema de Informação Municipal (SIM-Salvador); e, nos artigos 98 a 106, diretrizes para os quatro componentes do saneamento básico. (SALVADOR, 2008)

Apesar disso, até o momento, Salvador não dispõe nem de um plano nem de uma política de saneamento básico. Esforço nesse sentido foi realizado em 1994-1995, quando a PMS, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), elaborou o Plano de Saneamento para a Cidade de Salvador (PSCS), mas não o encaminhou à Câmara Municipal com vistas à sua aprovação e instituição de política municipal de saneamento básico, continuando, assim, o município sem atender ao artigo 229 da LOM.

Após a promulgação da Lei nº 11.445/2007, que estabeleceu a necessidade de elaboração, de forma participativa, de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) como instrumento de planejamento municipal e como condição para os municípios acessarem recursos para saneamento básico geridos pela União, a elaboração do PMSB de Salvador vem sendo prolongada desde 2010 até os dias atuais, apesar de os Decretos nº 21.020, de 29 de julho de 2010; nº 27.001, de 30 de dezembro de 2015; e nº 28.352, de 4 de abril de 2017, do chefe do Poder Executivo municipal, terem criado comissão executiva específica para tal.

O máximo realizado foi a elaboração do Plano de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, com apoio financeiro da Embasa, aprovado pela Lei nº 7.981, de 31 de maio de 2011, necessitando a conclusão dos Planos Setoriais de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas; e de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana – incisos II e III, respectivamente, do artigo 2º da referida lei –, bem

como a compatibilização e consolidação desses três planos, a edição do PMSB pela PMS e seu encaminhamento à Câmara Municipal para apreciação e aprovação em lei, o que, conforme o artigo 2º da referida lei, deveria ter acontecido desde 29 de junho de 2012. Apenas em 2019 a prefeitura realizou processo de concorrência pública para contratação de empresa de consultoria para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado (PMSBI), cujo contrato foi assinado em março de 2020. O plano, segundo Diário Oficial do Município, visa subsidiar a prefeitura na implementação da gestão e operação de ações de melhorias dos serviços públicos de saneamento básico, “bem como elaboração da minuta de Lei específica para implementação da Política Municipal de Saneamento Básico”, além da “proposição de alterações para minuta de um eventual Contrato de Programa com a Embasa”. O contrato com o consórcio de empresas vencedor da licitação para elaboração do plano tem valor de R\$ 4,857 milhões, com prazo de 15 meses, a serem contados a partir da ordem de serviço. (SALVADOR, 2020b, p. 31)

No entanto, é importante frisar que a Lei nº 7.981/2011 também estabelece em seu artigo 2º, no parágrafo 2º: “No processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, serão observados mecanismos que assegurem a participação popular na formulação de políticas, planejamento e avaliação dos serviços públicos de saneamento”. No parágrafo 3º, estabelece que o plano, “[...] inclusive em observância ao disposto no art. 229 da Lei Orgânica do Município, produzirá os efeitos de Plano Diretor de Saneamento”. No art. 3º, a lei determina que o referido plano deveria ser “revisto durante o exercício de 2015, assegurada a ampla divulgação das propostas de revisão e dos estudos que as fundamentem, inclusive mediante consultas e/ou audiências públicas”. Esses dispositivos não foram cumpridos. (SALVADOR, 2011)

O artigo 4º da referida lei estabelece a instituição do FMSB – estabelecido na Lei nº 7.400/2008, o Plano Diretor de Desenvolvimento

Urbano do Município do Salvador (PDDU) 2008 – junto à então Secretaria Municipal de Transportes Urbanos e Infraestrutura (Setin), atual Seinfra, cujos recursos destinam-se a custear programas e ações de saneamento básico e infraestrutura urbana, especialmente os relativos a:

I – intervenções em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares, a fim de viabilizar o acesso dos ocupantes aos serviços de saneamento básico; II – ampliação e manutenção do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas; III – ampliação e manutenção dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; IV – drenagem, contenção de encostas e eliminação de riscos de deslizamentos; V – controle da ocupação das encostas, fundos de vale, talwegues e Áreas de Preservação Permanente ao longo dos cursos e espelhos d’água; VI – recuperação da malha viária danificada em razão de obras de saneamento básico; VII – estudos e projetos de saneamento; VIII – ações de educação ambiental em relação ao saneamento básico; IX – ações de reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, inclusive por meio de associação ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis; X – desapropriação de áreas para implantação das ações de responsabilidade do Fundo; XI – desenvolvimento de sistema de informação em saneamento básico; XII – formação e capacitação de recursos humanos em saneamento básico e educação ambiental. (SALVADOR, 2011, p. 4)

Em seu parágrafo 1º, o artigo 4º da lei define: “Os recursos do FMSB somente serão aplicados em ações e projetos que tenham sido aprovados pela Câmara Técnica de Saneamento Básico do Conselho Municipal de Salvador”; no parágrafo 2º: “Câmara Técnica [...] poderá editar regulamento com o objetivo de disciplinar quais projetos e ações poderão ser admitidos para custeio por parte do

FMSB, bem como seu regime de prestação de contas e publicidades de suas aplicações”; e no parágrafo 3º: “não se admitirão propostas de aplicação de recursos do FMSB que não estejam conformes ao previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico ou dos Planos Setoriais que o integram” (SALVADOR, 2011, p. 4), o que poderia explicar a então falta de interesse do Poder Executivo municipal em concluir o Plano Setorial de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas e o de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana e em editar o PMSB de Salvador, continuando a aplicar os recursos financeiros em projetos e ações pontuais de seu interesse, e não naqueles estabelecidos nesse instrumento de planejamento, que deveria ser elaborado de forma participativa.

Além da fragilidade jurídico-institucional, o corpo técnico e gerencial da PMS é insuficiente para os grandes desafios do município de Salvador em termos de saneamento básico. Soma-se a isso a inexistência de iniciativas para a contratação e capacitação de pessoal; pelo contrário, o que cada vez mais acontece é a redução do quadro de pessoal próprio da prefeitura, a não realização de concurso público para contratação de pessoal qualificado para as instituições que atuam na área e a expansão da prática da terceirização dos serviços.

Essa realidade faz com que não haja qualquer atitude da PMS para exercer o seu poder de titular dos serviços junto à Embasa. As relações com a Embasa, normalmente, dão-se em torno de questões relacionadas aos conflitos gerados pelas obras na cidade. Durante os nove anos da implantação do Programa de Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos (Bahia Azul) em Salvador (1995-2004) e, posteriormente, quando da implantação do Sistema de Disposição Oceânica (SDO) do Jaguaribe – que inclui o segundo emissário submarino de Salvador (2008-2011) –, a PMS não teve qualquer tipo de envolvimento, a não ser por meio de convênio para pavimentar os logradouros públicos danificados pelas intervenções realizadas.

A gestão dos serviços públicos de saneamento básico deve incorporar e praticar princípios democráticos, cabendo ao poder público o dever da sua promoção com vistas a garantir direitos e igualdade, devendo-se assegurar a participação e o controle social de forma ativa, crítica e não tutelada pelo Estado, único mecanismo capaz de produzir um processo de decisão que visa superar as influências do capital na definição da agenda, na alocação de recursos e alinhando a ação pública na direção dos interesses da coletividade.

A legislação relacionada às ações e aos serviços públicos de saneamento básico, tanto aquela que regula institucionalmente a área quanto a articulação intersetorial e interdisciplinar, incluindo normas e padrões de qualidade sanitária e ambiental, na medida em que incorporem efetivamente sua relação com o ambiente e a saúde, poderá contribuir para potencializar seus benefícios.

A natureza de uma ação de saneamento básico a coloca como essencial à vida humana e à proteção ambiental. Sendo eminentemente coletiva, em face da repercussão da sua ausência, a ação se constitui em uma meta social, situando essa medida no plano coletivo, em que os indivíduos, a comunidade e o poder público têm papéis a desempenhar. Dada a sua natureza, o esforço para a sua promoção deve-se dar em vários níveis, envolvendo diversos atores. As ações de saneamento básico, além de serem fundamentalmente de saúde pública e de proteção ambiental, constituem-se em serviços essenciais, direito social do cidadão e dever do Estado. Desse modo, a promoção das ações de saneamento básico está mais compatível com as políticas públicas e sociais, o que estabelece um princípio fundamental, que deve nortear a política de saneamento: o saneamento básico é uma meta coletiva, diante de sua essencialidade, à vida humana e à proteção ambiental, o que evidencia o seu caráter público e o dever do Estado na sua promoção, constituindo-se em um direito social integrante de políticas públicas e sociais. (BORJA, 2004)

O grande desafio que se coloca para o poder público e os diversos segmentos da sociedade soteropolitana é a construção de uma nova ordem socioambiental pautada na ética, justiça social, justiça ambiental, solidariedade, transparência, tecnologias apropriadas e sociais e participação, que venha praticar, em relação às ações e aos serviços públicos de saneamento básico, política baseada no referido princípio fundamental.

Assim, urge em Salvador a implementação dos artigos 89 a 101 da Lei nº 9.069/2016 – PDDU 2016 da cidade –, bem como a formulação e instituição de uma política municipal de saneamento básico, como estabelecido no artigo 89 da referida lei, sistêmica, articulada com as políticas de saúde, meio ambiente/águas, desenvolvimento urbano/habitação, educação, trabalho, emprego e renda, entre outras; uma política que contemple os princípios de universalidade, equidade, integralidade, intersetorialidade, qualidade do serviço, sustentabilidade, transparência das ações, utilização de tecnologias apropriadas, adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água e gestão pública, assegurando a participação e o controle social na sua formulação, implementação, acompanhamento e avaliação.

Tal desafio implica também a necessidade de trabalho conjunto e coordenado entre as três esferas de governo: o município de Salvador, que, pela Constituição Federal, é o titular/responsável pelos serviços públicos de saneamento básico; o estado da Bahia, por meio de sua empresa estatal, delegatária dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a Embasa, da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema); e o Governo Federal, implementando a Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico, por meio dos programas e ações federais relacionados à área.

Os serviços públicos de saneamento básico de Salvador, nas componentes abastecimento de água e esgotamento sanitário, estão acima da média nacional em termos de cobertura da população. Tal realidade deve-se aos investimentos realizados nas últimas décadas pela Embasa, no âmbito do Bahia Azul (1995-2004) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Saneamento (2007-2014). O primeiro envolveu a soma de 300 milhões de dólares para ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 80% do valor total investidos no esgotamento. Já o PAC foi responsável por um investimento da ordem de 1 bilhão de reais. Com a promulgação da Lei nº 14.026/2020, que altera diversos dispositivos da Lei nº 11.445/2007 e de outras seis leis federais, visando induzir a privatização dos serviços públicos de saneamento básico no país, principalmente os de abastecimento de água e esgotamento sanitário, inclusive vedando os contratos de programa, torna-se necessário, para regularizar a situação contratual entre a PMS e a Embasa, que seja firmado contrato de gestão, atendendo ao disposto no artigo 10 da Lei nº 11.445/2007 e no artigo 9º, inciso VIII, da Lei nº 13.089/2015. Por sua vez, a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é realizada por empresas privadas contratadas pela PMS, enquanto os serviços públicos de manejo das águas pluviais urbanas são prestados diretamente pela prefeitura.

Abastecimento de água

Nesta seção, são abordados aspectos sobre o abastecimento de água, como as condições gerais do sistema de abastecimento de água de Salvador, o acesso e qualidade dos serviços, contemplando também os dados coletados pelo Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador), sua discussão e análise.

Condições gerais da prestação dos serviços e o sistema de abastecimento de água de Salvador

Os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Salvador são prestados pela Embasa. De acordo com a Constituição Federal, cabe ao município essa prestação, de forma direta ou por meio de delegação. O município promoveu a delegação dos serviços em 1925 e, em 1975, a Embasa assumiu a prestação.

Com a instituição da Lei Federal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e a Lei de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005), o município e a Embasa passaram a buscar solução para dar legalidade à prestação dos serviços. Assim, em 2009, foi celebrado o convênio de cooperação entre o estado da Bahia e o município de Salvador, de forma a possibilitar a assinatura de um contrato de programa entre a prefeitura e a Embasa. Em 2011, a Lei Municipal nº 7.981, além de ratificar a necessidade da assinatura do contrato, também aprovou o Plano de Saneamento Básico – serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário –, autorizou o município a celebrar contrato de programa com a Embasa e instituiu o FMSB. (SALVADOR, 2011)

No entanto, até o presente momento, em 2021, a delegação dos serviços não foi equacionada e a Embasa continua a prestar os serviços sem o contrato. O conjunto de interesses relacionados à prestação desses serviços, nos níveis nacional, estadual e municipal, tem levado a uma série de disputas em torno da prestação pública ou privada, tema que embala os debates no campo do saneamento básico desde os anos 1990.

Embora não se pretenda aprofundar esse debate no presente capítulo, é importante assinalar aqui que a garantia do direito ao saneamento básico para todos impõe a atuação do Estado e a prestação pública, estratégia utilizada pela maioria dos países do mundo. (CASTRO; HELLER, 2009) A experiência internacional, não só durante os séculos XIX e XX como também neste século, tem demonstrado

com fortes evidências a incapacidade do setor privado de assumir e universalizar, com qualidade, a prestação de um serviço público tão essencial. Via de regra, em pouco tempo, as prestadoras privadas promovem aumentos de tarifa, estratificam a prestação do serviço de acordo com a capacidade de pagamento, diminuem a qualidade dos serviços, não cumprem o programa de investimentos e, quando têm pouca lucratividade, não hesitam em abandonar os contratos.

No Brasil, desde os anos 1990, busca-se instituir o negócio da água, que movimenta cerca de 20 bilhões de reais por ano, sob o argumento frente à sociedade da falta de recursos públicos para universalizar os serviços e de uma suposta ineficiência e falta de qualidade na prestação dos serviços pelas entidades públicas. Após a privatização, hoje realizada por meio de diversos modelos – parceria público-privada, concessão plena, concessão parcial, abertura de capitais, locação de ativos etc. –, esses recursos são obtidos junto a bancos públicos, a juros baixos, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal, entre outros. Ao final, as prestadoras privadas buscam apropriar-se do patrimônio público das estatais, acessar financiamento a baixos juros e demarcar a sua área de atuação em partes da cidade ou municípios que garantam a sua lucratividade, restando para o poder público as áreas menos rentáveis, como as periferias urbanas, as zonas rurais, os povos do campo, da floresta e das águas, historicamente excluídos das políticas públicas.

Salvador é abastecida pelo Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA) da RMS, que também abastece os municípios de Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Santo Amaro e Saubara. O principal manancial do sistema é o Rio Paraguaçu, cuja captação ocorre na represa de Pedra do Cavalo, no município de Cachoeira, fornecendo uma vazão de 7 m³/s. O sistema conta com três Estações de Tratamento de Água (ETA), sendo a de maior capacidade a ETA Principal (7,47 m³/s),

localizada no município de Candeias, que também é abastecido pelas águas do Rio Joanes e do Rio Jacuípe, por meio das represas Joanes II e Santa Helena (Quadro 1, Figura 1).

Quadro 1 – Síntese do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da RMS

Manancial	Represa	ETA	Sistema	Tipo de tratamento	Vazão de tratamento (L/s)	Município atendido
Paraguaçu Joanes Jacuípe	Pedra do Cavalo Joanes II Santa Helena	ETA Principal	SIAA do Recôncavo	Convencional	7.467	Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho
Joanes Ipitanga	Joanes I Ipitanga I	ETA Teodoro Sampaio	SIAA da RMS	Convencional	2.026	Salvador
				Convencional	1.590	
Ipitanga	Ipitanga II	ETA Suburbana	SIAA da RMS	Filtro russo ou clarificador de fluxo ascendente	Desativada	Salvador e Simões Filho
Total					11.083	

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados de Bahia (2015b) e Embasa (2015).

O sistema integrado da RMS tem uma vazão captada de 16.685 L/s nos mananciais superficiais (Tabela 1) e uma vazão total tratada de 11.083 L/s. Segundo estudos realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Sedur) em 2015, no âmbito do Plano de Abastecimento de Água da RMS, a demanda de água de Salvador entre 2015 e 2040 foi dimensionada para dois cenários: o cenário 1 previu uma vazão de 11.095 L/s para 2025, desde que houvesse uma redução de perdas de

Figura 1 - Principais mananciais e sistemas de abastecimento de água da RMS



Fonte: Bahia (2015b, p. 11).

água para o máximo de 35% até 2040; e o cenário 2 previu uma vazão de 11.433 L/s, considerando não haver a redução de perdas pretendida (Figura 2). (EMBASA, 2014 apud BAHIA, 2015b)

Tabela 1 - Vazões (m³/s) disponíveis para abastecimento da RMS e volume acumulado nas represas

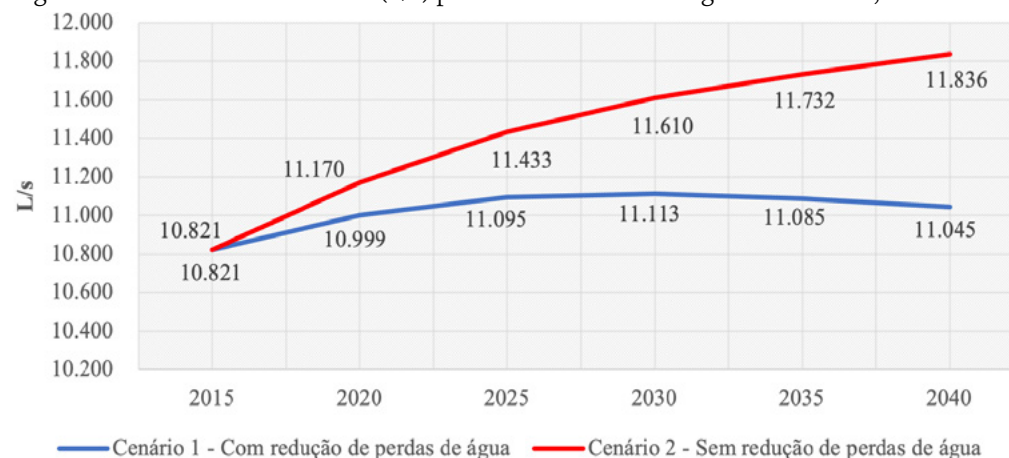
Represas	Nível mínimo operacional	Vazões (m ³ /s) disponíveis para abastecimento da RMS com permanência de			Vazão captada (L/s)	Volume total acumulado (1.000 m ³)
		100%	95%	90%		
Barragem Ipitanga I	23 m	0,08	0,13	0,18	800*	6.000
Barragem Ipitanga II	48,43 m	0,18	0,28	0,38	450**	4.600
Barragem do Joanes I	14,05 m	0,39	0,63	0,83	3.300	19.000
Barragem do Joanes II	24,90 m	1,19	1,91	2,52	3.200	129.000
Barragem e Represa de Pedra do Cavalo	110 m	21	21	21	7 m ³ /s	4.836 hm ³
	108 m					
	106 m					
Barragem e Represa de Santa Helena	17 m	2,05	3,65	4,65	2.100	241.000
	10 m	4,60	6,37	7,97		
Total	-	29,49	33,97	37,53	16.850	5.235.600

Fonte: adaptada de Bahia (2015b).

Nota: * A vazão regularizada da Represa Ipitanga I é de 500 L/s, que, somada ao reforço proveniente da Represa Ipitanga II por meio da calha do próprio rio de 350 L/s, totaliza 850 L/s. A vazão captada média é de 800 L/s por intermédio do *booster* situado imediatamente à jusante da barragem.

** A represa formada pela Barragem Ipitanga II fornecia uma vazão para a ETA Suburbana de 0,30 m³/s; mais a adução para a Usina Siderúrgica Gerdau (0,10 m³/s); e adução para a Fábrica da Norsa Refrigerantes (Coca-Cola) em Simões Filho (0,05 m³/s). Se somada a restituição à calha do rio para reforço de Ipitanga I (0,35 m³/s), a vazão retirada média da represa é de 800 L/s.

Figura 2 - Cenários de demandas (L/s) para abastecimento de água de Salvador, 2015-2040



Fonte: Bahia (2015a, p. 107).

Nota: cenário 1: com redução de perdas de água na rede de distribuição até 2040 de no máximo de 35%; cenário 2: sem redução de perdas de água na rede de distribuição.

O balanço hídrico do Plano de Abastecimento de Água da RMS, realizado frente à demanda de água projetada até 2040, indicou a necessidade de pelo menos 4,56 m³/s, que deveriam ser atingidos progressivamente a partir de 2015. Em face da eminente restrição no suprimento de água de Salvador, especialmente no verão, o plano indicou a reativação da Barragem de Santa Helena, que foi efetivada

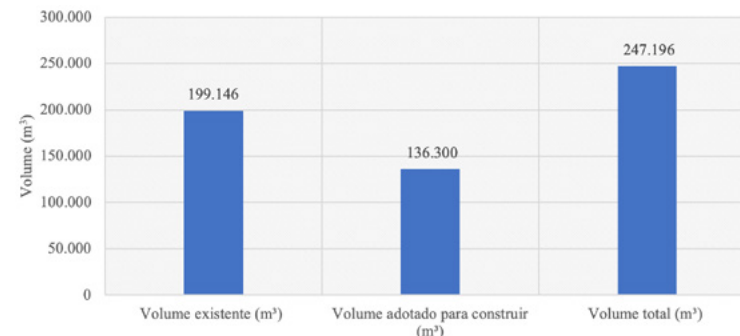
em 2017. Também foi iniciada a perfuração progressiva de 14 poços em área próxima à ETA Principal, com previsão de perfuração de mais dois poços, bem como está também prevista, para mais longo prazo, a construção da barragem de Itapeperica no Rio Pojuca. Cabe observar que as perdas de água têm-se mantido desde 2001 em patamares extremamente altos, chegando a 56% em 2019, distante da meta dos 35%, confirmando a expectativa pessimista do Plano de Abastecimento de Água da RMS quanto à sua redução. (SNIS, 2021)

Cabe também ressaltar que o referido estudo não incorporou em sua avaliação o impacto das mudanças climáticas nas vazões dos mananciais utilizados na RMS. Estudos desenvolvidos por Silva (2012, p. 114) para avaliar a disponibilidade de água do reservatório de Pedra do Cavalo, no período de 2011 a 2040, indicaram reduções nas vazões afluentes de todos os reservatórios da bacia do Rio Paraguaçu, sendo que no “reservatório de Pedra do Cavalo as vazões médias passaram de 104,36 m³.s⁻¹ para 75,34 m³.s⁻¹, portanto uma redução de 28%”.

O Sistema Integrado de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho contém quatro Unidades Municipais e 57 zonas de abastecimento: UMF (Federação), com 14 zonas; UMB (Bolandeira), com 11 zonas; UML (Cabula), com 8 zonas; e UMJ (Pirajá), com 24 zonas. O sistema possui 32 reservatórios, sendo 19 apoiados e 13 elevados. Ao avaliar a capacidade dos reservatórios, o Plano de Abastecimento de Água da RMS destaca que o parque de reservação do SIAA de Salvador deverá passar de 199.146 m³, em 2015, para 247.196 m³, em 2040. Com isso, a previsão é construir reservatórios com 136.300 m³ para ampliar a capacidade de reservação de forma a atender à demanda prevista em 2040¹ (Figura 3). (BAHIA, 2015c) O plano revela que a maior parte das áreas que estão com *deficit* de volume de reservação abrange a região periférica da cidade (Figura 4).

1 Inclui o município de Simões Filho.

Figura 3 - Previsão de ampliação da capacidade de reservação do SIAA de Salvador, 2015-2040



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados de Bahia (2015c).

Figura 4 - Previsão de ampliação da capacidade de reservação do SIAA de Salvador, 2015-2040



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados de Bahia (2015c).

No que diz respeito à qualidade da água dos mananciais de abastecimento do SIAA de Salvador, o Plano de Abastecimento de Água da RMS registra que os principais problemas se relacionam à eutrofização dos reservatórios e à presença de alumínio e ferro,

resultantes dos processos de tratamento de água, além de chumbo, cuja origem não foi identificada. (BAHIA, 2015b)

Por meio das análises da qualidade da água de amostras coletadas pela Embasa entre março de 2012 e março de 2014, o plano avaliou o Índice do Estado Trófico (IET), que busca medir o enriquecimento da água por nutrientes e o crescimento excessivo das algas ou o aumento da infestação de macrófitas aquáticas. A análise da Tabela 2 permite perceber que todos os mananciais se encontram com problemas na qualidade da água, estando entre o estado eutrófico e hipereutrófico, sendo que a situação mais grave, no período de 2012 a 2014, foi encontrada na represa de Ipitanga III, com IET médio de 69 (estado hipereutrófico), e na represa e captação do Joanes I, com IET médio de 66 (estado supereutrófico).

Tabela 2 - Índice do Estado Trófico nos reservatórios do SIAA de Salvador, com amostras coletadas e analisadas entre março de 2012 e março de 2014²

Represas	IET-CL*	IET (PT)**	IET (média)	Estado trófico	
				Categoria	Ponderação
Ipitanga III – represa	66	72	69	Hipereutrófico	5
Ipitanga II – represa	55	63	59	Mesotrófico	2
Ipitanga I – represa e captação	56	63	60	Eutrófico	3
Joanes II – captação ETA Principal	54	70	62	Eutrófico	3
Joanes II – represa	54	67	61	Eutrófico	3
Joanes I – represa e captação	62	70	66	Supereutrófico	4

2 Conforme a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, a Cetesb (2014), as classes de estado trófico envolvem seis categorias de níveis de IET: ultraoligotrófico (IET ≤ 47); oligotrófico (47 < IET ≤ 52); mesotrófico (52 < IET ≤ 59); eutrófico (59 < IET ≤ 63); supereutrófico (63 < IET ≤ 67); e hipereutrófico (IET > 67).

Represas	IET-CL*	IET (PT)**	IET (média)	Estado trófico	
				Categoria	Ponderação
Santa Helena – captação	60	65	63	Eutrófico	3
Pedra do Cavalo	60	67	63	Eutrófico	3

Fonte: Bahia (2015b, p. 53).

Nota: *Índice do Estado Trófico relativo à clorofila (IET-CL).

**Índice do Estado Trófico relativo ao fósforo (IET-PT).

Tais resultados indicam a necessidade premente de atenção por parte dos órgãos do governo estadual, de forma a promover uma ação conjunta com vistas a reverter as condições atuais dos mananciais.

Acesso e qualidade dos serviços

De acordo com dados obtidos pelo QUALISalvador (2018-2020), 98,9% dos domicílios de Salvador têm acesso à rede pública de distribuição de água (Tabela 3). Comparando esse dado com os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), verifica-se que, para o ano de 2019, a primeira fonte informa que 99,5% dos domicílios de Salvador eram atendidos com rede pública de água, enquanto a segunda registra 73,6%³ (Figura 5). Considerando o índice de atendimento de água do SNIS de 2019, a cobertura da população chegou a 88,3%.

3 Esse indicador foi calculado pelo número de economias residenciais ativas de água (com dados do SNIS 2019) em relação ao número de domicílios informados pela PNAD Contínua. (IBGE, [200-]) A economia de água é uma unidade de medida da prestadora de serviço, usada para cadastros comerciais, e se refere às unidades domiciliares que têm acesso à rede pública. No caso de unidades pluridomiciliares, a prestadora executa uma ligação de água que atenderá ao número de economias/domicílios existente nesse tipo de unidade.

Tabela 3 – Tipo de abastecimento de água, 2018-2020 (N = 15.260)

Tipo	N	%	Acumulado
Rede de distribuição de água da Embasa	14.980	98,17	98,17
Rede de distribuição de água da Embasa/ poço escavado ou tubular implantado na área do domicílio	31	0,20	98,37
Rede de distribuição de água da Embasa/ poço tubular implantado pelo condomínio com tratamento da água	31	0,20	98,57
Rede de distribuição de água da Embasa/ poço tubular implantado pelo condomínio sem tratamento da água	12	0,08	98,65
Rede de distribuição de água da Embasa/ fonte, lagoa ou rio	16	0,11	98,76
Rede de distribuição de água da Embasa/poço tubular implantado pelo condomínio com tratamento da água/poço tubular implantado pelo condomínio sem tratamento da água	14	0,09	98,85
Poço escavado ou tubular implantado na área do domicílio	33	0,22	99,07
Poço escavado ou tubular implantado na área do domicílio/poço tubular implantado pelo condomínio com tratamento da água	9	0,06	99,13
Poço tubular implantado pelo condomínio com tratamento da água	20	0,13	99,26
Poço tubular implantado pelo condomínio sem tratamento da água	4	0,03	99,29
Fonte, lagoa ou rio	20	0,13	99,42
Outro	90	0,58	100
Total	15.260	100	

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Uma vez que o índice de atendimento de água do SNIS é fornecido em proporção da população atendida, calculada por meio de uma estimativa feita com o uso do número de economias

residenciais ativas de água, número estimado de habitantes por economia e população estimada pelo IBGE, é possível que a informação gerada tenha alguma imprecisão. Por outro lado, o dado gerado a partir do número de economias residenciais ativas de água fornecido pelo SNIS e o número de domicílios, fornecidos pela PNAD Contínua, 73,6%, causa estranhamento. Certamente, esse dado pode ter sido afetado pelo número de economias inativas de água, dado não fornecido pelo SNIS. Se essa consideração for correta, os dados podem estar indicando que há um percentual representativo de domicílios que estão com a ligação de água inativa, constituindo-se uma questão preocupante. De todo modo, essa informação deve ser mais bem avaliada pela Embasa, que fornece os dados para o SNIS.

Considerando os dados da PNAD Contínua de 2019 (99,6%), pode-se perceber que se aproximam do obtido pelo QUALISalvador (2018-2020), no valor de 98,9%. De todo modo, esse valor indica que Salvador encontra-se próxima da universalização do acesso à rede pública de água, estando acima da média brasileira (85,5%) e à frente de capitais como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. (IBGE, [200-])

Apesar de ser elevado o nível de atendimento de domicílios com rede de água, os níveis de acesso por bairro permitem perceber uma desigualdade, o que significa dizer que ainda existem famílias que acessam a água por meio de outras fontes, condição que revela uma possível precariedade em termos de qualidade e quantidade de água (Figura 6). Entre os domicílios que não acessam a rede pública de distribuição de água, destacam-se as seguintes características:

- 1) Cerca de 59,6% têm uma mulher como responsável pelo domicílio;

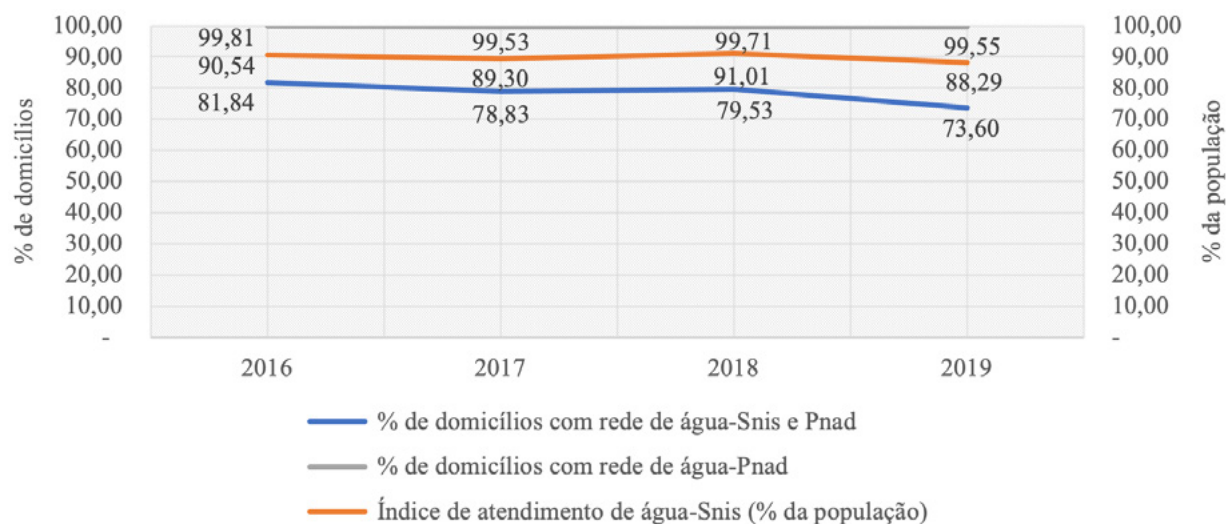
- 2) Apenas 9,3% dos responsáveis têm cor/etnia branca;
- 3) Cerca de 9,1% dos responsáveis têm nível superior;
- 4) Cerca de 86% dos domicílios têm renda familiar mensal menor que três salários mínimos;
- 5) Em aproximadamente 66,3% dos domicílios, as famílias viviam em estado de insegurança alimentar.

Diante do exposto, pode-se perceber que as famílias que não usam a rede pública de distribuição de água têm indicadores que revelam uma vulnerabilização social, implicando dificuldades de acessar um serviço público tão essencial à vida. Analisando a Figura 6, observa-se que essas famílias, em sua maioria, vivem em

bairros do Subúrbio Ferroviário e em parte do Miolo de Salvador, especialmente na direção sul-norte.

A Figura 6 mostra a proporção de domicílios com acesso à rede de distribuição de água operada pela Embasa, que varia de 75,8% a 100%. Pode-se perceber que a rede abrange quase a totalidade dos bairros. Observa-se ainda que, mesmo em bairros onde reside a população situada nas maiores faixas de renda, existem domicílios que usam outra fonte de água, a exemplo de poços. Existe uma proporção de domicílios que optaram por implantar poços tubulares, com ou sem tratamento de água, para diminuir o valor das contas mensais a serem pagas à Embasa. Não se tem conhecimento que tal prática seja monitorizada pela Visamb do município, o que seria

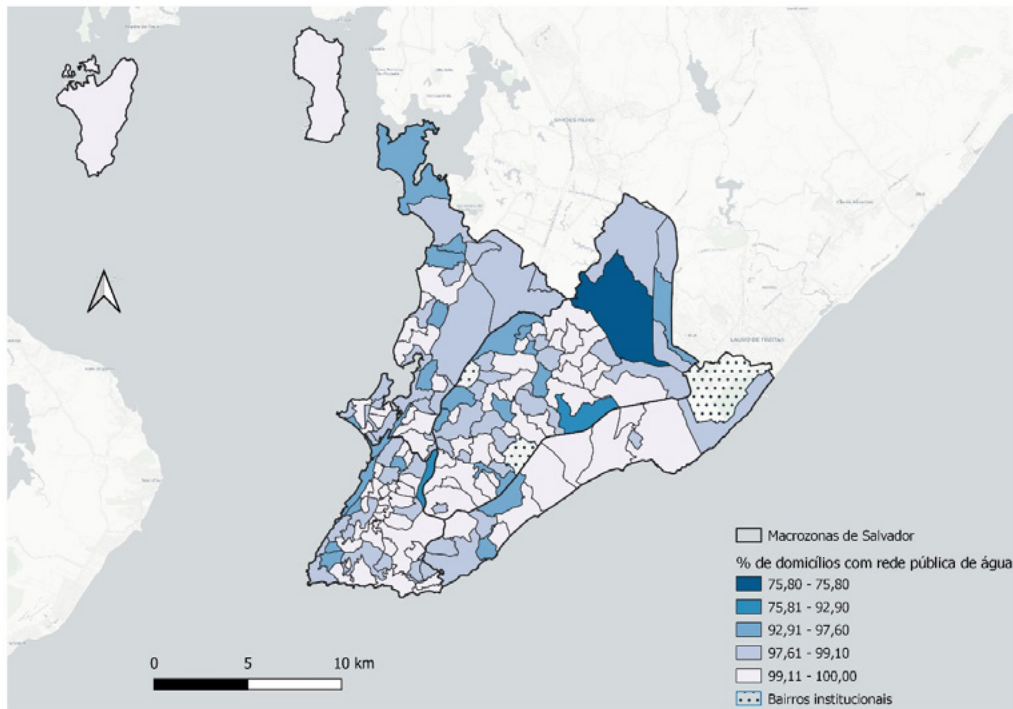
Figura 5 - Proporção de domicílios (%) com atendimento de rede pública de água e índice de atendimento de água do SNIS (%), 2019



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do IBGE (2010) e do SNIS (2021).

necessário, uma vez que estudos têm indicado a contaminação do manancial subterrâneo da cidade, especialmente com halógenos, além de efluentes de fossas sépticas.

Figura 6 - Proporção de domicílios (%) com acesso à rede pública de água por bairros, 2018-2020 (N = 15.260)



Fonte elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Em relação à frequência da distribuição de água, 81,4% dos entrevistados no âmbito do QUALISalvador informaram dispor de água continuamente nos seus domicílios. Os dados revelam

que essa percepção dos entrevistados ocorre de forma desigual no território e que o perfil dos responsáveis revela, mais uma vez, o caráter social desse indicador (Tabela 4, Figura 7).

Tabela 4 - Percepção dos respondentes sobre a frequência do fornecimento de água pela rede de distribuição da Embasa em proporção de domicílios (%), 2018-2020 (N = 15.083)

Frequência do fornecimento de água	N	%	% Acumulado
Tem água durante o dia todo (dia e noite)	12.281	81,41	81,41
A água só chega à noite todos os dias	999	6,63	88,04
Falta água em até dois dias da semana	530	3,51	91,55
Falta água por mais de dois dias da semana, mas o reservatório garante o abastecimento	754	5,00	96,55
Falta água por mais de dois dias da semana e compra água quando acaba	251	1,66	98,21
Outro	268	1,79	100
Total	15.083	100	

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A Figura 7 mostra a distribuição espacial da proporção de domicílios cujos moradores entrevistados informaram que o fornecimento de água da rede de distribuição operada pela Embasa é contínuo. A espacialização da percepção dos entrevistados indica que a maior proporção dos domicílios que passam por situação de descontinuidade no fornecimento de água reside na região do Miolo de Salvador e no Subúrbio Ferroviário.

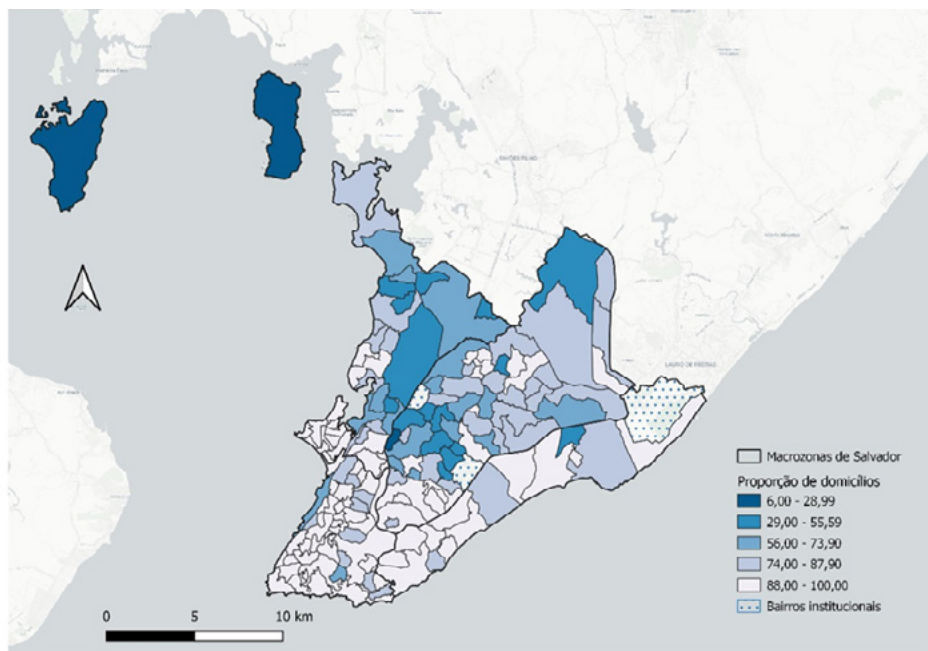
O Quadro 2 apresenta a faixa de proporção de domicílios cujos moradores respondentes informaram dispor de abastecimento de água contínuo.

Quadro 2 – Faixas de proporção de domicílios com abastecimento de água contínuo, segundo a percepção dos entrevistados e bairros, 2018-2020 (N = 15.085)

Bairros	Faixas de proporção de domicílios com abastecimento de água contínuo, segundo entrevistados (%)
Alto das Pombas, Alto do Coqueirinho, Amaralina, Baixa de Quintas, Barbalho, Barra, Barreiras, Barris, Boa Viagem, Boa Vista de Brotas, Boca do Rio, Bom Juá, Bonfim, Brotas/Horto Florestal, Cabula, Caixa d'Água, Cajazeiras II, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras VII, Calabar, Calçada, Caminho das Árvores, Caminho de Areia, Candeal, Canela, Centro/Dois de Julho, Curuzu, Doron, Engenho Velho de Brotas, Fazenda Grande do Retiro, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Federação, Garcia, Graça, IAPI, Imbuí, Itacaranha, Itaigara, Jardim Armação, Jardim das Margaridas, Lapinha, Luiz Anselmo, Macaúbas, Mares, Massaranduba, Matatu, Monte Serrat, Narandiba, Nazaré, Novo Marotinho, Ondina/Chame-Chame, Patamares, Pernambués, Piatã, Pituba, Plataforma/Ilha Amarela, Resgate, Retiro, Ribeira, Rio Vermelho, Roma, Saboeiro, Santa Cruz, Santa Mônica, Santo Agostinho, Santo Antônio, São Caetano, São Rafael, Saúde, Stella Maris, Stiep, Tororó, Uruguai, Vale das Pedrinhas, Vila Laura, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro e Vitória.	88,1 a 100
Acupe, Alto da Terezinha, Areia Branca, Beiru/Tancredo Neves, Boa Vista de São Caetano, Boca da Mata, Cabula VI, Cajazeiras VI, Cajazeiras VIII, Cajazeiras XI, Canabrava, Capelinha, Cassange, Castelo Branco, Centro Histórico, Chapada do Rio Vermelho, Cidade Nova, Cosme de Farias, Costa Azul, Fazenda Grande III, Fazenda Grande IV, Itapuã, Itinga, Jaguaripe I, Jardim Santo Inácio, Liberdade, Mangueira, Nordeste de Amaralina, Nova Brasília, Pau Miúdo, Periperi/Colina de Periperi/Mirante de Periperi, Pero Vaz, Pituáçu, Praia Grande, Rio Sena, Santa Luzia, São Cristóvão, São Gonçalo, São João do Cabrito, São Tomé, Saramandaia, Trobogy e Vila Canária.	75 a 88
Águas Claras, Alto do Cabrito, Arraial do Retiro, Campinas de Pirajá, Comércio, Dom Avelar, Engenho Velho da Federação, Engomadeira, Fazenda Coutos, Jardim Nova Esperança, Lobato, Mata Escura, Mussurunga, Paripe, São Marcos, Sete de Abril, Vale dos Lagos e Valéria.	56 a 74
Arenoso, Bairro da Paz, Cajazeiras X, Calabetão, Coutos/Vista Alegre, Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Cajazeiras, Marechal Rondon, Moradas da Lagoa, Nova Constituinte, Nova Esperança, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Palestina, Pau da Lima, Pirajá e Sussuarana.	30 a 55
Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maré e Ilha dos Frades.	6 a 29

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Figura 7 - Percepção de respondentes sobre o fornecimento contínuo de água em proporção de domicílios (%) por bairros, 2018-2020 (N = 15.085)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Ao se avaliar o perfil das famílias cujos respondentes informaram não dispor de abastecimento contínuo, pôde-se identificar que:

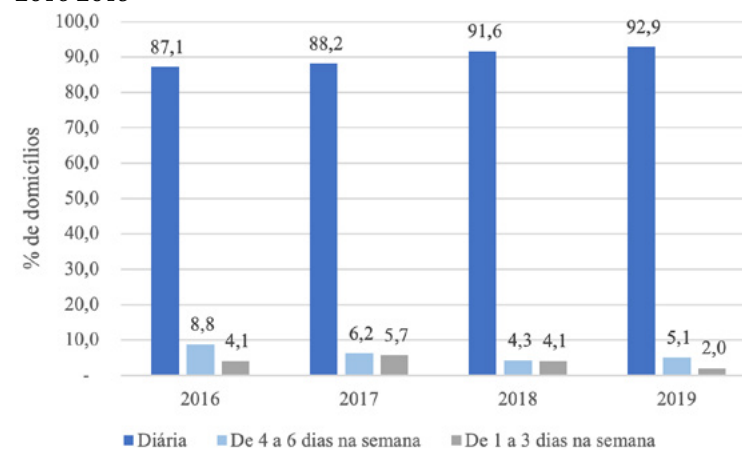
- 1) Cerca de 58,9% têm mulheres como responsável pela família;
- 2) Apenas 8,5% dos responsáveis dos domicílios se autodeclararam brancos;
- 3) Aproximadamente 9,4% dos responsáveis têm nível superior;
- 4) Em 80,4% dos domicílios, a renda familiar mensal é inferior a três salários mínimos;

5) Em 55,7% dos domicílios, as famílias viviam em estado de insegurança alimentar.

Considerando as informações dos entrevistados, os dados revelam, mais uma vez, que o perfil das famílias que não têm acesso ao abastecimento contínuo de água é característico de populações que, historicamente, vêm sendo excluídas do acesso a serviços públicos, havendo um recorte de gênero, étnico-racial e de renda.

A avaliação dos dados da PNAD Contínua do IBGE quanto à frequência do abastecimento de água pela rede de distribuição de Salvador, entre 2016 e 2019, indica que o fornecimento diário de água passou de 87,1% dos domicílios, em 2016, para 92,9% em 2019 (Figura 8). (IBGE, [200-])

Figura 8 - Frequência do fornecimento de água pela rede pública em proporção de domicílios, segundo dados da PNAD Contínua, 2016-2019



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do IBGE ([200-]).

Cabe observar que a PNAD Contínua considera categorias diferentes das definidas pelo QUALISalvador, sendo difícil uma

comparação dos dados. Inclusive, o fornecimento de água diário é diferente do fornecimento contínuo, como avaliado pelo projeto. De todo modo, considerando ambos os resultados, o sistema de abastecimento de água de Salvador não atende a uma parte da população da cidade com o fornecimento de água contínuo, configurando-se uma irregularidade frente às exigências do Ministério da Saúde, que, por meio da Portaria de Consolidação nº 5/2017, define no artigo 25 do Anexo XX: “[...] a rede de distribuição de água para consumo humano deve ser operada sempre com pressão positiva em toda sua extensão”. (BRASIL, 2017, p. 209) Considerando os dados da PNAD Contínua de 2019, nesse ano, cerca de 199 mil moradores de Salvador recebiam água em seus domicílios de forma descontínua.

Certamente, esse nível de acesso ao abastecimento contínuo de água justifica o uso de reservatórios em 77,2% dos domicílios pesquisados (Tabela 5). Embora apenas 1% dos respondentes tenha declarado dispor em seu domicílio de reservatórios sem tampa, o fornecimento descontínuo da água e o uso do reservatório são práticas que ampliam o risco de contaminação da água, quer seja na rede pública em função das pressões negativas, quer seja nos reservatórios, já que estes, via de regra, não são devidamente mantidos.

Tabela 5 - Existência de reservatório no domicílio, 2018-2020 (N = 13.783)

Existência de reservatório	N	%	Acumulado (%)
Sim, tem reservatório com tampa	11.775	77,2	77,2
Sim, tem reservatório sem tampa	159	1	78,2
Sim, tem reservatório (não sabe especificar se com ou sem tampa)	122	0,8	79
Não tem reservatório	3.204	21	100
Total	15.260	100	

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Para 67,7% dos entrevistados, a qualidade da água fornecida pela Embasa é boa e para 23,6% é regular, ou seja: apresenta cor/sujeira ou algum mau cheiro (Tabela 6, Figura 9).

Tabela 6 - Percepção dos respondentes sobre a qualidade da água fornecida pela Embasa, 2018-2020 (N = 15.085)

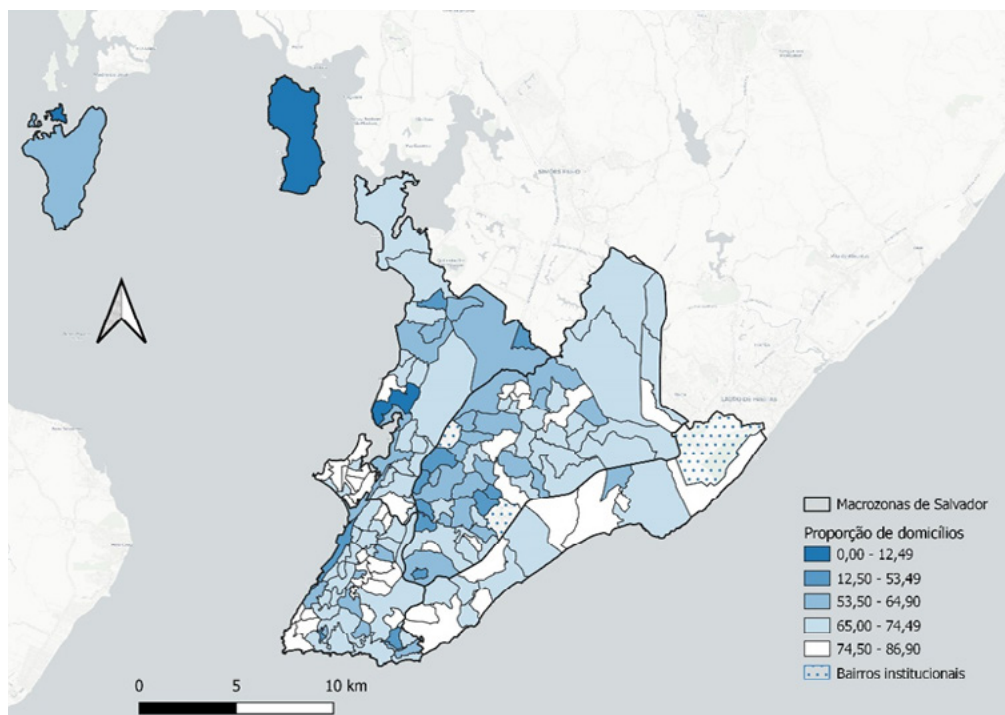
Qualidade da água	N	%	Acumulado (%)
Boa (límpida, sem outro cheiro, gosto bom)	10.213	67,70	67,70
Regular (apresenta alguma cor/sujeira, algum cheiro)	3.562	23,62	91,32
Ruim (escura/suja, cheiro ruim)	1.202	7,97	99,29
Outro	108	0,71	100
Total	15.085	100	

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Ao se avaliar a distribuição espacial, por bairro, da proporção de entrevistados que avaliaram a qualidade da água como boa, pode-se perceber que as menores proporções estão localizadas, mais uma vez, em bairros do Miolo e do Subúrbio Ferroviário.

Avaliando-se os resultados da monitorização no sistema de distribuição de água de Salvador realizada pela Embasa entre novembro de 2013 e dezembro de 2020, pode-se perceber que, das 73.073 amostras coletadas, apenas 1,1% apresentou turbidez acima do permitido pela Portaria de Consolidação nº 05/2017, do Ministério da Saúde, que estabelece as normas e os padrões para a qualidade da água para consumo humano (Tabela 7). Esse indicador foi de 0,4% nas amostras coletadas nos reservatórios que abastecem a cidade e de 1,2% na rede de distribuição. Esses dados revelam que o parâmetro turbidez está em um percentual elevado de conformidade frente às exigências do Ministério da Saúde.

Figura 9 - Percepção dos respondentes sobre a qualidade da água fornecida pela Embasa por bairros, em proporção de domicílios em que a avaliação foi boa (límpida, sem outro cheiro, gosto bom), 2018-2020 (N = 15.085)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Considerando o comportamento do teor de turbidez nas amostras coletadas no sistema de distribuição, percebe-se que houve um ligeiro decréscimo da proporção de amostras que atenderam ao padrão. Em 2014, cerca de 99,4% das amostras atenderam ao padrão, em 2020, esse indicador passou para 98,7%.

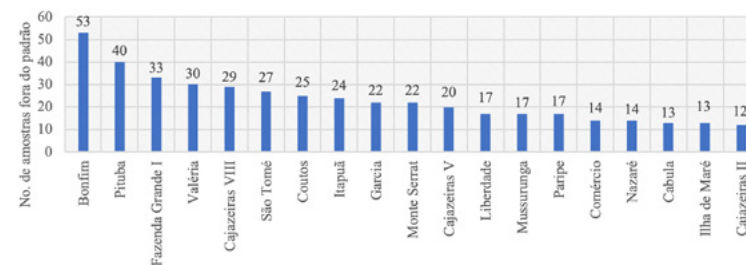
No período analisado, 71,3% (92 de 129) dos bairros monitorizados pela Embasa em Salvador apresentaram desconformidade para o parâmetro turbidez, sendo que em 19 foram identificadas desconformidades em mais de 11 amostras em cada. Nos bairros Bonfim e Pituba, foram verificados os maiores números de amostras fora do padrão (Figura 10).

Tabela 7 - Resultados das análises da qualidade da água de amostras coletadas no sistema de distribuição de água para o parâmetro turbidez (uT), segundo locais de coleta, janeiro de 2013 a dezembro de 2020

Turbidez (uT)	Reservatório		Rede de distribuição		Total	
	N	%	N	%	N	%
< 1	7.663	88,8	53.917	83,7	61.580	84,3
1 a 5	933	10,8	9.768	15,1	10.701	14,6
> 5	36	0,4	756	1,2	792	1,1
Total	8.632	100	64.441	100	73.073	100

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

Figura 10 - Bairros que apresentaram mais de 11 amostras com turbidez (uT) mais que 5 uT, no sistema de distribuição de água, janeiro de 2013 a dezembro de 2020



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

Embora os resultados indiquem um padrão muito satisfatório para o parâmetro turbidez no sistema de distribuição de água de Salvador, as desconformidades identificadas atingem de forma diferenciada os bairros da cidade, havendo bairros que concentram um maior número de amostras nessa condição. Tal fato evidencia a necessidade de uma avaliação por parte da prestadora de serviços para verificar os motivos pelos quais tal condição se estabelece, para promover as ações corretivas.

No que se refere ao cloro residual livre, do total de amostras coletadas no sistema de distribuição de água de Salvador, entre 2013 a 2020, 99,1% estavam em conformidade com os padrões exigidos ($0,2 \leq Cl \leq 5$) pelo Ministério da Saúde. Nos reservatórios, esse indicador foi de 99,7% e na rede de distribuição foi de 99%.

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde de manter no sistema de distribuição um cloro residual livre de 2 mg/L, esse indicador apresenta conformidade de 48% na saída dos reservatórios, 74,6% na rede de distribuição e 71,4% no sistema distribuidor. Salienta-se que valores de cloro residual livre acima de 2 mg/L e abaixo de 5 mg/L não implicam riscos à saúde, mas afetam o sabor e o odor da água, ultrapassando o limite do padrão organoléptico. Porém, os resultados indicam que, do ponto de vista da saúde pública, o sistema de distribuição de água de Salvador, no período de 2013 a 2020, ofertou água em termos de cloro residual livre em padrão muito satisfatório, apresentando problemas pontuais.

Do total de bairros monitorizados pela Embasa no período analisado, em 58,1% foram identificadas amostras fora do padrão. Em 14,3% (19 bairros), verificou-se, em cada um, mais de 11 amostras em desconformidade para cloro residual livre, sendo que nos bairros Pituba, São Marcos, Comércio, Amaralina, Rio Vermelho, Matatu e Baixa de Quintas observou-se mais de 30 (Figura 11). Esses bairros citados apresentaram amostras com cloro residual livre abaixo de 0,2 mg/L, indicando a necessidade de realizar investigações de forma a

verificar os motivos de tal condição de modo a revertê-la, visando à garantia da proteção à saúde dos usuários da água.

Tabela 8 – Resultados das análises da qualidade da água de amostras coletadas no sistema de distribuição de água para o parâmetro cloro residual livre (mg/L) segundo locais de coleta, janeiro de 2013 a dezembro de 2020

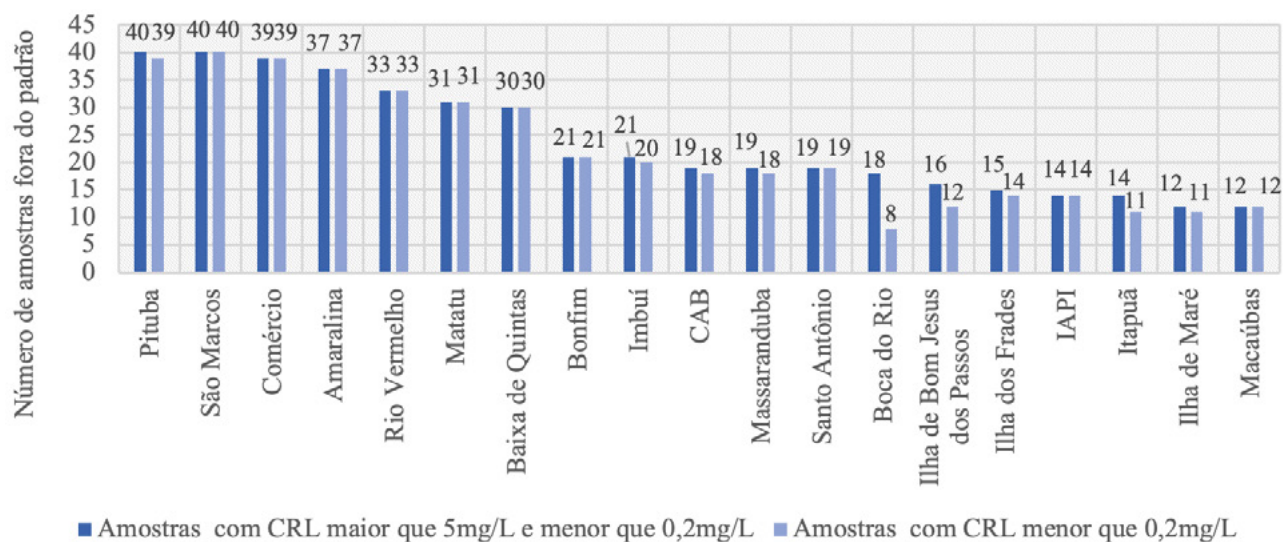
Cl (mg/L)	Reservatório		Rede de distribuição		Total	
	N	%	N	%	N	%
< 0,2	12	0,1	606	0,9	618	0,9
0,2 a 2	4.142	48	48.041	74,6	52.183	71,4
2,1 a 5	4.465	51,7	15.746	24,4	20.211	27,6
> 5	15	0,2	26	0	41	0,1
Total	8.634	100	64.419	100	73.053	100

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

Nota: segundo a Portaria de Consolidação nº 5/2017 do Ministério da Saúde, em seu artigo 34, “É obrigatória a manutenção de, no mínimo, 0,2 mg/L de cloro residual livre ou 2 mg/L de cloro residual”. No parágrafo 2º do artigo 39, “Recomenda-se que o teor máximo de cloro residual livre em qualquer ponto do sistema de abastecimento”; e no anexo 7 do anexo XX, na tabela de padrão de potabilidade para substâncias químicas que representam risco à saúde, o valor máximo permitido para o cloro residual livre deve ser de 5 mg/L.

Quanto ao parâmetro *Escherichia coli*/100 mL, cerca de 99,8% das amostras coletadas no sistema de distribuição apresentaram ausência da bactéria. Já nos reservatórios, esse indicador foi de 99,9% e na rede de distribuição 99,8% (Tabela 9). Esses resultados indicam uma condição muito satisfatória em termos do padrão analisado.

Figura 11 - Bairros que apresentaram mais de 11 amostras com teor de cloro residual livre fora do padrão no sistema de distribuição de água, janeiro de 2013 a dezembro de 2020



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

Tabela 9 - Resultados das análises da qualidade da água de amostras coletadas no sistema de distribuição de água para o parâmetro *Escherichia coli*/100 mL, segundo locais de coleta, janeiro de 2013 a dezembro de 2020

<i>Escherichia coli</i> /100 mL	Reservatório		Rede de distribuição		Total	
	N	%	N	%	N	%
Ausência	8.077	99,9	60.631	99,8	68.708	99,8
Presença	9	0,1	91	0,2	100	0,2
Total	8.086	100	60.722	100	68.808	100

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

Ao analisar os resultados das análises das amostras para os parâmetros de turbidez, cloro residual livre e *Escherichia coli*/100 mL, entre 2013 e 2020 (Figura 12), pode-se perceber que em todos os anos a proporção de amostras fora do padrão era reduzida, variando de 0,05 (*Escherichia coli*) a 1,64% (turbidez). Os dados também revelam que a proporção de amostras fora dos padrões para os parâmetros cloro residual livre e *Escherichia coli* tem uma tendência de certa estabilização a partir de 2017, enquanto se observa uma tendência de crescimento para o parâmetro de turbidez desde 2014, embora ainda se mantendo em níveis aceitáveis dada a série de dados.

Cerca de 41,1% dos bairros de Salvador monitorizados pela Embasa apresentaram nas amostras coletadas a presença de *Escherichia coli*/100 mL, sendo que nos bairros Ilha de Maré, Nazaré, São Caetano, Castelo Branco e Novo Marotinho verificou-se um maior número de amostras nessa condição (Figura 13).

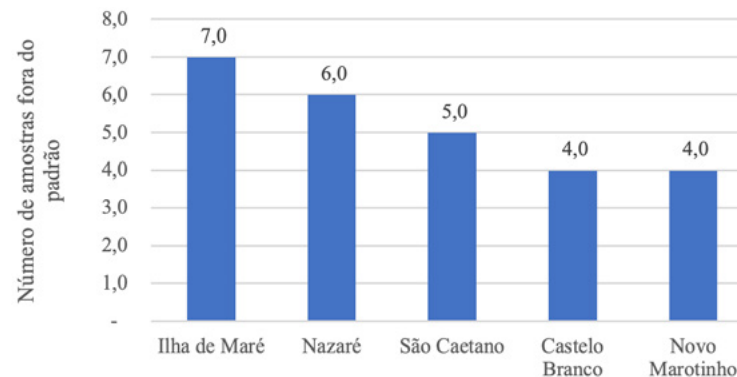
Figura 12 - Proporção de amostras do sistema de distribuição de água fora dos padrões para turbidez, cloro residual livre e *Escherichia coli*, janeiro de 2013 a dezembro de 2020



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

Considerando a proporção de amostras analisadas em conformidade com os padrões exigidos para cloro residual livre (mg/L), *Escherichia coli*/100 mL e turbidez (uT), de acordo com a Portaria de Consolidação nº 05/2017, do Ministério da Saúde, pode-se verificar que apenas 1,5% das amostras coletadas no sistema de distribuição, no período de 2013 a 2020, estava em desacordo com os padrões. Na saída dos reservatórios, essa proporção foi de 0,51% e 1,6% na rede de distribuição de água (Tabela 10).

Figura 13 - Bairros que apresentaram maior número de amostras com presença de *Escherichia coli*/100 mL no sistema de distribuição de água, janeiro de 2013 a dezembro de 2020



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

Tabela 10 - Proporção de amostras do sistema de distribuição de água em conformidade e desconformidade segundo os parâmetros de cloro residual livre (mg/L), *Escherichia coli*/100 mL e turbidez (uT), janeiro de 2013 a dezembro de 2020

Situação	Locais da coleta das amostras de água					
	Reservatório		Rede		Total	
	N	%	N	%	N	%
Em conformidade	8.563	99,2	63.030	97,8	71.593	97,9
Desconformidade	71	0,8	1.438	2,2	1.509	2,1
Total	8.634	100	64.468	100	73.102	100

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

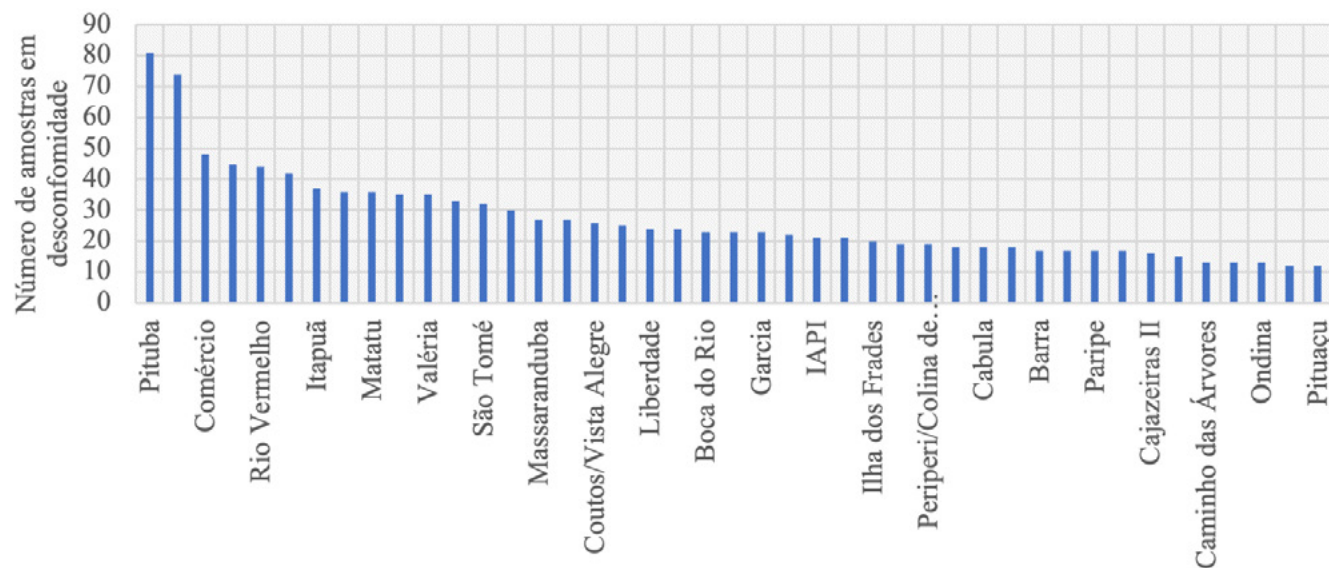
Nota: de acordo com a Portaria de Consolidação nº 05/2017, do Ministério da Saúde.

Dos bairros de Salvador monitorados pela Embasa no período, 82,2% apresentaram amostras em desconformidade com os padrões de potabilidade do Ministério da Saúde, sendo que em 43 delas identificou-se, em cada uma, mais de 11 amostras que não atenderam aos padrões (Figura 14). Um total de 14 bairros merece mais atenção, já que apresenta, cada um, mais de 30 amostras em desacordo.

Realizando essa mesma análise considerando os padrões exigidos e recomendados pelo Ministério da Saúde (Tabela 11), constata-se que 29,4% das amostras não atenderam ao recomendado e exigido no sistema de distribuição, sendo que este indicador foi de 52,2% nos reservatórios e 26,3% na rede de distribuição.

Os resultados sugerem que, certamente, a prestadora de serviços tem realizado dosagens mais altas de cloro nos reservatórios, de forma a garantir o teor mínimo de cloro residual livre em toda a extensão da rede de distribuição de Salvador, especialmente nas pontas de rede. Ressalta-se, contudo, que a proporção de amostras que não atenderam ao recomendado e exigido não representa riscos à saúde, embora implique a alteração do sabor e odor. É importante recolocar aqui que os resultados da pesquisa do QUALISalvador evidenciaram que 23,6% dos respondentes avaliaram a qualidade da água distribuída pela Embasa como regular por apresentar alguma cor/sujeira ou algum cheiro e 7,9% considerou ruim por ser escura/

Figura 14 - Bairros que apresentaram mais de 11 amostras em desconformidade quanto aos parâmetros de cloro residual livre (mg/L), *Escherichia coli*/100 mL e turbidez (uT) no sistema de distribuição de água de Salvador, janeiro de 2013 a dezembro de 2020



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

suja, de cheiro ruim. Certamente, uma parcela dessa insatisfação deve-se ao cheiro e ao sabor produzido pelo cloro na água, uma queixa recorrente da população.

Todos os bairros apresentaram desconformidades quanto aos padrões recomendados e exigidos pela portaria do Ministério da Saúde, mas em 46,5% as desconformidades, para cada bairro, foi em mais de 100 amostras (Figura 15).

Tabela 11 – Proporção de amostras do sistema de distribuição de água em conformidade e desconformidade segundo os parâmetros de cloro residual livre (mg/L), *Escherichia coli*/100 mL e turbidez (uT), janeiro de 2013 a dezembro de 2020

Situação	Locais da coleta das amostras de água					
	Reservatório		Rede		Total	
	N	%	N	%	N	%
Atende ao recomendado e exigido	4.124	47,8	47.504	73,7	51.628	70,6
Não atende ao recomendado e exigido	4.510	52,2	16.964	26,3	21.474	29,4
Total	8.634	100	64.468	100	73.102	100

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

Tais resultados indicam a necessidade de a Embasa adotar as medidas necessárias para garantir o atendimento dos padrões estabelecidos pela referida portaria do Ministério da Saúde no que diz respeito à qualidade da água distribuída à população de Salvador em todos os bairros, com maior atenção aos indicados.

Ao avaliar a distribuição espacial, por bairro, da proporção de amostras coletadas que estavam em conformidade com os padrões analisados, constata-se a proporção de amostras dentro dos padrões entre os 129 bairros monitorizados entre 2013 e 2020, variando de

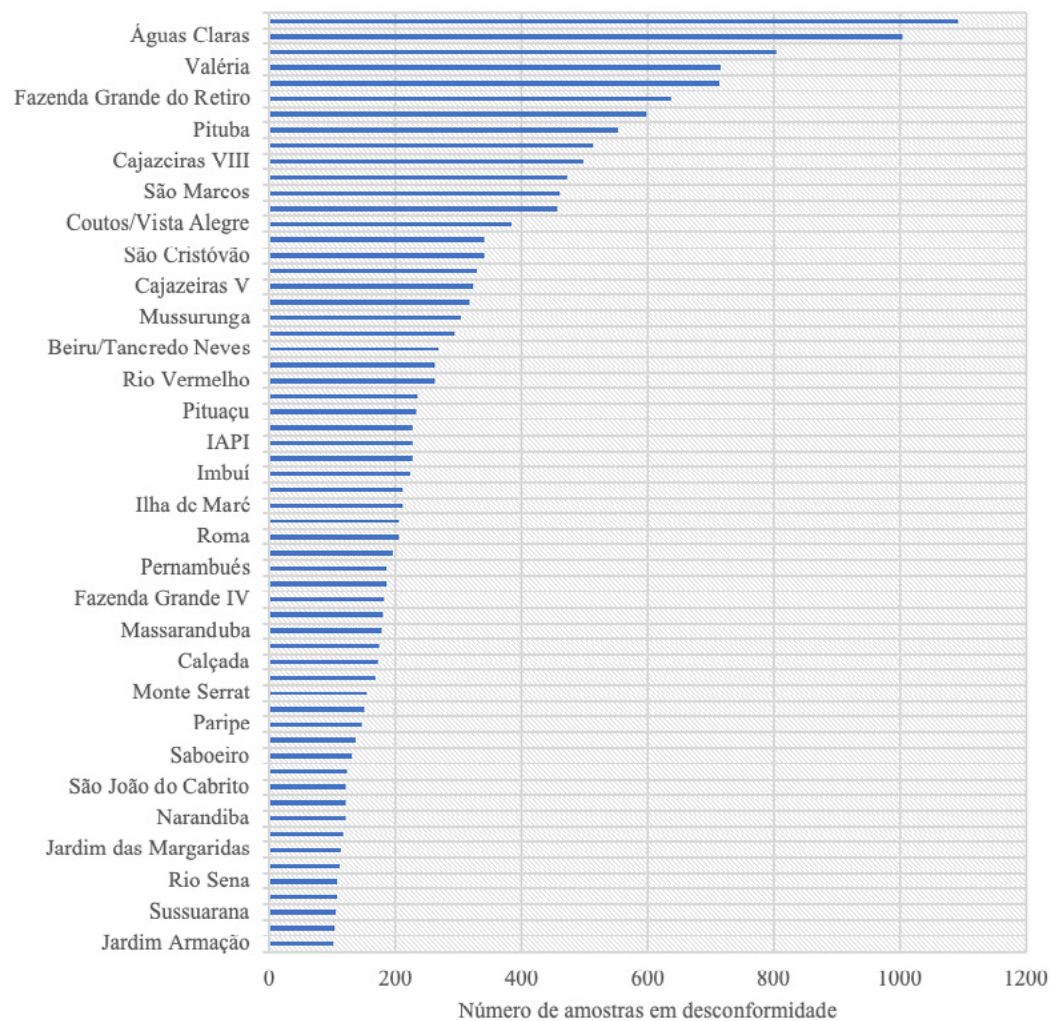
84% a 100%. Nota-se, pela Figura 16, que as menores proporções de atendimento são observadas nos bairros do Subúrbio Ferroviário, na região de Itapagipe e das ilhas. A região do Miolo de Salvador apresenta proporção de atendimento bem favorável, embora a rede de monitorização não contemple todos os bairros dessa região. Comparando-se esses resultados com a percepção dos respondentes dos domicílios no âmbito do QUALISalvador (2019-2020), apresentado na Figura 9, percebe-se certa similaridade em termos de classificação em relação às ilhas e ao Subúrbio Ferroviário, sendo que na região do Miolo há insatisfação dos respondentes quanto à qualidade da água fornecida.

Os dados revelam a necessidade de a Embasa buscar avaliar os resultados deste estudo, especialmente nos bairros onde foram identificadas inconformidades quanto às exigências e recomendações da potabilidade da água. Também seria importante a empresa ampliar sua rede de monitorização de forma a contemplar todos os bairros da cidade.

Na busca de verificar padrões de desigualdade na prestação do serviço público de abastecimento de água, optou-se pela análise da associação entre o indicador tipo de abastecimento de água com variáveis socioeconômicas.

A associação entre tipo de abastecimento de água e sexo, cor/raça, escolaridade e faixa de renda mensal apresentada na Tabela 12 mostra que não existe associação estatisticamente significativa ($p > 0,05$) entre o tipo de abastecimento de água e o sexo do responsável pelo domicílio, porém há uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,0001$) entre o tipo de abastecimento de água e a cor/raça, com uma proporção bem maior de domicílios sendo abastecidos por fonte e outro tipo de suprimento em domicílios cujo responsável é de cor/raça negra (0,77%) que naqueles de cor/raça declarada branca (0,37%).

Figura 15 - Bairros que apresentaram mais de 100 amostras em desconformidade quanto aos parâmetros exigidos e recomendados de cloro residual livre (mg/L), *Escherichia coli*/100 mL e turbidez (uT) no sistema de distribuição de água de Salvador, janeiro de 2013 a dezembro de 2020



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

Podem também ser vistos na Tabela 12: uma tendência de diminuição da proporção de domicílios com abastecimento de água por rede pública e outro tipo de suprimento quando a escolaridade do responsável do domicílio passa de alta (99,14%) para sem escolaridade (96,88%); e um aumento da proporção de domicílios com abastecimento por fonte e outro tipo de suprimento quando a escolaridade do responsável do domicílio passa de alta (0,13%) para sem escolaridade (2,2%), apresentando uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,0001$) entre tipo de abastecimento e escolaridade do responsável do domicílio. Por fim, a Tabela 12 mostra também uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,0001$) entre tipo de abastecimento de água no domicílio e faixa de renda mensal familiar.

Tabela 12 - Tipo de abastecimento de água por sexo, cor/raça, escolaridade e faixa de renda mensal familiar, em número e proporção de domicílios (%), 2018-2020

Tipo de abastecimento de água		Rede pública e outro	Poço	Fonte e outro	Total
Sexo					
Masculino	N	6.216	27	44	6.288
	%	98,86	0,43	0,71	100
Feminino	N	8.854	40	63	8.957
	%	98,85	0,44	0,71	100
Total	N	15.071	67	108	15.245
	%	98,85	0,44	0,71	100
Qui-quadrado de Pearson $p > 0,05$, não é significativo, não tem associação					
Cor/raça					
Branco	N	2.116	12	8	2.137
	%	99,05	0,58	0,37	100
Negro	N	12.968	54	101	13.123
	%	98,82	0,41	0,77	100

Tipo de abastecimento de água		Rede pública e outro	Poço	Fonte e outro	Total
Total	N	15.085	67	109	15.260
	%	98,85	0,44	0,71	100

Qui-quadrado de Pearson $p < 000,1$

Escolaridade

Alta	N	2.753	20	4	2.777
	%	99,14	0,73	0,13	100
Intermediária	N	6.450	20	40	6.510
	%	99,08	0,30	0,62	100
Baixa	N	5.365	22	58	5.445
	%	98,53	0,41	1,06	100
Sem	N	317	3	7	327
	%	96,88	0,92	2,20	100
Total	N	14.885	68	109	15.059
	%	98,84	0,43	0,72	100

Qui-quadrado de Pearson $p < 000,1$

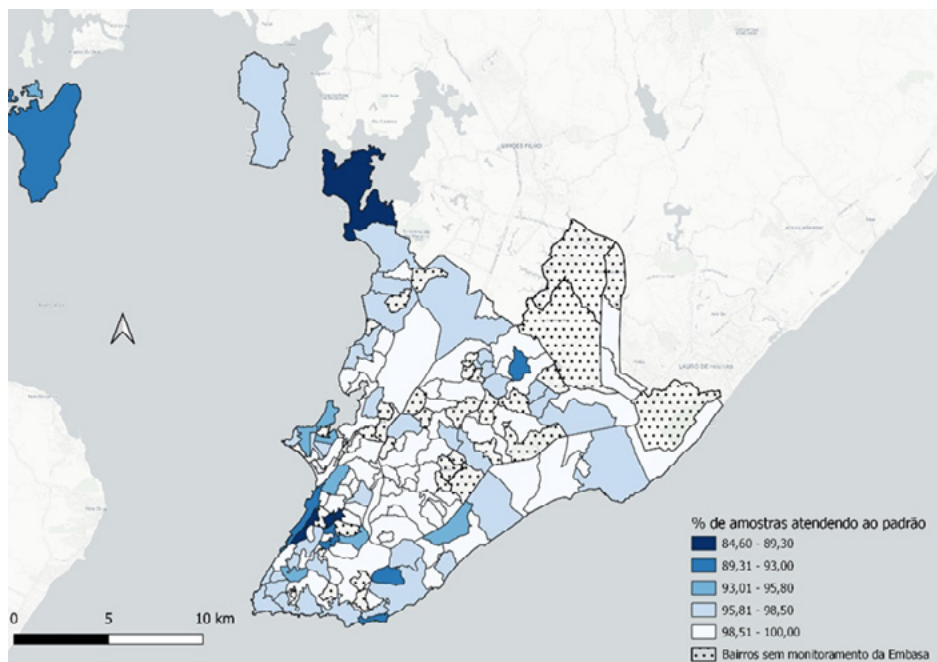
Faixa de renda mensal familiar (em salário mínimo)

Mais de 20	N	396	3	1	400
	%	98,90	0,85	0,25	100
Mais de 10 até 20	N	990	5	2	997
	%	99,24	0,54	0,22	100
Mais de 5 até 10	N	1.450	9	3	1.462
	%	99,17	0,63	0,21	100
Mais de 3 até 5	N	3.077	11	5	3.093
	%	99,50	0,34	0,15	100
Mais de 1 até 3	N	6.504	25	45	6.574
	%	98,94	0,38	0,68	100
Até 1	N	3.898	17	55	3.971
	%	98,17	0,44	1,39	100
Total	N	15.085	67	109	15.260
	%	98,85	0,44	0,71	100

Qui-quadrado de Pearson $p < 000,1$

Fonte: elaborada pelos autores com dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 16 – Proporção de amostras analisadas em conformidade com os padrões de cloro residual livre (mg/L), *Escherichia coli*/100 mL e turbidez (uT), janeiro de 2013 a dezembro de 2020



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2021).

Esgotamento sanitário

Nesta seção, são abordados aspectos sobre o esgotamento sanitário, como condições gerais do sistema de abastecimento de água de Salvador, o acesso e a qualidade dos serviços, contemplando também os dados coletados pelo QUALISalvador, sua discussão e análise.

Figura 17 – Características do sistema de esgotamento sanitário de Salvador



Fonte: Embasa (2004).

Condições gerais do sistema de esgotamento sanitário de Salvador

Salvador é uma das poucas cidades brasileiras que dispõe de um sistema integrado de esgotamento sanitário. Esse sistema, do tipo separador absoluto, começou a ser implantado pela Embasa em 1972, e sua concepção previu a coleta da quase totalidade dos esgotos sanitários da cidade, por meio de redes coletoras, estações

elevatórias e interceptores – a partir destes últimos, para Estações de Condicionamento Prévio (ECP) e posterior lançamento nos emissários submarinos do Rio Vermelho e do Jaguaribe. A Figura 17 mostra um desenho do sistema e a Tabela 13 apresenta as suas características.

Tabela 13 – Características do sistema de esgotamento sanitário de Salvador

Características	Rio Vermelho	Jaguaribe/Boca do Rio
Trecho terrestre (m)	1.000	1.368
Trecho submarino	2.350	3.648
Diâmetro (mm)	1.750	1.600
Vazão máxima de operação (m³/s)	8,3	4,9
Início de operação	1975	2011

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados de Salvador (2015c).

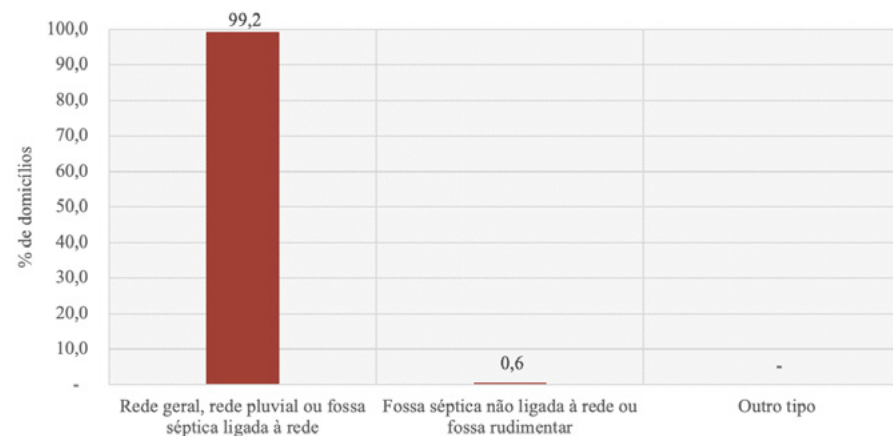
As primeiras redes coletoras de esgotos sanitários foram executadas nas bacias da Barra, Lucaia e Pituba nos anos 1970, o que possibilitou o atendimento de 12% da população da cidade. Entre 1995 e 2004, no âmbito do Bahia Azul, foram implantadas redes coletoras, estações elevatórias e interceptores nas bacias de esgotamento sanitário da cidade, o que possibilitou ampliar de forma significativa o acesso da população à rede coletora de esgotos. Com o PAC-Saneamento, entre 2007 e 2014, essa cobertura se ampliou.

Hoje, em 2021, o esgotamento sanitário de Salvador conta com o sistema integrado com duas ECP, além de sistemas individuais de conjuntos habitacionais, que contam com estações de tratamento – aproximadamente 72 sistemas em 2015 –, e fossas individuais, que se pretende desativar à medida que sejam interligados à rede coletora de Salvador.

Segundo dados da PNAD, em 2019, 99,2% dos domicílios de Salvador eram atendidos por rede geral, ou seja: rede coletora de esgotos e rede de drenagem de águas pluviais (Figura 18). Apenas

0,6% dos domicílios dispunha de fossa séptica não ligada à rede geral ou de fossa rudimentar – cerca de 6 mil domicílios.

Figura 18 – Destino dos esgotos sanitários em proporção de domicílios, PNAD Contínua 2019



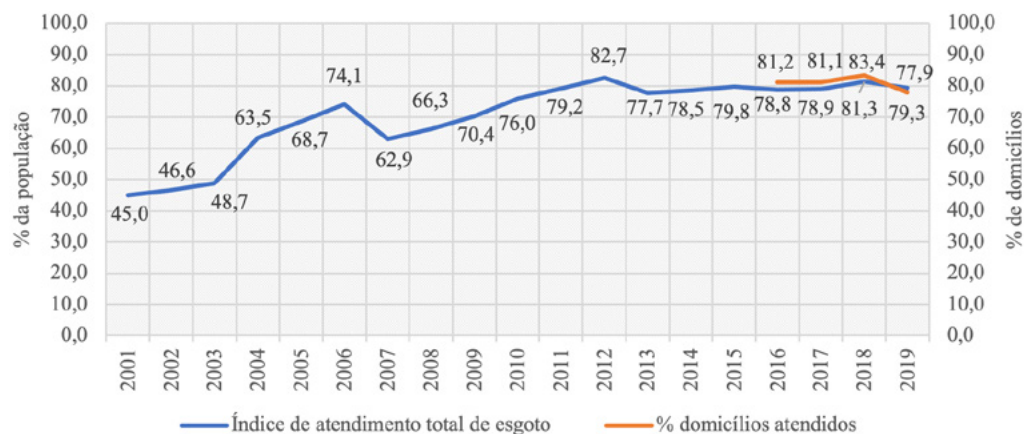
Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do IBGE ([200-]).

Ao avaliar os dados do SNIS, verifica-se que a cobertura da população com sistema de esgotamento sanitário operado pela Embasa passou de 45%, em 2001, para 79,3% em 2019, sendo que, em 2012, esse indicador chegou a 82,7%, passando a decrescer em seguida (Figura 19).

Analisando os dados do SNIS (Figura 20), pode-se perceber que, entre 2001 e 2019, houve um crescimento significativo de extensão de rede de esgoto, passando de 1,4 mil km para 4,1 mil km. A quantidade de economias residenciais ativas de esgotos também se ampliou, passando de 250 mil, em 2001, para 867 mil em 2019. Os dados mostram que o volume de esgoto coletado vem decrescendo lentamente, o que não era de se esperar, mas pode ser causado pelo grande número de captações em tempo seco, regime de chuvas de um ano para outro e deficiência na medição de vazões.

Em todo o período, a taxa de crescimento da população foi muito inferior à taxa de crescimento da extensão da rede coletora.

Figura 19 - Atendimento com rede de esgotos sanitários, 2001-2019



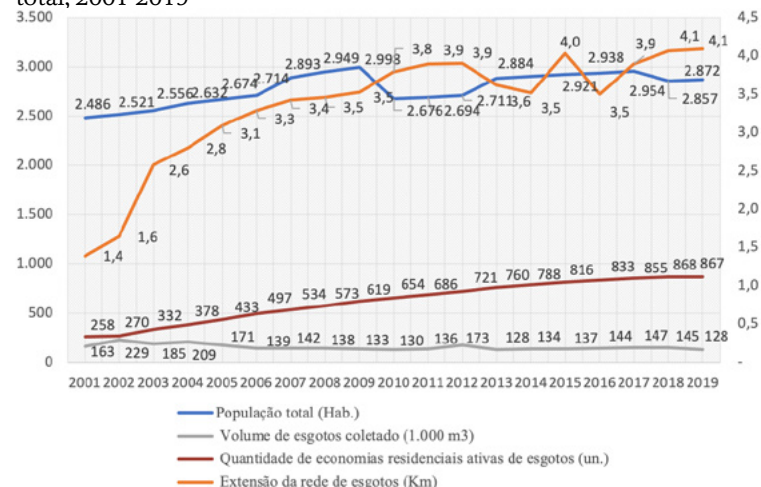
Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do SNIS (2021) e IBGE ([201-]).

Acesso e qualidade do serviço

Segundo os resultados do levantamento de campo do QUALISalvador (2018-2020), 87,1% dos domicílios estudados dispunham de solução adequada para o destino dos esgotos, isto é, rede coletora e/ou fossa. Tinham acesso à rede de esgoto 91,7% dos domicílios - construída e operada pela Embasa, pela prefeitura ou pelos moradores -, sendo que 6,6% deles encontravam-se em estado precário de funcionamento. Em muitas ruas dos domicílios servidos por rede coletora de esgoto, havia o uso de outra alternativa, como o lançamento em fossa, na rede de drenagem, no canal ou a céu aberto, conforme as Figuras 21 e 22. A Figura 22 permite perceber que o acesso à rede coletora de esgoto, dos diversos tipos, é amplo

na cidade. No entanto, a presença de rede coletora de esgoto em uma via não é garantia da salubridade. Isso ocorre pelo fato de que, além de um percentual de redes se encontrar em estado precário, existe a prática de moradores de lançamento de esgoto no rio, no canal de drenagem, entre outros. O fato é que a abrangência de rede coletora não tem garantido a proteção dos rios da cidade, que se mantêm poluídos (ver seção “Precipitação e escoamento das águas em Salvador”).

Figura 20 - Extensão da rede de esgotos, volume de esgoto coletado, quantidade de economias residenciais ativas de esgotos e população total, 2001-2019



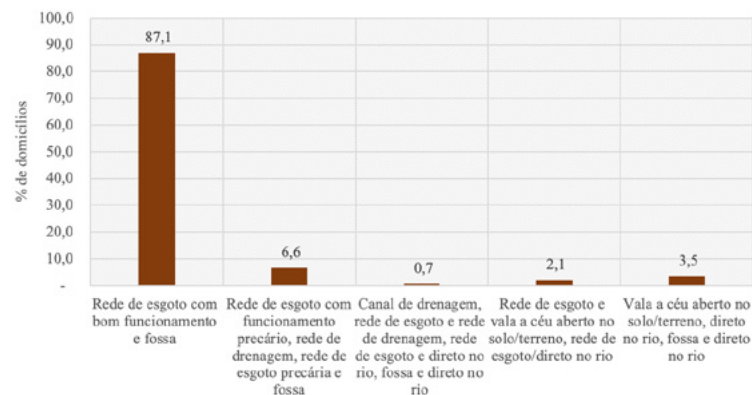
Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do SNIS ([2019?]).

Tal fato se deve à não execução de interceptores, que permitem a conexão das redes coletoras restante do sistema de esgotamento sanitário. A não existência de interceptores faz com que os esgotos coletados pelas redes sejam encaminhados a galerias ou canais de drenagem, que vão desaguar no mar, resultando

na poluição de córregos e rios da cidade e do mar nos pontos de lançamento.

Quase a totalidade dos interceptores não construídos deve-se à ocupação de margens de rios, córregos e drenagens, que não permite a sua execução. Essas áreas, denominadas “trechos críticos”, só poderão ser adequadamente esgotadas depois de intervenções de urbanização que englobem arruamento, desapropriações, macro e micro drenagem, contenção de encostas onde couber, entre outras. A Embasa mapeou esses trechos nas sub-bacias de esgotamento da cidade, às quais estão associadas captações em tempo seco, e está realizando levantamento de soluções e investimentos necessários visando resolver a questão, embora algumas dessas ações sejam de competência de outras instituições, necessitando de uma ação conjunta.

Figura 21 - Destino dos esgotos domiciliares, 2018-2020 (N = 15.260)

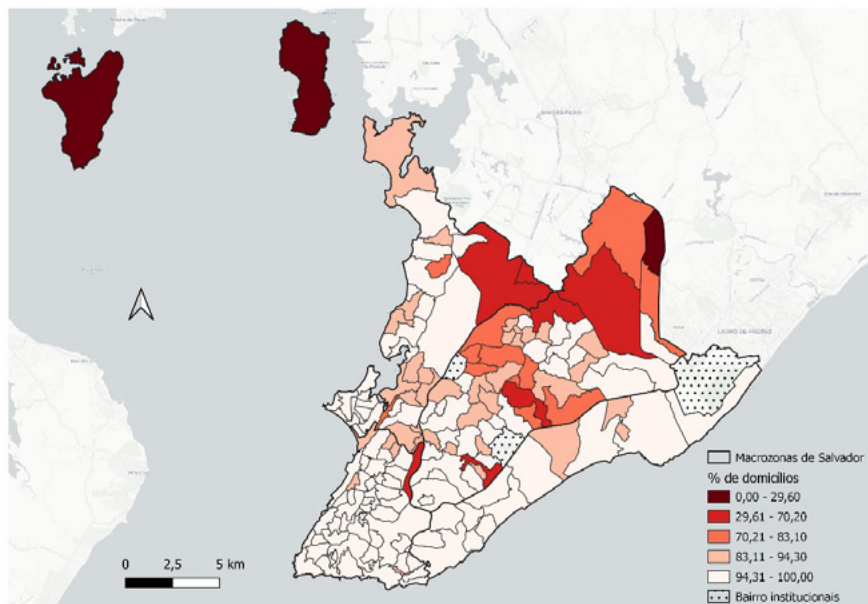


Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Analisando as Figuras 22 e 23, constata-se que, embora a rede de esgoto alcance uma parcela significativa de domicílios em Salvador, o acesso a uma solução adequada é desigual, sendo que os bairros com maior deficiência se localizam no Miolo da cidade. Pela Figura 23, verifica-se que, mesmo com uma alta cobertura com solução adequada, ainda existem bairros nos quais a população convive com condições insalubres em face do lançamento de esgotos a céu aberto na rua, no canal ou no rio. O Quadro 3 apresenta a relação de bairros por faixa de proporção de domicílios (%) com destino dos esgotos sanitários adequados.

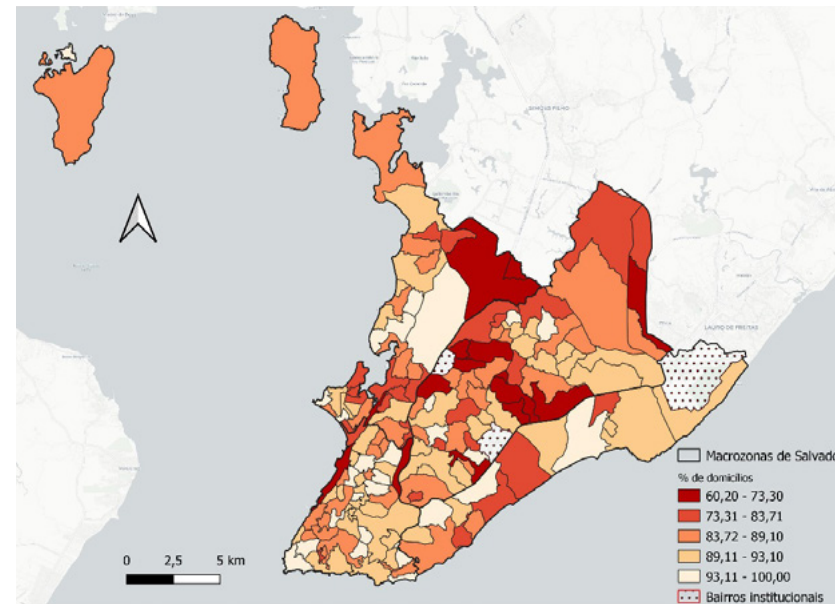
Outra aspecto importante a ser colocado é que, ao final das obras do Bahia Azul, o sistema de esgotamento sanitário ficou com “trechos críticos”, em locais onde não foi possível implantar os interceptores que deveriam conduzir os esgotos coletados às ECP. Tais trechos críticos envolvem áreas ocupadas no fundo de vale, que não permitiram a implantação dos interceptores, uma vez que tal intervenção só seria possível com a remoção/relocação de moradias, assim como a realização de obras de macrodrenagem, e os recursos do programa não previram tais ações. Assim, a Embasa implantou captações em tempo seco, visando à melhoria da condição de balneabilidade nas praias. Essas estruturas são construídas no leito de córregos e rios que desviam as águas, tanto da vazão de base como das chuvas e esgotos lançados nesses leitos, para o interior de um interceptor existente. Quando da ocorrência de chuvas, as águas voltam a seguir seu curso normal, desaguardo no mar, contribuindo para a poluição de suas águas. Segundo a Embasa, em 2015, Salvador contava com 17 trechos críticos (Tabela 14), situados em oito bacias coletoras de esgotos sanitários, que captam uma vazão, em tempo seco, sem chuva, de 2.214,06 L/s, sendo a maior instalada no Rio Camarajipe (2.000 L/s).

Figura 22 - Proporção de domicílios (%) com rede coletora de esgotos por bairros, 2018-2020 (N = 15.260)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 23 - Proporção de domicílios (%) com solução adequada para o destino dos esgotos sanitários por bairros, 2018-2020 (N = 15.260)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Quadro 3 - Faixa de proporção de domicílios (%) com destino dos esgotos sanitários adequados por bairro, 2018-2020 (N = 15.260)

Bairro	Faixa de proporção	% de bairros
Palestina, Santa Luzia, Granjas Rurais Presidente Vargas, Narandiba, Canabrava, Valéria, Trobogy, Novo Marotinho, Comércio, Itinga, Castelo Branco, Vale dos Lagos, Vila Canária e Dom Avelar	60,20-73,30	8,75
Retiro, Saramandaia, Bom Juá, Areia Branca, Águas Claras, Calçada, Cajazeiras XI, Calabar, Lobato, Fazenda Coutos, Mangueira, Costa Azul, Mares, Sussuarana, Nova Esperança, Moradas da Lagoa, Cajazeiras VII, Jardim Nova Esperança, Boca do Rio, Pituaçu, Campinas de Pirajá, Engomadeira, Arenoso, Ribeira, Capelinha, Bairro da Paz, Massaranduba, Boa Vista de São Caetano, Nordeste de Amaralina, São Tomé, Barris e Doron.	73,31-83,71	20

Pau da Lima, Marechal Rondon, São Marcos, Sete de Abril, Nova Constituinte, Baixa de Quintas, São João do Cabrito, Alto da Terezinha, Arraial do Retiro, Alto do Cabrito, Jardim Cajazeiras, Curuzu, Nova Brasília, Santo Antônio, Jardim das Margaridas, Federação, Beiru/Tancredo Neves, Cajazeiras VI, Vale das Pedrinhas, Cajazeiras IV, Pernambucoés, Fazenda Grande do Retiro, Pero Vaz Ilha dos Frades, Cassange, Calabetão, Coutos/Vista Alegre, Centro/Dois de Julho, Ilha de Maré, Uruguai, Canela, Pituba, Luiz Anselmo, Garcia, Boca da Mata, Nazaré, Alto das Pombas, Boa Viagem, Jardim Armação, Santa Mônica, Fazenda Grande II.	83,72-89,10	25,63
Centro Histórico, Cabula, Alto do Coqueirinho, Bonfim, Ondina/Chame-Chame, Lapinha, Liberdade, Chapada do Rio Vermelho, Fazenda Grande IV, Cajazeiras VIII, Stella Maris, Cajazeiras X, Cosme de Farias, Itapuã, Stiep, Paripe, Cajazeiras V, São Gonçalo, Engenho Velho de Brotas, Itacaranha, Resgate, São Caetano, Caminho de Areia, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro, Novo Horizonte, Patamares, Nova Sussuarana, Itaigara, Jaguaripe I, São Cristóvão, Boa Vista de Brotas, Praia Grande, Vitória, São Rafael, Mata Escura, Periperi/Colina de Periperi/Mirante de Periperi, Matatu, Candeal, Pau Miúdo, Macaúbas, Fazenda Grande III, Rio Vermelho, Mussurunga, Saboeiro, Brotas/Horto Florestal e Saúde.	89,11-93,10	28,75
Cajazeiras II, Caixa d'Água, IAPI, Graça, Piatã, Imbuí, Engenho Velho da Federação, Tororó, Fazenda Grande I, Pirajá, Santa Cruz, Jardim Santo Inácio, Barra, Barreiras, Cabula VI, Acupe, Rio Sena, Monte Serrat, Roma, Santo Agostinho, Barbalho, Vila Laura, Cidade Nova, Amaralina, Caminho das Árvores, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Plataforma/Ilha Amarela.	93,11-100	16,88

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Tabela 14 – Captações em tempo seco, instaladas na rede de drenagem das águas pluviais para os lançamentos dos esgotos sanitários coletados nas redes coletoras, 2015

Item	Captação	Bacia	Vazão estimada (L/s)
1	Lucaia	Lucaia	5,47
2	Ondina	Barra	1,38
3	Elev. San Marco	Armação	127
4	Morro do Cristo	Barra	1,03
5	Rio Camarajipe	Baixo Camarajipe	2.000
6	Santa Maria	Barra	4,7
7	Pituaçu	Alto Pituaçu	13,49
8	Barra Center	Barra	1,43
9	Centro de Abastecimento de Paripe I	Paripe	2,12
10	Centro de Abastecimento de Paripe II	Paripe	1,2
11	São Tomé	Paripe	1,67
12	Tubarão I	Paripe	2,77
13	Prainha	Paripe	1,17
14	Bairro da Paz	Mangabeira	46,38
15	Cira	Mangabeira	1,03
16	Pernambués	Pernambués	2,77
17	Peixaria Itapuã	Mangabeira	0,45
Total			2.214,06

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados da Embasa (2015).

As estações de tempo seco foram implantadas na borda oceânica, com o objetivo de proteger as praias. Cumpre lembrar que, durante a execução do Bahia Azul, havia farta propaganda sobre os seus benefícios quanto à despoluição das praias, que era um dos objetivos manifesto do programa. Mas, ao longo da execução, a cidade viu suas águas recebendo os esgotos coletados nos bairros, que percorriam os leitos dos rios e córregos, agora com mais carga poluidora, e que, antes de desaguar no mar, passaram a ser desviados para os interceptores, de forma a proteger as praias nos períodos sem chuva. A expectativa era que essas estações tivessem vida curta, mas elas continuam até hoje, contrariando o estabelecido no artigo 20, inciso VIII, da Lei nº 9.069/2016 do PDDU de Salvador.

Torna-se importante registrar que o Ministério Público do Estado moveu uma ação civil pública contra a Embasa, a prefeitura e o estado da Bahia, com a finalidade de que fosse resolvido o problema desses trechos críticos. Entendendo a complexidade da solução do problema, a ação resultou num acordo que prevê a execução de um projeto piloto de saneamento integrado – urbanização prévia seguida das intervenções de esgotamento sanitário – na bacia do Alto Pituaçu, cuja licitação do projeto encontra-se em andamento na Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) do estado, prevendo a participação conjunta dos três entes. Os resultados e aprendizados obtidos do projeto piloto certamente contribuirão para a solução do problema em outras bacias.

Uma parcela significativa dos domicílios (93,50%, conforme Tabela 15) dispõe de banheiro completo – vaso sanitário, pia e chuveiro. Assim, considerando a população de Salvador com 2.872.347 habitantes, aproximadamente, 186.703 pessoas ainda não contam com essa importante instalação de proteção à saúde.

Tabela 15 – Existência de banheiro com instalações hidráulicas sanitárias nos domicílios, 2018-2020 (N = 15.260)

Existência de banheiro com instalações hidráulicas sanitárias	N	%	Acumulado
Sim, tem banheiro, com vaso sanitário, pia e chuveiro	14.269	93,50	93,50
Sim, tem banheiro, com vaso sanitário e pia	109	0,72	94,22
Sim, tem banheiro, com vaso sanitário e chuveiro	707	4,64	98,86
Sim, tem banheiro, com vaso sanitário	118	0,77	99,63
Sim, tem banheiro, apenas com chuveiro	20	0,13	99,76
Não tem banheiro	37	0,24	100
Total	15.260	100	

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

A Tabela 16 mostra uma maior proporção de domicílios servidos com rede de esgoto e vala a céu aberto no solo/terreno e rede de esgoto/direto no rio em domicílios cujo responsável é do sexo feminino (2,37%) do que naqueles em que o responsável é do sexo masculino (1,69%), revelando uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,0001$) entre destino de esgotos sanitários e sexo. A Tabela 16 também mostra uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,0001$) entre destino de esgotos sanitários e cor/raça, com um aumento da proporção de domicílios com o tipo de destino de esgotos sanitários sendo por vala a céu aberto no solo/terreno, direto no rio, fossa e direto no rio em domicílios cujo responsável era de cor/raça negra.

Podem também ser vistos na Tabela 16: uma diminuição da proporção de domicílios com destino dos esgotos sanitários por rede de esgoto com bom funcionamento e fossa quando a escolaridade do responsável do domicílio passa de alta para sem escolaridade;

e um aumento da proporção de domicílios com rede de esgoto com funcionamento precário, rede de drenagem, rede de esgoto precário e fossa e com vala a céu aberto no solo/terreno, direto no rio, fossa e direto no rio quando a escolaridade do responsável pelo domicílio passa de alta para sem escolaridade. Apresenta-se, assim, uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,0001$) entre tipo de destino dos esgotos sanitários e escolaridade do responsável do domicílio.

Por fim, a mesma Tabela 16 mostra também uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,0001$) entre tipo de destino dos esgotos sanitários do domicílio e faixa de renda mensal familiar, havendo uma menor proporção de domicílios com destino dos esgotos sanitários do tipo rede de esgoto com bom funcionamento e fossa quando a renda mensal familiar é menor que um salário mínimo. Há uma tendência de aumento da proporção de domicílios com destino dos esgotos sanitários do tipo vala a céu aberto no solo/terreno, direto no rio, fossa e direto no rio quando a faixa de renda mensal familiar passa de mais de 20 salários mínimos (1,2%) para até um salário mínimo (5,21%).

Tabela 16 – Destino dos esgotos sanitários por sexo, cor/raça, escolaridade e faixa de renda mensal familiar, em número e proporção de domicílios (%), 2018-2020

Destino dos esgotos	Rede de esgoto com bom funcionamento e fossa		Rede de esgoto com funcionamento precário, rede de drenagem, rede de esgoto precário e fossa		Canal de drenagem, rede de esgoto e rede de drenagem, rede de esgoto e direto no rio, fossa e direto no rio		Rede de esgoto e vala a céu aberto no solo/terreno, rede de esgoto/direto no rio		Vala a céu aberto no solo /terreno, direto no rio, fossa e direto no rio		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Sexo											
Masculino	N	5.540	377		44		106		220		6.288
	%	88,12	6,00		0,70		1,69		3,49		100
Feminino	N	7.740	627		61		212		318		8.957
	%	86,40	7,00		0,68		2,37		3,55		100
Total	N	13.280	1.004		105		318		538		15.245
	%	87,11	6,58		0,69		2,09		3,53		100
Qui-quadrado de Pearson $p < 0,00,1$											
Cor/raça											
Branco	N	1.878	128		18		67		46		2.137
	%	87,91	5,98		0,82		3,13		2,16		100
Negro	N	11.410	878		88		255		492		13.123
	%	86,94	6,69		0,68		1,94		3,75		100
Total	N	13.288	1.006		106		322		538		15.260
	%	87,08	6,59		0,70		2,11		3,53		100
Qui-quadrado de Pearson $p < 0,00,1$											
Escolaridade											
Alta	N	2.519	134		17		64		43		2.777
	%	90,72	4,83		0,61		2,31		1,53		100
Intermediária	N	5.748	401		38		135		188		6.510
	%	88,30	6,16		0,58		2,07		2,88		100
Baixa	N	4.588	431		43		106		277		5.445
	%	84,26	7,91		0,79		1,95		5,09		100

Destino dos esgotos	Rede de esgoto com bom funcionamento e fossa		Rede de esgoto com funcionamento precário, rede de drenagem, rede de esgoto precário e fossa		Canal de drenagem, rede de esgoto e rede de drenagem, rede de esgoto e direto no rio, fossa e direto no rio		Rede de esgoto e vala a céu aberto no solo/terreno, rede de esgoto/direto no rio		Vala a céu aberto no solo /terreno, direto no rio, fossa e direto no rio		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Sem	N	254	32	2	9	31	328				
	%	77,59	9,65	0,49	2,87	9,40	100				
Total	N	13.109	998	100	314	539	15.060				
	%	87,05	6,62	0,66	2,09	3,57	100				

Qui-quadrado de Pearson $p < 000,1$

Faixa de renda mensal familiar (em salário mínimo)

Mais de 20	N	358	21	6	10	5	400
	%	89,41	5,29	1,50	2,60	1,20	100
Mais de 10 até 20	N	913	42	5	25	12	997
	%	91,60	4,19	0,54	2,47	1,20	100
Mais de 5 até 10	N	1.315	69	12	39	26	1.462
	%	89,96	4,71	0,85	2,69	1,79	100
Mais de 3 até 5	N	1.665	93	11	37	50	1.856
	%	89,74	4,99	0,59	1,98	2,69	100
Mais de 1 até 3	N	5.759	417	37	122	238	6.574
	%	87,61	6,35	0,57	1,86	3,62	100
Até 1	N	3.277	364	34	88	207	3.971
	%	82,53	9,17	0,86	2,22	5,21	100
Total	N	13.288	1.006	106	322	538	15.260
	%	87,08	6,59	0,70	2,11	3,53	100

Qui-quadrado de Pearson $p < 000,1$

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Manejo de águas pluviais e drenagem urbana

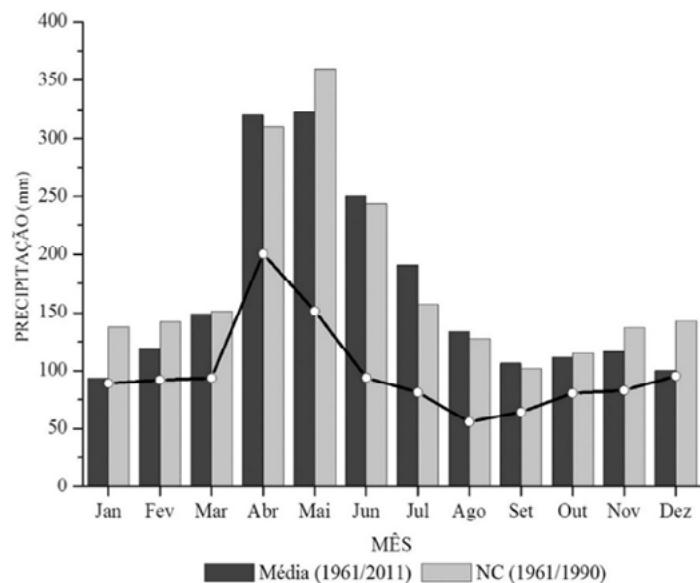
Nesta seção, são abordados aspectos sobre o manejo de águas pluviais e a drenagem urbana, incluindo aqueles referentes à precipitação e ao escoamento das águas em Salvador, à urbanização e ao ciclo das águas pluviais e às condições e estado do manejo das águas pluviais urbanas, contemplando também os dados coletados pelo QUALISalvador, sua discussão e análise.

Precipitação e escoamento das águas em Salvador

Salvador é uma cidade de clima úmido a subúmido (BAHIA, 2021), com chuvas intensas, concentradas entre os meses de abril e julho, com climatologia normal de 2.126,1 mm/ano e tendência de redução de cerca de 3,8 mm/ano. (SANTOS et al., 2016) As chuvas médias anuais chegam a 2.014,9 mm, sendo os meses de agosto, novembro e dezembro os menos chuvosos (Figura 24).

Segundo dados do estudo de Santos e demais autores (2016), na série histórica de precipitações entre os anos de 1961 e 2011, 14% do período foi considerado “muito chuvoso”, 22% “chuvoso”, 28% “normal”, 22% “seco” e 14% “muito seco”, sendo que o maior número de eventos extremos - “muito seco” e “muito chuvoso” - ocorreu nas décadas de 1960 e 1980, e na década de 1990 os eventos “secos” foram predominantes.

Figura 24 – Comportamento da precipitação, 1961-2011

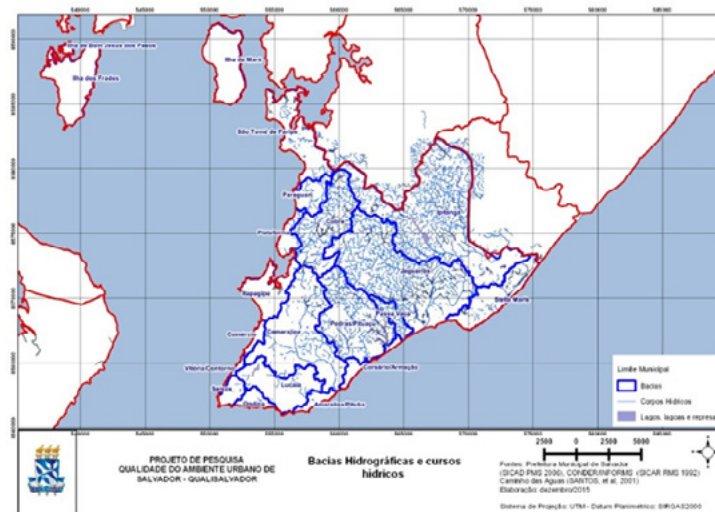


Fonte: Santos e demais autores (2016, p. 458).

Nota: série temporal dos valores mensais de precipitação (mm) correspondentes à Normal Climatológica (NC) do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) (cinza claro) e à média mensal (cinza escuro) e desvio padrão (linha preta).

O município ocupa uma área de 693,453 km², incluindo a área insular e uma área de 308,86 km do continente, abrigando, em 2020, uma população de aproximadamente 2.886.698 habitantes. (IBGE, [201-]) A cidade dispõe de uma densa rede hidrográfica, que drena suas águas para a vertente da Baía de Todos os Santos e para a vertente oceânica (Figura 25).

Figura 25 – Hidrografia do município de Salvador



Fonte: Santos e demais autores (2010, p. 18).

No total, a cidade conta com 12 bacias hidrográficas e nove bacias de drenagem natural,⁴ envolvendo uma área de 308,86 km² (SANTOS et al., 2010), o que determina a uma densidade média, em 2001, de 7.773,68 hab./km², referente à área continental, a oitava maior entre as capitais brasileiras em 2010.

As maiores bacias do município são Ipitanga (60,28 km²), Jaguaribe (52,76 km²), Camarajipe (35,88 km²), Pedras/Pituaçu (27,05 km²) e Cobre (20,65 km²), conforme exposto na Tabela 17 e Figura 26.

4 Álvares e demais autores (2012) conceituam a distinção entre bacias hidrográficas e bacias de drenagem natural. A bacia hidrográfica representa uma unidade territorial delimitada na qual todas as contribuições de águas superficiais que ocorrem escoam por gravidade para as partes mais baixas, dando origem a corpos d'água que afluem para o rio principal da bacia e desembocam em um único exutório. Uma bacia de drenagem natural, por sua vez, representa uma região que pode apresentar veios d'água, mas não ocorre a convergência para um único exutório.

Tabela 17 – Bacias hidrográficas e de drenagem natural, 2001

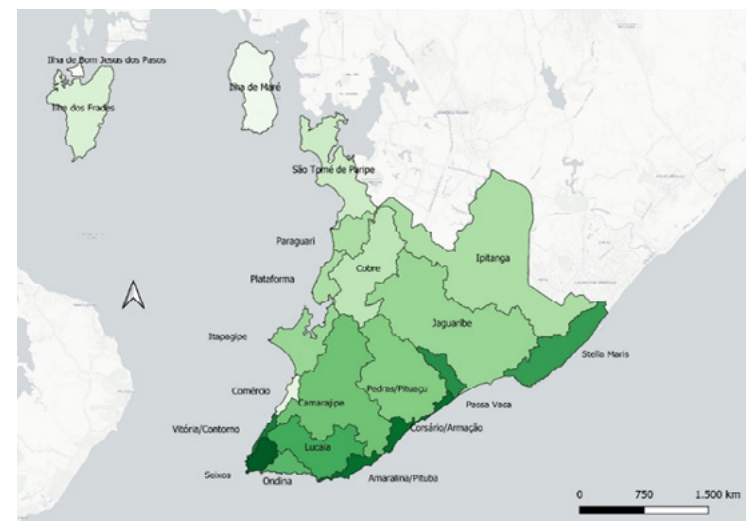
N	Unidades de drenagem	Área (km ²)	%	População*	%	Dens. dem. (hab./km ²)
Bacias hidrográficas						
1	Barra/Centenário	3,21	1,04	60.826	2,53	18.948,91
2	Ondina	3,08	1	27.774	1,16	9.017,53
3	Lucaia	14,74	4,77	267.688	11,15	18.160,65
4	Camarajipe	35,88	11,62	688.871	28,69	19.199,30
5	Pedras/Pituaçu	27,05	8,76	275.781	11,49	10.195,23
6	Passa Vaca	3,72	1,2	9.770	0,41	2.626,34
7	Jaguaribe	52,76	17,08	348.591	14,52	6.607,11
8	Cobre	20,65	6,69	89.188	3,71	4.319,03
9	Paraguari	5,84	1,89	75.563	3,15	12.938,87
10	Ipitanga	60,28	19,52	114.852	4,78	1.905,31
Bacias de drenagem natural						
1	Vitória/Contorno	1,00	0,32	14.762	0,61	14.762,00
2	Amaralina/Pituba	2,62	0,85	47.277	1,97	18.044,66
3	Comércio	1,74	0,56	7.586	0,32	4.359,77
4	Armazém/Corsário	3,23	1,05	27.402	1,14	8.483,59
5	Itapagipe	9,98	3,23	159.050	6,62	15.936,87
6	Plataforma	3,96	1,28	63.313	2,64	15.988,13
7	Stella Maris	13,19	4,27	26.141	1,09	1.981,88
8	São Tomé de Paripe	15,81	5,12	89.826	3,74	5.681,59
9	Ilha de Maré	13,79	4,46	4.175	0,17	302,66
10	Ilha dos Frades	15,67	5,07	1.005	0,04	64,15
11	Ilha de Bom Jesus dos Passos	0,66	0,21	1.537	0,06	2.332,32
Total		308,86	100	2.400.978	100	7.773,68

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados de Santos e demais autores (2010) e Salvador (2012).

Nota: população em 2001, segundo o IBGE.

Em termos populacionais, a bacia do Rio Camarajipe, em 2001, abrigava a maior parcela da população (28,69%), seguida da bacia do Rio Jaguaribe (14,52%) e Pedras/Pituaçu (11,49%), todas da vertente oceânica. (SALVADOR, 2012)

Figura 26 – Bacias hidrográficas e de drenagem natural de Salvador



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador e Santos e demais autores (2010).

Os rios da cidade vêm sofrendo expressiva degradação, não só pelo lançamento de resíduos líquidos e sólidos de diversas naturezas, mas também pelo processo de ocupação do solo urbano. Tal processo é marcado por intensa tensão entre as ocupações formais/legais e informais, ambas promotoras de ações que têm levado os rios da cidade a se transformarem em espaços insalubres e fétidos, marcas do abandono e descaso das instituições,

que deveriam proteger o bem comum e também da sociedade, que deveria defendê-los.

Assim, empreendimentos públicos e privados legalmente aprovados e as ocupações realizadas pela população, que reclama pelo justo e premente direito à moradia, vêm desconsiderando a rica rede hidrográfica da cidade e promovendo intensos movimentos de terra, aterros e ocupação das margens e áreas inundáveis dos rios e córregos, além do lançamento de esgotos sanitários e resíduos sólidos. Tais práticas promovem um intenso e descontrolado processo de degradação, produzindo, inclusive, um discurso final e quase unânime em defesa do sepultamento dos rios de Salvador: é preciso tamponar os rios da cidade para suprimir os odores, as muriçocas e a imagem insalubre da paisagem urbana.

Tal pressuposto, associado a projetos urbanos inadequados, sem debate com a sociedade e voltados para interesses do setor imobiliário e do turismo, levou ao tamponamento de vários rios da cidade, sendo os mais recentes: o Rio dos Seixos, na Avenida Centenário, sob o argumento do controle de enchentes, onde se instalou uma área de lazer (Figura 27); o Rio das Pedras, na região do Imbuí, onde também se instalou uma área de lazer e restaurantes; o Rio Lucaia, no trecho da Avenida Vasco da Gama, para instalação de uma linha exclusiva para ônibus; além das intervenções no Rio Jaguaribe para o proclamado controle de enchentes nas áreas à montante do rio.

Todas essas intervenções ocorreram com reação por parte de segmentos da sociedade civil organizada, especialmente os vinculados às causas ambientais, como também pesquisadores de universidades e o Ministério Público do Estado da Bahia, que contestaram os projetos, promoveram debates públicos e impetraram ações, apresentando alternativas ao poder público. (AMORIM; LUZ, 2020; GOMES; SERRA; NUNES, 2019; LUZ et al., 2010; SEMINÁRIO RIOS URBANOS DE SALVADOR E O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL, 2017)

Figura 27 – Rio dos Seixos antes e após as intervenções sob seu leito, 2005 e 2008



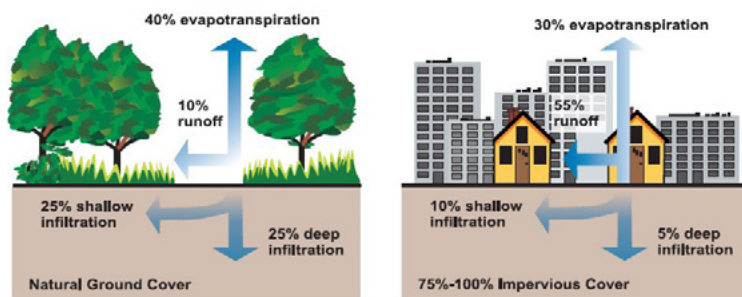
Fonte: elaborada pelos autores.

Urbanização e ciclo das águas pluviais em Salvador

As ações de urbanização com ocupação e uso do solo influenciam diretamente no ciclo das águas nas cidades. Os processos de retirada da cobertura vegetal e impermeabilização do solo, a ocupação dos fundos dos vales e de áreas do leito menor e maior de inundação dos rios – áreas de inundação natural –, bem como os aterros de lagoas e intervenções de canalização, retificação ou tamponamento de rios, interferem diretamente no ciclo hidrológico natural.

Na ocorrência das chuvas em ambientes altamente urbanizados, a retirada da cobertura vegetal e a impermeabilização do solo resultam em maior escoamento superficial, na redução das taxas de infiltração e na diminuição da evapotranspiração (Figura 28). Dessa forma, parte das águas que seria infiltrada no solo se soma à parcela de escoamento superficial, aumentando as vazões dos deflúvios e a velocidade de escoamento, ampliando a ocorrência de enchentes e inundações. (MIGUEZ; REZENDE; VERÓL, 2015)

Figura 28 – Interferências no ciclo hidrológico com o processo de urbanização



Fonte: Watershed Academy Web (2021).

Por outro lado, o desmatamento provoca processos de erosão e assoreamento dos leitos dos rios e canais, reduzindo a capacidade de transporte dos seus leitos e ampliando as possibilidades das cheias. Além disso, as intervenções de engenharia nos leitos dos rios, com retificações e aumento da capacidade de escoamento, com o intuito de controlar as cheias em pontos da cidade, apenas transferem de um ponto a outro a problemática das cheias, com reduzida condição de enfrentar as alterações sistêmicas do ciclo da água na cidade (Figura 29).

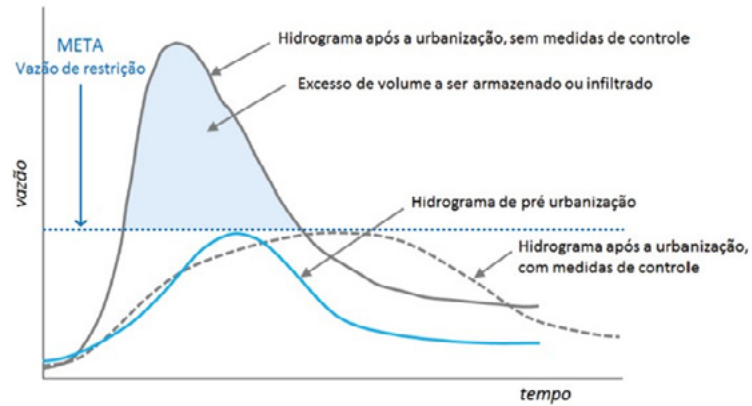
Salvador reproduz todas as condições e tragédias relacionadas às alterações do ciclo da água decorrentes do processo de urbanização acelerada, caótica e precária, como demarca Maricato (2003). A urbanização de Salvador entre 1940 e 2010 se deu com altas taxas de crescimento. Entre 1940 e 1950, a taxa de 3% passa para 4,9% entre 1950 e 1960, mantendo-se acima de 4% ao ano até os anos 1980, decrescendo a partir de então. (SALVADOR, 2012) Entre 1980 e 1990, as taxas de crescimento do município foram maiores que a do Brasil (Figura 30). Além disso, a taxa de urbanização de Salvador, já nos

anos 1970, era de 99,5%, contra 45% do Brasil (Figura 31). Ademais, a densidade demográfica experimentou um crescimento significativo, saindo de 3.318 hab./km², em 1970, para 8.815 hab./km² em 2010, segundo dados do IBGE (Figura 32).

Cabe destacar que os impactos da urbanização acelerada, da segregação e estratificação social e da especulação em torno da terra urbana, sob interesses corporativos, ocorrem de forma desigual na cidade de Salvador. Os bairros populares, situados à margem dos ganhos concentrados da urbanização por parte de uma pequena parcela da população, expõem seus moradores a situações de riscos à vida e à saúde. Em 2016, as densidades em Salvador variaram entre 59,06 hab./km², na Ilha dos Frades, e 53.019,25 hab./km², no Bairro da Paz (Figura 33). Destaca-se que ambos os territórios representam processos distintos e antagônicos de apropriação da terra urbana, típicos de uma cidade que se reproduz a partir de uma lógica de acumulação capitalista, cuja principal característica é o caráter predatório e especulativo da apropriação da terra urbana por parte das classes dirigentes e dominantes.

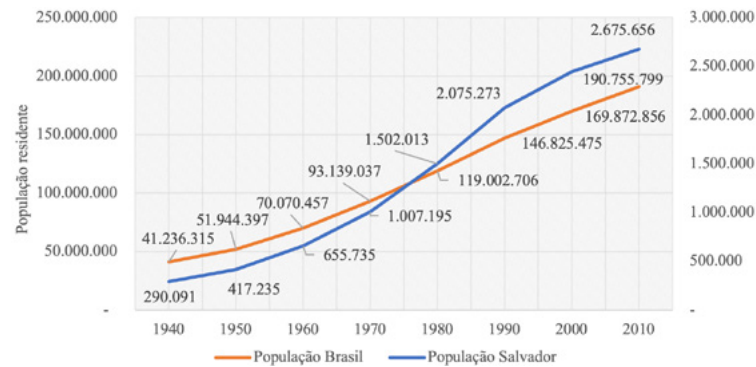
A Ilha dos Frades, hoje, representa o mais acabado projeto da burguesia soteropolitana: a apropriação privada da terra e dos bens comuns sob a cumplicidade do poder público municipal, que vem regulando o uso da terra segundo os interesses dos setores proprietários, em desacordo com os pressupostos da Constituição Federal (1988), título II, dos “Direitos e garantias fundamentais”, e do Estatuto das Cidades de 2001, em seu artigo 2º, que estabelecem a função social da propriedade – nesse caso: a terra urbana. O Bairro da Paz é o resultado da obra dos excluídos, produzido por processos de ocupação da terra pela parcela de trabalhadores que não tem ganhos suficientes para comprar no mercado a sua moradia e cuja apropriação resulta de intenso uso da terra, com alterações significativas do tecido urbano ambiental.

Figura 29 – Representação dos hidrogramas e vazão pluviual nas fases de pré e pós-urbanização, com indicação de meta de restrição



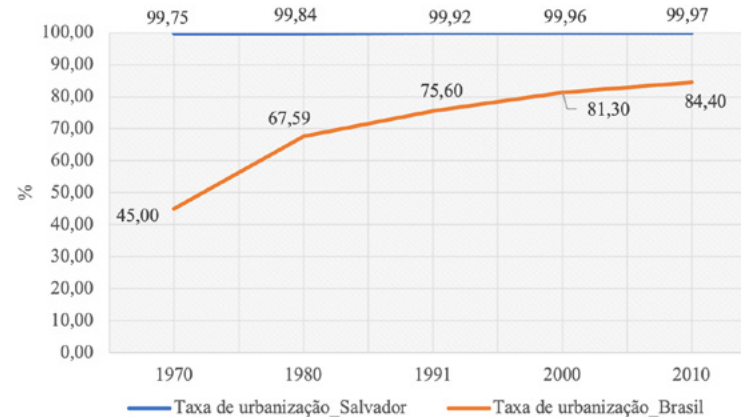
Fonte: Yazaki, Montenegro e Costa (2018, p. 132).

Figura 30 – Crescimento populacional de Salvador e do Brasil, 1940-2010



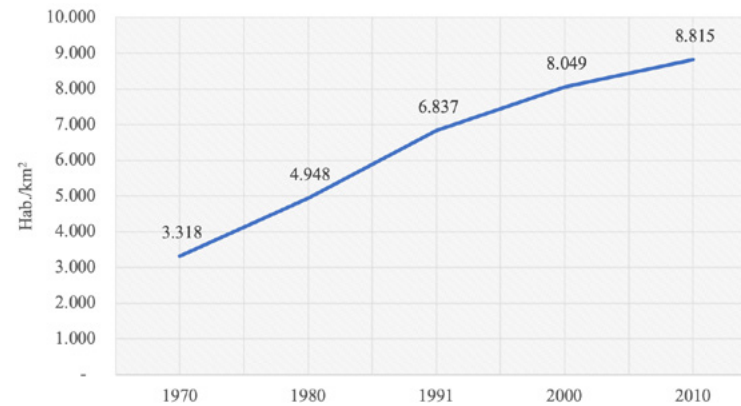
Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do IBGE (2010).

Figura 31 – Taxa de urbanização de Salvador e do Brasil, 1970-2010



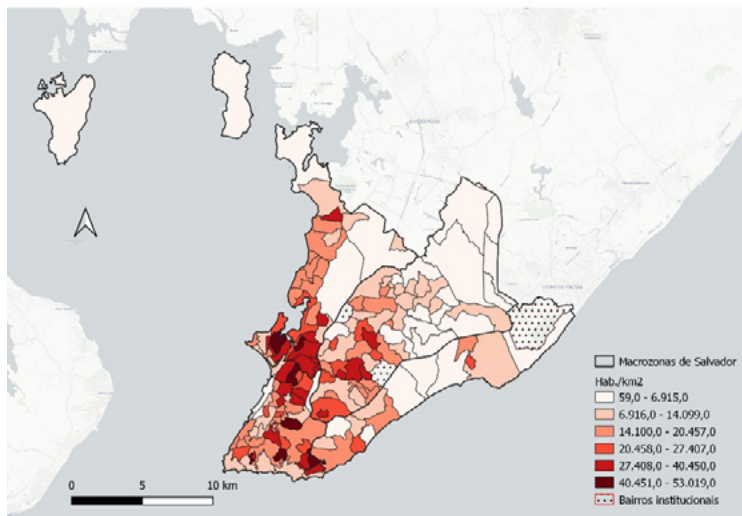
Fonte: elaborada pelos autores com base em dados de Brasil ([200-]).

Figura 32 – Densidade demográfica de Salvador, 1970-2010



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do IBGE (2020) e Brasil ([200-]).

Figura 33 – Densidade demográfica nos bairros de Salvador em 2016



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do IBGE (2020) e de Santos e demais autores (2010).

Particularmente, na Ilha dos Frades, os proprietários de parcela significativa do território implantaram cercas, sem autorização de órgão relacionados ao patrimônio e ao ambiente, impedindo o acesso a áreas públicas e de uso comum, aterros em manguezais, construções de muros e de píer de atracamento, intervenções que alteraram os cursos d'água, entre outros. O Ministério Público Federal-Bahia e o Ministério Público do estado da Bahia moveram ação contra os proprietários⁵ e, ainda, contra o município de Salvador, a então

5 Fundação Baía Viva, Concic Engenharia S.A., Patrimonial Venture S.A., Realeza Construções e Empreendimentos Ltda., Delta Participações Ltda., Companhia Industrial Pastoril, Humberto Riella Sobrinho, Gustavo Pedreira de Freitas Sá, André Luiz Duarte Teixeira, Vanildo Pereira dos Santos, Carlos Seabra Suarez, Eliomar Machado de Freitas e Sérgio Lins Lima Braga Filho, Vanildo Pereira dos Santos. (BAHIA, 2010)

Superintendência de Meio Ambiente e a Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo. (BAHIA, 2010)

Bairro da Paz e Ilha dos Frades são testemunhas do processo de produção social do espaço, frente às contradições da sociedade, e, no caso das águas urbanas, reproduzem os conflitos urbanos, gerando espaços degradados que, por sua vez, afetarão os mais vulnerabilizados – nesse caso, as populações que vivem nas periferias sem moradia digna, sem dispor de infraestrutura urbana adequada e sistemas de manejo e drenagem das águas de chuva.

Manejo das águas pluviais e drenagem urbana na cidade de Salvador

O manejo das águas pluviais e a drenagem urbana, componentes do saneamento básico, buscam, por meio das intervenções de engenharia, compensar e/ou controlar as alterações causadas no ciclo hidrológico natural, de modo a evitar transtornos para a cidade e sua população. Entre os possíveis sistemas de manejo de águas pluviais, predomina o sistema de drenagem urbana, geralmente integrado às estruturas de pavimentação das vias. O primeiro elemento do sistema de drenagem é a microdrenagem, envolvendo, via de regra, a sarjeta, pequeno canal localizado em um ou em ambos os lados da via destinado a coletar e conduzir as águas de chuva até uma boca de lobo, canaletas, poços de visitas, para depois encaminhá-las a rampas e escadarias drenantes ou galerias subterrâneas. Desse modo, as águas são conduzidas a estruturas de macrodrenagem, como canais, lagoas de retenção ou retenção e, por fim, aos corpos d'água e ao mar.

A definição da chuva de projeto⁶ é o parâmetro primordial para o dimensionamento de estruturas de canalização, havendo mais de

6 Refere-se à precipitação utilizada para o dimensionamento das estruturas de drenagem, que

um método de cálculo para chegar a ele. Para todos os métodos, entretanto, existem variáveis relativas à capacidade de infiltração do solo e à velocidade do escoamento superficial. Como mencionado, uma das consequências da urbanização é a impermeabilização do solo, que reduz a infiltração e aumenta a velocidade de escoamento superficial, ampliando as vazões e demandando maiores estruturas. (CANHOLI, 2015)

Em cidades com urbanização acelerada e predatória, a exemplo de Salvador, as estruturas dimensionadas em um primeiro momento podem não responder às transformações urbanas, especialmente às mudanças de uso e ocupação do solo, alterando as condições de projeto e os parâmetros correspondentes. Adicionalmente, a expansão da cidade ocorre mais rapidamente do que o aumento da cobertura das redes dos serviços públicos de saneamento básico. Somados a isso, a precariedade das ações de conservação e manutenção das estruturas implantadas por parte da prefeitura municipal, as deficiências do manejo dos resíduos sólidos e os processos de erosão e assoreamento implicam a redução da capacidade de transporte das estruturas, levando a alagamentos e enchentes, tão conhecidos no cotidiano do soteropolitano.

A falta de planejamento para o manejo das águas pluviais e a drenagem urbana também implica ações fragmentadas e ineficazes, expondo a população a riscos já tão conhecidos pelos moradores de Salvador, dadas as seguidas tragédias de deslizamentos de encostas e enchentes. A cidade, a despeito da sua rica rede hidrográfica e regime de chuvas e, ainda, dos recorrentes desastres relacionados às cheias e aos deslizamentos, não dispõe de um plano de manejo das águas pluviais e drenagem urbana.

varia em relação ao tempo de recorrência da chuva.

Embora, do ponto de vista do marco legal disponível, existam instrumentos capazes, uma vez aplicados, de promover a gestão das águas urbanas de Salvador de forma mais satisfatória, tanto o Inema, que tem a competência legal de promover a gestão das águas no estado da Bahia, como a PMS, que tem a responsabilidade de disciplinar o uso e a ocupação do solo, não têm realizado tais ações de forma satisfatória, havendo um vácuo entre os aspectos legais, os projetos previstos para a cidade e as demandas da população. Tanto a Lei nº 9.148/2016, que dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo do município de Salvador, como a Lei nº 9.069/2016, que dispõe sobre o PDDU 2016, contam com uma série de dispositivos que visam instituir uma nova abordagem para o manejo das águas pluviais. Entretanto, os referidos marcos, de fato, estão longe de ser instituídos, a exemplo do impedimento de parcelamentos e urbanização em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações⁷ (artigo 43 da Lei nº 9.148/2016); do controle e fiscalização da ocupação e da impermeabilização do solo, monitorização e controle das atividades com potencial de degradação e implementação do sistema de monitoração de corpos hídricos superficiais e subterrâneos (artigo 20 da Lei nº 9.069/2016).

Quanto à prestação dos serviços públicos de drenagem urbana, atualmente a Seman tem a responsabilidade de realizar ações de manutenção, recuperação e conservação, planejar, supervisionar, acompanhar e fiscalizar os projetos e obras de manutenção, o que envolve a drenagem urbana – micro e macrodrenagem – quanto à desobstrução e recuperação da rede de microdrenagem, substituição de grelhas e tampões de caixas e poços de visitas macrodrenagem – operação de limpeza dos canais, córregos e rios – e requalificação de escadarias, inclusive as escadarias drenantes. (SALVADOR, 2021)

7 Esse dispositivo, inclusive, é ambíguo ao condicionar o impedimento da intervenção “antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas, se compatíveis com as condições de resiliência da cidade”. (SALVADOR, 2016c, p. 7)

Estado e condições do manejo das águas pluviais e drenagem urbana

O levantamento do QUALISalvador nos 160 bairros da cidade evidenciou que 28,67% dos domicílios estão localizados em vias sem drenagem das águas de chuva. Percebe-se, ainda, que em 15,24% o sistema de drenagem apresentava ao menos uma de suas estruturas danificada ou obstruída (Tabela 18).

Tabela 18 - Condição do sistema de drenagem pluvial das vias dos domicílios investigados, 2018-2020 (N = 15.260)

Situação da rede de drenagem	N	%	Acumulado
Em aparente bom estado	7.988	52,35	52,35
Uma estrutura com problemas	2.062	13,51	65,86
Dois estruturas com problemas	264	1,73	67,59
Sistema de drenagem comprometido	571	3,74	71,33
Não tem sistema de drenagem	4.374	28,67	100
Total	15.260	100	

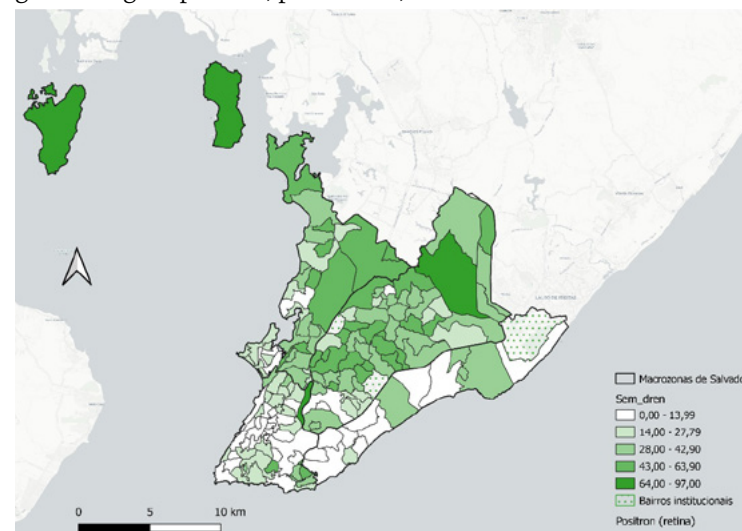
Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Os domicílios localizados em vias sem rede de drenagem urbana se distribuem espacialmente no município de Salvador, conforme mostra a Figura 34.

As cinco cores representadas na escala do mapa (Figura 34) correspondem a classes que vão de 1 a 5 (Tabela 19), indicando a faixa de proporção (%) de domicílios sem acesso à drenagem, por bairro.

No Quadro 4, é possível observar em qual classe de proporção de domicílios (%) sem rede de drenagem na via se encontra cada um dos bairros da cidade de Salvador.

Figura 34 - Proporção de domicílios (%) cujas vias não têm drenagem das águas pluviais, por bairros, 2018-2020 (N = 15.260)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 19 - Proporção de domicílios (%) cujas vias não têm drenagem das águas pluviais, 2018-2020 (N = 15.260)

Classe	Faixa de proporção de domicílios sem drenagem	N	%	% acumulado
Classe 1	< 13,99	39	24,38	24,38
Classe 2	14,00-27,79	41	25,63	50
Classe 3	28,00-42,90	46	28,75	78,75
Classe 4	43,00-63,90	29	18,12	96,88
Classe 5	64,00-97,00	5	3,12	100
Total		160	100	

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Quadro 4 – Bairros por classe de proporção de domicílios cujas vias não têm drenagem das águas pluviais,⁸ 2018-2020 (N = 15.260)

Classe	Bairros	% de bairros
1	Acupe, Barbalho, Barra, Barris, Boa Vista de Brotas, Boca do Rio, Brotas/Horto Florestal, Cabula, Cajazeiras II, Caminho das Árvores, Caminho de Areia, Candeal, Canela, Centro Histórico, Centro/Dois de Julho, Comércio, Cosme de Farias, Graça, Imbuí, Itaigara, Jardim Armação, Macaúbas, Massaranduba, Matatu, Nazaré, Patamares, Pau Miúdo, Piatã, Pituba, Plataforma/Ilha Amarela, Resgate, Rio Vermelho, Santo Agostinho, Saúde, Stella Maris, Stiep, Tororó, Uruguai e Vila Laura.	24,38
2	Amaralina, Baixa de Quintas, Boa Viagem, Boca da Mata, Bom Juá, Bonfim, Cabula VI, Caixa d'Água, Cajazeiras VI, Calabar, Cidade Nova, Costa Azul, Dom Avelar, Doron, Engenho Velho de Brotas, Fazenda Grande III, Federação, Garcia, Granjas Rurais Presidente Vargas, IAPI, Itacaranha, Lapinha, Liberdade, Luiz Anselmo, Mangueira, Mares, Monte Serrat, Moradas da Lagoa, Mussurunga, Narandiba, Ondina/Chame-Chame, Periperi/Colina de Periperi/Mirante de Periperi, Pero Vaz, Ribeira, Roma, Saboeiro, Santa Mônica, Santo Antônio, São João do Cabrito, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro e Vitória.	25,63

Classe	Bairros	% de bairros
3	Alto da Terezinha, Alto das Pombas, Alto do Cabrito, Alto do Coqueirinho, Arenoso, Arraial do Retiro, Bairro da Paz, Barreiras, Beiru/Tancredo Neves, Cajazeiras IV, Cajazeiras V, Cajazeiras VII, Cajazeiras VIII, Cajazeiras X, Calçada, Campinas de Pirajá, Capelinha, Castelo Branco, Chapada do Rio Vermelho, Coutos/Vista Alegre, Curuzu, Fazenda Grande do Retiro, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Itapuã, Itinga, Jardim das Margaridas, Jardim Nova Esperança, Lobato, Marechal Rondon, Nordeste de Amaralina, Nova Brasília, Nova Esperança, Paripe, Pau da Lima, Pernambucoés, Pituaçu, Praia Grande, São Caetano, São Cristóvão, São Gonçalo, São Marcos, São Rafael, Saramandaia, Trobogy e Vale das Pedrinhas.	28,75
4	Águas Claras, Areia Branca, Boa Vista de São Caetano, Cajazeiras XI, Calabetão, Canabrava, Engenho Velho da Federação, Engomadeira, Fazenda Coutos, Fazenda Grande IV, Jaguaripe I, Jardim Cajazeiras, Jardim Santo Inácio, Mata Escura, Nova Constituinte, Nova Sussuarana, Novo Horizonte, Novo Marotinho, Palestina, Pirajá, Rio Sena, Santa Cruz, Santa Luzia, São Tomé, Sete de Abril, Sussuarana, Vale dos Lagos, Valéria e Vila Canária.	18,13
5	Cassange, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maré, Ilha dos Frades e Retiro.	3,13

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A deficiência no acesso à rede de drenagem urbana pode levar uma população a se confrontar com enchentes e alagamentos, eventos que são caracterizados como riscos naturais hidrológicos pela Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade). Enchentes se configuram pela submersão de áreas externas aos limites normais de um corpo d'água; alagamento se refere ao acúmulo de água de chuva na infraestrutura urbana, decorrente da extrapolação da capacidade de escoamento dos sistemas de drenagem. (BRASIL, 2012)

⁸ Observa-se que a não existência de estruturas de drenagem nas vias não necessariamente significa que existem problemas de escoamento das águas. Porém, considera-se que a não existência de drenagem em uma proporção significativa em um bairro é um indicador de alerta e passível de investigação mais apurada.

Para Veyret (2007, p. 63), “os riscos ambientais resultam da associação entre os riscos naturais e os riscos decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território”. As atividades humanas de urbanização provocam alterações irreversíveis no ambiente natural, que passa a responder de forma diferente aos riscos naturais, que, por sua vez, se tornam riscos provocados ou agravados pela atividade humana e pela ocupação do território. O contexto espacial no qual se está inserido é relevante na constituição da percepção do risco. Por se tratar de um risco ambiental, o risco de alagamento é produto direto da urbanização e de como ela se deu, o que reflete no espaço. (MIGUEZ; REZENDE; VERÓL, 2015; VEYRET, 2007)

A situação de risco se caracteriza pela percepção da possibilidade de ocorrência de uma crise, acidente ou catástrofe, e não pela sua ocorrência, de fato. Para que haja o risco, é necessário, então, o seu reconhecimento como tal pelo grupo social a ele exposto, cuja percepção e nível de apreensão variam com o grau de vulnerabilidade social, aqui entendida como a estimativa dos danos potenciais que podem afetar o alvo. (VEYRET, 2007)

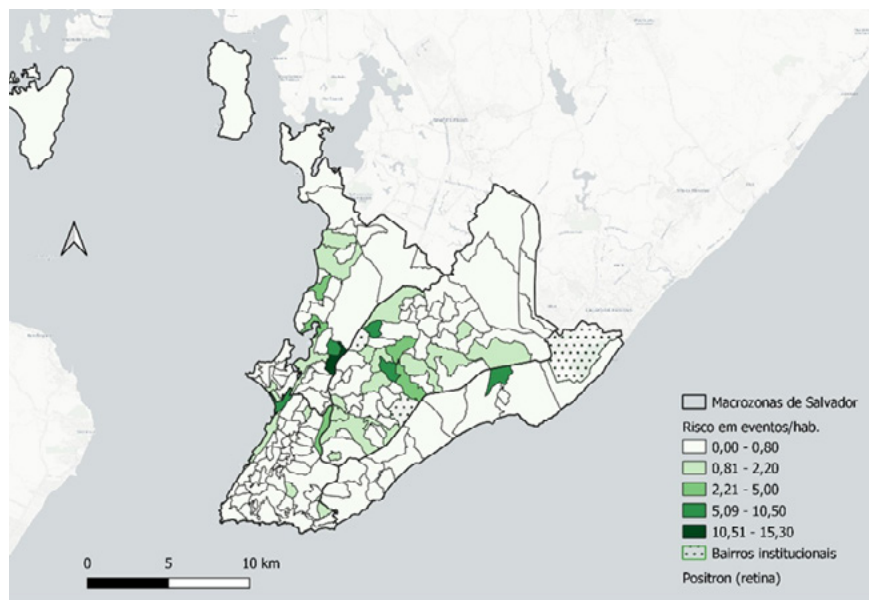
A pesquisa desenvolvida pelo QUALISalvador tratou da percepção de situação de risco tendo como referência, portanto, a declaração dos entrevistados, porém é possível aprofundar essa análise comparando os mapas obtidos com dados especializados de outra natureza, como cadastros dos órgãos de gestão. O cruzamento desses dados – a visão da população atingida pelo risco e dados cadastrais – abre caminhos para interpretações qualitativas relevantes. (HORITA et al., 2018) O mapa da Figura 35 foi gerado a partir dos dados primários da pesquisa, referentes à percepção de risco pela pessoa entrevistada. Comparando com o mapa da Figura 36, que sinaliza o registro das notificações de ocorrência de enchentes e alagamentos registrados pela Defesa

Civil de Salvador (Codesal) em 2020, é possível perceber que os dados não necessariamente são compatíveis. Essa conclusão abre margem para o debate sobre a dimensão subjetiva da percepção dos moradores e, sobretudo, sobre a subnotificação de riscos diversos, especialmente os riscos ambientais, o que fragiliza os dados gerados e compromete a elaboração de políticas apropriadas para mitigação do risco.

Segundo Santos (2008) e Santos e demais autores (2016), os altos índices pluviométricos registrados no período do outono/inverno em Salvador, aliados ao relevo da cidade, com encostas íngremes e vales profundos, e à ocupação desordenada do solo, características que reduzem a capacidade de infiltração da água no solo e propiciam condições favoráveis ao escoamento superficial, conduzem a um cenário de risco que atinge principalmente a população pauperizada, moradora das áreas mais vulneráveis a acidentes. “As fortes chuvas, características dessa época, costumam atingir estas áreas gerando muitas vezes desastres com registros de vítimas e desabrigados”. (SANTOS, 2008, p. 21)

A vulnerabilidade social pode ser expressa pela análise de fatores sociais, tais como sexo, cor/raça, escolaridade e renda familiar. A Tabela 20 mostra uma maior proporção de domicílios em vias com drenagem em aparente bom estado de conservação cujo responsável do domicílio é do sexo masculino (54,01%), vindo em seguida os chefiados por pessoas do sexo feminino (51,17%). Os domicílios que se encontram em vias sem sistema de drenagem têm uma menor participação dos responsáveis pelo domicílio do sexo masculino (27,51%), seguido de uma maior participação de responsáveis do sexo feminino (29,49%), registrando-se uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,001$) entre a proporção de domicílios situados em vias segundo as condições de drenagem das águas pluviais e o sexo.

Figura 35 - Percepção de risco de enchentes e alagamentos por bairros, 2018-2020 (N = 15.260)

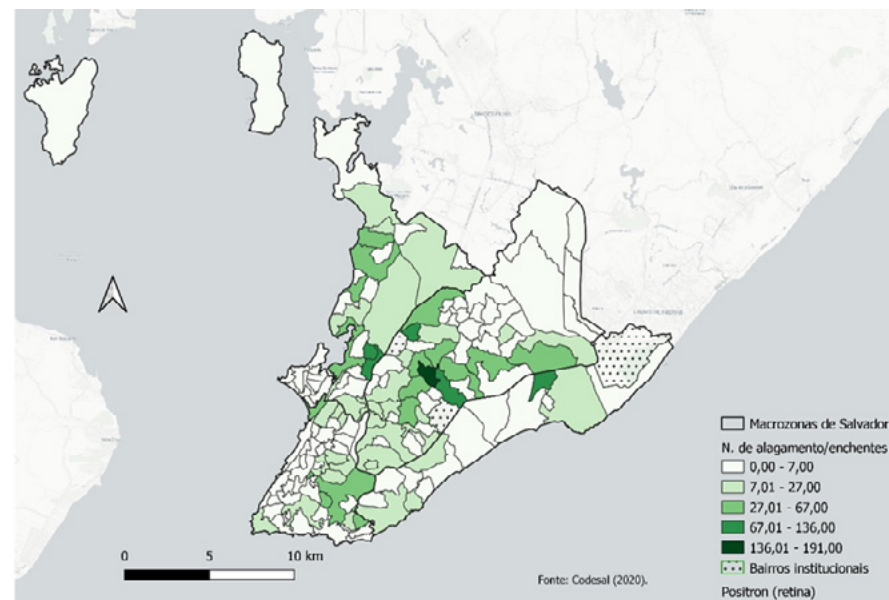


Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A Tabela 20 também mostra uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,001$) entre condições de drenagem das águas pluviais e cor/raça, com uma maior proporção de domicílios em vias com drenagem em aparente bom estado cujo responsável é de cor/raça branca (61,89%) que quando é de cor/raça negra (50,68%) e uma menor proporção quando os domicílios se encontram em vias sem sistema de drenagem e seu responsável é de cor/raça branca (18,25%) que quando é de cor/raça negra (30,48%).

Podem também ser vistos na Tabela 20: uma diminuição da proporção de domicílios situados em vias com drenagem em

Figura 36 - Número de ocorrências de enchentes e alagamentos por bairros, 2020



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados de Salvador (2020b).

aparente bom estado quando a escolaridade do seu responsável passa de ≥ 11 anos de estudo (68,67%) para analfabeto (37,12%); e um aumento da proporção de domicílios em vias sem sistema de drenagem quando a escolaridade do seu responsável passa de ≥ 11 anos de estudo (11,64%) para analfabeto (44,02%), apresentando uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,001$) entre a proporção de domicílios situados em vias segundo as condições de drenagem das águas pluviais e a escolaridade.

Por fim, a mesma Tabela 20 mostra também uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,001$) entre a proporção de domicílios

situados em vias segundo as condições de drenagem das águas pluviais e a faixa de renda mensal familiar, bem como uma tendência de diminuição da proporção de domicílios situados em vias com drenagem em aparente bom estado quando a renda mensal familiar passa de 20 salários mínimos (71,73%) para até um salário mínimo (40,87%) e uma tendência de aumento da proporção de domicílios em vias sem sistema de drenagem quando a faixa de renda mensal passa de 20 salários mínimos (12,94%) para até um salário mínimo (39,74%).

A estrutura familiar se relaciona com a chefia da família, considerando aspectos de uniparentalidade e de gênero. Famílias constituídas por responsável e cônjuge ou mesmo de responsabilidade compartilhada costumam apresentar melhor capacidade de enfrentar situações adversas, pela melhor estrutura, que se dá em um ambiente com divisão de responsabilidades e apoio mútuo. No tocante ao gênero, que também intersecciona com a uniparentalidade, presume-se que indicar uma mulher como chefe de família, em geral, sobretudo na estrutura patriarcal predominante, indica a ausência de cônjuge, em geral do sexo masculino, e que o acúmulo de funções e jornadas de trabalho compromete o desenvolvimento pessoal dessa pessoa, culminando em maior vulnerabilidade social nesse núcleo familiar. (DESCHAMPS, 2009) De fato, como mostrado, a proporção de domicílios sem acesso ao sistema de drenagem urbana é maior nas famílias chefiadas por mulheres (29,49%) do que em famílias chefiadas por homens (27,51%).

A variável cor/raça deve ser analisada em conjunto com outras, a exemplo de sexo, idade e padrão de renda, de maneira interseccional, para se traduzir em vulnerabilidade social. (CUTTER, 2011) Cutter (2011, p. 63) considera que a influência desta variável está, entre outros fatores, na “tendência para ocupar zonas de perigosidade elevada”, em função das referidas determinações socioeconômicas. Nesse sentido, Herculano (2006) traz a concepção de racismo

ambiental, configurado por ações com intenção racista, implícita ou explícita, e/ou que tenham impacto racial, justificando:

A expressão suscita estranheza e há quem ache que teria sua dose de oportunismo e ‘apelação’. Mas olhe a cor da pele de quem mora nas favelas sobre os morros, nos beira-rios e beira-trilhos; olhe a cor da pele de expressivo número dos corpos levados pelas enchentes, soterrados pelos deslizamentos. (HERCULANO, 2006, p. 1)

Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Nesta seção, são abordados aspectos sobre limpeza urbana e resíduos sólidos, como geração e manejo de resíduos sólidos, serviços de coleta de resíduos sólidos, Resíduos da Construção Civil (RCC) e destinação/disposição final, contemplando também os dados coletados pelo QUALISalvador, sua discussão e análise.

Geração e manejo de resíduos sólidos em Salvador

A Figura 37 apresenta a composição média (%) dos Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD) coletados em Salvador, característica das mais importantes para o planejamento e a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, a partir de dados da minuta do Plano Setorial de Manejo de Resíduos Sólidos e de Limpeza Urbana de 2012, do PMSB, atualmente em revisão e atualização pela PMS. Observa-se que 42,14% dos resíduos correspondem a matéria orgânica; 17,26% a plástico mole e 4,86% a plástico duro; 8,31% a papel; 4,74% a trapo/couro; 3,77% a papelão; 2,22% a vidro/louça; 2% a metal ferroso e 0,63% metal não ferroso; 1,54% a Tetra Pak; 0,28% a madeira; 0,27% a isopor; 0,22% a borracha, sendo que 6,7% correspondem a fraldas/absorventes, 5,01% a papel higiênico, 0,04% entulho e 0,01% a bateria de celular, ou seja, 11,76% dos RSD não são recicláveis. (SALVADOR, 2012)

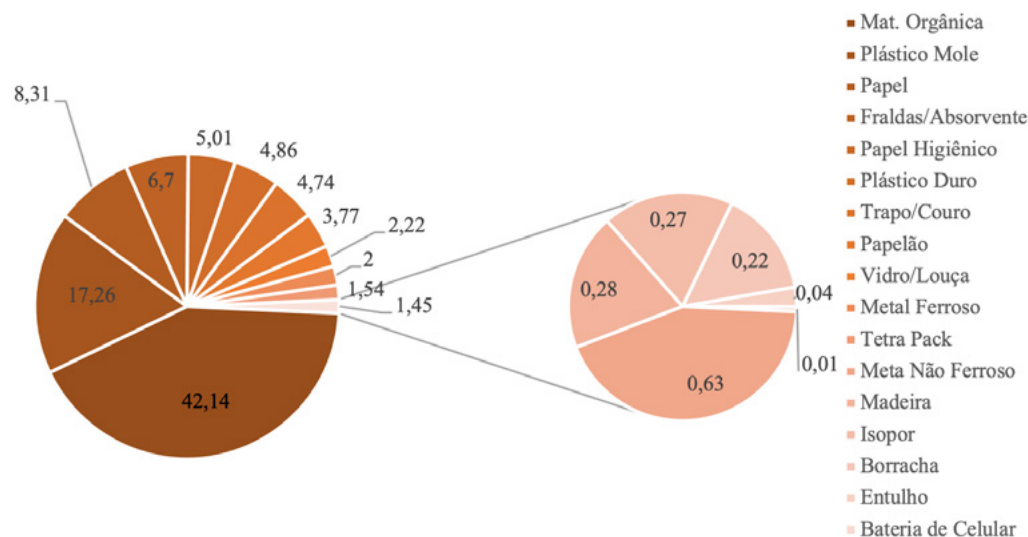
Tabela 20 - Proporção de domicílios (%) situados em vias segundo as condições de drenagem das águas pluviais por sexo, cor/raça, escolaridade e renda familiar, 2018-2020 (N = 15.260)

	Drenagem das vias	Em aparente bom estado	Uma estrutura com problemas	Duas estruturas com problemas	Sistema de drenagem comprometido	Não tem sistema de drenagem	Total geral
Sexo							
Masculino	N	3.396	817	112	232	1.730	6.288
	%	54,01	12,99	1,79	3,69	27,51	100
Feminino	N	4.583	1.242	152	339	2.641	8.957
	%	51,17	13,87	1,69	3,78	29,49	100
Total	N	7.979	2.059	264	571	4.371	15.245
Qui-quadrado de Pearson $p < 0,001$							
Cor/raça							
Branco	N	1.322	278	39	107	390	2.137
	%	61,89	12,99	1,84	5,03	18,25	100
Negro	N	6.434	1.725	218	448	3.870	12.695
	%	50,68	13,59	1,72	3,53	30,48	100
Outro	N	232	59	7	15	115	428
	%	54,21	13,88	1,54	3,60	26,78	100
Total	N	7.988	2.062	264	571	4.374	15.260
%	52,35	13,51	1,73	3,74	28,67	100	
Qui-quadrado de Pearson $p < 0,001$							
Escolaridade (faixas de anos de estudo)							
≥ 11 anos	N	1.907	361	54	132	323	2.777
	%	68,67	13,01	1,94	4,74	11,64	100
8 a 10 anos	N	3.486	911	105	218	1.789	6.510
	%	53,55	14	1,62	3,34	27,49	100

	Drenagem das vias	Em aparente bom estado	Uma estrutura com problemas	Duas estruturas com problemas	Sistema de drenagem comprometido	Não tem sistema de drenagem	Total geral
≤ 7 anos	N	2.310	734	97	195	2.110	5.445
	%	42,42	13,48	1,77	3,57	38,75	100
Analfabeto	N	122	42	6	13	144	328
	%	37,12	12,82	1,95	4,09	44,02	100
Total	N	7.824	2.049	262	557	4.367	15.059
	%	51,96	13,6	1,74	3,7	29	100
Qui-quadrado de Pearson $p < 0,001$							
Faixa de renda familiar mensal em salários mínimos							
> 20	N	287	35	7	20	52	400
	%	71,73	8,79	1,65	4,90	12,94	100
10 a 20	N	675	118	19	46	140	997
	%	67,67	11,79	1,87	4,63	14,04	100
5 a 10	N	913	203	28	70	248	1462
	%	62,42	13,91	1,94	4,77	16,95	100
3 a 5	N	1.077	256	36	72	414	1.856
	%	58,06	13,81	1,95	3,86	22,32	100
1 a 3	N	3.413	907	104	207	1.943	6.574
	%	51,92	13,80	1,58	3,15	29,55	100
Até 1	N	1.623	542	70	157	1.578	3.971
	%	40,87	13,66	1,77	3,96	39,74	100
Total	N	7.988	2.062	264	571	4.374	15.260
	%	52,35	13,51	1,73	3,74	28,67	100
Qui-quadrado de Pearson $p < 0,001$							

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 37 – Composição média (%) dos RSD, 2010



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados de Salvador (2012, p. 151).

O padrão de renda é um dos fatores que influenciam na composição dos RSD. Em Salvador, os domicílios considerados de alto padrão de renda apresentaram maior percentual na composição dos RSD em relação a alguns materiais, como matéria orgânica, papel, Tetra Pak, papel higiênico, metal ferroso e não ferroso e borracha, enquanto outros materiais, como papelão, plástico duro, fraldas/absorventes, trapo/couro, vidro/louça e madeira, apresentaram maior percentual na composição dos RSD em domicílios de baixo padrão de renda. Já os domicílios de padrão médio de renda apresentaram maior percentual na composição dos RSDs em relação a plástico mole e madeira (Tabela 21).

Tabela 21 – Composição média dos RSD por padrão de renda, 2010

Material	Padrão de renda (%)			Média (%)
	Alto	Médio	Baixo	
Matéria orgânica	46,69	39,34	40,38	42,14
Papel	10,93	10,24	3,76	8,31
Papelão	1,96	3,99	5,35	3,77
Vidro/louça	2,03	1,59	3,05	2,22
Plástico duro	2,59	5,54	6,46	4,86
Plástico mole	15,06	19,34	17,37	17,26
Metal ferroso	3,24	0,80	1,97	2,00
Metal não ferroso	0,91	0,32	0,66	0,63
Trapo/couro	2,33	5,80	6,09	4,74
Madeira	0,04	0,41	0,39	0,28
Tetra Pak	2,41	1,26	0,94	1,54
Isopor	0,33	0,22	0,26	0,27
Borracha	0,46	0,00	0,19	0,22
Entulho	0,00	0,00	0,13	0,04
Papel higiênico	6,21	4,27	4,56	5,01
Fraldas/absorvente	4,81	6,88	8,41	6,70
Bateria de celular	0	0	0,03	0,01

Fonte: Salvador (2012, p. 152).

A Tabela 22 mostra a quantidade em toneladas de resíduos coletados por tipo (%), mês, média mensal e diária em 2020. Como pode ser observado, foi coletado um total de 1.718.026,13 toneladas de resíduos sólidos (média diária de 5.506,49 t), sendo 935.359,09 t de domiciliares (média diária de 2.997,95 t), 756.908,39 t de RCC (média diária de 2.425,99 t), 25.708,86 t de resíduos de feiras e podas (média diária de 62,40 t) e 49,78 t de animais mortos (média diária de 0,16 t), sendo que os resíduos domiciliares representam 54,44% e os RCC, 44,06% do total coletado.

Tabela 22 – Resíduos sólidos coletados por tipo, mês, média mensal e diária, 2020

Resíduos sólidos coletados por tipo (t)					
Mês	Domiciliar	RCC	Feira e poda	Animais	Total
Janeiro	78.649,17	64.261,81	2.624,48	2,39	145.537,85
Fevereiro	73.462,49	62.303,87	2.344,11	2,58	138.113,05
Março	77.892,99	61.933,54	2.746,35	3,73	142.576,61
Abril	69.712,86	60.281,86	2.602,52	6,29	132.603,53
Mai	75.998,06	63.223,17	3.022,79	6,34	142.250,35
Junho	77.604,25	62.513,30	3.123,41	3,65	143.244,61
Julho	77.993,77	65.035,51	3.434,37	3,69	146.467,34
Agosto	79.661,62	65.715,55	1.202,83	2,82	146.582,82
Setembro	77.279,48	60.270,58	1.126,19	8,92	138.685,17
Outubro	80.002,73	62.586,15	1.151,74	2,82	143.743,44
Novembro	78.712,61	62.251,50	1.103,43	2,98	142.070,49
Dezembro	88.389,07	66.531,57	1.226,64	3,59	156.150,87
Total	935.359,09	756.908,39	25.708,86	49,78	1.718.026,13
% do tipo	54,44	44,06	1,50	0	100
Média (t)/mês	77.946,59	63.075,70	2.142,40	4,15	143.168,84
Média (t)/dia	2.997,95	2.425,99	62,40	0,16	5.506,49

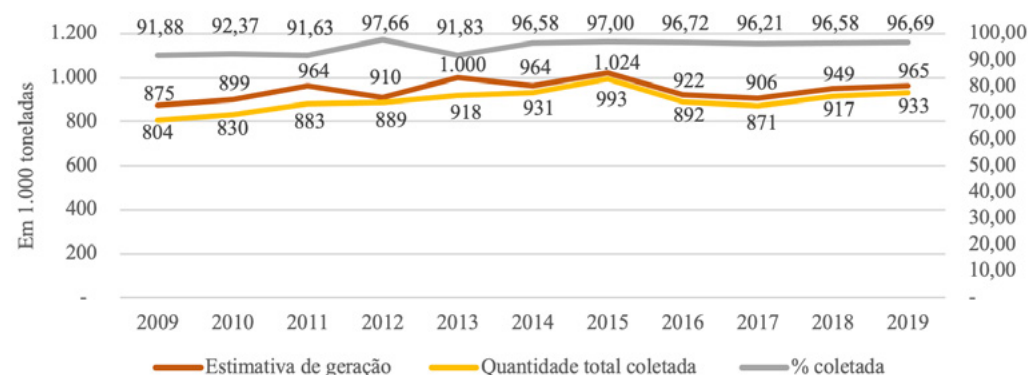
Fonte: Limpurb (2021).

A Figura 38 apresenta a quantidade de resíduos sólidos urbanos coletados (em 1.000 t/ano e em %), bem como a estimativa de geração (em 1.000 t/ano), podendo ser notado um aumento da quantidade coletada entre 2009 e 2015 (804.000 t para 993.000 t), com diminuição até 2017 (871.000 t) e voltando a crescer até 2019 (933.000 t), sendo que a estimativa de geração acompanha essa tendência (875.000 t a 1.024.000 t e 906.000 t a 965.000 t). Salvador necessita atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), à Política Estadual de Resíduos Sólidos da Bahia (Lei nº 12.932/2014) e à sua Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Lei nº 8.915/2015),

que estabelecem como objetivo a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem e o tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Para o gerenciamento dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos de Salvador, a PMS, seguindo a delimitação das então 18 Administrações Regionais (ARs), organizou 18 Núcleos de Limpeza (NLs), sendo 17 situados no continente e o NL 18 nas ilhas (Maré, Frades e Bom Jesus dos Passos). Com a extinção das ARs e a criação das prefeituras-bairro, os NLs passaram ser distribuídos da seguinte forma: NL 01 e NL 05 (prefeitura-bairro 01); NL 17 e NL 18 (prefeitura-bairro 02); NL 14 (prefeitura-bairro 03); NL 09, NL 10 e NL 15 (prefeitura-bairro 04); NL 02 (prefeitura-bairro 05); NL 06, NL 07 e NL 08 (prefeitura-bairro 06); NL 03 e NL 04 (prefeitura-bairro 07); NL 11 e NL 12 (prefeitura-bairro 08); NL 13 (prefeitura-bairro 09); e NL 16 (prefeitura-bairro 10).

Figura 38 – Geração de resíduos sólidos urbanos e públicos e quantidade coletada (1.000 t e %), 2009-2019



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do SNIS (2021).

Os serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos em Salvador são completamente prestados por empresas privadas, sendo a atuação da Limpurb residual, com poucos agentes de limpeza atuando no Parque da Cidade e na catação de resíduos sólidos em avenidas. A Tabela 23 mostra que o Consórcio Salvador Ambiental (Sotero) e o Consórcio Ecosal dividem a prestação de todos os serviços; a BF Ambiental presta os serviços nas ilhas de Bom Jesus dos Passos, de Maré e dos Frades; a empresa Águas Claras Ambiental iniciou, em outubro de 2020, a implantação da Central de Recuperação e Reciclagem de RCC e Volumosos em Simões Filho; e a empresa Eucafi Engenharia e Consultoria Ltda. fez o mesmo em Salvador. Já os serviços de transbordo, transporte e disposição final no Aterro Sanitário Metropolitano Centro (AMC) são prestados pela Bahia Transporte de Tratamento de Resíduos (Battre), cujo contrato de concessão de 20 anos foi concluído em janeiro de 2020, sendo então em outubro do mesmo ano firmado aditivo ao contrato por mais três anos, período em que a concessionária deverá desenvolver projetos voltados à ampliação da vida útil do AMC.

Serviços de coleta dos resíduos sólidos

Esses serviços são realizados por empresas privadas contratadas pela Sempop nos 18 NLs. A execução dos serviços de coleta dos RSD contempla todos os resíduos sólidos originários de residências; feiras livres; varrição de vias e logradouros públicos; estabelecimentos públicos institucionais de prestação de serviços, comerciais, industriais, resíduos comuns (grupo D) de unidades de serviços de saúde; bem como os resíduos resultantes da limpeza de praias, os volumosos e inservíveis (móveis, colchões, utensílios pós-uso), caracterizados como domiciliares, colocados à disposição da coleta regular, que possam ser encaminhados diretamente ao AMC ou por meio da Estação de Transbordo, situada em Canabrava. (SALVADOR, 2012)

Os RSD não compreendem, para efeito de remoção obrigatória, a terra, a areia e o entulho de obras públicas ou particulares. O conhecimento das características de acessibilidade da área é um importante fator para que sejam diferenciadas as soluções e o custo da atividade de coleta, sendo as áreas classificadas como de fácil, restrito e difícil acesso.

Nas áreas de fácil acesso, que se caracterizam por vias com largura, pavimentação e iluminação adequada para o acesso de veículos de grande porte, a coleta é realizada por meio de caminhões compactadores com capacidade de 15, 19 e 20 m³, dotados do sistema de basculamento de contêineres, com equipe integrada por motorista e agentes de limpeza e por caixas estacionárias de até 5 m³, as quais são posteriormente basculadas nos veículos de coleta ou retiradas por caminhões tipo poliguindaste e por caminhão com carroceria apropriada. (SALVADOR, 2012)

Nas áreas de acesso restrito, que se caracterizam por vias com largura, pavimentação e/ou iluminação inadequadas para o acesso de veículos de grande porte, a coleta é realizada por caminhão compactador com capacidade de 6 m³ e caminhão equipado com caçamba basculante com capacidade de 3 m³ - minibasculante. (SALVADOR, 2012)

Nas áreas de difícil acesso, que se caracterizam por vias com largura, pavimentação e iluminação inadequadas para o acesso de veículos, os resíduos são coletados por meio de alternativas diferenciadas, como contêineres, lixodutos ou barcos, entre outras soluções que se aplicam em áreas de encosta com maior inclinação. (SALVADOR, 2012)

Com dados informados pelo município, segundo o SNIS em seus diagnósticos de manejo de resíduos sólidos urbanos, a Figura 39 mostra que a cobertura com esses serviços em Salvador vem mantendo-se próxima à universalização e praticamente a mesma (96,70% e 96,68%) nos anos de 2014 a 2019, embora a cobertura da população com serviço de coleta domiciliar porta a porta tenha sido, em 2014, de 80,02%, com uma pequena redução para 77,34% em 2019.

Tabela 23 – Participação de empresas privadas na prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, 2021

Serviço	Consórcio Sotero	Consórcio Ecosal				BF Ambiental	Águas Claras Ambiental	Eucafi	Battre
		Jotagê Engenharia	Torre Empreendimentos	Naturalle	MM				
Coleta e transporte de RSD	45,01%	14,60%	15,49%	12,94%	11,96%				
Coleta manual e transporte de RCC	45,35%	14,91%	15,14%	15,77%	8,83%				
Coleta mecanizada e transporte de RCC	41,54%	15,57%	17,60%	18,34%	6,95%				
Coleta de volumosos	50%	50%							
Coleta de poda de árvores	42,31%	11,54%	19,23%	19,23%	7,69%				
Varição manual de logradouros públicos	39,84%	12,12%	16,52%	14,13%	17,39%				
Varição mecanizada de logradouros	50%			50%					
Limpeza manual de praias	72,72%		27,28%						
Limpeza mecanizada de praias	66,66%		33,34%						
Lavagem de logradouros públicos	50%		50%						
Serviços complementares tipo 1 (c/ roçadeiras)	50%	23,08%		23,08%	3,84%				
Serviços complementares tipo 2 (s/ roçadeiras)	50%	16,67%	16,66%	16,67%					
Roçagem mecanizada	100%								
Central de Recuperação e Reciclagem de RCC e de Volumosos							58,97%	41,03%	
AMC									100%
Ilhas (coleta, varrição, limpeza de praias, transporte de rejeito para o continente)						100%			

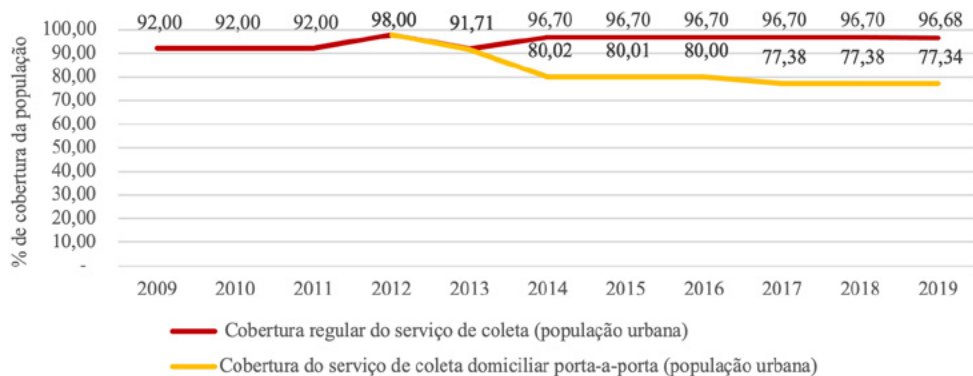
Fonte: Limpurb (2021).

Nota: a Limpurb ainda dispõe de 73 agentes de limpeza que atuam no Parque da Cidade e na catação em avenidas; o Consórcio Sotero é constituído pelas empresas Revita Engenharia Ltda. (líder) e Cavo Serviços e Saneamento S.A., e o Consórcio Ecosal é formado pelas empresas Jotagê Engenharia Comércio e Incorporações Ltda. (líder), Torre Construções Ltda., Naturelle Tratamento de Resíduos Ltda. e MM Consultoria, Construções e Serviços Ltda.; as centrais de RCC e de volumosos começaram a ser implantadas em outubro de 2020, mês em que também foi firmado com a empresa Battre o aditivo ao contrato de concessão do AMC por mais três anos.

Quanto à frequência da coleta de RSD, a Figura 40 mostra que a coleta de duas a três vezes por semana tem variado de 20% a 38% no período de 2003 a 2019, enquanto a coleta com frequência diária tem variado de 64% a 80% no mesmo período, notando-se uma variação de 62% a 73% no período de 2014 a 2019.

Os dados do SNIS também apresentam uma insignificante quantidade de massa recolhida por ano de materiais recicláveis secos por coleta seletiva (Figura 41), embora se tenha apresentado um aumento nos anos de 2018 e 2019, o que mostra que ainda é muito tímido o Programa de Coleta Seletiva em Salvador, sendo o material coletado encaminhado para cooperativas de catadores cadastradas. Esse programa, além dos Pontos de Entrega Voluntária (PEV), dispõe de pontos para o descarte de pequena quantidade de entulho (até 2 m³), podas de árvores (ecopontos), resíduos sólidos eletroeletrônicos, medicamentos, óleo de cozinha, pilhas e baterias e de papéis e jornais.⁹

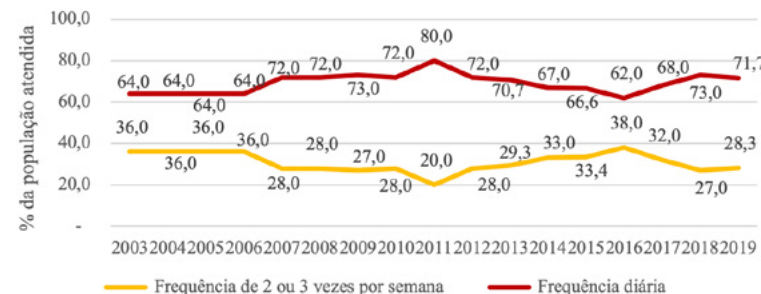
Figura 39 – Cobertura da população urbana (%) com serviços de resíduos sólidos urbanos e com coleta domiciliar porta a porta, 2009-2019



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do SNIS (2021).

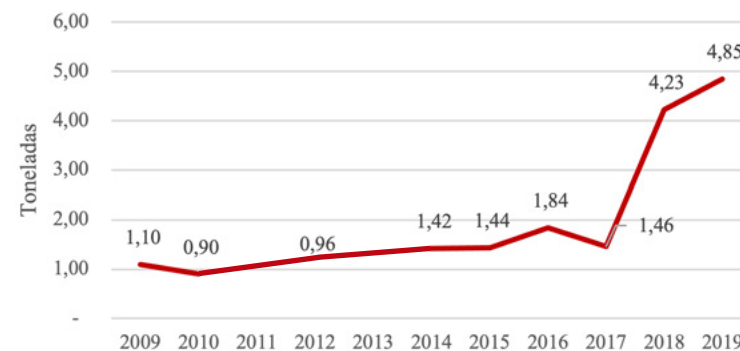
⁹ Ver: <http://www.coletaseletiva.salvador.ba.gov.br/>.

Figura 40 – Proporção da população (%) atendida com serviços de resíduos sólidos urbanos com coleta domiciliar de frequência diária e de duas a três vezes por semana, 2003-2019



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do SNIS (2021).

Figura 41 – Massa de materiais recicláveis secos recolhidos por coleta seletiva, 2009-2019



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do SNIS ([2019?]).

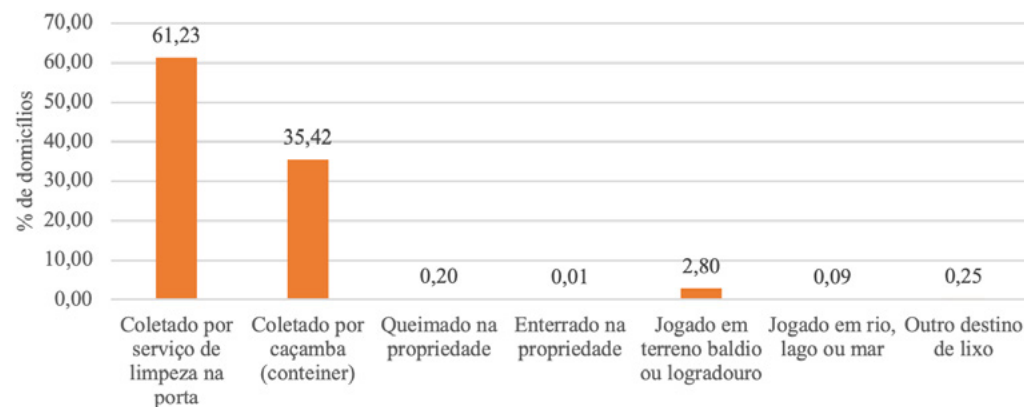
As cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, no total de 16 cadastradas na Limpurb, ainda não fazem parte do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos

sólidos, como preconizado na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). O apoio às cooperativas vem ocorrendo por meio da disponibilização de veículos, equipamentos e entrega dos resíduos dos PEVs. A Limpurb tem disponibilizado para essas organizações três caminhões com guindaste, para a coleta dos recicláveis depositados nos PEVs, do ainda tímido Programa de Coleta Seletiva da Secis, entregues às cooperativas de acordo com programação estabelecida. Além disso, para aquelas cooperativas com menor estrutura, são disponibilizados três caminhões-baú que atendem às rotas de coleta definidas pelas próprias cooperativas, visando coletar os recicláveis de grandes geradores. Essas duas atividades estão suspensas durante o período da pandemia da Covid-19. Outras iniciativas de apoio às cooperativas são realizadas por meio da Secis, como o programa SO+MA Vantagens, que consiste na instalação de contêineres para recebimento de materiais recicláveis em troca de bônus convertidos em descontos no comércio do bairro.

De acordo com os resultados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, 96,65% dos domicílios têm alguma forma de coleta para seus resíduos sólidos, sendo 61,23% pelo serviço de limpeza na porta e 35,42% por caçamba do serviço de limpeza, enquanto 0,20% dos domicílios tem seus resíduos sólidos queimados na propriedade, 0,01% enterrados na propriedade, 2,80% jogados em terreno baldio ou logradouro público, 0,09% lançados em rio, lago ou mar e 0,25% em outro destino (Figura 42).

A Figura 43 mostra que os domicílios com mais baixas coberturas de coleta de resíduos sólidos porta a porta encontram-se nos bairros do Miolo e do Subúrbio Ferroviário e Rodoviário da cidade, enquanto os com mais alta cobertura estão situados na Orla Atlântica/Stella Maris, Barra/Vitória/Campo Grande, Cidade Baixa e ilhas de São Tomé e dos Frades.

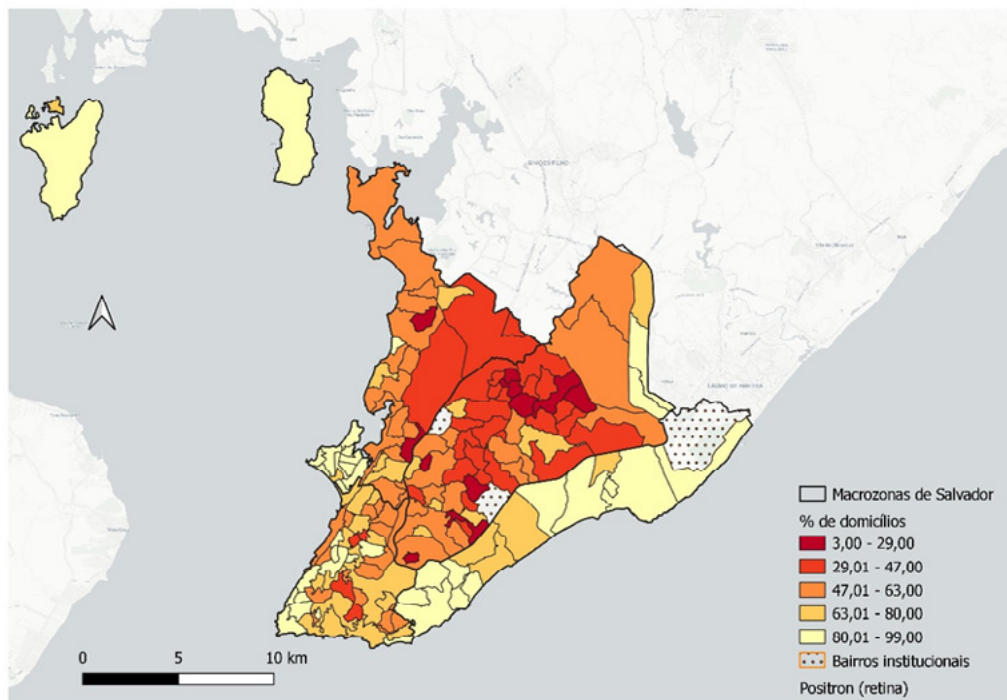
Figura 42 – Condições de coleta de resíduos sólidos, 2010



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Censo do IBGE (2010).

Segundo dados do QUALISalvador, a situação da prestação do serviço público de coleta de RSD na cidade apresenta problemas. Dispõem de coleta regular porta a porta de seus resíduos sólidos com frequência diária ou alternada 54,5% dos domicílios; 18,43% dispõem de coleta de caixa estacionária na rua, sendo 16,17% com frequência regular e 2,26% com frequência esporádica; 24,64% dos domicílios não dispõem de coleta, ou seja, o caminhão da coleta não passa na rua, sendo que em 15,08% deles os resíduos são descartados em caixa estacionária, 9,24% em ponto de lixo e 0,34% em terreno baldio, canal ou rio. Em 73,41% dos domicílios, o caminhão da coleta passa na rua; em 55,38%, a coleta é porta a porta; e em 33,41% dos domicílios os resíduos são descartados em caixas estacionárias (Tabela 24).

Figura 43 – Proporção de domicílios (%) com coleta de resíduos sólidos porta a porta, segundo bairros, 2010



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Censo do IBGE (2010).

A Figura 44 mostra que 54,5% dos domicílios contam com serviços de coleta de RSD adequados, aqui considerados os realizados porta a porta e com frequência regular; 20,84% contam com serviços inadequados, considerados os com coleta de caixa estacionária na rua e outro descarte; e 24,66% não dispõem de serviço de coleta na rua.

A Figura 45 mostra que a menor proporção dos domicílios com serviço adequado de coleta de RSD encontra-se nas ilhas de Bom

Jesus dos Passos e dos Frades, seguidas por bairros localizados no Miolo e Subúrbio Ferroviário e Rodoviário.

Tabela 24 – Condições do serviço público de coleta de RSD em proporção de domicílios (%), 2018-2020 (N = 15.260)

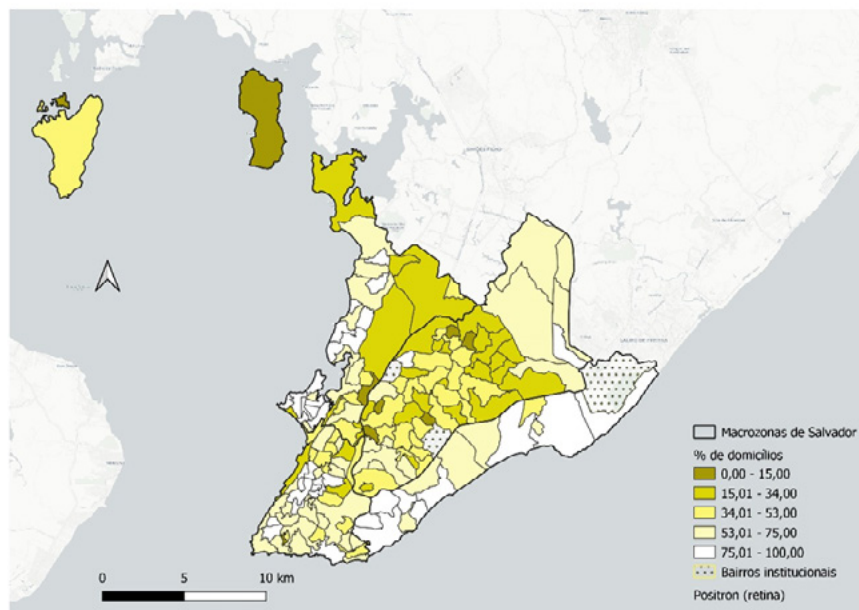
Serviço público de coleta de resíduos sólidos	N	% de dom.	% acumulado
Todos os dias o caminhão passa e coleta o lixo porta a porta	6.967	45,66	45,66
O caminhão passa dia sim e dia não e coleta o lixo porta a porta	1.349	8,84	54,51
O caminhão passa uma vez por semana e faz a coleta porta a porta	61	0,40	54,90
O caminhão passa a cada 15 dias e coleta o lixo porta a porta	73	0,48	55,38
O caminhão passa na rua e coleta o lixo descartado em caixa estacionária (contêiner) com frequência regular	2.467	16,17	71,55
O caminhão passa na rua e coleta o lixo descartado em caixa estacionária (contêiner) com frequência esporádica	344	2,26	73,81
O caminhão não passa na rua e o lixo é descartado em caixa estacionária (contêiner) de outra rua	2.302	15,08	88,89
O caminhão não passa na rua e o lixo é descartado no ponto de lixo	1.409	9,24	98,13
Não tem coleta de lixo na rua e o lixo é descartado em terreno baldio, canal ou rio	53	0,34	98,47
Outro	233	1,53	100
Total	15.260	100	

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Descartam os resíduos sólidos de forma inadequada em contêineres ou pontos de lixo 44,62% dos domicílios (Figura 46), condição que expõe a população a uma série de enfermidades, como dengue, zika, chikungunya e leptospirose. Dados do primeiro Levantamento Rápido de Índices de

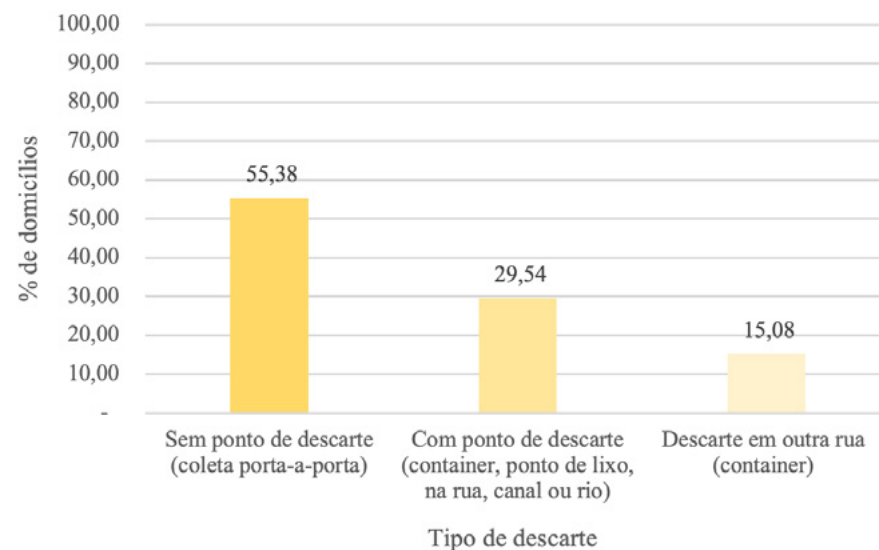
Infestação pelo *Aedes aegypti* (LIRAA), de 2019, mostraram Salvador em situação de alerta quanto à transmissão de dengue, zika e chikungunya, com Índice de Infestação Predial (IIP) entre 1% e 3,9% e com risco médio de disseminação dessas enfermidades. (BRASIL, 2019)

Figura 45 - Proporção de domicílios (%) com serviço adequado de coleta de RSD por bairros, 2018-2020 (N = 15.260)



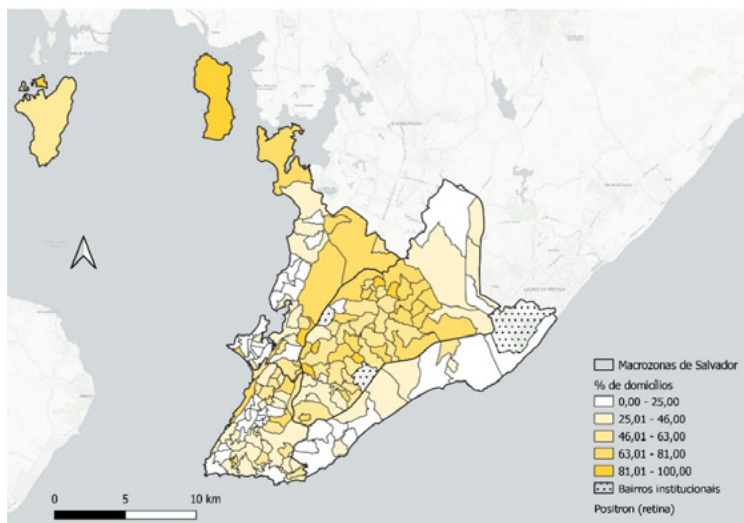
Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 46 - Condições de descarte dos resíduos sólidos em proporção de domicílios (%), 2018-2020 (N = 15.260)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 47 – Proporção de domicílios (%) com serviço inadequado de coleta de RSD por bairros, 2018-2020 (N = 15.260)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

A Figura 47 mostra que a maior proporção dos domicílios com serviço inadequado de coleta de RSD encontra-se nas ilhas de Bom Jesus dos Passos e dos Frades; em seguida, na Ilha de Maré e em bairros localizados no Miolo e Subúrbio Ferroviário e Rodoviário.

A Tabela 25 mostra que apenas 53,7% dos domicílios chefiados por pessoa do sexo feminino e 55,66% dos chefiados por pessoa do sexo masculino dispõem de coleta de RSD considerada adequada pelo QUALISalvador, enquanto 25,39% e 23,61% deles, respectivamente, não dispõem do referido serviço. Quando referida cor/raça, dados da Tabela 25 indicam que 51,88% dos domicílios chefiados por pessoa negra e 70,61% dos chefiados por

pessoa branca dispõem de coleta de RSD considerada adequada, enquanto 26,62% dos domicílios chefiados por negros não dispõem desses serviços e, em domicílios chefiados por brancos, esse valor é 12,94%, apresentando uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,0001$), o que revela a desigualdade quanto à cor/raça no atendimento pelo serviço.

No que diz respeito à escolaridade, observa-se uma tendência de diminuição da proporção de domicílios com coleta adequada de RSD quando o chefe de domicílio tem alta escolaridade (73%) para quando tem baixa escolaridade (40,48%), sendo que 42,61% dos domicílios chefiados por pessoa com baixa escolaridade não dispõem desse serviço, enquanto naqueles chefiados por pessoa de alta escolaridade esse valor é 10,34%, apresentando também uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,0001$).

A mesma tendência é mostrada quando consideradas a faixa de renda mensal familiar e a coleta adequada de RSD, com diminuição da proporção de domicílios com coleta adequada de RSD com faixa de renda mensal acima de 20 salários mínimos (75,77%) para aqueles com faixa de renda mensal de até um salário mínimo (43,18%), sendo que 34,93% dos domicílios com faixa de renda mensal até um salário mínimo não dispõem desse serviço, enquanto naqueles com faixa de renda mensal acima de 20 salários mínimos esse valor é 10,69%, apresentando também uma associação estatisticamente significativa ($p < 0,0001$).

Resíduos da Construção Civil (RCC)

Os RCC, quando não manejados de forma adequada, podem gerar impactos ambientais e riscos à segurança e à saúde pública. Em Salvador, a legislação estabelece que a responsabilidade do poder público em relação aos RCC é de até 2 m³ por domicílio, caracterizado

como pequeno gerador. Assim, foi definida a implantação de 18 ecopontos nos diversos NLs para receber esses resíduos, entretanto só existem dois em operação: um no Itaigara e outro em Itapuã. Na falta desses ecopontos preparados para receber os RCC, os pontos de descarte aleatório se multiplicam na malha urbana da cidade, cuja coleta é realizada diariamente, por meio de caçambas manuais e também com máquina (comboio). Observa-se, no entanto, que os RCC coletados nas ruas não são exclusivamente do pequeno gerador, sendo que a fiscalização da Limpurb tem apreendido descarte aleatório de transportadores, que, quando identificados, são multados por essa infração.

Após a coleta nos ecopontos, nas caixas estacionárias e nos logradouros públicos, os RCC são transportados pelos equipamentos e pessoal dos consórcios Sotero e Ecosal até as duas centrais de tratamento de RCC e volumosos - na central da empresa Eucafi, pelo Sotero, e na central da Águas Claras Ambiental, pelo Ecosal -, implantadas em outubro de 2020, que já se encontram separando, recuperando e reciclando o material recebido.

A implantação e o funcionamento das duas centrais significam um avanço na gestão de RCC no município. Em 2010, por ter esgotado a capacidade da área de Canabrava para receber o entulho coletado em Salvador, o poder público decidiu licitar e contratar um aterro privado para destinar de forma adequada esses resíduos. O Aterro de Inertes, que operou no período de 2010 a 2020, recebia os RCC misturados e com pouco potencial de reciclagem, resultando no aterramento de aproximadamente 90% do material coletado. Além disso, o AMC também recebia e aterrava material volumoso, contribuindo para a redução de sua vida útil. Com a implantação das duas centrais, os resíduos volumosos sem utilização passaram a ser triturados e utilizados em outros processos e os RCC passaram a ser reciclados.

Tabela 25 - Tipo e frequência de coleta de RSD por sexo, cor/raça, escolaridade e faixa de renda mensal familiar, em número e proporção de domicílios (%), 2018-2020

Tipo e frequência de coleta de RSD sólidos		Adequada	Inadequada	Não tem	Total
Sexo					
Masculino	N	3.499	1.303	1.485	6.288
	%	55,66	20,73	23,61	100
Feminino	N	4.810	1.873	2.274	8.957
	%	53,70	20,91	25,39	100
Total	N	8.310	3.176	3.759	15.245
	%	54,51	20,83	24,66	100
Qui-quadrado de Pearson p < 000,1					
Cor/raça					
Branco	N	1.509	351	277	2.137
	%	70,61	16,45	12,94	100
Negro	N	6.586	2.730	3.379	12.695
	%	51,88	21,51	26,62	100
Outro	N	223	97	108	428
	%	52,10	22,71	25,19	100
Total	N	8.318	3.179	3.764	15.260
	%	54,51	20,83	24,66	100
Qui-quadrado de Pearson p < 000,1					
Escolaridade					
Alta	N	2.027	463	287	2.777
	%	73,00	16,67	10,34	100
Intermediária	N	3.465	1.461	1.583	6.510
	%	53,23	22,45	24,32	100
Baixa	N	2.513	1.181	1.751	5.445
	%	46,16	21,69	32,15	100

Tipo e frequência de coleta de RSD sólidos		Adequada	Inadequada	Não tem	Total
Sem	N	133	55	140	327,6
	%	40,48	16,91	42,61	100
Total	N	8.138	3.160	3.761	15.059
	%	54,04	20,99	24,97	100

Qui-quadrado de Pearson $p < 0,001$

Faixa de renda mensal familiar (em salário mínimo)

Mais de 20	N	303	54	43	400
	%	75,77	13,54	10,69	100
Mais de 10 até 20	N	743	138	116	997
	%	74,53	13,82	11,65	100
Mais de 5 até 10	N	1.006	260	196	1.462
	%	68,78	17,81	13,41	100
Mais de 3 até 5	N	1.099	408	349	1.856
	%	59,23	21,98	18,80	100
Mais de 1 até 3	N	3.452	1.449	1.673	6.574
	%	52,51	22,05	25,45	100
Até 1	N	1.715	869	1.387	3.971
	%	43,18	21,89	34,93	100
Total	N	8.318	3.179	3.764	15.260
	%	54,51	20,83	24,66	100

Qui-quadrado de Pearson $p < 0,001$

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Destinação/disposição final

Entre 1973 e 1998, todos os resíduos coletados foram depositados em aterro, sem utilizar os devidos critérios de engenharia, na região

do Miolo, em local denominado Fazenda Canabrava. (SALVADOR, 2012) A Limpurb passou a utilizar uma área contígua ao vazadouro anterior, também situado em Canabrava, margeando a Avenida Regional. A deposição final passou a ser conhecida como “lixão de Canabrava”. No início dos anos 1990, a Limpurb elaborou o “modelo tecnológico”, o projeto de recuperação ambiental do antigo lixão de Canabrava - biorremediação de Canabrava, área conhecida como fase B - e o projeto de aterro sanitário para a nova área de deposição dos resíduos, denominada como fase A.

No final de 1992, foi iniciado o projeto de recuperação socioambiental do antigo lixão de Canabrava, que funcionou adequadamente em apenas uma célula de resíduos, seguindo procedimentos da engenharia sanitária e utilizando a técnica da biorremediação, que representava na época um salto qualitativo na disposição dos resíduos. Porém, em meados de 1995, por motivos financeiros e falta de continuidade do seu uso, o local de disposição dos resíduos urbanos retornou à condição de um lixão, desfazendo todo o esforço do trabalho técnico e os investimentos realizados. (SALVADOR, 2012)

Em 1997, a Conder iniciou a implantação de aterro sanitário, o AMC, localizado às margens da BA-056 (rodovia CIA-Aeroporto), km 6,5, com área aproximada de 250 ha e capacidade de cerca de 18.000.000 m³, visando atender aos municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho. O AMC (Figura 48), com pré-operação pela Conder iniciada em 1998 e operação iniciada em 1999, tem vida útil de 20 anos, ficando posteriormente a responsabilidade de seu gerenciamento a cargo da Limpurb/PMS. Assim, o sítio de Canabrava transformou-se em uma área menos insalubre, usado apenas para o descarte de entulho e podas, com propostas de recuperação socioambiental, com o início da implantação do projeto Saneamento de Canabrava, visando transformá-lo em parque socioambiental. (SALVADOR, 2012)

O serviço de transbordo, cuja estação foi inaugurada no final de 2001 com capacidade de operação de até 1.800 t/dia, situada em Canabrava, recebe diariamente os resíduos coletados da maioria dos NLS, bem como o transporte entre a estação de transbordo e o AMC realizado por carretas com capacidade de 45 e 55 m³, e a disposição final dos resíduos no AMC passou a ser executada pela iniciativa privada em regime de concessão, por meio da Battre, com duração de 20 anos e licenciado pelo então Instituto do Meio Ambiente (IMA), atual Inema. (SALVADOR, 2012)

Figura 48 - Vista aérea do AMC, 2020



Fonte: Google Earth (2021).

Diante do exposto nesta seção, urge a necessidade de mudança dessa realidade em Salvador e de implementação das diretrizes estabelecidas para a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, tanto na Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável como no PDDU 2016.

Índice de saneamento básico

De forma a produzir um índice sintético da situação de saneamento básico de Salvador, foi construído o Índice de Saneamento Básico (ISan_Salvador), seguindo os resultados dos processos de discussão da equipe do QUALISalvador. Foram utilizados para a produção do índice os indicadores dos componentes do saneamento básico – abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos –, que foram ponderados entre si. Cabe ressaltar que a ponderação entre os componentes e indicadores foi definida a partir de intenso processo de discussão e realização de grupo focal, inicialmente com a equipe de saneamento do QUALISalvador, a partir da produção científica sobre o tema e, posteriormente, com toda a equipe de professores e pesquisadores do projeto. O Quadro 5 sintetiza o modelo de construção do ISan_Salvador.

Quadro 5 - Modelo de construção do ISan_Salvador

Componentes do saneamento básico	Peso do componente	Variável	Indicador
Abastecimento de água	0,20	Frequência do abastecimento de água	Proporção de domicílios com abastecimento contínuo da rede de distribuição (24h/dia)
Esgotamento sanitário	0,27	Destino dos esgotos sanitários domiciliares	Proporção de domicílios com destino adequado dos esgotos sanitários (rede coletora e fossa)

Componentes do saneamento básico	Peso do componente	Variável	Indicador
Drenagem de águas pluviais	0,27	Acesso e condições de conservação e manutenção da rede de drenagem	Proporção de domicílios com acesso e condições de conservação e manutenção da rede de drenagem
Coleta de RSD e sua frequência	0,26	Coleta e frequência da coleta dos RSD	Proporção de domicílios com coleta diária porta a porta

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

No total, foram aplicados 15.260 questionários em domicílios amostrados nos 160 bairros da cidade, entre 2018 e 2020. Após a construção do banco de dados, os indicadores foram gerados, normalizados com o método do mínimo-máximo e, posteriormente, agregados por meio da média ponderada. A partir dos valores do ISan_Salvador, foram definidas classes de qualidade (Tabela 26).

Tabela 26 - Valores do ISan_Salvador e classes de qualidade

Valor do ISan_Salvador	Classe de qualidade
0,79-0,95	Excelente
0,68-0,78	Muito bom
0,58-0,67	Bom
0,48-0,57	Regular
0,33-0,47	Ruim
0,32-0,21	Muito ruim

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

O ISan_Salvador possui uma média de 0,63, sendo que o bairro com menor índice foi a Ilha de Maré (0,21) e o com maior foi o Caminho das Árvores (0,95).¹⁰

A Tabela 27 apresenta a estatística descritiva do ISan_Salvador e o Quadro 6 apresenta a relação de bairros segundo faixas do ISan_Salvador e classe de qualidade.

Tabela 27 - Estatística descritiva do ISan_Salvador

	N	Mínimo	Máximo	Média	Erro desvio
ISan_Salvador	160	0,21	0,95	0,6326	0,14664

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

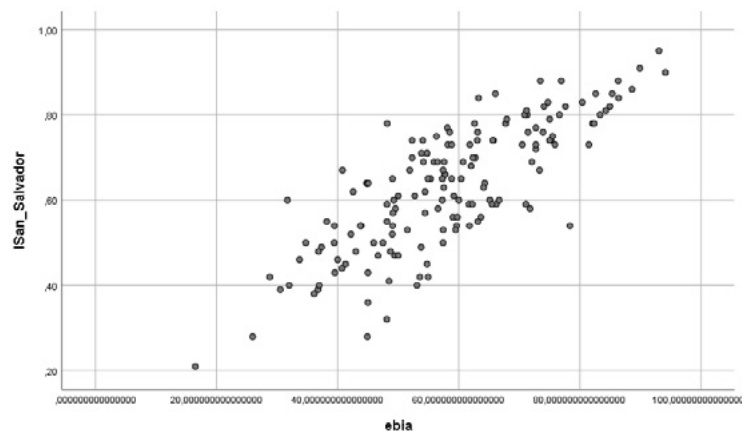
O Quadro 6 e a Figura 49 mostram, baseadas no ISan_Salvador, a desigualdade existente na distribuição/prestação dos diferentes serviços públicos de saneamento básico entre os bairros do município: aqueles situados na faixa do Oceano Atlântico e na Área Urbana Consolidada apresentam ISan maior se comparados com os bairros do Miolo, do Subúrbio Ferroviário e Rodoviário e das ilhas, estes últimos com população predominantemente negra e de baixa renda. Tal realidade indica a necessidade urgente de formulação e implementação de política pública de saneamento básico e que a elaboração, ora em curso pela PMS, e a posterior implementação do PMSBI estabeleça como prioridade o atendimento desses bairros e de suas populações, visando à universalização desses serviços e sua prestação com qualidade.

¹⁰ Ver apêndice.

Quadro 6 - ISan_Salvador, por faixa e classe de qualidade

Bairro	Faixa do ISan_Salvador	N	% de bairros	Classe
Ilha de Maré, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Palestina e Santa Luzia.	0,21-0,32	4	2,5	Muito ruim
Valéria, Comércio, Calabetão, Novo Marotinho, Granjas Rurais Presidente Vargas, Ilha dos Frades, Vila Canária, Campinas de Pirajá, Calabar, Canabrava, Vale dos Lagos, Saramandaia, Sussuarana, Águas Claras, Nova Sussuarana, Trobogy, Arraial do Retiro, Narandiba, Cajazeiras X, Cajazeiras XI e Retiro.	0,33-0,47	21	13,13	Ruim
Castelo Branco, Jardim Cajazeiras, Moradas da Lagoa, Bairro da Paz, São Tomé, Arenoso, Calçada, Jardim Santo Inácio, Pau da Lima, São Marcos, Jardim Nova Esperança, Nova Esperança, Jaguaripe I, Mata Escura, Pirajá, Areia Branca, Bom Juá, Cassange, Fazenda Coutos, Itinga, Marechal Rondon, Sete de Abril, Engomadeira, Lobato, Novo Horizonte, Cajazeiras VII, Capelinha, Engenho Velho da Federação, Dom Avelar e Fazenda Grande IV.	0,48-0,57	30	18,8	Regular
Boa Viagem, Boa Vista de São Caetano, Fazenda Grande II, Alto das Pombas, Beiru/Tancredo Neves, Cajazeiras IV, Doron, Fazenda Grande do Retiro, Mangueira, Baixa de Quintas, Coutos/Vista Alegre, Curuzu, Nordeste de Amaralina, Nova Brasília, Vale das Pedrinhas, Cajazeiras VIII, Nova Constituinte, Pituáçu, Cajazeiras VI, Fazenda Grande III, Cajazeiras V, Mussurunga, Boca da Mata, Costa Azul, Pernambucoés, São Gonçalo, Alto da Terezinha, Fazenda Grande I, IAPI, Paripe, Pero Vaz, São João do Cabrito, Alto do Coqueirinho, Luiz Anselmo, Alto do Cabrito, Chapada do Rio Vermelho, Mares e São Rafael.	0,58-0,67	38	23,8	Bom
Periperi/Colina de Periperi/Mirante de Periperi, Ribeira, Boca do Rio, Cabula VI, Cosme de Farias, Lapinha, Plataforma/ Ilha Amarela, Praia Grande, Engenho Velho de Brotas, Federação, Jardim das Margaridas, Cajazeiras II, Liberdade, Santa Cruz, Barreiras, Caminho de Areia, Candeal, Centro/Dois de Julho, Massaranduba, Ondina/Chame-Chame, Santa Mônica, São Cristóvão, Barris, Bonfim, Caixa d'Água, Itacaranha, Saboeiro, São Caetano, Uruguai, Boa Vista de Brotas, Rio Sena, Cabula, Garcia, Macaúbas, Pau Miúdo, Amaralina, Centro Histórico, Canela, Cidade Nova, Imbuí, Itapuã e Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro.	0,68-0,78	42	26,3	Muito bom
Brotas/Horto Florestal, Monte Serrat, Acupe, Barra, Roma, Stella Maris, Rio Vermelho, Vitória, Matatu, Patamares, Resgate, Santo Agostinho, Santo Antônio, Pituba, Tororó, Jardim Armação, Nazaré, Stiep, Piatã, Barbalho, Saúde, Vila Laura, Itagira, Graça e Caminho das Árvores.	0,79-0,95	25	15,6	Excelente
Total		160	100	

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 28 - Relação entre indicadores selecionados e o ISan_Salvador, 2018-2020 (N = 15.260)

Indicadores	ISan_Salvador		
	Percentil 10%	Percentil 90%	Relação
Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)	0,44	0,70	1,59
Média de anos de estudo do responsável	8,44	14,18	1,68
Renda média <i>per capita</i> familiar mensal	769,94	3.322,28	4,31
Segurança alimentar na família	39,78	83,64	2,10

Indicadores	ISan_Salvador		
	Percentil 10%	Percentil 90%	Relação
Acesso e conservação adequada do sistema de drenagem	30,79	79,77	2,59
Acesso adequado aos serviços de resíduos sólidos	24,95	89,22	3,58

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Avaliando o comportamento do ISan_Salvador entre os valores menores ou iguais ao percentil 10% e maiores ou iguais ao percentil 90%, é possível perceber as desigualdades em relação às variáveis de saneamento básico e às variáveis socioeconômicas, com destaque para a renda média *per capita* familiar mensal e acesso adequado aos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos (Tabela 28).

Conclusão

As ações e os serviços públicos de saneamento básico são um direito humano fundamental para garantir espaços salubres, moradias salubres, escolas salubres, ambientes de trabalho salubres. O saneamento básico é uma ação essencial para o bem-viver. Não há cidadania sem acesso ao saneamento básico, não há direito à cidade sem saneamento básico. A sua falta ou precariedade influencia em todas as dimensões da vida.

O saneamento, como o espaço e o território, é o testemunho das relações sociais e das desigualdades geradas por uma sociedade estruturada em classes. O saneamento revela de forma clara os

excluídos, os apartados da cidade, os que vivem à margem, mas são fundamentais para movimentar a máquina bruta do capitalismo. O saneamento revela a sua versão mais cruel: os espaços insalubres, os esgotos correndo a céu aberto, os resíduos espalhados pelas ruas pela falta ou precariedade da coleta, o fornecimento intermitente da água e as inundações recorrentes das ruas e das moradias, elevando os riscos a diversas enfermidades perfeitamente evitáveis.

O saneamento, além de revelar a ordem econômica, social e política do capitalismo periférico, expõe as suas contradições, seus conflitos, que são constitutivos dos nossos bairros populares, das periferias, espaços de precariedade, mas também de resistência, autoconstruídos, obra dos excluídos, fruto da luta política pelo direito à moradia, à cidade e à vida digna.

O saneamento básico expõe o sistema de dominação hierárquico e, no caso de Salvador, revela seus interstícios: o racismo estrutural. Na cidade onde o Brasil nasceu, os bairros negros são as senzalas. O pelourinho, o castigo é a insalubridade do meio, a recorrente falta de água, as moradias precárias sem ou com deficiências nas instalações sanitárias, a convivência próxima e diária com o esgoto a céu aberto e os rios poluídos, exalando mau cheiro.

O saneamento também denuncia o patriarcado, com a subjugação da mulher e a feminização da pobreza, com a negação da igualdade de direitos. Expõe a superexploração das mulheres, já que são elas que, em seu dia a dia, lidam com os afazeres domésticos, com a problemática da falta de água, com o manejo dos resíduos domésticos. Assim, as desigualdades de gênero são agravadas quando somadas a outras formas de discriminação e desvantagens, como o acesso ao saneamento básico. E, embora seja a mulher a lidar mais com a problemática do saneamento, há uma sub-representação feminina nos processos de decisão sobre as políticas públicas de saneamento.

O saneamento, ou a falta dele, revela também as relações entre sociedade e natureza. Expõe as negligências do Estado quanto aos bens comuns, como os nossos mananciais de abastecimento de água, ao deixá-los à própria sorte a ponto de exigir mudanças de pontos de captação de água, em face dos altos níveis de poluição; ou aumento dos custos de tratamento da água, como forma de atender às exigências quanto à potabilidade da água; ou, ainda, buscar novos mananciais para garantir o atendimento às demandas futuras em face do desmatamento agressivo das nossas fábricas de fazer águas, as nossas florestas, ou devido às mudanças climáticas, geradas por ações humanas de degradação do ambiente. A ausência ou precariedade do saneamento revela, ainda, a negligência com as águas urbanas, com os rios das cidades.

O saneamento mostra de forma inequívoca as implicações sociais e ambientais das ações do capital ao se apropriar do patrimônio público, dos bens comuns, as relações promíscuas entre os governos e as corporações, seja no campo da construção civil, do setor imobiliário ou do setor financeiro. O apetite das corporações pelas empresas públicas de água e esgoto do país, patrimônio dos soteropolitanos, dos baianos, como a Embasa, a qualquer custo, a despeito de ampla demonstração da incompatibilidade entre os serviços públicos de água e esgoto com a prestação privada, revela a natureza das relações entre Estado e capital. Expõe o papel do primeiro como garantidor da acumulação, de forma clara e transparente. No capitalismo financeirizado, em que tudo é mercadoria e tudo, inclusive a água, pode ser usado para gerar lucro, a garantia do direito de todos ao saneamento básico, à água e ao esgoto não faz parte da agenda – apenas busca-se, por meio do saneamento, viabilizar negócios e transações financeiras com o objetivo de ampliar a acumulação de corporações nacionais e transnacionais.

Assim, o saneamento básico é uma ação multidimensional, uma vez que está vinculado a diversos setores e tem fortes vínculos com as relações sociais que se processam no seio da sociedade, relações que, no capitalismo periférico, revelam as contradições e os conflitos que embalam as lutas sociais pela reforma urbana, pelo saneamento público, pelo direito à água, à saúde, à moradia, à cidade e ao ambiente. São lutas que os baianos e soteropolitanos não se negaram ao defender a Embasa como pública, diante das diversas tentativas de privatização desde os anos 1990. A essa luta se associam as insurgências em defesa da Mata Atlântica, dos rios urbanos, dos espaços públicos, pelo direito à moradia e à cidade.

A agenda do saneamento de qualidade para todos passa pela agenda de uma sociedade igualitária, com justiça socioambiental, com o fortalecimento da democracia – direta, participativa e representativa –, com a superação do racismo estrutural e da desigualdade de gênero, inclusive garantindo a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Em Salvador, a luta pelo saneamento para todos e de qualidade passa: pela manutenção da Embasa em mãos públicas e sob controle popular; pela formulação e implementação de uma política pública democrática, em seu sentido pleno, ou seja, uma democracia que associe liberdade e igualdade, tendo como eixos centrais a superação das desigualdades estruturais, como mostrado nesta pesquisa, de acesso aos serviços públicos de qualidade – que se expressam em termo de classe, étnico-racial e de gênero –, de apropriação de bens ambientais; além da construção de uma sociedade democrática.

Referências

- ÁLVARES, Maria Lúcia Politano *et al.* Delimitação das bacias hidrográficas e de drenagem natural da cidade de Salvador. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 107-129, jan./abr. 2012.
- AMORIM, Nayara Cristina Rosa; LUZ, Lafayette Dantas da. *Rios urbanos: problemas ou oportunidades para Salvador? In: PAINEL Salvador de mudança do clima Salvador: Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência do Município de Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2020. p. 236-247. (Cadernos Temáticos, v. 1).*
- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (BA) – INEMA. *Relatório Técnico nº 006/2020. Diagnóstico da Qualidade Ambiental dos Rios de Salvador e Lauro de Freitas, Bahia, Brasil.* Salvador: Inema, 2020.
- BAHIA (Estado). Ministério Público. *Determinada paralisação de obras que estão degradando a Ilha dos Frades.* Salvador, 10 ago. 2010. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/26068>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- BAHIA. *Lei nº 12.932, de 7 de janeiro de 2014.* Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Salvador: Casa Civil, 2014. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-12932-de-07-de-janeiro-de-2014>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. *Relatório Parcial. Fase 1 – Tomo II – Estudos Básicos. Volume 01 – Estudo Populacional e Demanda. Capítulo 1 – Estudo Populacional e Demanda do Município de Salvador.* Salvador: Sedur, 2015a.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. *Relatório Parcial. Fase 1 – Tomo II – Estudos Básicos. Volume 02 – Diagnóstico dos Sistemas de Abastecimento de Água – Mananciais, Barragens e Captações. Capítulo 1 – Diagnóstico dos Sistemas de Abastecimento de Água – Mananciais, Barragens e Captações – Salvador, Simões Filho, Lauro de Freitas, Candeias, Madre e Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro e Saubara*. Salvador: Sedur, 2015b.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. *Relatório Parcial. Fase 1 – Tomo II – Estudos Básicos. Volume 04 – Diagnósticos dos SAA – Reservatórios, Redes Distribuição, Avaliação de Perdas Físicas e Eficiência Energética. Capítulo 1 – Diagnósticos dos SAA dos Municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho – Reservatórios, Redes Distribuição, Avaliação de Perdas Físicas e Eficiência Energética*. Salvador: Sedur, 2015c.

BAHIA. Sistema de Informações Municipais. *Identificação da tabela*. Disponível em: http://sim.sei.ba.gov.br/metaside/consulta/frame_metadados.wsp?tmp.tabela=t128. Acesso em: 21 mar. 2021.

BORJA, Patrícia Campos. *Política de saneamento, instituições financeiras internacionais e mega-programas: um olhar através do Programa Bahia Azul*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/leis-ordinarias/2007>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12305.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jan. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. *Demográficas e socioeconômica*. Brasília, DF, [200-]. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206&id=6942&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/pop>. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/29/PRC-5-Portaria-de-Consolida---o-n---5--de-28-de-setembro-de-2017.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. *Anuário brasileiro de desastres naturais*: 2012. Brasília, DF, CENAD, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde-MS. Tabela do primeiro Levantamento Rápido de Índices de Infestação pelo *Aedes aegypti* (LIRAA) de 2019. Brasília, 2019.

CANHOLI, Aluísio Pardo. *Drenagem urbana e controle de enchentes*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo (ed.). *Water and sanitation services: public policy and management*. Londres: Earthscan, 2009.

CAVALCANTE, Juliana da Silva Ibiapina; ALOUFA, Magdi Ahmed Ibrahim. Percepção de riscos ambientais: uma análise sobre riscos de inundações em Natal-RN, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, México, D.F., n. 84, p. 54-68, 2014.

CUTTER, Susan Lynn. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 93, p. 59-69, 2011.

DESCHAMPS, Marley Vanice (coord.). *Vulnerabilidade socioambiental nas regiões metropolitanas brasileiras*. Fortaleza: Observatório das Metrópoles-IPPUR/FASE, 2009.

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO - EMBASA. *Banco de dados sobre estações de tratamento de água de Salvador*. Salvador: Embasa, 2015.

EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO - EMBASA. *Revisão e atualização do Plano Diretor de Esgotos de Salvador de Lauro de Freitas - RAPDE*. Salvador: SEDUR/Embasa, 2004.

EMBASA. *Banco de dados dos resultados de análises do sistema de abastecimento (reservatório e rede) do município de Salvador*. Salvador: Embasa, 2021.

EMPRESA DE LIMPEZA URBANA DO SALVADOR - LIMPURB. *Relatório anual da Dirop*. Salvador, 2021. Não Publicado.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B.A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora (org.). *Salvador e os descaminhos do plano diretor de desenvolvimento urbano: construindo novas possibilidades*. Salvador: Edufba, 2019.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/>. Acesso em: 1 mar. 2021.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: Edufba, 2000.

HERCULANO, Selene. Racismo ambiental, o que é isso. In: HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia (org.). *Racismo ambiental*. Rio de Janeiro: FASE, 2006. p. 21-28.

HIPPOCRATES. *Airs Waters Places, Epidemics I and III*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

HORITA, Flávio *et al.* Determining flooded areas using crowd sensing data and weather radar precipitation: a case study in Brazil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS FOR CRISIS RESPONSE AND MANAGEMENT - ISCRAM, 15., 2018, Rochester. *Proceedings* [...]. Rochester: [s. n.], 2018. p. 1040-1050.

IBGE. *Áreas territoriais*. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=downloads>. Acesso em: 1 mar. 2021.

IBGE. *Cidades*. Salvador, [201-]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 3 mar. 2021.

IBGE. *Sinopse do censo demográfico de 2010*. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 1 mar. 2021.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - PNADC/A*. [200-]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 1 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INMET. Normais climatológicas. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/normaisClimatologicas>. Acesso em: 5 jun. 2019.

LUZ, Lafayette Dantas da *et al.* Descaminhos dos Rios (ou da Gestão da Cidade) de Salvador - O caso do rio dos Seixos e outros. In: I Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1, 2010, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: UFBA, 2010. 1 CD-Rom.

MARICATO, Ermínia. A metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

MIGUEZ, Marcelo Gomes; REZENDE, Osvaldo; VERÓL, Aline. *Drenagem urbana: do projeto tradicional à sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2015.

SALVADOR (BA). Câmara Municipal. *Lei orgânica do município de Salvador*. Edição consolidada até a Emenda nº 34. Salvador, 2016a. Disponível em: https://www.cms.ba.gov.br/uploads/16eacd6f15f31ad245828878e7cd82ca_1586979541.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

SALVADOR (BA). Câmara Municipal. *Lei nº 7.400, de 20 de fevereiro de 2008*. Dispõe sobre o PDDU 2007 e dá outras providências. Salvador, 2008. Disponível em: http://www.desenvolvimentourbano.salvador.ba.gov.br/lei7400_pddu/index.php. Acesso em: 17 fev. 2021.

SALVADOR (BA). Decreto nº 21.020, de 29 de julho de 2010. Cria a CEEXEC e dá outras providências. Salvador, 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2010/2102/21020/decreto-n-21020-2010-cria-a-comissao-executiva-do-plano-municipal-de-saneamento-basico-cexec-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SALVADOR (BA). *Decreto no 27.001, de 30 de dezembro de 2015*. Altera a composição da Comissão Executiva do Plano Municipal de Saneamento Básico-CEEXEC na forma que indica e dá outras providências. Salvador, 2015a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/ba/s/salvador/decreto/2015/2700/27001/decreto-n-27001-2015-altera-a-composicao-da-comissao-executiva-do-plano-municipal-de-saneamento-basico-cexec-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SALVADOR (BA). Poder Executivo Municipal. *Decreto nº 28.352, de 04 de abril de 2017*. Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 27.001/2015 que dispõe sobre a composição da Comissão Executiva do Plano Municipal de Saneamento Básico - CEEXEC na forma que indica e dá outras providências. Salvador, 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/ba/s/salvador/decreto/2017/2836/28352/decreto-n-28352-2017-altera-e-acrescenta-dispositivos-ao-decreto-27001-2015-que-dispoe-sobre-a-composicao-da-comissao-executiva-do-plano-municipal-de-saneamento-basico-cexec-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SALVADOR (BA). Lei nº 7.981, de 31 de maio de 2011. Aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico – serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, autoriza o Município a celebrar o Contrato de Programa com a Empresa de Águas e Saneamento S.A (Embasa), institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB e ratifica o Convênio de Cooperação entre entes federados formados em 3 de dezembro de 2009 e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, ano 24, n. 5.380, 1 jun. 2011.

SALVADOR (BA). Lei nº 8.915, de 25 de setembro de 2015. Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *Diário Oficial do Município*, Salvador, ano 28, n. 6.430, set. 2015b. Disponível em: http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Lei_8915_2015.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

SALVADOR (BA). Lei nº 9.069, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, 1 jul. 2016b. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=330512#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Plano%20Diretor,2016%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 3 mar. 2021.

SALVADOR (BA). Lei nº 9.148, de 8 de setembro de 2016. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Salvador, 2016c. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/novalouossancionada.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SALVADOR (BA). Prefeitura de Salvador. Secretaria Municipal de Urbanismo. *Plano Salvador 500*: relatório de caracterização atual. Salvador: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica, 2015c. Disponível em: <https://www.cms.ba.gov.br/uploads/pddu/Caracterizacao%20Atual.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SALVADOR (BA). Resumo de contrato nº 002/2020 SEINFRA. *Diário Oficial do Município*, Salvador, ano 33, n. 7.598, 20 mar. 2020a.

SALVADOR (BA). Defesa Civil de Salvador – CODESAL. *Banco de dados sobre deslizamento, alagamentos e enchentes*. Salvador: Codesal, 2020b.

SALVADOR (BA). Prefeitura. Secretaria Municipal dos Transportes e Infraestrutura. *Plano municipal de saneamento básico: Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas*. Salvador, 2012. Versão Preliminar para Consulta Pública.

SALVADOR (BA). Secretaria de Manutenção da Cidade. Disponível em: <http://seman.salvador.ba.gov.br/index.php/seman/equipe>. Acesso em: 3 mar. 2021.

SANTOS, Ana Paula Paes dos *et al.* Precipitação na cidade de Salvador: variabilidade temporal e classificação em quantis. *Revista Brasileira de Meteorologia*, São José dos Campos, SP, v. 31, n. 4, p. 454-467, 2016.

SANTOS, Andréa Helena Machado dos. *Eventos extremos de chuva em Salvador, Bahia*: condições atmosféricas e impactos ambientais. 2008. Dissertação (Mestrado em Meteorologia) – Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2008.

SANTOS, Elisabete *et al.* (org.). *O caminho das águas em Salvador*: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA: SEMA, 2010.

SEMINÁRIO RIOS URBANOS DE SALVADOR E O DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL, 2017, Salvador. *Documento Final*. Salvador: ABES-BA, 2017. Disponível em: http://abesba.org.br/uploaded-files/cursos_e_eventos/Documento_Final_Seminario_Rios_Urbanos.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVA, Samara Fernanda da. *Análise da disponibilidade e demanda para o sistema de abastecimento de água de Salvador frente a cenário de mudanças climáticas*. 2012. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente Águas e Saneamento) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE SANEAMENTO – SNIS. *Série histórica*. [2019?]. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/municipio/index>. Acesso em: 10 mar. 2021.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. *Growth and Water Resources*. Disponível em: https://cfpub.epa.gov/watertrain/moduleFrame.cfm?parent_object_id=170#. Acesso em: 2 mar. 2021.

VEYRET, Yvette (org.). *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007.

YAZAKI, Luiz Fernando Orsini; MONTENEGRO, Marcos Helano Fernandes; COSTA, Jeferson da. *Manual de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas do Distrito Federal*. Brasília, DF: Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal/Superintendência de Drenagem Urbana, 2018.

WATERSHED ACADEMY WEB. *Growth and Water Resources*. Disponível em: https://cfpub.epa.gov/watertrain/moduleFrame.cfm?parent_object_id=170#. Acesso em: 15 mar. 2021.

Apêndice

Índice de Saneamento Básico e classes de qualidade dos bairros de Salvador

Bairro	ISan_Salvador	Classe
Acupe	0,80	Excelente
Águas Claras	0,44	Ruim
Alto da Terezinha	0,65	Bom
Alto das Pombas	0,59	Bom
Alto do Cabrito	0,67	Bom
Alto do Coqueirinho	0,66	Bom
Amaralina	0,77	Muito bom
Areia Branca	0,54	Regular
Arenoso	0,50	Regular
Arraial do Retiro	0,46	Ruim
Bairro da Paz	0,49	Regular
Baixa de Quintas	0,60	Bom
Barbalho	0,88	Excelente
Barra	0,80	Excelente
Barreiras	0,72	Muito bom
Barris	0,74	Muito bom
Beiru/Tancredo Neves	0,59	Bom
Boa Viagem	0,58	Bom
Boa Vista de Brotas	0,75	Muito bom
Boa Vista de São Caetano	0,58	Bom
Boca da Mata	0,64	Bom
Boca do Rio	0,69	Muito bom
Bom Juá	0,54	Regular
Bonfim	0,74	Muito bom

Bairro	ISan_Salvador	Classe
Brotas/Horto Florestal	0,79	Excelente
Cabula	0,76	Muito bom
Cabula VI	0,69	Muito bom
Caixa d'Água	0,74	Muito bom
Cajazeiras II	0,71	Muito bom
Cajazeiras IV	0,59	Bom
Cajazeiras V	0,63	Bom
Cajazeiras VI	0,62	Bom
Cajazeiras VII	0,56	Regular
Cajazeiras VIII	0,61	Bom
Cajazeiras X	0,47	Ruim
Cajazeiras XI	0,47	Ruim
Calabar	0,42	Ruim
Calabetão	0,39	Ruim
Calçada	0,50	Regular
Caminho das Árvores	0,95	Excelente
Caminho de Areia	0,73	Muito bom
Campinas de Pirajá	0,41	Ruim
Canabrava	0,42	Ruim
Candeal	0,73	Muito bom
Canela	0,78	Muito bom
Capelinha	0,56	Regular
Cassange	0,54	Regular
Castelo Branco	0,48	Regular
Centro Histórico	0,77	Muito bom
Centro/Dois de Julho	0,73	Muito bom
Chapada do Rio Vermelho	0,67	Bom
Cidade Nova	0,78	Muito bom
Comércio	0,38	Ruim

Bairro	ISan_Salvador	Classe
Cosme de Farias	0,69	Muito bom
Costa Azul	0,64	Bom
Coutos/Vista Alegre	0,60	Bom
Curuzu	0,60	Bom
Dom Avelar	0,57	Regular
Doron	0,59	Bom
Engenho Velho da Federação	0,56	Regular
Engenho Velho de Brotas	0,70	Muito bom
Engomadeira	0,55	Regular
Fazenda Coutos	0,54	Regular
Fazenda Grande do Retiro	0,59	Bom
Fazenda Grande I	0,65	Bom
Fazenda Grande II	0,58	Bom
Fazenda Grande III	0,62	Bom
Fazenda Grande IV	0,57	Regular
Federação	0,70	Muito bom
Garcia	0,76	Muito bom
Graça	0,91	Excelente
Granjas Rurais Presidente Vargas	0,40	Ruim
IAPI	0,65	Bom
Ilha de Bom Jesus dos Passos	0,28	Muito ruim
Ilha de Maré	0,21	Muito ruim
Ilha dos Frades	0,40	Ruim
Imbuí	0,78	Muito bom
Itacaranha	0,74	Muito bom
Itaigara	0,90	Excelente
Itapuã	0,78	Muito bom
Itinga	0,54	Regular
Jaguaripe I	0,53	Regular

Bairro	ISan_Salvador	Classe
Jardim Armação	0,85	Excelente
Jardim Cajazeiras	0,48	Regular
Jardim das Margaridas	0,70	Muito bom
Jardim Nova Esperança	0,52	Regular
Jardim Santo Inácio	0,50	Regular
Lapinha	0,69	Muito bom
Liberdade	0,71	Muito bom
Lobato	0,55	Regular
Luiz Anselmo	0,66	Bom
Macaúbas	0,76	Muito bom
Mangueira	0,59	Bom
Marechal Rondon	0,54	Regular
Mares	0,67	Bom
Massaranduba	0,73	Muito bom
Mata Escura	0,53	Regular
Matatu	0,82	Excelente
Monte Serrat	0,79	Excelente
Moradas da Lagoa	0,48	Regular
Mussurunga	0,63	Bom
Narandiba	0,46	Ruim
Nazaré	0,85	Excelente
Nordeste de Amaralina	0,60	Bom
Nova Brasília	0,60	Bom
Nova Constituinte	0,61	Bom
Nova Esperança	0,52	Regular
Nova Sussuarana	0,45	Ruim
Novo Horizonte	0,55	Regular
Novo Marotinho	0,39	Ruim
Ondina/Chame-Chame	0,73	Muito bom

Bairro	ISan_Salvador	Classe
Palestina	0,28	Muito ruim
Paripe	0,65	Bom
Patamares	0,82	Excelente
Pau da Lima	0,50	Regular
Pau Miúdo	0,76	Muito bom
Periperi/Colina de Periperi/Mirante de Periperi	0,68	Muito bom
Pernambués	0,64	Bom
Pero Vaz	0,65	Bom
Piatã	0,86	Excelente
Pirajá	0,53	Regular
Pituaçu	0,61	Bom
Pituba	0,84	Excelente
Plataforma/Ilha Amarela	0,69	Muito bom
Praia Grande	0,69	Muito bom
Resgate	0,82	Excelente
Retiro	0,47	Ruim
Ribeira	0,68	Muito bom
Rio Sena	0,75	Muito bom
Rio Vermelho	0,81	Excelente
Roma	0,80	Excelente
Saboeiro	0,74	Muito bom
Santa Cruz	0,71	Muito bom
Santa Luzia	0,32	Muito ruim
Santa Mônica	0,73	Muito bom
Santo Agostinho	0,83	Excelente
Santo Antônio	0,83	Excelente
São Caetano	0,74	Muito bom
São Cristóvão	0,73	Muito bom

Bairro	ISan_Salvador	Classe
São Gonçalo	0,64	Bom
São João do Cabrito	0,65	Bom
São Marcos	0,50	Regular
São Rafael	0,67	Bom
São Tomé	0,49	Regular
Saramandaia	0,43	Ruim
Saúde	0,88	Excelente
Sete de Abril	0,54	Regular
Stella Maris	0,80	Excelente
Stiep	0,85	Excelente
Sussuarana	0,43	Ruim
Tororó	0,84	Excelente
Trobogy	0,45	Ruim
Uruguai	0,74	Muito bom
Vale das Pedrinhas	0,60	Bom
Vale dos Lagos	0,42	Ruim
Valéria	0,36	Ruim
Vila Canária	0,40	Ruim
Vila Laura	0,88	Excelente
Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro	0,78	Muito bom
Vitória	0,81	Excelente

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.



SCHIN

30 ovos
1000

30 ovos
1000

30 ovos
1000

3 POR
2000

5 POR
3000

500

FRONTE
3-POR
2000

SOLAR DE BILTON

DE UM LADO ESSE CARNAVAL, DE OUTRO A FOME TOTAL? UMA ANÁLISE DA SEGURANÇA E INSEGURANÇA ALIMENTAR NA CAPITAL DA BAHIA

Silvana Oliveira da Silva

Giselle Ramos Coutinho

Cintia Mendes Gama

Nilce de Oliveira

Neste capítulo, abordaremos a dimensão do acesso à alimentação pela população soteropolitana em um diálogo com a qualidade do ambiente urbano. A cidade de Salvador possui características particulares e muito conhecidas sobre sua cultura alimentar, religiosidade, festas e pontos turísticos que quase sempre estão relacionados e revelam uma cidade muito rica culturalmente. Mas, no meio dessa valorização cultural, exaltada nacionalmente, temos uma capital marcada por históricas desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero que influenciam no acesso diferenciado de grupos aos recursos essenciais para a vivência democrática na cidade, como a própria alimentação.

Nos estudos sobre as desigualdades no ambiente urbano, ainda é incipiente a avaliação do acesso à alimentação como indicador

básico de qualidade de vida das populações que integram a cidade. Defendemos que uma sociedade cuja população vivencie pobreza, fome e miséria não se desenvolve plenamente. O indicador mostra um retrato de precariedade da vida não só no aspecto alimentar, mas em toda a sua estrutura, principalmente por negar oportunidades e manter desigualdades entre os seus, nas diversas dimensões da vida. Castro (1948) pontuou que o consumo alimentar, a fome e a saúde não se distribuem de forma igualitária no espaço geográfico. Nesse sentido, lembramos a contribuição de Santos (1999) sobre o território, definido para além de suas coordenadas geográficas, pois a forma como as pessoas se relacionam, seus modos de vida e suas condições sociais são, ao mesmo tempo, condicionados e condicionantes desse ambiente, ao qual a alimentação está relacionada,

atravessando a vida das pessoas. A alimentação em suas múltiplas formas de concretização é, assim, elemento determinante e determinado, resultado das condições nas quais se vive nos diferentes territórios urbanos, em seus bairros, ruas, becos e vielas.

Vivemos atualmente com uma crise urbana que tem como uma das suas características desigualdades profundas, que não têm origem nos tempos atuais, mas renovaram, gerando diferenças estruturais entre grupos na forma de vivenciar os territórios. A necessidade de sobrevivência e a falta de oportunidades levam as pessoas a se reinventarem em seus espaços em meio à pobreza, à insegurança alimentar e à fome, a criar circuitos próprios e lançar mão de diferentes estratégias para suprir as necessidades básicas. Consideramos que os domicílios com famílias em situação de insegurança alimentar e fome não se distribuem de forma igual no território urbano da cidade. Nesse sentido, apresentaremos, neste capítulo, a situação da (in)segurança alimentar da população de Salvador nos seus diferentes bairros.

Fome e ambiente urbano

No Brasil, desde a década de 1940, com os estudos de Josué de Castro, a fome vem sendo pautada, e nessa época o autor já a associava com a exclusão social. Em seu romance *Homens e caranguejos*, trata da relação da população que vivia na beira do mangue, excluída do espaço urbano em Recife, com o ambiente e seu alimento, o caranguejo, demonstrando como se convive com a fome nos bairros miseráveis da cidade. (CASTRO, 2001) A fome, para o autor, é produzida a partir das ações dos homens e, no caso do Brasil, está diretamente relacionada ao passado colonizador, à exploração dos trabalhadores e à desigualdade social. (CASTRO, 1948)

Em *Geografia da fome*, Castro (1948, p. 20) traz o que seria uma das suas principais contribuições a esse debate: o conceito da

fome oculta, que é endêmica e consiste na falta permanente de elementos nutritivos em rotinas alimentares, nas quais “grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias”. (CASTRO, 1948, p. 20) Para o autor, os casos de fome oculta tornaram-se mais frequentes e graves, fazendo parte da “normalidade” social. É uma condição que não deixa clara sua característica de enfermidade, constituindo-se como a forma típica da fome fabricada pelo homem, um produto da forma de desenvolvimento social e econômico das sociedades. (CASTRO, 1965)

Atualmente, essa condição é muito mais frequente do que se imagina e acomete milhões de pessoas ao redor do mundo, que, embora se alimentem diariamente, continuam com fome – cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo não tiveram acesso regular e suficiente a alimentos nutritivos e seguros em 2019. Considerando o cenário da pandemia de Covid-19,¹ entre 83 e 132 milhões de pessoas podem ter entrado para o número total de desnutridos no mundo em 2020. (FAO, 2020)

Para compreender a fome, é necessário ampliar o olhar e considerar questões econômicas, sociais, culturais e políticas que se articulam e atuam na sua manutenção. Segundo Freitas (2003), o termo “desnutrição” ganhou mais destaque do que a fome, o que é explicado a partir de lógica e abordagem distintas, contribuindo para diluir o sentido e as reais questões associadas ao fenômeno da fome. O enfoque maior na dimensão biológica contribuiu, de certa maneira, para o distanciamento da perspectiva social que está vinculada ao corpo. Para a autora, é necessária uma concepção interdisciplinar com vistas a transformações na cultura da fome desenvolvida e mantida ao longo dos séculos, perspectiva adotada pelo próprio

¹ A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou situação de pandemia em 11 de março de 2020, causada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2, causador de doença respiratória aguda denominada Covid-19.

Josué de Castro, que, para desnaturalizar o problema, lançou mão de uma diversidade de áreas para compreender e discutir a fome.

Essa perspectiva, para além das causas e consequências, revela o emaranhado de questões que envolve o fenômeno e as contradições existentes nas sociedades, a exemplo de grandes países que produzem quantidades exorbitantes de alimentos para exportação e, ainda assim, grandes contingentes de seus habitantes estão em situação de fome. O Brasil, país do agronegócio, um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, apresenta proporções alarmantes de famílias em situação de insegurança alimentar e fome. Segundo os últimos dados sobre o assunto no Brasil (2017-2018), a insegurança alimentar atinge 36,7% dos domicílios. Considerando a insegurança alimentar moderada e a grave, que caracterizam respectivamente restrição alimentar e ausência de comida, tem-se 12,7% dos domicílios nessa condição. (IBGE, 2020a) Sendo a fome algo para além da limitação do corpo em si, chamamos atenção a esses dados alarmantes, que demonstram a persistência da fome e o medo de tê-la na sua família. Como registrou Freitas (2003), mesmo na presença do alimento, o terror da fome permanece, devido à ausência de certeza da continuidade do consumo.

Se a fome é consequência de modelos desiguais de desenvolvimento social e político, continua a ser relevante tentar aproximar-se de sua análise no ambiente urbano, palco de desigualdades relacionadas à segregação socioespacial, que gera, entre outras consequências, desemprego e baixos níveis de renda e escolaridade para boa parte da população que vive em áreas distantes dos centros (CARVALHO; PEREIRA, 2008), cenário que contribui para a dificuldade de acesso à alimentação.

Uma contribuição emblemática sobre a fome na vida urbana é a de Carolina Maria de Jesus, mulher negra que narra seu cotidiano na favela do Canindé, em São Paulo, na década de 1950. Com uma

narrativa incisiva sobre sua realidade, ela evidencia os contrastes da cidade iniciando pela qualificação do local onde mora, que ela chama de “quarto de despejo”, o lugar que ninguém quer ir ou estar, esquecido pelo poder público e diferente do centro da cidade, que ela denomina sala de estar. A autora expõe a preocupação diária sobre o que comerá no dia e no amanhã, além da corrida para conseguir algum dinheiro para comprar comida – “eu lutava contra a escravidão atual – a fome!” (JESUS, 2014, p. 32) –, em meio à tarefa de carregar água todas as manhãs e à violência diária na favela. Décadas após essa publicação, Maria do Carmo Soares de Freitas realizou um trabalho em um bairro da cidade de Salvador, no final da década de 1990, e expôs uma realidade de miséria que cercava os que viviam e morriam com a fome em um cenário marcado por violência, desemprego, habitação precária, ausência de água, de esgotamento sanitário e de educação – “só de olhar o lugar deles a gente já vê que não tem o que comer”.² (FREITAS, 2003, p. 71)

Ambas as produções marcam as privações sociais que permeiam a vida dos que têm fome no meio urbano – viver em regiões periféricas, estar desempregado, não ter escola e nem água. Tais condições são vivenciadas, em sua maioria, pela população negra, grupo que historicamente sofre as consequências do racismo brasileiro, que permanentemente mantém essa população nos piores indicadores de vida.³ De acordo com Freitas (2003, p. 13), “a fome é definida por processos de exclusão, os quais se revelam em cada contexto de dominação política e econômica”. No Brasil, país colonizado, palco de um perverso sistema de escravização de

2 Fala de uma das informantes do estudo.

3 De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pretos e pardos têm renda média mensal 73,9% inferior à dos brancos. Em outros indicadores, como educação, trabalho, acesso a serviços básicos e violência, a população negra persiste nos piores números. (IBGE, 2019)

indígenas e africanos durante quatro séculos, não podemos falar da fome sem considerar que esse fenômeno foi produzido a partir da dominação europeia, com inúmeras consequências em termos da desigualdade racial, social e de gênero. Estamos falando, portanto, da dominação política e econômica da branquitude,⁴ responsável pela destituição de meios e oportunidades de vida com qualidade e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Outro ponto a ser considerado é a natureza da construção da sociedade brasileira, fundada na concentração de riquezas e exploração do trabalho em detrimento do desenvolvimento social, que expulsa a população do campo e a concentra em áreas urbanas. Com contingentes populacionais cada vez maiores, as cidades, qualificadas como regiões de oportunidades de empregos e melhorias de vida, tornam-se mais uma marca da exclusão social e racial, com problemas que afetam direta e indiretamente o acesso à alimentação de qualidade e de forma contínua. Tal processo é marcado principalmente pela exploração e expulsão da população negra para áreas cada vez mais distantes de centros de empregos, de regiões habitáveis, e pela falta de acesso a serviços, como saneamento básico.

Nesse sentido, estudos têm identificado como fatores associados à insegurança alimentar moderada e a grave: residir nas regiões Norte e Nordeste, área urbana com acesso ao saneamento básico inadequado, densidade domiciliar de mais de duas pessoas por dormitório, a pessoa de referência do domicílio ser do sexo feminino, a raça/etnia ser diferente de branca, ter escolaridade menor ou igual a quatro anos e estar desempregada. Esses fatores permaneceram constantes nos dez anos cobertos pela Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílio (PNAD), dos anos 2004, 2009 e 2013. (SANTOS et al., 2018)

Da fome à segurança alimentar e nutricional

O tema da fome coloca em pauta o tema da alimentação e nutrição, gerando uma cadeia de indicadores relacionados que devem ser considerados para trabalhar no combate à fome e na garantia de direitos, com vistas a uma vida digna na qual a fome não seja uma realidade. Isso significa problematizar a alimentação como um direito humano e social. O Brasil, a partir de 2003, conseguiu expandir políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar, sendo algumas das ações mais conhecidas a Estratégia Fome Zero, com o Programa Bolsa Família; o Programa de Aquisição de Alimentos; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. O país também avançou no aparato institucional e legal da SAN com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)⁵ em 2003; com o estabelecimento da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan); e com a incorporação do direito à alimentação no artigo 6º da Constituição Federal, em 2010.

A priorização de ações para garantia da SAN durante a primeira década do século XXI foi importante para a redução da desigualdade e da insegurança alimentar, ao menos da sua forma mais grave. Mas, atualmente, esse conjunto de políticas que permitiu a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome⁶ deixou de ser prioridade governamental. A partir de 2016, iniciou-se o declínio

4 Grupo social que mantém ao longo dos séculos o privilégio de ser branco. De acordo com Maria Aparecida Bento (2002), a branquitude permanece como uma silenciosa guardiã de privilégios.

5 O Consea foi criado em 1993 e extinto em 1994.

6 O Mapa da Fome, realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2014), informa quais países possuem menos de 5% da população com subnutrição.

do aparato social, marcado pela austeridade com o congelamento de gastos, a reforma trabalhista e a redução de políticas públicas, aliados a cortes orçamentários. Em 2019, o Consea foi extinto por meio da Medida Provisória nº 870 (MP 870), que fragilizou o funcionamento do Sisan e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), sendo um retrocesso sem precedentes diante da crise política e econômica, do desmonte das políticas e piora dos indicadores sociais. (CASTRO, 2019; VASCONCELOS et al., 2019)

Neste trabalho, utilizamos o conceito de SAN como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, conforme a Losan. Com a institucionalização da SAN, confirma-se a necessidade de agregar as dimensões de produção, disponibilidade, acesso, utilização biológica dos alimentos e cultura, além do acesso aos outros direitos para enfrentar a fome, o que exige a integração de políticas públicas que contemplem a trajetória da alimentação humana em sua totalidade. Ainda nesse sentido, Kepple e Segall-Corrêa (2011) propõem um marco conceitual considerando macrodeterminantes socioeconômicos, como o sistema político-econômico; determinantes regionais, como acesso a serviços de saúde e educação; e determinantes domiciliares, como renda e estabilidade financeira, buscando contemplar as diferentes perspectivas da SAN e melhor qualificar esse fenômeno com indicadores diretos e indiretos.

O conceito da SAN, de natureza complexa, deixa clara a necessidade de olhar essa questão de forma abrangente, sob diferentes óticas, associando diferentes enfoques do ponto de vista qualitativo e quantitativo. Nesse sentido, exploraremos esse fenômeno dentro

do ambiente intraurbano no Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador), que traz o cunho da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade inerente a esse conceito.

Avaliação da (in)segurança alimentar

Devido à importância do tema da segurança alimentar, tornou-se necessária a busca por indicadores para o seu acompanhamento e avaliação. Pesquisadores brasileiros adaptaram uma escala americana que culminou na validação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), instrumento incorporado em pesquisas de grande relevância nacional para diagnósticos representativos da insegurança alimentar nos domicílios brasileiros. Por ser um indicador direto, é capaz de contemplar questões para além do acesso alimentar, abordando aspectos relativos às dimensões psicológicas e sociais da experiência vivenciada e atrelando-se ao conceito de SAN, que ultrapassa os aspectos físico-biológicos que em essência estão associados à cidadania. Além de ser necessária a compreensão da relação entre insegurança alimentar e problemas como morbidade, mortalidade infantil, baixo peso ao nascer e deficiência no crescimento infantil, é também imprescindível dar atenção a questões que antecedem a situação de insegurança alimentar, tais como condições de saneamento básico, escolaridade da mãe, seu tempo disponível para cuidar das crianças, entre outras. (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011) Ao expandir a discussão no campo teórico e prático, considerando as características aqui descritas, escolhemos este indicador para compor o Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador), que incorpora em seu sistema indicadores com poder de síntese, diferenciação e relevância.

Para avaliação da insegurança alimentar nos bairros, adotou-se o uso da Ebia, que é composta por 14 perguntas e, através de um

escore, classifica a situação domiciliar – experiência vivenciada no período de três meses – de segurança alimentar e insegurança alimentar nos níveis: leve (receio ou medo de sofrer insegurança alimentar no futuro próximo e problemas de qualidade da alimentação da família), moderada (restrição quantitativa dos alimentos na família) e grave (fome entre adultos e/ou crianças). Nessa escala, contabiliza-se um ponto para cada resposta positiva, e as pontuações para domicílios com menores de 18 anos de idade são diferentes daquelas usadas para classificar os domicílios onde residem apenas adultos, uma vez que, nesses domicílios, são utilizadas apenas 8 das 14 perguntas da escala. (SEGALL-CORRÊA et al., 2004, 2014)

Neste estudo, questionou-se a família sobre sua principal atitude quando está em situação de insegurança alimentar. Considerando a realidade de adquirir alimentos com possibilidade de pagar em uma data futura, alguns entrevistados afirmaram comprar alimentos com o cartão de crédito. Devido à ausência dessa alternativa, esse registro foi contabilizado na alternativa “comprar fiado”, presente no questionário. A questão e as alternativas foram adotadas com base na PNAD realizada no ano de 2013. As análises foram realizadas com a amostra de 15.186 famílias, conforme metodologia QUALISalvador. Essa quantidade é inferior à coleta total da pesquisa, de 15.260, pois foram excluídas 74 famílias. Essa perda ocorreu devido à aplicação inadequada do instrumento (Ebia).

Segurança e insegurança alimentar na capital da Bahia

Dados nacionais oficiais de segurança e insegurança alimentar, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), são desagregados até o nível das unidades da federação e Distrito Federal, o que não permite análise por município, sendo

essa uma das principais lacunas a serem preenchidas. Considerando as diferenças regionais e intrarregionais, que também se estendem entre os municípios, pressupomos que essas diferenças também se apresentam no nível intramunicipal, o que é foco deste estudo, que tem como recorte territorial o bairro. A discussão dos desafios sobre a estrutura administrativa necessária ao enfrentamento das questões suscitadas pela SAN reforça a importância de articulações intersetoriais, participação social, regionalização, adequação de planos estaduais, participação e reforço da gestão municipal, entre outras questões fundamentais. (BRASIL, 2018; MACHADO et al., 2018; MAFRA; NAVES, 2009; RIBEIRO et al., 2018)

Considerando a relevância do município como unidade básica da organização política, estudo realizado por Gubert e Pérez-Escamilla (2018) gerou estimativas de prevalência de insegurança alimentar grave para todos os municípios brasileiros com base nos dados da PNAD de 2013. Dos 417 municípios da Bahia, 7,7% apresentaram prevalência alta e 92,3% muito alta, segundo categorização dos autores.⁷ Salvador teve uma estimativa de 3,96% de insegurança alimentar grave, classificada como alta. Em relação à prevalência de insegurança alimentar na capital, um estudo realizado com um grupo específico – estudantes da rede pública – encontrou prevalência de 71,3% de insegurança alimentar na população, dos quais 34,2% estavam em insegurança alimentar leve e 37,1% em moderada e grave. (BITTENCOURT, 2013)

A cidade de Salvador é uma das capitais brasileiras que concentram cenários de desigualdades sociais, raciais e de gênero. Os dados do QUALISalvador relativos às desigualdades estruturais e sobrepostas, através dos diferentes indicadores apresentados ao longo

⁷ Baixa: até 2,02%; média: entre 2,03 e 2,89%; alta: entre 2,90 e 5,92%; muito alta: entre 5,93 e 18,53%.

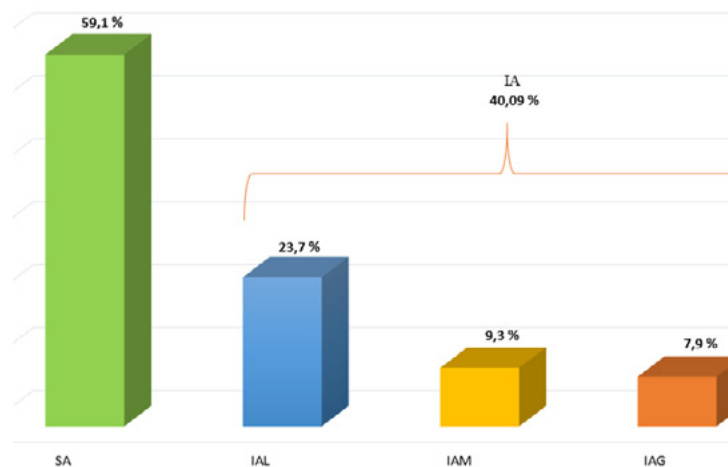
deste livro, revelam a situação de pobreza de parcela considerável da população, o que pode ser atestado aqui com o acesso desigual à alimentação, reafirmando o problema da insegurança alimentar e da fome como parte de uma rede sistêmica de elementos que devem ser considerados na garantia do direito à vida e no exercício da cidadania. Nesse sentido, apresentaremos a seguir o cenário da segurança e insegurança alimentar na capital.

Segundo os dados do QUALISalvador, 59,1% das famílias estão em condição de segurança alimentar. A condição de insegurança vivenciada por 40,9% da população soteropolitana revela um cenário problemático (Figura 1). Há uma urgência em relação a essa problemática em Salvador, uma vez que esse percentual é superior ao encontrado na escala nacional na área urbana, de 35,1% (IBGE, 2020a), e estadual, de 37,8%. (IBGE, 2014) Em relação aos níveis de insegurança alimentar, a considerada como leve encontra-se próxima ao nível nacional (24%), enquanto a moderada é superior (8,1%). (IBGE, 2020a) A insegurança alimentar grave em Salvador é mais elevada que no Nordeste (7,1%) e é quase o dobro do encontrado para o Brasil (4,6%) e para área urbana (4,1%), conforme apresentado na Figura 1. (IBGE, 2020a) Sendo um dos municípios mais populosos do país, esses resultados revelam a magnitude do problema na cidade do Carnaval, ou seja, a presença significativa de famílias convivendo com a incerteza de realizar o ato mais importante para a sobrevivência, e, ainda, a permanência da fome como realidade em parcela considerável das famílias.

De acordo com dados do QUALISalvador, o desemprego chega a 14% - Salvador é campeã nacional do desemprego - e 50,5% das famílias têm renda familiar mensal de até dois salários mínimos, sendo a renda a via principal para ter acesso aos alimentos. Nesse cenário, a aquisição adequada de alimentos é comprometida em muitas famílias. Estudo de Panigassi e demais autores (2008b)

mostrou que famílias em insegurança alimentar comprometiam percentuais significativos da renda com a alimentação, sendo insegurança alimentar leve 51,6% e insegurança moderada e grave 68,2%. Famílias com renda mensal de até dois salários mínimos apresentam maiores razões (13 vezes mais) para ter insegurança alimentar moderada e grave. (PANIGASSI et al., 2008a) O fato de a metade da população soteropolitana estar situada na referida faixa de renda pode explicar o elevado percentual de insegurança alimentar na capital.

Figura 1 - Prevalência de segurança e insegurança alimentar leve, moderada e grave (2018-2020)



Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Nota: SA: Segurança Alimentar; IAL: Insegurança Alimentar Leve; IAM: Insegurança Alimentar Moderada; IAG: Insegurança Alimentar Grave; IA: Insegurança Alimentar.

Segundo dados QUALISalvador, a insegurança alimentar é mais prevalente entre as famílias cujo responsável se autodeclara negro (43,1%) em comparação às famílias com responsável branco (28,3%). Estudos apontam que pessoas de referência de raça/cor diferente da branca são mais propensas aos níveis mais graves de insegurança alimentar, com base em pesquisas nacionais. (SANTOS et al., 2018) Tal cenário está intimamente articulado com a questão de gênero, pois, de acordo com a análise de Segall-Côrrea e demais autores (2009), utilizando os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) do ano de 2006, a situação de insegurança alimentar moderada e grave é duas vezes mais frequente em domicílios nos quais a mulher entrevistada era negra. Os dados do QUALISalvador revelam que há 44,4% de mulheres responsáveis pelo domicílio vivendo em insegurança alimentar, enquanto esse percentual entre os homens é de 36,1%. Considerando as desigualdades que atravessam a vida social das mulheres, o convívio com limitações financeiras compromete diretamente o acesso à alimentação. Os domicílios chefiados pela população negra, especialmente por mulheres negras, apresentam situação mais desfavorável em diferentes indicadores de vida. (IBGE, 2019) No cenário da capital, no qual a maioria dos responsáveis pelas famílias é negra, ressalta-se o fato histórico da desigualdade racial, como também suas consequências em termos educacionais, de inserção ocupacional e rendimento.

Ao pensar sobre o processo que leva à situação de insegurança alimentar, a escolaridade é considerada um indicador proximal. A PNDS de 2006 também revelou que mulheres sem escolaridade ou com um a quatro anos de estudo apresentaram mais chance de estar em situação de insegurança alimentar. (SEGALL-CORRÊA et al., 2009) Oliveira e Lima-Filho (2011) identificaram que quanto maior a escolaridade do chefe da família, maior a probabilidade

de segurança alimentar (92,68%), sem probabilidade de insegurança alimentar moderada e grave. Considerando os dados do QUALISalvador, observa-se que quanto menor a escolaridade, maior a situação de insegurança alimentar: sem instrução, 55,6%; com ensino fundamental, 51,2%; ensino médio, 39,9%; ensino superior, 21,9%. A maior escolaridade potencializa melhor inserção no mercado de trabalho, com rendimentos mais elevados, e contribui para que a família tenha melhores condições de acesso à alimentação e infraestrutura. (OMUEMU; OTASOWIE; ONYIRIUKA, 2012)

Ao analisarmos as condições de domicílio e saneamento básico entre as famílias com moradia sem revestimento, com frequência de água intermitente, com coleta de lixo irregular e ausência de banheiro, a insegurança alimentar é mais prevalente, com 57,5%, 55,7%, 52% e 77,9%, respectivamente. As condições de saneamento básico e de moradia estão associadas à insegurança alimentar, portanto utilizar indicadores dessa área faz parte do aprofundamento desta reflexão. Em domicílios onde não ocorre coleta de lixo, aumentam-se as chances de insegurança alimentar grave. (AQUINO et al., 2014; MORAIS et al., 2014) Famílias que residem em moradia inacabada e em situação precária quando comparada à moradia de alvenaria acabada apresentam 3,5 vezes mais chances de ter insegurança alimentar moderada e grave e 2,9 vezes mais chances de ter insegurança alimentar leve. (PANIGASSI et al., 2008a) Os resultados dos dados para Salvador reafirmam a articulação entre insegurança alimentar e condições socioeconômicas, ressaltando a importância do uso da Ebia com diferentes indicadores, sobretudo pelo fato de que a SAN é fruto de múltiplos determinantes.

Ao dar atenção a um grupo de maior vulnerabilidade biológica por estar em processo de crescimento e desenvolvimento, verificamos como a restrição alimentar qualitativa ou quantitativa

reflete negativamente na sua sobrevivência no ambiente social. Segundo dados do QUALISalvador, na capital, 53,1% das famílias com crianças menores de cinco anos apresentaram insegurança alimentar, sendo 22,3% de insegurança alimentar moderada e grave. Estudos mostram que domicílios com presença de criança menor de cinco anos apresentam 2,1 vezes mais chance de ter insegurança alimentar moderada e grave na família. (PANIGASSI, 2008a) Na região do semiárido nordestino, a prevalência de insegurança alimentar foi acima de 50% para famílias com crianças de até cinco anos de idade, e os dados antropométricos revelaram a predominância de sobrepeso e obesidade. (BARROS et al., 2016) E essa situação está associada à ocorrência de anemia ferropriva. (ANDRÉ et al., 2018) As repercussões da insegurança alimentar podem levar para um caminho além dos aspectos físico-biológicos, pois podem acarretar a diminuição do desempenho escolar e o aumento da evasão escolar, como mostram dados oficiais e como está claramente formulado em um dos objetivos iniciais da Política Nacional de Alimentação Escolar, relativo à redução da evasão.

Vivendo com a insegurança alimentar e a fome

Ao investigar a estratégia utilizada pelas famílias em situação de insegurança alimentar, obtemos um panorama das principais atitudes desenvolvidas com o objetivo de assegurar o acesso à alimentação. A atitude mais frequente é “comprar fiado” (12,3%), seguida de pedir alimentos emprestados a parentes, vizinhos e/ou amigos (7,6%). Resultados nacionais também revelam que essas são as principais atitudes da população brasileira. (BRASIL, 2013) Em análise de Freitas (2003, p. 164), a ajuda dos vizinhos está no cotidiano daquelas pessoas que convivem com a fome, o que é confirmado na fala de um dos seus entrevistados: “[...] Meus vizinhos

me ajudam. [...] Só sei dizer que ela não me pegou ainda [...] Estou falando daquilo, aquela coisa (a fome)”.

O apoio do comerciante vizinho que tem uma quitanda e vende para o morador pagar no fim do mês, do parente ou do amigo com alguma condição financeira melhor, diante da carência alimentar, constitui uma das principais estratégias de sobrevivência de muitas famílias. Essa reflexão se aplica aos dados sobre o significado de morar no bairro do questionário QUALISalvador, ao qual 16,5% dos entrevistados em situação de insegurança alimentar responderam que uma das principais motivações para morar no bairro é ter uma rede de apoio/parentes/amigos.

Outras atitudes voltadas à obtenção do alimento também foram destacadas, por exemplo, deixar de comprar alimentos supérfluos, como biscoitos e refrigerantes (2,2%), reduzir o consumo de carnes (0,5%) e reduzir a quantidade de frutas/legumes/verduras (0,4%). Ferreira e Magalhães (2005), ao entrevistar mulheres pobres em uma favela do país, identificaram que o preço definia a seleção de quais alimentos seriam adquiridos e, por isso, devido ao pouco dinheiro, a aquisição alimentar era uma prática penosa. Como resultado, tem-se um regime alimentar pobre, “monótono”, composto principalmente por arroz, feijão e frango. O consumo de carne bovina, assim como de verduras e frutas, não era realizado devido ao alto custo. A última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), de 2017-2018, mostra que as quantidades de frutas (313%) e hortaliças (187%), apresentadas em percentuais, são adquiridas sobretudo pela classe de maior rendimento total. (IBGE, 2020b) O consumo desses itens parece já não fazer parte do hábito de muitas famílias pobres que convivem com a insegurança alimentar e mantêm uma dieta “básica”, o que pode explicar os baixos percentuais de redução de consumo desses bens em comparação com os produtos ultraprocessados – alimentos de alta densidade energética – que, em muitos casos, estão

mais presentes no consumo alimentar da família por serem mais baratos, por exemplo. (RICARDO; CLARO, 2012)

De um lado o Carnaval, do outro a fome total?

A Figura 2 mostra a distribuição espacial da insegurança alimentar e revela diferenças marcantes entre os bairros da cidade, evidenciando que essa é uma realidade em muitas famílias, distribuídas principalmente em áreas periféricas, como nas macrozonas Miolo e Subúrbio, aparecendo com menor expressão na Área Urbana Consolidada e na Orla Atlântica. Entre os 50 bairros com mais de 50% de famílias em insegurança alimentar, apenas seis não fazem parte do Miolo e do Subúrbio – cinco na Área Urbana Consolidada e um na Orla Atlântica. De acordo com Carvalho e Pereira (2008), a cidade de Salvador se desenvolveu acirrando diferenças expressivas entre suas macrozonas, sendo a Área Urbana Consolidada e Orla Atlântica qualificadas como “nobres”, onde mora parcela considerável da população situada nas maiores faixas de renda, concentram-se investimentos, oportunidades de trabalho e equipamentos urbanos, enquanto o Miolo e o Subúrbio concentram a população majoritariamente pobre e negra e carecem de infraestruturas e serviços básicos. Tais diferenças contribuem para ampliar desigualdades e a vulnerabilidade social dos moradores das áreas menos infraestruturadas, as quais também evidenciam os maiores percentuais de insegurança alimentar.

As maiores prevalências de insegurança alimentar foram encontradas em Ilha de Maré (83,5%), Ilha de Bom Jesus dos Passos (74%) e Calabar (71,2%). Conhecidas pela sua beleza e cultura, as ilhas ficam localizadas na Baía de Todos os Santos, mas pertencem ao município de Salvador. Freitas e demais autores (2012) registram que, segundo informações obtidas dos próprios moradores, na Ilha

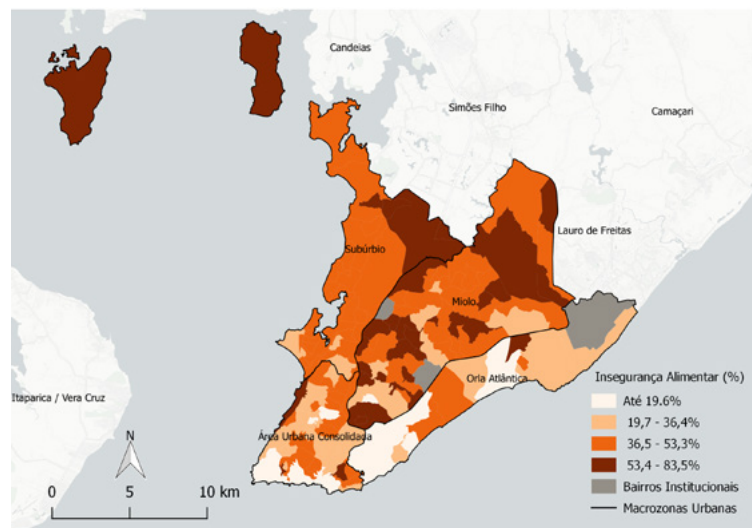
de Maré, os serviços de abastecimento de água e energia elétrica foram instalados apenas na década de 1990, evidenciando o atraso no acesso a serviços básicos. Os moradores das ilhas possuem um sistema de transporte marítimo precário, e apenas os três primeiros anos do ensino fundamental são ministrados nas escolas da localidade, razão pela qual mais de 800 crianças cruzam a Baía de Todos os Santos para ir a uma escola onde podem concluir os últimos níveis do ensino básico.

Outro registro histórico importante é que, na Ilha de Maré, estão três das quatro comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares. Esse grupo é considerado como um dos mais vulnerabilizados socialmente no Brasil (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2021), o que pode explicar o alto percentual de insegurança alimentar. Segundo a Lei nº 9.069/2016, a Ilha de Maré é uma Área de Proteção Ambiental (APA), território no qual toda e qualquer atividade econômica deveria estar enquadrada nos parâmetros de sustentabilidade. (SALVADOR, 2016) A maioria dos moradores da ilha retira seu sustento e alimento do mar, entretanto a autosuficiência alimentar desse ecossistema tem sido profundamente alterada pela contaminação química por metais pesados originários das indústrias situadas no entorno da baía.

Os três pescados mais consumidos na ilha – chumbinho, siri e sururu – apresentaram altos níveis de contaminação por chumbo, cádmio, mercúrio e outros, assim como a presença desses metais pesados no manguezal, no mar, na vegetação e nas pessoas. (RADIS, 2013) O consumo desses pescados contaminados está associado ao risco de doenças graves, como câncer, e afeta as crianças de forma particular, uma vez que a absorção dessas substâncias é maior nesse grupo. (FREITAS et al., 2012) Assim, essa realidade de pobreza e de poluição ambiental grave gera insegurança alimentar e nutricional em todas as suas dimensões.

Por outro lado, os bairros com os menores percentuais de insegurança alimentar são Itaigara (5,9%) e Caminho das Árvores (6,9%), cujas características chamam a atenção por se diferenciarem de parcela considerável dos bairros da capital. Caminho das Árvores tem 31,9% de suas famílias com renda familiar mensal maior que 15 salários mínimos, e Itaigara apresenta o maior percentual da cidade na referida faixa de renda, com 53,8%. Em relação à escolaridade, o Caminho das Árvores tem 83,3% dos responsáveis pelo domicílio com ensino superior, e o Itaigara tem 81,4%. Além disso, ambos os bairros são de maioria branca: 53,9% e 61,8%, respectivamente. Tais indicadores explicam a baixa prevalência de insegurança alimentar nesses bairros e em outros com características similares.

Figura 2 - Insegurança alimentar (2018-2020)



Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

No que concerne aos níveis de insegurança alimentar, todos os bairros da capital apresentaram famílias em situação leve. Conviver com a preocupação em ter alimentos ou precisar reduzir a qualidade, geralmente por mais baratos, é uma realidade que faz com que parcela considerável da população conviva com o medo de ter a fome em sua casa. O medo da fome, como afirma Freitas (2003, p. 255), é o medo da vida:

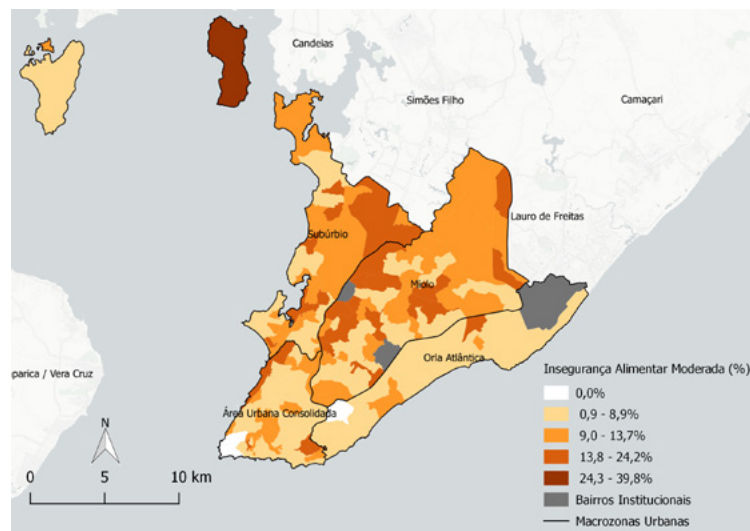
o medo de serem perseguidos pela fome produz significantes fundantes de outras perseguições que se entrelaçam aos distintos produtos gerados pelas condições sociais. O medo da fome está no medo concreto do viver, que abraça significantes, como o desemprego e o baixo salário.

Essa análise nos faz refletir sobre as instabilidades econômicas que afetam parcelas consideráveis da população com o desemprego em massa e o salário mínimo muito aquém do necessário. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o valor mínimo suficiente para suprir despesas com alimentação e outras necessidades essenciais para uma família de quatro pessoas equivalia a R\$ 3.960,57 em dezembro de 2018. (DIEESE, 2019) Segundo dados QUALISalvador, 37,4% das famílias possuem quatro ou mais membros, das quais 65% possuem até três salários mínimos (até R\$ 2.862,00) como renda familiar, a depender do número de pessoas na família, são pobres ou extremamente pobres e vivem principalmente nas macrozonas Miolo e Subúrbio, onde se encontram as maiores prevalências de insegurança alimentar leve, situação em que a fome se faz presente na memória e na vida cotidiana de seus vizinhos.

A distribuição espacial da insegurança alimentar moderada e grave na capital encontra-se representada nas Figuras 3 e 4. Os bairros Itaigara, Imbuí, Jardim Armação, Matatu, Piatã, Stiep, São Rafael e Ilha de Bom Jesus dos Passos não apresentaram nenhum domicílio em insegurança

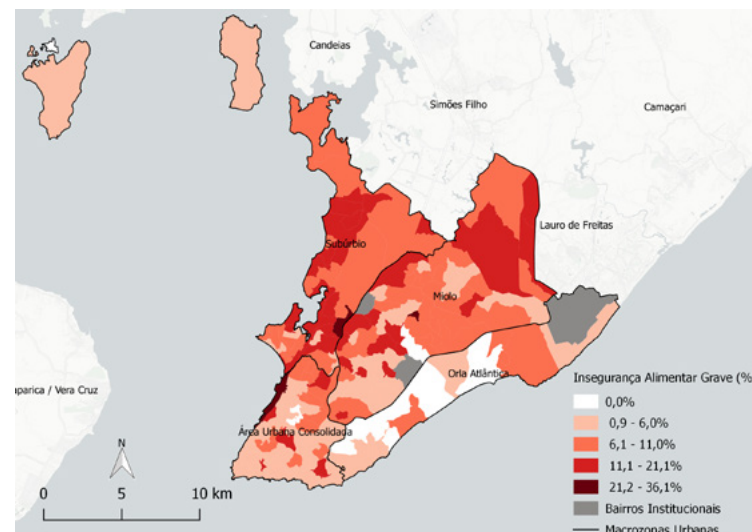
alimentar grave. Caminho das Árvores foi o bairro que não apresentou famílias em nenhuma dessas condições. Por outro lado, Ilha de Maré (39,8%), Jardim Cajazeiras (24,2%) e Mata Escura (20,2%) se destacam com mais famílias em insegurança alimentar moderada. Já em insegurança alimentar grave, as maiores prevalências estão no Comércio (36,1%), Novo Marotinho (22,1%) e Campinas de Pirajá (21,2%). Esses bairros possuem características em comum, de acordo com os dados do QUALISalvador: mais de 80% dos responsáveis são negros e mais de 60% das famílias convivem com até dois salários mínimos. Em relação à escolaridade, nos bairros Novo Marotinho, Jardim Cajazeiras, Ilha de Maré e Comércio, mais de 50% dos responsáveis estudaram até o ensino fundamental. O ensino superior só aparece no bairro de Mata Escura (1%) e Jardim Cajazeiras (0,2%).

Figura 3 - Insegurança alimentar moderada (2018-2020)



Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 4 - Insegurança alimentar grave (2018-2020)



Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Apesar de não estar entre os bairros em que a insegurança alimentar se encontra mais elevada, o bairro da Vitória, conhecido pela sua rua principal, o Corredor da Vitória, uma das áreas mais valorizadas pelo capital imobiliário em Salvador, na Bahia e no Nordeste, apresentou percentual significativo de insegurança alimentar: 28,8%, sendo 16,9% leve, 10,2% moderada e 1,7% grave. Chamamos atenção ao fato de que esse espaço também é ocupado pela Vila Brandão, uma comunidade que poucos soteropolitanos conhecem, mas que vem resistindo às ameaças do processo de gentrificação, das investidas do setor imobiliário para expulsão dos moradores da área. Os moradores da Vila Brandão constroem suas vidas e existência em meio ao esquecimento do poder público em termos de acesso a serviços básicos, como coleta de resíduos sólidos

e esgotamento sanitário básico, sendo vizinhos de uma das áreas mais infraestruturadas e valorizadas de Salvador.

No bairro Centro/Dois de Julho, também foi encontrado percentual de população em insegurança alimentar expressivo – 24,12%, sendo 15,8% leve, 4,8% moderada, 3,5% grave –, sendo composto por comunidades bastante conhecidas, como Solar do Unhão, Gamboa de Cima e Gamboa de Baixo, áreas que sofrem com o medo de deslizamentos em período de chuvas intensas. Tais bairros e localidades, em situação de vulnerabilidade e resistindo a históricas ameaças de expulsão, explicam o registro de insegurança alimentar em bairros que são considerados de classe média e alta. Os enclaves de baixa renda em meio a áreas habitadas principalmente pela classe alta configuram o que Carvalho e Pereira (2008), na análise sociocupacional da cidade, qualificaram como ilhas de pobreza dentro da cidade moderna – é onde o Carnaval e a fome se encontram, se olham, mas não se veem.

As macrozonas Miolo e Subúrbio apresentaram a maior quantidade de bairros com prevalências mais elevadas de insegurança alimentar. Assim, destacamos as condições de habitabilidade e saneamento que são comuns aos bairros do Subúrbio e do Miolo. Essas áreas da cidade foram ocupadas através de loteamentos populares e sucessivas ocupações coletivas, sem controle urbanístico, com precário acesso a equipamentos e serviços básicos, originando uma das áreas mais carentes da cidade. (CARVALHO, 2008) Ao falarmos de SAN e DHAA, necessidades essenciais, destacamos dados de acesso ao saneamento básico segundo os quais a maior parte dos bairros das referidas áreas tem ausência de coleta de lixo (60 dos 90 bairros com prevalência acima de 20%) e de esgotamento sanitário (34 dos 37 bairros com mais 5% das famílias). Dos 90 bairros que possuem mais de 10% de famílias sem acesso frequente a água – falta mais de dois dias por semana –, apenas dois não estão nessas macrozonas. Nos bairros do Miolo e Subúrbio, estão presentes alguns dos cenários de mais profunda desigualdade

em Salvador. Essa cidade definitivamente nos convida a olhar para o ambiente urbano e compreender como suas múltiplas estruturas se relacionam com a insegurança alimentar. Aqui, o processo de urbanização e consolidação do espaço reverbera na situação de SAN e, por consequência, na qualidade de vida dos indivíduos.

A realização do QUALISalvador se justificou pela necessidade de conhecer a cidade através de um sistema de mensuração do ambiente urbano na escala intraurbana e avançar na produção do conhecimento científico que subsidie a gestão urbano-ambiental. Considerando a estrutura organizacional por prefeitura-bairro na cidade (SALVADOR, 2012), destacamos aqui os bairros⁸ cobertos pela Prefeitura-Bairro Pau da Lima, área que compreende a macrozona Miolo, onde foi realizada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) uma pesquisa-ação com líderes e moradores com o propósito de construção de uma ação coletiva para avaliação e melhoria da SAN em comunidades de alta vulnerabilidade. (ALIAGA; SANTOS; TRAD, 2019) Os encontros entre pesquisadores e moradores evoluíram em relação ao entendimento do DHAA e da insegurança alimentar como instrumento de poder, dando atenção à prática governamental de usar o conhecimento como mecanismo de manipulação. O conhecimento e o reconhecimento do saber e poder da população, como sujeitos dos processos da própria vida, têm fundamental importância na mudança do quadro até então descrito. Assim, o conhecimento dos processos geradores das desigualdades, do fato histórico de que a pobreza brasileira tem cor, raça e gênero, assim como os que têm a fome, insegurança alimentar e nutricional, é um passo importante para a mudança dessa situação. Esse caminho percorrido pelas autoras mostra a relevância do sujeito de direitos humanos indo ao encontro

8 Canabrava, Jardim Cajazeiras, Jardim Nova Esperança, Nova Brasília, Novo Marotinho, Pau da Lima, Porto Seco Pirajá, São Marcos, São Rafael, Sete de Abril, Trobogy, Vale dos Lagos e Vila Canária.

do DHAA e está diretamente relacionado à questão da participação social, que compõe o desafio 8 do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (CAISAN, 2018)

O panorama da cidade quanto às diferenças de classe nos coloca na análise da situação de transição nutricional que o país vem sofrendo. O aumento do excesso de peso e de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) entre brasileiros, de todos os níveis socioeconômicos e diferentes grupos etários, mostra a mudança do padrão de consumo alimentar em curso no país. (SOUZA et al., 2017) Então, remetemo-nos à fome oculta, que deve ser considerada nas ações de SAN, pois o consumo insuficiente de alimentos, fontes de micronutrientes essenciais, pode fazer parte da condição nutricional de pessoas que ingerem calorias de forma adequada ou em excesso. Consta no relatório sobre o estado de SAN no Brasil da FAO (2014) a importância de novos indicadores que possam contribuir para aprofundar a compreensão e monitorar as ações voltadas para o combate ao aumento de excesso de peso e das DCNT. Desse modo, sugerimos o uso complementar da Ebia junto a indicadores antropométricos e de consumo alimentar; prevalências de diabetes e de hipertensão arterial; indicadores de produção, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis, como frutas, verduras, hortaliças; indicadores de consumo de alimentos processados e ultraprocessados; indicadores referentes à oferta de alimentos saudáveis; e indicadores para monitoramento das práticas da indústria de alimentos, inclusive de *marketing*.

Chamamos a atenção para o fato de que, para garantir o DHAA, as ações não devem limitar-se aos grupos que estão em algum nível de insegurança alimentar, uma vez que o a Ebia traz a percepção do indivíduo em relação ao seu poder de compra, ou seja, temos a informação da dimensão do acesso, mas, enfatizando a complexidade do conceito de SAN, aqueles em condição de segurança alimentar também precisam ter atenção do poder público. Para isso,

resgatamos a dimensão da utilização biológica dos alimentos, que inclui Políticas de Educação Alimentar e Nutricional, para promoção de hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis, como propõe a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (BRASIL, 2010, 2013; IBGE, 2014) Os diferentes níveis de avaliação de insegurança alimentar devem direcionar as ações pelo poder público, considerando o processo desde a preocupação em não ter dinheiro para comprar o alimento até a presença da fome e dando atenção ao planejamento dessas ações quanto à situação emergencial e de longo prazo articuladas a diversos setores para realmente assegurar a SAN.

O enfrentamento desse cenário exige a adesão à Lei nº 11.346, que garante o DHAA, que implica processo de reorganização do Estado e suas políticas públicas com a criação de arranjos institucionais em todas as esferas de governo, com capilaridade para responder às demandas locais, tratando-se do município. Segundo análise de Vasconcellos e Moura (2018), é preciso registrar a necessidade de fortalecimento do papel indutor do Governo Federal, que permita acelerar a expansão do Sisan, de modo a consolidar mecanismos mais efetivos de descentralização, que ampliem a base municipal, sobretudo diante da recente extinção do Consea. Em relação à cidade de Salvador, ainda não foi desenvolvido um plano municipal de SAN, o que dificulta a consolidação de ações que contemplem a sua complexidade – essa é uma necessidade e tarefa dos poderes públicos locais e dos cidadãos dessa cidade.

Considerações finais

Conhecer como o fenômeno da insegurança alimentar se expressa na cidade de Salvador, na escala de bairros, permitiu revelar como esse fenômeno se materializa, se espalha no território, contribuindo

ainda mais para o estudo da SAN. Os resultados desta pesquisa explicitam a face da desigualdade de acesso à alimentação, que se mostra intimamente articulada à desigualdade socioespacial do ambiente intraurbano, confirmando nosso pressuposto de que a insegurança alimentar e a fome não se distribuem de forma igual no território. Ainda que tenhamos registrado bairros da Orla Atlântica e da Área Urbana Consolidada com famílias em situação de insegurança alimentar, observamos que nos bairros do Miolo e do Subúrbio estão as situações mais alarmantes de insegurança alimentar em seus diferentes níveis. Estão nessas macrozonas, também, os mais graves problemas relacionados à moradia, ao acesso a saneamento básico, ao desemprego e ao rendimento das famílias, como pode ser verificado ao longo deste livro, configurando um cenário complexo de violações de direitos e reafirmando a necessidade do enfrentamento intersetorial da insegurança alimentar, da fome e da pobreza.

A SAN é uma questão de cidadania. Cada indivíduo tem o direito de estar livre da fome e o direito à alimentação adequada. Na Cidade da Bahia, muitas famílias recorrem às mais diversas formas de sobrevivência, como mariscar e pescar nas praias da Baía de Todos os Santos, abrir uma quitanda na porta de casa, colocar uma barraca de fruta na praça do bairro ou vender produtos dentro dos ônibus. Essa população que necessita “dar seus pulos” para garantir o prato de comida quase sempre é a mesma que sente fome das diferentes necessidades básicas para garantir uma vida digna, viver e acessar um ambiente urbano de qualidade. Assim, o combate à fome deve pautar ações para além do alimento ou da renda, com políticas públicas articuladas que envolvem o tema da SAN na garantia de outros direitos, que são indivisíveis e interdependentes. Em verdade, o enfrentamento da fome será possível quando houver uma abordagem abrangente da sua totalidade e em suas diversas e complexas manifestações sobre o indivíduo e o coletivo

humano em relação à questão alimentar e nutricional. Cabe levar em consideração o direito à terra urbana, aos serviços públicos de saúde, educação e lazer, à informação e, inclusive, às perspectivas subjetivas das experiências que permeiam as famílias que convivem com a insegurança alimentar, majoritariamente pobres e negras.

A situação de insegurança alimentar na cidade de Salvador com certeza está presente para muito além do registrado, pois o QUALISalvador não abarcou a população em situação de rua, que, segundo dados de 2017 publicados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, com base no Projeto Axé,⁹ compreende mais de 17.300 pessoas no município. (BAHIA, 2017)

As informações novas e importantes sobre a situação de insegurança alimentar dos bairros de Salvador poderão ser utilizadas como referência de estudos futuros e fundamentação da ação pública, da iniciativa privada e da sociedade civil. Além disso, fornecerão apoio à elaboração e implementação de políticas sociais intersetoriais voltadas aos grupos vulnerabilizados identificados, visto que tais informações estarão disponíveis no *site* do QUALISalvador. O uso da Ebia na escala intraurbana também mostra ser de grande relevância para o diagnóstico populacional e a avaliação de políticas públicas desenvolvidas em âmbito local.

Referências

ALIAGA, Marie Agnès; SANTOS, Sandra Chaves dos; TRAD, Leny Alves Bomfim. Política(s) de segurança alimentar e nutricional: narrativas de líderes e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 124-136, 2019.

⁹ Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente. Ressalta-se que esses dados sobre a quantidade de pessoas em situação de rua foram estimados, o que pode incorrer em superestimação. Não foram encontradas outras referências para a capital.

- ANDRÉ, Hercilio Paulino *et al.* Indicadores de insegurança alimentar e nutricional associados à anemia ferropriva em crianças brasileiras: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1159-1167, 2018.
- AQUINO, Jailane de Souza *et al.* Food insecurity and socioeconomic, food and nutrition profile of schoolchildren living in urban and rural areas of Picos, Piauí. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 27, n. 4, p. 395-404, July/Aug. 2014.
- BAHIA (ES) Ministério Público. *Cerca de 20 mil pessoas vivem nas ruas de Salvador*. Salvador, 10 mar. 2017. Disponível em: <https://www.mpb.mp.br/noticia/36275>. Acesso em: 7 fev. 2021.
- BARROS, Keila Cardoso Sousa *et al.* Perfil Socioeconômico e nutricional de escolares em (in)segurança alimentar de uma região do semiárido nordestino. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 5-10, 2016.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.
- BITTENCOURT, Liliane de Souza *et al.* Factors Associated with Food Insecurity in Households of Public School Students of Salvador City, Bahia, Brazil. *Journal of Health, Population, and Nutrition*, Dhaka, v. 31, n. 4, p. 471-479, Dec. 2013.
- BRASIL. Emenda constitucional nº 64 de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 5 fev. 2010.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 179, p. 1-2, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 1 fev. 2021.
- BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 1 jan. 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Sumário executivo: mapeamento de segurança alimentar e nutricional de 2018*. Brasília, DF: CAISAN, 2018.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Sumário executivo: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar – PNAD, segurança alimentar*. Brasília, DF: IBGE, 2013.
- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. –CAISAN. *II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016-2019) Revisado*. Brasília, DF, set. 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PLANSAN%202016-2019_revisado_completo.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. As “Cidades” de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. Salvador: Edufba, 2008. p. 81-107.
- CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 1-4, 2019.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.
- CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. *Valor da cesta básica aumenta em todas as capitais em 2018*. São Paulo, 8 jan. 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasic/2018/201812cestabasic.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2021.

FAO. The State of Food Security and Nutrition in the World. *Transforming food systems for affordable healthy diets*. Rome, 2020.

FAO. *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional: Relatório 2014*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf. Acesso em: 4 fev. 2021.

FAO. The State of Food Insecurity in the World. *Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Rome, 2014.

FERREIRA, Vanessa Alves; MAGALHÃES, Rosana. Obesidade e pobreza: o aparente paradoxo. Um estudo com mulheres da Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1792-1800, nov./dez. 2005.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. *Agonia da fome*. Salvador: Edufba: Editora Fiocruz, 2003.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de *et al.* Un ambiente enfermo: significados de la contaminación industrial en Isla de Maré, Bahía, Brasil. *Desacatos*, México, n. 39, mayo/agosto 2012.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Certificação Quilombola*. Brasília, DF, 2021. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 25 jan. 2021.

GUBERT, Muriel Bauermann; PEREZ-ESCAMILLA, Rafael. Insegurança alimentar grave municipal no Brasil em 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 3433-3444, 2018.

IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: segurança alimentar: 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021.

IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101704.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2021.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

MACHADO, Mick Lennon *et al.* Adequação normativa dos planos estaduais de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 1-14, 2018.

MAFRA, Luiz Antonio Staub; NAVES, Flávia Luciana. Gestão de políticas sociais: a importância das articulações institucionais setoriais em programas de segurança alimentar e nutricional. *Cadernos EBAPE*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 34-49, mar. 2009.

MORAIS, Dayane de Castro *et al.* Insegurança alimentar e indicadores antropométricos, dietéticos e sociais em estudos brasileiros: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1475-1488, 2014.

- OLIVEIRA, Leidy Diana de Souza de; LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. Modelo de segurança alimentar e nutricional e seus determinantes socioeconômicos e comportamentais. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 16, n. 59, p. 240-259, jul./dez. 2011.
- OMUEMU, Vivian O.; OTASOWIE, Efosa M.; ONYIRIUKA, Ugochukwu. Prevalence of food insecurity in Egor local government area of Edo State, Nigeria. *Annals of African Medicine*, Sokoto, v. 11, n. 3, p. 139-145, 2012.
- PANIGASSI, Giseli *et al.* Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. *Caderno e Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 10, p. 2376-2384, out. 2008a.
- PANIGASSI, Giseli *et al.* Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 21, p. 135-144, jul./ago. 2008b.
- PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz Correia de. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 121-130, 2010.
- POBLACION, Ana Paula *et al.* Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 5, p. 1067-1078, maio 2014.
- RADIS. Desenvolvimento urbano: onde ficam as pessoas? Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 129, jun. 2013. Disponível em: https://radis.ensp.fiocruz.br/phocadownload/revista/Radis129_web.pdf. Acesso em: 25 jan. 2021.
- RIBEIRO, Joelma Silveira *et al.* Segurança Alimentar e Nutricional: avaliação e fatores determinantes em consórcio de municípios, Bahia, Brasil. *DEMETERA: alimentação, nutrição & saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 83-100, 2018.
- RICARDO, Camila Zancheta; CLARO, Rafael Moreira. Custo da alimentação e densidade energética da dieta no Brasil, 2008-2009. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 12, p. 2349-2341, dez. 2012.
- SALVADOR. Lei nº 9.069, 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, 30 jun. 2016.
- SALVADOR. Lei nº 8.376, de 26 de dezembro de 2012. Leis de Estrutura Organizacional Modifica a Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, 26 dez. 2012.
- SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. São Paulo: GEOgraphia, 1999.
- SANTOS, Taíse Gama dos *et al.* Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 1-17, 2018.
- SEGALL-CÔRREA, Ana Maria *et al.* *Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação*. Urbano/Rural: relatório técnico. Campinas: UNICAMP, 2004.
- SEGALL-CÔRREA, Ana Maria *et al.* Segurança Alimentar no domicílio. In: Ministério da Saúde. *Pesquisa nacional de demografia e saúde da criança e da mulher 2006*. Brasília, DF, 2009.
- SEGALL-CORRÊA, Ana Maria *et al.* Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-item EBIA. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 27, n. 2, p. 241-251, mar./abr. 2014.

SOUZA, Nathália Paula de *et al.* A (des)nutrição e o novo padrão epidemiológico em um contexto de desenvolvimento e desigualdades. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 2257-2266, 2017.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de *et al.* Public Policies of Food and Nutrition in Brazil: From Lula to Temer. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 32, p. 1-13, fev. 2019.

VASCONCELLOS, Ana Beatriz Pinto de Almeida; MOURA, Leides Barroso Azevedo. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-13, 2018.

APÊNDICE

Prevalência de segurança e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos bairros de Salvador (2018-2020)

	SA (%)	IAL (%)	IAM (%)	IAG (%)	TOTAL (n)
Salvador	59	23,8	9,3	7,9	15.186
BAIRRO	SA (%)	IAL (%)	IAM (%)	IAG (%)	TOTAL (n)
Acupe	71,3	17,6	6,5	4,6	108
Águas Claras	40,7	25,6	17,4	16,3	86
Alto da Terezinha	49,1	25,5	14,2	11,3	106
Alto das Pombas	66,2	26,5	5,9	1,5	68
Alto do Cabrito	51,9	22,8	11,4	13,9	79
Alto do Coqueirinho	57,6	21,2	11,8	9,4	85
Amaralina	72,7	16,7	7,6	3,0	66
Areia Branca	43,9	28,6	14,3	13,3	98
Arenoso	45,9	28,4	9,5	16,2	74
Arraial do Retiro	33,7	36,0	16,9	13,5	89
Bairro da Paz	37,3	37,3	17,3	8,0	75
Baixa de Quintas	66,7	17,7	6,3	9,4	96
Barbalho	76,9	15,4	5,8	1,9	104
Barra	83,3	14,3	0,0	2,4	84
Barreiras	72,7	18,2	6,8	2,3	88
Barris	75,3	21,6	2,1	1,0	97
Beiru/Tancredo Neves	61,7	24,3	8,4	5,6	107
Boa Viagem	71,8	18,8	3,5	5,9	85
Boa Vista de Brotas	75,5	12,7	5,9	5,9	102
Boa Vista do São Caetano	49,5	24,8	11,0	14,7	109
Boca da Mata	44,8	35,4	11,5	8,3	96
Boca do Rio	57,6	25,8	10,6	6,1	66
Bom Juá	61,8	19,6	12,7	5,9	102
Bonfim	75,0	14,0	4,0	7,0	100
Brotas/Horto Florestal	75,0	15,4	3,7	5,9	136
Cabula	73,9	20,7	2,2	3,3	92
Cabula VI	54,2	37,5	5,6	2,8	72

Caixa d'Água	65,7	20,0	8,6	5,7	105
Cajazeiras II	54,8	28,6	11,9	4,8	84
Cajazeiras IV	71,1	15,7	4,8	8,4	83
Cajazeiras V	57,5	29,2	7,1	6,2	113
Cajazeiras VI	54,4	30,4	5,1	10,1	79
Cajazeiras VII	59,0	26,5	7,2	7,2	83
Cajazeiras VIII	50,0	29,1	12,7	8,2	110
Cajazeiras X	49,4	34,9	8,4	7,2	83
Cajazeiras XI	50,0	28,6	13,3	8,2	98
Calabar	28,8	37,9	19,7	13,6	66
Calabetão	36,8	38,2	13,2	11,8	68
Calçada	47,5	27,3	10,1	15,2	99
Caminho das Árvores	93,1	6,9	0,0	0,0	72
Caminho de Areia	58,2	27,3	8,2	6,4	110
Campinas de Pirajá	48,5	23,2	7,1	21,2	99
Canabrava	53,6	25,0	13,4	8,0	112
Candeal	72,7	15,5	5,5	6,4	110
Canela	82,1	13,4	3,0	1,5	67
Capelinha	63,6	19,1	12,7	4,5	110
Cassange	39,5	34,2	11,8	14,5	76
Castelo Branco	48,7	24,4	19,2	7,7	78
Centro Histórico	58,1	14,9	12,2	14,9	74
Centro/Dois de Julho	75,9	15,8	4,8	3,5	228
Chapada do Rio Vermelho	40,8	30,3	17,1	11,8	76
Cidade Nova	62,6	22,4	5,6	9,3	107
Comércio	36,1	8,3	19,4	36,1	36
Cosme de Farias	55,9	22,6	11,8	9,7	93
Costa Azul	64,3	20,9	4,8	6,0	84
Coutos/Vista Alegre	57,3	20,9	8,2	13,6	110
Curuzu	65,1	17,4	6,4	11,0	109
Dom Avelar	49,1	28,4	17,2	5,2	116
Doron	62,2	25,5	7,1	5,1	98
Engenho Velho da Federação	59,8	24,4	4,9	11,0	82
Engenho Velho de Brotas	52,3	24,8	10,1	12,8	109
Engomadeira	38,2	38,2	12,4	11,2	89

Fazenda Coutos	43,8	26,8	16,1	13,4	112
Fazenda Grande do Retiro	65,5	18,6	7,1	8,8	113
Fazenda Grande I	60,4	26,7	9,9	3,0	101
Fazenda Grande II	56,6	30,3	8,1	5,1	99
Fazenda Grande III	42,6	35,1	14,9	7,4	94
Fazenda Grande IV	54,4	13,9	12,7	19,0	79
Federação	62,7	24,5	10,0	2,7	110
Garcia	71,4	16,3	3,1	9,2	98
Graça	89,9	9,1	0,0	1,0	99
Granjas Rurais Presidente Vargas	37,0	32,6	14,1	16,3	92
IAPI	55,3	22,3	9,7	12,6	103
Ilha Bom Jesus dos Passos	26,0	64,4	9,6	0,0	104
Ilha de Maré	16,5	37,9	39,8	5,8	103
Ilha dos Frades	32,0	56,0	8,0	4,0	25
Imbuí	82,3	12,7	5,0	0,0	102
Itacaranha	52,3	29,4	4,6	13,8	109
Itaigara	94,1	4,4	1,5	0,0	68
Itapuã	67,7	17,7	8,1	6,5	124
Itinga	49,1	29,6	10,2	11,1	108
Jaguaripe I	57,4	19,8	13,9	8,9	101
Jardim Armação	82,6	14,5	2,9	0,0	69
Jardim Cajazeiras	36,8	25,3	24,2	13,7	95
Jardim das Margaridas	62,3	27,3	6,5	3,9	77
Jardim Nova Esperança	42,2	29,7	18,8	9,4	64
Jardim Santo Inácio	57,4	25,0	11,1	6,5	108
Lapinha	72,1	22,5	2,7	2,7	111
Liberdade	54,7	21,7	15,1	8,5	106
Lobato	48,1	25,9	13,9	12,0	108
Luiz Anselmo	57,7	24,7	8,2	9,3	97
Macaúbas	63,1	23,3	7,8	5,8	103
Mangueira	48,1	28,7	12,0	11,1	108
Marechal Rondon	59,6	17,4	15,6	7,3	109
Mares	57,4	18,5	14,8	9,3	54
Massaranduba	58,8	30,3	7,6	3,4	119

Mata Escura	51,5	19,2	20,2	9,1	99
Matatu	74,1	24,1	1,9	0,0	108
Monte Serrat	67,9	21,7	3,8	6,6	106
Moradas da Lagoa	43,0	30,0	13,0	14,0	100
Mussurunga	64,1	19,2	10,3	6,4	78
Narandiba	40,0	40,0	15,7	4,3	70
Nazaré	66,0	22,6	5,7	5,7	106
Nordeste de Amaralina	49,3	31,9	13,0	5,8	69
Nova Brasília	31,7	46,3	14,6	7,3	82
Nova Constituinte	52,7	19,1	15,5	12,7	110
Nova Esperança	49,0	31,4	9,8	9,8	102
Nova Sussuarana	41,3	30,4	15,2	13,0	92
Novo Horizonte	63,2	24,2	10,5	2,1	95
Novo Marotinho	30,5	33,7	13,7	22,1	95
Onдина/Chame-Chame	81,5	12,3	3,7	2,5	81
Palestina	44,9	29,6	11,2	14,3	98
Paripe	58,8	24,5	5,9	10,8	102
Patamares	77,6	16,4	3,0	3,0	67
Pau da Lima	39,4	45,1	9,9	5,6	71
Pau Miúdo	58,5	26,4	8,5	6,6	106
Periperi/Colinas de Periperi/Mirantes de Periperi	62,0	17,6	9,3	11,1	108
Pernambués	44,9	34,6	10,3	10,3	78
Pero Vaz	57,3	23,3	9,7	9,7	103
Piatã	88,6	7,6	3,8	0,0	79
Pirajá	59,5	22,4	10,3	7,8	116
Pituaçu	59,2	32,7	8,2	0,0	98
Pituba	86,4	10,2	2,0	1,4	147
Plataforma/Ilha Amarela	60,7	21,4	7,1	10,7	112
Praia Grande	56,5	25,9	10,2	7,4	108
Resgate	84,9	9,7	4,3	1,1	93
Retiro	46,7	33,3	13,3	6,7	30
Ribeira	62,0	18,5	5,6	13,9	108
Rio Sena	56,3	19,3	10,1	14,3	119
Rio Vermelho	84,3	7,9	3,4	4,5	89

Roma	70,9	22,3	4,9	1,9	103
Saboeiro	65,6	29,2	3,1	2,1	96
Santa Cruz	53,8	27,5	14,3	4,4	91
Santa Luzia	48,1	27,4	13,2	11,3	106
Santa Mônica	70,5	12,4	6,7	10,5	105
Santo Agostinho	80,4	13,7	2,9	2,9	102
Santo Antônio	74,7	17,6	4,4	3,3	91
São Caetano	63,1	18,0	7,2	11,7	111
São Cristóvão	61,8	25,5	7,3	5,5	110
São Gonçalo	45,1	34,1	12,1	8,8	91
São João do Cabrito	54,9	18,6	13,7	12,7	102
São Marcos	34,7	30,5	18,9	15,8	95
São Rafael	73,3	17,8	8,9	0,0	90
São Tomé	53,8	23,5	11,8	10,9	119
Saramandaia	45,0	30,0	10,0	15,0	80
Saúde	73,5	18,4	4,1	4,1	98
Sete de Abril	78,4	12,4	5,2	4,1	97

Stella Mares	76,6	19,5	1,3	2,6	77
Stiep	85,3	13,3	1,3	0,0	75
Sussuarana	39,5	37,2	7,0	16,3	86
Tororó	63,3	18,4	11,2	7,1	98
Trobogy	54,8	27,4	8,3	9,5	84
Uruguai	54,1	23,4	12,6	9,9	111
Vale das Pedrinhas	60,0	18,9	7,4	13,7	95
Vale dos Lagos	54,9	27,5	7,7	9,9	91
Valéria	45,0	33,0	14,0	8,0	100
Vila Canária	53,1	30,1	8,0	8,8	113
Vila Laura	86,3	12,0	0,9	0,9	117
Vila Ruy Barbosa/ Jardim Cruzeiro	48,2	29,1	13,6	9,1	110
Vitória	71,2	16,9	10,2	1,7	59
Aeroporto	0,0	0,0	0,0	0,0	0
CAB	0,0	0,0	0,0	0,0	0
Porto Seco Pirajá	0,0	0,0	0,0	0,0	0

Fonte: elaborado pelas autoras com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

ANEXO

Prevalência da principal atitude tomada quando em situação de insegurança alimentar (2018-2020)

Atitude quando em insegurança alimentar	%	N
Pediram alimentos emprestados a parentes, vizinhos e/ou amigos	7,6	1.158
Procuraram emprego (emprego melhor ou segundo emprego; um membro da família que não trabalhava arrumou emprego etc.)	2,4	370
Prestaram pequenos serviços a parentes e amigos em troca de alimentos	1,0	149
Receberam ajuda de associação religiosa, igreja	0,5	79
Compraram fiado	12,3	1.861
Receberam ajuda do governo municipal, estadual e federal	0,1	20
Deixaram de comprar alimentos supérfluos (biscoitos, refrigerantes etc.)	2,2	328
Receberam alimentos da comunidade, vizinhos, parentes e amigos	1,3	197
Comeram menos carnes	0,5	73
Cadastraram-se em algum programa governamental de assistência social	0,0	7
Comeram menos frutas, verduras e legumes	0,4	61
Não fizeram nada	3,4	518
Foram pescar, caçar e colher frutos	0,5	70
Pediram dinheiro emprestado	2,1	326
Separaram em feiras e mercados e aproveitaram alimentos	0,1	22
Outros	2,7	412
Não se aplica	62,8	9.535
Total	100,0	15.186

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Brasil (2013) e dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.



SEGURANÇA E INSEGURANÇA NA CIDADE DE SALVADOR

Tânia Benevides

Tássio Santos Silva

Jéssica Oliveira

Lavinia Santos

Maurício Freire

Aline Pauliana Lima

Angélica Olímpia Santos

Leonardo Magalhães

José Flávio Passos

A cidade é um ente complexo, contraditório, e essa condição pode ser explicitada pelo fato de ser uma utopia para uns e uma distopia para outros, tal como destacam Gledhill, Hita e Perelman (2017). Ao tratar da temática segurança no contexto urbano, a contradição ganha destaque, pois as cidades apresentam problemas de segurança estruturais, os quais são potencializados pela interseção de um conjunto de fatores. A precarização do trabalho, a concentração de renda e riquezas, o agravamento das desigualdades sociais, o racismo estrutural, a discriminação de gênero, as políticas e práticas de segurança pública, entre outros fatores, entrecruzam-se no espaço urbano, demandando a análise dessa categoria a fim de compreender o seu impacto na qualidade do ambiente intraurbano de Salvador.

Analisar uma categoria tão complexa no contexto urbano como segurança, em uma escala bairro, é um desafio, uma vez que, em função da complexidade dos aspectos avaliados no conjunto da pesquisa, torna-se necessário aproximarmos-nos de uma categorização da violência. Para entender a segurança e insegurança em Salvador, é preciso analisar os resultados dos indicadores de segurança pública, explicitando como se expressam, bem como analisar a percepção dos soteropolitanos sobre como se sentem, revelando, portanto, as suas impressões.

A reflexão aqui desenvolvida tem como referência a pesquisa de campo desenvolvida pelo Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador), que contou com uma amostra de 15.260 questionários, aplicados em domicílios nos 163 bairros do

“A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos. Mas existem numerosas forças que militam contra o livre exercício de tais direitos, que querem inclusive impedir que reconheçamos, pensemos sobre ou ajamos em relação a eles. Para começar, o extraordinário ritmo e escala da urbanização ao longo dos últimos cem anos (que fez a população urbana crescer de menos de 10% até quase 50%) tornou difícil a reflexão sobre esse tema. O próprio ritmo das mudanças históricas e geográficas solapa nossa capacidade de conceber e [...] até mesmo de ‘esclarecer’ nossa tarefa”. (HARVEY, 2013, p. 486)

município no período entre 2018 e 2020.¹ São trabalhados dados secundários produzidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), que se traduzem nos indicadores de segurança pública – Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) e Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) –, e dados primários do QUALISalvador relativos à segurança e à percepção de segurança da população em relação aos mesmos indicadores e sobre a sensação de segurança no seu bairro. Os conceitos que estruturam este trabalho são os de cidade, segurança, segurança pública, direito à cidade e segurança urbana, e as principais referências teóricas utilizadas são Buzan (2012), Maricato (2015), Harvey (2013), Zaluar (2012), Soares (2019, 2021), Graham (2016), Carbonari e Lima (2016) e Gehl (2015). Na seção a seguir, abordaremos a violência e a insegurança na cidade de Salvador.

Impressões e expressões da segurança e da violência: o que revelam os indicadores de segurança pública sobre a Cidade da Bahia?

Salvador, assim como muitas cidades latino-americanas, é marcada pelos traços apresentados por Harvey (2014), a saber: aprofundamento do processo de neoliberalização; transformação do mundo do trabalho; legitimação de novos processos de acumulação e precarização; potencialização da cidade como espaço da produção e reprodução do capital; redução de investimentos públicos; aprofundamento da segregação socioespacial; ampliação da escala da degradação do patrimônio ambiental; captura do Estado, da política pública e do planejamento por blocos políticos e econômicos

¹ Conforme Decreto Municipal nº 32.791, de 1º de setembro de 2020, a cidade atualmente conta com 170 bairros. Os procedimentos metodológicos encontram-se detalhados no capítulo “Os caminhos da construção do Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)”.

vinculados a interesses especulativos; e recuos das energias utópicas. Tais traços afetam negativamente as dimensões econômica, social, ambiental e política, ampliando as desigualdades e a concentração da riqueza socialmente produzida.

As lógicas econômicas e políticas que hierarquizam os espaços urbanos levam à mercantilização das cidades. Nos centros urbanos, inclusive em Salvador, as experiências enraizadas na vida cotidiana são sobrepostas pelos valores e conteúdos hegemônicos, tornando a cidade um instrumento de acumulação de recursos e de poder. No espaço urbano, o poder é concentrado e é estruturado hierarquicamente de acordo com o acesso a bens e riquezas.

Por muito tempo, a cidade ocidental foi vista como um espaço de integração social e cultural, um lugar seguro e protegido da violência, espaço que viabilizava o intercâmbio de conhecimentos e cultura, produzindo novas identidades, novos sujeitos e novas ideias. Apesar disso, a cidade também se tornou local de distinção e de separação; de marginalização e de exclusão. É na cidade que ricos e pobres se encontram e se tornam, também, visivelmente distantes. Há uma reorganização do espaço urbano que envolve uma redução das interseções entre a vida dos ricos e a dos pobres, o que transcende a segregação social e a fragmentação urbana tradicional. (DAVIS, 2008; SECCHI, 2020)

A concentração de riquezas, o distanciamento, a segregação e a hierarquização geram uma heterogeneidade de espaços e comportamentos que expressam, no contexto urbano, a violência, impactando na impressão que a população tem sobre a segurança ou a insegurança no seu contexto. Haesbaert (2018), Buzan (2012) e Soares (2019, 2021) apresentam, de formas diferentes, mas muito similares, um debate em torno da segurança, mostrando quão ampla e multifacetada pode ser a conceituação do tema. Para Haesbaert, a segurança deve ser focalizada em sentido amplo,

já que diz respeito à garantia da vida e envolve os riscos e a violência, impactando na sobrevivência física. Assim, os indivíduos buscam a “segurança” de continuar vivendo. Em Buzan, o conceito vai sendo construído a partir de quatro perspectivas: tipologia de segurança, ameaças – internas e externas –, uso da força e discurso do Estado, uma “hifenização” necessária para um entendimento mais amplo e para o direcionamento nos debates sobre o tema. Por fim, Soares aborda a segurança demonstrando que pode derivar da sensação de insegurança causada por acidentes naturais, crises econômicas, dramas familiares, violências e epidemias. Assim, é uma experiência múltipla e polissêmica, englobando uma pluralidade de esferas da vida coletiva. Esse autor parte dessa perspectiva polissêmica para uma abordagem e uma conceituação da segurança pública, um tema muito importante no debate sobre a violência e a segurança urbana. Um tema tão amplo não se esgota nas abordagens desses autores; ao contrário, as abordagens aqui apresentadas derivam de outros autores que os antecederam e que foram fundamentais para reflexões e ampliação de conceituações possíveis, principalmente no tratamento de análises do contexto urbano.

Salvador é uma cidade violenta e, portanto, insegura. Quando pensamos sobre segurança e insegurança – vida e morte –, estamos pensando simultaneamente na dimensão analítica, normativa, política e, também, na construção de alternativas práticas. É necessário refletir sobre os números, suas causas e como a população acostuma-se a conviver com essa realidade. (SOARES, 2021)

Segundo dados da SSP-BA, apresentados na Tabela 1, o número de homicídios dolosos intencionais em Salvador, qualificados como CVLI ou como criminalidade letal, entre 2017 e 2019, sofreu redução de 26,92%, entretanto permanece alto se comparado a outras capitais brasileiras.

Na Bahia, a Região Metropolitana de Salvador se destaca como uma das regiões mais violentas do estado, sendo Salvador a quinta capital mais violenta do país, segundo o Atlas da Violência de 2019. A capital possuía, em 2017, uma taxa de homicídio de 63,5%, enquanto a média dos municípios do estado era 41,3%. Se a comparação for realizada entre capitais, a discrepância aumenta de forma significativa, pois para o mesmo período a taxa de homicídio da cidade de São Paulo foi de 13,2%; do Rio de Janeiro, 35,6%; e de Belo Horizonte, 26,7%. Salvador só possuía à época taxas menores que as das seguintes capitais: Fortaleza (87,9%), Rio Branco (85,3%), Belém (74,3%) e Natal (73,4%). (CERQUEIRA et al., 2019)

Tabela 1 – Número de homicídios em Salvador (CVLI), 2017 a 2019

Ano	Número de homicídios	Redução %
2017	1.445	-
2018	1.180	18,34%
2019	1.056	10,50%

Fonte: Bahia (2020).

Os homicídios dolosos são o maior problema de violência no Brasil, a questão mais candente. Vale ressaltar que a média brasileira é de 30 homicídios dolosos por 100 mil habitantes – termo de comparação utilizado internacionalmente para grandes municípios –, sendo que, em 2017, no Brasil, foram registrados 63.886 homicídios dolosos e 62 mil em 2018. Há uma naturalização da morte violenta no país. Enquanto a morte é do “outro”, é um acidente demográfico; quando essa morte se aproxima, torna-se uma tragédia, pois há rosto, endereço e identificação, gerando empatia e sensibilização. Há nessa aproximação uma “oportunidade” para a sensibilização da opinião pública; do contrário, continua a ser um dado estatístico, que gera pouca ou nenhuma mobilização empática nos sujeitos. (SOARES, 2021)

“De pouco vale escrever ou ler se não nos deixarmos dissolver por outras identidades e não recordarmos em outros corpos, outras vozes.

A questão não é apenas do domínio de técnicas de decifração do alfabeto. Trata-se, sim, de possuímos instrumentos para sermos felizes. E o segredo é estar disponível para que outras lógicas nos habitem, é visitarmos e sermos visitados por outras sensibilidades. É fácil sermos tolerantes com os que são diferentes. É um pouco mais difícil sermos solidários com os outros. Difícil é sermos outros, difícil mesmo é sermos os outros”. (COUTO, 2011, p. 71)

Em Salvador, essa realidade não é diferente. A sensação de segurança-insegurança tem contornos diferentes em cada bairro da cidade. Enquanto nos bairros ditos “nobres” o medo deriva dos crimes contra o patrimônio, consolidando o medo do “outro”, que é desconhecido e alarmado nas estatísticas, nos bairros ditos “periféricos”, são os homicídios que atormentam a população. Nessas localidades, a vítima tem nome, sobrenome, endereço, sexo, idade, cor e afeto.

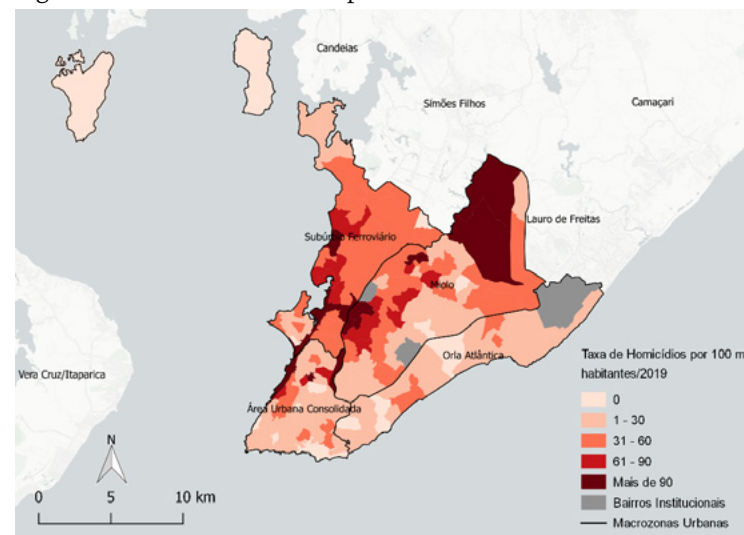
O desenvolvimento de uma cultura de violência e medo no espaço da rua poderia explicar a multiplicação das violências urbanas, que são mais acentuadas em determinados territórios, ampliando as reações de violência, apesar de toda tentativa de ação policial. Entretanto, as questões relacionadas às violências urbanas estão, para além das estatísticas, também vinculadas à discriminação, à gestão e qualificação de efetivo policial, a preocupações eleitoreiras, a interesses comerciais e à governança da segurança urbana – sendo, portanto, multifatorial. É preciso reconhecer que a segurança e a insegurança não são simples condições objetivas. (CRETTEZ, 2011; GLEDHILL; HITA; PERELMAN, 2017; HAESBAERT, 2018; SOARES, 2021)

No contexto da cidade de Salvador, a prevalência da violência letal revela as diferenças entre as condições urbanas dos bairros. A Figura 1, apresentada a seguir, revela os bairros com as maiores taxas de homicídios – mais de 90 a cada 100 mil habitantes. São eles: Retiro (1.155), Comércio (807), Granjas Rurais Presidente Vargas (466), Cassange (328), Calçada (222), Jardim Santo Inácio (218), Santa Luzia (158), Nova Esperança (155), Baixa de Quintas (153), Campinas de Pirajá (140), Lobato (130), Cajazeiras VII (126), Praia Grande (123), Calabetão (120), Alto da Terezinha (107) e Cajazeiras II (92).

Esses dados revelam que na Cidade da Bahia a violência, como em outros municípios brasileiros, intensifica-se nos bairros ditos “periféricos”, afetando principalmente os jovens com faixa etária

compreendida entre 15 e 29 anos, do sexo masculino, pretos e pardos na sua maioria. (CERQUEIRA et al., 2019)

Figura 1 – Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Salvador



Fonte: elaborada pelos autores com dados cedidos pela SSP-BA.

Essa caracterização nos ajuda a entender a negligência, a insensibilidade e a indiferença com a qual a sociedade baiana convive com esses dados, que se referem a uma realidade tão dramática e naturalizada, pois é o “outro”. Ajuda-nos também a entender que as políticas e práticas da segurança pública se baseiam em concepções de que há lugares perigosos e criminosos e pessoas também perigosas e criminosas. Essas concepções combinam preconceitos raciais com preconceitos de classe social, mas também envolvem uma série de disputas mais gerais para o controle do espaço urbano em uma cidade neoliberal, convidando à reflexão sobre as lógicas de securitização e função social da polícia. (GLEDHILL; HITA; PERELMAN, 2017)

Os registros da SSP-BA revelam que os homens negros (pretos e pardos) estigmatizados são os que compõem a categoria de vítimas de CVLI na Cidade da Bahia, como apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Caracterização dos homicídios em Salvador, 2017-2019

Ano	Sexo			Cor/raça			
	Masc	Fem	N/I	Branca	Parda	Preta	N/I
2017	1.312	111	22	11	890	110	434
2018	1.089	73	18	11	786	105	278
2019	979	75	2	10	763	117	166

Fonte: Bahia (2020).

Apesar de os homens representarem o maior número de vítimas de homicídios, ao se questionar sobre a percepção de segurança na cidade de Salvador, identificou-se que as mulheres apresentam uma maior sensação de insegurança, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Sensação de insegurança por sexo em Salvador

Sexo	Insegurança (N)	Insegurança (%)
Masculino	1.733	38,73%
Feminino	2.736	61,15%
Outro	5	0,11%
Total	4.474	100%

Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Considerando essa expressão da violência e da insegurança na cidade de Salvador, como compreender as variáveis ou os fatores que levam a essa configuração? Ao discutir segurança internacional, Buzan (2012) traz ao debate a noção de segurança,

demonstrando que está relacionada a temas políticos cruciais, como Estado, autoridade, legitimidade, política e soberania. Para ele, os debates conceituais sobre segurança devem compreender um legado histórico com as suas influências culturais e os debates políticos. Outro aspecto importante revelado na análise é que a segurança é sempre um “conceito hifenizado”, pois está sempre vinculado “[...] a um objeto de referência específico, a localidades internas e externas, a um ou mais setores e a um modo particular de pensar sobre política”. (BUZAN, 2012, p. 37)

Na discussão sobre segurança, o autor admite a centralidade de quatro questões para melhor delimitação conceitual. A primeira questão está relacionada à centralidade do Estado nesses debates, em que a segurança vincula-se a algo que precisa ser assegurado – nação, Estado, grupo étnico, meio ambiente e o próprio planeta. O Estado assume o lugar de um objeto analítico e são criadas dimensões de segurança, com medidas a serem seguidas, como segurança nacional, individual, coletiva, comunitária, ambiental, pública, entre outras. Verifica-se uma noção de Estado como ente que protege lealmente os interesses e valores de sua sociedade, o que leva ao questionamento da legitimidade do uso da violência, sendo necessário problematizar a natureza da relação entre o Estado e a sociedade. Há aqui uma inquietação, um questionamento: o “que” ou “quem” deveria ser o objeto de referência da segurança?

As ameaças internas e externas estão no centro da segunda questão e dizem respeito às discussões sobre as prerrogativas estatais e o âmbito da sua ação. Na terceira questão, é discutida a expansão da segurança vinculada ao debate sobre uso, ameaça e controle da força. Por fim, a quarta e última questão vincula-se à relação da segurança com fatores dinâmicos de ameaças, perigos e urgências, o que traz a política ao centro do debate, pois esses fatores são utilizados para reforçar discursos específicos do Estado e da política internacional. (BUZAN, 2012)

Trazer o “conceito hifenizado” de Buzan (2012) para o centro do debate nos permite pensar nas diferentes noções de segurança, avaliando as que afetam diretamente o contexto urbano, de modo que se faz necessária a reflexão sobre a dimensão teórica e prática que gira em torno da segurança. Corroborando essa forma de abordar o tema, Soares (2019) afirma que a segurança pode derivar de acidentes naturais, crises econômicas, dramas familiares e epidemias. É, portanto, uma experiência múltipla e polissêmica, englobando uma pluralidade de esferas da vida coletiva e várias dimensões da vida urbana.

Em Salvador, a insegurança e a violência, segundo Cerqueira e demais autores (2019), vinculam-se ao tráfico de drogas, mas também ganham contorno na adoção de uma linha mais reativa por parte da força policial, o que alimenta o ciclo de violência. O movimento de busca por securitização da vida, no contexto urbano, faz aumentar o sentimento de “leve insegurança” para “total insegurança”, criando nos cidadãos a necessidade de acesso aos serviços de defesa, sejam eles públicos ou privados. Nesse posicionamento, configura-se uma polarização entre o crime e a segurança pública, afetando as impressões da insegurança e da violência na cidade de Salvador.

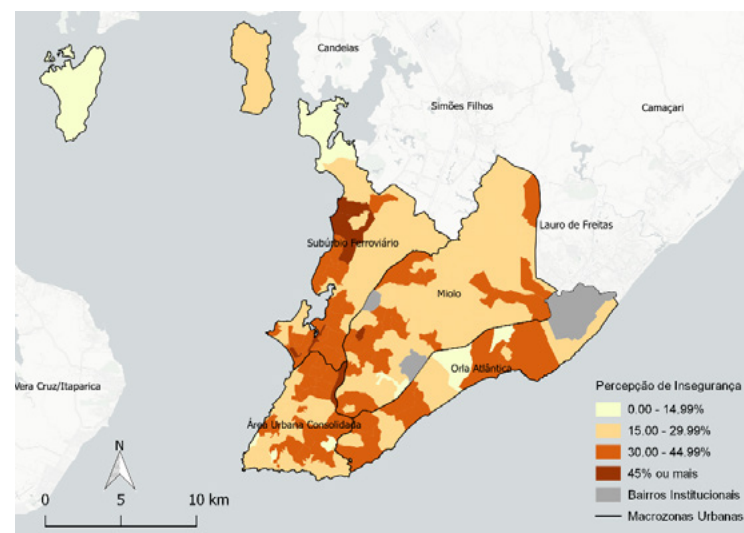
A violência e a insegurança nessa cidade, como em qualquer outra, não se resolvem atribuindo a problemática a grupos minoritários, aos pobres ou aos marginalizados. A responsabilidade pelos perigos urbanos tem variações enormes no nível de civilidade e de segurança entre grupos e entre as zonas urbanas. Há problemas e impactos complexos na criminalidade e na violência em qualquer escala: intraurbana e metropolitana. (JACOBS, 2011)

Ainda que o desenvolvimento urbano desigual seja de fato um fator que fomenta e amplia o conflito social e ainda que a percepção da violência ganhe diferentes contornos em diferentes contextos urbanos, Harvey (2013) chama a atenção para o fato de que as cidades nunca foram lugares harmoniosos, sem confusão,

conflito ou violência. A sensação de insegurança na cidade é, principalmente, fruto do desequilíbrio estrutural imposto pelo modo de produção vigente.

Salvador é uma cidade fragmentada. Subúrbio, Miolo e Orla são vetores de crescimento que exemplificam tal fragmentação. As impressões da insegurança e da violência na cidade de Salvador se expressam na percepção de insegurança da população soteropolitana, como apontado na Figura 2, apresentada a seguir. Sentem-se mais inseguros os que moram nos bairros de Jardim Santo Inácio (57,43%), Mares (53,70%), Santa Luzia (51,89%), Periperi/Colinas de Periperi/Mirante de Periperi (48,62%), Coutos/Vista Alegre (48,18%), Retiro (46,67%) e Rio Sena (46,55%).

Figura 2 – Percepção de insegurança em Salvador



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

“Muitas vezes é em nome da segurança de um grupo ou classe social que se gera a insegurança de outros, e riscos mais gerais [...]”. (HAESBAERT, 2018, p. 199)

Ainda que os bairros onde mais de 45% dos moradores responderam que não se sentem seguros no Miolo e Subúrbio, é possível notar uma dispersão geográfica da percepção de insegurança entre 30% e 44,99% em todo território soteropolitano. No Subúrbio, é possível identificar 20 bairros nessa situação; no Miolo, são 19; na Orla Atlântica, são 7; e na Área Urbana Consolidada são 17, perfazendo um total de 63 bairros.

Com o objetivo de proteger-se das diferentes violências, a ordem social dominante, que toma corpo nas cidades, constrói enclaves para residências, trabalho, lazer e consumo, retroalimentando a segregação espacial e a discriminação social. (GRAHAM, 2016) Esse movimento não é aleatório; é consequência da apropriação privada da cidade e da implementação de projetos e modelos que têm como lógica a mercantilização da cidade. Devido à expansão do sistema econômico e político atual, a cidade acaba sendo vista pelos capitalistas como um “grande negócio”, aumentando a segregação e as injustiças sociais, uma vez que a distribuição da população no espaço urbano varia de acordo com sua renda, existindo uma concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos. (MARICATO, 2015)

Por sua vez, as desigualdades existentes são retroalimentadas e se retroalimentam, sendo potencializadas pelo isolamento territorial, por meio da dificuldade de acesso a oportunidades de emprego e educacionais, concentradas em áreas centrais infraestruturadas e ocupadas pela população situada nas maiores faixas de renda, além da segregação sociocultural, que dificulta a interação social dos habitantes da cidade. (CARVALHO; PEREIRA, 2014)

Se a sensação de medo ou tranquilidade, como acredita Soares (2019, p. 56), “[...] deriva da percepção que temos de nossas interações, do contexto em que nos situamos e das circunstâncias ao redor de nós mesmos e das pessoas significativas para nós”, a recusa da cidade – enquanto locus de diversidade, encontros, manifestações e relações espontâneas – é atravessada e preenchida por sentimentos

negativos sobre o “outro” e o espaço urbano, principalmente por parte das classes médias e altas, reforçando “[...] preconceitos, na esteira da ignorância e do medo [...]”. (SOUZA, 2008, p. 75) A diferença pode resultar em intolerância e segregações, marginalidade e exclusão, podendo levar ao confronto. (HARVEY, 2013)

Os meios de comunicação, em relação à segurança urbana, cumprem um papel oportuno – e muitas vezes questionável – enquanto agentes que não só colaboram, mas também potencializam os medos, os estigmas² e a percepção de insegurança sobre o “outro”, sobre determinados territórios e sobre o espaço público. Esses meios são usados para a promoção e obtenção de lucros – comercial ou político. Nesse contexto, “[...] a mídia opera como importante elo na cadeia das desiguais produções narrativas, concorrendo para a formação diferenciada de expectativas [...]”. (SOARES, 2019, p. 120) Reforçam-se, sobremaneira, duas sensações “instaladas” na população: medo e naturalização das estatísticas sobre a violência.

Pensar numa cidade segura é pensar, como diz Gehl (2013, p. 91), numa cidade que permite que as pessoas abracem o espaço urbano. Assim, “Em geral, a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida ou vivenciada”. Dessa forma, a ordem pública não é assegurada pela polícia, apesar da sua importância para ela, mas é mantida, fundamentalmente, pela rede imbricada de controles e padrões de comportamento presentes no contexto urbano. Certamente, a governança ocupa um importante papel no equacionamento dessa problemática, porém o problema da insegurança não pode ser solucionado por meio da dispersão das pessoas, e sim pela articulação delas. (JACOBS, 2011)

2 “Lançar sobre uma pessoa um estigma corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir. Prever seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo, que dispara a violência preventivamente”. (SOARES, 2019, p. 264)

“Houve sempre enorme distância entre o que as leis determinam e o que se faz, com o beneplácito de autoridades públicas. Além de não se cumprirem, elas não se realizam de modo previsivelmente seletivo, de acordo com fatores óbvios: classe, cor, gênero e território. Ou seja, a aplicação das leis é submetida à refração imposta por crivos seletivos bastante específicos, nada aleatórios. Por essa mediação, as desigualdades nacionais estendem-se ao campo do acesso à Justiça, filtrando a fruição dos direitos. Esse envolvimento do poder público espelha e realimenta padrões hierárquicos e discriminatórios de comportamento, comuns em nossa sociedade que tão tardiamente aboliu a escravidão”. (SOARES, 2019, p. 247)

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho, entretanto a melhoria das condições de vida depende, fundamentalmente, de uma melhor distribuição de renda e de políticas públicas. São as políticas públicas que viabilizam transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo e segurança. (MARICATO, 2013) No campo da segurança pública, a mera preocupação com a retenção dos índices de criminalidade, centrada na força policial, torna-se insuficiente para lidar com a dinâmica do contexto urbano, fazendo-se necessária uma análise mais estrutural ante uma percepção imediatista para a compreensão desse fenômeno.

A insegurança e a violência na cidade de Salvador se expressam não só no cotidiano da vida urbana, mas também nos indicadores da área de segurança pública. Salvador, segundo o IBGE (2019), é o quarto município mais populoso do país, com 2,9 milhões de habitantes – e em conjunto com Salvador, São Paulo (12,25 milhões), Rio de Janeiro (6,72 milhões) e Brasília (3 milhões) somam 24,87 milhões de habitantes. Salvador é também a quinta capital mais violenta do Brasil e, entre 2017 e 2019, somou 3.381 homicídios, que nos indicadores de segurança pública representam CVLI, e 93.959 ocorrências de CVP. (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020) Apesar de os crimes contra o patrimônio terem índices muito mais altos, são os crimes violentos contra a pessoa, que resultam em homicídios, os que mais aterrorizam a população urbana, gerando a sensação de insegurança.

A imagem de cidade violenta para capital soteropolitana e os sentimentos de medo e insegurança daí decorrentes têm implicações relevantes para a cidade, pois a civilidade, a segurança, o trato e a confiança são arrefecidos e a qualidade de vida urbana se deteriora.

Está posto que o crime violento é parte de processos globais econômicos e socioculturais. Entretanto, a denominação “violento” pode ser considerada como ideológica, porque o adjetivo é utilizado para caracterizar o “outro”. De forma distanciada, refere-se a indivíduos

que não pertencem ao mesmo estado, cidade, raça, bairro, família, grupo, entre outros; trata-se de um posicionamento discriminatório e conservador que resulta no incremento do medo. (ZALUAR, 2012)

No território soteropolitano, o medo se dissemina sem que isso traga mudanças em políticas públicas de segurança e de prevenção e tratamento nas práticas sociais mais violentas. Os homicídios se intensificam entre homens jovens, quer seja pela ação da polícia, quer seja pela ação dos sujeitos da violência. As questões até aqui apresentadas – segurança, insegurança, violência e medo – nos indicam a necessidade de refletir sobre a perspectiva normativa da segurança pública.

A segurança pública é um tema vasto e complexo sobre o qual todo mundo tem um ponto de vista. Isso ocorre em função do excesso de notícias, conversas e opiniões, transmitindo a impressão de que todos falam da mesma coisa e concordam quanto ao essencial. É comum nos depararmos com a dificuldade de compreensão das causas, dimensões e consequências do que genericamente qualificamos como violência e segurança. (COSTA; LIMA, 2014; SOARES, 2019)

Na busca pela construção de um conceito de segurança, Soares (2019, p. 119) apresenta uma série de inquietações que leva a algumas conclusões sobre a segurança pública:

- 1) não se reduz à existência nem à inexistência de crimes; 2) não se esgota na presença nem na ausência de fatos visíveis e quantificáveis, embora tenha relação com a experiência emocional, física e/ou simbólica da violência intolerável; 3) incorpora a dimensão subjetiva, como o medo, que é sempre intersubjetivo, porque experimentado em sociedade; 4) é indissociável de algumas dimensões políticas fundamentais, como democracia ou ditadura, e da regência de formas locais (ou capilares e domésticas) de poder, tirânicas ou libertárias; 5) diz respeito a toda a coletividade; 6) [...] envolve as esferas pública e privada;

7) não pode ser definida por um critério fixo e permanente nem mensurada de forma abstrata e artificial; 8) depende de contextos específicos e de histórias singulares [...].

Nesse sentido, a segurança pública é social, histórica e culturalmente relativa, mesmo que se considere que essa relatividade está limitada pelos balizamentos substantivos – a violência, o regime político e as formas de poder local ou capilar. Segurança pública é “[...] a estabilização universalizada, no âmbito de uma sociedade em que vigora o Estado democrático de direito, de expectativas positivas a respeito das interações sociais, ou da sociabilidade, em todas as esferas da experiência individual”. (SOARES, 2019, p. 119)

O autor salienta que o adjetivo “positivo” chama a atenção para a inexistência do medo e da violência, que resulta na presença da confiança e que reflete um ambiente de liberdade, onde é possível usufruir dos direitos constitucionais, principalmente os que se relacionam com a incolumidade física e moral, o que reduz, para a população, a incerteza, a imprevisibilidade, o medo e a desconfiança, predominando posturas “[...] desarmadas e cooperativas, que estimulam a difusão de respostas e expectativas sociáveis e produtivas”. (SOARES, 2019, p. 120)

Para além do conceito, a segurança pública é um campo empírico e organizacional que estrutura e direciona instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado regula e administra a ordem e o conflito. (COSTA; LIMA, 2014) Os estudos sobre segurança e, em especial, segurança pública são diversos e advêm de variados campos de estudos. Aqui, nesta pesquisa, busca-se avaliar a percepção de segurança da cidade de Salvador, verificando como se constitui na escala intraurbana, de bairros. Dessa forma, é necessário compreender a dinâmica da segurança pública no contexto urbano, no estado e no país.

No Brasil, o debate sobre segurança pública deslocou o seu foco do sistema legal para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas, o que nos permite pensar nas diferentes noções de segurança, avaliando as que afetam diretamente o contexto urbano. Isto porque as discussões trazem consigo o simbolismo dos limites à ação do Estado.

É importante circunscrever historicamente os diferentes direcionamentos dados à segurança pública no país. Cano (2006) afirma que, apesar de as preocupações com políticas públicas no Brasil se acentuarem nos anos de 1960, a preocupação em relação à segurança só começa a acontecer nos anos de 1990, uma vez que o avanço da criminalidade trouxe o tema da segurança pública para a agenda política e social. Na busca por exercer um maior protagonismo na área de segurança pública, o governo se viu compelido a criar a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (Seplanseg), do Ministério da Justiça, transformada em setembro de 1997 na atual Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

A partir dos anos 2000, foram criados o Plano Nacional de Segurança Pública, o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Sistema Nacional de Segurança Pública. Em 2001, foi apresentado o Plano Nacional de Segurança Pública, que sinteticamente se apoiava nos seguintes critérios: construir um consenso com os governadores; criar o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) para disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública em todas as esferas; desconstitucionalizar as polícias; criar os Gabinetes de Gestão Integrada (GGI) da Segurança Pública; aumentar o Fundo Nacional de Segurança Pública, em negociação com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); criar a emenda constitucional da desconstitucionalização das polícias e normatização do Susp; e celebrar o Pacto pela Paz. (DIAS, 2010)

Figura 3 – Principais iniciativas do Governo Federal em segurança pública, 1995-2018



Fonte: Brasil (2018, p. 32).

Ao longo desse período, alternativas para os modelos de ações e gestão de segurança pública foram concebidos, tais como: policiamento comunitário para trabalho preventivo; ações transversais das secretarias de estado, por exemplo: educação e segurança; diálogos setoriais; Planos Plurianuais (PPA), um plano de médio prazo (quatro anos) que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas a serem seguidos pelo Governo Federal, estadual ou municipal; fortalecimento da integração das ações; e melhoria das instituições e do sistema penitenciário. Foi ampliado, também com investimentos, o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci) e estabelecido o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). (DIAS, 2010)

Nessa articulação, cada unidade membro da federação responde por sua política de segurança, e o presidente responde pela política de segurança do país – perante outras nações e órgãos internacionais. Com as normas jurídicas estabelecidas para acesso ao

Fundo Nacional de Segurança Pública – criado a partir da Medida Provisória nº 2.029/00 –, fincou-se o objetivo de apoiar projetos na área de segurança pública e prevenção à violência em alinhamento com a aceitação do Susp pelos estados. (DIAS, 2010)

O Susp prevê a integração prática das agências de justiça criminal dentro dos marcos legais, unindo federação, estados e municípios. A integração prática ocorre subordinada ao GGI da Segurança Pública, um fórum deliberativo e executivo composto por representantes das agências de segurança pública e justiça criminal. O que se observa é uma tentativa de alinhamento ao Susp como condição para acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Isso obriga estados e municípios a uma submissão às metas e diretrizes da União, que propõe uma articulação sistêmica. O

[...] fundo foi convertido em mecanismo de viabilização financeira da nova política de segurança nos estados [...] sendo usado como instrumento de motivação para que os governos se incorporassem

ao ‘pacto nacional pela democratização da segurança Pública’. (DIAS, 2010, p. 183)

O poder federal tem o papel, sobretudo, de incentivar, por meio de financiamentos, intervenções nos estados que atendam a certos requisitos técnicos e políticos. A segurança pública é, então, fundamentalmente, de competência dos estados. Dessa forma, cada estado possui as suas forças policiais – polícia civil e polícia militar – e seu tribunal de justiça, alinhando-se ao modelo federativo, e a esfera municipal tem papel principalmente na área da prevenção, mas a expansão das guardas municipais já incluem tarefas de repressão. (CANO, 2006)

Apesar da articulação administrativa e político-institucional proposta, a criminalidade no país não foi reduzida, o que demonstra que a segurança não depende tão somente da estruturação da força policial, como afirmam Buzan (2012) e Soares (2019). Assim, a percepção dos cidadãos de crescente insegurança provoca, ao longo dos últimos anos, uma pressão social para que todas as autoridades tomem medidas no campo da segurança pública, independentemente de suas competências oficiais. “Com frequência, os governos reagem diante dos casos com repercussão pública, particularmente os que se destacam na imprensa, para dar uma resposta de curto prazo [...]”. (CANO, 2006, p. 141)

As classes médias e altas de todas as cidades, incluindo Salvador, cobram posicionamento do Estado em relação aos indicadores de criminalidade – CVP ou CVLI –, e a população que mora na periferia, forte candidata a se somar aos dados estatísticos, teme o incremento da ação policial. As respostas às ações criminosas são ambíguas se considerarmos a noção de Estado protetor. “Se, como supõem os analistas, é dever do Estado proteger seus cidadãos contra certos perigos básicos [...] então cabe também supor que todos os segmentos da sociedade têm direito a ser igualmente protegidos”. (LEEDS, 2012,

p. 287) De fato, na periferia, o crime organizado estabelece um sistema de “segurança” paralelo, protegendo a população e estabelecendo um sistema próprio de “justiça” – quando suspeitam de um informante ou descobrem crimes e delitos praticados no bairro, punem duramente, com expulsão ou morte.

Nos problemas relacionados à ação policial, as deficiências mais comuns apontadas na área de segurança são: falta de investimento suficiente, implicando baixos salários para os escalões inferiores das polícias, precarizando o trabalho e a vida do policial; formação deficiente dos agentes policiais; herança autoritária, já que historicamente a polícia defende o Estado e, conseqüentemente, as elites que o dirigiam atuando contra indivíduos que figuram como perigo; e necessidade de transição do modelo de uma polícia de controle do cidadão e da propriedade privada para uma polícia de proteção das pessoas. (LEEDS, 2012; SOUZA, 2008; ZALUAR, 2018)

De forma mais ampla, além do caráter de classe, o Estado brasileiro conserva resquícios de sua formação colonial e oligárquica, como a prisão especial para as pessoas com formação universitária ou a insistência no modelo da guerra como referência para as operações de segurança pública, com o aniquilamento do “inimigo” sem ater-se ao significado político e social das suas ações. (SOUZA, 2008; ZALUAR, 2018)

A cidade de Salvador é composta por três Regiões Integradas de Segurança Pública (Risps), a saber: Atlântica, Central e Baía de Todos os Santos, cada uma composta por um conjunto de Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisps). A primeira região é formada por sete Aisps; a segunda, por três; e a última, por seis. Muitos desses territórios correspondem aos vetores de expansão da cidade, impulsionados pelo investimento seletivo em políticas habitacionais, surgimento de novas centralidades e articulação entre poder público e capital privado. (CARVALHO; PEREIRA, 2014)

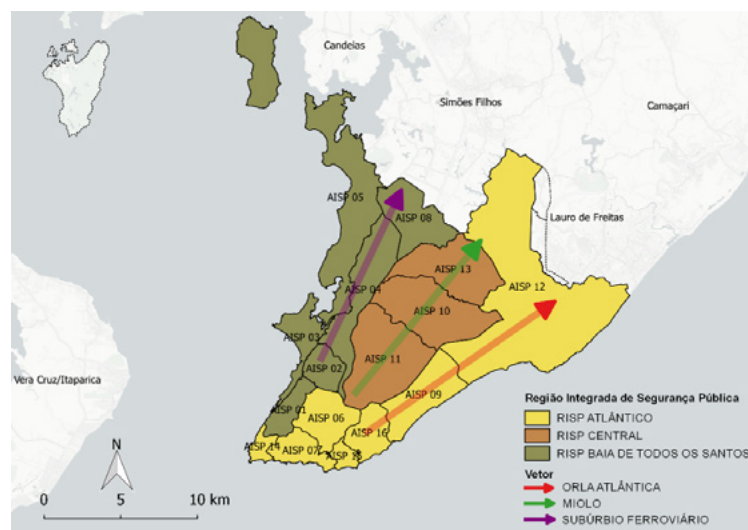
[...] cabe às polícias e aos órgãos de segurança pública zelar pelo respeito aos direitos dos cidadãos, sobretudo os fundamentais – entre eles e com destaque: a vida, a liberdade, a incolumidade física e moral, a dignidade humana. Na medida em que a finalidade e suas derivações forem observadas, em escala satisfatória, instala-se o ciclo virtuoso da estabilização generalizada de expectativas positivas – expectativas quanto ao respeito às regras que regem a sociabilidade no cotidiano dos cidadãos”. (SOARES, 2019, p. 127)

O primeiro vetor, Orla Atlântica, corresponde à Risp Atlântica; o segundo vetor, o Miolo e a Área Urbana Consolidada de Salvador, corresponde à Risp Central; por fim, o vetor Subúrbio Ferroviário corresponde à Risp Baía de Todos os Santos. Ressalta-se que os vetores Miolo e Subúrbio correspondem a territórios marcados por déficit habitacional e falta de investimentos e serviços básicos. (CARVALHO; PEREIRA, 2014)

A Figura 4 traz a espacialização da SSP-BA para Risps e Aisps, levando em conta os principais vetores de urbanização em Salvador.

“O que importa não são os números, multidões ou o tamanho da cidade, e sim a sensação de que o espaço da cidade é convidativo e popular; isso cria um espaço com significado [...] Se transferirmos o foco da defesa da esfera privada para uma discussão geral sobre ‘sentir-se seguro’ enquanto se caminha pelo espaço público, encontraremos uma conexão clara entre o objetivo de reforçar a vida na cidade e o desejo de segurança”. (GEHL, 2015, p. 93)

Figura 4 - Risps e vetores de urbanização de Salvador



Fonte: elaborada pelos autores com dados de Bahia (2020) e Carvalho e Pereira (2014).

O papel de cada uma das estruturas político-administrativas nessa divisão territorial da SSP-BA está diretamente associado e

determinado pela necessidade de controle do fenômeno da criminalidade - CVLI e CVP.

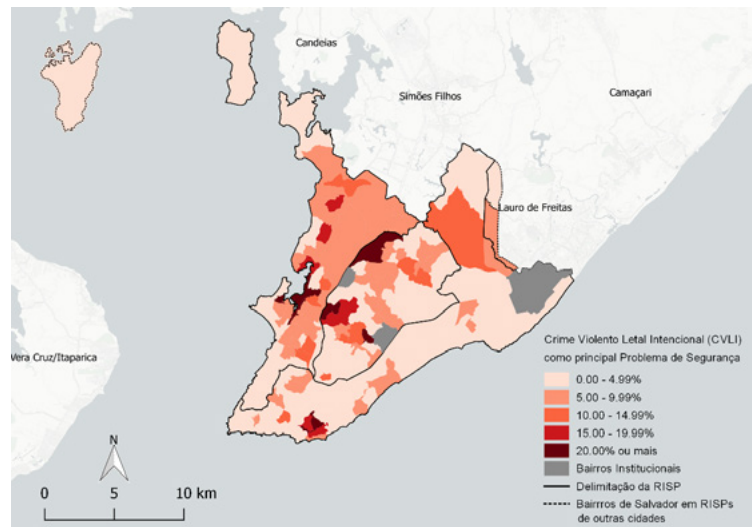
Nessas estruturas, a Polícia Militar da Bahia tem a função constitucional de realizar o policiamento ostensivo. Em sua estrutura, cabe a uma Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM) a responsabilidade pela “execução das atividades de polícia ostensiva de segurança em suas respectivas áreas/áreas especiais de responsabilidade territorial, em articulação com os respectivos Comandos de Policiamento Regionais e acompanhamento técnico do Comando de Operações PM”. (BAHIA, 2015, p. 167)

Por sua vez, a polícia civil tem função de polícia judiciária e apuração de infrações penais. No caso de ocorrência de uma morte violenta, podem ser responsáveis pela investigação a Delegacia de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) ou a Delegacia Territorial (DT), a depender da decorrência da morte com outros crimes. Havendo relações com outros crimes, como lesão seguida de morte, a responsabilidade é das DTs da área onde o crime ocorreu. Havendo um elemento qualificador do crime, a responsabilidade é da DHPP, que tem três unidades na capital baiana, sendo uma para cada Risp.

No que diz respeito aos CVLI, a concentração, na percepção dos moradores da cidade de Salvador, está no vetor Subúrbio Ferroviário, sendo os bairros Santa Luzia (27,36%), Mangueira (21,10%) e Lobato (20,74%) os que apontam indicador acima de 20%, e os bairros Rio Sena (17,65%), Nova Constituinte (17,30%) e São João do Cabrito (16,54%) possuem indicador entre 15 e 20%. No vetor Miolo, Águas Claras (26,67%), Calabetão (25,59%), Jardim Santo Inácio (25,14%) e Arenoso (25,95%) apresentam um indicador acima de 20%, e o bairro Mata Escura é o único que apresenta um indicador entre 15% e 20%. Já no vetor Orla Atlântica, Vale das Pedrinhas (22,53%) e Santa Cruz (20,22%) apresentam mais de 20% na percepção de

CVLI, e os bairros Chapada do Rio Vermelho (19,48%) e Nordeste de Amaralina (17,9%) apresentam um indicador de 15 a 20%, como apresentado na Figura 5.

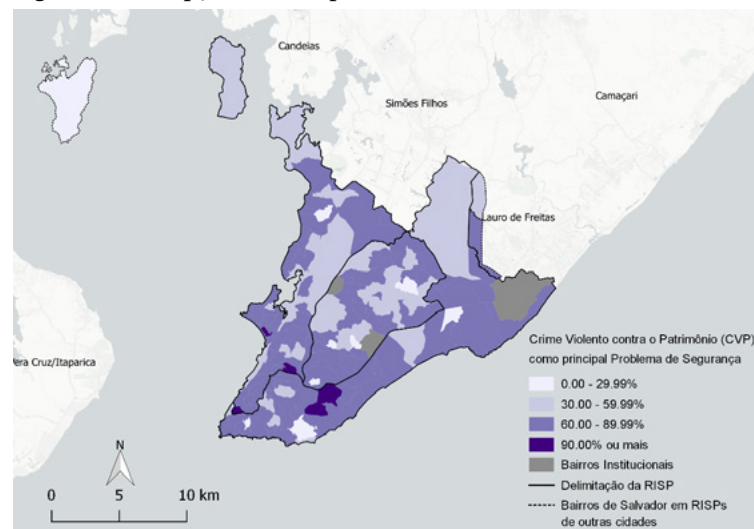
Figura 5 - Percepção de CVLI por bairro em Salvador



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Em relação aos CVP, como apresentado na Figura 6, há uma distribuição quase homogênea por toda a cidade, destacando-se ilhas de violência nas quais mais de 90% da população registra uma incidência maior de percepção de vulnerabilidade: Mares (98,15%), Canela (94,12%), Caminho das Árvores (91,39%), Cidade Nova (90,65%) e Itaigara (90,29%). Dois desses bairros encontram-se na Risp Baía de Todos os Santos (Mares e Cidade Nova) e os outros três encontram-se na Risp Atlântica (Caminho das Árvores, Canela e Itaigara).

Figura 6 - Percepção de CVP por bairro em Salvador



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

É possível afirmar que os desafios para tratar da segurança pública no contexto urbano são muitos. É preciso avançar nesse debate no conjunto da sociedade e criar as bases para a redefinição de concepção e modelo de segurança pública, particularmente no que concerne à possibilidade e necessidade de construção de políticas públicas para segurança, a partir de paradigmas pautados em princípios democráticos, aos quais se torna indispensável o exercício da cidadania, do direito de igualdade, da justiça social; enfim, o pleno direito à cidade. O destinatário da segurança pública deve ser a cidadania, e a expressão “segurança pública” deve significar estabilização de expectativas positivas quanto à cooperação social e à fruição dos direitos. (SOARES, 2019)

A segurança urbana: um caminho possível?

O século XXI marcou a consolidação da condição de vida e de moradia do homem moderno – a cidade é a nossa casa. De acordo com Graham (2016), estima-se que, até 2050, 75% da população mundial residirá em cidades. Com o crescimento urbano acelerado, os problemas urbanos se intensificam. As cidades ordenadas, planejadas de forma mais democrática, oferecem mais segurança, enquanto as cidades desiguais caracterizam-se pela segregação ou ineficiência de serviços públicos, intensa criminalidade e forte presença de contingente de agentes de segurança, impactando na sensação de segurança e insegurança dos seus habitantes. A desigualdade social e econômica é o pano de fundo para os altos índices de criminalidade, e as tentativas privadas de proteção à vida e à propriedade – arames farpados, grades, patrulhamento em áreas residenciais, segurança privada, placas ameaçadoras, enclaves fechados, entre outras – não vão resolver essa problemática. (GRAHAM, 2016)

Ao caminhar em Salvador, nos deparamos com as mais segregadas e agressivas tentativas de proteção. Os diferentes bairros revelam o esforço individual da população. Nos bairros mais vulneráveis, social e economicamente, as grades se multiplicam; são locais nos quais a população se refugia atrás das grades e do arame farpado. Nos bairros chamados nobres, onde moram as classes média e alta, o patrulhamento, a segurança privada e as placas ameaçadoras explicitam o foco da defesa da esfera privada. A violência, o medo e a insegurança, em uma sociedade marcadamente individualista, fragmentada e dividida, levam à valorização da segurança numa perspectiva individual, com uma visão distorcida sobre o que poderia trazer mais segurança para a cidade.

Na percepção dos soteropolitanos a respeito dos elementos que poderiam trazer mais segurança ao seu bairro, há um direcionamento

para a demanda de ação do Estado. Quando questionados sobre o que poderia trazer segurança para seu bairro, os moradores de Salvador apontam para o policiamento ostensivo (21,51%), ronda no bairro (19,10%) e investimentos socioeducacionais (11,46%) (Figura 7).

Figura 7 – Fatores que poderiam trazer mais segurança ao bairro na visão dos moradores de Salvador



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

As categorias de análise utilizadas para essa questão foram retiradas do Plano Estadual da Segurança Pública (Planesp) de 2012-2015, edição mais atualizada à época da estruturação do questionário utilizado para a pesquisa de campo.

Observa-se que, apesar das diferenças em termos socioeconômicos e de infraestrutura entre bairros, é o policiamento que aparece como pré-requisito para a segurança. Seria o policiamento um recurso capaz de trazer segurança para Salvador? A resposta seria “sim”, na concepção dos moradores. Essa é uma concepção influenciada

por uma compreensão estreita, como apresenta Cano (2006), ao falar das políticas de segurança pública no Brasil e das tentativas de modernização e democratização *versus* a guerra contra o crime ou dos interesses que fundamentam a securitização da vida urbana.

Ao contrário da busca frenética por segurança pública, a centralidade da redução nos níveis de insegurança, violência e medo está na segurança urbana, pois as cidades precisam ser planejadas e desenvolvidas para que se tornem vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, reforçando sua função social, funcionando como locais de encontro e contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva e democrática. A cidade deve ser um espaço plural, que comporte os diversos agrupamentos humanos, proporcionando espaço para as mais diferentes manifestações sociais, que também são aspectos de manutenção da segurança, benéficos para as ruas. (GEHL, 2015; JACOBS, 2011) Assim, é preciso reforçar a segurança real e percebida, pois esse é um pré-requisito para a utilização do espaço comum da cidade. “Uma cidade viva se torna uma cidade valorizada e, assim, uma cidade também mais segura”. (GEHL, 2015, p. 99)

A segurança urbana é, então, um caminho possível? Essa é uma questão de difícil resposta em função do atual modo de produção em um contexto de neoliberalização, o que afeta sobremaneira a economia, as relações sociais, o meio ambiente e a política, ampliando as desigualdades e a concentração da riqueza socialmente produzida, hierarquizando os espaços urbanos e mercantilizando as cidades. Salvador, como tantas outras cidades, tem-se constituído em um recurso, em objeto *per se*, de acumulação de capital e de poder. Nesse projeto, o pleno direito de usufruto à cidade restringe-se dia após dia.

Carbonari e Lima (2016) se referem a uma concepção de direito à cidade na qual a cidade para todos requer uma segurança com

características essencialmente distintas, voltadas à preservação da vida e da liberdade individual e coletiva. Sem esses elementos, os moradores não têm como se converter em cidadãos, não têm o pleno direito de usufruto da cidade. (AMANAJÁS; KLUG, 2018)

Em pleno século XXI, o direito de livre trânsito dos indivíduos dentro do território urbano de forma segura é um fator fundamental para que a cidade seja benfazeja para os seus cidadãos. Gehl (2015) ressalta que é necessária a visão de uma sociedade democrática, para que todos tenham o direito efetivo de ir e vir, de deslocar-se e usufruir da cidade no seu dia a dia. Uma concepção democrática de segurança urbana deveria, então, ter como foco o cidadão, e não a propriedade; a vida individual e coletiva, e não interesses privados e corporativos.

A segurança urbana como um caminho possível demanda que a sensação individual e coletiva de segurança seja reforçada a partir do estímulo à criação de modelos inclusivos de desenvolvimento e de gestão, como também de reforço de estruturas de sociabilidade. Na cidade, nos bairros, nas vizinhanças, nos conjuntos habitacionais e nas práticas culturais, existem redes de solidariedade que, quando combinadas com designações e signos da vida urbana, ajudam a reforçar o sentimento de filiação com o bairro, a cidade, ampliando a sensação de segurança para o grupo, o morador e a pessoa; ou seja, se fortalece a vinculação entre filiação territorial e segurança. (GEHL, 2015) Os bairros, as vizinhanças, os conjuntos habitacionais e as moradias individuais, bem como os grupos, os domicílios e as pessoas, em Salvador, precisam de novas possibilidades de realização na cidade, na sociedade – requisitos necessários para uma construção diversa do que é viver em segurança.

O que estamos qualificando como segurança urbana abrange múltiplos aspectos. Desse modo, não é possível, aqui, construir um conceito fechado, pois se trata de uma categoria de análise que

pode sofrer influência de variados campos de estudo e incontáveis práticas e experiências individuais e coletivas de vida. Carvalho (2015) sugere que a sensação de segurança urbana é derivada da triangulação entre formas particulares de apropriação do território, a multiplicidade e diversidade da ação individual e coletiva, o que significa que o exercício da segurança urbana e sua correspondente sensação de segurança são construções do cidadão e da sociedade.

A triangulação dos fatores apresentados por Carvalho (2015) sugere a necessidade de constituição de pilares fundamentais de modo a conceber um ambiente urbano seguro. A segurança urbana amplia-se à medida que é assegurada, na cidade, a necessária triangulação entre apropriação do território, ação individual e coletiva e inibição da prática criminal.

Em relação ao território, Rogers (2015, p. XI) afirma que “Bairros bem planejados inspiram os moradores, ao passo que comunidades mal planejadas brutalizam seus cidadãos”. Assim sendo, lugares bem cuidados e agradáveis emitem uma maior sensação de segurança, ao passo que locais mal cuidados ou degradados provocam uma sensação de ansiedade e medo. O planejamento existente em nossas cidades, especialmente em Salvador, é centralizado, beneficia sobremaneira classes sociais específicas e é profundamente perpassado por questões de gênero e de classe. (FIGUEIREDO, 2018)

Ainda nesse contexto, Gehl (2015) sinaliza a necessidade de um melhor planejamento da circulação nas cidades, deixando de priorizar veículos e privilegiando pedestres e ciclistas, estimulando-os ao uso dos espaços públicos. Nesse sentido, é preciso recriar e reinventar o espaço público.

Figueiredo (2018) elenca o elemento da segurança pública como fator essencial às operações de deslocamento dos pedestres, visto que essa modalidade de transporte deve ser levada em consideração no desenho dos espaços públicos, ressaltando o uso e o respectivo

direito à cidade. Conforme Jacobs (2011) aponta, “a calçada que funciona é uma barreira ao crime”, reforçando a relação simbiótica e interdependente entre uso das calçadas e percepção de segurança, trazendo a sociabilidade que se dá nas vias, as teias comunitárias que se conformam e se configuram nesse espaço.

Para Jacobs (2011), o planejamento dos espaços públicos de lazer, como parques, muitas vezes, é uma tarefa complexa. Os agentes governamentais devem considerar diversos aspectos na formulação e no desenvolvimento desses espaços, como o local a ser instalado, os equipamentos de uso comum, o público que poderá fazer uso ou ainda estar apenas de passagem e o propósito de atender às demandas sociais, para que seja possível ter um adequado nível de efetividade da intervenção urbana na cidade. Nesse sentido, a participação do cidadão no processo de planejamento da cidade, do seu bairro, e na definição de ações, serviços e infraestrutura a serem implementados é um elemento de fundamental importância para a construção de uma noção de pertencimento e de apropriação da cidade.

A percepção do entorno é um elemento fundamental para a decisão individual e coletiva de apropriação e permanência em determinado espaço, influenciando a decisão, a escolha de ir, de como ir e vir. (GEHL, 2015) Por diversas vezes, os noticiários locais transmitem informações sobre assaltos, acidentes e outras formas de violência que têm lugar nos espaços públicos da cidade. Esses registros são de fundamental relevância na constituição do imaginário social, o que gera medo e distanciamento do espaço público, afetando o comportamento do cidadão – é nesse contexto que o lazer passa cada vez mais a ser associado ao uso de espaços privados e de consumo, como os *shopping centers*.

No que concerne à inibição da prática criminal, que tem registro em toda e qualquer sociedade, ainda que com escala e natureza muito diferenciadas, Gehl (2015) destaca a necessidade

da existência de espaços que estimulem sociabilidade e interação. O compartilhamento e a interação são estratégias preventivas frente a atos criminosos, levando ao aumento da sensação de segurança nos espaços públicos.

Desse modo, é o uso do espaço público que pode torná-lo mais seguro. Jacobs (2011) relata a necessidade de movimentação das ruas, com a existência de elementos atrativos, que estimulem a população a se apropriar e fazer uso dela, mantendo a concepção de vigilância coletiva, os chamados “olhos da rua”, o que reflete a importância da movimentação de pessoas e atividades para coibir possíveis usos e apropriações que se contraponham aos interesses da coletividade.

O Estado democrático de direito, em suas várias escalas, possui importante papel na prevenção da violência e no estímulo para construção da segurança urbana, uma vez que implementa políticas de desenvolvimento (que impactam diretamente o acesso ao trabalho) e é o responsável pela gestão dos serviços públicos (saúde, educação), do patrimônio (monumentos, imóveis públicos) e dos espaços públicos (ruas, praças). Essas áreas apresentam, de acordo com Carbonari e Lima (2016), um enorme potencial no desenvolvimento de políticas de prevenção da violência, sendo esse um tema intersetorial, indo muito além da segurança pública e, de forma mais específica, da ação policial. Efetivamente, mais uma vez, é preciso registrar que o combate à violência não se dá apenas por meio da repressão, mas também pelos meios de prevenção.

A estruturação dos espaços urbanos possui, assim, um papel fundamental na redução da criminalidade, da violência, do medo e da insegurança, pois espaços segregados, somados à carência de recursos e serviços, como educação, cultura e lazer, proporcionam o aumento dos indicadores de violência e, conseqüentemente, da insegurança. Para Oliveira (2001), desenvolvimento social e cidadania precisam estar associados quando se trata de questões relativas à

construção de coletivos. “Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito [...]”. (HARVEY, 2013, p. 80) Assim, é preciso assegurar aos soteropolitanos oportunidades de ocupação dos espaços públicos de maneira segura e democrática. Os moradores da Cidade da Bahia devem usufruir dos espaços públicos, do direito à segurança, da equidade e dos direitos coletivos, tendo oportunidades iguais e acesso às políticas públicas que consolidam esses benefícios. (AMANAJÁS; KLUG, 2018)

Referências

- AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à cidade, cidade para todos e estrutura sociocultural urbana. *In*: COSTA, Marco Aurélio; FAVARÃO, César Bruno; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz (org.). *A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação*. Brasília, DF: IPEA, 2018. p. 29-44.
- BAHIA. Polícia Militar. *Separata nº 237*. Salvador: Polícia Militar do Estado da Bahia, 2015.
- BAHIA. Secretaria da Segurança Pública. *Plano Estadual da Segurança Pública PLANESP: Governo da Bahia 2012 a 2015*. Salvador: SSP, 2011.
- BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. *Registros de ocorrências policiais no município de Salvador - período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2019*. Salvador, 2020.
- BRASIL. Ministério da Segurança Pública. *Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2018-2028*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.justica.gov.br/news/copy_of_PlanoePolticaNacionaldeSeguranaPblicaDefesaSocial.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.
- BUZAN, Barry. *A evolução dos estudos de segurança internacional*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

- CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 136-155, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452006000200007&lng=en&rm=iso. Acesso em: 24 jul. 2020.
- CARBONARI, Flávia; LIMA, Renato Sérgio de. Cidades seguras. In: COSTA, Marco Aurélio (org.). *O estatuto da cidade e a habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana*. Brasília, DF: IPEA, 2016. p. 85-108.
- CARVALHO, Ana Carolina. *A segurança urbana e o desenho do espaço público: contributos para a prevenção do crime e de incivilidades*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Policiais) – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa, 2015.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. As cidades de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. Salvador: Edufba, 2008. p. 81-108.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (ed.). *Salvador: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17348/1/Salvador%20-%20Transformac%CC%A7o%CC%83es%20na%20Ordem%20Urbana%20%28Ebook%29.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- CERQUEIRA, Daniel *et al.* Atlas da violência retratos dos municípios brasileiros - 2019. Rio de Janeiro: IPEA: FBSP, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8021-atlasdaviolencia2019municipios.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- CERQUEIRA, Daniel *et al.* *Atlas da violência - 2020*. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- COSTA, Arthur Trindade; LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZAVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 482-490.
- COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano?* e outras intervenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CRETTEZ, Xavier. *As formas de violência*. São Paulo: Loyola, 2011.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DIAS, Lúcia Lemos. *A política de segurança pública entre o monopólio legítimo da força e os direitos humanos: a experiência da Paraíba no pós 1988*. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- FIGUEIREDO, Caroline Arsego de. *Interfaces térreas entre edificações e espaços abertos públicos: efeitos para estética, uso e percepção de segurança urbana*. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- FIGUEIRÊDO, Cristiane de Fátima; MAIA, Maria Leonor Alves. *O pedestre e seu ambiente de circulação: condições e avaliação dos deslocamentos a pé nas cidades*. [S. l.], 2013.
- GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano. Introdução a questão urbana, hoje. In: GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano (org.). *Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade*. Salvador: Edufba, 2017. p. 31-46.
- GRAHAM, Stephen. *Cidade sitiadas: o novo urbanismo militar*. Tradução Alyne Azuma. São Paulo: Boitempo, 2016.

- HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. E-book.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- HARVEY, David. A liberdade das cidades. In: HARVEY, David *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- IBGE. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012. E-book.
- MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: HARVEY, David *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis, 2001.
- RIBEIRO, Lauro Talho. Tecnologias inteligentes de vigilância: percepções sobre segurança e visibilidade nos centros urbanos. In: TEFFÉ, Chiara de; BRANCO, Sérgio; VICENTE, Victor (org.). *Cidades inteligentes em perspectivas*. Rio de Janeiro: Obliq, 2019. p. 111-129.
- ROGERS, Richard. Prólogo. In: GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. Tradução Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. XI.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2017. E-book.
- SANTOS, Milton. Território e cidadania. In: SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.
- SECCHI, Bernardo. *A cidade dos ricos e a cidade dos pobres*. [Belo Horizonte]: Âyiné, 2020. E-book.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Violência e segurança pública*. Porto Alegre: Ed. PUC-RGS, 2021. E-book.
- SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- ZALUAR, Alba Maria. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (org.). *Um século de favela*. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012. E-book.
- ZALUAR, Alba Maria. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ZALUAR, Alba Maria. Retomar o debate logo. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 357-363, 2018. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1668/2243>. Acesso em: 20 jan. 2021.

APÊNDICE

Crime Violento Letal Intencional (CVLI), Crime Violento contra o Patrimônio (CVP) e percepção de insegurança por bairro em Salvador, 2018-2020

Bairro	População	CVLI	CVP	CVLI por 10.000 habitantes	CVP por 10.000 habitantes	Percepção de insegurança (%)
Acupe	16.144	3	95	1,86	58,84	30,28
Águas Claras	34.422	17	358	4,94	104,00	40,23
Alto da Terezinha	13.099	14	19	10,69	14,51	35,85
Alto das Pombas	5.170	0	20	0,00	38,68	11,76
Alto do Cabrito	14.777	10	174	6,77	117,75	42,50
Alto do Coqueirinho	10.490	4	48	3,81	45,76	16,28
Amaralina	5.942	0	133	0,00	223,85	15,15
Areia Branca	78.535	11	84	1,40	10,70	40,82
Arenoso	11.309	1	35	0,88	30,95	27,03
Arraial do Retiro	7.727	4	78	5,18	100,95	24,72
Bairro da Paz	19.738	7	73	3,55	36,99	10,53
Baixa de Quintas	3.258	5	138	15,35	423,62	34,69
Barbalho	10.699	1	86	0,93	80,38	33,02
Barra	23.781	2	121	0,84	50,88	21,43
Barreiras	20.051	14	132	6,98	65,83	30,68
Barris	6.403	2	244	3,12	381,05	39,80
Beiru/Tancredo Neves	46.659	19	294	4,07	63,01	32,71
Boa Viagem	2.413	1	123	4,14	509,72	24,14
Boa Vista de Brotas	3.708	0	59	0,00	159,11	39,42
Boa Vista de São Caetano	16.669	8	20	4,80	12,00	36,70
Boca da Mata	9.787	5	86	5,11	87,88	31,25
Boca do Rio	44.754	19	161	4,25	35,97	34,33
Bom Juá	12.496	4	120	3,20	96,03	38,24
Bonfim	11.048	2	383	1,81	346,66	26,00
Brotas/Horto Florestal	80.489	12	1384	1,49	171,95	30,43
Cabula	27.016	2	424	0,74	156,94	22,83

Bairro	População	CVLI	CVP	CVLI por 10.000 habitantes	CVP por 10.000 habitantes	Percepção de insegurança (%)
Cabula VI	13.273	1	107	0,75	80,61	20,55
Caixa d'Água	22.292	3	139	1,35	62,35	31,13
Cajazeiras II	1.090	1	19	9,17	174,28	21,43
Cajazeiras IV	3.602	1	72	2,78	199,90	39,29
Cajazeiras V	5.408	3	52	5,55	96,16	38,60
Cajazeiras VI	7.343	6	46	8,17	62,64	39,24
Cajazeiras VII	3.976	5	19	12,58	47,79	20,48
Cajazeiras VIII	15.478	11	116	7,11	74,94	24,55
Cajazeiras X	8.672	3	80	3,46	92,26	22,62
Cajazeiras XI	15.535	4	128	2,57	82,40	22,22
Calabar	5.935	0	4	0,00	6,74	9,09
Calabetão	6.663	8	39	12,01	58,53	32,35
Calçada	5.407	12	536	22,19	991,33	42,42
Caminho das Árvores	22.391	2	354	0,89	158,10	30,56
Caminho de Areia	13.085	3	234	2,29	178,83	35,45
Campinas de Pirajá	8.579	12	149	13,99	173,68	23,23
Canabrava	19.677	1	96	0,51	48,79	20,35
Candeal	15.891	6	50	3,78	31,46	14,55
Canela	6.292	1	101	1,59	160,51	27,94
Capelinha	17.277	6	15	3,47	8,68	32,73
Cassange	3.351	11	108	32,82	322,27	25,00
Castelo Branco	32.472	12	380	3,70	117,02	25,64
Centro Histórico	3.859	3	178	7,77	461,29	18,92
Centro/Dois de Julho	16.979	4	597	2,36	351,62	31,58
Chapada do Rio Vermelho	21.686	7	39	3,23	17,98	35,06
Cidade Nova	18.737	3	154	1,60	82,19	42,99
Comércio	1.735	14	375	80,71	2161,96	13,51
Cosme de Farias	36.438	10	213	2,74	58,46	26,60
Costa Azul	27.638	0	61	0,00	22,07	17,86
Coutos/Vista Alegre	25.513	13	79	5,10	30,96	48,18

Bairro	População	CVLI	CVP	CVLI por 10.000 habitantes	CVP por 10.000 habitantes	Percepção de insegurança (%)
Curuzu	16.828	3	91	1,78	54,08	33,03
Dom Avelar	11.764	2	71	1,70	60,35	17,24
Doron	5.711	3	52	5,25	91,05	18,37
Engenho Velho da Federação	23.645	8	66	3,38	27,91	34,15
Engenho Velho de Brotas	27.507	4	237	1,45	86,16	21,10
Engomadeira	11.965	2	6	1,67	5,01	17,98
Fazenda Coutos	22.876	9	53	3,93	23,17	26,55
Fazenda Grande do Retiro	60.489	29	235	4,79	38,85	40,71
Fazenda Grande I	12.452	4	34	3,21	27,30	22,77
Fazenda Grande II	16.334	3	84	1,84	51,43	21,21
Fazenda Grande III	9.640	0	53	0,00	54,98	24,47
Fazenda Grande IV	7.895	1	68	1,27	86,13	24,05
Federação	38.657	8	469	2,07	121,32	35,45
Garcia	14.709	2	145	1,36	98,58	26,26
Graça	20.160	1	36	0,50	17,86	22,00
Granjas Rurais Presidente Vargas	1.501	7	151	46,65	1006,25	16,30
IAPI	22.476	4	353	1,78	157,06	44,66
Ilha de Bom Jesus dos Passos	4.391	0	0	0,00	0,00	0,00
Ilha de Maré	5.340	0	1	0,00	1,87	18,27
Ilha dos Frades	1.987	0	0	0,00	0,00	0,00
Imbuí	36.543	4	210	1,09	57,47	31,37
Itacaranha	15.554	9	242	5,79	155,59	41,28
Itaigara	13.193	0	53	0,00	40,17	20,59
Itapuã	73.033	21	1375	2,88	188,27	41,94
Itinga	78.535	27	200	3,44	25,47	29,36
Jaguaripe I	8.516	4	2	4,70	2,35	17,82
Jardim Armação	10.439	3	56	2,87	53,64	28,99
Jardim Cajazeiras	8.628	6	70	6,95	81,13	37,11

Bairro	População	CVLI	CVP	CVLI por 10.000 habitantes	CVP por 10.000 habitantes	Percepção de insegurança (%)
Jardim das Margaridas	12.825	6	100	4,68	77,98	41,56
Jardim Nova Esperança	16.589	4	46	2,41	27,73	23,44
Jardim Santo Inácio	8.701	19	67	21,84	77,00	56,88
Lapinha	6.873	1	135	1,45	196,42	27,19
Liberdade	47.009	14	832	2,98	176,99	35,19
Lobato	27.605	36	463	13,04	167,72	37,96
Luiz Anselmo	15.888	2	144	1,26	90,63	28,87
Macaúbas	8.417	7	40	8,32	47,52	34,95
Mangueira	12.224	5	21	4,09	17,18	26,61
Marechal Rondon	19.939	9	25	4,51	12,54	38,53
Mares	1.920	0	142	0,00	739,49	53,70
Massaranduba	18.721	3	165	1,60	88,14	26,05
Mata Escura	26.271	17	199	6,47	75,75	30,30
Matatu	11.527	1	273	0,87	236,83	25,69
Monte Serrat	8.872	3	97	3,38	109,33	31,13
Moradas da Lagoa	12.667	7	20	5,53	15,79	31,00
Mussurunga	33.274	11	296	3,31	88,96	29,49
Narandiba	15.789	5	157	3,17	99,43	12,68
Nazaré	17.385	8	369	4,60	212,26	28,04
Nordeste de Amaralina	20.524	3	68	1,46	33,13	27,54
Nova Brasília	21.375	6	92	2,81	43,04	15,85
Nova Constituinte	11.179	4	4	3,58	3,58	18,92
Nova Esperança	7.090	11	56	15,51	78,98	22,55
Nova Sussuarana	9.080	1	21	1,10	23,13	27,96
Novo Horizonte	16.736	1	43	0,60	25,69	18,75
Novo Marotinho	4.467	1	17	2,24	38,06	26,32
Ondina/Chame-Chame	25.341	2	207	0,79	81,69	19,75
Palestina	5.146	0	55	0,00	106,88	20,41
Paripe	62.836	20	195	3,18	31,03	21,36
Patamares	20.848	0	86	0,00	41,25	10,45

Bairro	População	CVLI	CVP	CVLI por 10.000 habitantes	CVP por 10.000 habitantes	Percepção de insegurança (%)
Pau da Lima	22.144	8	378	3,61	170,70	31,94
Pau Miúdo	21.883	15	272	6,85	124,30	41,51
Periperi/Colina de Periperi/ Mirante de Periperi	46.185	28	151	6,06	32,69	48,62
Pernambués	63.334	13	845	2,05	133,42	32,50
Pero Vaz	21.435	7	166	3,27	77,44	38,10
Piatã	25.192	3	265	1,19	105,19	30,38
Pirajá	33.478	14	194	4,18	57,95	21,55
Pituaçu	19.263	4	74	2,08	38,41	17,35
Pituba	70.222	1	237	0,14	33,75	30,61
Plataforma/Ilha Amarela	31.277	19	426	6,07	136,20	43,75
Praia Grande	5.716	7	38	12,25	66,48	44,44
Resgate	7.869	1	22	1,27	27,96	25,81
Retiro	346	4	138	115,52	3985,48	46,67
Ribeira	20.712	7	445	3,38	214,85	20,37
Rio Sena	13.041	6	26	4,60	19,94	46,22
Rio Vermelho	23.934	0	665	0,00	277,85	26,97
Roma	3.875	1	125	2,58	322,61	37,50
Saboeiro	8.163	3	57	3,68	69,83	28,13
Santa Cruz	26.045	7	15	2,69	5,76	18,68
Santa Luzia	7.678	12	110	15,63	143,26	51,89
Santa Mônica	7.194	1	70	1,39	97,30	36,79
Santo Agostinho	4.895	1	40	2,04	81,71	35,92
Santo Antônio	4.504	2	37	4,44	82,15	25,00
São Caetano	55.420	31	365	5,59	65,86	44,14
São Cristóvão	55.269	24	588	4,34	106,39	35,14
São Gonçalo	18.722	7	146	3,74	77,98	32,97
São João do Cabrito	18.390	12	56	6,53	30,45	27,88
São Marcos	23.122	15	389	6,49	168,24	37,89
São Rafael	23.890	7	152	2,93	63,62	29,67
São Tomé	8.078	2	52	2,48	64,38	10,74

Bairro	População	CVLI	CVP	CVLI por 10.000 habitantes	CVP por 10.000 habitantes	Percepção de insegurança (%)
Saramandaia	8.657	1	9	1,16	10,40	22,50
Saúde	6.583	2	33	3,04	50,13	28,57
Sete de Abril	20.991	13	99	6,19	47,16	22,45
Stella Maris	28.300	2	160	0,71	56,54	27,27
Stiep	21.454	0	124	0,00	57,80	20,00
Sussuarana	29.812	12	246	4,03	82,52	25,58
Tororó	5.854	2	67	3,42	114,46	25,51
Trobogy	9.180	2	90	2,18	98,04	27,38
Uruguai	32.919	7	481	2,13	146,11	34,23
Vale das Pedrinhas	6.910	0	25	0,00	36,18	18,95
Vale dos Lagos	14.391	0	87	0,00	60,46	30,85
Valéria	32.154	14	228	4,35	70,91	24,75
Vila Canária	11.659	6	127	5,15	108,93	25,44
Vila Laura	19.422	0	203	0,00	104,52	29,41
Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro	19.934	7	128	3,51	64,21	36,04
Vitória	6.535	0	6	0,00	9,18	10,17
Média	18.855	6	168	5,36	146,98	29
Mínimo	346	0	0	0,00	0,00	0
Máximo	80.489	36	1.384	115,52	3985,48	57

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (2019) e QUALISalvador (2020).



70
Nº

DOIS DETALHES
MSES
SRTAS

BRASIL
2011

SALVADOR: GUIA DE RUAS E REVELAÇÕES

Fátima Fróes

Tássio Santos Silva

Iemanjá fugiu e na fuga seus seios se romperam,
e assim,
surgiram as águas
e também essa Bahia de Todos-os-Santos.
(AMADO, 2012, p. 70)

Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios é o título de uma obra de Jorge Amado que, na primeira metade do século passado, apresentava de forma poética a cidade de Salvador aos turistas. A publicação teve sua primeira edição em 1945, uma profunda revisão na sua 27ª edição em 1976, e seu objetivo era apresentar a Salvador moderna, repaginada, ao “gringo”, escondendo, em parte, a sua desigualdade. Passeando, no século XXI, pelas páginas que

ajudaram a construir o imaginário da Salvador turística, da cidade-paisagem, retornamos às lendas da origem da Cidade da Bahia não exatamente com uma pretensão exegética, mas com o objetivo de estimular a constituição de outras referências teóricas e empíricas, outras possibilidades de interpretação e subjetividades sobre a cultura na cidade do Salvador.

A referência ao “guia turístico” no nosso título, além de uma licença poética, é uma tentativa de trazer um recorte mais objetivo das práticas e dos acessos ao mundo da cultura da Cidade da Bahia, distanciando-nos, assim, da captura da vida cultural baiana pela máquina e economia do turismo. A cidade-berço da dominação portuguesa no Brasil aparece com sua cultura na obra clássica amadiana como uma cidade mercadoria a ser vendida para os estrangeiros. Permitimo-nos, aqui,

“Mas, ó Deus, o que pode ser isso? Como diremos que isso se chama? Que infortúnio é esse? Que vício, ou antes, que vício infeliz ver um número infinito de pessoas não obedecer, mas servir, não serem governadas, mas tiranizadas [...]: aturando os roubos, os deboches, as crueldades, não de um exército, de um campo bárbaro contra o qual seria preciso despender seu sangue e sua vida futura, mas de um só; não de um Hércules, nem de um Sansão, mas de um só homenzinho, no mais das vezes o mais covarde [...]”. (LA BOÉTIE, 1987, p. 13)

brincar ao tentar transformar os “mistérios” citados no título original em algumas revelações. Em verdade, passeamos pela história, pela memória da Cidade da Bahia, em busca de sentidos da cultura em uma realidade que apresenta sempre tons bem mais fortes do que aqueles impressos e travestidos dos guias turísticos. O olhar turístico sobre a cidade e sua cultura pode explorar o mundo da diversidade, da riqueza paisagística, da abundância, mas, em geral, o faz de modo enviesado, convertendo a cidade em espetáculo. (DEBORD, 1997)

Salvador nasce como cidade-fortaleza, espelho da cidade ibérica, inspirada na tipologia das suas edificações, no jogo de luz e sombra de Lisboa, reproduzindo aqui imagens e imaginários em suas vias, esquinas e becos. Como projeto de cidade modelo transplantado, Salvador nasceu em altiplanos e encostas, em suas águas doces e salgadas abundantes, sendo, logo no seu começo, alvo de tragédias. A cada mês de março, início de outono e período de chuvas, a cidade planejada derretia. Ainda hoje, sobretudo pela ocupação desordenada e pelas soluções de engenharia implementadas nas nossas encostas e vales, as chuvas são uma ameaça em Salvador. E a principal vítima das águas, ontem e hoje, é a população mais pobre que reside em áreas consideradas de risco socioambiental, ou seja, em áreas que não têm segurança em termos da construção de suas habitações e que apresentam carência de infraestrutura e serviços. Assim, a cidade “não planejada”, e mesmo a planejada – apesar dos investimentos e dos muros de contenção –, repete *ad infinitum* seu momento inaugural, com tragédias que acontecem desde o seu primeiro momento – chuvas torrenciais desabando e fazendo deslizarem seus morros.

“Não se perca de mim
Não se esqueça de mim
Não desapareça
A chuva tá caindo
E quando a chuva começa
Eu acabo de perder a cabeça
Não saia do meu lado
Segure o meu *pierrat* molhado
E vamos embolar ladeira abaixo
Acho que a chuva ajuda a gente a se ver
Venha, veja, deixa, beija, seja
O que Deus quiser
A gente se embala, se embora,
se embola
Só para na porta da igreja
A gente se olha, se beija, se molha
De chuva suor e cerveja”.
(“Chuva, Suor e Cerveja”, 1977)

O fato é que essa terra de todos os santos foi palco do que La Boétie (1987) qualificou como um mau encontro, ou seja, quando formas de vida e de culturas se encontram e desencontram – do português ao índio e, posteriormente, o africano, gestando uma sociedade que tem como um dos seus elementos estruturais e constitutivos a escravidão. É nesse território que se torna possível falar de uma formação cultural na qual se associam opressão, liberdade e tirania. Salvador são várias cidades em uma só: a cidade do dia a dia da labuta, do trabalho, e a cidade espetáculo, que tenta converter as expressões de vida de parcela dos soteropolitanos, particularmente de matriz indígena e sobretudo africana, em mercadoria. E há quem diga que, com a indústria do turismo, do entretenimento e do lazer, todos ganham. É nesse sentido que cultura e turismo se associam nas ruas da cidade, nos projetos políticos e nos modelos de desenvolvimento ao longo de décadas na cidade.

A imagem turística é uma forma de construção que dá visibilidade ao lugar, a uma cidade particular, sendo uma necessidade premente da sociedade de consumo que tudo torna em produto. Essa tem sido a forma como as classes sociais hegemônicas têm concebido a economia e a possibilidade de inserção competitiva no mercado global. Defendemos aqui a tese de que a cultura em Salvador, a exemplo de muitas das nossas cidades espetáculo, não é vivida, concebida e gerida a partir da perspectiva do direito à cidade, nem mesmo na perspectiva do direito à cultura, mas na perspectiva do negócio – de antanho até os dias de hoje. É nesse contexto que se constitui a cidade espetáculo, a cidade paisagem – negação da cultura como fruição e como forma de manifestação da vida.

A cidade paisagem de Salvador é parcialmente contornada pela Baía de Todos os Santos, seu mar particular. Como bem mostra o nosso guia turístico, seu patrimônio natural e seu acervo arquitetônico encantam todos, mas os contrastes entre ostentação e decadência

desse acervo colonial, os prédios modernos e as habitações precárias, da autoconstrução, revelam a singularidade da nossa paisagem, sobretudo a explícita desigualdade na Cidade da Bahia.

Este texto enfrenta e provoca a reflexão sobre alguns aspectos da cultura em Salvador, e um dos seus principais desafios é dissociar a vida cultural na cidade da condição de mercadoria e de espetáculo. O texto aponta indicadores de acesso à leitura como indicador cultural e produz dados empíricos de acesso e distribuição de equipamentos culturais, de modo a explicitar o caráter segregador e seletivo do acesso à cultura na cidade. Adicionalmente, este trabalho registra o quanto a vida cultural soteropolitana pulsa fora dos circuitos privados e públicos e como a ação e os investimentos públicos beneficiam alguns poucos em detrimento do conjunto da população.

Os dados aqui presentes revelam o quanto o acesso a bens e serviços culturais em Salvador é para alguns poucos – mais uma vez, o que se constata é que são os moradores da Área Urbana Consolidada e da Orla Atlântica que acessam de forma privilegiada os chamados equipamentos e eventos da cultura, enquanto os moradores do Miolo e do Subúrbio não usufruem das mesmas oportunidades. Essa reflexão se fundamenta em dados secundários e primários, em especial nos dados produzidos pelo Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador), cuja metodologia se encontra detalhada em outro capítulo deste livro.¹ O conceito que estrutura este trabalho é o de cultura e as principais referências teóricas aqui utilizadas são Marilena Chaui, Raquel Rolnik, Milton Santos, Guy Debord e Albino Rubim.

1 Ver o capítulo “Os caminhos da construção do Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador)”.

A cidade paisagem: a cidade espetáculo

Este texto propõe-se a romper com os limites da cidade espetáculo que impregna o guia turístico amadiano e revelar alguns pequenos recortes de outras possíveis escritas da cidade, da sua vida cultural, suas construções, seus lugares, as histórias de suas ruas, da velha ou da contemporânea Salvador, das descobertas, das invenções, das reivindicações da pulsante outrora chamada de Cidade da Bahia. Pretendemos fazer isso seguindo o fio da memória das suas águas, dos seus elementos históricos e dos seus 163 bairros.² Um recorte sobre sua história e seu tempo presente é um recorte da revelação, na medida em que descortina outras possibilidades de interpretação sobre o que são a cidade e a sua cultura.

Nesse sentido, trabalharemos com a cidade como escrita – conceito que Raquel Rolnik (1988) define como uma forma de expressão, com pontuações, com léxicos. O ato de revelar a cidade é um ato de leitura e releitura. E consideramos que o trabalho individual e coletivo de imaginar, traçar e ocupar um território e uma cidade, impactando o ambiente, transformando o entorno e resultando nos diversos traçados da cidade, é um trabalho coletivo e consequentemente político.

Desse modo, deslocamo-nos em direção ao conceito de sociedade do espetáculo, de Guy Debord (1997), para melhor compreender a complexa relação entre cidade e cultura no capitalismo flexível e financeirizado. É o reino no qual o fetiche da mercadoria, que se realiza de forma plena no capitalismo neoliberal, cria as condições necessárias à sobredeterminação da vida pelo mundo das aparências:

2 A pesquisa foi realizada anteriormente ao estabelecimento do Decreto Municipal nº 32.791, de 1º de setembro de 2020, segundo o qual Salvador atualmente conta com 170 bairros.

“[...] as cidades abrigam ao mesmo tempo uma cultura de massas e uma cultura popular, que colaboram e se atritam, interferem e se excluem, somam-se e se subtraem, num jogo dialético sem-fim”. (SANTOS, 2011, p. 144)

Por esse movimento essencial do espetáculo que consiste em retomar nele tudo o que existia na atividade humana em estado fluido para possuí-lo em estado coagulado, como coisas que se tornaram o valor exclusivo em virtude da formulação pelo avesso do valor vivido, é que reconhecemos nossa velha inimiga, a qual sabe tão bem, à primeira vista, mostrar-se como algo trivial e fácil de compreender, mesmo sendo tão complexa e cheia de sutilezas metafísicas, a mercadoria. (DEBORD, 1997, p. 27)

Para Debord, a sociedade que se faz espetáculo tem como uma das suas principais características a plena hegemonia de formas fetichizadas de produção da vida e, conseqüentemente, da cultura.

Cultura e qualidade do ambiente urbano

Mas, afinal, o que estamos tentando qualificar quando nos reportamos ao conceito de cultura? E como a cultura se expressa como escrita na cidade, no ambiente urbano? Como se dá a expressão dos moradores dessa cidade? Quais suas formas de acesso e participação na “agenda cultural”, nos grandes debates, ou mesmo como a população lida e produz suas festas, suas manifestações, tradições e expressões artísticas? Na construção de expressões e do seu imaginário, como se expressam os seus momentos felizes, de articulação e de encontros, de desencontros, elementos próprios da cultura? Precisamos de uma definição de cultura ainda que seja para romper e fugir dela. Como afirma Marilena Chaui, múltiplas e distintas são as possibilidades de conceituação, e todas elas retratam concepções e interpretações particulares do mundo:

As sociedades passaram a ser avaliadas segundo a presença ou a ausência de alguns elementos que são próprios do ocidente capitalista e a ausência desses elementos foi considerada sinal

de falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída. Que elementos são esses? O Estado, o mercado e a escrita. Todas as sociedades que desenvolvessem formas de troca, comunicação e poder diferentes do mercado, da escrita e do Estado europeu, foram definidas como culturas ‘primitivas’. Em outras palavras, foi introduzido um conceito de valor para distinguir as formas culturais. (CHAUI, 2008, p. 56)

Mas, afinal, o que pode ser denominado de cultura? Arriscamo-nos a definir cultura como um conjunto de expressões e manifestações que são resultados de formas particulares de objetivação da vida, todas elas permeadas pelo trabalho e perpassadas pela ideologia. Como formula Chaui (2008, p. 56), o conceito de cultura pode ser compreendido como ruptura:

A cultura é a ruptura da adesão imediata à natureza, adesão própria aos animais, e inaugura o mundo humano propriamente dito. A ordem natural ou física é regida por leis de causalidade necessária que visam o equilíbrio do todo. A ordem vital ou biológica é regida pelas normas de adaptação do organismo ao meio ambiente. A ordem humana, porém, é a ordem simbólica, isto é, da capacidade humana para relacionar-se com o ausente e com o possível por meio da linguagem e do trabalho. A dimensão humana da cultura é um movimento de transcendência, que põe a existência como o poder para ultrapassar uma situação dada graças a uma ação dirigida àquilo que está ausente.

Esse conceito de cultura de Chaui (2008) reporta-nos à capacidade de relação com o mundo através do trabalho. O homem produz e reproduz o meio que o cerca e, ao fazê-lo, produz significados. Ademais, cultura é a capacidade do ser humano de se relacionar com o tempo – lembrar o passado e construir o futuro –, assim como a percepção e

a maneira de definir as coisas, nomeá-las, são o modo pelo qual nos colocamos no mundo e nos manifestamos para o mundo.

Esse conceito de cultura, pela sua amplitude e dimensão, nos aproxima da noção de cidade como lócus da produção, da troca determinada pelo valor de uso, da “escrita”. É nesse sentido que a cidade pode ser concebida como espaço da cultura:

As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro? Não seria também a necessidade de um tempo desses encontros, dessas trocas? (LEFEVBRE, 2001, p. 105-106)

Assim, cidade e cultura podem ser concebidas como formas de manifestação individuais e coletivas, não necessariamente mediadas pelo valor de troca, pelo mercado.

A partir de uma aproximação, a cidade como escrita ganha novos contornos. Como afirma Rolnik (1988), a cidade ganha o significado de escrita por nos revelar algumas narrativas adotadas no passado por meio da arquitetura e patrimônios culturais, por se constituir como um espaço pulsante de memória viva e também das ausências. A cidade como escrita fala-nos das suas condições atuais e do futuro – essa imagem sugere vetores de crescimento, possibilidades de relações, inserções e inscrições, em paisagens – com a sua natureza, mais ou menos secundarizada –, em seus mares, rios e em sua vegetação. Quando cumpre o ônus de escrita, a cidade revela suas contradições e desigualdades históricas no espaço e no tempo, seja pela apropriação, ocupação e usos do solo, da terra, de maneira diferenciada, seja pelas diferentes possibilidades de acesso às políticas públicas, aos serviços e à infraestrutura que a cidade oferece,

seja pela luz que se coloca na segregação socioespacial, que é uma marca característica das nossas metrópoles.

Assim, a associação entre cultura, cidade e ambiente urbano permite compreender, por exemplo, o traçado da cidade como resultante do trabalho coletivo, que se expressa no imaginário, que pode ter diversas leituras, enredos, paisagens, textos e subtextos e até mesmo, considerando os seus sons, partituras. Essa associação permite uma aproximação da memória, do patrimônio material e imaterial, por meio do ambiente natural e cultural. É nesse território que nos referimos à cultura como materialização de experiências humanas, de sociedade, de sociabilidade, de economia, de vida e de vivências políticas. Enfim, poderíamos considerar a cidade, em si, como uma forma particular de cultura.

Cultura e desigualdade

Ao nos debruçarmos sobre a cultura *na* cidade e a cultura *da* cidade, deparamo-nos com o seu traçado, com a cidade formal e informal, com áreas que, por não estarem num determinado ordenamento imaginado e não seguirem determinados padrões estéticos, são classificadas como desordenadas. Deparamo-nos ainda com a cidade dividida, produto da naturalização de uma cultura da desigualdade, cultura forjada pela lógica do mercado, moldada na cidade mercadoria, do acúmulo de bens, do diferenciado tratamento a seus cidadãos. Essas são, assim, cidades e culturas fragmentadas, partidas. E várias são as formas de expressão dessa cisão na geografia e na vida da cidade – expressões como centro e periferia, morro e asfalto, cidade formal e informal são nomes, definições, conceitos que expressam o quão divididas a cidade e a cultura podem estar. (SERPA, 2001; VENTURA, 1994)

Adicionalmente, é preciso lembrar, como o faz Angelo Serpa, que o espaço “periférico” pode ser considerado, *per se*, um problema

(em função sobretudo das suas carências), porém suas múltiplas formas de existência cotidianamente geram ricas soluções, alternativas e possibilidades criativas, ou seja, cultura. (SERPA, 2001) Diante disso, as definições que visam dividir a cidade em duas – centro e periferia, asfalto e morro, cidade formal e cidade informal, entre outras – não só estão obsoletas, como também não retratam as multiplicidades, no que concerne aos modos de viver, e cidadanias, no que concerne à presença, ausência e reivindicação de direitos, das pessoas de uma metrópole. Como afirma Clímaco Dias (2017), as periferias também significam resistência, união, luta e polo de multiplicidade, identidade e culturas próprias:

As favelas e os bairros populares das grandes cidades e metrópoles brasileiras são mesmo lugares dos pobres de acordo com o conceito de pobreza e pobres como discorremos até aqui. Mas, nesta tese, pobreza representa uma dialética de ser problema e, ao mesmo tempo, ser resistência e transformação. Problema quando as populações dessas áreas se defrontam com as ações cotidianas da polícia, bem como com o tráfico e com as milícias que, usando esses territórios, impigem o terror através de crimes e assassinatos. Resistência e transformação que se revelam nas práticas cotidianas do associativismo, na comunicação, nas manifestações artísticas, nas alternativas à falta da assistência mínima pelo Estado ou na busca de alternativas para o pouco capital circulante nesses lugares. (DIAS, 2018, p. 62)

Para falar de cultura e desigualdade, é necessário, assim, percorrer os referidos conceitos e se perguntar sobre as suas várias formas e possibilidades de manifestações – dos contrastes, da diferença, das oposições. Uma das marcas da cidade de Salvador é a profunda desigualdade social, com alta concentração de renda. Uma das grandes questões que articulam cultura e desigualdade é que a hierarquia

social nas sociedades desiguais e divididas em classes também leva à distinção clara entre a cultura popular e erudita. Separa em camadas, qualificando e valorizando de formas diferentes essas manifestações. A cultura popular é muitas vezes considerada iletrada, primitiva, sendo situada em um patamar diferenciado. A cultura como sinônimo de saber é classificada por Marilena Chaui como a cultura como tragédia: é a absorção do saber conforme o que é ditado pela classe dominante. É a ideologia da “competência”, do estudo como artifício do poder, da ideologia do empreender e do empreendedorismo, tragédia de um liberalismo que se reinventa a cada dia. Falar de cultura e de desigualdade em Salvador é, assim, sempre, enveredar por caminhos difíceis e tortuosos.

Porém, voltando ao conceito de cultura de Chaui (2008) e nos reportando às considerações de Dias (2018) sobre a sociabilidade nos bairros de Salvador, poderíamos dizer que Salvador é mesmo uma festa. E festa nessa cidade é trabalho, muito trabalho.

Salvador: a cidade das festas, das manifestações e das artes

Festas de rua, dança, festas de largo, *rock*, paredão, grafite, orquestras sinfônicas, *reggae*, pagode, MPB, música sacra, teatro, teatro negro, teatro de rua, teatro mamulengo, capoeira, corpo de baile, balé folclórico, axé, samba, *hip hop*, galerias, artesanato em palha, em couro, em barro, em tecido, ajeum, samba duro, monumentos, editoras, cordel, cinema, *funk*, quadrilhas juninas, gospel, novenas e trezenas, banho de mar à fantasia, terreiros de candomblé, parada gay, *mapping*, cinema de rua, saraus, lavagens, bibliotecas, festivais gastronômicos, becos culturais, blocos afro, afoxés, festivais, manifestações cívicas, ternos de reis, universidades, seminários, debates, samba de roda e “teile e zaga”...

As festas populares de Salvador, as festas de ruas e as festas religiosas têm um grande impacto na cidade, na vida dos distintos bairros. Existe um ciclo de festas que se inicia no verão, no dia 4 de dezembro, com as festas de Santa Bárbara/Iansã, no Mercado de Santa Bárbara; de Conceição da Praia, no dia 8 de dezembro, no Comércio; e de Santa Luzia, no dia 13 de dezembro. São festas católicas que têm elementos sincréticos com o candomblé.

Janeiro inicia na festa que se estende ao mar, com a procissão do Bom Jesus do Navegante, e segue com a festa da Lapinha, com seus ternos de reis, e a maior festa religiosa do estado da Bahia, a festa do Senhor do Bonfim, ainda com elementos sincréticos, das novenas à lavagem do átrio da igreja, seguindo com a Lavagem de Itapuã, festa de São Lázaro/Omolu, passando pela festa de Iemanjá, no dia 2 de fevereiro, única festa não sincrética entre as festas religiosas, e culminando no Carnaval, que se organiza na Orla, no Centro Histórico, na periferia. O Carnaval de Salvador é considerado um dos maiores do Brasil, apesar de não encontrarmos fontes muito claras sobre seus números.

O fato é que, na cidade da festa, “a gente se embala, se embora, se embola”, mas, para que a festa aconteça, muita gente trabalha – e trabalha muito. Apesar do pouco investimento público em cultura, as manifestações tradicionais em Salvador, as festas de rua, sobrevivem. A grande maioria dessas festas da cidade tem um caráter religioso, e muitas delas são forjadas no sincretismo entre o catolicismo e o candomblé. Sincréticas ou não, elas sempre têm uma parte sagrada e outra profana. Ricas na música, nas cores, na gastronomia, nos ritmos e na dança, as festas da cidade são formas de vida e também de resistência.

O Carnaval é uma das festas mais antigas de que se tem registro na cidade. Festa da coletividade, de caráter transgressivo e propondo inversões, é realizado em várias partes do mundo e tem na música e na dança suas expressões centrais e a alegria como motor. Durante

a festa, espaços urbanos são reconfigurados e papéis são invertidos. (SANTOS; BARBOSA, 2010) Mesmo com inversões e mudanças na lógica da ocupação dos territórios, o Carnaval de Salvador, historicamente, replica o modelo excludente de cidade, de segregação social e racial e de violência de gênero.

O carnaval da cidade de Salvador, importante metrópole brasileira, sempre foi uma das mais expressivas festas de rua do País e pesquisá-lo é algo necessário, pelo fato de este conter muitas das dinâmicas socioespaciais do lugar. Este artigo faz um breve histórico, desde o surgimento da festa até o momento atual, e se detém no período da profissionalização, iniciado na década de 1990, que transforma a festa em uma atividade econômica, fonte de grandes lucros para o segmento de artistas e produtores culturais que fizeram sucesso nacional com o ritmo denominado *axé music*, integrado à cultura de massas. Tal período foi marcado por uma grande projeção da festa no cenário nacional, mas hegemônico por um segmento, o bloco de trio comandado por estrelas musicais. Esse modelo, por ser produtor de muitas desigualdades, também produziu muitos conflitos, sobretudo no choque da cultura de massas com a cultura popular, e, atualmente, vive uma crise, que é derivada dos acúmulos dessas exclusões e desigualdades. Existem alguns cenários para o futuro, mas ainda não existem tendências consolidadas. (DIAS, 2018, p. 1)

As dinâmicas de ocupação do espaço, a memória e a história do Carnaval de Salvador institucionalizaram a exclusão. Os afoxés, por exemplo, uma manifestação carnavalesca registrada na Bahia desde 1895, com cadência própria, indumentárias e instrumentais de herança de diversas nações africanas, com suas transformações, eram proibidos pela polícia de circular no espaço dos outros blocos, retratando a segregação. Na primeira década do século XX, entre 1905 e 1906, durante o Carnaval, houve um amplo debate suscitado

pelo pedido de autorização para afoxés participarem do espaço que até então era ocupado apenas pela elite branca: as ruas do centro da cidade. O amplo debate provocado revelava o caráter de classe e racista da exclusão. (BARBOSA, 2010)

O historiador João José Reis registra como o Carnaval significa um espaço de negociação e de conflito. Se, de um lado, os afoxés excluídos buscavam a institucionalização, a aceitação, de outro, criavam tensão ocupando espaços e afirmando a identidade. E também se adequavam aos padrões do rico Carnaval da elite, criando alegorias também majestosas. (REIS; SILVA, 1989)

O Carnaval, esse extraordinário exemplo de festa, em Salvador, coloca na rua milhares de pessoas. Desse modo, é uma poderosa engrenagem que move a economia cultural da cidade espetáculo e reafirma a segregação e as formas de acumulação. Hoje extremamente profissionalizado, o Carnaval movimenta a economia da indústria cultural, envolvendo montagens de grandes *shows* em espaços abertos e fechados. A economia, no Quadro 1, da festa é sempre eivada de sombras. Os dados apresentados a seguir foram coletados em periódicos da grande imprensa.

Quadro 1 - Investimentos públicos no Carnaval de 2019

	Governo do Estado	Prefeitura Municipal
Gastos públicos	73 milhões (segurança, saúde, atrações, infraestrutura)	60 milhões de investimento
Força policial	27 mil policiais e bombeiros	
Aparato tecnológico	300 câmeras com reconhecimento facial 1 superdrone e 9 drones	
Saúde	Rede estadual disponível	2 milhões em investimentos extras, além da rede

	Governo do Estado	Prefeitura Municipal
Órgãos de controle social		Conselho Municipal do Carnaval de Salvador (Comcar)
Atrações	200 atrações Ouro Negro Carnaval do Pelourinho Atrações de trio elétrico	Carnaval de bairros Furdunço Atrações nos bairros
Turistas		835 mil pessoas (345 mil de fora do estado)
Áreas envolvidas	Secretaria de Segurança Pública (SSP) Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia (Secult) Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia (Setur) Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia (Sepromi) Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM)	

Fonte: elaborado pelos autores com dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Cultura, economia e desenvolvimento

O que pode ser qualificado como uma economia da cultura no âmbito do capitalismo flexível, particularmente na sua periferia? As atividades culturais, como o Carnaval, por exemplo, inserem-se

na economia da cidade e também estão profundamente imbricadas com as diversas dimensões que conformam a cidade: social, política, ambiental. Os impactos de ações culturais, em suas várias formas de manifestação, no desenvolvimento de uma cidade – em seu sentido substantivo, ou seja, de melhoria da vida –, se dão pela sua expressão artística, pensamento crítico, formas de organização de sua população, fortalecimento de instituições democráticas e investimento em políticas públicas e na diversidade.

Poderíamos destacar várias configurações relativas a modelos de desenvolvimento que envolvem as ações culturais, com impactos diversos na economia da cidade, a exemplo do chamado desenvolvimento limpo, não poluente, qualificado genericamente como desenvolvimento sustentável, a chamada economia dos bens simbólicos, considerando que a economia da cultura pode ser compreendida como um ativo importante no processo de desenvolvimento local e da comunidade – por mais polêmicos e complexos que possam ser os referidos recortes territoriais e conceitos. Devemos reivindicar, reiteradamente, que a dimensão cultural seja incorporada na centralidade de um projeto democrático, e reafirmar a necessidade de que a gestão da *res publica* incorpore a dimensão cultural no seu campo de preocupação e incentivos.

Entretanto, qual o significado da adoção do paradigma da economia da cultura e da construção de políticas culturais? Do ponto de vista da economia, a expressão “economia da cultura” identifica um conjunto de atividades econômicas relacionadas à cultura. Do ponto de vista da cultura, trata-se de um conjunto de atividades culturais com impactos econômicos. A economia da cultura envolve ações e estratégias do ponto de vista tanto econômico como social.

Norteadas por ideias, conceitos e preocupações relativos à propriedade intelectual, as atividades da economia da cultura geram trabalho, emprego e renda e são capazes de propiciar oportunidades de inclusão

social, caso atuem com a diversidade de manifestações do mundo da cultura. Adicionalmente, no atual cenário de desindustrialização, a chamada economia da cultura tem-se tornado, cada vez mais, um componente fundamental da economia de serviços, da chamada sociedade do conhecimento. Porém, é preciso refletir de forma crítica sobre o significado da conversão da cultura em estratégia de desenvolvimento econômico no atual cenário do capitalismo neoliberal, que converte a cidade e a cultura em paisagem e em fetiche – que converte Salvador em uma caricatura de si mesma, em um guia da cidade.

Cultura e investimento público

Um projeto democrático de cultura requer reflexão sobre o papel do Estado em uma sociedade de classe, e é nesse contexto que discutimos o direito constitucional de estímulo às culturas, à diversidade cultural e à ampliação das possibilidades e potencialidades de todos os cidadãos. O campo da cultura, através das conferências, sindicatos, associações e diversas outras formas de organização, tem-se movimentado no sentido da construção de uma pauta para trazer conjuntamente reivindicações de institucionalização, de mecanismos de controle social, como conselhos e colegiados, de secretarias exclusivas, de construção de planos e metas e, nesse contexto, estabeleceu como meta mínima o percentual de 1% do orçamento geral das cidades para investimento do poder público em cultura.

O fato é que se tem colocado, sempre de modo muito enfático, o acesso do cidadão à cultura como um direito. Na disputa política e ideológica pelo Estado, tem-se defendido a sua participação no fomento e incentivo à cultura como uma das formas de exercício da cultura cidadã e de direito à cidade. O conceito de Estado formulado por Nicos Poulantzas (1985, p. 148) ajuda-nos a compreender a constituição desse espaço de disputa – nesse caso particular, o Estado

pode ser concebido a partir de uma perspectiva relacional: como “condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes”. Destarte, as contradições de classe, a constituição de blocos de poder e a disputa em torno dos recursos públicos ajudam-nos a compreender os distintos significados dos embates entre segmentos de classe, entre os distintos campos de interesse e o próprio Estado em torno do orçamento público.

Nesse sentido, torna-se interessante analisar o investimento que, por exemplo, o poder municipal faz em termos culturais, o que significa avaliar também o grau de organização e capacidade de pressão do campo da cultura no processo de construção de agenda pública e de influência na alocação de investimentos públicos em cultura.

A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos com autonomia política nos termos da Constituição. A cidade é o espaço urbano dentro do município, que, por sua vez, é parte do território da unidade federativa a que se vincula. Os entes federativos repassam recursos e investimentos na cultura para os municípios de diversas formas, seja através de estímulo às atividades culturais, com apoio direto, seja através de equipamentos culturais ou pesquisas e de fomento à formação, circulação, fruição. Neste texto, colocaremos o principal foco na ação da municipalidade, apenas citando algumas outras formas de aporte por considerar a dificuldade de levantamento das diversas e complexas formas pelas quais esses investimentos chegam à cidade.

Assim, sem adentrar propriamente no âmbito da natureza e do tipo de investimento realizado nesse amplo e, às vezes, impreciso campo da cultura, constatamos que os investimentos do poder público municipal de Salvador em cultura estão entre os menores entre as várias capitais do país, correspondendo a 0,20% do seu orçamento em 2019. O Governo do Estado da Bahia também não apresenta disposição para atender ao campo cultural, tendo alocado apenas 0,21%

do seu orçamento em 2019 para atendimento às demandas da cultura nos seus 417 municípios. Comparativamente, a capital brasileira com maior percentual do orçamento em fomento à cultura é Recife, com 2,25%. Em seguida aparecem os municípios de São Paulo e São Luís, com respectivamente 1,3% e 1,2%. Salvador está entre as cidades com menor investimento na área, estando, na verdade, entre as três piores, ficando à frente apenas de Goiânia (0,2%) e Aracaju (0,1%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Orçamento em cultura nas capitais brasileiras (2013-2019)

Capital	População (2019)	Ano						
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
São Paulo	12.176.866	0,90%	0,74%	1,03%	1,20%	1,14%	1,09%	1,26%
São Luís	1.094.667	1,08%	0,97%	0,93%	0,74%	0,85%	1,10%	1,22%
Goiânia	1.495.705	0,22%	0,14%	0,11%	0,18%	0,17%	0,18%	0,18%
Aracaju	648.939	1,34%	1,20%	0,47%	0,27%	0,26%	0,25%	0,09%
Recife	1.637.834	2,48%	2,61%	3,05%	2,28%	2,12%	2,24%	2,25%
Salvador	2.857.329	0,12%	0,23%	0,30%	0,20%	0,25%	0,19%	0,20%

Fonte: pesquisador Carlos Paiva (2020) – Observatório de Economia Criativa (Obec).

Comparar Salvador e Recife, cidades do Nordeste, é uma forma de explicitar como duas cidades situadas em contextos sociais e econômicos semelhantes respondem de forma distinta aos desafios contemporâneos. No caso da cidade de Recife, o maior orçamento para a cultura está associado a um maior investimento por parte do poder municipal do ponto de vista político-institucional (Quadro 2). Certamente, o que podemos aqui qualificar como um desenvolvimento cultural de uma cidade passa, necessariamente, pelo investimento feito pelo setor público nos seus equipamentos e na política de distribuição de recursos dos editais – um recurso que permite a ampliação de oportunidades e também maior transparência no uso dos recursos.

Quadro 2 – Estrutura político-administrativa e equipamentos municipais em Salvador e Recife

	Recife	Salvador
Forma de representação	Fórum da Cidade, Conselho, Comissão de Urbanização	Conselho Municipal de Cultura
Gestão e sistemas	Secretaria de Cultura, Fundação Cultural, Núcleo Afro-Brasileiro	Secretaria de Cultura e Turismo/Fundação Gregório de Mattos
	Sistema Municipal de Cultura, em funcionamento desde 2011	Sistema Municipal de Cultura, elaborado sem tramitar na Câmara de Vereadores
	Fórum de Cultura no Orçamento Participativo	Não
	Conferência Municipal Bianual	Só realizou uma conferência nas duas gestões da prefeitura atual (2013-2020)
	PDDU com cultura na centralidade	Não
	Plano Municipal de Livro e Leitura	Plano Municipal de Livro e Leitura
Equipamentos compartilhados	Refinarias multiculturais	Não
Circuitos	Circuitos programados, cultura e turismo planejados, integrando história, memória e patrimônio	Existe o Quarteirão das Artes, composto de dois teatros públicos, um deles contendo galeria e uma sala de ensaio pública, e um cinema privado de uma instituição financeira (Itaú Cultural)
Equipamentos culturais	Teatros (2)	Teatros (2)
	Museus (2)	Museus (2) – porém um desativado
	Memoriais (2)	Memoriais (1) – Carnaval
	Centro de Design (1)	Nenhum

	Recife	Salvador
Equipamentos culturais	Escola de frevo	Não há informações de escolas de formação
	Bibliotecas (5)	Bibliotecas (3)

Fonte: elaborado pelos autores com dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

O campo cultural, quando consegue organizar-se, tensiona as questões em torno das políticas de cultura, entendendo aí como política cultural o conceito adotado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a “política cultural é compreendida como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e também orçamentárias, assim como os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado”. (UNESCO, 1969, tradução nossa) Entre as grandes metas de um setor cultural organizado nas cidades, como já mencionado, está o tripé composto por: um conselho municipal de cultura – o que significa que a sociedade organizada pode opinar e intervir nas políticas culturais da cidade –, uma secretaria de cultura exclusiva e um plano municipal de cultura, aprovado com metas claras e período de implementação. Salvador não tem, até o momento, uma secretaria exclusiva, estando a cultura subordinada ao turismo, assim como não tem um plano municipal de cultura aprovado e em implementação. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador não é debatido no Conselho Municipal, e não existe o debate específico desse plano com os setores culturais, assim como os planos de salvaguarda dos patrimônios materiais e imateriais e as questões tradicionais relativas à preservação patrimonial, por exemplo, são debatidos nos órgãos competentes sem participação ampla da comunidade cultural.

Recorrendo, mais uma vez, ao conceito de Estado como lócus de disputa, hegemônico por interesses de classe, é preciso ressaltar

que o quanto se investe, como se investe, em que se investe em cultura, como também a estrutura político-institucional e instrumentos de gestão à disposição do cidadão, são questões de natureza política - no sentido mais amplo e substantivo que esse termo poderia ter. Desse modo, é problemático que, no caso de Salvador, como de muitas das nossas cidades, o que se denomina como cultura se confunda, por exemplo, com turismo, com o produto turístico, com as noções de cidade e de cultura como espetáculo e como mercadoria. (DEBORD, 1997)

Cultura e indicadores: sobre a leitura e o acesso a equipamentos culturais

Pensar indicadores culturais para a qualidade do ambiente urbano é tentar compreender a cidade na sua integralidade. Os diversos olhares sobre a cultura de uma cidade se deparam com uma infinita riqueza de manifestações, como festas e eventos tradicionais, realizados em espaços públicos ou privados, nas ruas ou em casas de espetáculos, ou mesmo com ações mais individualizadas, como o acesso a leitura, eventos ou equipamentos. A Lei Orgânica da Cultura do Estado da Bahia - Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011 - reconhece 108 formas de manifestações. Da memória à cibercultura, estão ali contidas incontáveis possibilidades e referências, colocando-nos dificuldade para definir por um único caminho.

É sempre um desafio teórico, empírico e até mesmo prático buscar, nessa vastidão de manifestações, como sugere o próprio conceito de cultura de Chauí (2008), métricas que possam caracterizar a vida cultural, particularmente em uma cidade como Salvador. E, afinal, para que e por que precisamos de indicadores de cultura e por que inseri-los em um índice de qualidade do ambiente urbano? Porque precisamos conhecer de forma mais sistemática os processos

de produção da cidade e da cultura e fundamentar a ação social, pública e privada.

Desse modo, faremos uma reflexão sobre cultura em Salvador a partir dos indicadores de acesso à leitura (livro não didático). Em uma cidade repleta de manifestações e vivências culturais, por que escolher a leitura como um dos seus indicadores? A escolha da leitura como um indicador de cultura, debatida no grupo de pesquisa QUALISalvador, levou em consideração a possibilidade de universalização do livro e da intencionalidade do gesto, da busca da leitura. Assim, os principais motivos debatidos que apontavam a leitura como indicador se justificam por:

- a) Acessibilidade: o livro está disponível, das mais variadas formas, em muitas localidades, em meio digital ou físico;
- b) Permanência: não é casual ou efêmero, como a música, que pode tomar o ambiente ou a televisão, e o vídeo que pode capturar a atenção de uma forma diferenciada;
- c) Comparabilidade: existem séries históricas realizadas sobre leitura;
- d) Proatividade: há um movimento da pessoa para a busca do livro, ou seja, não é passivo.

O acesso ao livro e à leitura nos diversos territórios, seja uma cidade ou um bairro, pode, assim, ser comparado em várias escalas. Além disso, a prática da leitura produz impacto cultural nos seguintes aspectos:

- a) Desenvolvimento da capacidade de reflexão, de análise crítica;
- b) Permite o aprofundamento da capacidade de interpretação da realidade;
- c) Proporciona prazer;
- d) Pode ser uma forma de interação social;

“No entusiasmo da construção socialista, Trótski previa que nela a média dos homens seria do nível de Aristóteles, Goethe e Marx... Utopia à parte, é certo que quanto mais igualitária for a sociedade, e quanto mais lazer proporcionar, maior deverá ser a difusão humanizadora das obras literárias e, portanto, a possibilidade de contribuir para o amadurecimento de cada um”. (CANDIDO, 2011, p. 189)

e) Estímulo à criatividade e à imaginação.

A formação de uma sociedade de leitores e a qualificação do livro como bem cultural são dois elementos indicadores de qualidade de um bairro, de uma cidade. O livro não é um bem que precise necessariamente ser adquirido, comprado. Ainda que faça parte do circuito das mercadorias, ele circula para além do mercado – encontra-se em escolas, em espaços de leitura, bibliotecas, centros culturais, na mão de um amigo, vizinho ou de algum parente e pode estar associado a eventos, como leituras públicas, debates e saraus. Importa ainda registrar a ampliação profunda que vem acontecendo nos modos de fruição da leitura, através da ampliação do acesso à internet – 82,5% da população coberta em 2018. (INSTITUTO PRÓ-LIVRO; ITAÚ CULTURAL, 2019)

Para Antonio Candido (2011), a literatura é um direito. Mais do que ter acesso a livros e outros tipos de artes – como ler Dostoiévski ou ouvir Beethoven –, o direito à literatura seria um “bem humanizador”, tanto por ser uma forma de expressão e dar forma aos sentimentos, manifestando emoções e visões de mundo individuais e coletivas, quanto por ser uma forma de criar e compartilhar conhecimento. Para o referido autor:

[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo, ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. (CANDIDO, 2011, p. 188)

Nesse sentido, o retorno à leitura, ao livro, é um estímulo às possibilidades de reflexão crítica sobre a vida individual e coletiva, sobre a cultura, a cidade e a sociedade. A leitura pode conduzir-nos

aos mais distintos caminhos, da emancipação à barbárie, porém a associação entre o ato da leitura e a capacidade de reflexão crítica é um poderoso estímulo à construção de formas de existência mais plenas. Esse apelo ganha um especial significado no atual cenário de recuo das energias utópicas e de desconstrução da esfera pública, como afirma David Harvey (2014, p. 47), “de esmagamento das dimensões pública, social e coletiva, com a reificação do indivíduo, do privado”. A leitura, a literatura, sempre foi uma poderosa ferramenta de denúncia da miséria humana. Tanto é assim que a escrita e a arte sempre estiveram no lugar da resistência, emaranhadas em movimentos preñes de sonhos libertários, unindo, de algum modo, classes, raças e continentes. (ESPINHEIRA, 2011)

Porém, mais uma reticência... Uma importante reflexão é sobre qual a razão de definirmos o acesso ao livro como um indicador de cultura numa cidade onde ainda temos a presença do analfabetismo ou do fenômeno qualificado como analfabetismo funcional, e ainda temos a educação escolar avaliada, nas estatísticas oficiais, com baixos índices de desempenho.

A história do Brasil é repleta de tentativas de erradicação do analfabetismo. Os registros vão do ano de 1915, com a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, passando pela Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, de 1947; a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, de 1958; o Programa Nacional de Alfabetização, baseado no método Paulo Freire, de 1964; o Movimento Brasileiro de Alfabetização, de 1967; o Programa de Alfabetização Solidário, de 1997; e o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, de 2012, citando apenas alguns deles. (DINIZ; MACHADO; MOURA, 2014)

Nas últimas décadas, houve uma ação coordenada no sentido de implementar políticas de ampliação do acesso à escola e ao ensino superior, inclusive com a criação de mecanismos que assegurem a

permanência na escola e nas nossas universidades. Apesar de ainda estarmos muito distantes de uma meta razoável, consideramos que houve uma significativa redução do número de analfabetos e, em consequência, a ampliação do número de leitores. As políticas públicas para a manutenção de leitores, para além do ambiente escolar, também tiveram expressivo aumento nos anos 2000, com a instituição do Plano Nacional do Livro e Leitura, expansão de programas de apoio a bibliotecas nos municípios, bibliotecas escolares e o programa Ponto de Leitura, uma variante do programa Ponto de Cultura.

Como anteriormente registrado, várias são as pesquisas sobre acesso à leitura no país, porém, em sua maioria, pouco sistemáticas. Os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL), no período de 2019 e 2020 com 8.076 entrevistas com leitores maiores de 16 anos em 208 municípios, indicam que a democratização do acesso ao livro e à leitura no Brasil ainda pode ser considerada incipiente, principalmente se levarmos em conta o número de leitores.

A pesquisa referida apontou que, entre as capitais, o número de leitores pode variar de 68%, em João Pessoa, a 26% em Campo Grande – de acordo com a publicação *Retratos da leitura no Brasil*, que coletou dados no período de 2019 e 2020.³ Nessa pesquisa, Salvador se encontra na nona posição, com 57% da sua população sendo considerada como leitora. João Pessoa, Curitiba, Manaus, Belém, São Paulo, Teresina, São Luís e Aracaju são as oito cidades com mais leitores, de acordo com a referida fonte.

Outra fonte importante de dados é a pesquisa realizada por JLeiva Cultura & Esporte em 2017, com metodologia diferente da utilizada pelo IPL por não excluir o livro didático, sendo considerados

3 A metodologia de pesquisa utilizada na publicação *Retratos da leitura no Brasil*, do IPL e Itaú Cultural, consistiu em realização de pesquisa em 208 municípios, incluindo todas as capitais, considerando o leitor aquele que leu um livro inteiro ou parte dele nos três meses anteriores à entrevista.

leitores 72% dos soteropolitanos – o que colocaria Salvador em uma posição acima da média nacional, considerada como de 68%.⁴

A caracterização do leitor utilizada indica que não podemos fazer uma comparação entre os diferentes resultados nas duas pesquisas citadas, mas aponta que a possibilidade de avaliar a leitura como indicador é correta. A maior parte da população soteropolitana tem acesso a essa forma de manifestação cultural, o que dificilmente encontraríamos em outras manifestações que pudéssemos considerar.

Vale ressaltar que, entre as atividades culturais desenvolvidas em Salvador registradas pela pesquisa realizada por JLeiva Cultura & Esporte, a leitura é a que mais se destaca. A referida pesquisa, uma rica fonte de informações, aproxima-se, pelas suas características mais gerais, das pesquisas de opinião feitas por institutos de pesquisa específicos voltados para o livro e a leitura.

A construção de uma sociedade “letrada” requer o fim do analfabetismo, em suas várias formas e modalidades, e o cultivo do ato de ler como um valor, que funda novas formas de sociabilidade e constitui práticas e sujeitos plenos.

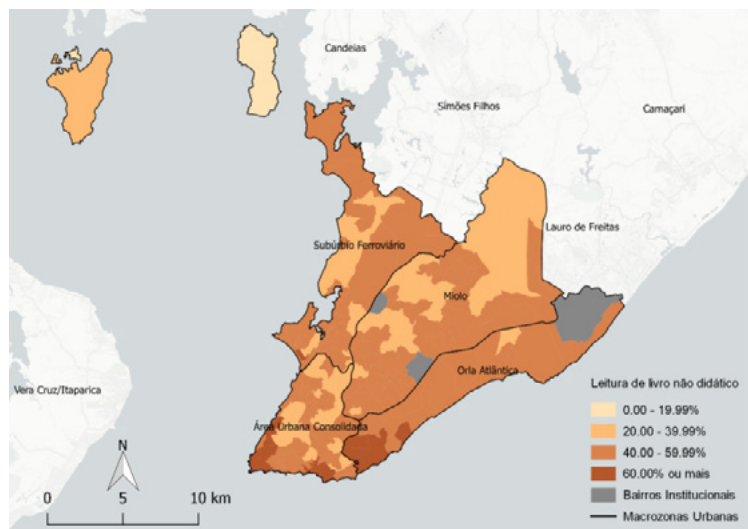
Quem é o leitor em Salvador

A definição do leitor na pesquisa QUALISalvador é o indivíduo que leu um livro não didático, completo, nos últimos três meses

4 A metodologia da pesquisa realizada consistiu em aplicação de um questionário em um universo de 12 capitais – Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo – em uma amostra global de 10.600 entrevistas. Em Salvador, foram pesquisadas 604 pessoas, com base na estimativa populacional para o ano de 2017 de 2.480.330 e com margem de erro de 1 ponto percentual. A seleção do entrevistado em cada cidade foi feita de forma direta, em pontos previamente selecionados de fluxo populacional, seguindo a metodologia indicada pelo Data Folha. Ver: <http://www.culturanas Capitais.com.br/metodologia/>.

anteriores à data da realização da entrevista. Segundo a pesquisa, o leitor é, sobretudo, do sexo feminino (60%), tem nível médio completo (47%), encontra-se na faixa etária de 70 anos (15%) e se concentra na faixa salarial de 15 a 20 salários mínimos.

Figura 1 - Leitura de livro não didático em Salvador



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A distribuição socioespacial dos leitores indica que 72% estão nos bairros da Área Urbana Consolidada: a incidência na Graça é de 72%, seguida pelos bairros da Pituba (66,3%), Jardim Armação (63,8%), Canela (63,2%), Mares (63%), Barra (61%) e Centro (60%), considerando os locais onde os que declararam ter essa atividade como hábito performaram percentuais acima ou iguais a 60%. Vale ressaltar que as regiões do Centro e bairros da Orla são dominantes, tendo como exceção o bairro

Mares, que apresenta um percentual equivalente e está localizado na região da Cidade Baixa. Na área urbana menos estruturada, foram encontrados os menores percentuais, com menos de 30% de leitores: Jardim Cajazeiras (30%), Águas Claras (29,8%) e Ilha dos Frades (28%).

Se considerarmos o acesso à leitura como resultante de políticas públicas, temos, no nosso histórico de formação cultural, uma interdição ao acesso ao livro e à leitura e também a uma política cultural nos primórdios da colonização portuguesa. (RUBIM, 2007) Ao se relacionar com as outras atividades, a leitura de livro não didático aparece em 11º lugar, em um rol no qual as seguintes atividades têm prioridade: descansar, assistir a televisão, praticar atividades esportivas, navegar na internet, ouvir rádio, ir à praia, visitar amigos, ir ao cinema e realizar atividade religiosa. A leitura aparece como mais frequente em relação à prática de esportes, ir ao cinema, teatro ou simplesmente não fazer nada.

Na pesquisa de campo realizada pelo QUALISalvador, 44% dos 15.260 entrevistados afirmam que costumam ler no tempo livre algum livro não didático. Apesar de não existir possibilidade de levantarmos qual o livro lido, os pesquisadores de campo registraram que a Bíblia surgiu na entrevista como único livro lido em alguns bairros populares, acompanhando a tendência geral que a aponta como o livro mais vendido no mundo. (GUINNESS WORLD RECORD, 2021)

As desigualdades sociais e o pouco acesso aos bens culturais também impactam a área do livro. O acesso à literatura brasileira clássica, a exemplo de Machado de Assis e Mário de Andrade, enfrenta diversas barreiras, como afirma Candido (2011). Isso não significa que não existam outras formas de fruição da literatura, seja ela escrita ou oral, como o folclore, a canção popular, o provérbio, a sabedoria popular, entre outros - bons exemplos de como a literatura pode alcançar não letrados. Entretanto, apesar de se constituírem maneiras expressivas e relevantes de expressão

e acesso à cultura, não devemos desconsiderar o fato de que outros autores denominados “eruditos” não são amplamente conhecidos, o que revela uma deficiência na democratização da cultura e do conhecimento. (CANDIDO, 2011)

Tabela 2 – Leitores por bairro

Bairro	Leitores
Graça	72,00%
Pituba	68,71%
Rio Vermelho	66,29%
Jardim Armação	63,77%
Canela	63,24%
Mares	62,96%
Barra	60,71%
Centro	60,09%
Federação	60,00%
Jardim Cajazeiras	29,90%
Águas Claras	29,89%
Ilha dos Frades	28,00%

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Tabela 3 – Leitores por faixa de renda (salário mínimo)

Faixa de renda	
Até ½	27,85%
Mais de ½ a 1	39,05%
Mais de 1 a 2	40,54%
Mais de 2 a 3	45,27%
Mais de 3 a 5	48,37%

Faixa de renda	
Mais de 5 a 10	54,92%
Mais de 10 a 15	55,86%
Mais de 15 a 20	60,28%
Mais de 20 a 30	55,96%
Mais de 30	55,68%
Sem rendimento	37,00%

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Os dados de leitores indicam a predominância dos mesmos nos bairros da Orla Atlântica e da Área Urbana Consolidada e, por faixa de renda, (Tabelas 1 e 2) indicam que em todas as faixas existe a prática da leitura, mesmo entre os que declararam não ter rendimento no momento da pesquisa, não existindo percentual abaixo dos 25% em nenhuma das faixas registradas. O maior número de leitores está na faixa entre 15 e 20 salários mínimos (60,28%) e menor número na faixa de renda de até meio salário mínimo (27,85%). De forma conclusiva, constatamos a hipótese da universalização do acesso à leitura, mesmo que se concentre nas faixas de rendas maiores.

Acesso a equipamentos culturais

Outro aspecto abordado na pesquisa foi o acesso aos equipamentos culturais da cidade de Salvador. Pensar o acesso aos equipamentos é também pensar o sistema de transporte e a mobilidade da população. A maior parte dos equipamentos culturais da cidade está localizada no seu Centro tradicional, onerando a população que pretende frequentar os teatros, museus, bibliotecas, casas de *shows* etc.

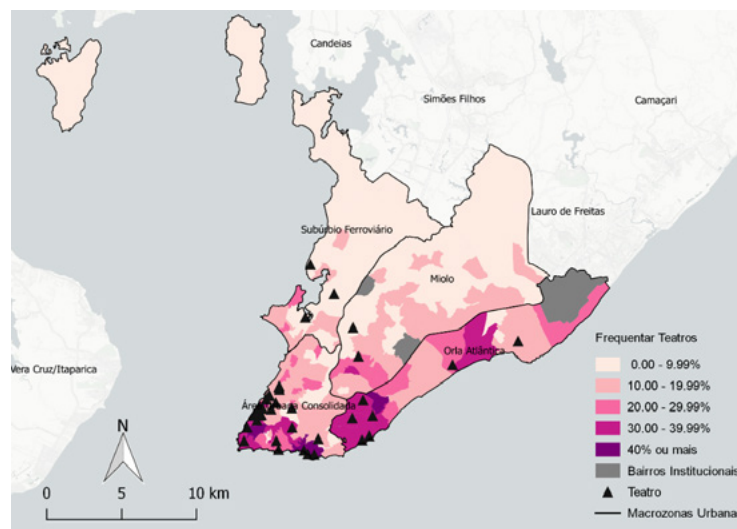
As questões de mobilidade urbana de Salvador impactam na possibilidade de presença do público que não vive no Centro ou nos poucos bairros nos quais existem equipamentos culturais. Os estudos de frequência aos espaços culturais da cidade não são sistemáticos. A pesquisa realizada nas capitais brasileiras por JLeiva Cultura & Esporte no ano de 2017 apurou a frequência dos soteropolitanos aos seguintes espaços culturais da cidade: cinema (84%), *show* (46%), festas populares (42%), feira de artesanato (40%), biblioteca (39%), dança (34%), museu (31%), teatro (31%), circo (19%), sarau (17%) e concerto (11%).

A mesma pesquisa também coletou dados sobre os equipamentos culturais mais frequentados pela população da cidade em 2017. Entre os teatros frequentados, a referência é para um dos principais espaços culturais da cidade, o Teatro Castro Alves – sendo citado por 96% dos pesquisados e frequentado por 66% –, além dos seguintes espaços estaduais: a Biblioteca Pública do Estado da Bahia (39%), o Museu de Arte Moderna (28%), o Museu de Arte da Bahia (25%) e o Centro Cultural Plataforma (12%). Também foram citados o Espaço Caixa Cultural Salvador (15%) e um espaço privado, a Senzala do Barro Preto (28%). Apenas dois dos referidos equipamentos culturais estão situados fora do Centro: o Centro Cultural Plataforma, um teatro, e a Senzala do Barro Preto, no Curuzu, bairro da Liberdade, um espaço de espetáculos musicais pertencentes ao bloco afro Ilê Aiyê.

Levamos em consideração o ato de se deslocar para o acesso a uma atividade cultural, em nenhum momento uma hierarquização das manifestações culturais. Como afirma o *rapper* Criolo, na música “Sucrilhos” (2011): “Di Calvancanti, Oiticica e Frida Kahlo têm o mesmo valor que a benzedeira do bairro”.

A Figura 2 indica a distribuição dos números apurados, ficando evidente que a maior frequência aos teatros da cidade é dos moradores da Orla Atlântica e da Área Urbana Consolidada.

Figura 2 – Frequência aos teatros em Salvador



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

A realidade expressa nos dados sobre o acesso a equipamentos culturais se materializa na forma de sua distribuição espacial pela cidade, com a clara concentração de equipamentos na Área Urbana Consolidada, como demonstra o Quadro 3.

Quadro 3 – Teatros em funcionamento por macrozonas urbanas, públicos e privados

Macrozonas urbanas	Teatros em funcionamento
Área Urbana Consolidada	Teatro Miguel Santana Teatro Casa XIV Teatro Sesc Senac Pelourinho Teatro Gregório de Mattos Teatro da Barroquinha Casa Preta

Macrozonas urbanas	Teatros em funcionamento
Área Urbana Consolidada	Teatro Dias Gomes Teatro Gamboa Teatro Xisto Bahia Teatro Vila Velha Espaço Cultural Raul Seixas Teatro Castro Alves Sala do Coro Teatro ICBA Teatro Martim Gonçalves Teatro Molière Teatro da Barra Teatro do Movimento Teatro Isba Cine-Teatro Irdeb Teatro Hora da Criança Teatro Caballeros de Santiago Teatro Gil Santana Teatro Sesi Rio Vermelho Solar Boa Vista Centro Cultural Manoel Querino
Orla Atlântica	Teatro Jorge Amado Teatro Módulo Cine-Teatro Casa do Comércio Teatro Sartre Teatro Anchieta Casa da Música Teatro Diplomata
Subúrbio Ferroviário	Espaço Cultural Alagados Cine-Teatro Plataforma Teatro É ao Quadrado
Miolo	Teatro UNEB/Caetano Veloso Teatro da Acopamec

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Os espaços públicos estruturados como teatros são divididos da seguinte forma:

- a) Federais: Teatro Martim Gonçalves e Teatro do Movimento, ligados à Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- b) Estaduais: Teatro Castro Alves, Teatro Xisto Bahia, Espaço Cultural dos Alagados, Sala do Coro, Teatro do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), Cine-Teatro Plataforma, Casa da Música, Solar Boa Vista e Teatro da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Caetano Veloso;
- c) Municipais: Teatro Gregório de Mattos, Teatro da Barroquinha e Câmara Municipal de Salvador, que tem o Centro Cultural Manoel Querino;
- d) Privados: Teatro da Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec), Teatro É ao Quadrado, Teatro Diplomata, Teatro Jorge Amado, Teatro Módulo, Teatro Anchieta, Teatro Sartre, Cine-Teatro Casa do Comércio, Teatro do Serviço Social da Indústria (Sesi) Rio Vermelho, Teatro Gil Santana, Teatro Caballeros de Santiago, Teatro Hora da Criança, Teatro do Instituto Social da Bahia (Isba), Teatro do Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA), Teatro Molière, Teatro da Barra, Espaço Cultural Raul Seixas, Teatro Vila Velha, Teatro Gamboa, Teatro Miguel Santana, Teatro do Serviço Social do Comércio (Sesc) Pelourinho, Casa Preta e Teatro Casa XIV.

Os dados do QUALISalvador indicam que a distribuição socioespacial dos soteropolitanos que afirmaram frequentar o teatro é reveladora do caráter seletivo dessa prática cultural. Os três bairros que apresentam 40% ou mais de pessoas que afirmaram ter o hábito de ir ao teatro no tempo livre são Graça (48%), Rio Vermelho (41,6%) e Stiep (40%), os dois primeiros localizados na Área Urbana Consolidada e o terceiro na Orla Atlântica. Entre os que responderam

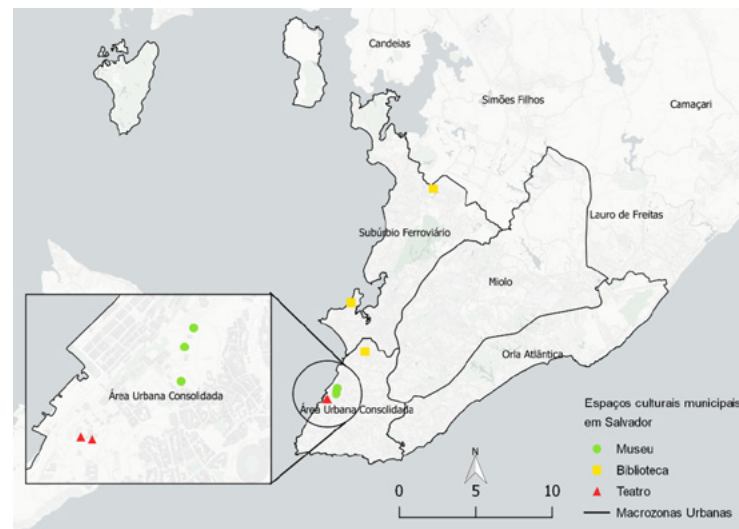
de modo afirmativo a essa alternativa, parcela considerável está na Área Urbana Consolidada, nos bairros Barra (39,29%), Centro (32%), Federação (30,91%), Canela (30,88%) e Vitória (30,51%); e na Orla Atlântica, nos bairros Costa Azul (36,90%), Pituba (34,69%), Piatã (32,91%), Itaigara (30,88%) e Caminhos das Árvores (30,56%). No Miolo, somente no Resgate (32,26%) aparece registro para a atividade. Nos bairros do Subúrbio Ferroviário e nas três ilhas – de Maré, do Bom Jesus e dos Frades –, nenhum morador registrou o exercício dessa atividade cultural. É preciso salientar, então, que o exercício dessa atividade está concentrado na população residente em bairros da chamada classe média e classe alta.

Entre os muitos aspectos que contribuem para restringir o acesso da população dos territórios populares aos teatros na cidade estão questões relativas à renda, para cobrir os custos de deslocamento e de ingresso do espetáculo, e o fato de que tanto os teatros públicos quanto os privados muitas vezes funcionam com cessão de pauta e dependem da bilheteria para a manutenção dos grupos e das peças em cartaz. Salvador não tem, como política pública, subsídio de ingressos de espetáculos a título de incentivo à manutenção da saúde econômica dos teatros ou como investimento em formação de público na cidade. Por último, é possível listar outro fator, também de natureza social: o pertencimento e reconhecimento, uma vez que parcela significativa das manifestações populares que acontecem no cotidiano dos bairros da periferia não são contempladas por esses espaços.

Apesar de Salvador ter diversos equipamentos culturais, praças e coretos, queremos fazer um recorte do investimento da municipalidade nesses equipamentos. A prefeitura tem dois teatros, os vizinhos Barroquinha e Gregório de Mattos; um museu que se encontra fechado, a Casa do Carnaval, um memorial sobre o Carnaval; um espaço cultural, a Casa do Benin; e três bibliotecas: Edgard Santos,

Denise Tavares e Nair Goulart. São apenas três bibliotecas públicas municipais para seus quase 3 milhões de habitantes (Figura 3).

Figura 3 – Espaços culturais municipais em Salvador



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Se os teatros e outros equipamentos culturais estão concentrados na Área Urbana Consolidada e na Orla Atlântica, nos bairros mais periféricos existem alternativas criativas de resistência, a exemplo dos saraus de poesia, que têm-se tornado um fenômeno crescente e potente – como o Sarau da Onça, em Sussuarana; o Sarau Bairro da Paz Vive, no Bairro da Paz; o sarau do coletivo Juventude Ativista de Cajazeiras (Jaca), no bairro Cajazeiras V; e tantos outros. Os saraus passaram por ressignificações nos últimos anos em Salvador e ganharam mais visibilidade e expressão. Então, essas manifestações populares são plenas do que pode ser qualificado como cultura no

sentido substantivo, como também definido por Marilena Chaui (2008). Para Santos (2019, p. 210):

[...] não se restringem apenas ao recital de poesia, comumente conhecido pelo grande público, mas são também rodas culturais que agregam a poesia, a dança, a música, o teatro, as batalhas de rap, o grafite, os *slams* e entre outras manifestações que emergem da cultura popular.

Nos saraus, os cotidianos dos bairros em “temas como violência, morte, desigualdade social, racismo e misoginia surgem nas rimas e métricas. Valorização dos territórios e o incentivo à busca pelo conhecimento, valorização das novas expressões atravessam os versos poéticos que são proferidos durante o sarau”. (SANTOS, 2019, p. 217)

Além de formar “novas centralidades culturais”, esses espaços, constituídos à margem dos circuitos privados e oficiais, convertem-se em espaços de diálogos, debates, performances, exposições e mobilização e organização política, visto que discussões sobre problemas do bairro, da cidade e da conjuntura política do país estão presentes nessas interações. (SANTOS, 2019) Afinal, como declara o antropólogo e ex-secretário nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares (2019, p. 49) “[...] é preciso poder andar tranquilamente na favela em que se nasceu: para organizar-se, promover movimentos, avançar. E para evitar que as lutas comunitárias se restrinjam às expressões reativas de dor e indignação”. A partir de mobilizações e organizações como essas e outras, é possível pressionar as instâncias governamentais para reivindicar equipamentos, infraestruturas e serviços ou colocar em prática ações propostas pelos próprios moradores do bairro.

Nesse sentido, falar de cultura e práticas culturais significa falar de política, que se traduz em direitos culturais e direito à cidade. O QUALISalvador perguntou aos moradores dos bairros se tinham alguma forma de participação política em algum tipo de organização,

e a resposta predominante foi negativa, com 79,6%. Entre os que afirmaram participar de algum tipo de associação, destacaram-se os que participam de organizações religiosas; com 14,7%; e organizações comunitárias, com 3,34%. A filiação a partidos políticos aparece com 1,5% dos pesquisados.

Participação política, comunitária e em associação religiosa

O pobre é sábio porque conhece a experiência da escassez, algo que a classe média está conhecendo agora. A experiência da escassez é o caminho da descoberta, do que vale realmente. O futuro está nos de baixo. (SANTOS, 1997)

Um dos aspectos importantes ao avaliarmos a qualidade do ambiente urbano em Salvador é a participação dos cidadãos na disputa cotidiana, na vida urbana. Qual a participação nos conselhos, nas consultas públicas e associação de moradores? Como se dá a luta por moradia, por melhores condições de vida, enfim, pelo bem-viver? Como se dá a associação e como se organiza a participação política da população? Como opina e se coloca diante de uma cultura de individualismo proposta nas grandes cidades?

Na Área Urbana Consolidada, nos bairros Graça (34%), Retiro (33,3%), Canela (32,4%), Centro/Dois de Julho (31,6%) e Vitória (31,2%), mais de 30% da população responderam que participam de alguma organização comunitária, política, religiosa ou outra. Na Orla Atlântica, somente no Itaipara (32,35%) e no Bairro da Paz (30,3%) mais de 30% dos entrevistados responderam que participam. Chama atenção o fato de que o primeiro bairro é de classe média e o segundo é popular, e neste último a participação religiosa é bem maior: enquanto no Bairro da Paz a participação religiosa é 22,4%,

no Itaipara é quase a metade, 11,8%. Apesar de o Miolo e o Subúrbio Ferroviário não apresentarem bairros em que mais de 30% dos entrevistados responderam que são participantes de algum tipo de organização, é possível perceber que nas duas macrozonas uma parte considerável – de 20 a 29,99% – responderam que participam. Na maioria das vezes, essas organizações comunitárias, políticas, religiosas ou de outra natureza que acontecem nos bairros populares, em um contexto de deficiência de infraestrutura, serviços e equipamentos, são essenciais para a diversidade tanto social quanto cultural na cidade. (SERPA, 2008)

As ações em rede, solidárias, acontecem nas práticas cotidianas com ou sem práticas associativas mais formais. (DIAS, 2017) Por sua vez, essas ações geram um sentimento de conexão, de pertencimento, como afirma a ialorixá Mãe Stella de Oxóssi:

O sentimento de gratidão forma uma ligação de afetividade consciente. Afinal, ‘obrigado’ tem origem no latim *obligare*, que significa ‘para unir’. Quando, portanto, um muito obrigado é dito para alguém, eles estão se unindo em uma corrente de amizade e cooperação mútua. (OXÓSSI, 2015, p. 201)

É dessa maneira que relações de vizinhança e boa convivência ganham forma. Milton Santos definiu, em entrevista ao Programa Roda Viva, da TV Cultura, em 1997, como a “experiência da escassez” submete os moradores a pensarem e colocarem em prática atividades coletivas que visam suprir as carências e/ou resistir aos processos de espoliação urbana e gentrificação. O referido autor situa a dimensão da construção da solidariedade na esfera da vida, das condições materiais concretas de existência.

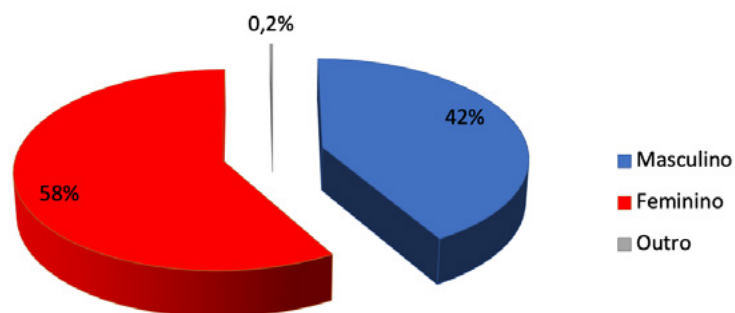
O bairro que apresenta a maior população participante de organização comunitária é o Centro Histórico, com 17,5% dos responsáveis pela família pesquisados – o que pode ser explicado pelas

situações específicas do bairro, que envolvem as possibilidades de permanência ou expulsão do local. O conflito entre os interesses do capital imobiliário, que pretende se apropriar das áreas com maior infraestrutura, e o propósito da população residente de permanecer ocorre em muitas metrópoles. (MARICATO, 2015) Assim, o processo de gentrificação impulsiona a constituição de uma rede de movimentos e a busca da participação dos moradores com o objetivo de tentar assegurar a permanência no território.

Em Salvador, diversas organizações formam a Articulação do Centro Antigo – constituída principalmente por residentes, mas incluindo também pequenos comerciantes e prestadores de serviços –, que vem se organizando desde a década de 1990 e, cada vez mais, tem denunciado o projeto de expulsão dos moradores, que tem o objetivo de substituir a população residente para dar lugar ao comércio mais globalizado ou à ampliação de imóveis para uma faixa de renda mais alta, privilegiando o *marketing* turístico, o que se sobrepõe ao modo de viver dos moradores tradicionais no local, em sua maioria pobres. (MOURAD; BALTRUIS, 2011)

Entre os entrevistados pelo QUALISalvador, 20,4% afirmaram fazer parte de alguma organização comunitária, política, religiosa ou de outra natureza. Chama a atenção o fato de que a maior parcela dos que declararam participar de uma organização é constituída de mulheres (58%) e, desse universo de mulheres, 83,6% são pretas e pardas. As mulheres, responsáveis pelos trabalhos de cuidados, estão na linha de frente da luta por melhores condições de vida nos territórios urbanos. (INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 2017) As grandes ocupações de Salvador, início da maior parte dos bairros populares, têm como liderança as mulheres negras. Essa situação se confirma com os dados do QUALISalvador, que mostram o peso da participação das mulheres negras na vida comunitária, como demonstram as Figuras 4 e 5, a seguir.

Figura 4 – Participação política, comunitária e religiosa segundo gênero

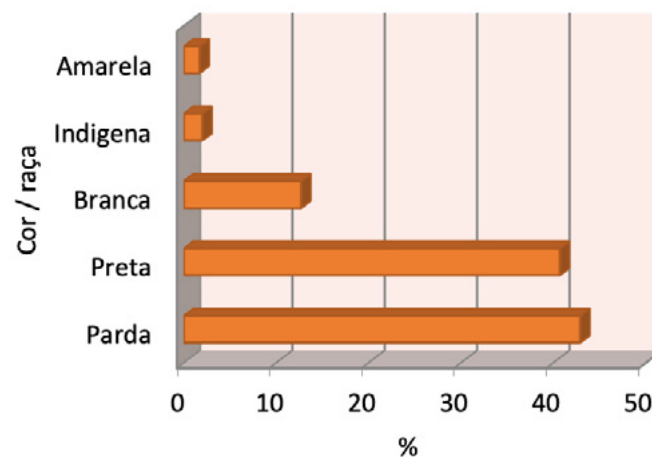


Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

É possível registrar aqui o exemplo de Saramandaia, um bairro com uma população organizada no qual as mulheres, especialmente as mulheres negras, sempre estiveram na vanguarda da reivindicação por direitos básicos – que dão forma ao direito à cidade – e, conseqüentemente, das conquistas e da conscientização política de seus moradores. É impossível falar da história desse bairro sem citar os nomes de suas lideranças, como Adalgisa Maia, Monja Madre Paula (Irmã Paula), Mariza Santos e tantas outras, assim como as diversas associações comunitárias, como a Associação Beneficente de Senhoras e a Associação de Pais e Mestres de Saramandaia, esta última presente e importante ainda hoje, principalmente pela ação voltada aos jovens do local.⁵ Esse dado se confirma na pesquisa do QUALISalvador, na qual 58% dos que declararam participar de alguma forma de organização são mulheres.

⁵ Vale a pena conhecer essa experiência em: Soares (2019) e no documentário *Retalhos - A memória viva de Saramandaia*, dirigido por Lúcio Lima em 2015.

Figura 5 – Participação política, comunitária, religiosa ou de outra natureza segundo o gênero feminino por cor/raça

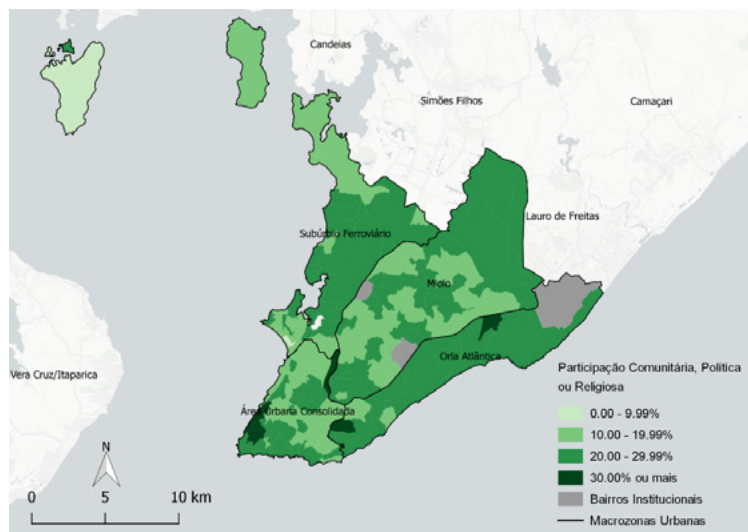


Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Em uma entrevista sobre a cidade de São Paulo para o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis), a jornalista Simone Nascimento (2020) afirmou o protagonismo da mulher nos processos de organização na cidade: “em cada bairro desta cidade existem centenas de mulheres negras que sabem de cada detalhe do que acontece com suas comunidades, cada problema e qual seria a melhor solução” – frase que pode ser aplicada à realidade de Salvador. Algumas dessas líderes comunitárias estiveram conosco e foram indispensáveis para o êxito das fases de divulgação da pesquisa e aplicação de questionários do QUALISalvador.

Como demonstram os dados do QUALISalvador na Figura 6, a participação política, comunitária e em associação religiosa se dá de forma muito diferenciada.

Figura 6 - Participação política, comunitária e em associação religiosa por região



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Os bairros com maior participação em instituições religiosas são Vila Canária, com 27,9%, e Santa Luzia, com 25,5%. Como afirmado anteriormente, os bairros centrais, a exemplo do Centro Histórico, com 17,6%, lideram em termos de participação comunitária. Na análise da participação de natureza política, destacam-se a Graça, bairro de maior nível de renda, que chega a 12%, e, em seguida, Costa Azul, com 6,2% de participação dos responsáveis pelas famílias. A Área Urbana Consolidada concentra uma população que tem mais de 30% dos seus habitantes participando institucionalmente. Com uma Câmara de Vereadores com 43 representantes, diversos conselhos, desde o Conselho da Cidade, o Conselho da Criança e do Adolescente, o Conselho da Mulher, os Conselhos Tutelares, e de

Segurança Alimentar, formalmente constituídos, os dados sobre a participação institucional dos moradores de Salvador não refletem a expectativa de participação que os ritos de representação institucional poderiam possibilitar. Especial destaque deve ser dado à representação cidadã nos órgãos colegiados de construção de políticas públicas no campo cultural, como o Conselho Municipal de Políticas Culturais.

A cidade, que realizou poucas conferências municipais e tem poucos órgãos efetivamente consultivos à população, revela, de fato, pouca participação. Os números relativos à cultura em Salvador revelam, ainda, repetição do ciclo das políticas culturais do país em suas três tristes tradições: ausência, autoritarismo e instabilidade, como registrado pelo professor Albino Rubim (2007).

Conclusão

Construir indicadores de cultura no contexto de qualidade de ambiente urbano é um grande desafio, particularmente quando trabalhamos com um conceito ampliado de cultura. A cidade de Salvador, que navega no tempo e no espaço urbano, com manifestações que dialogam com tantas formas de expressões culturais, torna essa tarefa ainda mais árdua.

Escolher uma linguagem, uma manifestação e traduzi-la em métricas quando as linguagens se mesclam e se confundem é de fato muito difícil. Decidimos, aqui, sugerir o indicador de leitura como uma referência para refletir sobre a cultura em Salvador, que pode materializar-se em um suporte físico ou em meio digital, tornando-se acessível em qualquer aparelho celular e cumprindo, portanto, o critério de acessibilidade e de universalidade da linguagem. Considerando que existem também os audiolivros, que cumprem o papel de chegar ao leitor com deficiência visual e aos ainda não

letrados, a possibilidade de acesso ao texto se amplia. Assim, ao escolher o livro como indicador de cultura, escolhemos a palavra, o contar histórias, a voz das comunidades, que produz a escrita e reproduz suas memórias. Consideramos ainda a possibilidade de analisar esse acesso através da coleta de dados primários e de fontes secundárias, séries históricas e consolidadas. Retornando ao conceito de cultura que nos reporta à capacidade de se relacionar com o ausente, com a produção do simbólico e com o imaginário, poderíamos afirmar que a leitura joga luz sobre o pensamento e a ação.

Assim, percorremos os bairros da cidade de Salvador buscando revelar aspectos da sua cultura e da participação ao traduzir a dimensão política da própria participação, passando do acesso ao livro aos equipamentos culturais e às formas de organização política e social. Nesse sentido, abordamos a cultura como direito fundamental do cidadão e consideramos que a vida cultural na cidade pode ter o sentido pleno de cidadania cultural.

A cidade é uma experiência cultural. A cidade de Salvador, com seu guia de ruas, que é apresentada ao mundo como a cidade da música e das festas, a mais africana fora do continente africano, conceito central para a atração turística, não oferece aos seus moradores a possibilidade de usufruto da cultura em seu sentido mais pleno. Isso se traduz não só na forma excludente de inscrição dos equipamentos culturais no espaço urbano, mas também no próprio investimento público, que, na execução das políticas culturais, destina apenas parcela insignificante do seu orçamento para a cultura – negando o seu papel de Estado na construção dos direitos plenos à cidadania cultural, conforme o artigo 215 da Constituição Federal.

Se de todos os lados conseguimos ver, sentir e consumir cultura, essa tanta vida não se traduz, de forma igualitária no bem-viver na cidade, no ambiente urbano. Ademais, os projetos que associam cultura a turismo, reduzindo a cidade a uma economia da cultura

seletiva e predatória, recusam a cultura em seu sentido mais substantivo. A mercantilização da cultura é a mercantilização da cidade e se distancia profundamente do direito à cultura e à cidade. Essa cultura que se expressa na forma de festa e de espetáculo nos guias das ruas, para o deleite e produção imagética e sonora de alguns poucos, é antipopular, misógina, racista e antidemocrática, ainda que se faça às custas dos(as) soteropolitanos(as) pretos(as) e pobres.

Referências

- AMADO, Jorge. *Bahia de todos os santos*: guia de ruas e mistérios. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAHIA. *Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências. Salvador, 30 nov. 2011.
- BARBOSA, Magnair. Estudo Histórico. In: BAHIA. Secretaria de Cultura. IPAC. *Desfile de afoxés*. Salvador: Secretaria de Cultura: IPAC, 2010. p. 13-29. (Cadernos do IPAC, 4).
- CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. *Crítica y Emancipación*: revista latinoamericana de ciencias sociales, Buenos Aires, año 1, n. 1, p. 53-76, jun. 2008.
- CHUVA, suor e cerveja. Intérprete: Caetano Veloso. Compositor: Caetano Veloso. In: MUITOS carnavais. Intérprete: Caetano Veloso. [S. l.], Philips, 1977. 1 LP.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Clímaco. Carnaval de Salvador: o declínio da festa mercantil. *Revista Geotextos*, Salvador, v. 14, n. 1, p. 103-123, jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/27384/16401>. Acesso em: 10 jan. 2021.

DIAS, Clímaco. *Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade*: relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2560>. Acesso em: 22 jan. 2020.

DINIZ, Gleison Mendonça; MACHADO, Diego de Queiroz; MOURA, Heber José de. Políticas públicas de combate ao analfabetismo no Brasil: uma investigação sobre a atuação do Programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará. *Revista Administrativa Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 641-666, maio/jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000300006. Acesso em: 12 jan. 2021.

ESPINHEIRA, Gey. Cultura, cidade e democracia: o jogo da cultura no mundo contemporâneo. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (org.). *Políticas culturais para as cidades*. Salvador: Edufba, 2010. (Coleção Cult).

GUINNESS WORLD RECORD. Disponível em: <https://www.guinnessworldrecords.com/world-records/best-selling-book-of-non-fiction>. Acesso em: 3 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. *Direito à cidade*: uma visão por gênero. Paulo: IBDU, 2017.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO; ITAÚ CULTURAL. *Retratos da leitura no Brasil*. 5. ed. [S. l.]: IBOPE Inteligência, 2020. 153 slides. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

JLEIVA CULTURA & ESPORTE. *Cultura nas capitais*. 2017. Disponível em: <http://www.culturanascapitais.com.br/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

LA BOËTIE, Étienne de. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Escuta, 1987.

LEFEVBRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOURAD, Laila Nazem; BALTRUSIS, Nelson. Pelourinho, entre a gentrificação e a coesão social. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., Rio de Janeiro, 2011. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/638/625>. Acesso em: 30 jan. 2021.

NASCIMENTO, Simone. *Qual a cidade do futuro para as mulheres negras e indígenas?* [Entrevista cedida ao] Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - Instituto Pólis. São Paulo, 11 ago. 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/qual-a-cidade-do-futuro-para-as-mulheres-negras-e-indigenas/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. Boitempo: São Paulo, 2003.

OXÓSSI, Mãe Stella de. Quanto custa um “muito obrigado”? *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 28, n. 94, p. 201-202, 2015.

POULANTZAS, Nicos. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra na no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469/934>. Acesso em: 7 jan. 2021.
- SANTOS, Célio José dos. Os saraus de poesia – cultura, política e juventude em movimento: os “novos” sujeitos da cena político-cultural da cidade de Salvador. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 9, n. 2, p. 209-230, 2019.
- SANTOS, Milton. *O espaço da cidadania e outras reflexões*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro, v. 3).
- SANTOS, Milton. [Entrevista concedida ao Programa Roda Viva – TV Cultura]. [São Paulo], 31 mar. 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law&t=2229s>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- SANTOS, Nívea Alves dos; BARBOSA, Magno. Carnaval. In: BAHIA. Secretaria de Cultura. IPAC. *Carnaval de Maragogipe*. Salvador: Secretaria de Cultura: IPAC, 2010. p. 27-33. (Cadernos do IPAC, 3).
- SERPA, Angelo. Os espaços públicos da Salvador contemporânea. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana*. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: Edufba, 2008. p. 173-188.
- SERPA, Angelo. Fala periferia! In: SERPA, Angelo (org.). *Fala periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano*. Salvador: Edufba, 2001. p. 11-14.
- SERPA, Angelo. Margens de Salvador: a produção do espaço periférico metropolitano. In: LIMA, Paulo Costa (coord.). *Quem faz Salvador?* Salvador: Edufba, 2002.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SOARES, Rosângela. Saramandaia e as lutas pelo Direito Humano à Educação. *Agência de Notícias as Favelas*, Rio de Janeiro, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://www.anf.org.br/saramandaia-e-as-lutas-pelo-direito-humano-a-educacao/>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. *Academia da bíblia*. Disponível em: <https://academiadabiblia.org.br/>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- SUCRILHOS. Intérprete: Criolo. Compositor: Criolo. In: NÓ na orelha. Intérprete: Criolo. [S. l.], Oloko Records, 2011. 1 CD, faixa 8.
- UNESCO. *Declaração Universal da Diversidade Cultural*. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- UNESCO. *Cultural policy: a preliminary study*. UNESCO: Paris, 1969.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia de Letras, 1994.



SALVADOR: A CIDADE E SEUS BAIRROS SOB O OLHAR DOS PESQUISADORES

Nilce de Oliveira

Tássio Santos Silva

O intelectual memorizador, que lê horas a fio, domesticando-se ao texto, temeroso de arriscar-se, fala de suas leituras quase como se estivesse recitando-as de memória – não percebe, quando realmente existe, nenhuma relação entre o que leu e o que vem ocorrendo no seu país, na sua cidade, no seu bairro.

(FREIRE, 1996, p. 14)

Construímos este capítulo com base nas percepções da equipe de trabalho de campo, particularmente dos pesquisadores estudantes, expressas durante o processo de trabalho narrado a seguir. As fontes de registro dessas percepções foram: relatos escritos, falas gravadas nos seminários de avaliação, gravações tomadas para a elaboração do vídeo que compõe o conjunto de resultados, banco de fotografias

feitas pela equipe de campo e até análises preliminares, a exemplo de trabalhos apresentados em eventos acadêmicos.

Este capítulo é, portanto, diferente da base deste livro, porque não se fundamenta na análise dos dados levantados por questionários, nem em dados estatísticos oficiais, nem em fontes secundárias, como podem ser estudos acadêmicos, técnicos, trabalhos artísticos, jornalísticos, entre outros materiais. Ele tem uma abordagem qualitativa e não traduz necessariamente a cidade na perspectiva dos moradores entrevistados, mas sim nas percepções dos pesquisadores sobre a cidade, os bairros e sua gente, ainda que as impressões tenham surgido não só da observação, mas também da conversação ligeira e espontânea mantida com os entrevistados, líderes comunitários, trabalhadores com empregos no bairro ou apenas

transeuntes curiosos com a nossa presença no bairro. Não são, portanto, narrativas sobre os resultados da pesquisa, enfatizamos, mas sim impressões, frutos da vivência no campo. Preservamos estilo e linguagem dos estudantes e acolhemos suas metáforas – algumas das quais inspiradas em jovens artistas, críticos e irreverentes como eles. Recorremos às suas citações literais com o propósito de fortalecer seus argumentos.

Convém ressaltar a pertinência de muitas das observações aqui registradas sobre os moradores e seus bairros, na medida em que foram referendadas pelos resultados. Assim, a qualidade deste capítulo está na síntese fidedigna do olhar e da percepção dos nossos jovens pesquisadores no seu caminhar pela cidade e nos questionamentos sobre Salvador provocados pelo processo do trabalho.

As percepções dos jovens pesquisadores começaram a brotar como narrativas espontaneamente durante o trabalho de campo. A cada dia, no retorno deles aos nossos improvisados escritórios de campo, montados em equipamentos públicos e comunitários gentilmente cedidos pelos seus dirigentes, tínhamos relatos ricos do bairro, especialmente das ruas percorridas; dos gritantes problemas familiares de inúmeros entrevistados, que rompiam o formalismo do nosso instrumento de coleta de dados e conversavam com os pesquisadores; das observações silenciosas ou dialogadas com seus pares, com os quais percorriam a cidade, sobre as condições de vida dos moradores; e muito das características indesejáveis vistas a olhos nus no ambiente urbano. Essas observações e vivências se transformavam em conversações socializadas com a equipe de campo, quando os pesquisadores voltavam ao ponto de encontro no final de cada turno de trabalho.

As relações estabelecidas com os entrevistados residentes nos bairros populares, de acolhimento e colaboração, e o temor sempre presente da violência urbana sob muitas óticas, tal como o armamento

da população civil, em particular de jovens do sexo masculino, visto aqui e ali, foram temas recorrentes dessas narrativas.

Os jovens universitários, investidos na função de pesquisadores, retornavam ao escritório ávidos por compartilhar suas vivências e impressões, demonstrando seus sentimentos de perplexidade, inconformidade e até revolta diante dos aspectos nefastos da realidade observada, marcada por carências e condições insatisfatórias de habitabilidade na maior parte da cidade, onde foram observados casos extremos de precariedade de infraestrutura e da habitação.

Lamentavelmente, o volume de trabalho diário em cada turno, visando cumprir a meta de produtividade, e a exaustão causada pela caminhada sob o calor do verão e pelo desconforto do transporte coletivo para vencer as distâncias entre suas casas, as universidades e os bairros impediram que tivéssemos um diário de campo a rigor, como seria ideal para documentar falas tão expressivas. Os relatos orais em primeira versão e ainda sob o calor das emoções não tinham como ser registrados. No pouco tempo que tínhamos no escritório de campo, essas narrativas, muitas vezes verdadeiras catarses, eram subsidiárias, na medida em que o encontro no escritório tinha como objetivo a digitalização das folhas de respostas dos questionários. Ainda assim, foram momentos extraordinários para a socialização das experiências vivenciadas.

Diante da riqueza dessas narrativas informais, os estudantes foram estimulados a escrever um texto autoral, com os mesmos elementos de subjetividade, sobre suas vivências no Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador). Sugerimos que os relatos poderiam ter a liberdade literária de estilo e linguagem. Pedimos que seguissem na mesma linha das narrativas espontâneas, nas quais eram destacadas as suas emoções diante de situações,

fatos e aspectos da realidade que mais os impactaram. Assim, as observações sobre a realidade seriam recuperadas. E elas retornaram mais elaboradas nos seminários de avaliação e nos relatos escritos. Entretanto, este último recurso não teve a adesão que gostaríamos, situação que foi compensada com outras atividades que permitiram os registros.

As percepções, as reflexões e discussões com os parceiros das caminhadas pelos bairros na busca dos imóveis residenciais da amostra e os comentários pontuados nos escritos certamente ficarão na memória de muitos, na experiência de vida, no exercício da cidadania e na qualificação técnica e acadêmica para a carreira profissional em preparação. A experiência de campo se constituiu num rico processo de aprendizagem escolar e política, tal como atestado por muitos dos jovens que o viveram.

A equipe de campo foi formada por professores e estudantes, com distintas características quanto às áreas de conhecimento e experiências de pesquisa, sendo importante destacar o caráter interdisciplinar do QUALISalvador. Os estudantes de graduação foram selecionados mediante edital de convocação divulgado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Não houve restrição quanto a cursos ou semestres já cursados pelos candidatos que se submeteram à entrevista.

Iniciamos o trabalho de campo com estudantes bolsistas e voluntários e, assim, fizemos o teste do instrumento de coleta e das estratégias de campo. Posteriormente, com o aporte de recursos de mais um parceiro, foi possível estender o benefício da modesta bolsa para todos os estudantes participantes e ampliar o número de pesquisadores.

No conjunto dos pesquisadores estudantes, de vários cursos de graduação, a maioria era jovem e inexperiente em trabalho de pesquisa, no desabrochar da faixa dos 20 anos, mas também contamos

com a importante participação de estudantes mais maduros, mestrandos e doutorandos e até alguns estudantes já com formação e experiência profissional, cursando uma segunda graduação.

Muitos estudantes acompanharam o QUALISalvador durante todas as suas fases, mas a maioria só participou do trabalho de campo, que absorveu 60 estudantes da UFBA e da UNEB com bolsas viabilizadas com o apoio da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Boa parte dos bolsistas ficou até o final e outros foram substituídos, somando 84 pesquisadores, sem contar com os inúmeros voluntários de curta duração no projeto. Contamos com quatro coordenadores e uma equipe de divulgação com oito membros, perfazendo um total de 96 pesquisadores em campo, entre estudantes e professores, estes fazendo supervisão, orientação e apoio de todo tipo. Diante do tamanho da cidade e da nossa escolha pela amostra com representatividade estatística do universo, realizamos um trabalho de campo de grande porte, o que requereu um quantitativo de pesquisadores que exigiu uma logística de certa complexidade. A equipe de entrevistadores foi dividida em dois grupos, um para cada turno - matutino ou vespertino. Cada turno era dedicado a um bairro, no qual deveria ser aplicado o número de questionários previamente definidos no plano amostral. A equipe de divulgação fazia previamente o trabalho de comunicação, divulgando a pesquisa nos bairros.

Os relatos dos estudantes continham como abordagem mais geral a comparação entre as profundas desigualdades entre a pequena parte da cidade dos ricos e a imensa parte da cidade dos pobres. Eram narrativas com caráter de denúncia e clamor por justiça social. As denúncias foram dirigidas, *grosso modo*, ao poder público, com sua desigual e excludente gestão.

Além da cidade, sua gente e sua estrutura física, os relatos abordaram o processo de aprendizagem durante a experiência como pesquisadores do QUALISalvador, os aspectos metodológicos da pesquisa de campo, a logística, os recursos disponibilizados no campo, as relações estabelecidas entre a equipe e entre os pesquisadores e os entrevistados, bem como as dificuldades enfrentadas de todo tipo e natureza, com uma visão bastante crítica sobre as condições do fazer pesquisa nas universidades públicas, situação em que se mesclam compromisso social, entusiasmo pela produção de conhecimento e insuficiência de recursos materiais. Os principais problemas relativos à escassez dos recursos foram: não provimento de transporte privativo diariamente durante os quatro meses de trabalho, falta de suporte financeiro para incluir uma alimentação complementar para os pesquisadores e número reduzido de *tablets* para digitalizar os dados no campo, questões que comprometeram a agilidade do trabalho e o conforto dos pesquisadores. Convém destacar a total transparência com que a coordenação do QUALISalvador prestava contas a toda a equipe sobre os recursos disponíveis. No decorrer dos trabalhos, muitas adequações foram sendo feitas no campo, inclusive a partir das sugestões dos pesquisadores.

No cotidiano desse processo de trabalho, destacaram-se a colaboração e o companheirismo que se desenvolveram na equipe. Esses foram aspectos fundamentais no sucesso de campo do QUALISalvador, fato acompanhado pela coordenação, reconhecido e registrado pelos pesquisadores.

As observações dos pesquisadores foram produzidas no desafio diário do trabalho de campo, durante o enfrentamento de dificuldades inerentes ao trabalho, ocasião na qual os pesquisadores se submetiam a caminhadas, às vezes longas, em ruas, becos, vielas e escadarias, frequentemente vias despreparadas para a mobilidade

segura dos transeuntes – e não podemos deixar de registrar o estresse causado pelo sempre presente medo da violência. Paradoxalmente, os pesquisadores demonstravam e declaravam estar à vontade no campo, particularmente nos bairros populares. Apesar das adversidades, o cotidiano no campo exibia semblantes de satisfação e alegria dos pesquisadores, o que fez nascer um ambiente de cordialidade e ajuda mútua em meio a brincadeiras e formação de novas amizades.

Os pesquisadores estavam sempre muito atentos à realidade e motivados para conhecê-la, posto que sempre revelava aspectos desconhecidos para muitos deles. As características da grande metrópole, sua diferenciação interna nos bairros, a magnitude das desigualdades entre bairros e seus principais problemas não escaparam aos olhares críticos dos jovens estudantes. O contato com uma realidade prenhe de miséria fez aflorar fortes sentimentos e emoções durante a vivência no campo, percebidos nas narrativas escritas e visíveis até em forma de lágrimas nas falas presenciais.

Eles reuniram um conjunto de importantes leituras empíricas das percepções sobre a cidade, tanto numa visão geral do ambiente urbano e das condições de vida da população quanto numa visão setorializada, segundo funções urbanas, tais como habitação, infraestrutura, mobilidade, segurança, serviços e equipamentos, numa perspectiva, enfatizamos, profundamente crítica e comparativa.

O QUALISalvador e o aprendizado dos estudantes pesquisadores

Entramos em casas, sentamos nos sofás das diversas famílias, e cada questionário aplicado era uma realidade diferente, mas, ao mesmo tempo, igual. Como pode? Diferiam porque cada família é

única em suas experiências, mas se pareciam quando não tinham o segundo grau completo, quando não tinham água disponível todo dia, quando tinham alguma doença crônica ou quando tinham preocupação se iam ter o que comer no dia seguinte. (Pesquisadora, coordenadora de campo, mestranda em Nutrição)

Os professores do projeto QUALISalvador e, especialmente, seus coordenadores sempre estiveram atentos ao processo de aprendizagem durante a pesquisa entre os objetivos da inserção dos estudantes na equipe. A conexão entre ensino e pesquisa enquanto funções universitárias complementares foi trabalhada durante todas as etapas do projeto. Ao longo da pesquisa, muitos dos estudantes vinculados ao projeto realizaram concomitantemente uma produção acadêmica considerável, usando material parcial e preliminar do QUALISalvador. Foram elaborados artigos, *papers* para apresentação em congressos e outros eventos acadêmicos, trabalhos de conclusão de curso de graduação, projetos de pesquisa e dissertações de mestrado, além de haver teses de doutorado em andamento.

Na etapa do trabalho de campo, os seminários de avaliação foram atividades programadas e executadas reforçando a finalidade da aprendizagem. Foi bastante satisfatório o resultado desses seminários, momentos em que os estudantes pesquisadores discorriam sobre as impressões da cidade que mais os impactaram e, juntos, as tratávamos nas perspectivas teórica e política. Muitos estudantes atestaram os bons resultados do processo da pesquisa na sua aprendizagem universitária.

Conta uma das coordenadoras de campo, estudante do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental:

Fazer parte do QUALISalvador foi uma experiência rica, por falta de adjetivo que expresse melhor. Discutir e conhecer a cidade na teoria, planejar a pesquisa de campo, selecionar e treinar os

pesquisadores, preparar o material de trabalho. Ir pra rua. Andar pela cidade de ônibus, metrô, trem, barco, a pé. Subir escada, descer ladeira, pedir informação, entrar na casa das pessoas. Dois bairros e mais de 200 questionários aplicados por dia, correr a cidade em quatro meses. É mesmo difícil traduzir em palavras!

Entre os tantos estudantes que destacaram seu aprendizado, uma das mestrandas em Nutrição relatou:

No começo da coleta de dados, fui a campo como pesquisadora, aplicando questionários aos moradores dos domicílios da cidade de Salvador – uma experiência maravilhosa, muito rica, de muito aprendizado profissional e pessoal. Perto do final da coleta, passei à função de coordenação de campo. Passei a compreender questões de pesquisa e das relações interpessoais de outra forma.

Alguns pesquisadores se referiram ao significado de saírem de sua zona de conforto, do “nosso mundinho”, para percorrer os bairros periféricos desconhecidos, contatar sua gente e ver de perto que existem situações de vida muito diferentes das suas. Essa estudante relatou como aprendizado enriquecedor passar a ver com maior clareza o ser humano em condição de vulnerabilidade social e econômica.

Um dos pesquisadores, estudante de Urbanismo, reafirmou essa percepção: “*Trabalhar nesta pesquisa foi uma experiência muito positiva, que enriqueceu bastante minha vida acadêmica como urbanista e também minha vida pessoal*”. Acrescentou que o contato com as comunidades aguçou seu pensamento crítico, proporcionou-lhe desenvolver mais a empatia e foi prazeroso. Continuando com suas observações, esse pesquisador se referiu à integração da equipe de campo como um aprendizado para o trabalho coletivo e qualificou a relação de trabalho da equipe como excelente: “*Sempre*

que alguém estava com algum tipo de dificuldade relacionada à pesquisa, os colegas se prontificavam a ajudar”.

A mestranda em Administração, uma das coordenadoras de campo, uma das poucas pesquisadoras com experiência na área de coordenação de trabalho de campo, embora em empresas de pesquisa, disse: “O QUALISalvador me revelou uma outra forma de trabalhar”. Com isso, destacou o comportamento dos pesquisadores, afirmando que entrou em contato com outras formas de compartilhamento e participação com uma integração de verdade. Muito emocionada, relatou no Seminário de Encerramento do Trabalho de Campo: “Esses meninos são fantásticos. Trabalharam trocando carinho, com muita solidariedade, proteção e cuidado. Criaram vínculos”. Por isso, explicou, esperavam no escritório que todos retornassem e concluíssem as tarefas da tarde para saírem juntos, como medida de segurança. Pesquisando a qualidade do ambiente urbano, veio a descobrir a qualidade do ser humano de Salvador, manifestando grande amor pela cidade e pelas pessoas, segundo a própria coordenadora de campo.

A estudante de Engenharia Sanitária e Ambiental e coordenadora de campo também se uniu na percepção do entusiasmo e satisfação com que o trabalho foi realizado pelos pesquisadores: “Minha parte preferida do dia era, sem dúvida, o final do turno, programado para 12h. Os pesquisadores regressavam suados e exaustos, mas cheios de animação e histórias para contar”. Revelou sua própria emoção e aproveitamento diante da experiência: “Explorar Salvador em tão boa companhia foi uma experiência linda, que vou guardar e lembrar sempre com muito carinho”.

Os estudantes demonstraram, enfaticamente, o significado da participação no QUALISalvador como oportunidade de conhecimento tanto do fazer pesquisa quanto de conhecer a cidade mais de perto. E muitos manifestaram gratidão por essa oportunidade,

que, infelizmente, ainda não está universalizada dentro das universidades, ainda que a atividade de pesquisa esteja em expansão nas universidades públicas, apesar da insuficiência de recursos a ela destinados. Tivemos um bom exemplo dessa percepção na fala de uma mestranda em Nutrição:

Sou muito grata ao QUALISalvador. Conheci bairros que nem sabia que existiam, vi pessoas reais, enfrentei medos, pude ter coragem, fiz novos amigos, ri, chorei, vibrei, conheci sabores, culinárias que não vejo no meu dia a dia. Saudade dessa troca de energia e de, sim, representar esperança e vida também, porque foi assim que me senti quando cheguei nas ruas de Salvador. A universidade pública é símbolo de esperança e de resistência, e não podemos ser nada menos que isso.

O pesquisador e estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades ressaltou o ganho na formação possibilitado pelo

contato dos estudantes e pesquisadores com outras realidades, o que poderá contribuir para um olhar mais humano e sensível. [...] justamente esses estudantes e pesquisadores [...] serão os gestores sociais e administradores públicos do futuro.

Na percepção de muitos pesquisadores, o significado do trabalho de campo, com seu intenso contato com a cidade, extrapolou o aprendizado profissional e acadêmico para se manifestar como exercício de cidadania, na medida em que revelava identidades, despertava a indignação diante de marcantes realidades de exclusão social, abrindo seus olhos para as injustiças sociais plasmadas no espaço urbano.

Os estudantes pesquisadores defenderam enfaticamente o retorno dos resultados da pesquisa à população como parte da ética na pesquisa e compromisso de cidadania. Muitos deles manifestaram

identificação com a população mais pobre e refletiram sobre quais possíveis benefícios da pesquisa poderiam chegar, de imediato, para a população, sobretudo a mais carente. A pressa acomete esse segmento da população, diante das carências estruturais, e os jovens pesquisadores presenciaram suas agonias e ouviram muitas lamentações, críticas, denúncias e revoltas. Discutíamos, então, os limites e alcances da pesquisa acadêmica. Assim, foram agregadas nos seminários com os estudantes importantes discussões sobre responsabilidade social, momentos em que discutíamos sobre o papel de pesquisas como a nossa como contribuição da universidade pública para a formulação e implementação de políticas públicas.

Frequentemente, os estudantes pesquisadores voltavam ao tema, clamando pela devolutiva da nossa pesquisa para a sociedade. Nas oportunidades, reiterávamos o nosso compromisso com uma disponibilização ampla dos resultados. Professores e estudantes universitários que se dedicam a projetos de pesquisa e extensão em contato com as classes populares costumam ouvir críticas às universidades, acusadas de insuficiente comprometimento com as lutas populares. Essa é uma razão a mais da preocupação dos estudantes. E nós lhes assegurávamos nosso objetivo de fornecer subsídios aos governantes e à sociedade, garantindo que a divulgação dos resultados da pesquisa fosse feita em diversas modalidades para o público em geral, para os gestores públicos, para a comunidade acadêmica e, particularmente, disponibilizados como munição às entidades do movimento popular para subsidiar suas demandas sob as diversas formas de luta.

Sabemos que é comum, particularmente entre os autores de pesquisas aplicadas, manifestar o desejo de ser útil à sociedade, fornecendo subsídios na forma de conhecimento e propostas para as ações governamentais, como também acreditar que os frutos do trabalho também podem servir de munição para os movimentos

sociais. Nesse debate, encontramos em vários pesquisadores, a exemplo de Minayo e demais autores (1999, p. 11), referências sobre o compromisso social da pesquisa feita em universidades públicas. O trabalho se refere à publicação dos resultados de uma pesquisa sobre violência, juventude e cidadania realizada no Rio de Janeiro: “O conjunto de conhecimentos adquiridos visa fornecer subsídios aos responsáveis governamentais e da sociedade civil para a implementação de políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida do grupo social investigado”.

Os moradores e seus bairros

Nos bairros populares, as pessoas precisam se unir quando acaba, sei lá, o gás. Eu vi muito isso [...] Elas têm um sentimento de compartilhamento.

Eu ouço aqui, neste espaço da universidade, as pessoas dizerem que o povo não sabe da realidade: ‘ah, o povo não sabe...’, ‘o povo é desinformado’. Gente, as pessoas sabem... Às vezes, elas não sabem a técnica, elas não sabem construir esse discurso como a gente aprende a construir, num espaço como esse, mas elas sabem porque elas vivem a realidade de frente, e elas sabem muito mais...

(Pesquisadora estudante de Ciências Sociais)

Nas narrativas dos pesquisadores estudantes, Salvador é constituída, aparentemente e *grosso modo*, por dois conjuntos de bairros: a maioria deles é o lugar de moradia da população pobre e a minoria se constitui na morada dos ricos. Os bairros habitados pelos ricos foram denominados “bairros nobres”, “bairros ricos” e “bairros de elite”, e os bairros nos quais residem os pobres são chamados de “bairros populares”, “bairros pobres”, “invasão”, “ocupação espontânea” e “periferia”. Observamos, assim, que as

mesmas denominações presentes na literatura da área estão incorporadas no senso comum.

O contato com a cidade e sua gente oportunizado pelo trabalho de campo foi mencionado pelos pesquisadores como um momento de maior percepção da realidade de Salvador. “*Pude conhecer histórias e realidades tão semelhantes e outras tão distantes da que vivo, tanto de colegas quanto dos participantes da pesquisa*”, disse a mestranda em Nutrição que atuou como entrevistadora e coordenadora de campo.

Na percepção da semelhança, a exemplar identificação do pesquisador estudante do curso de graduação em Gestão Social se destacou. Ele relatou que, durante uma entrevista, uma entrevistada “*se identificou como negra sem pestanejar e não disse nada que fugisse da cor que ela realmente tem. Isso me deu um certo ânimo, me ajudou a me reconhecer como eu já me reconhecia. Fazendo a entrevista com essa moça, eu me senti muito mais negro*”.

O reconhecimento da identidade por parte da população negra nos bairros populares, bem como a observação dos pesquisadores de que pessoas negras estão submetidas às piores condições de vida, segundo interpretação da pesquisadora mestranda em Nutrição, são registros do racismo estrutural vigente na sociedade brasileira.

Os moradores de Salvador foram ainda diferenciados pelos pesquisadores segundo seu comportamento de acolhimento ou não com a equipe da pesquisa. Enquanto os moradores dos bairros populares, em geral, os recebiam calorosamente, eram prestativos e disponíveis, nos bairros de elite, ditos nobres, predominou a indiferença – e até hostilidade. Vejamos como se expressou uma das pesquisadoras, mestranda em Nutrição: “*Me lembro de entrevistar uma senhorinha em um dos bairros do Subúrbio. Ela me recebeu com muita atenção e ternura*”. A entrevistada referida era uma senhora residente no Subúrbio Ferroviário, aglomerado no

qual predominou a insegurança alimentar, percebida durante a coleta e comprovada pela apuração dos resultados. Despertou a atenção da pesquisadora, ao perguntar sobre renda e alimentação, a revelação feita pela entrevistada sobre a situação de carência vivida:

Ela me explicou que recebia apenas a aposentadoria (um salário mínimo) e mais nenhuma outra renda. Porém, esse dinheiro não dava para as despesas que ela tinha, pois muitos eram os gastos com medicamentos. Muitas vezes, os filhos tinham que ajudá-la fazendo mercado, para ela não passar necessidade. Ela relatou que não se sentia bem com isso, pois os três filhos moravam longe, já tinham família e não deviam, ainda, ter que se preocupar com ela.

Diante da fala desesperada dessa senhora sujeita à ignomínia da fome, destacamos o clamor da jovem nutricionista por justiça social, tantas vezes aludida pelos estudantes:

Essa senhora fez gritar mais uma vez em mim a necessidade de mudar este país em que vivemos, de oferecer o que é tão simples, mas tão difícil no modelo em que vivemos: garantir a segurança alimentar e nutricional do nosso povo. Viver essa situação fez esquentar ainda mais em mim a chama de justiça e equidade.

A referida senhora, como tantas outras donas de casa entrevistadas, relatou suas dificuldades de acesso aos alimentos com lágrimas nos olhos, fato que sensibilizou sobremaneira os jovens pesquisadores, alguns dos quais também não contiveram as lágrimas.

As relações travadas entre os pesquisadores e entrevistados, ainda que rápidas, estavam plenas de significados sobre suas condições de vida, percepção da cidade e dos bairros onde viviam, além de manifestarem, frequentemente, sua percepção em relação à situação de exclusão na sociedade, comprovando que a exclusão

social é, sim, reconhecida e denunciada das mais distintas formas pelos moradores de Salvador.

A narrativa da mestranda em Nutrição continha não só suas percepções, mas também aquelas dos seus colegas que mais lhe marcaram:

Lembro de um colega ter relatado a entrevista que fez com uma família que tinha muitas crianças morando na casa e que só tinham como renda o auxílio do Bolsa Família. Ele falou que, se tivesse qualquer dinheiro na mão, teria dado, mesmo sabendo que não iria resolver, mas a angústia de ver um ser humano naquela situação exigia que algo fosse feito.

Alimentação é necessidade primária e, no Brasil, é direito constitucional – lembraram os pesquisadores, especialmente os da área de saúde, que conhecem mais de perto as consequências da fome no organismo humano. E não lhes escapou a observação da insegurança alimentar em muitas famílias. A nutricionista e pesquisadora se manifestou sempre muito atenta à questão alimentar: “o que sempre chamava a atenção era que todos os pesquisadores tinham uma experiência com pessoas que viviam em situação de insegurança alimentar e o quanto isso os marcava”.

O pesquisador estudante de Gestão Social registrou a presença da fome num bairro insular da nossa cidade:

Outra coisa importante a salientar é a volta da fome em Salvador. Eu percebi que, na Ilha de Maré, as pessoas lá não passam fome por conta do mar, mas elas estão passando necessidade. As diversas artes que compreendem a pesca são utilizadas naquele território, ali, para a sobrevivência.

O pesquisador e estudante do curso de Gestão Social acrescentou, exemplificando com bairros do Subúrbio Ferroviário, que a fome voltou naquela região logo no início do governo Temer. Ressaltou

a importância da política social de alimentação: “a [renda do] Bolsa Família, apesar de ser um valor considerado mínimo por muitos, é o que quebra o galho de muitas famílias nesses locais”.

Uma das pesquisadoras, nutricionista e mestranda, afirma que a insegurança alimentar é um problema que pode ficar oculto, diferentemente dos problemas relativos a habitação, transporte, infraestrutura e saneamento básico, que se constituem visivelmente como desigualdades dentro da cidade. Reforçando a ideia do quanto é complexa e dramática a pobreza, a pesquisadora adverte:

[...] além da renda, a gente também precisa atentar para a alimentação, que se constitui em um indicador básico da qualidade da vida na cidade. Precisamos compreender a discrepância da segurança e insegurança alimentar – o seu peso nos bairros mais populares e a sua quase inexistência em bairros mais nobres.

No seu emocionado relato escrito, uma das pesquisadoras nutricionista registrou, no seu contato com os entrevistados, as diferenças culturais nas distintas maneiras de viver nesta nossa cidade:

[...] a experiência de ver realidades de dor, de sofrimentos, de vulnerabilidades se deu no mesmo espaço no qual encontramos mais alegria, movimento e vida. [...] nos bairros ditos populares, nas favelas [...] nossa equipe foi recebida de portas e braços abertos. Ganhamos lanches, sorrisos, abraços, mudas de plantas, mimos – como se fizéssemos parte dali, daquele lugar, por muito tempo. Vimos uma forma de viver e de se organizar que nos ensina muito, basta passar um dia naquele espaço disposto a olhar, enxergar, da forma mais nua possível, tentar eliminar os filtros, julgamentos, preconceitos que carregamos em nós.

O contato dos estudantes pesquisadores com os entrevistados, que representam as classes que compõem a sociedade soteropolitana,

permitiu que eles fizessem um contraponto entre as formas de viver e se relacionar nas diferentes classes sociais com muita sensibilidade e propriedade. Compararam as posturas de acolhimento, a disponibilidade em colaborar com a pesquisa, as formas de tratamento, o acesso às suas moradias, muitas das quais, nos bairros nobres, ficam situadas em condomínios fortificados, vigiados, com muros altos, grades, enfim, fechados a estranhos. Neles, as credenciais das universidades públicas executoras da pesquisa não faziam o menor sentido. Por outro lado, entre os moradores dos bairros populares, as universidades parecem gozar de alto conceito e consideração. Muitos dos pesquisadores relataram o orgulho com que os entrevistados mencionavam o acesso de algum membro da família à universidade, valendo-se das políticas de abertura do ensino superior às classes populares, iniciadas nos anos 2000. Da mesma forma, foi largamente referido pelos pesquisadores que muitos entrevistados entenderam suas presenças no bairro como uma ação de busca ativa para inscrição no processo de ingresso à universidade, fato que mereceu deles o devido esclarecimento e orientação. Por seu turno, os pesquisadores interpretaram tal desinformação como mais uma prova da ausência de uma comunicação adequada entre a gestão pública e a população com menor grau de escolaridade e, assim, como mais um dado concreto de exclusão social.

Observando essa mesma característica de baixa escolarização de parte significativa dos entrevistados, o pesquisador estudante de Urbanismo relatou: *“a maioria dos entrevistados tinha dificuldade de compreender algumas questões do questionário”*. Uma das pesquisadoras nutricionista complementou a fala sobre o quão foi difícil, às vezes, explicar o objeto e os objetivos da pesquisa, alcançar o nível de compreensão dos moradores. Alguns pesquisadores destacaram o quanto o esforço era diferenciado, maior ou menor, para explicar a natureza do trabalho que estava sendo realizado, a depender,

exatamente, do perfil socioeconômico dos entrevistados. Apesar de orientados pelo manual do pesquisador, pelo treinamento e pela coordenação de campo, eles se deparavam, sempre, com situações impensadas. Estudantes se referiram a essa experiência como um processo “desafiador” e, portanto, de crescimento.

Segundo a pesquisadora mestranda em Nutrição, a falta de informação dos entrevistados sobre alguns aspectos gerais na vida pública, por exemplo, nos bairros populares – ainda que a desinformação possa estar bastante disseminada nas várias classes sociais –, exigia uma maior atenção por parte dos pesquisadores. Acrescentou como um exemplo: *“As pessoas, por exemplo, não sabem que o Bolsa Família é um programa que faz parte de uma política pública”* – ou seja, do que nós, estudantes, professores, pesquisadores e determinados grupos sociais qualificam como “política pública”.

Outro aspecto de grande relevância foi o registro, por parte dos pesquisadores, das distintas formas como o espaço público é vivenciado pelas diferentes classes sociais. Os pesquisadores relataram que, nos bairros de elite, quase não havia pessoas nas ruas, apenas se viam carros circulando. Ao contrário, nos bairros populares, observaram a presença dos moradores compondo a paisagem de maneira bastante significativa: crianças brincando, grupo de mulheres proseando sentadas nas portas das residências, grupos de homens jogando damas, bebendo cerveja, gente circulando no comércio situado nas vias principais, comerciantes e comerciários nas portas dos estabelecimentos, cujas atividades frequentemente invadem as calçadas, fazendo com que os pedestres disputem espaço com os veículos num contexto de trânsito intenso. As estreitas relações entre vizinhos foram vistas como uma marca característica da sociabilidade nos bairros populares, que ocorrem, geralmente de forma muito intensa, nos espaços públicos.

Ainda que a percepção geral das brutais diferenças na qualidade do ambiente urbano entre os bairros populares e os bairros de elite

tenha sobressaído nas narrativas dos pesquisadores, não passaram despercebidas as desigualdades internas presentes nos bairros dos dois tipos predominantes – pobres e ricos. Os bairros de elite, ainda que sejam aparentemente mais homogêneos, podem apresentar diferenças no seu interior. Entretanto, as diferenças são bastante significativas no interior da maioria dos bairros populares, notadamente naqueles de ocupação espontânea, nos quais as ruas principais, centros e sub-centros apresentam uma qualidade superior ao resto do bairro, em termos de infraestrutura, serviços e padrão construtivo das habitações.

Como anteriormente registrado, também foram observadas distintas dinâmicas entre os próprios bairros populares, estando alguns aparentemente estagnados e outros com um ritmo de crescimento acelerado. Sobre as mudanças ocorridas nos bairros populares, que lhes proporcionaram alguma melhoria, mesmo com volume de investimentos públicos insuficientes, uma pesquisadora nos trouxe um exemplo bem emblemático: “*Nova Constituinte já foi invasão e agora é bairro*”. Essa mesma compreensão da invasão que se faz bairro quando melhora suas condições de habitabilidade foi manifestada por Luciana da Cruz Silva (2008), quando de sua pesquisa sobre a luta por moradia em Salvador. Ao se referir ao bairro de Nova Brasília, a pesquisadora disse que, em 1976, ele era invasão e depois se transformou em bairro.

A dinâmica de melhoramento dos bairros populares também foi comentada por uma das coordenadoras de campo, surpresa com as mudanças positivas observadas no Subúrbio Ferroviário, uma área com bairros muito pobres. No seu depoimento, ela relatou que foi advertida a tomar muito cuidado quando estivesse no Subúrbio:

Mas foi maravilhoso! Os meninos (pesquisadores) voltaram encantados com o Subúrbio. Eu já conhecia. Morei em Periperi muitos anos atrás, mas eu não tinha noção do tamanho, da beleza e das

peessoas que tem no Subúrbio. Então a gente saiu de lá em um estado de êxtase, encantamento puro. Honestamente, se eu receber alguém, hoje eu vou dizer: ‘Vamos fazer um tour no Subúrbio?’. Porque o que você quiser tem, é mais em conta, inclusive, e tem coisas que a gente não imagina. E as pessoas de lá fazem toda a diferença.

Uma pesquisadora estudante de Nutrição relatou a semelhança do ambiente e da ambiência de alguns bairros da periferia da cidade com pequenas cidades do interior da Bahia:

Conheci bairros que me remeteram ao interior do Estado – tinham apenas uma igreja, não tinham um supermercado de uma rede grande, eram quitandas, que ainda tinham o caderninho de comprar fiado, quase nenhuma verticalização predial; tinham pessoas nas ruas, mas o bairro se movimentava lentamente.

A reação dos entrevistados diante dos temas abordados no questionário foi muito observada e destacada pelos pesquisadores. “Renda” e “segurança” foram classificados como temas delicados, que geraram resistência na hora das respostas – percepção importante, considerando-se a pouca experiência dos pesquisadores.

O tão falado acolhimento dos pesquisadores pelos moradores dos bairros populares foi interpretado como um fator de segurança para nosso trabalho em campo. Sem negar a realidade na qual se misturam segurança e insegurança, os moradores admitiram a possibilidade de ocorrência de delitos, entretanto diferenciavam seu bairro daquele da crônica policial, da imprensa sensacionalista e do estigma generalizado no senso comum. Com essa postura, davam informações, indicavam percursos mais seguros e até chegavam a acompanhar as duplas de pesquisadores até seu destino.

A relação do morador com o seu bairro traz, quase sempre, uma atitude de defesa em relação à sua imagem, e isso apareceu

com força quando o tema abordado era a segurança pública. O pesquisador estudante de Urbanismo relatou que, em alguns bairros descritos pela mídia como inseguros, os moradores lhes passaram outra percepção no momento da pesquisa. Acrescentou que a imagem negativa do bairro é motivo de protesto dos moradores, incomodados com os estigmas e preconceitos. Muitos foram os moradores de bairros designados como muito violentos que revelaram estar satisfeitos com seu bairro e garantiram que eles são lugares ótimos para viver.

Uma das pesquisadoras, mestranda em Nutrição, reforça essa percepção, ressaltando como a existência de elementos comunitários presentes nas relações de vizinhança nos bairros populares confere sentido e significado ao cotidiano do morador do bairro:

Então, o fiado, o vizinho, essa rede de articulação nos bairros populares, nessas comunidades, sustenta e dá algum prazer de estar no bairro. Ouvimos várias vezes: ‘eu gosto de estar no bairro’, ‘aqui é minha rede de apoio’, ‘*é tranquilidade, é paz*’... *Mesmo diante de toda precariedade, estar junto, no comer, na provisão da alimentação, era muito presente e muito forte.*

Outros pesquisadores também perceberam que a relação dos moradores com o bairro, nos bairros populares, expressava sentimentos de pertencimento e de identidade em relação ao lugar onde também vivem a família e os amigos. O pesquisador estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades assim relatou:

Tinha situações em que o entrevistado falava dos vários problemas de infraestrutura, do limitado acesso a equipamentos e serviços, mas, quando questionado sobre o significado de morar no bairro, afirmava que morar naquele bairro significava tudo: que é onde os amigos estão por perto, onde a família está por perto.

Recorrendo a Milton Santos (1999) para explicar as manifestações de pertencimento, o pesquisador destaca as relações sociais que se estabelecem no território e a partir do território. Esse jovem pesquisador teve o cuidado de ponderar que o pertencimento manifestado não envolve a aceitação da precariedade daquele território:

E com isso eu não quero naturalizar a situação de precariedade dos bairros. Eu estou falando que a gente tem que reafirmar que essas pessoas devem viver bem onde se sentem bem. A gente deve ressaltar o fato de que o Estado, o poder público, deve garantir um ambiente saudável, um ambiente digno para essas pessoas.

De forma recorrente, as narrativas dos pesquisadores traziam uma comparação do comportamento dos moradores dos bairros segundo sua categoria socioeconômica diante da demanda da nossa pesquisa. Foi sentida e relatada por alguns pesquisadores a existência de preconceito velado, mas perceptível, de famílias de classe social alta com a presença de jovens pobres e negros que se apresentavam como estudantes de universidades públicas.

Foi observado por uma estudante de Nutrição o desconforto de alguns entrevistados de bairros nobres “*ao ver a universidade se pintando de povo, de pessoas pretas, de mulheres pretas*”. “*Apliquei o questionário com um morador desses bairros nobres e ouvi dele que [...] não precisam da universidade, que não precisam de nada, que deveríamos ir apenas a outros bairros, e não ali*”.

E ela mesma complementou, com um posicionamento forte de denúncia social, desnudando o preconceito de classe e de raça sentido nos bairros nobres: “*Fomos vistos como marginais, pessoas sujas. A universidade pública não cabia e não era bem-vinda naquele espaço*”. Com essa mesma percepção se manifestou outro pesquisador estudante de Urbanismo, ao dizer de forma contundente: “*Com relação*

às áreas nobres, não me senti bem acolhido, pois as pessoas em sua maioria eram arrogantes”.

Arrogância e hostilidade foram dirigidas a duas pesquisadoras no bairro do Caminho das Árvores. Elas relataram a recusa de moradores em recebê-las. Num condomínio do bairro, no qual uma das moradoras encontrava-se na portaria, elas foram questionadas: “*Vocês são da UFBA? São da UNEB? Ah, não é para vocês estarem aqui não, insistindo que não queria que a universidade pública – frisando o nome ‘pública’ – batesse na porta dela*”. As pesquisadoras relataram que, diante do menosprezo daquele tratamento, o funcionário do condomínio interferiu, advertindo: “*Olha, isso não é só com a senhora, é com o síndico, com a administração, não é só uma moradora que decide*”. Nesse mesmo bairro, perguntaram à pesquisadora estudante de Arquitetura e Urbanismo, em tom de ironia e zombaria, se era na universidade dela que o pessoal assistia às aulas pelado.

A pergunta do questionário sobre o significado de morar naquele bairro despertou a atenção de muitos dos pesquisadores. Os entrevistados dos bairros pobres destacavam, sem hesitar, a importância de contar com uma rede de apoio, ou seja, a existência de elementos de sociabilidade na vida comunitária. Já os entrevistados dos bairros nobres se fixavam na disponibilidade de comércio e serviços diversificados, atestando o caráter de praticidade daquela oferta plena, de boa qualidade e próxima de sua residência. Nas palavras da pesquisadora, uma das estudantes de Nutrição:

As pessoas que moravam em bairros populares alegavam, em sua maioria, permanecer naquele espaço pela existência de apoio dos amigos e familiares, paz e tranquilidade, enquanto as pessoas que moravam em bairros nobres respondiam morar ali pela praticidade.

Foi observado e relatado, a partir das falas dos entrevistados, que bairro de rico é onde tem tudo que se precisa encontrar nos

seus limites, como um comércio variado, serviços e equipamentos diversos. Nos bairros que possuem as comodidades de que o morador precisa e pelas quais pode pagar, não fazem sentido a “solidariedade” e o “apoio” presentes nas relações de vizinhança de um estilo de vida comunitário, como ocorre nos bairros populares.

Na percepção dos pesquisadores, os moradores dos bairros nobres querem as comodidades representadas por uma diversificada oferta de comércio e serviços, mas não fazem questão do vizinho, não desenvolvem uma interação a partir de relações de vizinhança, o que, a rigor, estaria na essência do bairro enquanto uma realidade social, enquanto espaço de sociabilidade. Segundo o pesquisador estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades, seria importante registrar que, quando conseguiam ter acesso aos condomínios impenetráveis e supermonitorados e chegavam a entrevistar moradores desses “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 1997), em muitas situações, evidenciava-se o distanciamento deles em relação à vida no próprio bairro.

Diferentemente do que ocorre nos bairros nobres, nos bairros populares o ambiente urbano é intensamente vivenciado pelos seus moradores e abandonado pelo poder público – registrou o mesmo pesquisador e estudante, que recorreu aos estudos de Clímaco Dias (2017) para comparar as distintas formas de convívios dos moradores dos bairros ricos e pobres. O citado autor, estudando um conjunto bastante expressivo de bairros populares de Salvador, arrolou inúmeras práticas do modo de vida dos moradores dos bairros populares, que envolvem solidariedade e geram organizações para diversos fins – recreativos, esportivos, culturais, religiosos, políticos etc. Esse tipo de socialização é sustentado em estreitos laços de parentesco e vizinhança, e, segundo afirma Clímaco Dias (2017), tais práticas só existem nos bairros populares. Sendo assim, os bairros populares não podem e não devem ser concebidos e reduzidos à condição de

“lugar pobre”, afinal, quando se trata de vivências e relações solidárias, eles são mais ricos que os bairros “nobres”, onde vive a classe média. Para além da estrutura física, no âmbito subjetivo, “[...] as relações de vizinhança e parentesco como estratégias de sobrevivência e transformação da realidade” preenchem a definição de “bairro popular”. (DIAS, 2017, p. 246)

As fortes relações entre vizinhos permitem a criação de redes de apoio que se constituem em estratégia de sobrevivência das famílias pobres, situação já há muito apontada na literatura sociológica, a exemplo da pesquisa realizada por Ângela Ramalho Vianna (1980) no bairro de Nova Brasília, que destacou os engenhosos recursos dos quais lançam mão as famílias pobres para enfrentar a luta árdua do dia a dia; enquanto Fernando Conceição (1984), referindo-se ao Calabar, menciona trocas e empréstimos de alimentos realizados entre vizinhas, até de pequenas porções de pó de café. No QUALISalvador, conhecer essa realidade foi muito tocante para os nossos jovens pesquisadores.

A precariedade de infraestrutura em grande parte da cidade aguçou a percepção dos estudantes pesquisadores de que *“há locais em que as pessoas vivem em condições desumanas”* – nas palavras de um pesquisador estudante de Urbanismo, que destacou: *“Uma das experiências mais tocantes durante a pesquisa foi quando uma moradora mencionou que eles são esquecidos e tratados como bichos”*. O pesquisador estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades também expressa sua inconformidade com as situações de pobreza e exclusão social, responsabiliza o Estado e estende sua crítica à sociedade, especialmente aos segmentos populacionais privilegiados. Ele recorda os versos da música popular “Bola de cristal”, de BaianaSystem (2019), para expor o descaso da elite com os problemas sociais: “Tem quem analisa, tem quem banaliza, quem passa no Visa, quem faz a divisa,

quem fica de cima e não vê, não tá na TV, não dá pra prever o que vai acontecer [...]”.

A ausência, insuficiência e precariedade de serviços e equipamentos básicos e, ainda, a dificuldade de acesso aos serviços e equipamentos localizados em outras áreas da cidade foram objeto de observação dos estudantes em narrativas pormenorizadas. A afirmação de que os bairros populares e seus moradores são submetidos à discriminação foi recorrente entre os pesquisadores. Como regra geral, responsabilizaram o poder público por essa condição.

O pesquisador estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades observou a presença de uma oferta alternativa de serviços pela própria população por meio de suas associações e instituições apoiadoras, religiosas e assistenciais. Em vários bairros populares, apesar da pouca infraestrutura, foram vistos anúncios de oficinas de desenhos, aulas de esportes e reforço escolar para crianças e jovens, com o objetivo de protegê-los contra o assédio de organizações criminosas. São ações locais que procuram compensar a ausência do poder público.

O acesso aos serviços e equipamentos públicos foi problematizado por alguns dos pesquisadores nos seguintes termos: *“Será que a colocação de um contêiner a 50 m, 100 m da casa é disponibilidade de coleta de lixo?”* – ponderou o pesquisador estudante de Humanidades. Assim, os estudantes contrapõem acesso e não acesso em razão da qualidade e suficiência do serviço.

O mesmo pesquisador estudante observou o não acesso das pessoas que vivem nos bairros populares aos espaços e equipamentos públicos fora de seu bairro como um marcador de desigualdade. Observou que certos lugares públicos são vistos como lugares de privilégio. Exemplificou com dois casos: uma jovem entrevistada declarou não ir à biblioteca pública – Biblioteca Central do Estado da Bahia, situada num bairro central da cidade, Barris – porque

“*Não se sentia à vontade*”. No segundo caso, alguns moradores da Vila Brandão, que é uma Zona Especial de Interesse Social (Zeis), segundo o plano diretor de Salvador, ocupação incrustada no bairro da Vitória e ao lado da Graça, dois dos bairros mais emblemáticos da categoria “bairros nobres” da cidade, afirmaram que não se sentem à vontade para frequentar os museus do Corredor da Vitória. Diante disso, o nosso jovem pesquisador reconhece que o fato de haver, muito próximo de suas residências, um conjunto importante de equipamentos de lazer e cultura não assegura seu uso pelos moradores da Vila Brandão. Visivelmente indignado com essa realidade, acolhe a explicação da existência de “barreiras sociais”, de “muros simbólicos” e “barreiras invisíveis”, como teorizado por Rolnik (1995) e Caldeira (1997, 2000). Complementa dizendo que os moradores se autocensuram, sentem, enxergam as barreiras sociais para frequentar equipamentos coletivos, até mesmo para ir a determinadas praias, espaço público de grande importância no lazer da cidade. Os fatos narrados reforçam a constatação de que a condição de exclusão social implica discriminação e isolamento de uma imensa parcela da população.

O pesquisador estudante de Arquitetura, muito sensível às desigualdades sociais e particularmente às manifestações racistas observadas durante o trabalho, especialmente no contexto da relação da polícia com a população preta e pobre dos bairros populares, trouxe à baila e nos brindou com um trecho da bela letra da música “Ismália”, de Emicida (2020):

Com a fé de quem olha do banco a cena
Do gol que nóiz mais precisava, na trave
A felicidade do branco é plena
A pé trilha em brasa e barranco, que pena

A felicidade do branco é plena
A felicidade do preto é quase...

A propósito do acesso aos serviços de consumo coletivo, a exemplo da coleta de resíduos sólidos, uma pesquisadora estudante de Engenharia Sanitária e Ambiental observou que os moradores dos bairros periféricos chegam a ser responsabilizados pelo acúmulo e extravasamento de resíduos sólidos nas caixas coletoras estacionárias, lembrando a todos, muito didaticamente, a falta de uma coleta adequada de resíduos sólidos em relação ao tipo de ocupação existente nesses bairros e, adicionalmente, que neles a frequência da coleta é menor – a coleta porta a porta ainda não atende cerca de 30% dos domicílios da cidade. Acrescentou que os resíduos sólidos (lixo) na rua reforçam o estigma sobre os bairros populares e seus moradores: “*O lixo acumulado parece fazer parte obrigatória da imagem dos bairros populares*”.

O pesquisador estudante de Arquitetura da UFBA acrescentou que a gambiarra dos esgotos sanitários lançados em rios, riachos e valas é legitimada de alguma forma pelo poder público, porque o Estado não se encarrega de suprir e se omite a providenciar o esgotamento sanitário ou soluções adequadas para todos, o que é um direito básico constitucional. Acusou o Estado de deixar nas mãos dos moradores a solução de certos problemas urbanos, o que resulta no lançamento de resíduos sólidos nas encostas e ligações de esgotos na drenagem de águas pluviais. Na sua compreensão, apresenta uma interpretação polêmica:

A não intervenção do Estado também é política. Política pública é ação e também deve ser entendida como a não ação, a omissão. O não intervir acaba se tornando uma política de Estado. A população, na carência, ‘dá o seu jeitinho’, e nesse processo os rios vão se

transformando em esgoto e destino do lixo a céu aberto, revelando uma paisagem típica da cidade informal.

Esse pesquisador também problematizou o desencontro da gestão pública nas esferas municipal e estadual como causador de problemas com rebatimento na cidade, exemplificando como conflitativas as intervenções nas redes de drenagem de águas pluviais e de esgotos sanitários.

Uma pesquisadora estudante de Engenharia Sanitária e Ambiental observou que muitas das pessoas entrevistadas não conseguem mais ver os rios na cidade, sendo necessário que os pesquisadores esclarecessem a que se estavam referindo para que elas pudessem responder a uma das perguntas do questionário. *“Categoricamente, para esses residentes da cidade, os rios são vistos como lugar de destino de lixo e esgoto”* – complementou a jovem pesquisadora.

O deslizamento de encostas foi citado por alguns dos pesquisadores como fato esperado, anunciado e normalizado, sendo os moradores responsabilizados pela ocupação sem a solução técnica adequada para a segurança da edificação, que não está ao seu alcance. Os estudantes, especialmente aqueles da área técnica, demonstraram o conhecimento de que a vulnerabilidade das encostas nos bairros populares não é natural, ambiental, mas resultado da ação humana, do modelo da ocupação com um tipo de construção inapropriado para as condições do terreno. O risco climático ocasionado pela chuva se agrava com os pontos de acúmulo de resíduos sólidos, ausência ou deficiência dos sistemas de drenagem de águas pluviais e de esgotamento sanitário. Os jovens pesquisadores modificaram o discurso oficial, responsabilizando o Estado diante da falta de acesso da população a habitações adequadas.

Entretanto, é preciso sempre e de modo enfático registrar: existem outras paisagens nos bairros populares. Entre outros colegas

pesquisadores, o estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades destacou *“como eram notáveis os grafites pelos muros e paredes que tornavam o ambiente mais colorido e agradável de caminhar”*. As imagens dessa arte urbana popular foram muito fotografadas e fazem parte dos registros da pesquisa.

Sobre a mobilidade urbana, o pesquisador estudante de Arquitetura e Urbanismo destacou ser o deslocamento casa/trabalho um sacrifício cotidiano do trabalhador que reside nos bairros populares, qualificando o serviço de transporte coletivo como *“horível”*. Disse: *“Nós mesmos, pesquisadores, temos a dura experiência de circular por Salvador. Nós tivemos a experiência de gastar duas horas para chegar e sair dos bairros periféricos”*, referindo-se ao período do trabalho de campo.

Muitos dos pesquisadores estudantes observaram em campo a forte presença da mulher como principal provedora da família, especialmente em famílias monoparentais, destacando o impacto de renda e cor nessa situação. Essa realidade se confirmou na apuração dos dados, quando foi revelado que a maioria da cidade tem domicílios chefiados por mulheres. Chamaram a atenção do pesquisador estudante de Arquitetura e Urbanismo os variados arranjos da composição familiar, típicos de famílias extensas, com a presença de tias, primos, sobrinhos, avós e netos, sendo essa uma característica predominante nas famílias de rendas mais baixas residentes nos bairros populares. Nas famílias com rendas mais elevadas, residentes dos bairros nobres, a composição padrão é a família nuclear.

“Muitas comunidades realmente aparentam estar esquecidas pelo poder público. Num país tão rico quanto o Brasil, é difícil aceitar que as pessoas estejam sobrevivendo em situação desumana”. Essas palavras do pesquisador e estudante de Urbanismo parecem ser uma síntese suficiente e necessária para o conjunto das observações sobre os bairros populares e a pobreza que neles se abriga. Seu desabafo

também foi dito de outras maneiras pelos seus colegas ao longo do processo da pesquisa, igualmente atestando a inadmissibilidade da pobreza extrema num país que já ostentou a sétima posição na economia mundial em 2014. Cabe acrescentar que o Brasil dos anos 1970 e início dos anos 1980 atingiu patamar econômico para vencer a pobreza extrema, como nos assegura Márcio Pochmann (2010).

Violência urbana, insegurança e medo

Nos barracos da cidade
Ninguém mais tem ilusão
No poder da autoridade
De tomar a decisão
E o poder da autoridade
Se pode, não faz questão
Se faz questão
Não consegue
Enfrentar o tubarão.
("Nos barracos da cidade", 1985)

A preocupação com a segurança da equipe em campo esteve sempre presente no QUALISalvador. Inevitavelmente, o risco da violência urbana ocupou um lugar importante nas reflexões do projeto desde sua formulação. Essa preocupação foi intensificada quando da definição das estratégias para o trabalho de campo. Desde os primeiros passos do planejamento da pesquisa, a violência urbana e a precária segurança pública foram problematizadas sob diversas óticas, inclusive a de total perplexidade diante da constatação de termos partes da cidade obstaculizadas na sua função de circulação, o que nos obrigava a buscar "salvo conduto" e até permissão a líderes das organizações criminosas do tráfico de drogas – detentores de um poder

de comando ilícito – para percorrer determinados bairros. Diante da sensação de insegurança, que é latente na sociedade brasileira e especialmente nas grandes cidades (CALDEIRA, 2000; SCHWARCZ, 2019), recorremos ao apoio de líderes comunitários e, inclusive, buscamos e recebemos o apoio do Conselho das Prefeituras-Bairro. Com suas contribuições, definimos estratégias de cuidados e proteção. Vivenciamos situações inadmissíveis, como foi o caso de termos hora marcada para sair de determinado bairro no final da tarde, antes que se intensificasse o movimento do comércio das drogas, sob alegação de que não seria conveniente que os clientes oriundos de áreas ricas da cidade fossem vistos pelos nossos pesquisadores.

Como parte dos cuidados adotados, fizemos divulgação prévia da nossa pesquisa nos bairros com líderes e grupos representativos. Identificamos nossos pesquisadores com um distintivo no vestuário, uma bata uniforme com os logotipos das universidades executoras da pesquisa. Foi verificado pelos pesquisadores o alto conceito que as universidades públicas têm para uma parte significativa da população. Procuramos nos munir de todos os cuidados ao nosso alcance. Montamos nossos rápidos escritórios de campo em instituições que gozam de respeito e credibilidade perante as comunidades, como igrejas, organizações não governamentais, associações, sindicatos, escolas e até postos de saúde. As recomendações quanto aos cuidados necessários para a circulação nas vias públicas aprendidos no senso comum foram seguidas e relembradas diariamente no campo. Para nosso alívio, concluímos o trabalho de campo sem qualquer incidente de gravidade, embora alguns sustos tenham desestabilizado alguns dias de trabalho.

A violência urbana e, conseqüentemente, a insegurança nas cidades, que se acirram no Brasil, vêm crescendo, se sofisticando e se brutalizando desde os anos 1980. (CALDEIRA, 2000; MINAYO et al., 1999; PERALVA, 2000) Foram temas recorrentes ao longo da realização

do trabalho de campo, merecendo neste capítulo um tópico específico, dada sua ênfase nas narrativas dos estudantes pesquisadores. A violência foi tratada por eles na polissemia, complexidade e amplitude do conceito, com destaque para a violência social estrutural, perpetrada pela sociedade por meio do Estado e seus agentes, grupos e classes sociais e que se manifesta em exclusão social, segregação, discriminação, racismo, pobreza extrema, profundas desigualdades entre as classes sociais, preconceitos de gênero, intolerância religiosa, entre tantas formas conflitivas de grande agressividade, que conformam um conjunto articulado e interdependente dos mais graves problemas da sociedade brasileira.

Sociólogos, ao lidar com o tema da violência, costumam nos advertir sobre as dificuldades teóricas para compreender ou determinar a etiologia da violência, pontuando frequentes controvérsias diante do que os especialistas apresentam em seus estudos, com distintas vertentes. (MINAYO et al., 1999; PERALVA, 2000; TOURAINÉ, 2000) A título de exemplo, pontuamos que Gey Espinheira ressalta a ausência de democracia entre as causas da criminalidade. Segundo esse sociólogo, a criminalidade, “[...] longe de ser apenas um efeito da pobreza e das desigualdades, o é da forma como a sociedade autoritária se institucionalizou e se cristalizou recusando-se à democracia”. (ESPINHEIRA, 2005, p. 314)

A complexidade da violência, que está arraigada em contextos socioculturais profundos, incita-nos a abordá-la numa perspectiva multidisciplinar, sem faltar o aporte da filosofia, da ideologia e da psicologia. No âmbito deste capítulo, estamos tão somente abordando a violência urbana que nos impele ao medo, tal como ela se manifesta mais frequentemente, com crimes como o latrocínio, entre outros que podem implicar agressões físicas com lesões corporais graves e até homicídios, segundo os dados estatísticos que aterrorizam grande parte da população.

No dia a dia da vida na cidade de Salvador, violência e insegurança se expressam enquanto situações reais e simbólicas, sob formas de ameaças e ocorrências das mais diversas, riscos e delitos que podem estar nos espaços públicos ou nos ambientes privados, nas ruas, nos bares ou no transporte coletivo, seguramente fazendo parte das preocupações cotidianas dos moradores, mesmo que tenham sido algumas vezes relevadas por alguns entrevistados. Ainda que a violência urbana esteja por toda parte da cidade, ela tem o poder de estigmatizar determinadas áreas, notadamente as mais pobres. Os bairros populares são vítimas da imagem negativa forjada de fora, o que afeta sobremaneira a vida dos seus moradores. Assim, medo e preconceito se somam ao risco real da violência urbana, que pode ser especificada tanto pelo risco frequente do roubo à mão armada do telefone celular de transeuntes quanto pela visão de uma operação ostensiva da Polícia Militar num bairro popular da cidade, que pode gerar confronto entre policiais e grupos armados, em que as balas perdidas costumam fazer vítimas inocentes.

O medo da violência, sobretudo nas populações urbanas do Brasil, está disseminado e é legítimo, comprovado pela literatura especializada sobre violência e segurança pública, da qual retiramos esta citação:

O aumento do latrocínio e de crimes associados à violência letal produz um sentimento disseminado de vulnerabilidade, que inibe a livre circulação nas cidades e gera muito medo. Medo e insegurança são sensações reais, as quais aparecem refletidas nos dados das pesquisas nacionais e internacionais que registram o Brasil como um dos países campeões de violência urbana. (SCHWARCZ, 2019, p. 161)

Durante os meses do trabalho de campo, percorrendo todos os bairros da cidade, o temor e a insegurança estiveram presentes.

Mas, para nossa satisfação enquanto pesquisadores e cidadãos, a realidade revelou ser menos perigosa do que está no nosso imaginário, contaminado pelo medo alimentado no senso comum, especialmente pela mídia. Nesse particular, a percepção dos pesquisadores revelou a existência de uma vida nos bairros populares para além da crônica policial e da mídia. Isso não significa dizer que não exista na cidade uma grave questão de violência urbana representada pelo cerceamento da circulação em áreas controladas pelos grupos que praticam o tráfico de drogas. À equipe do QUALISalvador, causou estranheza, perplexidade e desconforto o sentimento de violação de um direito fundamental. Nossos pesquisadores sentiram que sua cidadania foi ferida ao serem obrigados a admitir que estavam diante de um direito básico, o da livre circulação na cidade, sendo lesado. Foi difícil admitirmos ter que pedir permissão para entrar em muitos bairros, justificando a razão da nossa presença. Fizemos isso indiretamente, com a intermediação de moradores dos bairros que colaboraram com a nossa pesquisa. Eles intercederam em nosso favor e ainda nos acompanharam pessoalmente em alguns bairros.

Ainda que nosso temor tenha sido constante, os casos concretos de violência urbana presenciados pelos pesquisadores foram restritos. Com frequência, os pesquisadores viam rapazes reunidos em algum ponto da rua ou circulando portando armas de fogo abertamente, o que assustava muito nossa equipe. Operações policiais deflagradas em dois bairros foram motivo de tensão para os pesquisadores, uma vez que frequentemente eram provocados confrontos armados, o que felizmente não presenciemos. Entretanto, várias foram as vezes que observamos que a simples presença da polícia transtorna a rotina e gera insegurança no local. Diante disso, para evitar um tipo de risco anunciado, nosso trabalho foi suspenso num bairro no dia programado quando soubemos que, provavelmente, haveria ali uma ação policial. Tivemos um relato

comovente de uma pesquisadora, vítima de interdição temporária da circulação no bairro – felizmente breve – por um grupo armado. Ela e um motorista de Uber entraram por engano numa área sitiada e controlada por um grupo de traficantes de drogas. Foram parados e inquiridos sobre os motivos das suas presenças naquele local e, em ato contínuo, liberados, deixando, entretanto, uma marca psicológica e o reforço da sensação de insegurança.

A existência de zonas perigosas, praticamente interditas, indicadas e até mesmo evitadas pelos próprios moradores e líderes comunitários, obrigou-nos a substituir alguns domicílios amostrais, sem prejuízo para a metodologia da pesquisa.

Numa das discussões sobre a violência, uma pesquisadora estudante de Nutrição fez o seguinte registro:

Eu tive uma experiência com insegurança [...] estava bem imersa no bairro e, em determinada situação, um dos ‘meninos do tráfico’ fez questão de mostrar para mim que estava armado. Estava andando sem camisa com a arma na cintura, e aquilo limitou muito os meus passos.

Ela comentou a atitude das pessoas do bairro diante do fato:

[...] aquele menino que estava transitando ali, me trazendo essa limitação, me colocando em uma situação de insegurança. Para elas, aquela situação estava ‘naturalizada’. Para elas, se tratava de um rapaz do bairro delas, como qualquer outro. Para mim, era a pessoa que estava me trazendo as limitações naquela pesquisa e naquele momento.

A naturalização da violência urbana se manifesta ainda na convivência frequente com as “batidas policiais”. A pesquisadora estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Ciência e Tecnologia relatou que, estando em campo com um grupo de pesquisadores,

deparou-se “*com uma situação delicada no bairro, com uma ação policial assustadora*”. Após a ação policial, dando prosseguimento ao trabalho de aplicação dos questionários, o grupo ouviu alguns moradores do bairro sobre o acontecido e verificou a naturalidade ou, ao menos, a aparente naturalidade com a qual eles trataram aquele tipo de ação – era algo muito comum ali. Para a jovem pesquisadora, aquela ocorrência produziu um forte choque de realidade em sua experiência de vida, deixando-a extremamente assustada. Ela compartilhou conosco sua perplexidade diante da “*naturalidade com que as pessoas veem seus direitos fundamentais serem infringidos*”.

O pesquisador e estudante de Geografia arrisca uma hipótese de explicação da atitude de complacência e aceitação dos “meninos do tráfico” pelos moradores dos bairros, do poder que essas organizações adquirem e da capacidade de dominar, de alterar a rotina de vida da vizinhança: “*Eu acho que é uma questão de sobrevivência mesmo, de resistência ao genocídio praticado pelo Estado*”. A responsabilização do Estado foi, como regra geral, um lugar comum na fala e percepção dos pesquisadores, não só na questão da segurança pública, mas também diante de todos os problemas que acometem a população. Tanto na literatura sobre a violência quanto nas narrativas do senso comum, encontramos a acusação de que a sociedade brasileira é complacente e tolerante com a criminalidade e a violência, tal como chamou a atenção dos nossos pesquisadores em contato com os entrevistados.

A pesquisadora formada em Comunicação, que atuou na equipe de divulgação, relatou um diálogo que teve com uma moradora num dos bairros tidos como um dos mais violentos da cidade. O fato vivenciado faz menção à presença de áreas sitiadas:

[...] a gente entregou um panfleto a uma senhora e ela perguntou: ‘Vocês vão lá, na minha casa?’, ‘Vocês vão subir o morro? Vocês vão

chegar lá? Porque é um local que ninguém vai’, ao que a equipe respondeu: ‘Se sua casa for sorteada a gente vai fazer o máximo para chegar lá’.

E a pesquisadora complementou sua fala destacando a percepção de que, nas áreas onde existe o medo de acesso, as pessoas que ali residem não são assistidas. Não existe Estado lá no morro. Falando ainda da insegurança, a pesquisadora estudante de Administração relatou uma experiência em um bairro identificado como muito violento. Lá, o grupo de pesquisadores foi advertido pelos moradores e até por policiais, a postos na rua principal, de que não deveriam entrar nas vielas e nos becos, porque o risco de sofrer algum tipo de violência era bastante grande.

A pesquisadora arquiteta, doutoranda e membro da equipe de divulgação trouxe sua leitura diferenciada sobre essa questão ao falar sobre a insegurança e medo diante do trabalho de campo:

Eu queria complementar algumas falas aqui, com relação à questão da segurança, da percepção de segurança, do medo. A gente já foi para o campo com certos medos, com expectativas que eu inverti, praticamente. Eu fui muito bem recebida nos bairros populares, muito bem recebida, mesmo quando existia uma sensação de medo geral. [...] É preciso reconhecer que esse medo tem um significado particular, é também um ‘medo cultural’, resultado de tudo isso que a gente falou aqui – da exclusão social, das desigualdades, das carências, dos estigmas. É o contrário do que vivenciamos nos bairros que eu normalmente frequento, nos quais a gente nem conseguia ter acesso às pessoas. Nessas, o medo do estranho é muito maior, muito maior do que no bairro popular.

Despertou muito a atenção dos pesquisadores as revelações dos moradores dos bairros populares sobre a relação ruim com a polícia.

Os pesquisadores ouviram e acreditaram que a polícia não respeita pobre nem negro e, por seu turno, esses sujeitos não reconhecem a legitimidade do uso da força perpetrada pela polícia. Alguns relatos dos pesquisadores retratam bem essa relação conflituosa. Uma pesquisadora ouviu o seguinte desabafo de uma senhora entrevistada: “O que realmente incomoda hoje são os policiais, tá tudo tranquilo aí o policial chega aterrorizando”.

A fala do pesquisador e estudante de Geografia sobre a relação dos moradores dos bairros populares com a polícia e com os traficantes traz uma síntese de muito do que foi falado e aqui colocado. Muitos pesquisadores registravam surpresa diante do acolhimento dos traficantes pela população, apesar de não estranharem a rejeição da polícia por parte dos moradores do bairro. Disse o jovem pesquisador:

[...] a frase que mais me marcou andando por Salvador foi de uma senhora que a gente estava entrevistando. Ela me falou que se sentia menos segura no bairro com a presença da polícia do que com a presença dos ‘meninos do tráfico’. Porque a polícia, quando chega no bairro, ela chega avassaladora, como uma avalanche, sabe?! Ela não quer ver se tem criança, se tem mulher... Então, para polícia, todo mundo é bandido, é negro é bandido... Então essa frase me marcou muito, a afirmação de que eles se sentem mais protegidos na presença dos ‘meninos do tráfico’.

O estudante de Gestão Social, morador do Subúrbio Ferroviário, na qualidade de pesquisador e residente, reitera outras falas sobre a violência policial:

Um fato importante que eu não poderia deixar de falar: lá onde eu moro, a polícia é desse jeito que vocês comentaram aí, só chega para ‘arrombar’. Eu moro numa comunidade. Nós temos uma

comunidade que quem comanda é o tráfico. Era assim na favela. Deixou de ser nos dois meses iniciais, na requalificação, mas agora retornou tudo para a mão do tráfico de novo. E as pessoas se sentem mais seguras com os ‘meninos do tráfico’. Não é que eles se sentiam completamente seguros, mas o que dá um pouco de segurança são os ‘meninos do tráfico’.

Foi recorrente, na fala dos pesquisadores, a diferença de tratamento dado pela polícia, que representa a política de segurança pública aos distintos segmentos da população. O pesquisador e estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades registra o seguinte entendimento sobre essa atitude da polícia nos bairros populares: “a ordem pública de alguns é mantida pela desordem de outros. Inclusive, historicamente, a polícia foi usada para isso: defender o status quo e defender determinados grupos sociais em detrimento de outros”. E recitou um verso do artista popular baiano o MC 16 Beats, rapper e militante do movimento hip-hop, que diz: “Pernambuéis tem que sangrar para a Pituba ficar de boa”. O verso, na percepção do jovem pesquisador, é “muito significativo, porque resume as políticas de segurança pública desde sempre”.

Não é surpresa a revelação da truculência seletiva da polícia brasileira. O especialista Luiz Eduardo Soares, pesquisador e ex-ocupante de cargos na segurança pública no estado do Rio de Janeiro e no Ministério da Justiça, no início deste século, caracteriza a política de segurança pública pela prática policial com o uso de métodos violentos, brutalidade, abuso de poder, violação de direitos humanos e um absoluto desrespeito pelas comunidades pobres, já que existe um “filtro seletivo” racista e classista na escolha de abordagens dos policiais – frutos dos processos históricos, econômicos e sociais do país e da própria “arquitetura institucional de segurança pública” herdada do período da ditadura militar. “São sempre os mesmos

que pagam o preço das desigualdades, na distribuição assimétrica de poder e riqueza ou nas práticas cotidianas dos agentes do Estado, desde a abordagem policial até o acesso à educação e à saúde”. (SOARES, 2019, p. 187)

Por sua vez, Lília Moritz Schwarcz (2019) ressalta que a polícia brasileira é uma das mais violentas do mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas. A ação discriminatória da política de segurança pública foi denunciada por muitos moradores dos bairros populares, segundo relato dos pesquisadores. Um dos entrevistados do pesquisador estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades, residente num bairro popular, ao ser perguntado sobre o que poderia trazer segurança para o bairro, respondeu: “qualquer coisa, menos a polícia”, demonstrando a falta de credibilidade da instituição policial entre suas maiores vítimas, os pretos e pobres, tal como foi falado à exaustão quando os temas da violência e segurança pública estavam no centro dos nossos debates.

As situações e os significados em torno da segurança e insegurança, ao andar por Salvador, tomaram muito da energia de todos nós ao longo do trabalho de campo. O argumento do pesquisador e estudante de Arquitetura e Urbanismo traduz as muitas manifestações dos pesquisadores sobre esse tema, que, sem dúvida, foi o mais abordado durante essa fase da pesquisa:

Eu acho que é importante pontuar que de maneira nenhuma a gente está aqui na pesquisa, na universidade, assumindo um discurso antipolícia de segurança - não! Mas a questão é que a gente tem que ter a sensibilidade, a responsabilidade de dizer que a polícia é racista e que existe uma guerra velada que não chega nos bairros nobres. Quando a gente chegava, conversava com moradores, com lideranças, e a gente tentava entrar nos lugares mais perigosos, nos lugares onde havia um domínio do

tráfico, a gente ouvia recorrentemente: ‘você consegue entrar, mas não entre por essa rua, porque aqui pode entrar uma moto ou um carro da polícia e aí vocês podem pôr sua vida em risco, porque a polícia, quando chega, já chega atirando. Aí, ela não diferencia quem é traficante, quem é bandido, quem é a população que mora ali.

É preciso lembrar, como afirma o pesquisador e estudante de Arquitetura e Urbanismo: “*existe o discurso antitráfico, mas o poder paralelo é muito mais complexo*”. Nesse momento de sua fala, recordamos o caso que ocorreu em um dos bairros com forte presença do comércio ilícito de drogas. Conforme já mencionamos, fomos advertidos por um líder comunitário que nos acompanhava: “*Saiam mais cedo, pois é a hora que os grã-finos vêm do Centro e da Orla para comprar a droga*”. O jovem pesquisador expressou, uma vez mais, sua crítica ao Estado e à sua política de segurança pública: “*A droga é ‘necessária’ por n motivos, mas a sujeira não pode chegar na Barra, no Itaipara. E a polícia racista segue executando sua limpeza étnica. Acho que a guerra velada é nesse sentido: precisa-se controlar os pretos, pobres e favelados, oprimi-los*”.

A percepção do senso comum de que a insegurança é muito maior nos bairros populares foi ainda contestada por vários dos pesquisadores, a exemplo da estudante de Nutrição e do estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades:

Eu mesmo, muitas vezes, me senti inseguro em bairros considerados seguros [...], porque as ruas eram todas desertas. A gente olhava para um lado e via um muro de dez metros de altura, olhava para outro e via outro muro, como se fosse um corredor mesmo, né?! E eu acredito que essas barreiras, ao mesmo tempo que são físicas, são também simbólicas, porque de alguma forma nega a multiplicidade da cidade, das ruas, do próprio espaço urbano.

Acrescentou: “*Bauman (2009) denominou essa condição, esse comportamento, de isolamento, de ‘mixofobia’, ou seja, medo de se misturar*”. Para a pesquisadora estudante de Psicologia, isso afetava diretamente o comportamento dos pesquisadores que se sentiam “*acuados e até sem graça, por estar parecendo ser uma ameaça*”.

A pesquisadora e estudante de Nutrição questiona: “[...] *é bom, até que ponto, morar em um bairro desse [de classe média alta]?!*”. Se é verdade que eles oferecem uma estrutura física adequada, por outro lado, deixam uma falta quando o assunto é, em suas palavras, “*estrutura humana*”, levando em consideração que o individualismo tende a ser uma das características mais predominantes nesses ambientes. Para ela, aplicar questionários nos bairros ricos da Orla Atlântica era “*angustiante e preocupante*” pela alta rejeição dos moradores. O colete com os nomes das universidades públicas e seu próprio fenótipo poderiam constituir fatores dificultosos, diferente do que aconteceu nos bairros populares, onde os pesquisadores se sentiram à vontade. Ainda para a futura nutricionista, nos bairros populares, ela se sentia “*contemplada*”, não só pelo seu fenótipo, que a favorecia, mas também pela disponibilidade das pessoas. Ela afirma que esses bairros populares, sim, têm “*vida*”.

A percepção da segurança pelos pesquisadores nos bairros vistos como os mais violentos da cidade frequentemente contestava a crônica policial. Uma das coordenadoras do campo fez a seguinte reflexão:

Aí eu pergunto: onde está o problema da insegurança? É tudo percepção mesmo. Existe? Existe. Tem momentos que ninguém pode estar ali. Mas, no dia a dia dessas pessoas, você as ouve dizer: ‘Ah, minha filha, aqui não tem problema de segurança’. Quem vai duvidar? Porque você olha em volta e não se sente em risco, pelo contrário.

Sim, sabemos que a criminalidade existe e é crescente, que as estatísticas oficiais registram, comprovam, mas que, embora esteja disseminada pelas cidades de todos os portes e em muitos dos seus territórios, ela tem presença preferencial e diferenciada nas periferias, estando profundamente associada aos problemas resultantes da exclusão social. É nesse contexto que a presença e também a ausência do Estado podem ser igualmente problemáticas.

Conforme observado pelos pesquisadores, o medo da polícia foi revelado por alguns entrevistados de maneira bastante significativa: “*eles falavam sobre o tema da segurança bem baixinho*”. Tabu e medo parecem se amalgamar nesse tema. A percepção dos pesquisadores registra e permite a conclusão de que polícia e segurança andam separadas na vida dos bairros populares.

Algumas conclusões

Foi recorrente na fala dos pesquisadores o contraste social plasmado na cidade. Sempre foi muito contundente a comparação entre pobreza e riqueza, entre presença e ausência de equipamentos, serviços e do próprio Estado, entre a qualidade e os padrões desses serviços e equipamentos quando existentes, entre a desigualdade da distribuição dos investimentos públicos na cidade. Precisamos ainda destacar, nesse caminhar, a busca insistente da pesquisadora arquiteta, especialista em arborização, do verde em Salvador – nas ruas, nos quintais, nos jardins, nas praças. Todas essas percepções e questões colocadas pelos pesquisadores eram sempre referidas, comparadas e exemplificadas a partir do olhar, dos marcos teóricos e práticos gestados nas suas respectivas áreas de estudo e de formação.

Para orgulho e satisfação dos professores do QUALISalvador, as narrativas das percepções dos estudantes, densas, plenas e muito humanas, revelavam o conhecimento e a compreensão das

impactantes desigualdades e injustiças na cidade do Salvador – o que tanto mobilizou suas emoções. Os relatos aqui registrados expressavam inconformidade, indignação e até revolta diante da realidade de uma cidade tão bonita, porém tão desigual e excludente. Essa experiência de pesquisa certamente terá contribuído com a construção do conhecimento e de uma consistente crítica social. Porém, mais do que isso, esperamos que a experiência de estudante pesquisador em uma universidade pública contribua com o fortalecimento do desejo de mudança, a responsabilidade social e o compromisso de atuar concretamente na construção de uma sociedade mais justa, como profissionais e cidadãos.

Referências

- 16 BEATS. *Melô*. [2017]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d6wtUBqdv00>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOLA de cristal. Intérprete: Baiana System. Compositor: Russo Passapusso, Roberto Barreto, Seko Bass e Bira Marques. *In*: O FUTURO não demora. Intérprete: Baiana System. [S. l.]: Universal MGB, 2019.
- CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EdUSP: Editora 34, 2000.
- CALDEIRA, Teresa P. R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *CEBRAP*, São Paulo, n. 47, p. 155-176, 1997.
- CARVALHO, Ianá M.; PEREIRA, Gilberto C. As “cidades” de Salvador. *In*: CARVALHO, Ianá M.; PEREIRA, Gilberto C. (org.). *Como anda Salvador?* 2. ed. Salvador: Edufba, 2008. p. 81-107.
- CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar*. Salvador: Edição do autor, 1984.
- DIAS, Clímaco. *Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- EMICIDA. *Amarelo*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4pBp8hRmynI&list=RD1mYVdBok0pQ&index=20>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- ESPINHEIRA, Gey. Salvador: a cidade feia e desumana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 313-315, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2754/1/RCRH-2006-57.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* *Fala galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- NOS barracos da cidade. Intérprete: Gilberto Gil. Compositor: Gilberto Gil e Liminha. *In*: DIA dorim noite neon. Intérprete: Gilberto Gil. Warner Music Group, 1985. 1 LP, lado A, faixa 2 (4 min 4s).
- PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- POCHMANN, Marcio. A desigualdade no Brasil é coisa de sociedade feudal. Entrevista. *Caros Amigos*, São Paulo, ano 14, n. 161, ago. 2010.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *Revista Geographia*, ano 1, n. 1, 1999, p. 7-13.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Luciana da Luz. Breve resgate histórico da luta por moradia em Salvador: o caso da ocupação Quilombo Escada. *Antiteses*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 118-150, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 17 jan. 2021.

SILVA, Tássio S. *Experiência de campo no projeto qualidade do ambiente urbano em Salvador - reflexões sobre "as cidades de Salvador"*. 2020. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2020, Salvador.

SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo, 2019.

TOURAINÉ, Alain. Prefácio. In: PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 11-16.

VIANNA, Ângela Ramalho. Estratégias de sobrevivência num bairro pobre de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato; FARIA, Vilmar (org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes: São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 185-214.

HOMENAGEM DA FAMÍLIA
SILVESTRE GOMEZ GARCIA (O ESPANHA)
AOS MORADORES DE STº AGOSTINHO
E EM ESPECIAL PARA OS VIZINHOS DA RUA
ALEGRIA DO CASTRO NEVES.
SSA, ABRIL/2001.

VILLA
AURINHA



$a^2 + b^2 = c^2$
TEOREMA
DE PITÁGORAS.
A HIPOTENUSA É
IGUAL À RAZ QUADRADA
DA SOMA DOS QUADRADOS
DOS CATÉTOS.



A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES LOCAIS

Felipe Tumenas Marques

Na origem da palavra “estatística”, temos a palavra alemã “Statistik”, introduzida pelo historiador Gottfried Achenwall em 1749, que designou a análise de dados sobre o Estado como a “Ciência do Estado”, diretamente ligada ao desenvolvimento dos Estados soberanos. (VAN DER ZANDE, 2010) O foco da estatística era a coleta sistemática de dados demográficos e econômicos pelos Estados, principalmente recursos humanos e materiais que poderiam ser tributados ou utilizados militarmente. Hoje, sabemos que indicadores estatísticos são ferramentas básicas para o gerenciamento de quaisquer sistemas.

Entretanto, a presença do Estado para os cidadãos acontece em escala menor, nas cidades e bairros, o que torna as estatísticas de bairros importantes o suficiente para merecerem atenção especial.

Várias organizações podem usar essas estatísticas locais para criar um melhor ambiente para seus habitantes e agentes, como câmaras de comércio, polícia, agências de desenvolvimento urbano, entre outros. (HOOGENBOEZEM, 2004) Mesmo dados aparentemente sem importância podem ser primordiais para determinados agentes. O monitoramento de performance na área pública possui várias partes interessadas: desde os responsáveis pela prestação de serviços públicos, que podem usar dados para verificar seu próprio desempenho e buscar melhorias; passando pela população, que pode usar os dados, por exemplo, para verificar se os serviços locais estão funcionando satisfatoriamente; até os governos nacionais e locais, que podem usar os dados para avaliar decisões e ações políticas. (BIRD et al., 2005) O monitoramento de performance na área

pública é produtivo se feito da maneira adequada; porém, se feito de maneira inadequada, o resultado pode ser não apenas ineficaz, mas também prejudicial e até destrutivo. (BIRD et al., 2005)

Essa preocupação com relação ao uso de indicadores quantitativos na área pública está alinhada com um dos princípios de administração de Deming, um dos pais da área de qualidade, fortemente baseada em ferramentas estatísticas, que estabelece em seu 11º princípio: “Eliminar padrões’: Elimine padrões de trabalho que estabeleçam quotas ou metas numéricas. Use métodos estatísticos para a melhoria contínua da qualidade”. (NEAVE, 1987, p. 567) Ou seja, as ferramentas estatísticas devem ser utilizadas para guiar a administração, e não para substituir a liderança por números a serem alcançados.

Uma questão importante é se há fatores que podem influenciar uma cidade a utilizar e/ou divulgar os seus dados. Hoogenboezem (2004) analisou dados descritivos básicos – dados populacionais, composição familiar, desemprego, pobreza, condição das moradias, falta de moradia, crimes e renda – em cidades europeias e constatou que esses dados geralmente não estão disponíveis, pois não foram recolhidos nem divulgados. Em média, 30% dos indicadores básicos estão em falta. O autor buscou relacionar o percentual de indicadores faltantes com quatro fatores: tamanho da cidade, prosperidade da cidade, envolvimento cívico da população e tradição estatística nacional. O fator “tamanho da cidade” pode ir em duas direções com conclusões diferentes. Por um lado, grandes cidades serão administradas de maneira mais profissional, com mais funcionários e especialistas e, por consequência, com coleta de indicadores. Por outro lado, cidades menores são menos complexas e mais transparentes, sendo mais fácil coletar dados e calcular indicadores de desempenho.

Entretanto, o estudo de Hoogenboezem (2004) indica que o tamanho da cidade não apresenta relação com a qualidade das estatísticas. Na questão seguinte, se as cidades prósperas são melhores

que as mais pobres na coleta e divulgação de dados, a pesquisa do autor indicou que a renda municipal também não é um fator para determinar a qualidade das estatísticas locais. O envolvimento cívico dos cidadãos é um fator que explica a existência de estatísticas locais? Como na Europa o voto não é obrigatório, o envolvimento cívico foi medido por Hoogenboezem (2004) pela média da participação dos eleitores nas últimas três eleições. Segundo o estudo, o envolvimento cívico não é um fator que explica a qualidade das estatísticas locais.

Por fim, as tradições estatísticas são uma explicação para a qualidade das estatísticas locais? O estudo do autor indica que sim, porém de maneiras distintas nos países. Por exemplo, a Alemanha possui uma alta quantidade de dados faltantes, o que seria consistente com uma tradição não quantitativa. As ciências sociais na Alemanha, com suas raízes na *Verstehen* (compreender) weberiana, buscam o “sentido” dos fatos sociais ao invés de uma compreensão empirista e, portanto, colocam menos ênfase na informação quantitativa. Assim, não é surpreendente ver a falta de dados locais, pois, na elaboração e execução de políticas quantitativas, os dados foram considerados menos importantes. (HOOGENBOEZEM, 2004) Já na França, que possui uma alta quantidade de dados faltantes assim como na Alemanha, há uma forte tradição estatística e uma equipe altamente profissional. É provável que a centralização característica do Estado francês desempenhe um papel predominante. Como as instituições estatísticas são geograficamente centralizadas na França e espera-se que os escritórios regionais executem decisões tomadas em Paris, este não é um ambiente em que se esperaria que as estatísticas locais prosperassem. (HOOGENBOEZEM, 2004)

Dada a relação entre as tradições estatísticas e o desenvolvimento e a utilização dos indicadores, como é a tradição estatística no Brasil? Segundo Camargo (2017), no Brasil, o histórico de trabalhos estatísticos remete a 1871, com a instalação no Império Brasileiro

da Diretoria Geral de Estatística (DGE) para a realização do censo e de registros de nascimento, óbito e matrimônio. A DGE realizou os censos de 1872, 1890, 1900 e 1920 e foi substituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1936. Além do censo demográfico, que desde 1940 é realizado a cada dez anos, o IBGE realiza diversas pesquisas no país. Porém, o nível mais detalhado de informação de suas pesquisas disponibilizadas é o das cidades.

Dada a importância e necessidade de indicadores locais, de que maneira podemos defini-los?

A construção de indicadores locais

Entre os desafios no desenvolvimento e uso de indicadores locais, está o conflito entre os objetivos dos usuários dos indicadores. Planejadores urbanos e formuladores de políticas públicas, por exemplo, buscam indicadores diretos, facilmente compreensíveis e aplicáveis a programas ou políticas. Já acadêmicos desenvolvem metodologias, modelos, teorias e índices complexos, não necessariamente aplicáveis para atuação direta. (SAWICK; FLYNN, 1996)

Como critério para construção de indicadores locais, Galster, Hayes e Johnson (2005, p. 265) partem da seguinte situação hipotética:

Se eu pudesse encontrar uma maneira de monitorar de maneira confiável, frequente e barata o que está acontecendo nos bairros da minha comunidade! Se esse indicador local estivesse disponível, eu poderia receber alertas antecipados sobre preocupações emergentes e reunir os recursos programáticos da minha comunidade de maneira proativa, em vez de simplesmente reagir quando os problemas se tornassem graves. Ou, de maneira mais otimista, poderia ver onde o mercado estava esquentando. Eu poderia até usar esses indicadores locais para medir o desempenho de várias

intervenções de planejamento. Mas que indicador me forneceria um barômetro preciso, atualizado anualmente, de uma ampla gama de características demográficas, sociais, econômicas e habitacionais de vizinhança? Posso me dar ao luxo de coletar os dados para operacionalizar um indicador tão robusto?

Com essa preocupação, Galster, Hayes e Johnson (2005) analisaram dados de cinco cidades nos Estados Unidos referentes à atividade de mercado imobiliário, preços das casas, empregos e empresas, características demográficas e socioeconômicas, crime, assistência pública e saúde. Através dessa análise, os autores identificaram indicadores de baixo custo, atualizados anualmente e disponíveis para todas as comunidades dos Estados Unidos, que capturam de forma robusta variações significativas das dimensões dos bairros.

Sawick e Flynn (1996) fizeram um levantamento histórico da evolução dos indicadores em cidades dos Estados Unidos. No período de 1970 a 1977, identificaram 58 relatórios de indicadores no nível municipal ou de região metropolitana. Aproximadamente metade dos relatórios foram emitidos por universidades ou centros de pesquisa e metade por agências municipais. A partir dos anos 1980 e começo dos anos 1990, houve o início de medidas de “qualidade de vida” em estados e cidades, com estudos a examinar o bem-estar sob várias perspectivas: econômicas, sociais e ambientais. Sawick e Flynn (1996) categorizam três principais tipos de indicadores: medidas que descrevem as características de cada indivíduo, medidas que descrevem agregações estatísticas de pessoas e famílias localizadas em uma determinada área geográfica em um período específico e medidas que caracterizam a própria área, sem referência à sua população.

Entre os tipos de indicadores locais encontrados na literatura acadêmica, temos duas grandes categorias:

1. Qualidade como “percepção” (*Neighborhood Quality*): a qualidade dos bairros é definida como a percepção dos moradores. Após o levantamento da percepção dos moradores, são feitos estudos quantitativos para descobrir quais fatores a determinam e as relações com outras variáveis econômicas, ambientais e sociais. Nessa categoria, podemos encontrar trabalhos de Lansing e Marans (1969), Dahmann (1985), Connerly e Marans (1985), Dubin e Sung (1990), Dubin (1992), Greenberg (1999) e Damm (2014);
2. Qualidade como critério objetivo: a qualidade é estabelecida como um critério objetivo e mensurável, em especial o critério “caminhabilidade” (*Walkability Index*). O critério de caminhabilidade se relaciona diretamente com a saúde pública, avaliando se os habitantes conseguem fazer tudo o que necessitam caminhando pelo seu bairro. Entre os trabalhos nessa categoria, temos os de Ewart e Suchday (2002), Messer e demais autores (2006), Frank e demais autores (2010), Lotfi e Koohsari (2011), Rogers e demais autores (2011), Lalloué (2013), Reis e demais autores (2013) e Vegi e demais autores (2020).

Recentemente, com a evolução dos sistemas de informação e divulgação de dados, tem-se tornado possível o desenvolvimento de indicadores de bairro precisos e de baixo custo.

Além da literatura acadêmica, como as principais cidades do mundo têm trabalhado os seus indicadores locais? Para responder a essa pergunta, devemos olhar as cidades que são referência de qualidade de vida. A Economist Intelligence Unit (EIU) publica anualmente o *Global Liveability Ranking*, que classifica 140 cidades por sua qualidade de vida urbana com base em avaliações de estabilidade, saúde, cultura e meio ambiente, educação

e infraestrutura. O Quadro 1 mostra o *ranking* de 2019 das dez cidades com melhor classificação.

Quadro 1 - *Ranking* de qualidade de vida urbana

Global Liveability Ranking 2019			
	Cidade	Ratings	País
1	Viena	99,1	Áustria
2	Melbourne	98,4	Austrália
3	Sydney	98,1	Austrália
4	Osaka	97,7	Japão
5	Calgary	97,5	Canadá
6	Vancouver	97,3	Canadá
7	Tóquio	97,2	Japão
	Toronto	97,2	Canadá
9	Copenhagen	96,8	Dinamarca
10	Adelaide	96,6	Austrália

Fonte: elaborado pelo autor com base no The Economist Intelligence Unit (2020).

Como estão os indicadores locais dessas cidades? Com exceção da cidade de Tóquio, todas as cidades possuem políticas de *Open Data*, em que todas as informações, na maior granularidade possível, estão disponíveis para todos os interessados. A partir desses dados, é possível montar diversos indicadores e acompanhar tudo que ocorre na cidade. Os endereços dos dados das cidades estão no Quadro 2:

Quadro 2 - Endereços *on-line* de dados disponíveis das dez cidades mais bem colocadas

Dados das cidades	
Cidade	Endereço
Viena	https://smartcity.wien.gv.at/site/en/

Dados das cidades	
Melbourne	https://data.melbourne.vic.gov.au/
Sydney	https://data.cityofsydney.nsw.gov.au/
Osaka	https://data.city.osaka.lg.jp/
Calgary	https://data.calgary.ca/
Vancouver	https://opendata.vancouver.ca/
Tóquio	Não encontrado
Toronto	https://open.toronto.ca/
Copenhagen	https://www.opendata.dk/
Adelaide	http://opendata.adelaidecitycouncil.com/

Fonte: elaborado pelo autor.

As informações disponíveis são de diversas áreas, entre elas: sistema de transporte, energia, abastecimento de água e saneamento básico, crimes, escolas, livrarias e sistema de saúde.

O Brasil, de acordo com Breitman e demais autores (2012), se tornou membro da Open Government Partnership (OGP) em setembro de 2011. Como membro, o Brasil se compromete com a transparência e ações para garantir a publicação aberta de dados oficiais. Com isso, temos os dados federais de diversos assuntos disponíveis no portal.¹ De acordo com Brito e demais autores (2014), como consequência dessa ação, diversos entes de todos os níveis governamentais estão lançando portais de dados abertos e promovendo *hackathons* (competições de dados) e concursos para incentivar a população e organizações não governamentais a criar aplicações computacionais – aplicativos, *sites*, programas, entre outros – que tenham como base os dados públicos e que tenham impacto direto na vida dos cidadãos.

Janssen, Charalabidis e Zuiderwijk (2012) levantam cinco mitos com relação aos dados abertos que devemos ter em vista:

- Mito 1: “A divulgação de dados automaticamente gerará benefícios”. A ênfase tem sido feita no fornecimento de dados, e não nos usuários. A criação de grandes *pools* de dados pode criar barreiras para encontrar a informação correta;
- Mito 2: “Todas as informações devem ser publicadas irrestritamente”. Dados que podem ser rastreados até os indivíduos de origem não devem ser publicados;
- Mito 3: “É uma questão de simplesmente publicar dados”. Na maioria das vezes, são necessárias outras etapas além da disponibilização dos dados. Modificação ou processamento dos dados brutos pode ser necessário;
- Mito 4: “Todo cidadão pode fazer uso de dados abertos”. Para fazer uso dos dados, existe a premissa de que os cidadãos possuem recursos, *expertise* e capacidade, além de conhecimentos sobre base de dados e estatística que não são comuns a todos;
- Mito 5: “Dados abertos resultarão em governo aberto”. Governo aberto promove transparência e engajamento para permitir uma supervisão eficaz. A divulgação imediata e generalizada de dados públicos não resulta necessariamente em um governo responsável e transparente.

Além do governo federal, diversas cidades no Brasil têm iniciativas de indicadores locais. Entre elas, podemos citar: Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, existem diferenças importantes entre as cidades no desenho e na operacionalização da divulgação dos indicadores locais. As cidades do Rio de Janeiro e Recife não informam os dados detalhados por bairros. No Rio de Janeiro, a divulgação dos indicadores ocorre via Mapa da Desigualdade com todos os municípios da região

¹ Ver: <http://www.dados.gov.br/>.

metropolitana. Já no Recife, a divulgação dos indicadores é feita via Observatório do Recife. Porém, os últimos dados disponíveis para Recife são de 2016. Assim como em Recife, nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre, as iniciativas de indicadores locais, apesar de terem sido construídas, não foram continuadas. Em Belo Horizonte, os dados locais são apenas de 2010; em Porto Alegre, em seu *site* de dados locais, os números disponíveis vão até 2012. Já Brasília e São Paulo apresentam iniciativas de indicadores locais que são mantidas até a presente data. As duas cidades possuem a divulgação dos indicadores através de relatórios anuais do Mapa da Desigualdade.

A seguir, estão as imagens e os endereços das iniciativas de indicadores locais das cidades mencionadas (Figuras 1 a 6).

Figura 1 – Mapa da Desigualdade (Rio de Janeiro)



Fonte: Casa Fluminense ([2020?]).

Figura 2 – Observatório do Recife (Recife)



Fonte: Observatório do Recife ([2016]).

Figura 3 – Sistema de Indicadores Nossa BH (Belo Horizonte)



Fonte: Nossa BH (2020).

Figura 4 – Observa POA (Porto Alegre)



Fonte: Observa POA ([2020]).

Figura 5 – Mapa das Desigualdades (Brasília)



Fonte: Nossa Brasília ([2019]).

Figura 6 – Mapa da Desigualdade (São Paulo)



Fonte: Rede Nossa São Paulo ([2020]).

Vale a pena mencionar que, no Mapa da Desigualdade da cidade de São Paulo, existe um indicador chamado “Desigualtômetro”, que compara a situação entre os bairros. O Desigualtômetro é calculado para cada indicador da seguinte maneira: são observados o maior valor e o menor valor entre todos os bairros e é calculada a razão entre os dois valores. Ou seja, em quantas vezes o bairro com maior indicador está em relação ao bairro com o menor indicador para mostrar a distância entre os mais bem posicionados e aqueles em situação mais precária para cada indicador. Por exemplo, no indicador “Gravidez na adolescência – proporção de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, em relação ao total de nascidos vivos (%)”, o bairro com menor valor é Moema, com 0,35%, e o bairro com maior valor é Marsilac, com 18,85%; o Desigualtômetro desse indicador é 53,4x.

As “cidades inteligentes”

A ideia de *Open Data* está diretamente ligada às cidades inteligentes. Apesar de existirem diversas definições, segundo Albino, Berardi e Dangelico (2015), podemos definir cidade inteligente como uma área urbana que usa diferentes de sensores para capturar dados e usá-los na administração de suas operações. Os sensores eletrônicos, que monitoram dados de diversos dispositivos, são a base para a internet das coisas – ou IoT, do inglês *Internet of Things*. Uma cidade inteligente possui sensores por toda a sua área e utiliza os dados obtidos para otimizar suas operações e seus serviços e para conectar-se aos seus cidadãos. A tecnologia possibilita que os gestores possam monitorar o que está acontecendo na cidade e atuar diretamente assim que problemas surgirem, além de possibilitar o aumento do contato entre cidadãos e governo. Com os dados públicos disponibilizados em repositórios *Open Data*, os cidadãos podem produzir informações, mapeando, levantando e discutindo seus problemas locais. Segundo Lemos (2013), é necessária a participação de todos, através de uma política de abertura de dados e de estímulo ao cidadão, para que celulares e redes sociais possam ser utilizados como instrumentos políticos.

Porém, temos que ter um olhar cuidadoso com termos “da moda”, como cidades inteligentes, cidades criativas, cidades sustentáveis, entre outros. Segundo Söderström, Paasche e Klauser (2014), esses termos fazem parte de jogos de linguagem contemporânea que envolvem especialistas em *marketing*, consultores, corporações etc. e tentam estabelecer um padrão de como as cidades devem ser entendidas e planejadas, moldando a imaginação e as práticas de diversos atores. De acordo com Hollands (2015), o conceito de cidades inteligentes, tecnologicamente orientadas, corporativamente controladas, fortemente comercializadas e até ambientalmente corretas não aborda as perguntas válidas sobre as cidades.

Devemos ter cuidado com cenários nos quais todos os problemas foram resolvidos pela tecnologia e todos os seus habitantes são felizes e prósperos. Na superfície, o termo “cidades inteligentes” tem como foco a eficiência e a sustentabilidade das cidades, mas implicitamente pode ser uma estratégia para obter uma posição dominante em um enorme mercado. (SÖDERSTRÖM; PAASCHE; KLAUSER, 2014) Segundo Söderström, Paasche e Klauser (2014), tornar uma cidade mais inteligente implica priorizar investimentos em tecnologia enquanto soluções “com pouca tecnologia”, como moradias acessíveis ou sistemas de esgoto, são mais urgentes em muitas das cidades do mundo. O estabelecimento de prioridades, que é o cerne da política municipal, não é uma questão apolítica. De acordo com Lemos (2013), dados disponibilizados podem gerar conhecimento que poderá se tornar ações políticas e soluções criativas – isso se moradores estiverem atentos, de maneira detalhada e sistemática, às informações de sua região.

O futuro

O Brasil é um país fortemente marcado pela desigualdade. Quando pensamos em desigualdade, pensamos em distribuição de renda, porém a desigualdade se manifesta de diversas maneiras, como em relação a gênero e raça. Além da desigualdade causada pelas pessoas, temos a que é causada pela administração pública por meio das diferenças locais, via oferta desigual de direitos básicos, como educação, saúde, cultura, segurança, meio ambiente e saneamento básico. A falta de oferta de direitos básicos mantém a desigualdade social, cujos efeitos afetam toda a sociedade, não apenas as pessoas sem acesso a esses direitos.

Em cidades com milhões de habitantes, o problema da desigualdade pode ser ainda mais pronunciado. Os equipamentos públicos

podem estar concentrados em poucas regiões, separando pessoas com base no acesso a bens e serviços públicos básicos e deixando à margem habitantes de muitos bairros. Trazer à luz essas situações por meio dos dados é a primeira etapa para que possamos diminuir as desigualdades e conseguir melhorar a vida daqueles que mais precisam. Conhecer seus direitos e se eles são ofertados em seu bairro pelo poder público é condição essencial para o exercício da cidadania.

Os indicadores locais são uma necessidade, tanto pela visibilidade do que ocorre em cada bairro da cidade quanto pelo exercício da cidadania de seus habitantes. Porém, a tradição estatística no Brasil não chega ao nível de detalhamento de bairros, o que reforça a importância de iniciativas que buscam desvendar o que ocorre localmente dentro de cada cidade.

Existem diversas iniciativas de indicadores locais em cidades do Brasil e do mundo, com a maioria disponibilizando o acesso aos dados através de portais de *Open Data*. Entretanto, algumas iniciativas podem ser encaradas como “modismos” gerenciais e formas de distração para os problemas reais dos bairros. Portanto, devemos ter sempre claros os objetivos fundamentais dos indicadores locais, que são a maior transparência e a disponibilização de informação para que os cidadãos possam exercer sua cidadania.

Referências

ALBINO, Vito; BERARDI, Umberto; DANGELICO, Rosa Maria. Smart cities: definitions, dimensions, performance, and initiatives. *Journal of Urban Technology*, Abingdon, v. 22, n. 1, p. 3-21, 2015.

BIRD, Sheila M. *et al.* Performance indicators: good, bad, and ugly. *Journal of the Royal Statistical Society. Series A. Statistics in Society*, London, v. 168, n. 1, p. 1-27, 2005.

BREITMAN, Karin *et al.* Open government data in Brazil. *IEEE Intelligent Systems*, New York, v. 27, n. 3, p. 45-49, 2012.

BRITO, dos Santos Kellyton *et al.* Experiences Integrating Heterogeneous Government Open Data Sources to Deliver Services and Promote Transparency in Brazil. *In: 2014 IEEE 38th Annual Computer Software and Applications Conference*. Los Alamitos: IEEE Computer Society, 2014. p. 606-607.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Sur l'émergence d'une politique de précision. Le cas des statistiques brésiliennes. *Histoire & Mesure*, Paris, v. 32, n. XXXII-1, p. 91-119, 2017.

CASA FLUMINENSE. Mapa da Desigualdade. Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em: 24 set. 2020.

DAHMAN, Donald C. Assessments of neighborhood quality in metropolitan America. *Urban Affairs Quarterly*, Thousand Oaks, v. 20, n. 4, p. 511-535, 1985.

DAMM, Anna Piil. Neighborhood quality and labor market outcomes: Evidence from quasi-random neighborhood assignment of immigrants. *Journal of Urban Economics*, New York, v. 79, p. 139-166, 2014.

DUBIN, Robin A. Spatial autocorrelation and neighborhood quality. *Regional Science and Urban Economics*, Amsterdam, v. 22, n. 3, p. 433-452, 1992.

DUBIN, Robin A.; SUNG, Chein-Hsing. Specification of hedonic regressions: non-nested tests on measures of neighborhood quality. *Journal of Urban Economics*, New York, v. 27, n. 1, p. 97-110, 1990.

EWART, Craig K.; SUCHDAY, Sonia. Discovering how urban poverty and violence affect health: development and validation of a Neighborhood Stress Index. *Health Psychology*, Hillsdale, NJ, v. 21, n. 3, p. 254-262, 2002.

- FRANK, Lawrence D. *et al.* The development of a walkability index: application to the Neighborhood Quality of Life Study. *British Journal of Sports Medicine*, Loughborough, GB, v. 44, n. 13, p. 924-933, 2010.
- GALSTER, George; HAYES, Chris; JOHNSON, Jennifer. Identifying robust, parsimonious neighborhood indicators. *Journal of Planning Education and Research*, Cincinnati, v. 24, n. 3, p. 265-280, 2005.
- (THE) GLOBAL Liveability Index 2019. *The Economist Intelligence Unit*, [s. l.], 22 Oct. 2020. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/the-global-liveability-index-2019/>. Acesso em: 24 set. 2020.
- GREENBERG, Michael R. Improving neighborhood quality: a hierarchy of needs. *Housing Policy Debate*, Washington, v. 10, n. 3, p. 601-624, 1999.
- HOLLANDS, Robert G. Critical interventions into the corporate smart city. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, Oxford, v. 8, n. 1, p. 61-77, 2015.
- HOOGENBOEZEM, Jaap A. Local government performance indicators in Europe: an exploration. *International Review of Administrative Sciences*, Bruxelles, v. 70, n. 1, p. 51-64, 2004.
- JANSSEN, Marijn; CHARALABIDIS, Yannis; ZUIDERWIJK, Anneke. Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. *Information Systems Management*, v. 29, n. 4, p. 258-268, 2012.
- LALLOUÉ, Benoît *et al.* A statistical procedure to create a neighborhood socioeconomic index for health inequalities analysis. *International Journal for Equity In Health*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 21, 2013.
- LANSING, John B.; MARANS, Robert W. Evaluation of neighborhood quality. *Journal of the American Institute of Planners*, Cambridge, v. 35, n. 3, p. 195-199, 1969.
- LEMOS, André. Cidades inteligentes. *GV-executivo*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 46-49, 2013.
- LOTFI, Sedigheh; KOOHSARI, Mohammad Javad. Neighborhood walkability in a city within a developing country. *Journal of Urban Planning and Development*, New York, v. 137, n. 4, p. 402-408, 2011.
- MESSER, Lynne C. *et al.* The development of a standardized neighborhood deprivation index. *Journal of Urban Health*, Cary, NC, v. 83, n. 6, p. 1041-1062, 2006.
- NEAVE, Henry R. Deming's 14 points for management: framework for success. *Journal of the Royal Statistical Society. Series D (The Statistician)*, London, v. 36, n. 5, p. 561-570, 1987.
- NOSSA BH. Sistema de Indicadores. Disponível em: <http://www.nossabh.org.br/indicadores/>. Acesso em: 24 set. 2020.
- NOSSA BRASÍLIA. *Mapa das desigualdades*. Brasília, DF, [2019]. Disponível em: <http://www.movimentonossabrasilia.org.br/mapa-das-desigualdades/>. Acesso em: 24 set. 2020.
- OBSERVA POA. *Cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre, [2020]. Disponível em: <http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/>. Acesso em: 24 set. 2020.
- OBSERVATÓRIO DO RECIFE. *Indicadores do Recife*. Recife, [2016]. Disponível em: <http://www.observatoriodorecife.org.br/indicadoresdorecife/>. Acesso em: 24 set. 2020.
- ONNERLY, Charles E.; MARANS, Robert W. Comparing two global measures of perceived neighborhood quality. *Social Indicators Research*, Dordrecht, v. 17, n. 1, p. 29-47, 1985.
- REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa das desigualdades*. São Paulo, [2020]. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/tag/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em: 24 set. 2020.
- REIS, Rodrigo Siqueira *et al.* Walkability and physical activity: findings from Curitiba, Brazil. *American Journal of Preventive Medicine*, Amsterdam v. 45, n. 3, p. 269-275, 2013.

ROGERS, Shannon H. *et al.* Examining walkability and social capital as indicators of quality of life at the municipal and neighborhood scales. *Applied Research in Quality of Life*, Dordrecht, v. 6, n. 2, p. 201-213, 2011.

SAWICKI, David S.; FLYNN, Patrice. Neighborhood indicators: A review of the literature and an assessment of conceptual and methodological issues. *Journal of the American Planning Association*, Chicago, v. 62, n. 2, p. 165-183, 1996.

SÖDERSTRÖM, Ola; PAASCHE, Till; KLAUSER, Francisco. Smart cities as corporate storytelling. *City*, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 307-320, 2014.

VAN DER ZANDE, Johan. Statistik and history in the German Enlightenment. *Journal of the History of Ideas*, Philadelphia, v. 71, n. 3, p. 411-432, 2010.

VEGI, Aline Siqueira Fogal *et al.* Walkability and healthy aging: an analytical proposal for small and medium-sized Brazilian cities. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 1-15, 2020.



ANOTAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO

Elisabete Santos

Patrícia Campos Borja

Luiz Roberto Santos Moraes

A qualidade do ambiente urbano das cidades brasileiras, particularmente das capitais, apresenta grandes disparidades sociais e ambientais. Apesar de alguns bons exemplos de experiência de gestão urbano-ambiental, tem-se assistido, nas distintas escalas territoriais, à subordinação das formas de apropriação da natureza e do trabalho às funções vitais do capital, com consequências danosas à qualidade do ambiente urbano e de vida. Nesse contexto, várias têm sido as tentativas, institucionais e individuais, em várias escalas, de construção de indicadores que auxiliem tanto a compreensão como a intervenção pública e privada sobre o ambiente.

Em qualquer circunstância, um indicador expressa o resultado de uma percepção do real, uma vez que estamos falando da produção de conhecimento, da representação da realidade da cidade.

Um indicador mensura, então, aspectos particulares da realidade e só ganha sentido no contexto de um marco teórico – de uma análise, de uma tentativa de explicação. A realidade é sempre mais ampla, vasta e complexa do que nossos conhecimentos podem abarcar. A razão sempre se reporta e se apropria da vida de forma parcial, limitada, historicamente datada e ideologicamente condicionada a aspectos particulares do real.

Um índice é uma agregação de indicadores, e seu objetivo é associar elementos considerados como estruturantes do ambiente urbano. O que justifica ou explica a referida associação – de aspectos físico-ambientais, socioeconômicos, infraestrutura ou quaisquer outros – é a perspectiva teórica adotada. Índices e indicadores são, portanto, recursos heurísticos cujo objetivo é fundamentar a

compreensão do que a sociedade é ou deveria ser. Representam aspectos do real e resultam de uma reflexão teórico-conceitual, de escolhas, que encontram sentido e validação dentro de marcos teóricos, paradigmas, pontos de vistas e concepções ideológicas.

Temos a possibilidade de adesão a conhecimentos consolidados, a saberes e paradigmas constituídos a partir da intersubjetividade de comunidades situadas nos distintos campos do saber – da filosofia e da ciência –, porém são todos dotados de significados histórico e socialmente condicionados. O saber estabelecido é fruto de consensos parciais e provisórios construídos a partir do debate e do embate, mais ou menos institucionalizados, que se constituem como norte do processo de produção do conhecimento, inclusive do qualificado como científico.

Essa formulação nos situa, então, no campo da política em seu sentido mais amplo, ou seja, da complexa relação entre o ser e o dever ser, da decisão, mais uma vez política, de assegurar às presentes e futuras gerações, por meio de políticas públicas definidas coletivamente pelos atores sociais urbanos e de forma democrática, o acesso democrático e sustentável – em suas dimensões social, econômica, ambiental e político-institucional – a bens e riquezas socialmente produzidos.

Parte significativa da literatura sobre qualidade do ambiente e mesmo sobre qualidade de vida, como considera Mazetto (2000), atém-se às condições da qualidade – ou seja, aos requisitos que tornam possível uma determinada qualidade –, e não propriamente ao conceito de qualidade. Falar da qualidade do ambiente ou da vida implica, em graus distintos, falar em valoração, preferência, percepções e atribuição de sentido e de significado na assunção de posições, quer sejam políticas, filosóficas ou teóricas. Nesse sentido, a noção de qualidade nos remete a pontos de vistas e a interesses em relação às formas de organização e estruturação da sociedade. Ela

se reporta, simultaneamente, ao estado ou condição do ambiente e da vida em um determinado momento, como também projeta o que deveria ser em um futuro próximo ou longínquo.

Adicionalmente, qualificar o ambiente urbano ou a vida significa, assim, definir padrões capazes de mensurar aspectos físicos e socioculturais e, sobretudo, tentar dar conta de como o ambiente determina as condições nas quais a vida se processa e como é impactado por ela. Quando nos referimos ao conceito de ambiente, ambiente urbano ou qualidade do ambiente urbano, as propriedades a serem qualificadas são as da natureza e da sociedade. Já ao nos reportarmos ao conceito de qualidade de vida, estamos nos referindo a necessidades – que podem ser satisfeitas ou não, a depender, inclusive, das condições do ambiente urbano. Os conceitos, por envolverem a noção de qualidade, são constitutivamente plenos de subjetividade, podendo ser expressos em suas dimensões tanto quantitativas quanto qualitativas.

É preciso aqui registrar que a definição de quais condições podem e devem ser qualificadas como boas ou ruins é, também, plena de subjetividade, podendo nos aproximar ou distanciar mais ou menos do real – ou seja, podemos nos perguntar sobre a qualidade da água fazendo uma avaliação dos seus elementos físico-químicos ou sobre o modo como um determinado indivíduo percebe essa mesma qualidade. Importa aqui registrar que, nas duas situações, existem níveis distintos, doses diferenciadas de realidade, porém a subjetividade perpassa todo e qualquer processo de percepção, apreensão e qualificação do real, do ambiente e da vida. O que pode diferenciá-las ou o que pode ser qualificado como verdade deve ter como referência a prática ou mesmo os processos de construção intersubjetivos, sobretudo os que tornam possível uma maior universalização das representações ou um avanço em direção ao esclarecimento.

Em síntese, é necessário definir com clareza teorias, conceitos e indicadores, sob pena da perda da sua capacidade de explicação do real. Não podemos, entretanto, perder de vista o caráter subjetivo desse esforço. Independentemente da natureza do objeto ao qual nos reportamos – se ao ambiente, aos seres vivos, à sociedade, à qualidade do ambiente ou da vida –, estamos sempre lidando com significados, ainda que, ao falarmos de parâmetros e padrões do meio físico, aparentemente os confundamos com o próprio real. Afinal, existe, como afirma o clássico debate sobre as especificidades do método nas ciências da sociedade, uma identidade entre sujeito e objeto do conhecimento, o que torna ainda mais complicado o debate sobre objetividade nesse campo. É preciso deixar claro que, ao definir padrões – aparentemente seria mais fácil definir padrões para o meio físico do que para a sociedade –, quaisquer que sejam, o fazemos a partir de um sistema de significados que são atribuídos ao mundo físico ou social, o que, a depender das circunstâncias, pode nos aproximar mais ou menos do real a ser mensurado ou qualificado. (MAZETTO, 2000)

Sobre a transdisciplinaridade e o caráter antropocêntrico do conceito de qualidade do ambiente urbano

Ao contemplar os mais distintos aspectos da realidade, o conceito de qualidade do ambiente urbano nos reporta a distintos campos do saber. Como considera Gilles Sénécal (2007), os saberes requeridos para dar conta do conceito de ambiente urbano, por exemplo, nos situam no âmbito de distintos campos de saber e epistemologias, perpassando, inclusive, as convencionais distinções de objeto e método, nos respectivos campos das ciências da natureza e da sociedade. “Ambiente urbano é um termo peculiar que evolui de

uma disciplina enraizada nas ciências social e da natureza – duas importantes epistemologias científicas – sem pertencer inteiramente a nenhuma delas”.¹ (SÉNÉCAL, 2007, p. 2, tradução nossa) Como afirma o referido autor, falar de ambiente urbano significa referir-se a uma natureza modificada, recriada e secundarizada. Desse modo, apesar de ter como objeto elementos tradicionalmente circunscritos ao campo das ciências da natureza, interessa-nos, sobretudo, caracterizar o modo como o homem, por meio das suas ações, mantém ou modifica o ambiente natural e como particulares formas de organização social e de apropriação dos recursos naturais determinam distintas qualidades do ambiente urbano.

Apontar para o ambiente urbano envolve, em essência, a compreensão de ambientes modificados, transformados, perturbados e recriados. Conclui-se que o estudo do meio urbano aborda temas relacionados principalmente às ciências da natureza, mas também descreve e analisa ações realizadas por atores sociais. O ambiente urbano é, portanto, considerado do ponto de vista das relações sociais, questões globais e locais, problemas que precisam ser resolvidos e resultados ou impactos ligados às atividades humanas. A principal distinção com relação ao ambiente urbano reside na maneira como os elementos biofísicos são examinados por meio de métodos desenvolvidos pelas ciências sociais e definidos a partir de categorias conceituais não extraídas das ciências da natureza. Ao tentar entender o meio ambiente e olhar para além da natureza em geral, nossa atenção se volta para as formas como a sociedade é organizada e o ambiente é moldado. Parafraseando William Cronon, o ambiente urbano pode, portanto, ser visto como

1 “Urban environment is a peculiar term evolving from a discipline rooted in the social and the natural sciences – two important scientific epistemologies – without entirely belonging to either one of them”.

um conjunto de fatos sociais emaranhados e estados da natureza (Cronon, 1996).² (SÉNÉCAL, 2007, p. 2, tradução nossa)

Assim, estaremos aqui passeando por campos de saber distintos e, em muitas circunstâncias, em territórios fronteiriços, inter, multi ou mesmo transdisciplinares.

Ademais, há sempre uma grande dificuldade em falar ou produzir conhecimento sobre a natureza de uma perspectiva distinta daquela forjada de forma mais estrita pelos interesses propriamente humanos, de grupos, classes ou mesmo indivíduos. Pensamos a natureza a partir de uma perspectiva utilitarista e, como frequentemente a colocamos na condição de objeto ou de meio de produção, o saber produzido e as medidas instituídas quase sempre têm como medida a possibilidade ou capacidade de a natureza atender às necessidades. As noções de escassez e de limite que nos remetem ao conceito de risco, em geral, têm como preocupação a sobrevivência do próprio homem e os padrões produtivos.

É necessário pensar o ambiente a partir de uma perspectiva mais ampla e, para tanto, deve-se lembrar que o que qualificamos como natureza é anterior e, certamente, posterior ao próprio homem. A primeira dificuldade – que é preciso colocar em outros termos – é a tradicional relação de poder instituída entre sociedade

e natureza em tempos de diluição da fronteira entre o natural e o social. A segunda diz respeito à relação, típica das sociedades produtoras de mercadorias, de expropriação entre sociedade e natureza – olhamos para a natureza de uma posição de consumidores, e nem mesmo a noção de seu direito difuso lhe confere a necessária “alteridade”. Nosso desafio aqui é, então, pensar o ambiente urbano de uma perspectiva que não seja antropocêntrica, ou seja, o rio, a flora, a fauna, a natureza podem e devem ser incorporados nessa reflexão a partir de uma perspectiva ontológica e não instrumental.

Experiências de produção de indicadores

No Brasil, desde a década de 1990, diversas iniciativas vêm sendo realizadas com o objetivo de estruturar sistemas de informação capazes de avaliar a implementação de políticas públicas por meio de indicadores. Nesse contexto, deve ser dado destaque às ações do Ministério da Saúde, por sua Secretaria de Vigilância em Saúde e pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), que, por meio de um sistema de informação, reúne dados demográficos, de mortalidade e morbidade no Brasil, segundo municípios, estados, regiões, entre outros, desde 1991. No campo do saneamento básico, dispõe-se do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), que tem permitido acompanhar os avanços ou retrocessos do acesso aos serviços e, principalmente, a sua qualidade. Também se devem destacar os esforços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada a cada ano, e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), que faz um levantamento periódico de informações sobre a estrutura, a dinâmica, as políticas e o funcionamento das instituições públicas municipais.

2 “Pointing to the urban environment involves, in essence, the understanding of modified, transformed, disturbed and recreated environments. It follows that the study of the urban environment addresses topics related mainly to the natural sciences, but also describes and analyses actions carried out by social actors. The urban environment is therefore considered from the point of view of social relations, global and local issues, problems that need solving, and outcomes or impacts linked to human activities. The key distinction with regards to the urban environment lies in the way that biophysical elements are examined using methods developed by the social sciences and defined from conceptual categories not drawn from the natural sciences. By attempting to understand the environment, and looking beyond nature in general, our attention is directed towards the ways in which society is organised and surroundings are shaped. To paraphrase William Cronon, the urban environment can thus be seen as a set of entangled social facts and states of nature (Cronon, 1996)”.

A definição do modelo do sistema de indicadores passa por uma opção paradigmática, implicando compromissos com a conservação e mudanças e indo, portanto, além da necessidade de dados e informações. (PFAFF, 1975) A sua concepção envolve um conjunto de valores que se sustentam em visões sociais de mundo, em paradigmas de sociedade e em noções de justiça. Com isso, o primeiro passo para a construção de um marco conceitual envolve a definição de concepções de sociedade e de princípios de justiça sob as quais o sistema se sustentará. Em se tratando de saúde pública, por exemplo, ou ainda de saúde ambiental, tais princípios vêm sendo socialmente construídos há várias décadas, fruto de esforços da sociedade como um todo, seja no seio dos movimentos sociais reivindicatórios, seja por intelectuais, instituições acadêmicas e organismos governamentais.

Não só o conceito clássico de saúde definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) deve alimentar a concepção do marco conceitual do sistema de indicadores, mas também os relacionados à promoção, prevenção e proteção da saúde, à saúde ambiental e, ainda, aos aportes recentes trazidos no debate sobre a determinação social da saúde, da sustentabilidade ambiental e da qualidade do ambiente urbano. No entanto, em última instância, esse debate passa pela concepção de desenvolvimento, dada a estreita relação entre desenvolvimento, liberdade, justiça e saúde. (VON SCHIRNDING, 1998)

Os esforços para a construção de indicadores que visam explicar fenômenos de qualquer natureza têm vínculos com o próprio processo de construção do conhecimento. Conceitos e teorias são produtos da história, sendo social e ideologicamente referenciados. Nesse debate, vale resgatar a perspectiva foucaultiana, que considera serem os conceitos e as teorias limitados e aproximados, construídos pelo homem a partir de uma cultura e produzidos a partir dos contextos político, cultural e social - não havendo, portanto, neutralidade nos esforços de subjetivação da realidade. Para Foucault (1992), todo pensamento

se estrutura a partir de um espaço de ordem que se vincula à cultura, que permite a proximidade das coisas, estabelece o quadro de seus parentescos e a ordem segundo a qual é preciso percorrer a cultura e reflete as similaridades ou equivalências que fundam e justificam as palavras, as classificações e as trocas. Assim, toda construção de marcos conceituais tem vínculos com os processos de subjetivação e de objetivação, que são “aquilo que está sendo permanentemente constituído culturalmente, via interpelações discursivas e lutas pela imposição de significações”. (HENNIGEN; GUARESCHI, 2006, p. 69)

Esse debate também se insere no campo da *policy analysis*, na qual a construção de sistemas de indicadores tem-se constituído como instrumento relevante. Pedone (1986) e Arretche (1998), em seus trabalhos sobre avaliação de políticas públicas, assinalam que essa atividade não pode ser caracterizada por um esforço objetivo, técnico-científico e pretensamente neutro, em face dos inevitáveis julgamentos filosóficos, ideológicos e de valor.

Se nos anos 1960 o chamado movimento dos indicadores teve um forte viés econômico, ao longo do tempo, à medida que a noção de desenvolvimento se altera, outras dimensões passam a ser incorporadas, como a social, de saúde, ambiental, ética, cultural, étnica etc. Em que pesem os diferentes matizes teórico-ideológicos sobre o conceito de desenvolvimento - primeiro conceito a ser definido em um sistema de indicadores, no ideário qualificado como progressista e humanista -, desenvolvimento é sinônimo de liberdade.

Para Amartya Sen, por exemplo, desenvolvimento é a expansão da liberdade ou refere-se à eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas. Em sua obra sobre *Desenvolvimento como liberdade*, Sen (2010) questiona o crescimento econômico como um fim em si. Para o autor, o desenvolvimento é uma dimensão que vai muito mais além da acumulação de riqueza, devendo relacionar-se “[...] com a melhora

da vida e das liberdades, permitindo que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo”. (SEN, 2010, p. 29) Independentemente das limitações teórico-práticas da noção de liberdade com a qual Sen trabalha, a incorporação da dimensão do desenvolvimento é um dos maiores desafios da atualidade, desafios que se transferem para os esforços da construção de sistemas de indicadores.

O conceito de meio ambiente também merece atenção quando da construção de marcos conceituais de sistemas de indicadores, uma vez que extrapola os limites do meio físico-natural e passa a contemplar as dimensões sociais, culturais, legais, institucionais etc. No âmbito do debate sobre a qualidade ambiental, no final da década de 1980, surge outro termo importante: desenvolvimento sustentável. Apesar das controvérsias e contradições desse termo, o compromisso de garantir as condições de vida para as gerações futuras passa a ser incorporado, e, dessa forma, inclui-se também a noção de ética ambiental. No relatório *Nosso futuro comum*, desenvolvimento sustentável é definido como “[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas”. (CMMAD, 1991, p. 46)

Esse conceito tem sido objeto de muito debate. Backes (2002), em seu estudo *Noção de sustentabilidade*, identificou 70 definições do termo “sustentabilidade”, que variam em função da matriz teórico-conceitual do autor. Pelizzoli (1999), Sachs (1996), Backes (2002), Altvater (1995), Santos (2001) e Lima (1997), entre outros, questionam esse conceito por suas contradições, ambiguidades, filiações ao ideal neoliberal e seus vínculos ao conceito de crescimento autossustentado.

Embora a noção de desenvolvimento sustentável possibilite construir uma agenda comum, a sua apropriação ideológica pelas

forças hegemônicas do capital dissemina representações sociais e valores que têm consolidado o ideal neoliberal. Altvater (1995) aponta que o conceito de desenvolvimento sustentável promove recuos teóricos, consolida a visão normativa e “deve ser” economicamente eficiente, ecologicamente suportável, politicamente democrático e socialmente justo. Lima (1997) aponta a crítica central ao termo: a impossibilidade de conciliar sustentabilidade com estabilidade, equilíbrio dinâmico e interdependência com o desenvolvimento vinculado ao crescimento dos meios de produção, à acumulação e expansão das forças produtivas.

Assim, percebe-se que o conceito de sustentabilidade, apesar de ter potencial para construir um consenso mínimo em torno da chamada agenda comum, passa a ter um conteúdo ideológico vinculado à necessidade de preservação do sistema muito forte. Sachs (1996) faz uma importante contribuição para o debate da sustentabilidade ao apresentar as suas várias dimensões (Quadro 1).

Quadro 1 - Dimensões da sustentabilidade, segundo Ignacy Sachs

Dimensão	Enfoque
Social	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
Ecológica	Preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e limitação do uso dos recursos não renováveis.
Ambiental	Trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Dimensão	Enfoque
Territorial	Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
Econômica	Desenvolvimento econômico intersectorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.
Política (nacional)	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.
Política (internacional)	Eficácia do sistema de prevenção de guerras da Organização das Nações Unidas (ONU), na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de codesenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Sachs (2002, p. 85-89).

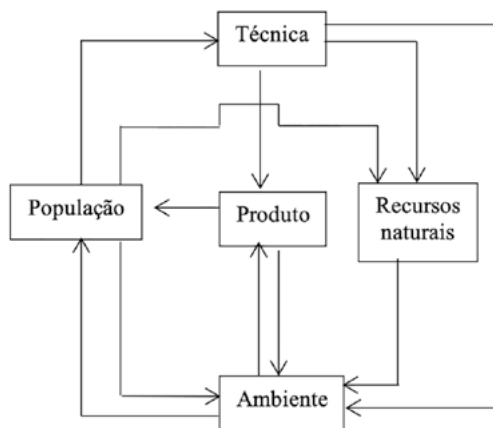
Sachs (1986), ao defender uma abordagem sistêmica das relações entre ambiente e desenvolvimento, considera que a qualidade ambiental pode ser descrita por um conjunto de indicadores e

apreendida a partir da percepção de diferentes atores sociais. Para o autor, tais indicadores devem abranger medidas “[...] físicas e químicas da qualidade da água, do ar; pesquisas psicossociológicas, passando pelas análises da disponibilidade e acesso a equipamentos coletivos, habitação, e serviços sociais”. (SACHS, 1986, p. 13) O autor propõe um modelo explicativo considerando cinco variáveis: ambiente, população, técnicas, recursos naturais e produto, conforme mostrado na Figura 1. Podem ser observados os efeitos sobre o ambiente em função dos modos de utilização dos recursos naturais e das técnicas de produção; o impacto dos modelos de consumo do produto sobre o ambiente; o impacto dos assentamentos humanos sobre o ambiente; a degradação do ambiente em função dos danos aos recursos naturais; as relações entre a produção e a qualidade do ambiente; e o ambiente como elemento da qualidade de vida das populações.

Ao considerar o esquema proposto como heurístico, devendo ser modificado em cada caso, Sachs (1986) assinala os níveis críticos das relações de desenvolvimento e ambiente:

- a) Estrutura de consumo dependente da distribuição de renda e do conjunto de valores da sociedade;
- b) Regime sociopolítico e seus compromissos com os custos sociais do desenvolvimento;
- c) Técnicas empregadas e a internalização da dimensão ambiental;
- d) Modalidade do uso dos recursos naturais e da energia, considerando o uso racional e controle da obsolescência de bens duráveis e equipamentos;
- e) Formas de ocupação do solo compatíveis com a capacidade do ambiente para abrigar tipos de uso e produção;
- f) Tamanho, ritmo de crescimento e distribuição da população em face dos diferentes padrões de consumo.

Figura 1 - Modelo das relações entre desenvolvimento e ambiente



Fonte: Sachs (1986, p. 14).

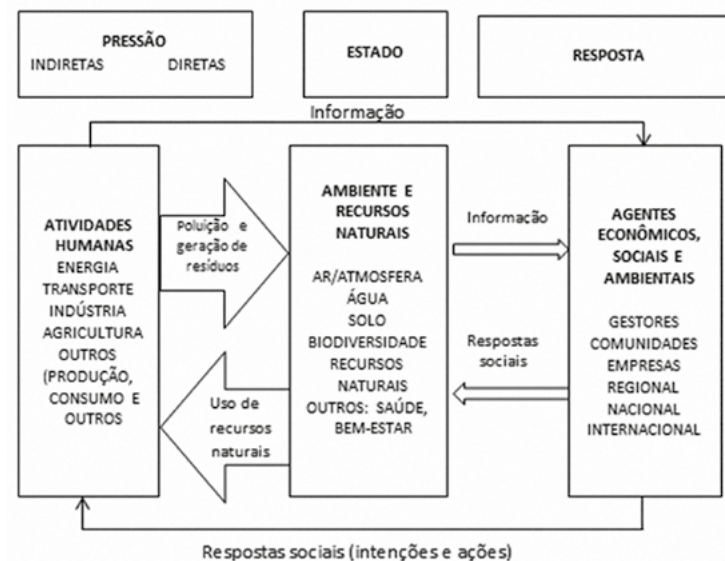
A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),³ em 1993, propôs o modelo Pressão-Estado-Resposta (PER) para a construção de sistemas de indicadores ambientais. Esse modelo considera as pressões resultantes das atividades como elementos definidores da qualidade ambiental:

As atividades humanas exercem pressões no ambiente e afetam a sua qualidade e a quantidade de recursos naturais (estado); a sociedade responde a estas mudanças através de políticas ambientais, econômicas e setoriais, e através de mudanças na conscientização e no comportamento (mudança social). O modelo PER tem a vantagem de evidenciar estas ligações, e ajudar os tomadores de decisão e o público geral, a verem que o ambiente e outros temas estão interconectados. (OECD, 2002, p. 4)

³ Ou OECD, do inglês Organisation for Economic Co-operation and Development.

A Figura 2 apresenta o modelo conceitual PER, em que se considera que existem pressões indiretas (atividades relacionadas à energia, ao transporte, à indústria, à agricultura etc.) e pressões diretas (geração de poluidores e de resíduos, uso de recursos). Essas pressões geram um estado do ambiente (ar, água, qualidade da terra, saúde do ecossistema etc.) que exige respostas em termos de políticas ambientais, tais como gastos, impostos ambientais etc. (OCDE, 2002)

Figura 2 - Matriz de PER

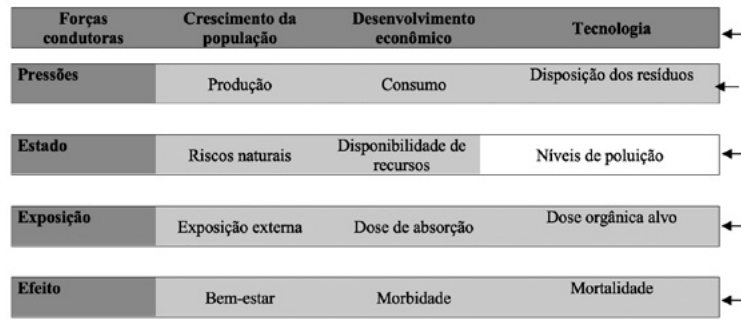


Fonte: Brasil (2011, p. 88).

A partir desse modelo da OCDE, diversas adaptações e críticas foram produzidas. São variantes os modelos que incorporam forças motrizes e impactos: Força Motriz-Estado-Resposta (FMER), Pressão-Estado-Impacto-Resposta (Peir). O modelo Peir foi utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em

1995, na elaboração do *Global Environment Outlook* (GEO), hoje já na sexta versão, que visa avaliar o estado do meio ambiente nos níveis global, regional e nacional. (OECD, 1993, 1998, 2002; UNEP, 2019)

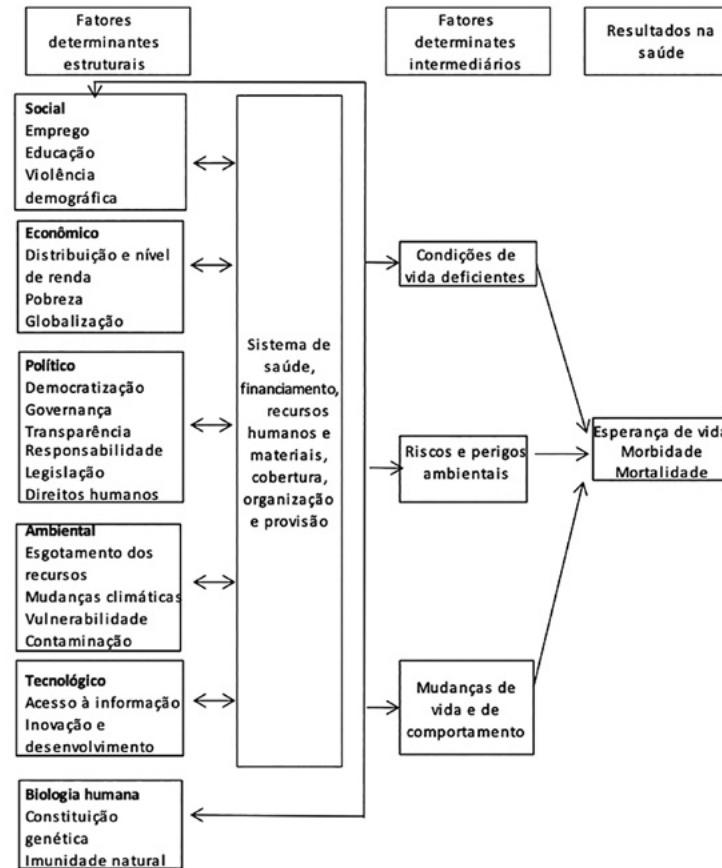
Figura 3 - Cadeia de desenvolvimento-meio ambiente-saúde



Fonte: Corvalán, Briggs e Kjellstrom (1996, p. 28).

A OMS propôs a estrutura conceitual para indicadores de saúde ambiental, conhecida como Forças Condutoras, Pressões, Estado, Exposição, Efeitos e Ações (FPEEEA), uma adaptação da utilizada na construção de sistemas de indicadores da OCDE, baseada em trabalho desenvolvido pelo governo canadense. O modelo FPEEEA parte do pressuposto de que existem diversas forças condutoras que geram pressões socioambientais que afetam o estado/situação do ambiente e expõem a população a riscos de saúde. (BORJA; MORAES, 2003) Segundo Von Schirnding (1998, p. 28), “[...] na realidade a situação é mais complexa, com várias interações ocorrendo em diferentes níveis e entre componentes diferentes”. Desse modo, por exemplo, as forças condutoras do crescimento econômico, provenientes da urbanização e industrialização, geram pressões sobre o ambiente que podem levar à degradação do seu estado e a expor populações a riscos e efeitos negativos à saúde (Figura 3).

Figura 4 - Modelo explicativo das interações entre saúde e ambiente



Fonte: Opas (2011, p. 156).

Na Conferência Internacional para a Avaliação das Estratégias de Saúde Global, ocorrida na Itália em 2006, foi apresentado um modelo explicativo das interações entre saúde e ambiente, considerando fatores determinantes estruturais de caráter social, econômico,

político, ambiental, tecnológico e de biologia humana; e fatores intermediários relacionados às condições de vida deficientes, aos riscos e perigos ambientais e a mudanças nos estilos de vida e comportamento, os quais influenciam na expectativa de vida, nas enfermidades e mortes (Figura 4).

Várias são as propostas e experiências de construção de indicadores e índices relacionados ao ambiente urbano, destacando-se o Índice de Qualidade Ambiental Urbana (QAU) (BORJA, 1997), o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) (1996), de Belo Horizonte, entre outros.

Estratégias de construção de sistemas de indicadores

Organismos internacionais e a comunidade científica têm empreendido esforços para estruturar sistemas de indicadores e dados estatísticos para avaliar avanços de políticas, programas, planos e ações em vários campos e escalas. Desde a década de 1960, tem-se buscado construir um marco conceitual e metodológico para sistemas de indicadores. Na década de 1970, observou-se a ampliação das iniciativas para “medir” a realidade, no rastro da reestruturação da economia global e do impulso para um período desenvolvimentista na América Latina. (BORJA, 2004)

Instituições internacionais como OCDE, a United Nations Research Institute for Social Development (Unrisd), a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), a Organização das Nações Unidas (ONU), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a OMS vêm realizando diversas iniciativas para avaliar o nível de desenvolvimento dos países e as políticas implementadas, assim como a qualidade ambiental e de vida da população. Nas últimas décadas, o interesse por sistemas

de indicadores se ampliou, certamente devido ao acirramento da crise econômica e ambiental, que tem gerado exclusão social e ampliação das desigualdades.

Apesar do interesse crescente por essa temática, o marco conceitual e metodológico da construção de sistemas de indicadores ainda está por ser construído, não só devido à complexidade associada, mas também pelas dificuldades de compor um sistema que tenha condições de promover comparações entre as diversas realidades dos estados-nações. A ONU e a OMS vêm ampliando seus esforços no sentido de estimular a concepção de sistemas de indicadores baseados em marco conceitual de referência e com metodologia consistente.

Simon e demais autores (2015), ao desenvolverem estudos em Bangalore (Bengaluru), na Índia; na Cidade do Cabo, África do Sul; em Gotemburgo, na Suécia; Grande Manchester, no Reino Unido; e Kisumu, no Quênia, apontaram as dificuldades para a mensuração das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) por meio dos sistemas de indicadores disponíveis nas instituições governamentais. Foram constatados problemas nas bases de dados e a necessidade de realizar mudanças em alguns indicadores para buscar aproximações válidas e também de incorporar indicadores específicos que possam atender às especificidades locais. Pôde-se observar discrepâncias entre as definições locais e os padrões internacionais, o que dificulta a comparação de realidades. Ademais, é preciso ressaltar que a seleção e produção de indicadores têm sempre como pressuposto um conjunto de conceitos, marcos teóricos e interesses – podendo ser mais amplos ou mais restritos, mais universais ou mais específicos e dirigidos.

Alguns autores têm-se dedicado a tornar mais robusta a metodologia de construção de sistema de indicadores e índices. Em 2008, a OCDE elaborou um manual que discutiu as fases para tal

construção, publicação que se tornou uma referência e que sistematiza de forma muito apropriada as fases citadas, como mostrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Fases para a construção de indicadores e índices propostas pela OECD (2008)

Fase	Por que é necessário
1. Enquadramento teórico Fornece a base conceitual para a seleção e combinação de variáveis em indicador composto significativo sob uma adequação à finalidade e ao princípio (o envolvimento de especialistas e partes interessadas está previsto nesta etapa).	Obter uma compreensão clara e definição do multidimensional fenômeno a ser medido; Categorizar o fenômeno (se necessário); Definir critérios de seleção para as variáveis subjacentes, por exemplo, entrada, saída, processo.
2. Seleção de dados Fundamenta-se na solidez analítica, mensurabilidade, cobertura do país e relevância dos indicadores para o fenômeno sendo medido e relação entre si. O uso de variáveis <i>proxy</i> deve ser considerado quando os dados são escassos (está previsto o envolvimento de especialistas e partes interessadas nesta etapa).	Verificar a qualidade dos recursos disponíveis; Identificar os pontos fortes e fraquezas de cada indicador; Criar uma tabela de resumo dos dados característicos, por exemplo, disponibilidade (entre países, horário), fonte, tipo (rígido, flexível ou de entrada, saída, processo).
3. Imputação de dados ausentes Fornece um conjunto de dados completo (por exemplo, por meio de imputação única ou múltipla).	Estimar valores ausentes; Fornecer uma medida da confiabilidade de cada valor imputado, para avaliar o impacto da imputação no composto resultado do indicador; Discutir a presença de discrepâncias no conjunto de dados.

Fase	Por que é necessário
4. Análise multivariada Estudar a estrutura geral do conjunto de dados, avaliar sua adequação e orientar as escolhas metodológicas subsequentes (por exemplo, ponderação, agregação).	Verificar a estrutura subjacente dos dados ao longo das duas principais dimensões, nomeadamente indicadores individuais e países (por meio de métodos multivariados adequados, por exemplo, análise de componentes principais, análise de <i>cluster</i>); Identificar grupos de indicadores ou grupos de países que são estatisticamente “similares” e fornecer uma interpretação dos resultados; Comparar estatisticamente determinada estrutura do conjunto de dados ao referencial teórico e discutir possíveis diferenças.
5. Normalização Tornar as variáveis comparáveis.	Para selecionar a normalização adequada, adotar procedimentos que respeitem o referencial teórico e as propriedades dos dados; Discutir a presença de discrepâncias no conjunto de dados, pois elas podem tornar-se referências não intencionais; Para fazer ajustes de escala, se necessário; Para transformar indicadores de grande variação, se necessário.
6. Ponderação e agregação Estruturar os dados de acordo com as linhas teóricas subjacentes à estrutura.	Selecionar a ponderação e procedimento(s) de agregação que respeitem a teoria e as propriedades dos dados; Discutir se a correlação entre indicadores deve ser contabilizada; Discutir se a compensação entre indicadores deve ser permitida.

Fase	Por que é necessário
7. Análise de incerteza e sensibilidade Avaliar a robustez do indicador composto em termos, por exemplo, do mecanismo para incluir ou excluir do indicador, o esquema de normalização, a imputação de falta de dados, a escolha de pesos, o método de agregação.	Considerar uma multimodelagem abordagem para construir o indicador composto e, se disponível, alternativa de cenários conceituais para a seleção dos indicadores subjacentes; Identificar todas as fontes possíveis de incerteza no desenvolvimento do indicador composto, acompanhar as pontuações compostas e classificar com limites de incerteza; Realizar análise de sensibilidade da inferência (premissas) e determinar quais fontes de incerteza são mais influentes nas pontuações e/ou classificações.
8. Voltar para os dados Revelar os principais <i>drivers</i> para um bom ou ruim desempenho geral. A transparência é primordial para uma boa análise e elaboração de políticas.	Analisar o desempenho do país na escala do indicador para revelar o que é dirigido ao indicador composto; Verificar a correlação e causalidade (se possível); Identificar se, no indicador composto, os resultados são excessivamente determinados por poucos indicadores e explicar a relativa importância dos subcomponentes do indicador composto.
9. <i>Links</i> para outros indicadores Correlacionar o indicador composto (ou suas dimensões) com indicadores existentes (simples ou compostos), bem como identificar ligações por meio de regressões.	Correlacionar o indicador composto com outras medidas relevantes, levando em consideração os resultados de análise sensitiva; Desenvolver narrativas orientadas por dados com base nos resultados.

Fase	Por que é necessário
10. Visualizar os resultados Visualizar os resultados de modo a verificar e melhorar a interpretabilidade.	Identificar um conjunto coerente de ferramentas de apresentação para o público; Selecionar a técnica de visualização que comunica mais em formação; Apresentar o indicador composto que resulta em uma clara e precisa maneira.

Fonte: OECD (2008, p. 20-21, tradução nossa).

A ONU, por sua vez, por meio dos ODS e diante da necessidade de acompanhamento da Agenda 2030, estabeleceu um quadro de indicadores globais, aprovado em 2017, por meio da Resolução A/RES/71/313 (Quadro 3).

Quadro 3 – Relação de indicadores do ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis

Metas	Indicadores
Até 2030, garantir o acesso de todas as pessoas a habitação e serviços básicos adequados, seguros e acessíveis e de urbanização de favelas.	Proporção de população urbana em favelas, assentamentos informais ou moradia inadequada.
Em 2030, fornecer acesso a sistemas seguros, acessíveis e sustentáveis para todos os transportes e melhorar a segurança rodoviária, nomeadamente por meio do alargamento dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.	Proporção da população que tem acesso fácil aos transportes públicos, desagregada por sexo, idade e pessoas com deficiência.

Metas	Indicadores
Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e a capacidade de planejamento e gestão participativa, integrada e sustentável de assentamentos humanos em todos os países.	Relação entre taxa de uso da terra e taxa de crescimento da população.
	Proporção de cidades que têm uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbanos e funcionam regular e democraticamente.
Intensificar os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.	Total (público e privado) de gastos <i>per capita</i> para a preservação, proteção e conservação de todo patrimônio cultural e natural, discriminados por tipo de ativos (culturais, naturais, mistos e reconhecidos pelo Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local ou municipal), tipo de custos (despesas operacionais ou investimentos) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, financiamento do setor privado sem fins lucrativos e de patrocínio).
Em 2030, reduzir significativamente o número de mortes causadas por desastres, incluindo os relacionados à água, e as pessoas afetadas por eles; e reduzir significativamente as perdas econômicas diretas causadas por desastres em comparação com o produto interno bruto global, com ênfase especial na proteção dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade.	Número de pessoas mortas, desaparecidas e afetadas diretamente atribuídas a desastres por 100 mil pessoas. Perdas econômicas diretas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) mundial, danos na infraestrutura essencial e número de interrupções dos serviços básicos atribuídos a catástrofes.

Metas	Indicadores
Em 2030, reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> das cidades, mesmo prestando particular atenção à qualidade e gestão dos resíduos urbanos e outros.	Proporção de resíduos sólidos urbanos coletados periodicamente e com um destino final adequado do total de resíduos sólidos urbanos gerados, discriminados por cidade.
	Níveis médios anuais de partículas finas em suspensão (por exemplo, PM2,5 e PM10) nas cidades (ponderadas de acordo com a população).
Em 2030, proporcionar o acesso universal a áreas verdes e espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis, especialmente para mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência média.	Proporção de área construída das cidades dedicada a espaços abertos de uso público para todos, desagregadas por sexo, idade e pessoas com deficiência.
	Proporção de pessoas que tenham sido vítimas de assédio físico ou sexual nos últimos 12 meses, por sexo, idade, grau de incapacidade e do local do fato.
Apoiar vínculos econômicos, sociais e ambientais positivos entre as áreas urbanas, periurbanas e rurais, fortalecendo o planejamento do desenvolvimento nacional e regional.	Proporção da população residente em cidades que aplicam planos de desenvolvimento urbano e regional que levam em conta as previsões demográficas e as necessidades de recursos, desagregadas por tamanho da cidade.

Metas	Indicadores
Até 2020, aumentar significativamente o número de cidades e assentamentos humanos que adotam e implementam políticas e planos integrados para promover inclusão, uso eficiente de recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e resiliência ante os desastres; e desenvolver e implementar, em consonância com o Marco Sendái para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030, a gestão integral dos riscos de desastres em todos os níveis.	Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais para a redução do risco de desastres, de acordo com o Marco Sendái para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais para a redução do risco de desastres de acordo com as estratégias nacionais.
Fornecer apoio aos países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência financeira e técnica, para que possam construir edifícios sustentáveis e resilientes usando materiais locais.	Proporção de apoio financeiro aos países menos desenvolvidos que é alocado para a construção e reforma com materiais locais de edifícios sustentáveis, resilientes e eficientes no uso de recursos.

Fonte: adaptado da ONU (2017, p. 4-5).

Analisando os Quadros 2 e 3 à luz da literatura sobre o tema, percebe-se que os sistemas de indicadores aqui referidos se restringem a realizar uma seleção de indicadores e decidir sobre o fazer ou não uso de ponderação entre indicadores. Observa-se ainda que tantos outros modelos de indicadores não têm o cuidado de incorporar a fase da normalização dos dados, embora comumente seja adotado apenas um procedimento estatístico, não sendo realizadas análises posteriores para verificar o uso e a adequação para dados disponíveis. Os testes de sensibilidade praticamente não são realizados, o que coloca em questão a validade do modelo proposto.

Poucos sistemas de indicadores contam com um marco teórico-conceitual que os sustente, sendo esse o maior e mais grave problema, o que estabelece um vazio entre a medida e o conceito,

sendo o primeiro esvaziado de sentido. No próprio manual da OCDE, percebe-se uma fragilidade teórico-conceitual, tendo um caráter sobretudo operacional.

Uma proposta conceitual para a construção de indicadores do ambiente urbano

A cidade do século XXI é fruto de condições e contradições político-econômicas e sociais, espacialmente referenciadas, que conformam a contemporaneidade, sendo percebida de forma diferenciada por indivíduos, grupos e classes sociais. Nesse cenário, a compreensão da qualidade do ambiente urbano demanda vários olhares, de caráter multidimensional, da inter e transdisciplinaridade.

Nesse contexto, a produção de indicadores de qualidade do ambiente urbano requer uma definição clara de referências teóricas e conceitos estruturantes e pressupõe a necessária distinção entre os conceitos de qualidade do ambiente urbano e de qualidade de vida. Na verdade, a trajetória de construção desses conceitos expressa a tentativa de qualificar o processo de urbanização e o desenvolvimento, durante muito tempo avaliados apenas – ou sobretudo – a partir de genéricos indicadores demográficos e macroeconômicos. (NAHAS, 2015)

Esses indicadores são fruto da compreensão de que a urbanização e o crescimento econômico não se traduzem, necessariamente, em um ambiente de melhor qualidade e em melhores condições de vida para o conjunto da população. De forma adicional, a manutenção dos atuais padrões de produção e de consumo – em muitas formações sociais, marcadamente injustas – compromete a manutenção da vida no planeta. Esse tipo de compreensão, formulada a partir de meados dos anos 1950 e 1970 – quando a promessa iluminista de desenvolvimento ilimitado se esvai –, resultou na formulação dos

mais distintos conceitos de crise urbana⁴ e crise ambiental⁵ – caracterizados sobretudo pela predominância de formas de apropriação predatória da natureza e do trabalho na cidade.

Nessa tentativa de qualificação da cidade e do desenvolvimento, os conceitos de qualidade de ambiente urbano e qualidade de vida se confundiram, e diluição ou demarcação dessa fronteira tem significados teóricos, epistemológicos e metodológicos. Como afirma Guimarães (2005), são conceitos complexos, plenos de subjetividade, cujos corpos teóricos nem sempre estão suficientemente claros:

[...] quando falamos de qualidade de vida e de qualidade ambiental, de suas complementaridades e incompatibilidades, deparamo-nos com conceitos extremamente complexos e imbricados, algumas vezes plenos de controvérsias, de definições parciais, que não apresentam consensos satisfatórios, pois envolvem um sem número de aspectos interdisciplinares, de discussões filosóficas e científicas sobre visões políticas e culturais, necessidades universais, experiências individuais. (GUIMARÃES, 2005, p. 20)

Nahas (2015, p. 3) corrobora essa formulação quando destaca a dificuldade de definir os referidos conceitos e afirma ser o método um elemento de distinção importante:

[...] no campo conceitual, a mescla entre os dois conceitos (qualidade de vida e qualidade ambiental) é de tal ordem, que muitas vezes torna-se difícil estabelecer se a qualidade de vida é um dos

aspectos da qualidade ambiental, ou se a qualidade ambiental é um componente do conceito de qualidade de vida. Na prática, a abrangência de cada um dos conceitos se explicita ao serem estabelecidos e aplicados métodos para sua mensuração, que acabam, assim, contribuindo para a formação do próprio conceito.

Em síntese, como o faz Nahas (2015), consideramos que os elementos de distinção conceituais mais claros estão no campo do método, ainda que este só ganhe concretude quando referido à teoria. Tentemos avançar nesta discussão teórica e metodológica fazendo uma exegese de elementos que, associados ou não, conformam os referidos conceitos, particularmente o conceito de ambiente, além de refletir sobre as implicações epistemológicas da noção de qualidade do ambiente urbano.

Tradicionalmente, o conceito de ambiente nos situa no âmbito do debate sobre as condições que tornam possíveis as várias formas de manifestação da vida, em um emaranhado de formulações produzidas no campo das ciências da natureza, de tradição teórica e epistemológica marcadamente positivista. No século passado, testemunhamos um rico e ferrenho embate teórico e epistemológico entre pesquisadores, teóricos e ativistas – com as mais distintas motivações –, que buscaram conceituar o ambiente a partir de determinações também sociais, o que resultou em formulações teóricas e conceitos mais abundantes.

Esse debate foi acompanhado de uma fértil reflexão sobre as possibilidades e impossibilidades de falar da vida e do ambiente de forma neutra, das possibilidades de separação entre fato e valor, ou seja, em que medida podemos falar do ambiente e da própria vida de uma forma neutra e não deixar que se confundam ciência e ideologia.

Desse modo, progressivamente, nas últimas décadas, nos afastamos da compreensão de que, ao falar de ambiente, estamos falando tão somente de elementos físico-naturais, das águas, vegetação, clima

4 Crise urbana é aqui compreendida como fruto de um conjunto de problemas estruturais da cidade no mundo contemporâneo decorrentes, por exemplo, da não universalização do acesso a trabalho, infraestrutura e serviços, das limitações estruturais de acesso à terra urbana, da implementação de modelos político-institucionais e de planejamento urbano centralizados, não comprometidos com o atendimento de demandas coletivas.

5 A genérica noção de crise ambiental aqui nos reporta à forma predatória de apropriação de elementos da natureza, à escassez dos recursos ambientais e à noção de risco, fruto da ação do homem.

e similares. Sobre tudo com o avanço e amadurecimento do debate em torno das crises urbana e ambiental – que colocam no centro do debate processos e conceitos de desenvolvimento, noções relativas a processos de segregação socioespacial, escassez e risco –, começam a ser destacadas as dimensões econômica, social e política do conceito de ambiente. É nesse cenário teórico e político de embate que o conceito de ambiente se amplia e, além de nos reportar ao físico-natural, passa a referir-se a componentes socioculturais, o que inclui todo o ambiente construído, produto da ação humana e de relações sociais.

Assistimos, assim, desde os anos 1970 e 1980, à construção de conceitos de ambiente cada vez mais amplos. A noção de sustentabilidade, como originalmente formulada no relatório *Nosso futuro comum* (CMMAD, 1988), por exemplo, expressa essa tentativa de qualificação da noção de ambiente ou de meio ambiente, articulando-a com conceitos como desenvolvimento, ou seja, associando a elementos, aspectos e dimensões naturais e sociais. Essa associação torna-se ainda mais forte quando o objeto ao qual se reporta é o ambiente urbano. Em que pesem as dificuldades conceituais da noção da sustentabilidade expressa no relatório e dos esforços subsequentes, alguns elementos importantes são colocados no debate científico e sociopolítico em torno do conceito de desenvolvimento, passando-se a considerar o conjunto de interações entre ambiente físico-natural, sociocultural e político-econômico.

De forma sintética, poderíamos afirmar que a noção de ambiente nos reporta a um objeto peculiar, ou seja, um conjunto de condições naturais e sociais que tornam a vida possível. Essas condições se traduzem em elementos, bens, recursos e processos – por exemplo, água, redes e serviços, densidade demográfica, urbanização etc. –, resultados de formas particulares de relação entre homem e natureza e dos homens entre si. Efetivamente, se essas condições são adequadas ou atendem às necessidades individuais ou coletivas, só

podem corresponder ao conceito de qualidade de vida, cujo objeto é, *per se*, a vida em seu exercício mais ou menos pleno. Nesse sentido, esses conceitos são complementares, porém distintos. De modo a aprofundar essa distinção, vejamos alguns conceitos de qualidade de vida a seguir.

O conceito de qualidade de vida, tradicionalmente, tem como objeto a vida, em suas múltiplas formas de manifestação – e não o meio, ainda que ele possa ser considerado fundamental na determinação dessa qualidade. Como considera Guimarães (2005), em geral, está associado à satisfação de necessidades individuais e coletivas. Ademais, essas necessidades podem ser qualificadas como objetivas e subjetivas, simples ou complexas, orgânicas ou psicológicas, relativas a aspectos naturais, biológicos ou sociais, a exemplo da alimentação, instrução, renda, saúde e tantos outros.

Quando falamos em satisfação de necessidades, deparamo-nos com um vigoroso debate, inclusive de natureza filosófica, sobre a noção de necessidade – basta relembrar quão vasta pode ser a definição de necessidade básica ao longo do tempo nas mais distintas formações sociais. Por conta desse viés subjetivo, muitos dos conceitos de qualidade de vida se traduzem como um conjunto de percepções sobre a satisfação ou não de necessidades. Referindo-se ao conceito de qualidade de vida da OMS, Guimarães (2005), por exemplo, lembra-nos de que se trata de “um conjunto de percepções relativas” à vida em um determinado contexto social e cultural, confrontado ou referenciado a expectativas e padrões, o que nos situa em um conjunto de aspectos materiais, psicológicos, sociais, ambientais e mesmo religiosos.

A qualidade de vida, segundo a OMS, pode ser definida a partir da “percepção do indivíduo”, de sua inserção no contexto da cultura e conjunto de valores. (UNITED NATIONS, 2017) Pode, então, ser considerada como fruto de uma maior ou menor aproximação entre a percepção da sua inserção, expectativas e padrões. A construção

intersubjetiva de consensos – entre grupos de interesses e comunidades científicas, por exemplo – sobre o que pode ser qualificado como necessidade básica e o que pode ser considerado como social e ambientalmente satisfatório, nesse contexto, passa a ser uma referência fundamental.

Como considera Nahas, o conceito de qualidade de vida ganha maior concretude nas várias tentativas de qualificação do ambiente urbano, a exemplo do trabalho desenvolvido pela referida autora, que incorpora no conceito elementos próprios do ambiente. Partindo de um conceito amplo de ambiente e de qualidade ambiental, Nahas (2015, p. 4) considera que a qualidade de vida tenderia a estar contida na qualidade ambiental, entretanto pontua: “[...] quando se trata da formulação de indicadores para instrumentalizar o planejamento urbano – particularmente no nível municipal – a qualidade ambiental, no sentido estrito, se torna um dos elementos no dimensionamento da qualidade de vida urbana”.

Desse modo, ela realiza uma certa inversão – em termos de amplitude e abrangência – e considera que o conceito de qualidade de vida urbana se constitui em uma síntese dos tradicionais conceitos de qualidade de vida e de qualidade ambiental: “[...] ‘qualidade de vida urbana’ é termo que abrange o conceito de qualidade de vida e o de qualidade ambiental, mas, além disto, é conceito espacialmente localizado, reportando-se ao meio urbano, às cidades”. (NAHAS, 2015, p. 4)

Essa dimensão propriamente subjetiva – ainda que referida a aspectos objetivos – do conceito de qualidade de vida é destacada por vários autores, como Guimarães (2005, p. 18):

Os níveis perceptivos e interpretativos que são compreendidos por estes domínios envolvem faces objetivas e subjetivas, tais como a capacidade de acesso, de adaptação, de interação, de mobilidade, de participação, de disponibilidade, aprendizados, memória e

experiências, entre outras. Deste modo, quando pensamos em percepção e interpretação da qualidade de vida, podemos considerar que à medida que temos diferentes grupos de população, representando diversas culturas, segmentos sociais, econômicos, etc., também temos percepções e interpretações distintas do que é a qualidade de vida, de seus significados e de suas significâncias, e até mesmo de seus processos de ressignificação num contexto de múltiplas variáveis individuais e coletivas de intervenção.

Para Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 62), o conceito de qualidade de vida contempla aspectos objetivos e subjetivos:

[...] a análise da qualidade de vida aborda uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal) e objetivos, cujas referências são a satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade.

Discordamos dos autores quando tentam distinguir os referidos conceitos a partir do seu caráter mais ou menos objetivo ou subjetivo – ainda que essa distinção seja relevante. O que confere identidade a esses conceitos é a natureza dos respectivos objetos representados, ou seja, a qualidade das condições (naturais e sociais) do ambiente e a qualidade da vida – o primeiro é suporte e o segundo, o ente.

Em síntese, poderíamos afirmar que o conceito de qualidade do ambiente tem como objeto as condições naturais e sociais que tornam a vida possível, e o conceito de qualidade de vida nos reporta a estados de plenitude ou de insatisfação – historicamente determinados –, podendo ser expressos a partir da percepção de indivíduos, grupos e classes.

Faz-se necessário avançar no sentido dessa diferenciação, uma vez que é preciso deixar suficientemente claro o que será mensurado e

como essa mensuração será processada. Um dos traços constitutivos do conceito de ambiente e de ambiente urbano é o fato de que o objeto ao qual nos reportamos é exterior ao homem, resultando da sua interação com a natureza, da produção de um conjunto de bens e de serviços, ou mesmo de uma natureza secundarizada. O ambiente urbano é composto por ecossistemas, naturais ou secundarizados – o que poderíamos qualificar como patrimônio natural –, como também é fruto da atividade humana, em sua dimensão propriamente física e também subjetiva. Como considera Guimarães (2005, p. 20), os conceitos de ambiente e de qualidade ambiental são mais amplos, constituindo-se na condição necessária ao desenvolvimento da própria vida:

Qualidade ambiental é um conceito mais amplo, tendo em vista que o meio ambiente, consideradas as suas dimensões materiais e imateriais, pode ser analisado como substrato e mediador de todas as formas de vida, permitindo o desenvolvimento dos processos vitais, das relações ecológicas, da evolução dos ecossistemas naturais e construídos do planeta, da construção/destruição, ou seja, da evolução das paisagens externas e internas. Desta forma, entendemos qualidade ambiental também como um conceito profundo, possuindo atributos de natureza quanti-qualitativa, ao abarcar a integralidade do conceito de meio ambiente, em suas dimensões tangíveis ou não, envolvendo todos os processos e condições que propiciam a plenitude da Vida.

A literatura, de forma bem genérica, define a noção de qualidade de vida como condição de bem-estar físico, psicológico, social e espiritual de uma população ou de um indivíduo, considerando as pressões exercidas pelo meio ambiente. Adicionalmente, segundo Kliass (2002), a qualidade ambiental urbana é um predicado do meio urbano, que garante a vida dos cidadãos dentro de padrões de qualidade, tanto nos aspectos biológicos (saneamento urbano, qualidade do ar, conforto ambiental, condições habitacionais,

condições de trabalho, sistemas de transporte, alimentação etc.) quanto nos aspectos socioculturais (percepção ambiental, preservação do patrimônio cultural e natural, recreação, educação etc.).

Nesse sentido, os dois conceitos nos reportam a objetos distintos, e tanto um como outro pode ser abordado de uma perspectiva mais ou menos objetiva ou subjetiva. Comparativamente – e de forma talvez redundante –, poderíamos afirmar que a qualidade de vida tem como objeto a compreensão das formas de atendimento a necessidades, ou seja, a vida em sua carência ou completude, enquanto a qualidade do ambiente urbano tem como objeto as condições naturais e sociais que tornam a vida possível (Quadro 4).

Quadro 4 - Qualidade de vida x qualidade do ambiente urbano

Qualidade de vida	Qualidade do ambiente urbano
Objeto: sentido de bem-estar do indivíduo e coletividade vinculada, decorrente das condições do ambiente urbano	Objeto: condições do ambiente urbano nos aspectos físico-naturais e socioculturais que condicionam e determinam a qualidade de vida
Aspectos objetivos e subjetivos da qualidade do ambiente urbano	
Objetivos	Subjetivos
Condições do ambiente natural, água, clima etc., acesso a serviços e infraestrutura urbana, saúde, emprego, saneamento básico, educação, transporte, ou seja, necessidades de garantia de sobrevivência próprias da sociedade contemporânea	Percepção ⁶ do indivíduo e da coletividade sobre as condições dos vários aspectos do ambiente urbano

Fonte: elaborado pelos autores.

6 O conceito de percepção descortina, nas mais específicas áreas do conhecimento, um amplo debate conceitual. Entretanto, remetemos aqui ao seu sentido mais amplo, que se refere à compreensão, expressa na forma de opinião, de impressões de um indivíduo, um grupo ou uma coletividade, constituída a partir de inserções particulares nos mais variados contextos econômicos, sociais, políticos e ambientais. (MARIN, 2008)

A interface, sempre possível, entre os dois conceitos – maior ou menor, a depender da referência teórica adotada – não elimina as necessárias identidades e diferenças de cada um dos referidos termos.

O indicador e a teoria da sociedade

Procuraremos avançar nessa reflexão sobre a construção de indicadores fazendo um esforço teórico-conceitual de estruturar um marco que possa dar consistência à proposta de construção de uma matriz de indicadores do ambiente urbano. O conceito de sociometabolismo do capital, formulado por István Mészáros (2002), situa o presente debate no âmbito das teorias críticas e busca estabelecer uma relação direta entre teoria da sociedade e produção de indicadores. Nosso ponto de partida, então, é a busca por marcos teóricos que qualifiquem a relação entre capital, trabalho, Estado e natureza; que situem a compreensão e ação pública e privada no contexto da divisão do trabalho, que recria a condição de centro e periferia em suas várias escalas, e da constituição de uma economia urbana, que adquire aspectos predatórios em contextos de captura do Estado por interesses financeiros e especulativos.

A relação entre sociedade, economia e ambiente, nessa passagem do século, é marcada pela complexa associação entre precarização do trabalho e pobreza urbana, pela estratificação de acesso aos serviços de consumo coletivo e pelo caráter predatório de projetos de desenvolvimento, tanto em relação ao trabalho como ao ambiente – e esse quadro se configura, após algumas décadas de avanço nos processos de democratização da gestão pública e de incorporação da questão ambiental, na esfera do Estado e privada.

O conceito de sociometabolismo formulado por Mészáros é um ponto de partida fecundo na interpretação das atuais formas de produção e reprodução do ambiente urbano, sendo tributário

da noção de metabolismo. Apesar das dificuldades epistemológicas do uso de conceitos originários das ciências biológicas para a compreensão de processos sociais, a noção de metabolismo se constitui em uma tentativa de explicitar analiticamente os complexos vínculos entre capital, trabalho e Estado no capitalismo e, particularmente, nas sociedades produtoras de mercadorias, o que permite ampliá-la para as sociedades que experienciaram o socialismo. Segundo Mészáros (2002), a compreensão das distintas formações sociais nos tempos de hoje deve considerar a radicalização da separação entre produção e necessidade, que se traduz no aumento da capacidade de produção, no aprofundamento da financeirização da economia e também na transformação, precarização e destruição do trabalho e da natureza.

A adoção de uma perspectiva teórico-crítica implica, do ponto de vista teórico e prático, nos processos de produção da cidade, estabelecer limites à radicalização da precarização do trabalho e mercantilização dos bens ambientais. Adicionalmente, trata-se de combater a estratificação dos serviços de consumo coletivo, o retorno de projetos de privatização da infraestrutura e serviços de consumo coletivo, como saúde pública e saneamento básico, além de processos de periferação e gentrificação nas cidades. Teoricamente, isso implica estabelecer um contraponto com a abordagem neoclássica, que, inspirada em uma razão prática utilitária, afirma o pressuposto de que a racionalidade econômica e a livre concorrência são mecanismos capazes de assegurar a utilização ótima e a alocação eficiente dos recursos ambientais, como também o acesso a serviços de infraestrutura e consumo coletivo.

A economia ambiental, de inspiração neoclássica, em seus mais distintos matizes teóricos, concebe a cidade a partir da metáfora cidade-empresa e a natureza como um fator de produção. A cidade, segundo a noção da sustentabilidade, então, seria aquela capaz de

se inserir de forma competitiva no atual contexto de globalização, promovendo a produtividade no uso racional dos recursos ambientais e reforçando suas vantagens comparativas. (ACSELRAD, 2001)

Em contrapartida, as abordagens inspiradas nas noções de universalização e de equidade consideram que a relação entre cidade e natureza pressupõe a reconstrução do conceito de democracia, que tem como um dos seus pressupostos a transformação das atuais condições de produção e reprodução sociometabólica do capital e, conseqüentemente, a inclusão produtiva, superação da precarização do trabalho, mudança das condições de saúde e distribuição de renda, equacionamento do risco e da vulnerabilidade e proteção do patrimônio ambiental e histórico-cultural. Desse modo, a compreensão dos componentes determinantes da qualidade do ambiente urbano requer a necessária articulação entre os elementos constitutivos da produção e reprodução do capital e os fenômenos da espoliação urbana, classe, pobreza, gentrificação e mais-valia fundiária.

É no contexto desse debate que situamos o conceito de qualidade do ambiente urbano. Como considera Luengo (1998, p. 12, tradução nossa), entende-se por qualidade ambiental:

as condições ótimas que regem o comportamento do espaço habitável em termos de conforto associado ao ecológico, biológico, econômico-produtivo, sociocultural, tipológico, tecnológico e estético nas suas dimensões espaciais. Desta forma, a qualidade ambiental urbana é, por extensão, o produto da interação dessas variáveis para a formação de um habitat saudável, confortável e capaz de atender aos requisitos básicos de sustentabilidade da vida humana individual e na interação social no ambiente urbano.⁷

7 "las condiciones óptimas que rigen el comportamiento del espacio habitable en términos de confort asociados a lo ecológico, biológico, económico-productivo, socio-cultural, tipológico,

A qualidade do ambiente urbano envolve uma forma particular de produção e reprodução sociometabólica do capital e vincula-se a dimensões estruturantes do processo de produção e reprodução do ambiente, sendo sua compreensão perpassada pela complexidade e multidimensionalidade. Conceitos como território, espoliação urbana, classe, pobreza, gentrificação e mais-valia fundiária, perpassados pelos determinantes de gênero e raça, vinculam-se na explicação da produção social do espaço urbano e da sua qualidade (Figura 5).

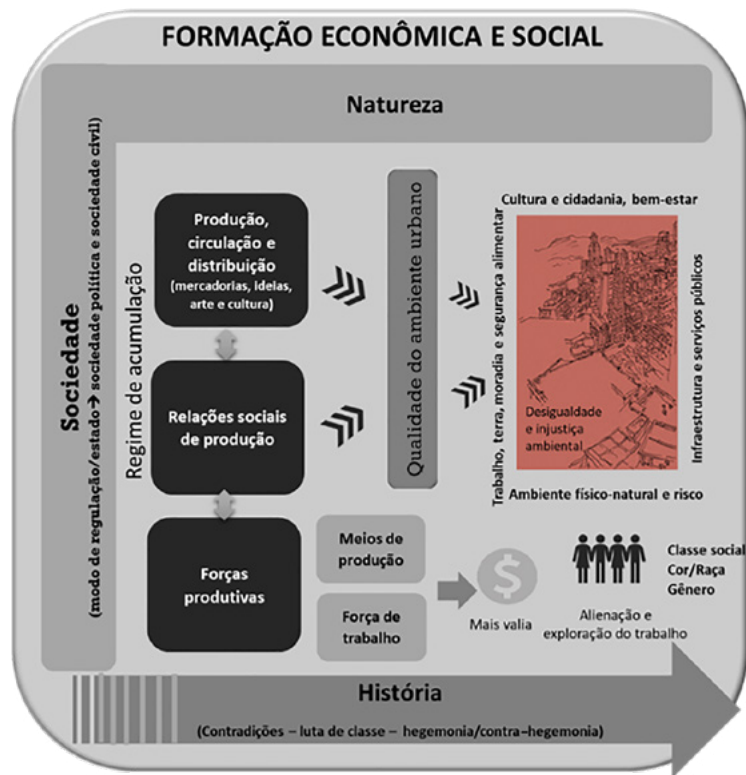
Assim, a qualidade do ambiente urbano é o produto das relações sociais, que, por sua vez, estão vinculadas a cada formação social e econômica. No que se refere às relações entre sociedade e natureza, considera-se que a sociedade, em cada tempo histórico, tem um modo de regulação e um regime de acumulação. (HIRSCH, 2010) O modo de regulação social, na perspectiva gramsciana, ancorado nos aparelhos estatais coercitivos e aparelhos privados de hegemonia, através da qual se estabelecem as relações de força e poder, é um elemento fundamental na gestão dos conflitos, das contradições de classe, e na disseminação da ideologia dominante, garantindo-se, dessa forma, o processo de dominação e formas particulares de apropriação dos elementos naturais, inclusive na cidade. (GRAMSCI, 1991)

A qualidade do ambiente urbano também incorpora a discussão sobre um conjunto de condições materiais, sociais e psicológicas que maximizam o bem-estar do homem nas cidades, como moradia, infraestrutura, conforto ambiental, entre outras, e que dependem

tecnológico y estético en sus dimensiones espaciales. De esta manera, la calidad ambiental urbana es por extensión, producto de la interacción de estas variables para la conformación de un hábitat saludable, confortable y capaz de satisfacer los requerimientos básicos de sustentabilidad de la vida humana individual y en interacción social dentro del medio urbano".

dos elementos da natureza, como clima e morfologia urbana, e da capacidade do homem de qualificar o que a natureza oferece.

Figura 5 – Formação econômica e social e a qualidade do ambiente urbano



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Corroborando Borja e Moraes (2001), considera-se que a avaliação da qualidade do ambiente urbano deve-se reportar tanto às

dimensões objetivas quanto às subjetivas, isto é, a articulação entre as dimensões propriamente urbanas e ambientais dos processos de constituição da realidade social. Para os autores, o ambiente urbano é um espaço socialmente construído, e sua percepção varia ao longo do tempo e do espaço em função da inserção social.

Figura 6 – Elementos estruturantes do processo social de produção e reprodução do ambiente urbano: complexidade e multidimensionalidade



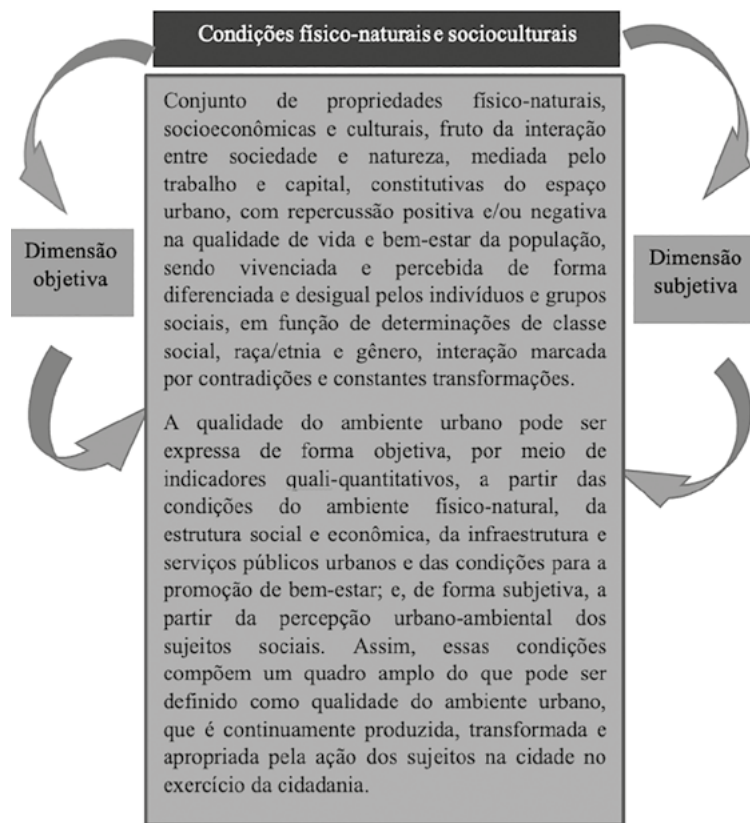
Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Enfim, o que definimos como qualidade está impregnado de subjetividade, da qual os números, *per se*, não conseguem dar conta, sendo necessário, portanto, incorporar abordagens interdisciplinares e integradas, associando aspectos objetivos e subjetivos da realidade (Figura 6).

O conceito de qualidade do ambiente urbano, aqui, é definido como um conjunto de propriedades do ambiente natural e sociocultural determinantes na vida do cidadão. Portanto, a definição volta-se para o ambiente natural e socialmente construído, concebido

como resultado de condições históricas de apropriação da natureza na cidade, das relações entre classes, segmentos sociais – quaisquer que sejam suas formas de organização e estruturação – e do modelo de desenvolvimento em curso.

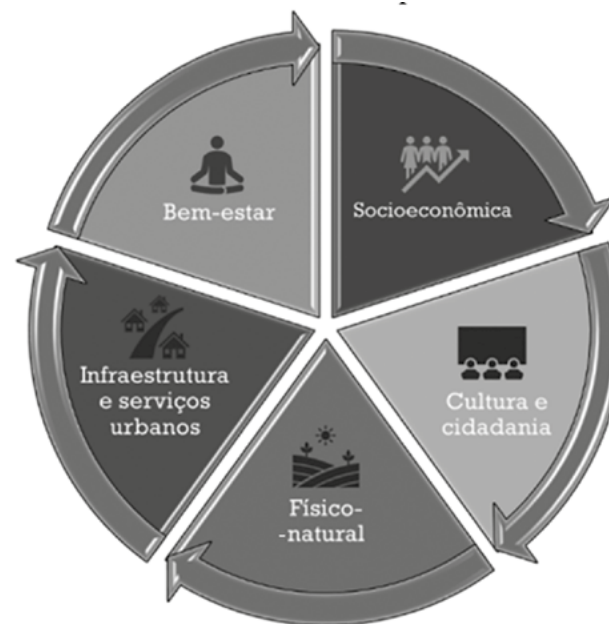
Figura 7 – Conceito de qualidade do ambiente urbano



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Em determinadas circunstâncias, o conceito de qualidade do ambiente urbano situa-se na fronteira entre os conceitos de qualidade do ambiente e qualidade de vida, na qual se confundem o que poderíamos qualificar como propriedades – naturais e sociais – do ambiente e, de uma perspectiva propriamente ontológica, da vida *per se* (Figura 7). Essas dimensões envolvem aspectos físico-naturais, trabalho, terra, renda, moradia, segurança alimentar, infraestrutura, serviços públicos urbanos, cultura e cidadania (Figura 8).

Figura 8 – Dimensões analíticas da qualidade do ambiente urbano



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

O conceito de qualidade do ambiente urbano tem, portanto, um caráter subjetivo, e essa subjetividade explicita-se de várias formas: em primeiro lugar, é preciso destacar que todo e qualquer conceito se constitui em uma tentativa individual ou coletiva de representação do real; em segundo, a iniciativa de qualificar o ambiente (natural e social) ou a vida (o que ela é e como é percebida) implica escolhas e atribuição de significado a aspectos considerados mais ou menos relevantes na definição das suas qualidades; em terceiro lugar, podemos agregar ao aspecto anterior – de natureza propriamente ontológica – outros elementos, também subjetivos, que dizem respeito ao significado de determinada propriedade do ambiente para o indivíduo ou coletividade. Em todos os casos, estamos propriamente no campo do que o indivíduo ou a coletividade define o que o ambiente e a vida efetivamente são, podendo ou não avançar para um campo de natureza normativa, ou seja, aquilo que a natureza e a sociedade deveriam ser.

A título de conclusão...

O conceito de qualidade do ambiente urbano se associa e é determinado por conceitos como o de sociometabolismo do capital e se expressa e materializa, em suas dimensões objetivas e subjetivas, nas contradições de classe, na espoliação urbana, na pobreza, nos processos de periferização e de gentrificação e na mais-valia fundiária. É preciso lembrar que o indicador é sempre expressão de um ponto de vista sobre a cidade e a sociedade, o que coloca em destaque a sua dimensão propriamente política.

Essa proposta de abordagem se insere, portanto, em um movimento de criação de métricas que possam contribuir para a compreensão e intervenção da realidade. Defendemos aqui a tese de que nenhum sistema de indicador é neutro e traz a

possibilidade de reprodução do real tal como ele é. Isso significa romper com abordagens positivistas e pragmáticas, que pretendem tão somente criar métricas que permitam a reprodução de formações sociais que consideramos como desiguais e, conseqüentemente, não democráticas.

Ademais, os indicadores, quaisquer que sejam, devem ser concebidos como fruto de reflexão teórico-conceitual e de demandas da gestão pública e do conjunto da sociedade. Nesse sentido, são instrumentos de controle e monitoramento de políticas públicas e devem fundamentar o diálogo entre a sociedade civil e o poder público. Entendemos que os indicadores se constituem em um instrumento de cidadania indispensável à construção de cidades mais justas e democráticas.

Referências

ACSELRAD, Henri (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. *Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa*. São Paulo: EACH/USP, 2012.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.

BACKES, Raul E. *Noção de sustentabilidade*. [S. l.], 2002. Disponível em: <http://www.sociologia.hpg.ig.com.br/suste.htm>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura. *Índice de QVU/BH*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Belo Horizonte, 1996.

BORJA, Patrícia Campos. *Avaliação da qualidade ambiental urbana: uma contribuição metodológica*. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

BORJA, Patrícia Campos. *Política de saneamento, instituições financeiras internacionais e megaprogramas: um olhar através do Programa Bahia Azul*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos. Indicadores de saúde ambiental com enfoque para a área de saneamento: aspectos metodológicos. *Revista Engenharia Sanitária e Ambiental*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/2, p. 13-25, jan./mar. 2003.

BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos. Sistema de indicadores de saúde ambiental saneamento em políticas públicas. *Revista Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 4, p. 229-244, mar. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. *Saúde ambiental: guia básico para construção de indicadores*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORVALÁN, Carlos; BRIGGS David; KJELLSTROM, Tord. Development of Environmental Health Indicators. In: UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME; UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY; WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Linkage Methods for Environment and Health Analysis: General guidelines: A report of the Health and Environment Analysis for Decision-making (HEADLAMP) Project*. Geneva: WHO, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas: Papirus, 2005.

HENNIGEN, Inês; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A subjetivação na perspectiva dos estudos culturais e foucaultianos. *Psicologia da Educação*, São Paulo, 23, p. 57-74, 2º sem. 2006.

HIRSCH, Joachim. *Teoria materialista do estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

KLIASS, Rosa Grena. *Qualidade Ambiental Urbana*. 2002. Disponível em: <http://www.saplei.eesc.usp.br/comum/Arav%C3%A9cchia/Chicago/02-1.doc>. Acesso em: 17 jun. 2020.

LIMA, Gustavo F. da Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. *Revista Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 13, p. 201-222, set. 1997.

LUENGO, Gerardo. Elementos para la definición y evaluación de la calidad ambiental urbana. Uma proposta teóricometodológica. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE CALIDAD DE VIDA URBANA, 4., 1998, Tandil. *Anais* [...]. Tandil: [s. n.], 1998.

MARIN, Andreia A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, Ribeirão Preto, SP, v. 3, n. 1, p. 203-222, 2008.

MAZETTO, Francisco de Assis Penteado. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 13, n. 24, p. 21-31, dez. 2000.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Campinas: Boitempo, 2002.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. *Indicadores interurbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades*: discussão teórico-metodológica. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3267243-Indicadores-intra-urbanos-como-instrumentos-de-gestao-da-qualidade-de-vida-urbana-em-grandes-cidades-discussao-teorico-metodologica.html>. Acesso em: 6 set. 2015.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS. *Determinantes ambientais e sociais da saúde*. Washington, D.C.: OPAS, 2011.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD - OPS. *Salud en las Américas 2007*. Washington: OPS, 2007. v. 1. (Publicación Científica y Técnica, n. 622).

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *Core Set of Indicators for Environmental Performance Reviews - a synthesis report by the Group on the State of the Environment - Environmental Monographs*, n. 83. Paris: OECD, 1993.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*. Paris: OECD, 2008.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *Rumo a um desenvolvimento sustentável: indicadores ambientais*. Tradução Ana Maria S. F. Teles. Salvador: CRA, 2002. (Série cadernos de referência, v. 9).

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *Towards sustainable development: environmental indicators*. Paris: OECD, 1998.

PEDONE, Luis. *Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas*. Brasília, DF: FUNCEP, 1986.

PELIZZOLI, Marcelo Luiz. *A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PFAFF, Martin. Supervisión y evaluación del proceso de crecimiento y desarrollo urbanos. In: NACIONES UNIDAS. *Indicadores de La Calidad del Desarrollo Urbano. Informe de la Reunión del Grupo Especial de Expertos*. Nueva York: Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, 1975.

RODRIGUES, Cleide. Qualidade Ambiental Urbana: como avaliar? *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 11, p. 135-150, 1997.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF: IBAMA, 1996.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Milton. Quem está na frente é o povo. Entrevista cedida a Carlos Tibúcio e Silvio Caccia Bava. *Cadernos Le Monde Diplomatique*, São Paulo, n. 2, p. 4-7, jan. 2001.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SÉNÉCAL, Gilles. Urban environment: mapping a concept. *Environnement Urbain / Urban Environment*, [Montréal], v. 1, p. 1-3, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eue/826>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SIMON, David *et al.* Developing and testing the Urban Sustainable Development Goal's targets and indicators - a five-city study. *Environment & Urbanization*, London, v. 28, n. 1, p. 49-63, 2015.

THE WHOQOL GROUP. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. *Social Science and Medicine*, Oxford, v. 41, n. 10, p. 403-409, 1995.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP. *Global Environment Outlook 6*. Nairobi: UNEP, 2019.

UNITED NATIONS. *Resolution adopted by the General Assembly on 6 July 2017. Work of the Statistical Commission pertaining to the 2030 Agenda for Sustainable Development - A/RES/71/313*. New York: UN, 2017.

VON SCHIRNDING, Yasmin E. R. *Indicadores para o estabelecimento de políticas e a tomada de decisão em saúde ambiental*. Genebra: OMS, 1998. Não publicado.



OS CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE URBANO-AMBIENTAL DE SALVADOR (IQUASALVADOR)

Patrícia Campos Borja

Elisabete Santos

Júlio Cesar Pedrassoli

Jailson Souza

Luiz Roberto Santos Moraes

Laércio Souza

Saara Boteon

Lucas Carvalho

Andrea Andrade Prudente

O objeto de investigação do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador) foi a qualidade urbano-ambiental da cidade nas escalas de bairros, bacias hidrográficas e de drenagem. Objetivou-se estudar as diversas dimensões dessa qualidade a partir das categorias analíticas da investigação – físico-ambiental, socioeconômica, infraestrutura e serviços urbanos, cultura e cidadania e espaços de bem-estar – e também construir o Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador) e de seus bairros e bacias.

Na literatura nacional e internacional, podem-se identificar diversos esforços de avaliação de políticas públicas, qualidade ambiental, sustentabilidade, desenvolvimento social e humano, qualidade de vida e bem-estar por meio de sistemas de indicadores, com ou sem construção de um índice sintético ou um número

síntese. (ANDRADE; VAITSMAN; FARIAS, 2010; FEIL; SCHREIBER, 2017; OECD, 2008; QUIROGA MARTÍNEZ, 2007; UN-HABITAT, 2004) No presente trabalho, optou-se por selecionar um conjunto de indicadores e construir um índice sintético, o IQUASalvador. Tal opção permitiu investigar as dimensões sociais, políticas, econômicas, ambientais, culturais e de infraestrutura e serviços urbanos segundo suas especificidades, mas também possibilitou construir um índice com a função de agregar as diversas dimensões em um indicador sintético.

O esforço de criação de métricas para avaliar a realidade de forma a guiar as ações e analisar seus impactos envolve grandes desafios em face da complexidade da realidade e das próprias limitações dos métodos científicos, em especial aqueles que privilegiam

métodos quantitativos. Gonçalves (1988, p. 34) expressa de forma pertinente os limites das métricas ao anunciar que “[...] não há solução científica para o desejo e para o belo”. Em uma realidade complexa, não há abordagem simples capaz de manejar essa complexidade. (ROMERO; LINARES, 2014) Porém, os riscos de apreender a realidade de forma parcial e fragmentada não implicam a impossibilidade de interpretação, especialmente quando há um forte propósito interdisciplinar e de incorporação da dimensão subjetiva da realidade, como neste estudo.

Aqui não se pretende retomar o debate entre os métodos quantitativos e qualitativos, inclusive porque se entende que esse debate está superado, dado o entendimento da complementariedade das suas abordagens e esforços metodológicos. Mas é importante demarcar que o estudo sobre qualidade urbano-ambiental de Salvador buscou enfrentar, do ponto de vista teórico e metodológico, alguns desses limites por meio da interpenetração das dimensões qualitativa e quantitativa e da triangulação de dados e métodos. Assim, fez-se uso de técnicas qualitativas, especialmente com vistas a capturar a percepção sobre a qualidade urbano-ambiental, e de técnicas quantitativas, para a construção de indicadores e índice. Ressalta-se que tal construção também contemplou abordagens qualitativas, já que privilegiou um processo dialógico e a produção criativa e coletiva do conhecimento entre pesquisadores do projeto e pesquisadores com atuação na área, por meio do uso das técnicas de consulta a especialistas e grupo focal.

Assim, quanto à dimensão qualitativa, buscou-se apreender a percepção dos sujeitos sociais, moradores dos bairros investigados, sobre as condições urbano-ambientais. Para isso, foram realizadas entrevistas e filmagens que possibilitaram incorporar a fala dos moradores e as diferentes leituras sobre a cidade, as quais geraram um vídeo. Outra estratégia foi o registro fotográfico das cenas e

paisagens dos bairros, gerando um acervo fotográfico ímpar sobre a cidade. Também buscou-se apreender a percepção dos pesquisadores de campo sobre suas respectivas vivências em avenidas, ruas, becos, ladeiras e caminhos da cidade de Salvador, permitindo a produção de um belo ensaio registrado aqui neste trabalho.

A dimensão quantitativa, mais privilegiada no presente estudo, envolveu a seleção de indicadores e a construção do IQUASalvador. Para tanto, foi necessário desenhar um estudo envolvendo:

- a) levantamento de campo para coleta de dados junto a domicílios amostrados nos bairros de Salvador;
- b) concepção dos instrumentos de pesquisa;
- c) montagem do banco de dados (primários e secundários); e
- d) construção do IQUASalvador.

A seguir, faz-se um maior detalhamento dessas estratégias.

Levantamento de campo para coleta de dados junto a domicílios amostrados nos bairros de Salvador

A pesquisa de campo realizada para fundamentar a construção do IQUASalvador ocorreu no período de dezembro de 2018 a julho de 2020, tendo sido o universo da pesquisa estruturado a partir dos limites de 160 bairros de Salvador – entre os 163 instituídos pela Lei nº 9.278/2017, que dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do município. Foram excluídos do estudo Aeroporto, Centro Administrativo e Porto Seco Pirajá, uma vez que não dispõem de domicílios residenciais e estão enquadrados na categoria institucional.¹

¹ A delimitação dos bairros de Salvador, instituída pela Lei nº 9.278/2017, passou por pequena alteração de acordo com Decreto nº 32.791, de 1º de setembro de 2020. Os seguintes bairros

(SANTOS et al., 2010) Sendo bairro o menor recorte adotado, a agregação de dados por bacia é feita a partir da agregação de bairros.²

A amostra da pesquisa foi estratificada por bairro, tendo como unidade de análise o domicílio. Cada bairro foi considerado uma população-alvo da investigação, totalizando 160 populações. Cada população incluiu todos os domicílios particulares permanentes ocupados do bairro, segundo definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o cálculo da população por bairro, fez-se uso dos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010; dos dados de 2015 do sistema de informação da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), que contém o cadastro georreferenciado das ligações e economias de água ativas e inativas do tipo domiciliar em Salvador; e, por fim, do estudo Plano de abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara (Parms), elaborado pela Geohidro para a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (2015). A recorrência ao cruzamento dos vários bancos de dados se deve à defasagem de dados de domicílios do IBGE, datados de 2010, e da necessidade de definição de uma amostra mais próxima da realidade a ser investigada.

A Figura 1 ilustra uma representação da captura da tela do QGIS das ligações de água ativas e inativas e a tabela associada com as informações sobre número de ligações e economias por tipo

foram desmembrados: Brotas e Horto Florestal; Centro e Dois de Julho; Coutos e Vista Alegre; Ondina e Chame-Chame; Periperi, Colinas de Periperi e Mirante de Periperi; Plataforma e Ilha Amarela. Para esta pesquisa, seguiu-se a lei de 2017 pelo fato de o desmembramento ter ocorrido quando a pesquisa já estava em curso. Sempre que referidos, os respectivos bairros trazem a denominação original e seu respectivo desmembramento. O conceito de bairro utilizado neste trabalho é o definido na publicação O caminho das águas em Salvador (2010) e institucionalizado pela Lei nº 9.278/2017.

2 Como não existe uma correspondência entre os limites de bairro e de bacia, fez-se um compatibilização, considerando o conceito e os limites de bacia hidrográfica e de drenagem – 12 bacias hidrográficas e 9 bacias de drenagem natural – propostos em O caminho das águas em Salvador (2010) e institucionalizado pelo Decreto nº 27.111, de 22 de abril de 2016.

– residencial, comercial, pública etc. – da Embasa.³ Para o estudo, foram selecionadas as ligações ativas e inativas do tipo residencial e, a partir delas, as categorias intermediária (11), normal (12) e social (17).

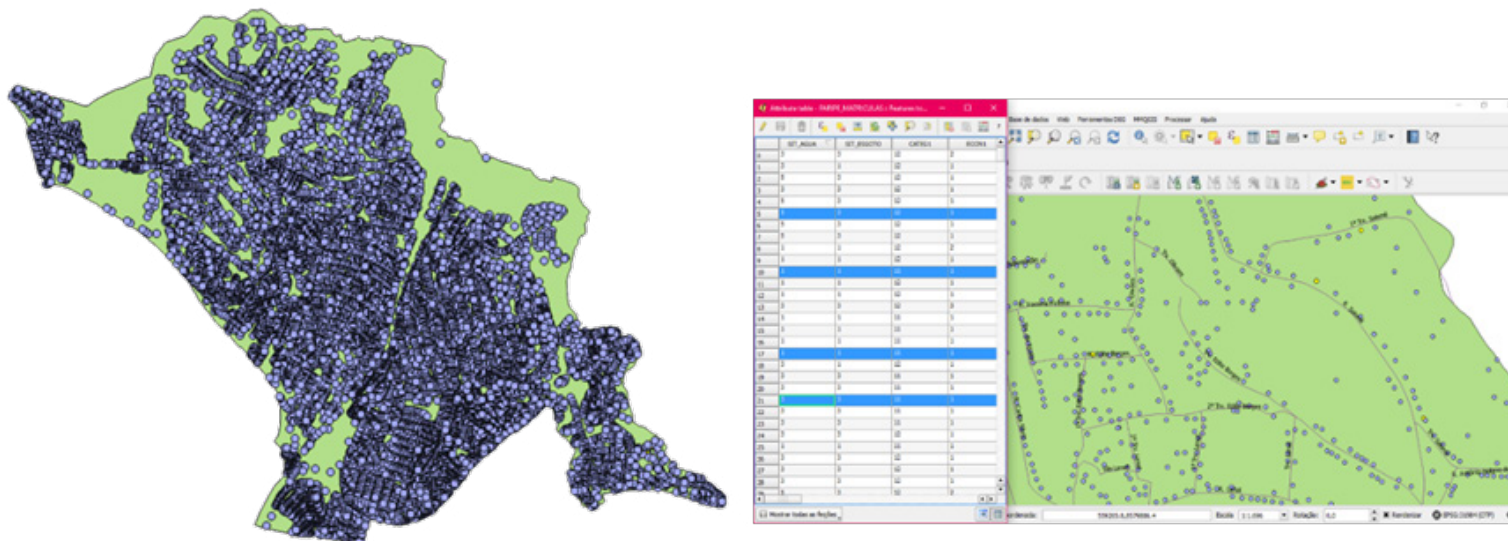
Uma vez que a Embasa, em 2018, atendia aproximadamente a 98% da população de Salvador, a base cadastral disponível justificou o uso de seu sistema de informação para o procedimento amostral. Para a estimativa da população dos bairros, fez-se uso do número de habitante por economia, relação comumente utilizada pelos prestadores de serviços de abastecimento de água para definir a população atendida. Para o estabelecimento dessa relação, foram consultadas algumas referências, tendo-se optado pelo valor de 2,8 habitantes por economia, o mesmo utilizado pelo referido estudo desenvolvido pela Geohidro.

Para o cálculo da amostra, optou-se pela Amostra Aleatória Sistemática sem reposição (AAS), com um erro de 8% e intervalo de confiança de 90%, de forma a obter uma amostra viável para o levantamento de campo em termos de logística, como também em função da disponibilidade de recursos e tempo de realização do estudo. Considerando as diversas proporções amostrais, em face do número de variáveis a serem estudadas, foi admitida a variância máxima para a população de estudo de 50% (0,5), definição realizada a partir do julgamento das características da variável investigada.

Os domicílios em cada bairro foram selecionados aleatoriamente, com igual probabilidade. Para a realização da seleção amostral, utilizou-se o sistema de informação da Embasa, já referido. No processo amostral, conforme o procedimento da AAS, após ser selecionado, o domicílio era excluído da população amostral para a escolha do seguinte, procedimento repetido até a obtenção do

3 É preciso aqui registrar a distinção entre ligação e economia. Uma ligação (um ponto no mapa) pode ter de uma a *n* economias, o que só se pode inferir pela tabela de atributos ou pela tematização do dado no Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Figura 1 – Captura da tela do QGIS com o cadastro das ligações de água ativas e inativas da Embasa, da rede de distribuição de água, bairro de Paripe (2015)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador (2021) e Embasa (2015).

total de domicílios necessários para compor a amostra final. Essa seleção aleatória foi realizada no QGIS, com sobreposição de pontos, de forma a possibilitar a seleção de amostras tanto em domicílios unirresidenciais como plurirresidenciais, a exemplo de edifícios, atenuando o viés de subamostragem. Cada domicílio recebeu um número identificador (Id), de forma que fosse identificado e georreferenciado.

Assim, com o auxílio da shape file contendo as ligações da prestadora dos serviços de abastecimento de água, a localização dos domicílios foi realizada pelos Ids com o auxílio do software QGIS. Com o Google Earth, foi possível definir os endereços de cada

domicílio amostrado, uma vez que não se teve acesso aos endereços das ligações de água disponíveis na Embasa. Assim, foi possível compor a base cartográfica para a pesquisa de campo. A amostra foi composta por 16.527 domicílios, à qual se fez um acréscimo de 5% para prevenir perdas, totalizando, então, 17.352 domicílios amostrados nos 160 bairros pesquisados.

Para o levantamento de campo, foram selecionados, via edital público, 60 pesquisadores estudantes de nível superior, que foram coordenados por quatro pesquisadores estudantes de mestrado ou técnicos de campo, sendo que em cada turno de trabalho a equipe contava com a assistência de um professor-pesquisador.

Os pesquisadores foram devidamente treinados pela equipe de coordenação do projeto, não só quanto ao conteúdo do instrumento de pesquisa, um questionário fechado, mas também em relação à localização em campo do domicílio a ser investigado; quanto aos procedimentos para identificar o sujeito a ser entrevistado; aos cuidados na abordagem dos moradores; e à seleção de novo domicílio no caso de dificuldade de acesso – recusa, imóvel vazio ou demolido, condição de segurança, entre outras. Todas as orientações foram registradas no manual do pesquisador do QUALISalvador.

No caso de dificuldade de acesso ao domicílio amostrado, os pesquisadores foram orientados sobre o procedimento a ser adotado para a sua substituição, na forma a seguir indicada:

- a) No caso de domicílio unidomiciliar: o pesquisador de campo deveria posicionar-se em frente ao domicílio amostrado e, em seguida, dirigir-se ao primeiro domicílio do seu lado direito, onde deveria fazer a aplicação do questionário. Caso também não fosse possível realizar o levantamento no novo domicílio amostrado, o procedimento deveria ser repetido;
- b) No caso de domicílios pluridomiciliares (prédios de apartamentos): o pesquisador de campo deveria posicionar-se em frente ao prédio amostrado e, depois, dirigir-se ao primeiro apartamento à sua direita ou ao número de apartamento imediatamente superior ao apartamento amostrado, onde aplicaria o questionário. Deveria repetir o procedimento caso o acesso, mais uma vez, não fosse possível.

Em campo, antes de iniciar a aplicação do questionário, os pesquisadores foram orientados a apresentar-se, informar os vínculos institucionais da pesquisa e esclarecer seus objetivos. Com isso, deveriam buscar entrevistar o responsável pelo domicílio ou

um adulto com mais de 18 anos que se disponibilizasse a contribuir/participar na pesquisa. Uma vez dado o aceite, o pesquisador deveria solicitar a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme exigência do Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde a pesquisa foi registrada – Parecer nº 2.308.547, de 2 de outubro de 2017.

Cada pesquisador de campo, munido de manual do pesquisador, prancheta, formulários e mapas de localização, recebia, por turno, um número de questionários a serem aplicados em função do número de pesquisadores presentes e do tempo necessário para a aplicação do referido instrumento de pesquisa – que variou de 20 a 40 minutos. Em geral, cada pesquisador realizava de seis a dez questionários por turno de trabalho. Em face das condições de segurança, algumas vezes, o trabalho era realizado em dupla.

Em cada bairro, além da aplicação do questionário nos domicílios, um grupo de pesquisadores realizava entrevistas com lideranças e fazia o registro fotográfico com imagens relevantes sobre a paisagem local. O levantamento de campo ocorreu bairro a bairro, seguindo, de forma geral, uma lógica de localização dos bairros mais afastados em relação à Área Urbana Consolidada. Cabe observar que, antes do início do trabalho, foram feitas reuniões com a Coordenação das Prefeituras-Bairro, vinculada à Prefeitura Municipal de Salvador, visando buscar apoio e identificar organizações comunitárias e lideranças locais. Coube aos conselhos das subprefeituras – composto por lideranças dos respectivos bairros – indicar uma liderança para acompanhar o trabalho nos bairros de cada subprefeitura, sendo a pessoa indicada remunerada pelo projeto.

Uma vez concluída a aplicação do questionário, com o devido preenchimento do TCLE, os pesquisadores de campo se dirigiam à base do projeto no bairro, disponibilizada por alguma instituição

ou associação de moradores anteriormente contatada, e passavam a lançar os dados em tablets adquiridos pelo projeto. Com isso, os coordenadores de campo faziam uma verificação preliminar da consistência dos dados (Figura 2).

Figura 2 – Checagem e digitação do questionário em campo (2019)



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Para divulgar o projeto à comunidade e a realização do levantamento em cada bairro, foi formada uma equipe de comunicação, que se deslocava para os bairros antes do início das atividades, fazendo a devida comunicação sobre o trabalho de campo e alertando os moradores sobre a visita dos pesquisadores, que seriam facilmente identificados por um colete amarelo. O projeto também fez uso das redes sociais, com destaque para o Instagram, e rádios comunitárias para a divulgação do trabalho de campo (Figura 3).

O trabalho de campo foi previsto para ser concluído em três meses; porém, ocorreram diversos contratemplos, como em relação a calendário acadêmico, recessos, chuvas intensas, greves de transportes

coletivos e paralisações por iniciativa de centrais sindicais e movimentos políticos, além da pandemia da Covid-19, que dificultou a conclusão do processo. Em alguns bairros, houve grande dificuldade de acessar domicílios em face da violência urbana, especialmente os de difícil acesso, como também em função da recusa de moradores situados em faixas de renda mais alta, os chamados bairros “de classe média” e “alta”, apesar de todos os esforços para enfrentar essa problemática já conhecida na cidade.

Figura 3 – Material de divulgações do trabalho de campo no Instagram



Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

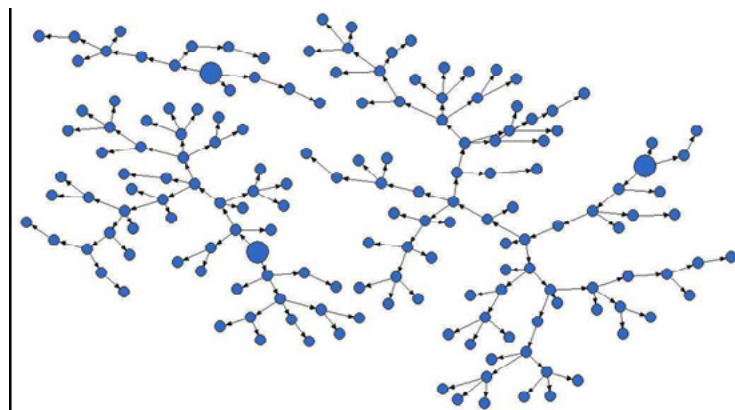
Diante dessa realidade, a coordenação do projeto, objetivando atingir a amostra definida para o estudo por bairro, optou por adaptar a técnica *snowball sampling*, ou bola de neve. Segundo

Albuquerque (2009), nessa técnica, um entrevistado faz a indicação de outro, e assim sucessivamente, até que se atinja a saturação e a amostra desejada. Essa técnica produz uma amostra não probabilística, uma vez que nem todos os elementos da população estudada têm a mesma chance de serem selecionados para compô-la.

A adaptação realizada buscou identificar potenciais entrevistados residentes nas proximidades dos domicílios amostrados a partir de relações de conhecimento existentes na equipe de pesquisa. Assim, partiu-se não só de uma única indicação de entrevistado, mas de diversas indicações, buscando assegurar uma certa aleatoriedade. Essa técnica, inicialmente, foi realizada em campo, mas, com a pandemia e a paralisação das atividades, de forma a garantir o distanciamento social, foi necessário fazer esse procedimento via internet. Nesse caso, a rede de pessoas que passaram a indicar possíveis entrevistados foi ampliada com a inclusão de lideranças locais, agentes públicos e integrantes de entidades, como associação de moradores e organizações não governamentais.

Segundo Naderifar, Goli e Ghaljaie (2017), a técnica snowball sampling é uma amostragem utilizada quando os sujeitos a serem investigados não são facilmente acessíveis, constituindo-se um método intencional de coleta de dados aplicado a pesquisas qualitativas. Para Albuquerque (2009), nessa técnica, constrói-se uma cadeia de referência a partir de agentes intitulados “sementes” ou informantes-chave, que têm o papel de indicar outras pessoas para a amostra, sendo estas intituladas de “filhos das sementes”, formando ao final uma espécie de rede (Figura 4). Segundo esse autor, a indicação de participantes se encerra com a obtenção da amostra desejada ou quando se esgotam as possibilidades de acesso a novos participantes.

Figura 4 - Representação de uma cadeia de referência da amostragem com o uso da técnica *snowball sampling*



Fonte: Albuquerque (2009, p. 21).

Sanchez e Nappo (2002), ao estudarem a progressão no uso de drogas entre usuários de crack e seus fatores interferentes, fizeram uso da técnica (snowball), investigando oito cadeias diferentes de usuários. Com isso, para os autores, foi possível contar com uma rede de diversos grupos de regiões diferentes, o que possibilitou maior heterogeneidade entre as cadeias investigadas e uma amostra com perfis diferentes de participantes.

Do total de bairros, em 63 (39%) a coleta de dados ocorreu apenas por meio do levantamento de campo; em 78 (48,5%), foi necessário também o uso da técnica da bola de neve via internet; em 18 bairros, além desses tipos de coleta, foi necessário fazer uso da bola de neve em campo; e em apenas um bairro, Ilha dos Frades, houve a necessidade de realizar o levantamento por meio do envio de link do questionário e TCLE para os participantes (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de bairros pesquisados por método de coleta de dados

Método de coleta de dados	Bairros	
	Número	%
Levantamento em campo com ASSS	62	38,8
Levantamento em campo com ASSS e bola de neve via internet	78	48,8
Levantamento em campo com ASSS, bola de neve em campo e via internet	18	11,2
Bola de neve via internet	1	0,6
Levantamento em campo com ASSS e bola de neve em campo	1	0,6
Total	160	100

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Em termos do número de questionários aplicados, 91,8% foram provenientes do levantamento de campo e apenas 8,2% foram obtidos pela técnica *snowball sampling*, sendo que 7,2% destes foram feitos via internet pela impossibilidade do levantamento em campo em face da pandemia (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de questionários aplicados por método de coleta de dados

Método de coleta de dados	Questionários	
	Número	%
Levantamento em campo	14.011	91,8
Bola de neve em campo	156	1,0
Bola de neve via internet	1.093	7,2
Total	15.260	100

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

0 instrumento de pesquisa

A construção do instrumento de pesquisa foi o resultado de um rico trabalho coletivo da equipe de pesquisadores, formada por professores – a maioria doutores –, alunos de pós-graduação e de graduação. Produzido por diversas mãos, construído e reconstruído com o exercício da crítica e com um olhar na multidimensionalidade e na complexidade dos fenômenos sociais, próprios do processo de produção de conhecimento e do esforço de saber e do conhecer para modificar, o instrumento de pesquisa ao final guarda em si a rica experiência de buscar fazer ciência com um vínculo profundo com a ciência engajada e, como tal, filiada à transformação da sociedade, papel maior de uma universidade pública.

Assim, o instrumento de pesquisa, um questionário estruturado e fechado, dispõe de 62 questões, que contemplam as cinco dimensões analíticas da qualidade urbano-ambiental. As questões foram organizadas em 12 blocos (Tabela 3).

Tabela 3 – Bloco de questões do instrumento de coleta de dados, número e percentual

Bloco de questões	Número	%
I. Identificação	2	2,4
II. Caracterização do entrevistado	5	6,0
III. Habitabilidade/ambiente construído/bairro	33	39,7
IV. Saneamento básico	9	10,9
V. Opinião sobre as condições físico-ambientais	9	10,9
VI. Trabalho/inserção produtiva	5	6,0
VII. Segurança alimentar e saúde	9	10,9
VIII. Mobilidade	2	2,4
IX. Segurança pública	3	3,6
X. Lazer/cultura	3	3,6

Bloco de questões	Número	%
XI. Participação política	1	1,2
XII. Percepção/satisfação	2	2,4
Total	83	100

Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

O questionário foi lançado no KoBo Collect,⁴ um *software* de propriedade e operado pelo Escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Coordenação de Assuntos Humanitários (Ocha), que fica hospedado em um *data center* na Irlanda. O uso dessa ferramenta facilitou o processo de digitação dos dados em campo por meio de diversas estratégias, como inserir os números das alternativas possíveis de serem digitadas em uma determinada resposta ou realizar verificações de situações em que uma questão apresentava a resposta “Não se aplica”. A vantagem desse *software* é que, além de ser de acesso livre, permite o lançamento dos dados em campo *off-line* para posterior transferência *on-line* e armazenamento, possibilitando inclusive o acesso a relatórios rápidos.

Construção do banco de dados e análise exploratória

Uma vez que o questionário da pesquisa e os dados coletados foram lançados no KoBo Collect, o banco de dados foi construído gradativamente, à medida do avanço da pesquisa de campo, que, uma vez concluída, gerou o banco de dados.

Dos 17.352 domicílios nos quais seriam aplicados questionários, conforme previsto na amostragem nos 160 bairros da cidade,

4 Ver: <https://www.kobotoolbox.org/>.

até junho de 2020, tinham sido aplicados 13.783 (79,4%), sendo que os bairros das subprefeituras Barra-Pituba e Ilhas apresentaram os menores percentuais de aplicação. Com as dificuldades apresentadas nesses lugares e o afastamento social exigido para o controle da pandemia da Covid-19, foram definidas estratégias de coleta de dados, a exemplo da técnica da bola de neve, já referida, além da reavaliação da amostra.

O uso da técnica da bola de neve implicou a mobilização de toda a equipe no sentido de elaborar uma lista de possíveis entrevistados com seus respectivos contatos e endereços; realizar os contatos com os indicados; solicitar a contribuição para a pesquisa; e agendar e controlar a aplicação dos questionários. Assim, entre os meses de junho e julho de 2020, houve um esforço da equipe para atingir a amostra necessária ao estudo.

Nesse contexto, a revisão da amostra passou a ser imperativa em função da pandemia e da impossibilidade de ida a campo. Esse trabalho de revisão envolveu uma avaliação do número de questionários aplicados por bairro e do alcance da amostra inicialmente prevista. Uma vez sendo identificado um número abaixo do planejado, procedeu-se a uma nova estimativa de amostra a partir a elevação do erro amostral, única variável passível de alteração. Após diversas discussões na equipe de coordenação, optou-se por definir erros entre 8% e 10%, este último aplicado nos bairros onde o percentual de alcance da amostra estava muito baixo do programado e a equipe encontrava dificuldades na operacionalização da bola de neve.

A situação da Ilha dos Frades foi a mais emblemática. Quando se iniciou a pandemia, das três ilhas que compõem o território de Salvador, apenas duas tinham sido objeto de levantamento – a Ilha dos Frades apenas tinha sido rapidamente visitada para a identificação de lideranças locais. Essa ilha vem sendo, ao longo do tempo, apropriada

por um dono de terra que controla praticamente todo seu território. Por outro lado, seus moradores tradicionais, especialmente as comunidades de pescadores, sentem-se ameaçados e, com isso, apresentam resistências a fornecer informações. Ademais, parte da ilha é ocupada por moradores sazonais, por casas de veraneio, com padrão de renda considerado de médio a alto, de difícil acesso. O número de domicílios amostrados nessa ilha resultou em 92 questionários, com o acréscimo de 5%, o que perfazia 97. Nas condições relatadas e diante da pandemia, a equipe do projeto constatou a dificuldade de alcançar o número desejado de domicílios. Assim, optou-se por aumentar o erro amostral para 10%, de forma a não excluir esse território do estudo, assumido os limites dessa opção, mas também entendendo que essa foi a solução mais factível diante das circunstâncias.

Um outro bairro em que houve dificuldades para a obtenção da amostra foi o Comércio. Segundo o Censo Demográfico de 2010, esse bairro possuía 2.006 habitantes e 401 domicílios particulares permanentes. Em 2015, segundo o cadastro da Embasa, possuía 586 economias residenciais e uma população atendida estimada de 1.641 habitantes (2,8 hab./eco). (IBGE, 2010) Durante o trabalho de campo, os pesquisadores puderam constatar que, em muitos domicílios amostrados, não havia morador, observando-se prédios vazios e alguns em ruínas. Esse bairro vem, há décadas, passando por processo de esvaziamento e de substituição de uso, em muitas situações, com o abandono de imóveis pelos proprietários, alguns ocupados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Essa realidade influenciou no número de questionários aplicados, não sendo alcançada a amostra de questionários prevista - 95 com os 5% de segurança -, sendo aplicados apenas 37 questionários. Mesmo realizando-se a técnica da bola de neve, não foi possível ampliar o número de questionários por não ter sido localizado domicílio onde pudesse ser aplicado o questionário. Assim, nesse bairro, o erro amostral calculado foi de

13%, uma vez mantido o número estimado de domicílios. Certamente, em 2019, quando a pesquisa foi realizada, de fato havia um número de menor de domicílios residenciais ocupados, como constatado em campo, embora as ligações de água de domicílios desocupados ou com mudança de uso estejam registradas no cadastro da Embasa.

No bairro do Retiro, também não foi possível atingir a amostra prevista. Foram aplicados 30 questionários, quase a metade a amostra prevista (67). Assim, mantendo-se o número de domicílios estimado para o cálculo da amostra, o total de questionários obtidos implicou um erro amostral de 14%. Ressalta-se que, durante o trabalho de campo, os pesquisadores constataram que um percentual significativo de domicílios estava fechado, impossibilitando, portanto, o acesso às moradias. A dinâmica do trabalho de campo, em face do tamanho da amostra do estudo, implicou postergar o retorno ao bairro para concluir a aplicação do questionário, que, com o início da pandemia da Covid-19, ficou impossibilitado. No entanto, é importante destacar que esse bairro dispõe de limites bem definidos, localizando-se em um sítio delimitado por duas grandes avenidas, onde os domicílios se apresentam com características construtivas extremamente similares, e o espaço público das ruas e praças também segue padrões similares. Com isso, dada a essa homogeneidade, considera-se que os 30 domicílios investigados representam a população residente no bairro e, portanto, o erro amostral não implica um distanciamento grande da realidade vivida pela população.

Reproduzindo essa realidade em menor escala com e diante das dificuldades de contatos e adesão à pesquisa em algumas áreas, especialmente em bairros nobres, 29 bairros tiveram suas amostras recalculadas para um erro de 10%. Com isso, para atingir a nova amostra, seriam necessários 637 questionários, que foram obtidos por meio da técnica da bola de neve via internet, em função da pandemia da Covid-19.

Ao final do esforço coletivo para a obtenção da nova amostra, foram obtidos 1.093 questionários, 71,6% acima do previsto. Diante disso, houve o aumento do número de questionários em alguns bairros, o que determinou a obtenção de erros amostrais diferentes, como pode ser visto na Tabela 4. Dos bairros, 66,3% atenderam a um erro amostral variando de 7% a 8,5% (o que corresponde a 73,7% dos questionários aplicados); 30% tiveram um erro entre 9% e 10% (18,7% dos questionários aplicados); e 3,7% tiveram um erro entre 11% e 17% (7,6% dos questionários aplicados), conforme justificativa apresentada anteriormente.

Tabela 4 - Erro amostral por bairro obtido após levantamento de campo

Erro amostral	Número de bairros	% de bairros	Número de questionários	% de questionários
7,0	1	0,6	138	0,9
7,5	4	2,6	622	4,1
7,7	1	0,6	119	0,8
8,0	60	37,5	6.475	42,4
8,5	40	25,0	3.890	25,5
9,0	17	10,6	1.463	9,6
9,5	18	11,3	1.393	9,1
10,0	13	8,1	891	5,8
11,0	3	1,9	177	1,2
13,0	1	0,6	37	0,2
14,0	1	0,6	30	0,2
17,0	1	0,6	25	0,2
Total	160	100	15.260	100

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Visando identificar inconsistências no banco de dados e dar maior confiabilidade aos resultados do estudo, fez-se uma

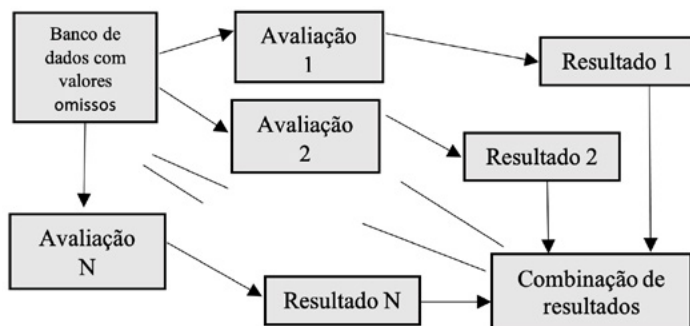
análise exploratória dos dados. Essa análise envolveu a definição de estratégias de “limpeza” do bando de dados por parte da equipe do projeto, sendo constatados diversos problemas, tais como: repetição de digitação de questionários, questionários diferentes com mesmo número de identificação, questionários praticamente iguais ou de fato iguais com número de identificação diferentes, ou nome do bairro diferente. Com isso, foi feito um relatório para orientar a equipe do projeto a fazer os ajustes e correções necessários.

Após a verificação da consistência dos dados, procedeu-se à avaliação dos dados omissos, sendo identificada a necessidade da imputação nas variáveis necessárias. Para isso, fez-se uso da planilha Excel e do software R. Existem diversas técnicas estatísticas para a imputação de dados, a exemplo da imputação por média, moda, por regressão por máxima verossimilhança, por algoritmo Expectation Maximisation (EM), por imputação múltipla etc. (FEIL; SCHREIBER, 2017; OECD, 2008) Dessas técnicas escolheu-se a imputação múltipla. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), essa técnica:

[...] é uma abordagem geral que não requer uma especificação de probabilidade parametrizada para todos os dados [...]. A imputação de dados ausentes é realizada com um processo aleatório que reflete a incerteza. A imputação é feita n vezes, para criar n conjuntos de dados ‘completos’. Os parâmetros de interesse são estimados em cada conjunto de dados, juntamente com seus erros padrão. As estimativas (média ou mediana) são combinadas usando os n conjuntos e a variância entre e dentro da imputação é feito o cálculo. (OECD, 2008, p. 58-59, tradução nossa)

A Figura 5 facilita a visualização do processo de imputação.

Figura 5 - Lógica da imputação múltipla de dados omissos



Fonte: OECD (2008, p. 59).

Após a finalização do banco de dados, foi elaborado um plano analítico, de forma a orientar o processo de análise dos resultados, especialmente das análises bi e multivariadas, tendo sido feitas as primeiras recategorizações das variáveis, para posterior avaliação por parte de cada subgrupo da pesquisa: socioeconômico e classe/gênero/etnia, cultural e participação política, clima, serviços e infraestrutura urbana, riscos, nutrição e saúde. Cabe destacar que esse processo envolveu um esforço importante da equipe, seguido de várias reuniões, possibilitando uma categorização que guardasse a necessária relação com as variáveis e com o marco conceitual e teórico do projeto.

Construção do IQUASalvador

A construção do IQUASalvador envolveu um conjunto de etapas que buscou atender às recomendações da literatura e preservar as premissas da equipe de pesquisa, de modo a garantir um processo dialógico de construção coletiva. Assim, a construção do índice envolveu 13 passos, conforme apresentado na Figura 6.

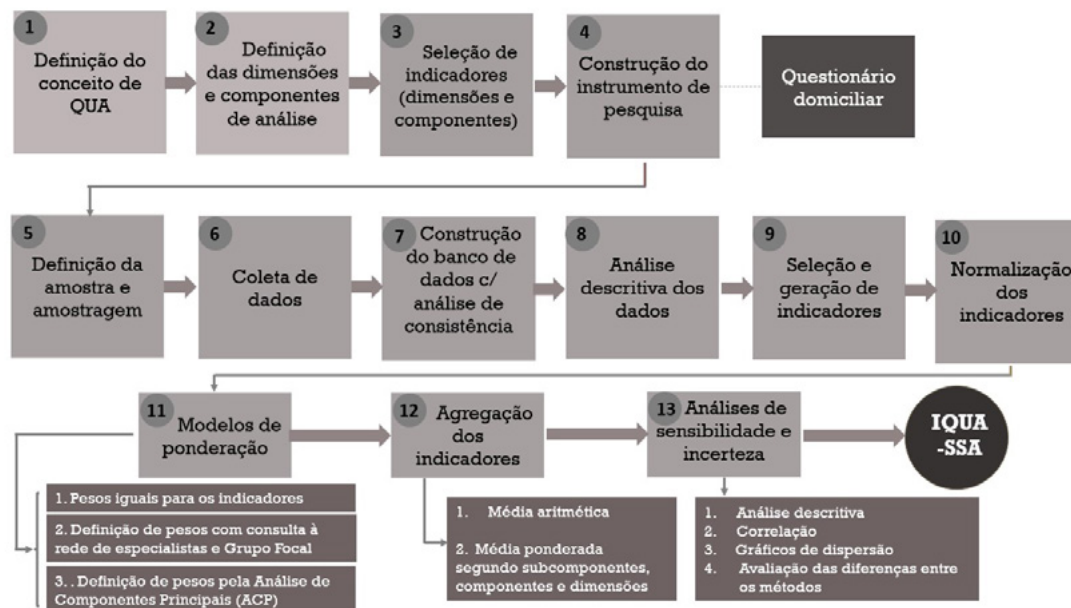
Todo o processo envolveu um esforço coletivo desde a demarcação do marco conceitual de referência, passando pela definição das categorias e componentes de análise, seleção de variáveis e indicadores de pesquisa, permitindo na sequência a construção do questionário. Com isso, foi possível realizar o trabalho de campo e construir o banco de dados. A partir daí, foram feitas as primeiras análises, estudando-se o comportamento dos indicadores selecionados pelo grupo de pesquisa de forma a refinar tal seleção. Buscou-se definir um conjunto coerente de indicadores, de fácil mensuração, de relevância, de maior confiabilidade, com caráter de síntese e de diferenciação em relação a outros indicadores e, ainda, que melhor representasse o marco teórico de referência.

Em seguida, os indicadores foram calculados e seus valores normalizados (passo 10). Partiu-se, então, para a definição de modelos de ponderação (passo 11) e de agregação dos indicadores (passo 12) e, por fim, fez-se a análise de sensibilidade e incerteza (passo 13). A seguir, serão apresentados os procedimentos utilizados nos passos 10, 11, 12 e 13.

Normalização dos dados dos indicadores

A normalização dos dados é uma necessidade quando as variáveis têm unidades ou amplitudes diferentes. A amplitude pode influenciar a produção do índice quando ele é gerado pela média aritmética ou ponderada. Feil e Schreiber (2017) recomendam o uso de algumas técnicas estatísticas, tais como: *ranking*, em que se estabelece a posição ordinal das variáveis; padronização por meio do Z-score, em que todas as variáveis terão média zero e desvio padrão 1; *re-scaled values*, em que as variáveis normalizadas têm um valor relativo entre o mínimo e o máximo; escalas categóricas, em que cada variável recebe uma

Figura 6 - Fluxograma de construção do IQUASalvador



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador, 2021.

pontuação numérica ou qualitativa; número de indicadores acima/abaixo da média, considerando um limite arbitrário em torno da média; transformação logarítmica das unidades de medidas.

A OECD (2008) faz referência a nove métodos para normalizar as variáveis. Para a construção do IQUASalvador, optou-se pela utilização dos métodos mínimo-máximo (mín.-máx.), Z-score e o sugerido por Ajzenberg e demais autores (1986), que faz uso da equação da reta levando valores que variam entre 0 e 1, conforme apresentado nas Figuras 7 e 8.

No caso da variável frequência do abastecimento de água (f_{req}), o resultado da normalização pode ser visto na Figura 9. A partir da análise, pode-se perceber que, no método mín.-máx., os valores se aproximam muito do valor original da variável, enquanto o do Z-score se afasta muito. Por outro lado, o método de Ajzenberg e demais autores (1986), embora os valores não se aproximem dos originais, permite uma maior discriminação dos dados. Assim, optou-se por produzir o índice tanto pelo método mín.-máx. como pelo de Ajzenberg e demais autores (1986).

Figura 7 - Métodos de normalização de variáveis segundo a OECD (2008)

Method	Equation
1. Ranking	$I_{qc}^t = Rank(X_{qc}^t)$
2. Standardisation (or z-scores)	$I_{qc}^t = \frac{x_{qc}^t - x_{qc-\bar{c}}^t}{\sigma_{qc-\bar{c}}^t}$
3. Min-Max	$I_{qc}^t = \frac{x_{qc}^t - \min_c(x_q^{t_0})}{\max_c(x_q^{t_0}) - \min_c(x_q^{t_0})}$
4. Distance to a reference country	$I_{qc}^t = X_{qc-\bar{c}}^{t_0}$ or $I_{qc}^t = \frac{x_{qc}^t - x_{qc-\bar{c}}^{t_0}}{x_{qc-\bar{c}}^{t_0}}$
5. Categorical Scales Example:	$I_{qc}^t = \begin{cases} 0 & \text{if } X_{qc}^t < p^{15} \\ 20 & \text{if } p^{15} \leq X_{qc}^t < p^{25} \\ 40 & \text{if } p^{25} \leq X_{qc}^t < p^{65} \\ 60 & \text{if } p^{65} \leq X_{qc}^t < p^{85} \\ 80 & \text{if } p^{85} \leq X_{qc}^t < p^{95} \\ 100 & \text{if } p^{95} \leq X_{qc}^t \end{cases}$
6. Indicators above or below the mean	$I_{qc}^t = \begin{cases} 1 & \text{if } w > (1 + p) \\ 0 & \text{if } (1 - p) \leq w \leq (1 + p) \\ -1 & \text{if } w < (1 - p) \end{cases}$
Where $w = \frac{X_{qc}^t}{X_{qc-\bar{c}}^{t_0}}$	
7. Cyclical Indicators (OECD)	$I_{qc}^t = \frac{x_{qc}^t - E_t(x_{qc}^t)}{E_t(x_{qc}^t - E_t(x_{qc}^t))}$
8. Balance of Opinions (EC)	$I_{qc}^t = \frac{100}{N_e} \sum_e^{N_e} sgn_e(X_{qc}^t - X_{qc}^{t-1})$

9. Percentage of annual differences over consecutive years

$$I_{qc}^t = \frac{x_{qc}^t - x_{qc}^{t-1}}{x_{qc}^t}$$

Note: X_{qc}^t is the value of indicator q for country c at time t. \bar{c} is the reference country. The operator *sgn* gives the sign of the argument (i. e. +1 if the argument is positive, -1 if the argument is negative). N_e is the total number of experts surveyed. P_i is the i-th percentile of the distribution of the indicator X_{qc}^t and p an arbitrary threshold around the mean.

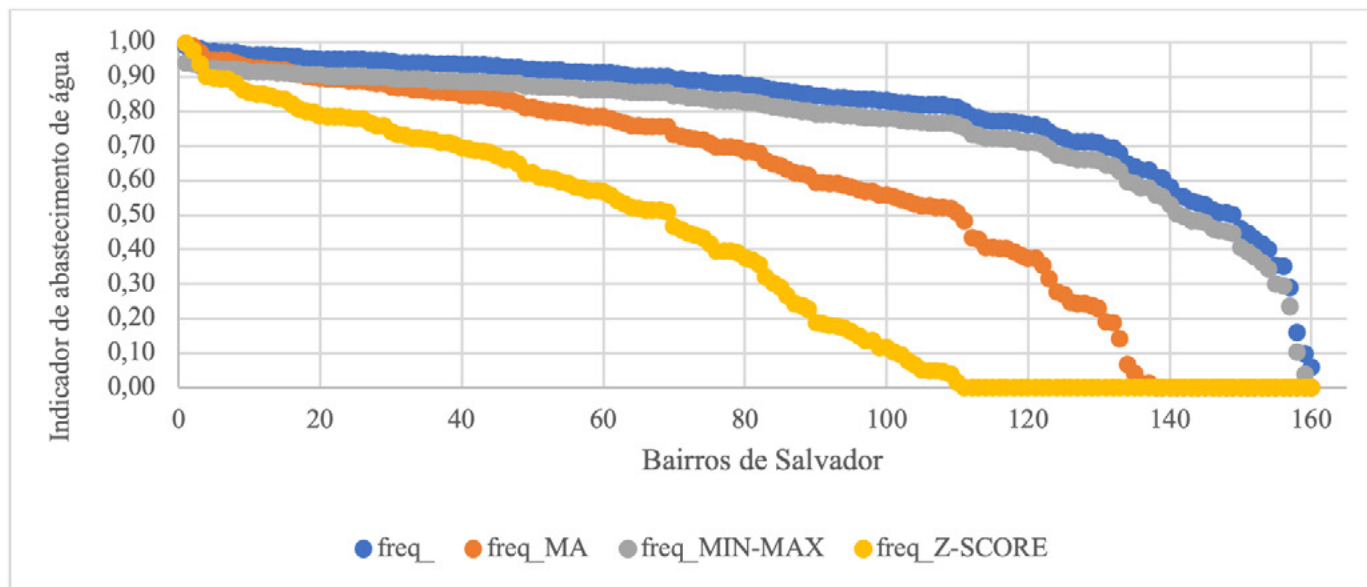
Fonte: OECD (2008, p. 30).

Figura 8 - Método de Ajzenberg e colaboradores

<p>Equação da reta</p> <p>$y = ax + b$</p> <p>1. Relação direta entre as variáveis</p> <p>$a = (1/(-\mu - \sigma) + (\mu + \sigma))$</p> <p>$b = (1-(a*(\mu + \sigma)))$</p> <p>2. Relação inversa entre as variáveis</p> <p>$a = (1/(\mu + \sigma) - (\mu - \sigma))$</p> <p>$b = (1-(\mu - \sigma*a))$</p> <p>Onde: μ= Média e σ - desvio padrão</p>

Fonte: adaptada de Ajzenberg e demais autores (1986, p. 394).

Figura 9 – Resultado da normalização da variável frequência no abastecimento de água por bairros (2019-2020)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Modelos de ponderação

A definição de ponderações entre indicadores para a construção de índices sintéticos/composto, a partir de considerações do grau de importância de determinados indicadores em relação a outros, não é um consenso na literatura. Alguns autores defendem que há dificuldade em definir graus de importância entre indicadores em face da complexidade da realidade e a carência de um marco teórico consistente e largamente aceito. (CANAL, 2012; JANNUZZI, 2002; OECD, 2008) No entanto, é importante ressaltar que, ao se definir uma ponderação igual

(pesos iguais), as categorias que são avaliadas com mais indicadores exercerão forte influência na variabilidade dos dados se comparadas com categorias que usam número menor de indicadores.

Existem várias técnicas de ponderação de indicadores. Algumas se baseiam em métodos estatísticos e outras se sustentam em métodos participativos, como o uso da opinião de especialistas de diversas áreas. (OECD, 2008) Porém, todos os métodos têm vantagens e desvantagens, sendo ao final um esforço subjetivo, já que envolve um juízo de valor. (FEIL; SCHREIBER, 2017)

Os índices sintéticos mais conhecidos e reconhecidos internacionalmente são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Environmental Sustainability Index (ESI), e ambos fazem uso da média aritmética entre os indicadores. (CANAL, 2012)

No presente estudo, optou-se por construir o IQUASalvador a partir de três estratégias de ponderação, de forma a permitir comparações quanto ao desempenho de cada uma e avaliar a capacidade de melhor refletir a realidade estudada. Foram utilizadas as seguintes estratégias:

- a) consulta a uma rede de especialistas;
- b) discussão em grupo focal; e
- c) uso da técnica da Análise dos Componentes Principais (ACP).

Consulta à rede de especialistas

A consulta a uma rede de especialistas teve o objetivo de orientar a ponderação das dimensões e componentes de análises. Essa consulta beneficia-se do conhecimento prévio de especialistas sobre a temática. Para a composição da rede, foram adotados três procedimentos:

1. Cada subgrupo da equipe do QUALISalvador indicou cinco pesquisadores de referência na sua respectiva temática de atuação;
2. Fez-se a incorporação de pesquisadores da rede de pesquisa Rios Urbanos, uma vez que esta tratou de tema relacionado à qualidade do ambiente urbano;
3. Foram selecionados pesquisadores doutores e líderes de grupo de pesquisa cuja temática de estudo envolvia o ambiente urbano e indicadores. A seleção ocorreu a partir da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvi-

mento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo integrados à rede de especialistas somente aqueles que estavam com o currículo atualizado (2018 ou 2019).

Com as indicações, foi feita uma verificação do atendimento aos critérios predefinidos através da Plataforma Lattes-CNPq. Para a avaliação do critério da área de atuação, fez-se uma busca pelas seguintes palavras-chave: sistemas de indicadores ambientais, sistemas de indicadores de qualidade ambiental, avaliação da qualidade do ambiente urbano, avaliação da qualidade ambiental urbana, indicadores ambientais urbanos, avaliação da qualidade ambiental, índices de avaliação da qualidade de vida, índices de avaliação do ambiente urbano, índices de qualidade do ambiente, índices de qualidade do ambiente urbano, cidade sustentável e direito à cidade sustentável.

Com isso, foram identificados 139 professores, pesquisadores e profissionais, dos quais 109 atenderam ao conjunto dos critérios relacionados (Tabela 5). Três indicações do grupo de Cultura e Cidadania do QUALISalvador não eram acadêmicos/pesquisadores, porém optou-se por manter os nomes indicados pela relevância da contribuição deles à cultura na cidade de Salvador. Também alguns pesquisadores participantes da rede do projeto Rios Urbanos, mesmo sem doutorado, foram mantidos em face do conhecimento na área e da cidade.

A consulta à rede de especialistas foi feita via formulário no Google Forms, no qual os especialistas puderam responder on-line às questões.⁵

A primeira rodada da consulta atingiu 45,9% do total de especialistas contactados (50) e a segunda rodada, 84% dos anteriormente

⁵ Ver: <https://forms.gle/tq2uhk9eBbDsTp5f6>.

Tabela 5 - Número de indicados e verificação dos critérios de seleção para a consulta à rede de especialistas sobre a ponderação de dimensões e componentes do IQUASalvador

Formação da rede de especialistas e atendimento aos critérios	N
Atendimento aos critérios (doutor e pesquisador de instituição de ensino na área da pesquisa)	50
Excluído por não ter a formação de doutor (Lattes)	7
Lattes desatualizado (antes de 2018)	7
Não é acadêmico (com atuação na área de cultura)	3
Lattes atualizado em 2018	1
Lattes atualizado em 2019	55
Não tinha atuação na área ambiental urbana	16
Total de especialistas indicados	139
Total de especialistas consultados	109

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 6 - Número de especialistas da rede de consulta sobre a construção do IQUASalvador

Rede de especialistas	1ª rodada			2ª rodada		
	Nº de especialistas	Respostas	% de respostas	Nº de especialistas	Respostas	% de respostas
Rede QUALISalvador	40	29	72,5	29	25	86,2
Rede Projeto Rios Urbanos	24	12	50,0	12	10	83,3
Rede Lattes	45	9	20,0	9	7	77,8
Total	109	50	45,9	50	42	84,0

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador

consultados (42 especialistas). Com as respostas da primeira rodada, fez-se um relatório para a discussão da equipe de pesquisa; com a segunda, elaborou-se um relatório final, que foi objeto de discussão em grupo focal formado por pesquisadores do projeto, via conferência on-line (Tabela 6).

O perfil dos participantes das consultas pode ser visto na tabela a seguir apresentada. Em termos de sexo, houve uma ligeira maioria do sexo masculino em ambas as rodadas e, quanto à idade, a maioria tinha mais de 50 anos. Em termos de formação acadêmica, em ambas as rodadas, mais de 80% eram doutores. A maioria dos especialistas atuava nas áreas de meio ambiente, saneamento, saúde, geografia, urbanismo, recursos hídricos e educação, sendo que a maior parte era proveniente do Nordeste, seguida do Sudeste (Tabela 7).

Tabela 7 - Perfil dos participantes das consultas à rede de especialistas na primeira e na segunda rodada (2019)

Variável	1ª rodada (N = 50) (%)	2ª rodada (N = 42) (%)
Sexo		
Masculino	56,0	57,1
Feminino	42,0	42,9
Outro	2,0	0,0
Idade		
Menor que 30 anos	4,0	4,8
Entre 30 e 50 anos	40,0	38,1
Maior que 50 anos	56,0	57,1
Nível de formação acadêmica		
Graduação	4,0	2,4
Mestrado	12,0	14,3

Variável	1ª rodada (N = 50) (%)	2ª rodada (N = 42) (%)
Doutorado	82,0	80,9
Pós-doutorado	2,0	2,4
Área de atuação		
Meio ambiente	14,0	16,7
Saneamento	14,0	16,7
Saúde	14,0	11,9
Educação	10,0	9,5
Geografia	10,0	11,9
Urbanismo	10,0	9,5
Cultura	8,0	4,8
Recursos hídricos	8,0	7,0
Transportes	4,0	4,8
Comunicação	2,0	-
Economia	2,0	2,4
Sociologia	2,0	-
Geoprocessamento	2,0	4,8
Região de vínculo profissional		
Centro-Oeste	2,0	0,0
Norte	64,0	61,9
Nordeste	2,0	2,4
Sudeste	20,0	21,4
Sul	12,0	14,3

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Quanto aos resultados da consulta, pode-se observar uma certa tendência de convergência de compreensão entre os especialistas e entre as rodadas quanto aos pesos das dimensões para a composição do IQUASalvador. Na dimensão físico-natural, a

maioria optou pelo peso 2. Quanto à dimensão socioeconômica, a maioria opinou pelo peso 3, enquanto na dimensão de serviços e infraestrutura urbana, embora na primeira rodada a maioria tenha indicado o peso 3, na segunda houve uma divisão de opiniões entre os pesos 2 e 3, fato que foi levado para discussão no grupo focal. A dimensão de cultura e cidadania e a de bem-estar tiveram resultados semelhantes, já que a maioria dos especialistas opinou pelo peso 1 para ambas dimensões. As Tabelas 8 e 9 apresentam as descrições dos dados obtidos nas rodadas de consultas à rede de especialistas.

Tabela 8 - Ponderação das variáveis/dimensões da consulta à rede de especialistas, primeira rodada (2019)

Dimensões	Peso com maior número de atribuições		Descrição dos dados			
	Valor	% de especialistas	Valor mínimo	Valor máximo	Média	Desvio padrão
Físico-natural	2,0	88,8	1,0	3,0	2,0	0,4
Socioeconômica	3,0	78,0	1,0	3,0	2,8	0,5
Serviços e infraestrutura urbana	3,0	78,0	1,0	3,0	2,8	0,5
Cultura e cidadania	1,0	82,0	1,0	3,0	1,2	0,5
Bem-estar	1,0	78,0	1,0	3,0	1,2	0,5
Soma dos pesos	10,0					

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 9 – Ponderação das variáveis/dimensões da consulta à rede de especialistas, segunda rodada (2019)

Dimensões	Peso com maior número de atribuições		Descrição dos dados			
	Valor	% de especialistas	Valor mínimo	Valor máximo	Média	Desvio padrão
Físico-natural	2,0	69,0	1,0	3,0	2,2	0,5
Socioeconômica	3,0	71,4	1,0	3,0	2,7	0,5
Serviços e infraestrutura urbana	2	47,6	1,0	3,0	2,4	0,6
	3	47,6				
Cultura e cidadania	1	69,0	1,0	2,0	1,3	0,5
Bem-estar	1	66,7	1,0	3,0	1,4	0,5
Soma dos pesos	9,0 / 10,0					

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

No que se refere aos resultados da consulta sobre os pesos das componentes de análises, pôde-se perceber certa divergência entre os especialistas. A dimensão físico-natural é formada pelos sub-componentes clima e ambiente natural, uso e cobertura do solo e corpos d'água. No componente clima e ambiente natural, nas duas rodadas de consulta, a maioria dos especialistas se dividiu entre os pesos 3 e 4. No componente uso e ocupação do solo, na segunda rodada, a maioria dos especialistas sugeriu o peso 3 (57,1%), embora uma parte significativa tenha indicado peso 4 (33,4%). Quanto ao componente corpos d'água, houve uma convergência para o peso 3.

As Tabelas 10 e 11 apresentam as descrições das variáveis/componentes da dimensão físico-natural.

Tabela 10 – Ponderação das variáveis/componentes da dimensão físico-natural, primeira rodada (2019)

Componentes	Peso com maior número de indicações		Descrição dos valores		
	Valor	%	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Clima e ambiente natural	3,0	32,0	3,2	1,5	4,0
	4,0	32,0			
Uso e cobertura do solo	3,0	38,8	3,6	1,5	6,5
	4,0	28,6			
Corpos d'água	3,0	42,0	3,3	1,5	6,0
Soma dos pesos	A soma deveria ser 10,0				

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 11 – Ponderação das variáveis/componentes da dimensão físico-natural, segunda rodada (2019)

Componentes	Peso com maior número de indicações		Descrição dos valores		
	Valor	%	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Clima e ambiente natural	3,0	38,1	3,5	1,5	5,0
	4,0	47,6			
Uso e cobertura do solo	3,0	57,1	3,4	2,5	5,0
	4,0	34,4			

Componentes	Peso com maior número de indicações		Descrição dos valores		
	Valor	%	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Corpos d'água	3,0	66,7	3,1	2,0	4,0
	4,0	20,0			
Soma dos pesos	A soma deveria ser 10,0				

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A dimensão socioeconômica é formada pelos seguintes componentes: habitabilidade, trabalho/inserção produtiva e segurança alimentar. A partir dos resultados do componente habitabilidade, pôde-se perceber que a convergência ocorreu na segunda rodada da consulta, quando 50% dos especialistas indicaram peso 3 para esse componente. As Tabelas 12 e 13 apresentam as descrições das variáveis/componentes da dimensão socioeconômica.

Tabela 12 - Ponderação das variáveis/componentes da dimensão socioeconômica, primeira rodada (2019)

Componentes	Peso com maior número de indicações		Descrição dos dados		
	Valor	(%)	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Habitabilidade	3,0	36,0	3,3	1,5	5,0
	4,0	28,0			
Inserção produtiva	3,0	38,0	3,5	1,5	7,0
	4,0	28,0			

Componentes	Peso com maior número de indicações		Descrição dos dados		
	Valor	(%)	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Segurança alimentar e nutricional	3,0	38,0	3,2	1,5	6,0
	3,5	18,0			
Soma dos pesos	A soma deveria ser 10,0				

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 13 - Ponderação das variáveis/componentes da dimensão socioeconômica, segunda rodada (2019)

Componentes	Peso com maior número de indicações		Descrição dos dados		
	Valor	(%)	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Habitabilidade	3,0	50,0	3,3	2,0	5,0
	4,0	19,0			
Inserção produtiva	3,0	35,7	3,6	1,5	5,0
	4,0	26,2			
	3,5	21,4			
Segurança alimentar e nutricional	3,0	35,7	3,1	1,0	5,0
	3,5	16,7			
	4,0	16,7			
Soma dos pesos	A soma deveria ser 10,0				

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A dimensão de serviços e infraestrutura urbana é formada pelos componentes: saúde, educação, saneamento, mobilidade urbana,

segurança pública, equipamentos urbanos e riscos urbano-ambientais. Dos resultados da consulta à rede de especialistas, constataram-se a divisão de opiniões quanto ao peso de alguns componentes e a convergência em relação a outros (Tabelas 14 e 15). No componente saúde, a maioria dos especialistas atribuiu peso 1,5, especialmente na segunda rodada (52,4% dos participantes). Mesmo resultado foi verificado para o componente educação, tendo 54,8% dos especialistas indicado peso 1,5 na segunda rodada. Já no componente mobilidade urbana, não houve convergência de opiniões entre os especialistas em ambas as rodadas de consulta, havendo indicações para peso 1,5 e 1. No componente saneamento, verificou-se certa divergência entre os pesos 1,5 e 2; porém, na segunda rodada, a maioria dos especialistas indicou peso 2 (47,5% dos participantes). No componente segurança pública, pôde-se observar uma divisão de opiniões, sendo que na segunda rodada a maioria dos especialistas atribuiu peso 1,5 (45,2% dos participantes). No componente equipamentos e serviços urbanos, tanto na primeira rodada da consulta quanto na segunda, os especialistas convergiram para o peso 1 (62% dos participantes nas duas rodadas). Nessa mesma direção, no componente riscos de alagamentos, enchentes e deslizamentos, houve uma convergência, sendo que a segunda rodada da consulta os especialistas indicaram o peso 1 (57,1% dos participantes).

Tabela 14 - Descrição das variáveis/componentes da dimensão de serviços e infraestrutura urbana, primeira rodada (2019)

Componente	Peso com maior número de indicações		Descrição dos dados		
	Valor	(%)	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Saúde	1,5	42,0	1,6	1,0	2,5
	2,0	32,0			
	1,0	22,0			
Educação	1,5	38,0	1,7	1,0	3,5
	2,0	36,0			

Componente	Peso com maior número de indicações		Descrição dos dados		
	Valor	(%)	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Saneamento	1,5	40,0	1,7	1,0	4,0
	2,0	34,0			
Mobilidade urbana	1,5	50,0	1,4	1,0	3,0
	1,0	40,0			
Segurança pública	1,5	38,0	1,3	1,0	3,0
	1,0	50,0			
Equipamentos urbanos	1,0	62,0	1,2	1,0	2,0
	1,5	36,0			
Riscos urbano-ambientais	1,0	68,0	1,2	1,0	2,0
	1,5	26,0			
Soma	A soma deveria ser 10,0				

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 15 - Descrição das variáveis/componentes da dimensão de serviços e infraestrutura urbana, segunda rodada (2019)

Componente	Peso com maior número de indicações		Descrição dos dados		
	Valor	(%)	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Saúde	1,5	54,0	1,5	1,0	2,5
	2,0	26,0			
	1,0	19,0			
Educação	1,5	55,0	1,6	1,0	3,0
	2,0	24,0			
Saneamento	1,5	41,0	1,7	1,0	2,5
	2,0	48,0			
Mobilidade urbana	1,5	45,0	1,3	1,0	2,0
	1,0	45,0			

Componente	Peso com maior número de indicações		Descrição dos dados		
	Valor	(%)	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Segurança pública	1,0	41,0	1,3	1,0	2,0
	1,5	45,0			
Equipamentos urbanos	1,0	62,0	1,2	1,0	2,0
	1,5	32,0			
Riscos urbano-ambientais	1,0	57,0	1,3	1,0	4,0
	1,5	31,0			
Soma	A soma deveria ser 10,0				

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Na dimensão da cultura e cidadania, pode-se perceber a convergência de opiniões da rede de especialistas, tanto no componente lazer e cultura como participação política. Nas duas rodadas e para os dois componentes, a maior parte dos especialistas atribuiu peso 5, sendo que na segunda rodada de consulta 60% dos participantes indicaram o peso 5 para esses componentes. As descrições das variáveis/componentes estão apresentadas nas Tabelas 16 e 17.

Tabela 16 - Descrição das variáveis/componentes da dimensão da cultura e cidadania, primeira rodada (2019)

Componente	Peso com maior número de indicações		Descrição do dado		
	Valor	(%)	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Lazer e cultura	5,0	50,0	4,8	2,0	8,0
Participação política	5,0	50,0	5,2	2,0	8,0
Soma	10,0				

Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 17 - Descrição das variáveis/componentes da dimensão da cultura e cidadania, segunda rodada (2019)

Componente	Peso com maior número de indicações		Descrição do dado		
	Valor	(%)	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Lazer e cultura	5,0	61,9	4,8	3,0	6,0
Participação política	5,0	59,0	5,2	4,0	7,0
Soma	10,0				

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Na dimensão do bem-estar, o comportamento seguiu a anterior. A maioria rede de especialistas atribuiu peso 5, tanto para o componente percepção urbano-ambiental como para o componente satisfação. As descrições das variáveis/componentes estão apresentadas nas Tabelas 18 e 19.

Tabela 18 - Descrição das variáveis/componentes da dimensão do bem-estar, primeira rodada (2019)

Componente	Peso com maior número de indicações		Descrição do dado		
	Valor	(%)	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Percepção urbano-ambiental	5,0	56,0	4,8	3,0	7,5
Satisfação e felicidade	5,0	54,0	5,2	2,5	7,0
Soma	10,0				

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 19 – Descrição das variáveis/componentes da dimensão do bem-estar, segunda rodada (2019)

Componente	Peso com maior número de indicações		Descrição do dado		
	Valor	(%)	Média	Valor mínimo	Valor máximo
Percepção urbano-ambiental	5,0	64,3	4,91	2,0	6,5
Satisfação e felicidade	5,0	64,3	5,09	3,5	8,0
Soma	10,0				

Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Grupo focal

O grupo focal é uma técnica do campo da pesquisa social de cunho qualitativo. Sua aplicação deve ser cuidadosa no sentido de garantir a participação dos integrantes, e a discussão é mediada por um pesquisador com um conjunto de perguntas, devendo assegurar a fala de todos os integrantes, não emitir opiniões e garantir a objetividade e o tempo de debate, que deve durar entre uma hora e meia e duas horas. O grupo deve ser de características homogêneas segundo critério da pesquisa, devendo contar com 6 a 12 participantes.

No caso do IQUASalvador, o grupo focal foi realizado para avaliar os resultados da ponderação feita pela rede de especialistas e proceder à seleção final dos indicadores que comporiam o índice.

O grupo foi formado por um representante de cada subgrupo temático da pesquisa e pela coordenação do projeto, não se tendo excedido os 12 participantes. No total, foram realizadas sete reuniões do grupo focal, sendo uma para cada dimensão analítica e duas para o fechamento da proposta final de indicadores para compor o IQUASalvador.

Durante os grupos focais, a discussão foi intensa entre os pesquisadores, tendo contribuído para isso a formação e expertise diferenciada dos seus integrantes. Também, a participação de pesquisadores de campo possibilitou um debate mais referenciado na realidade, enriquecendo e ampliando a visão sobre o sistema de indicadores.

O debate foi conduzido em duas etapas: a primeira para a definição dos pesos das dimensões e componentes do IQUASalvador e a segunda para a seleção final dos indicadores e o estabelecimento dos pesos dos subcomponentes. No processo de discussão, os resultados da consulta à rede de especialistas foram apresentados e discutidos, assim como o posicionamento de cada subgrupo temático.

Na definição dos pesos das dimensões e componentes, os participantes do grupo focal, em geral, convergiram com a opinião da rede de especialistas, com destaque para os resultados da segunda rodada. Nessa mesma direção, a definição dos pesos de cada subcomponente e indicadores foi orientada pelas propostas realizadas por cada subgrupo temático. Mesmo com esses procedimentos, ocorreram muitos debates relacionados aos conceitos e seu diálogo com dimensões, componentes, subcomponentes e indicadores, como também relacionados à qualidade do indicador para medir o desejado e à confiabilidade dos dados obtidos.

A seleção final dos indicadores considerou a lista definida anteriormente, também fruto do debate coletivo, e ainda três critérios: relevância, caráter de síntese e capacidade de promover diferenciação. A ponderação final das dimensões e componentes pode ser vista no Quadro 1. No total, foram selecionados 40 indicadores, sendo que a maior parte deles (57,5%) integra a dimensão de análise de serviços e infraestrutura urbana (Tabela 20). A dimensão que contou com menos indicadores foi a de bem-estar (5%). A relação dos indicadores selecionados pode ser vista no Quadro 2.

Quadro 1 – Sistema de ponderação das dimensões e componentes do IQUASalvador

Dimensão	Peso da dimensão	Componente	Peso do componente
I. Físico-natural	2,00	Clima e ambiente	2,00
		Uso e cobertura do solo	5,00
		Riscos urbano-ambientais	3,00
Soma			10,00
Dimensão	Peso da dimensão	Componente	Peso do componente
II. Socioeconômica	3,00	Habitabilidade	3,00
		Inserção produtiva	4,00
		Segurança alimentar e nutricional	3,00
Soma			10,00
Dimensão	Peso da dimensão	Componente	Peso do componente
III. Serviços e infraestrutura	3,00	Saúde	1,82
		Educação	1,72
		Saneamento	1,92
		Mobilidade urbana	1,52
		Segurança pública	1,52
		Equipamentos e serviços urbanos	1,52
Soma			10,00
Dimensão	Peso da dimensão	Componente	Peso do componente
IV. Cultura e cidadania	1,00	Cultura	5,00
		Participação política	5,00
Soma			10,00
V. Bem-estar	1,00	Percepção urbano-ambiental	5,00
		Satisfação com o ambiente urbano	5,00
Soma			10,00

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Tabela 20 – Número de indicadores por dimensão de análise da qualidade do ambiente urbano

Dimensão	Número de indicadores	%
I. Físico-natural	5	12,5
II. Socioeconômica	7	17,5
III. Serviços e infraestrutura urbana	23	57,5
IV. Cultura e cidadania	3	7,5
V. Bem-estar	2	5,0
Total	40	100

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Quadro 2 – Indicadores para a construção do IQUASalvador

Dimensão	Número	Indicadores
Físico-natural	1	Temperatura de Superfície Terrestre (TST) (sensoriamento remoto, imagem de satélite/Landsat-8): ilha de calor e superfície.
	2	Percepção sobre ruído: % de respondentes dos domicílios que acham o bairro muito silencioso ou silencioso.
	3	Risco de alagamento/enchente – dados da Defesa Civil de Salvador (Codesal): número de eventos pela população do bairro.
Físico-natural	4	Risco de deslizamento – dados da Codesal: número de eventos pela população do bairro.
	5	Percentual de Cobertura Vegetal (PCV): área cobertura/ área bairro – sensoriamento remoto, imagem de satélite/sentinela 2/dados do IBGE/bairros. (SANTOS et al., 2010)
Socioeconômica	1	Quantidade de cômodos no domicílio: mais de três cômodos (em % de domicílios).
	2	Existência de banheiro completo: com vaso sanitário, lavatório, pia e chuveiro (em % de domicílios).
	3	Condição de ocupação do domicílio: tempo de residência maior que dez anos (em % de domicílio).

Dimensão	Número	Indicadores
Socioeconômica	4	Razão dos rendimentos médios da família entre negros e brancos.
	5	Razão dos rendimentos médios da família entre mulheres e homens.
	6	Renda média familiar <i>per capita</i> no domicílio.
	7	Domicílios em segurança alimentar (em % de domicílios).
Serviços e infraestrutura urbana	1	Coefficiente de mortalidade infantil pós-neonatal – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).
	2	Anos de estudo do responsável pelo domicílio.
	3	Frequência do abastecimento de água (% de domicílios com frequência contínua).
	4	Destino dos esgotos sanitários domiciliares (% de domicílios com destino adequado).
	5	Condições da rede de drenagem (% de domicílios com vias/ruas com drenagem das águas pluviais adequada)
	6	Coleta e frequência da coleta de lixo (% de domicílios com coleta porta a porta regular).
Serviços e infraestrutura urbana	7	Tempo de deslocamento casa-trabalho do responsável (% de responsável do domicílio que se desloca em uma hora ou menos).
	8	Crime Violento contra o Patrimônio (CVP) – dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP).
	9	Crime Violento Letal Intencional (CVLI) – dados da SSP.
	10	Percepção de segurança no bairro (% de respondentes/responsável do domicílio que se sente seguro).
	11	Existência de centro comunitário no bairro (em % de domicílios).
	12	Existência de centro religioso no bairro (em % de domicílios).
	13	Existência de creche no bairro (em % de domicílios).
	14	Existência de escola pública no bairro (em % de domicílios).
	15	Existência de escola particular no bairro (em % de domicílios).

Dimensão	Número	Indicadores
Serviços e infraestrutura urbana	16	Existência de unidade de saúde no bairro (em % de domicílios).
	17	Existência de parque infantil no bairro (em % de domicílios).
	18	Existência de praça no bairro, mas não utiliza (em % de domicílios).
	19	Existência de praça no bairro utilizada pelo morador (em % de domicílios).
	20	Existência de praça no bairro não utilizada pelo morador por motivo de segurança (em % de domicílios).
	21	Existência de praça no bairro não utilizada pelo morador por precariedade dos equipamentos (em % de domicílios).
Serviços e infraestrutura urbana	22	Existência de praça esportiva no bairro (em % de domicílios).
	23	Iluminação pública (% de domicílios com ruas iluminadas).
Cultura e cidadania	1	Acesso à leitura (% de respondentes/responsável do domicílio que tem hábito de leitura).
	2	Como se informa politicamente (% de respondentes/responsável do domicílio que se informa por diversos meios).
	3	Participação em organização social/comunitária/sindicato/partido político.
Bem-estar	1	Opinião sobre condição do ambiente urbano (% de respondentes/responsável com opinião positiva).
	2	Satisfação em relação à qualidade do ambiente onde mora (% de respondentes/responsável satisfeito).
Total de indicadores	40	

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Agregação dos dados para produção de subíndices e teste de sensibilidade

A agregação dos indicadores em subíndices objetivou fornecer uma visão geral sobre o fenômeno estudado. Embora a agregação possibilite simplificar a forma de observar um sistema, a desvantagem relaciona-se à perda de informação que permite descrever com maior detalhe o objeto de estudo. Existem diversos métodos de agregação, que resultam em diferentes resultados dos índices. Van Helmond e Breukel (1997) listam um conjunto de métodos de agregação (Figura 10).

Figura 10 – Métodos de agregação sugeridos por Van Helmond e Breukel

Method	Formula
1 unweighted average	$f = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n q_i$
2 weighted average	$I = \frac{\sum_{i=1}^n q_i \cdot w_i}{\sum_{i=1}^n w_i}$
3 unweighted geometrical average	$I = (\prod_{i=1}^n q_i)^{1/n}$
4 weighted geometrical average	$I = (\prod_{i=1}^n q_i)^{w_i}$
5 minimum sub-index	$I = \min(q_1, q_2, \dots, q_n)$
6 maximum sub-index	$I = \max(q_1, q_2, \dots, q_n)$
7 modified unweighted average	$f = \frac{1}{100} \left(\frac{\sum_{i=1}^n q_i}{n} \right)^2$
8 modified weighted average	$f = \frac{1}{100} \left(\frac{\sum_{i=1}^n q_i \cdot w_i}{\sum_{i=1}^n w_i} \right)^2$

Fonte: Van Helmond e Breukel (1997, p. 476).

Nota: I = WQ_Index; n = number of parameters; = quality score (sub-index) of parameter; = weighting factor of parameter i.

Visando avaliar as opções de construção do IQUASalvador, foram feitas simulações segundo seis alternativas, que variam segundo a técnica de normalização dos dados e de ponderação e agregação dos indicadores, a saber:

1. Indicadores normalizados pelo método de Ajzenberg e demais autores (1986) e agregação pela aritmética;
2. Indicadores normalizados pelo método de Ajzenberg e demais autores (1986) e agregação pela média ponderada;
3. Indicadores normalizados pelo método mín.-máx. e agregação pela média aritmética;
4. Indicadores normalizados pelo método mín.-máx. e agregação pela média ponderada;
5. Indicadores normalizados pelo método de Ajzenberg e demais autores (1986) e agregação pela ACP;
6. Indicadores normalizados pelo método mín.-máx. e agregação pela ACP.

Na literatura, uma opção muito utilizada é a produção do índice pela ACP, que é uma técnica estatística de análise multivariada aplicada a dados qualitativos e muito utilizada nas ciências sociais e do comportamento. (CANAL, 2012; FEIL; SCHREIBER, 2017; OECD, 2008) O seu objetivo é reduzir e sumarizar um conjunto de variáveis correlacionadas de um fenômeno estudado, ou seja, resumir a maior parte da informação presente nas variáveis originais (variância) a um número mínimo de variáveis/fatores para fins de previsão. As variáveis sumárias de dados multivariados devem ter uma alta correlação com as variáveis originais. Com a ACP, as variáveis originais são reunidas em um fator ou conjunto de fatores. A identificação das novas dimensões, ou variáveis sumárias, é obtida por meio de diferentes combinações lineares das variáveis originais. (HAIR JR. et al., 2009; MALHOTRA, 2001; PEREIRA, 2001)

ACP para produção do IQUASalvador, com o uso dos indicadores normalizados pelo método de Ajzenberg e demais autores (1986)

Inicialmente, verificou-se a correlação entre as variáveis de estudo, de forma a avaliar o atendimento de um dos pressupostos da ACP quanto à existência de correlação entre as variáveis. Na análise de correlação, pôde-se verificar que, dos 32 indicadores estudados, apenas dois não possuíam a correlação admitida ($\geq 0,3$), a saber: razão da renda *per capita* média familiar segundo sexo – feminino/masculino (renda_FM) e razão da renda *per capita* média familiar segundo raça – negros/brancos (renda_NB). Os indicadores que apresentaram correlações muito altas a altas (0,50 a 0,89) com outros indicadores foram: anos de estudo do responsável pelo domicílio (anos_de_estudo) e renda média familiar *per capita* (renda_pc_med), com dez indicadores; estado de segurança alimentar (ebia),⁶ com oito; acesso à informação (a_informa), com sete; drenagem das águas pluviais (drenagem), com cinco; prática da leitura (leitura), participação em organizações políticas (participa), tempo de deslocamento casa-trabalho do responsável do domicílio (transporte_casa_trab), presença de instalações hidráulicas e sanitárias (banheiro), com quatro; frequência do fornecimento de água (freq_), com três; percentual de cobertura vegetal (PCV) e satisfação em morar no bairro (morab), com dois; temperatura de superfície (TST), existência de centro comunitário (centro_comunit), existência de escola e creche (creche_escola_pp), presença de praças e parque infantil (praca_parq), percepção de segurança (percepção_seg), percepção sobre o ambiente do bairro (amb_bairro), condições de ruído (ruído) e destino dos esgotos sanitários (esgoto), com um (Tabela 21).

6 Refere-se à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), que avalia uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e da experiência com a fome.

Embora os indicadores “renda_FM” e “renda_NB” não tenham apresentado correlações com os outros indicadores, optou-se por mantê-los em face do marco conceitual do presente estudo sobre a qualidade urbano-ambiental de Salvador. Considera-se que a razão entre a renda de negros e brancos e entre os sexos feminino e masculino tem relação com a qualidade referida, já que esses indicadores estruturam a realidade da cidade, marcada por profundas desigualdades de gênero e raça/cor.

Ao se proceder à extração das componentes principais, pôde-se observar que nove componentes explicaram 70,03% da variância total, considerando todos os 32⁷ indicadores selecionados para a construção do IQUASalvador (Tabela 22, Figura 11).

7 Observa-se que o número total de indicadores para a construção do IQUASalvador soma 40. Porém, optou-se por agregar os indicadores relacionados à existência de praça, creche e escola particular e pública, centro comunitário e centro religioso no bairro. Assim, 12 indicadores passaram a ser representados por quatro.

Tabela 21 – Correlações entre os indicadores que compõem o IQUASalvador, com os dados normalizados pelo método de Ajzenberg e colaboradores

Indicadores	freq_	esgoto	drenagem	freq_lix	TST	ruído	PCV	iluminação	centro_de_saúde	centro_comunit	creche_escola_pp	praca_parq	anos_moradia	mais3_comodo	banheiro	ebia	renda_FM	renda_NB	renda_pc_med	mortalidade	anos_de_estudo	transporte_casa_trab	percepção_seg	CVLI	CVP	participa	leitura	a_informa	morab	amb_bairro	risco_desliz	risco_enchente
freq_	1,00	0,33	0,49	0,34	-0,23	0,26	-0,13	0,34	-0,26	-0,32	-0,21	0,13	-0,21	0,16	0,50	0,62	-0,07	-0,07	0,57	0,22	0,64	0,35	-0,33	0,22	-0,18	0,29	0,42	0,45	-0,12	0,37	0,18	0,33
esgoto	0,33	1,00	0,49	0,27	-0,08	0,15	-0,03	0,25	-0,16	-0,17	0,00	-0,01	-0,06	0,32	0,49	0,54	0,03	-0,12	0,41	0,04	0,49	0,15	-0,28	0,25	0,11	0,26	0,18	0,30	-0,06	0,27	0,06	0,28
drenagem	0,49	0,49	1,00	0,33	-0,09	0,27	-0,03	0,40	-0,23	-0,35	-0,20	0,07	-0,31	0,14	0,54	0,66	-0,15	-0,15	0,68	0,29	0,73	0,47	-0,37	0,31	-0,05	0,36	0,32	0,59	0,03	0,31	0,07	0,20
freq_lix	0,34	0,27	0,33	1,00	-0,33	0,07	-0,29	0,24	-0,12	-0,06	-0,15	0,11	-0,18	0,07	0,19	0,45	-0,05	-0,09	0,50	0,16	0,49	0,38	-0,40	0,20	-0,05	0,36	0,33	0,44	-0,07	0,27	0,21	0,20
TST	-0,23	-0,08	-0,09	-0,33	1,00	0,41	0,81	-0,11	-0,05	-0,03	-0,11	0,10	-0,17	0,03	0,03	-0,13	0,19	-0,08	-0,10	-0,08	-0,15	-0,18	0,31	-0,08	0,14	0,02	-0,06	-0,11	0,49	0,12	0,04	0,03
ruído	0,26	0,15	0,27	0,07	0,41	1,00	0,48	0,04	-0,27	-0,27	-0,28	0,16	-0,30	0,04	0,31	0,27	-0,01	-0,06	0,27	0,07	0,27	0,09	0,02	-0,04	-0,09	0,16	0,26	0,20	0,52	0,44	0,16	0,06
PCV	-0,13	-0,03	-0,03	-0,29	0,81	0,48	1,00	-0,15	-0,01	-0,04	-0,04	0,18	-0,24	0,09	0,12	-0,09	0,17	-0,10	-0,02	-0,05	-0,09	-0,12	0,25	0,08	0,23	0,08	-0,02	-0,02	0,54	0,15	0,12	0,09
iluminação	0,34	0,25	0,40	0,24	-0,11	0,04	-0,15	1,00	-0,14	-0,10	-0,15	0,02	-0,02	-0,03	0,17	0,39	-0,04	-0,05	0,36	0,18	0,32	0,31	-0,03	0,14	-0,02	0,22	0,13	0,32	-0,03	0,33	-0,01	0,04
centro_de_saúde	-0,26	-0,16	-0,23	-0,12	-0,05	-0,27	-0,01	-0,14	1,00	0,37	0,49	0,16	0,21	-0,09	-0,12	-0,21	-0,04	-0,05	-0,29	-0,09	-0,28	-0,16	0,13	0,07	0,26	-0,21	-0,20	-0,26	-0,14	-0,22	0,02	-0,07
centro_comunit	-0,32	-0,17	-0,35	-0,06	-0,03	-0,27	-0,04	-0,10	0,37	1,00	0,53	0,24	0,18	0,03	-0,21	-0,33	0,10	0,23	-0,44	-0,08	-0,35	-0,36	0,14	0,05	0,24	-0,19	-0,23	-0,42	-0,18	-0,15	-0,16	-0,07
creche_escola_pp	-0,21	0,00	-0,20	-0,15	-0,11	-0,28	-0,04	-0,15	0,49	0,53	1,00	0,30	0,12	0,12	-0,02	-0,22	0,04	0,07	-0,28	-0,10	-0,20	-0,25	0,07	0,08	0,23	-0,21	-0,06	-0,23	-0,14	-0,11	-0,13	-0,16
praca_parq	0,13	-0,01	0,07	0,11	0,10	0,16	0,18	0,02	0,16	0,24	0,30	1,00	0,00	0,13	0,24	0,05	0,14	-0,05	0,07	0,04	0,10	-0,04	-0,12	0,05	0,07	-0,09	0,19	0,06	0,10	0,24	0,10	0,08
anos_moradia	-0,21	-0,06	-0,31	-0,18	-0,17	-0,30	-0,24	-0,02	0,21	0,18	0,12	0,00	1,00	0,21	-0,24	-0,35	-0,14	0,03	-0,48	-0,14	-0,43	-0,44	0,20	-0,10	0,02	-0,45	-0,35	-0,50	-0,04	-0,26	-0,10	-0,11
mais3_comodo	0,16	0,32	0,14	0,07	0,03	0,04	0,09	-0,03	-0,09	0,03	0,12	0,13	0,21	1,00	0,34	0,17	-0,16	-0,02	0,06	-0,03	0,16	-0,20	-0,01	0,21	0,18	-0,10	0,10	-0,02	0,14	0,18	0,17	0,30
banheiro	0,50	0,49	0,54	0,19	0,03	0,03	0,12	0,17	-0,12	-0,21	-0,02	0,24	-0,24	0,34	1,00	0,60	-0,05	-0,15	0,53	0,22	0,62	0,19	-0,20	0,36	0,03	0,25	0,43	0,47	0,09	0,47	0,27	0,26
ebia	0,62	0,54	0,66	0,45	-0,13	0,27	-0,09	0,39	-0,21	-0,33	-0,22	0,05	-0,35	0,17	0,60	1,00	-0,07	-0,16	0,79	0,36	0,80	0,40	-0,44	0,32	-0,09	0,47	0,51	0,63	-0,02	0,47	0,09	0,25
renda_FM	-0,07	0,03	-0,15	-0,05	0,19	-0,01	0,17	-0,04	-0,04	0,10	0,04	0,14	-0,14	-0,16	-0,05	-0,07	1,00	0,13	-0,07	-0,03	-0,10	-0,01	0,03	-0,02	0,19	0,14	-0,05	-0,10	0,07	0,05	-0,07	-0,02
renda_NB	-0,07	-0,12	-0,15	-0,09	-0,08	-0,06	-0,10	-0,05	-0,05	0,23	0,07	-0,05	0,03	-0,02	-0,15	-0,16	0,13	1,00	-0,27	0,06	-0,16	-0,19	0,13	-0,08	-0,03	-0,18	-0,09	-0,29	-0,05	-0,10	-0,08	-0,12
renda_pc_med	0,57	0,41	0,68	0,50	-0,10	0,27	-0,02	0,36	-0,29	-0,44	-0,28	0,07	-0,48	0,06	0,53	0,79	-0,07	-0,27	1,00	0,32	0,87	0,62	-0,44	0,38	-0,08	0,61	0,62	0,85	0,04	0,50	0,19	0,27
mortalidade	0,22	0,04	0,29	0,16	-0,08	0,07	-0,05	0,18	-0,09	-0,08	-0,10	0,04	-0,14	-0,03	0,22	0,36	-0,03	0,06	0,32	1,00	0,32	0,18	-0,20	0,15	0,08	0,15	0,31	0,23	-0,05	0,21	0,07	0,03
anos_de_estudo	0,64	0,49	0,73	0,49	-0,15	0,27	-0,09	0,32	-0,28	-0,35	-0,20	0,10	-0,43	0,16	0,62	0,80	-0,10	-0,16	0,87	0,32	1,00	0,51	-0,50	0,40	-0,08	0,50	0,54	0,76	-0,01	0,44	0,13	0,33
transporte_casa_trab	0,35	0,15	0,47	0,38	-0,18	0,09	-0,12	0,31	-0,16	-0,36	-0,25	-0,04	-0,44	-0,20	0,19	0,40	-0,01	-0,19	0,62	0,18	0,51	1,00	-0,23	0,11	-0,08	0,52	0,29	0,61	-0,10	0,20	0,18	0,11
percepção_seg	-0,33	-0,28	-0,37	-0,40	0,31	0,02	0,25	-0,03	0,13	0,14	0,07	-0,12	0,20	-0,01	-0,20	-0,44	0,03	0,13	-0,44	-0,20	-0,50	-0,23	1,00	-0,02	0,17	-0,21	-0,28	-0,41	0,35	0,15	0,11	-0,09
CVLI	0,22	0,25	0,31	0,20	-0,08	-0,04	0,08	0,14	0,07	0,05	0,08	0,05	-0,10	0,21	0,36	0,32	-0,02	-0,08	0,38	0,15	0,40	0,11	-0,02	1,00	0,41	0,21	0,26	0,33	0,04	0,24	0,13	0,30
CVP	-0,18	0,11	-0,05	-0,05	0,14	-0,09	0,23	-0,02	0,26	0,24	0,23	0,07	0,02	0,18	0,03	-0,09	0,19	-0,03	-0,08	0,08	-0,08	-0,08	0,17	0,41	1,00	0,08	-0,01	-0,12	0,03	-0,02	-0,05	0,13
participa	0,29	0,26	0,36	0,36	0,02	0,16	0,08	0,22	-0,21	-0,19	-0,21	-0,09	-0,45	-0,10	0,25	0,47	0,14	-0,18	0,61	0,15	0,50	0,52	-0,21	0,21	0,08	1,00	0,40	0,59	0,05	0,30	0,06	0,18
leitura	0,42	0,18	0,32	0,33	-0,06	0,26	-0,02	0,13	-0,20	-0,23	-0,06	0,19	-0,35	0,10	0,43	0,51	-0,05	-0,09	0,62	0,31	0,54	0,29	-0,28	0,26	-0,01	0,40	1,00	0,56	0,02	0,44	0,24	0,19
a_informa	0,45	0,30	0,59	0,44	-0,11	0,20	-0,02	0,32	-0,26	-0,42	-0,23	0,06	-0,50	-0,02	0,47	0,63	-0,10	-0,29	0,85	0,23	0,76	0,61	-0,41	0,33	-0,12	0,59	0,56	1,00	0,02	0,39	0,17	0,19
morab	-0,12	-0,06	0,03	-0,07	0,49	0,52	0,54	-0,03	-0,14	-0,18	-0,14	0,10	-0,04	0,14	0,09	-0,02	0,07	-0,05	0,04	-0,05	-0,10	-0,10	0,35	0,04	0,03	0,05	0,02	0,02	1,00	0,38	0,16	-0,00
amb_bairro	0,37	0,27	0,31	0,27	0,12	0,44	0,15	0,33	-0,22	-0,15	-0,11	0,24	-0,26	0,18	0,47	0,47	0,05	-0,10	0,50	0,21	0,44	0,20	0,15	0,24	-0,02	0,30	0,44	0,39	0,38	1,00	0,30	0,24
risco_desliz	0,18	0,06	0,07	0,21	0,04	0,16	0,12	-0,01	0,02	-0,16	-0,13	0,10	-0,10	0,17	0,27	0,09	-0,07	-0,08	0,19	0,07	0,13	0,18	0,11	0,13	-0,05	0,06	0,24	0,17	0,16	0,30	1,00	0,36
risco_enchente	0,33	0,28	0,20	0,20	0,03	0,06	0,09	0,04	-0,07	-0,07	-0,16	0,08	-0,11	0,30	0,26	0,25	-0,02	-0,12	0,27	0,03	0,33	0,11	-0,09	0,30	0,13	0,18	0,19	0,19	-0,00	0,24	0,36	1,00
Nº de variáveis correlacionadas (c > 0,3)	15	8	17	11	5	6	3	7	2	9	3	1	9	2	12	18	0	0	18	4	19	11	9	8	1	10	11	17	5	12	1	4

Indicadores	freq_	esgoto	drenagem	freq_lix	TST	ruido	PCV	iluminação	centro_de_saude	centro_comunit	creche_escola_pp	praca_parq	anos_moradia	mais3_comodo	banheiro	ebia	renda_FM	renda_NB	renda_pc_med	mortalidade	anos_de_estudo	transporte_casa_trab	percepção_seg	CVLI	CVP	participa	leitura	a_informa	morab	amb_bairro	risco_desliz	risco_enchente
%	46,9	25,0	53,1	34,4	15,6	18,8	9,4	21,9	6,3	28,1	9,4	3,1	28,1	6,3	37,5	56,3	0,0	0,0	56,3	12,5	59,4	34,4	28,1	25,0	3,1	31,3	34,4	53,1	15,6	37,5	3,1	12,5
Muito baixa	2	9	6	7	13	11	15	11	9	8	8	15	7	12	5	6	21	17	6	14	4	4	7	11	18	6	7	4	18	3	13	11
Baixa	14	14	8	13	13	14	13	12	20	14	20	15	15	17	14	7	10	14	7	13	8	16	15	12	12	15	12	10	8	16	17	16
Moderada	12	7	12	11	4	5	1	8	2	8	2	1	9	2	8	10	0	0	8	4	9	7	8	8	1	6	8	10	3	11	1	4
Alta	3	1	4	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	4	6	0	0	7	0	6	4	1	0	0	4	4	5	2	1	0	0
Muito alta	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	3	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quase perfeita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3	1	5	0	1	1	2	0	0	1	1	0	0	0	4	8	0	0	10	0	10	4	1	0	0	4	4	7	2	1	0	0

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 22 – Componentes principais (CP), autovalores (λ) e porcentagem da variância explicada e proporção acumulada (%), a partir dos indicadores selecionados para a construção do IQUASalvador, com normalização dos dados pelo método de Ajzenberg e colaboradores

Componente (CP)	Autovalores iniciais (λ)			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	8,449	26,402	26,402	8,449	26,402	26,402	7,686	24,018	24,018
2	3,305	10,329	36,731	3,305	10,329	36,731	3,189	9,966	33,984
3	2,545	7,953	44,684	2,545	7,953	44,684	2,139	6,684	40,668
4	1,776	5,549	50,233	1,776	5,549	50,233	2,072	6,476	47,144
5	1,433	4,479	54,712	1,433	4,479	54,712	1,731	5,408	52,553
6	1,357	4,240	58,952	1,357	4,24	58,952	1,674	5,232	57,785
7	1,313	4,102	63,054	1,313	4,102	63,054	1,412	4,411	62,196
8	1,191	3,721	66,775	1,191	3,721	66,775	1,297	4,053	66,249
9	1,043	3,259	70,034	1,043	3,259	70,034	1,211	3,785	70,034
10	0,923	2,883	72,918						
11	0,825	2,579	75,497						
12	0,791	2,471	77,968						
13	0,727	2,271	80,238						
14	0,645	2,016	82,254						
15	0,601	1,879	84,133						

Componente (CP)	Autovalores iniciais (λ_i)			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
16	0,544	1,701	85,834						
17	0,53	1,655	87,489						
18	0,488	1,525	89,013						
19	0,444	1,387	90,4						
20	0,427	1,335	91,735						
21	0,385	1,204	92,939						
22	0,332	1,036	93,975						
23	0,29	0,906	94,881						
24	0,269	0,839	95,72						
25	0,256	0,8	96,52						
26	0,223	0,698	97,218						
27	0,213	0,665	97,883						
28	0,177	0,552	98,435						
29	0,176	0,551	98,985						
30	0,141	0,44	99,426						
31	0,11	0,343	99,769						
32	0,074	0,231	100						

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

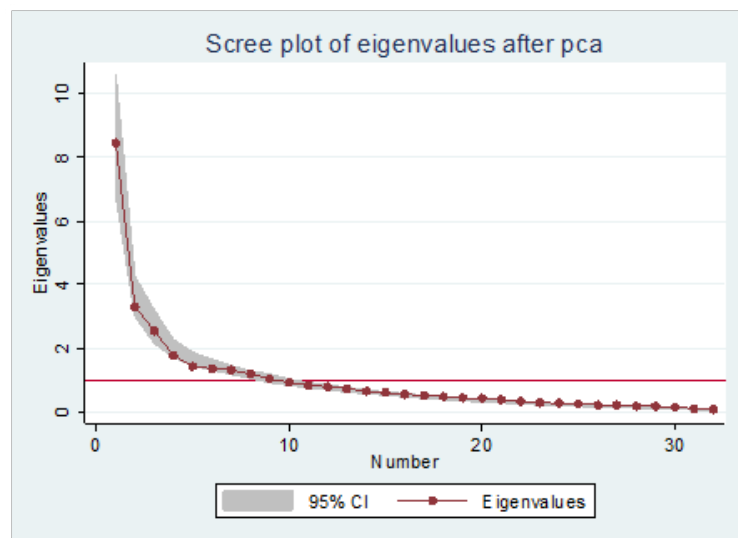
Nota: LR test: independent vs. saturated: Prob > chi2 = 0.0000.

O total de variância explicada atende ao valor recomendado por Hair Jr. e demais autores (2009), ou seja, é maior que 60%. Do total da variância, a componente 1 é responsável por 26,4% da variância explicada por meio de oito indicadores. Para avaliar a pertinência da ACP ao conjunto de dados fez-se o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e Bartlett. Os resultados indicam que a ACP é viável com os 32 indicadores. A medida KMO, que avalia a adequação de amostragem, foi 0,832, com $p < 0,05$. O teste de esfericidade de Bartlett, ao comparar a matriz dos indicadores com a matriz de identidade,

apontou para a existência de uma diferença significativa e, com isso, aferiu que os dados permitem uma ACP (Tabela 23).

Seguindo as recomendações da ACP (HAIR JR. et al., 2009), com os indicadores, gerou-se a matriz de componente rotativa, por meio de uma rotação ortogonal, pelo método de Varimax e normalização de Kaiser. Na análise da matriz, podem-se observar as correlações de cada variável com cada componente gerado, que, no banco de dados, passam a ser novas variáveis, as que sumarizam as 32 originais (Tabela 24).

Figura 11 – Gráfico de declive/*scree graph* apresentando os autovalores, segundo componentes e variância explicada, com dados dos indicadores normalizados pelo método de Ajzemberg e colaboradores



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Tabela 23 – Teste de KMO e Bartlett com dados dos indicadores normalizados pelo método de Ajzemberg e colaboradores

Medida KMO de adequação de amostragem		0,832
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	2753,896
	Gl	496
	Sig.	0,000

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Seguindo as recomendações da ACP (HAIR JR. et al., 2009), com os indicadores, gerou-se a matriz de componente rotativa, por meio de uma rotação ortogonal, pelo método de Varimax e normalização de Kaiser. Na análise da matriz, podem-se observar as correlações de cada variável com cada componente gerado, que, no banco de dados, passam a ser novas variáveis, as que resumizam as 32 originais (Tabela 24).

Analisando as cargas fatoriais de cada variável/indicador em relação a cada componente na matriz de componente rotativa da ACP, foram selecionadas as variáveis que compõem cada componente. Para isso, a literatura indica que as cargas fatoriais devem ser maiores que 0,4. (HAIR JR. et al., 2009) Com isso, as cargas de cada variável/indicador foram identificadas, permitindo apontar o significado de cada componente e, também, agrupá-las segundo dimensões (Tabela 25).

Tabela 24 – Matriz de componente rotativa* da ACP, pelo método Varimax com normalização de Kaiser, com dados dos indicadores normalizados pelo método de Ajzenberg e colaboradores

Indicadores	Componentes								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
freq_	0,613	-0,121	-0,080	0,302	-0,21	0,191	0,150	0,051	0,020
esgoto	0,427	-0,044	-0,083	0,608	0,140	-0,135	0,142	-0,179	0,211
drenagem	0,738	0,023	-0,130	0,256	0,032	-0,145	0,193	-0,035	-0,035
freq_lix	0,505	-0,327	0,033	0,010	-0,07	0,307	0,141	0,034	0,159
TST	-0,137	0,839	-0,040	-0,014	0,088	-0,069	-0,128	-0,008	0,151
ruído	0,301	0,688	-0,079	0,098	-0,288	0,071	0,073	0,096	0,007
PCV	-0,029	0,869	0,043	0,011	0,18	0,000	-0,179	-0,053	0,102
iluminação	0,315	-0,119	-0,080	0,028	0,023	-0,121	0,767	0,031	0,117
centro_de_saúde	-0,228	-0,136	0,573	-0,163	0,31	0,012	-0,043	-0,236	-0,121
centro_comunit	-0,376	-0,158	0,614	-0,016	0,229	-0,064	-0,006	0,176	0,084
creche_escola_pp	-0,162	-0,115	0,764	0,047	0,21	-0,16	-0,061	-0,067	-0,081
praca_parq	0,15	0,193	0,732	0,129	-0,25	0,147	0,029	0,01	0,152
anos_moradia	-0,583	-0,266	0,063	0,357	-0,048	-0,023	0,257	-0,083	-0,183
mais3_comodo	0,005	0,076	0,059	0,758	0,131	0,207	-0,029	0,023	-0,118
banheiro	0,607	0,195	0,148	0,458	0,028	0,125	0,071	0,001	-0,011
ebia	0,819	-0,032	-0,081	0,272	-0,014	-0,022	0,172	0,069	0,024
renda_pc_med	0,923	0,019	-0,140	0,016	0,042	0,109	0,102	-0,006	0,022
mortalidade	0,361	-0,055	0,026	-0,043	0,073	-0,004	0,098	0,639	-0,034
anos_de_estudo	0,901	-0,041	-0,083	0,218	0,015	0,049	0,046	0,044	-0,001
transporte_casa_trab	0,629	-0,137	-0,218	-0,372	0,038	0,123	0,146	-0,148	0,147
percepção_seg	-0,552	0,373	-0,044	-0,167	0,258	0,216	0,410	-0,049	-0,183
CVLI	0,368	-0,012	0,087	0,203	0,679	0,157	0,073	0,051	-0,137
CVP	-0,086	0,106	0,190	0,104	0,777	-0,034	-0,013	0,083	0,192
participa	0,620	0,069	-0,191	-0,238	0,242	0,039	0,042	-0,049	0,284
leitura	0,665	0,07	0,128	-0,020	-0,037	0,288	-0,063	0,216	-0,106
a_informa	0,862	0,008	-0,123	-0,117	0,033	0,095	0,040	-0,09	0,010
morab	-0,049	0,755	-0,072	0,023	-0,021	0,157	0,236	-0,008	-0,096

Indicadores	Componentes								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
amb_bairro	0,432	0,363	0,100	0,118	-0,049	0,367	0,503	0,140	0,037
risco_desliz	0,112	0,103	-0,019	0,036	-0,01	0,829	0,012	-0,052	-0,014
risco_enchente	0,201	-0,024	-0,139	0,386	0,231	0,566	-0,151	-0,056	0,202
renda_NB	-0,208	0,034	-0,081	-0,012	0,031	-0,053	-0,029	0,784	0,055
renda_FM	0,071	0,104	0,036	-0,032	0,054	0,059	0,071	0,032	0,857
Total de indicadores associados	13	4	4	2	2	2	2	2	1
% do total	40,625	12,500	12,500	6,250	6,250	6,250	6,250	6,250	3,125

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Nota: método de extração: ACP.

Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser.

* Rotação convergida em dez iterações.

A partir da seleção de variáveis/indicadores para cada componente, pôde-se perceber que as componentes 1 e 4 possuem variáveis relacionadas a serviços públicos, aspectos socioeconômicos e habitabilidade, podendo ser agrupadas para formar uma dimensão D1, intitulada “Aspectos socioeconômicos, políticos, serviços públicos e habitabilidade”. As componentes 2 e 6, por outro lado, dispõem de variáveis/indicadores relacionados às condições ambientais, podendo também ser agrupadas para formar a dimensão D2 – “Aspectos ambientais e de riscos”. As componentes 3, 5 e 7 também podem ser agrupadas na D3 – “Equipamentos urbanos e segurança

pública” –, enquanto as componentes 8 e 9 podem compor a D4 – “Aspectos de gênero, étnico-raciais e de saúde pública”.

Esses resultados são muito similares à construção teórica do presente estudo, que concebeu a qualidade urbano-ambiental formada por cinco dimensões: físico-natural, socioeconômica, de serviços e infraestrutura urbana, de cultura e cidadania e de bem-estar. Observa-se que a D1 contemplou as dimensões teóricas “socioeconômica”, de “cultura e cidadania” e parte de “serviços e infraestrutura urbana”. Na ACP, esta última incorporou os indicadores de serviços públicos para a componente 1 e de equipamentos públicos para a componente 3.

Tabela 25 – Descrição das componentes extraídas na ACP, segundo os indicadores, com dados normalizados pelo método de Ajzenberg e colaboradores

Componente	Descrição da componente	Variáveis/ indicadores	Nº de variáveis	Variância explicada
C1	Aspectos socioeconômicos, políticos e acesso a serviços básicos	Frequência do abastecimento público de água (freq_), drenagem das águas pluviais (drenagem), frequência da coleta de lixo porta a porta (freq_lix), anos de moradia na residência (anos_moradia), acesso a instalações hidráulicas e sanitárias (banheiro), estado nutricional (ebia), renda média familiar <i>per capita</i> (renda_pc_med), anos de estudo (anos_de_estudo), tempo de transporte casa-trabalho (transporte_casa_trab), percepção de segurança (percepção_seg), participação social (participa), hábito de leitura (leitura), mecanismos de informação (a_informa)	13	26,40%
C2	Aspectos ambientais	Temperatura de superfície no bairro (TST), percepção sobre poluição sonora (ruído), percentual de cobertura vegetal (PCV), percepção de morar no bairro (morab)	4	10,33%
C3	Acesso a equipamentos	Centro de saúde (centro_de_saúde), centro comercial (centro_comunit), creche, escola pública ou escola particular (creche_escola_pp), praça, parque infantil e quadra de esportes (praca_parq)	4	7,95%

Componente	Descrição da componente	Variáveis/ indicadores	Nº de variáveis	Variância explicada
C4	Aspectos de salubridade	Destino dos esgotos sanitários (esgoto), densidade por cômodos no domicílio (mais3_comodo)	2	5,55%
C5	Segurança pública	Crime violento letal intencional (CVLI) e crime violento contra o patrimônio (CVP)	2	4,48%
C6	Riscos ambientais	Risco de alagamentos e enchentes (risco_enchente), risco de deslizamentos (risco_desliz)	2	4,24%
C7	Serviço público e percepção sobre ambiente do bairro	Iluminação pública (iluminação), percepção sobre o ambiente do bairro (amb_bairro)	2	4,10%
C8	Aspectos étnico-raciais e de saúde	Razão da renda média <i>per capita</i> da família, segundo raça – negros/brancos (renda_NB) – e mortalidade infantil (mortalidade)	2	3,72%
C9	Questões de desigualdade de gênero	Razão da renda média <i>per capita</i> da família, segundo sexo – feminino/ masculino (renda_FM)	1	3,26%
Variância total			32	70,03

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Embora a correlação dos indicadores de gênero (renda_FM) e raça/cor (renda_NB) com os outros indicadores tenha sido pequena, na ACP eles formaram uma componente, mostrando sua importância na explicação da variabilidade dos dados. Tal resultado se mostrou muito interessante e apropriado, já que, nos processos de discussão do marco teórico e na construção dos indicadores,

a equipe de pesquisa demarcou como elemento importante na explicação da qualidade urbano-ambiental de Salvador a questão das desigualdades estruturais de renda entre gêneros e raças. Para a construção do IQUASalvador por meio da ACP, optou-se por considerar as nove componentes geradas, uma vez que a variância explicada pela primeira componente era insuficiente (26,4%). Com isso, a partir dos autovalores das nove componentes, pôde-se definir o peso de cada componente (Tabela 26).

Tabela 26 - Autovalores e peso de cada componente da ACP, com dados dos indicadores normalizados pelo método de Ajzenberg e colaboradores

Componente	Autovalores	Peso da componente
1	8,449	peso_C1 = 0,377
2	3,305	peso_C2 = 0,147
3	2,545	peso_C3 = 0,114
4	1,776	peso_C4 = 0,079
5	1,433	peso_C5 = 0,064
6	1,357	peso_C6 = 0,061
7	1,313	peso_C7 = 0,059
8	1,191	peso_C8 = 0,053
9	1,043	peso_C9 = 0,047
Soma	22,41	1,00

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Os valores das componentes foram normalizados de forma a variar entre 0 e 1, com o que foram calculados os valores das dimensões geradas (Quadro 3).

Quadro 3 - Cálculo dos valores das dimensões geradas pela ACP, com dados dos indicadores normalizados pelo método de Ajzenberg e colaboradores

Dimensão	Soma das componentes normalizadas por dimensão	Peso da componente na dimensão	Valor das dimensões
D1	C1n + C4n	$P_{C1n} = C1n / (C1n + C4n)$	$D1 = (C1n \times P_{C1n}) + (C4n \times P_{C4n})$
		$P_{C4n} = C4n / (C1n + C4n)$	
D2	C2n + C6n	$P_{C2n} = C2n / (C2n + C6n)$	$D2 = (C2n \times P_{C2n}) + (C6n \times P_{C6n})$
		$P_{C6n} = C6n / (C2n + C6n)$	
D3	C3n + C5n + C7n	$P_{C3n} = C3n / (C3n + C5n + C7n)$	$D3 = (C3n \times P_{C3n}) + (C5n \times P_{C5n}) + (C7n \times P_{C7n})$
		$P_{C5n} = C5n / (C3n + C5n + C7n)$	
		$P_{C7n} = C7n / (C3n + C5n + C7n)$	
D4	C8n + C9n	$P_{C8n} = C8n / (C8n + C9n)$	$D4 = (C8n \times P_{C8n}) + (C9n \times P_{C9n})$
		$P_{C9n} = C9n / (C8n + C9n)$	

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Com isso, foram gerados os pesos de cada dimensão. Considerando os autovalores e pesos calculados, tem-se:

- peso_D1 = peso_C1 + peso_C4
- peso_D2 = peso_C2 + peso_C6
- peso_D3 = peso_C3 + peso_C5 + peso_C7
- peso_D4 = peso_C8 + peso_C9

A partir disso, foi possível calcular o IQUASalvador, por meio dos resultados da ACP, conforme descrito a seguir:

$$\text{IQUASalvador} = (\text{D1} \times \text{peso_D1}) + (\text{D2} \times \text{peso_D2}) + (\text{D3} \times \text{peso_D3}) + (\text{D4} \times \text{peso_D4})$$

ACP para produção do IQUASalvador, com o uso dos indicadores normalizados pelo método mín.-máx.

A construção do índice de IQUASalvador por meio da ACP, com normalização dos dados com o método mín.-máx., seguiu os mesmos caminhos da anterior. Foram feitas as análises de correlação entre as variáveis, avaliou-se a variância das variáveis/indicadores e relação a cada componente extraído na ACP, avaliou-se a pertinência do método em relação aos dados pelo teste de KMO e Bartlett, fez-se a rotação ortogonal da matriz de componentes pelo Varimax com normalização de Kaiser, de forma a avaliar a correlação das variáveis com as componentes extraídas, avaliou-se a carga fatorial de cada variável/indicador com as componentes geradas, selecionaram-se as mais significativas (> 0,5), descreveu-se cada componente gerado, que representa um conjunto de variáveis agrupadas pela ACP, e com isso produziu-se o IQUASalvador pelo método de ponderação considerando a carga fatorial das componentes.

Na análise de correlação, pôde-se verificar que, dos 32 indicadores estudados, quatro não possuíam a correlação admitida ($\geq 0,3$), a saber: risco de enchente (risco_enchente) e risco de deslizamento (risco_desliz), razão da renda média per capita familiar entre os sexos feminino/masculino (renda_FM) e razão da renda média per capita familiar segundo raça negros/brancos (renda_NB). Os indicadores que apresentaram correlações quase perfeitas, muito altas e altas (0,50 a 0,99), com outros indicadores foram: anos de estudo do responsável (anos_de_estudo), com 13 indicadores; condição de bom estado nutricional (ebia), com 12; acesso à informação (a_informa), com nove; “drenagem” e renda média per capita (renda_pc_med), com

oito; tempo de deslocamento casa-trabalho (transporte_casa_trab) e prática da leitura (leitura), com seis; participação em organizações políticas (participa) e percepção sobre o ambiente do bairro (amb_bairro), com cinco; frequência do fornecimento público de água (freq_), com quatro; presença de instalações hidráulicas e sanitárias (banheiro) e satisfação em relação à qualidade do ambiente onde mora (morab), com três; frequência de coleta de lixo porta a porta (freq_lix), temperatura de superfície (TST), percentual de cobertura vegetal (PCV), anos de moradia no domicílio (anos_moradia) e percepção de segurança (percepção_seg) com dois; condições de ruído (ruído), iluminação das ruas/vias (iluminação), existência de centro de saúde (centro_de_saúde), existência de escola e creche (creche_escola_pp), crime violento letal intencional (CVLI) e crime violento contra o patrimônio (CVP), com um (Tabela 27).

Embora os indicadores “risco_enchente”, “risco_desliz” e “renda_FM” e “renda_NB” não tenham apresentado correlações com os outros indicadores, optou-se pela manutenção deles em face do marco conceitual do presente estudo sobre a qualidade urbano-ambiental de Salvador.

Tabela 27 - Correlações entre os indicadores que compõem o IQUASalvador, com os dados normalizados pelo método mín.-máx.

Indicadores	Indicadores																															
	freq_	esgoto	drenagem	freq_lix	TST	ruido	risco_enchente	risco_desliz	PCV	iluminação	centro_de_saúde	centro_comunit	creche_escola_pp	praca_parq	anos_moradia	mais3_comodo	banheiro	ebia	renda_FM	renda_NB	renda_pc_med	mortalidade	anos_de_estudo	transporte_casa_trab	percepção_seg	CVLI	CVP	participa	leitura	a_informa	morab	amb_bairro
freq_	1,00	0,20	0,52	0,37	-0,26	0,26	0,17	0,02	-0,21	0,38	-0,16	-0,19	-0,06	0,19	-0,32	0,02	0,50	0,60	0,02	0,22	0,40	0,33	0,62	0,42	-0,38	0,04	-0,08	0,24	0,52	0,35	-0,19	0,39
esgoto	0,20	1,00	0,41	0,27	-0,10	0,10	0,20	-0,05	-0,08	0,21	-0,06	-0,05	0,05	0,03	0,03	0,31	0,39	0,46	0,02	-0,05	0,30	-0,05	0,36	0,09	-0,26	0,29	0,24	0,25	0,10	0,24	-0,02	0,25
drenagem	0,52	0,41	1,00	0,39	-0,15	0,27	0,16	-0,00	-0,13	0,54	-0,20	-0,33	-0,15	0,15	-0,37	0,09	0,55	0,72	-0,13	0,09	0,63	0,30	0,76	0,56	-0,38	0,22	0,10	0,39	0,48	0,56	0,03	0,49
freq_lixo	0,37	0,27	0,39	1,00	-0,34	0,13	0,18	0,13	-0,29	0,28	-0,05	-0,04	-0,06	0,11	-0,24	0,05	0,22	0,55	-0,06	-0,01	0,48	0,14	0,55	0,44	-0,41	0,15	0,05	0,40	0,42	0,46	-0,07	0,35
TST	-0,26	-0,10	-0,15	-0,34	1,00	0,36	0,06	0,09	0,84	-0,12	-0,08	-0,07	-0,19	0,08	-0,10	0,03	-0,08	-0,17	0,15	-0,21	-0,01	-0,26	-0,15	-0,18	0,27	-0,01	0,09	0,07	-0,13	-0,04	0,51	0,10
ruido	0,26	0,10	0,27	0,13	0,36	1,00	0,07	0,14	0,43	0,08	-0,30	-0,30	-0,28	0,16	-0,38	0,05	0,28	0,31	0,02	-0,05	0,26	0,01	0,31	0,13	-0,04	-0,16	-0,16	0,14	0,29	0,17	0,51	0,46
risco_enchente	0,17	0,20	0,16	0,18	0,06	0,07	1,00	0,10	0,11	0,06	0,03	-0,03	-0,03	0,11	-0,07	0,18	0,20	0,19	-0,02	-0,05	0,17	-0,00	0,20	0,06	-0,11	0,18	0,16	0,11	0,11	0,13	0,02	0,19
risco_desliz	0,02	-0,05	-0,00	0,13	0,09	0,14	0,10	1,00	0,11	0,00	0,05	-0,08	-0,08	0,10	-0,08	0,02	0,13	0,04	0,03	-0,02	0,07	0,01	0,00	0,08	0,08	-0,02	-0,02	0,09	0,11	0,08	0,13	0,14
PCV	-0,21	-0,08	-0,13	-0,29	0,84	0,43	0,11	0,11	1,00	-0,19	-0,03	-0,07	-0,12	0,10	-0,15	0,09	-0,04	-0,15	0,15	-0,23	-0,02	-0,30	-0,15	-0,14	0,27	0,06	0,12	0,03	-0,14	-0,04	0,56	0,09
iluminação	0,38	0,21	0,54	0,28	-0,12	0,08	0,06	0,00	-0,19	1,00	-0,15	-0,19	-0,12	0,11	-0,15	-0,02	0,28	0,46	-0,07	0,12	0,48	0,20	0,48	0,44	-0,12	0,07	0,03	0,33	0,35	0,39	-0,08	0,49
centro_de_saúde	-0,16	-0,06	-0,20	-0,05	-0,08	-0,30	0,03	0,05	-0,03	-0,15	1,00	0,34	0,52	0,14	0,22	-0,02	-0,07	-0,16	-0,07	-0,03	-0,22	-0,07	-0,22	-0,14	0,11	0,24	0,29	-0,12	-0,14	-0,15	-0,18	-0,25
centro_comunit	-0,19	-0,05	-0,33	-0,04	-0,07	-0,30	-0,03	-0,08	-0,07	-0,19	0,34	1,00	0,47	0,21	0,28	0,08	-0,09	-0,24	0,12	0,03	-0,44	-0,09	-0,34	-0,41	0,08	0,31	0,33	-0,17	-0,17	-0,33	-0,27	-0,29
creche_escola_pp	-0,06	0,05	-0,15	-0,06	-0,19	-0,28	-0,03	-0,08	-0,12	-0,12	0,52	0,47	1,00	0,33	0,09	0,18	0,14	-0,10	0,00	0,17	-0,24	0,05	-0,13	-0,20	0,05	0,29	0,32	-0,22	0,01	-0,19	-0,26	-0,15
praca_parq	0,19	0,03	0,15	0,11	0,08	0,16	0,11	0,10	0,10	0,11	0,14	0,21	0,33	1,00	-0,07	0,15	0,29	0,13	0,14	0,10	0,12	0,07	0,19	0,03	-0,15	0,14	0,15	-0,05	0,24	0,10	0,06	0,28
anos_moradia	-0,32	0,03	-0,37	-0,24	-0,10	-0,38	-0,07	-0,08	-0,15	-0,15	0,22	0,28	0,09	-0,07	1,00	0,21	-0,25	-0,42	-0,14	-0,21	-0,50	-0,26	-0,53	-0,48	0,32	0,01	0,02	-0,44	-0,47	-0,51	-0,05	-0,34
mais3_comodo	0,02	0,31	0,09	0,05	0,03	0,05	0,18	0,02	0,09	-0,02	-0,02	0,08	0,18	0,15	0,21	1,00	0,32	0,16	-0,15	-0,12	0,05	-0,08	0,09	-0,22	-0,02	0,34	0,34	-0,15	0,03	-0,04	0,17	0,15
banheiro	0,50	0,39	0,55	0,22	-0,08	0,28	0,20	0,13	-0,04	0,28	-0,07	-0,09	0,14	0,29	-0,25	0,32	1,00	0,56	-0,06	-0,07	0,41	0,04	0,61	0,28	-0,13	0,27	0,18	0,20	0,50	0,38	0,04	0,49
ebia	0,60	0,46	0,72	0,55	-0,17	0,31	0,19	0,04	-0,15	0,46	-0,16	-0,24	-0,10	0,13	-0,42	0,16	0,56	1,00	-0,03	0,08	0,73	0,35	0,84	0,52	-0,52	0,23	0,09	0,51	0,63	0,65	-0,04	0,58
renda_FM	0,02	0,02	-0,13	-0,06	0,15	0,02	-0,02	0,03	0,15	-0,07	-0,07	0,12	0,00	0,14	-0,14	-0,15	-0,06	-0,03	1,00	0,19	-0,04	0,07	-0,05	-0,04	-0,02	-0,03	0,08	0,12	-0,06	-0,05	0,01	0,03
renda_NB	0,22	-0,05	0,09	-0,01	-0,21	-0,05	-0,05	-0,02	-0,23	0,12	-0,03	0,03	0,17	0,10	-0,21	-0,12	-0,07	0,08	0,19	1,00	-0,03	0,59	0,06	-0,03	-0,19	-0,06	-0,05	-0,03	0,07	-0,08	-0,29	-0,05
renda_pc_med	0,40	0,30	0,63	0,48	-0,01	0,26	0,17	0,07	-0,02	0,48	-0,22	-0,44	-0,24	0,12	-0,50	0,05	0,41	0,73	-0,04	-0,03	1,00	0,20	0,86	0,67	-0,46	0,19	0,07	0,68	0,65	0,88	0,11	0,66
mortalidade	0,33	-0,05	0,30	0,14	-0,26	0,01	-0,00	0,01	-0,30	0,20	-0,07	-0,09	0,05	0,07	-0,26	-0,08	0,04	0,35	0,07	0,59	0,20	1,00	0,30	0,22	-0,37	-0,01	-0,04	0,08	0,29	0,13	-0,24	0,17
anos_de_estudo	0,62	0,36	0,76	0,55	-0,15	0,31	0,20	0,00	-0,15	0,48	-0,22	-0,34	-0,13	0,19	-0,53	0,09	0,61	0,84	-0,05	0,06	0,86	0,30	1,00	0,67	-0,54	0,23	0,09	0,58	0,70	0,79	-0,00	0,61
transporte_casa_trab	0,42	0,09	0,56	0,44	-0,18	0,13	0,06	0,08	-0,14	0,44	-0,14	-0,41	-0,20	0,03	-0,48	-0,22	0,28	0,52	-0,04	-0,03	0,67	0,22	0,67	1,00	-0,33	0,00	-0,05	0,58	0,49	0,68	-0,08	0,40
percepção_seg	-0,38	-0,26	-0,38	-0,41	0,27	-0,04	-0,11	0,08	0,27	-0,12	0,11	0,08	0,05	-0,15	0,32	-0,02	-0,13	-0,52	-0,02	-0,19	-0,46	-0,37	-0,54	-0,33	1,00	-0,02	0,09	-0,31	-0,40	-0,48	0,34	0,01
CVLI	0,04	0,29	0,22	0,15	-0,01	-0,16	0,18	-0,02	0,06	0,07	0,24	0,31	0,29	0,14	0,01	0,34	0,27	0,23	-0,03	-0,06	0,19	-0,01	0,23	0,00	-0,02	1,00	0,90	0,19	0,13	0,18	-0,05	0,10
CVP	-0,08	0,24	0,10	0,05	0,09	-0,16	0,16	-0,02	0,12	0,03	0,29	0,33	0,32	0,15	0,02	0,34	0,18	0,09	0,08	-0,05	0,07	-0,04	0,09	-0,05	0,09	0,90	1,00	0,14	0,02	0,04	-0,04	0,03
participa	0,24	0,25	0,39	0,40	0,07	0,14	0,11	0,09	0,03	0,33	-0,12	-0,17	-0,22	-0,05	-0,44	-0,15	0,20	0,51	0,12	-0,03	0,68	0,08	0,58	0,58	-0,31	0,19	0,14	1,00	0,46	0,73	0,02	0,41
leitura	0,52	0,10	0,48	0,42	-0,13	0,29	0,11	0,11	-0,14	0,35	-0,14	-0,17	0,01	0,24	-0,47	0,03	0,50	0,63	-0,06	0,07	0,65	0,29	0,70	0,49	-0,40	0,13	0,02	0,46	1,00	0,63	-0,06	0,57
a_informa	0,35	0,24	0,56	0,46	-0,04	0,17	0,13	0,08	-0,04	0,39	-0,15	-0,33	-0,19	0,10	-0,51	-0,04	0,38	0,65	-0,05	-0,08	0,88	0,13	0,79	0,68	-0,48	0,18	0,04	0,73	0,63	1,00	0,03	0,51
morab	-0,19	-0,02	0,03	-0,07	0,51	0,51	0,02	0,13	0,56	-0,08	-0,18	-0,27	-0,26	0,06	-0,05	0,17	0,04	-0,04	0,01	-0,29	0,11	-0,24	-0,00	-0,08	0,34	-0,05	-0,04	0,02	-0,06	0,03	1,00	0,36
amb_bairro	0,39	0,25	0,49	0,35	0,10	0,46	0,19	0,14	0,09	0,49	-0,25	-0,29	-0,15	0,28	-0,34	0,15	0,49	0,58	0,03	-0,05	0,66	0,17	0,61	0,40	0,01	0,10	0,03	0,41	0,57	0,51	0,36	1,00

Indicadores	Indicadores																															
	freq_	esgoto	drenagem	freq_lix	TST	ruido	risco_enchente	risco_desliz	PCV	iluminação	centro_de_saúde	centro_comunit	creche_escola_pp	praca_parq	anos_moradia	mais3_comodo	banheiro	ebia	renda_FM	renda_NB	renda_pc_med	mortalidade	anos_de_estudo	transporte_casa_trab	percepção_seg	CVLI	CVP	participa	leitura	a_informa	morab	amb_bairro
Nº de variáveis correlacionadas (c>0,3)	14	6	17	12	4	9	0	0	4	10	3	10	4	1	12	4	10	16	0	1	16	7	17	14	13	3	4	12	13	15	5	15
%	43,8	18,8	53,1	37,5	12,5	28,1	-	-	12,5	31,3	9,4	31,3	12,5	3,1	37,5	12,5	31,3	50,0	-	3,1	50,0	21,9	53,1	43,8	40,6	9,4	12,5	37,5	40,6	46,9	15,6	46,9
Muito baixa	6	13	4	8	14	7	12	22	10	8	11	11	11	8	9	16	8	6	22	20	7	14	6	9	9	12	18	7	7	8	17	6
Baixa	11	12	10	11	13	16	19	9	18	13	17	11	16	22	10	11	13	8	9	10	8	11	7	8	9	16	9	12	10	8	9	10
Moderada	10	6	9	10	2	7	0	0	1	9	2	9	3	1	10	4	7	5	0	0	8	5	5	8	11	2	3	7	8	6	2	10
Alta	4	0	6	2	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	2	0	3	9	0	1	5	1	8	6	2	0	0	4	5	6	3	5
Muito alta	0	0	2	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	0	5	0	0	0	0	1	1	3	0	0
Quase perfeita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
	4	0	8	2	2	1	0	0	2	1	1	0	1	0	2	0	3	12	0	1	8	1	13	6	2	0	0	5	6	9	3	5

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Ao se proceder à extração das componentes principais, pôde-se observar que oito componentes explicaram 69,5% da variância total, considerando todos os 32 indicadores selecionados para a construção do IQUASalvador (Tabela 28, Figura 12).

Tabela 28 – Componentes Principais (CP), autovalores (λ_i) e porcentagem da variância explicada e proporção acumulada (%), a partir dos indicadores selecionados para a construção do IQUASalvador, com normalização dos dados pelo método mín.-máx.

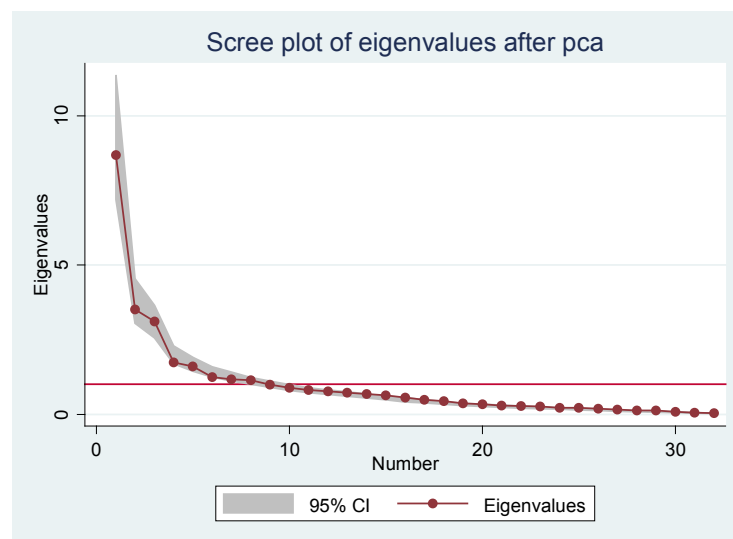
Componente (CP)	Autovalores iniciais (λ_i)			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	8,688	27,148	27,148	8,688	27,148	27,148	8,308	25,964	25,964
2	3,521	11,003	38,151	3,521	11,003	38,151	3,172	9,911	35,875
3	3,111	9,723	47,875	3,111	9,723	47,875	2,477	7,740	43,615
4	1,737	5,430	53,304	1,737	5,430	53,304	2,178	6,807	50,422
5	1,605	5,015	58,320	1,605	5,015	58,320	1,950	6,092	56,514
6	1,252	3,913	62,233	1,252	3,913	62,233	1,469	4,591	61,105
7	1,178	3,681	65,914	1,178	3,681	65,914	1,344	4,199	65,305
8	1,145	3,579	69,493	1,145	3,579	69,493	1,340	4,189	69,493
9	0,987	3,084	72,577						
10	0,896	2,799	75,377						
11	0,808	2,524	77,901						
12	0,765	2,391	80,292						
13	0,720	2,251	82,543						
14	0,681	2,129	84,672						
15	0,636	1,989	86,660						
16	0,556	1,738	88,398						
17	0,491	1,533	89,931						
18	0,447	1,397	91,329						
19	0,370	1,156	92,484						
20	0,343	1,072	93,556						
21	0,299	0,934	94,490						
22	0,276	0,862	95,353						
23	0,265	0,829	96,182						
24	0,219	0,685	96,867						
25	0,211	0,658	97,525						
26	0,189	0,589	98,115						
27	0,154	0,480	98,595						

Componente (CP)	Autovalores iniciais (λ_i)			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
28	0,134	0,419	99,013						
29	0,124	0,387	99,400						
30	0,089	0,277	99,677						
31	0,058	0,181	99,858						
32	0,045	0,142	100,000						

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Nota: método de extração: ACP. LR test: independent vs. saturated: chi2 (496) = 3459.27 Prob > chi2 = 0.0000.

Figura 12 - Gráfico de declive/*scree graph* apresentando os autovalores, segundo componentes e variância explicada, com dados dos indicadores normalizados pelo método mín.-máx.



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

O total de variância explicada é maior que 60%, atendendo ao valor recomendado por Hair Jr. e demais autores (2009). A componente 1 é responsável por 27,2% da variância explicada por meio de oito indicadores. Para avaliar a pertinência da ACP ao conjunto de dados, fez-se o teste de KMO e Bartlett. Os resultados indicam que a ACP é viável com os 32 indicadores. A medida KMO, que avalia a adequação de amostragem, foi 0,823, com $p < 0,05$. O teste de esfericidade de Bartlett, ao comparar a matriz dos indicadores com a matriz de identidade, apontou para a existência de uma diferença significativa. Com isso, afere-se que os dados permitem uma ACP (Tabela 29).

Tabela 29 - Teste de KMO e Bartlett com dados dos indicadores normalizados pelo método mín.-máx.

Medida KMO de adequação de amostragem		0,823
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	3353,063
	gl	496
	Sig.	0,000

Fonte: Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Uma vez confirmada a adequação da ACP ao conjunto de dados, gerou-se a matriz de componente rotativa, por meio de uma rotação ortogonal, pelo método de Varimax e normalização de Kaiser. A análise da matriz permite verificar as correlações de cada variável com as oito componentes geradas, as quais passam a ser novas variáveis que sumarizam os 32 indicadores presentes no banco de dados (Tabela 30).

Tabela 30 - Matriz de componente rotativa* da ACP, pelo método Varimax com normalização de Kaiser, com dados dos indicadores normalizados pelo método de mín.-máx.

	Componente							
	1	2	3	4	5	6	7	8
freq_	0,592	-0,188	-0,242	0,243	0,256	0,152	-0,099	-0,033
esgoto	0,284	-0,091	0,167	0,659	-0,139	-0,238	-0,113	0,024
drenagem	0,764	-0,045	0,012	0,305	-0,021	0,100	0,040	-0,130
freq_lix	0,541	-0,319	-0,032	0,173	0,008	-0,094	-0,066	0,341
TST	-0,122	0,865	0,112	-0,088	-0,065	0,002	-0,009	0,097
ruído	0,323	0,618	-0,391	0,205	0,131	0,070	-0,013	0,016
risco_enchente	0,103	0,046	0,093	0,394	0,003	0,026	-0,144	0,473
risco_desliz	0,057	0,039	-0,138	-0,054	0,145	-0,023	0,321	0,674
PCV	-0,118	0,891	0,104	-0,034	0,017	-0,074	-0,052	0,124
iluminação	0,588	-0,173	0,046	0,056	-0,073	0,187	0,407	-0,044
centro_de_saúde	-0,207	-0,203	0,358	-0,209	0,449	-0,401	0,032	0,062
centro_comunit	-0,407	-0,202	0,453	-0,009	0,394	0,071	-0,112	0,118

	Componente							
	1	2	3	4	5	6	7	8
creche_escola_pp	-0,178	-0,218	0,366	-0,007	0,689	-0,105	-0,040	-0,124
praca_parq	0,159	0,138	0,019	0,102	0,723	0,027	0,004	0,138
anos_moradia	-0,611	-0,283	0,069	0,271	-0,097	-0,159	0,312	-0,029
mais3_comodo	-0,065	0,103	0,225	0,730	0,129	0,023	0,072	-0,012
banheiro	0,532	0,051	0,016	0,462	0,364	-0,037	0,161	-0,027
ebia	0,814	-0,078	0,005	0,339	0,052	0,069	-0,138	0,038
renda_pc_med	0,901	0,089	0,053	0,054	-0,143	-0,058	-0,040	0,098
mortalidade	0,308	-0,255	-0,037	-0,087	0,165	0,608	-0,201	-0,066
anos_de_estudo	0,925	-0,026	0,006	0,206	0,042	0,035	-0,117	-0,010
transporte_casa_trab	0,790	-0,121	-0,060	-0,248	-0,120	-0,065	0,029	0,067
percepção_seg	-0,455	0,278	0,096	-0,124	-0,021	-0,065	0,705	-0,067
CVLI	0,180	0,006	0,857	0,271	0,113	-0,069	0,023	-0,014
CVP	0,055	0,076	0,899	0,199	0,119	-0,025	0,040	0,020
participa	0,703	0,071	0,240	-0,189	-0,272	-0,117	-0,105	0,234
leitura	0,758	-0,025	-0,058	0,003	0,284	0,099	-0,045	0,047
a_informa	0,859	0,037	0,088	-0,081	-0,127	-0,136	-0,123	0,135
morab	0,017	0,730	-0,141	0,146	-0,098	-0,089	0,319	0,068
amb_bairro	0,679	0,265	-0,069	0,215	0,113	0,129	0,382	0,129
renda_FM	0,074	0,189	0,078	-0,051	-0,025	0,066	-0,138	0,560
renda_NB	-0,135	0,017	-0,030	-0,080	-0,129	0,809	0,096	0,110

	Componente							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Total de indicadores associados	14	4	3	2	3	2	1	3
% do total	43,8	12,5	9,4	6,3	9,4	6,3	3,1	9,4

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Nota: método de extração: ACP.

Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser.

* Rotação convergida em 12 iterações.

A partir das cargas fatoriais de cada variável/indicador em relação a cada componente na matriz de componente rotativa da ACP, foram selecionadas as variáveis que integram cada componente, conforme indicação da literatura (cargas fatoriais maiores que 0,4). As cargas de cada variável/indicador foram identificadas/sublinhadas (Tabela 30), permitindo identificar o significado de cada componente e, também, agrupá-las segundo dimensões (Tabela 31).

Tabela 31 – Descrição das componentes extraídas na ACP, segundo os indicadores, com dados normalizados pelo método mín.-máx.

Componente	Descrição da componente	Variáveis/ indicadores	Nº de variáveis	Variância explicada
C1	Aspectos socioeconômicos, políticos e de acesso a serviços básicos e habitabilidade	Frequência do abastecimento público de água (freq_), drenagem das águas pluviais (drenagem), frequência da coleta de lixo porta a porta (freq_lix), iluminação pública (iluminação), anos de moradia na residência (anos_moradia), acesso a instalações hidráulicas e sanitárias (banheiro), estado nutricional (ebia), renda média <i>per capita</i> da família (renda_pc_med), anos de estudo (anos_de_estudo), tempo de transporte casa-trabalho (transporte_casa_trab), participação social (participa), hábito de leitura (leitura), mecanismos de informação (a_informa) e percepção sobre o ambiente do bairro (amb_bairro)	14	27,2%
C2	Aspectos físico-ambientais	Temperatura de superfície no bairro (TST), percepção sobre poluição sonora (ruído), percentual de cobertura vegetal (PCV), percepção de morar no bairro (morab)	4	11,0%
C3	Segurança pública	Crime violento letal intencional (CVLI) e crime violento contra o patrimônio (CVP) e centro comunitário (centro_comunit)	3	9,7%
C4	Aspectos de salubridade	Destino dos esgotos sanitários (esgoto), densidade por cômodos no domicílio (mais3_comodo)	2	5,4%

C5	Acesso a equipamentos	Centro de saúde (centro_de_saúde), creche, escola pública ou escola particular (creche_escola_pp), praça, parque infantil e quadra de esportes (praca_parq)	3	5%
C6	Saúde e questões étnico-raciais	Mortalidade infantil (mortalidade) e razão da renda média <i>per capita</i> da família, segundo a cor/raça do responsável - negro/branco (renda_NB)	2	3,9%
C7	Percepção sobre segurança pública	Percepção de segurança (percepção_seg)	1	3,7%
C8	Riscos ambientais e aspectos de gênero	Risco de alagamentos e enchentes (risco_enchente), risco de deslizamentos (risco_desliz), razão entre a renda média <i>per capita</i> da família, segundo os sexos feminino e masculino (renda_FM)	3	3,6%
Variância total				69,50%

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

A partir da seleção das variáveis/indicadores para cada componente, pôde-se perceber que as componentes 1, 4 e 5 possuem variáveis relacionadas aos serviços públicos, aspectos socioeconômicos e habitabilidade, podendo ser agrupadas para formar uma dimensão D1, intitulada “Aspectos socioeconômicos, políticos, serviços públicos e habitabilidade”. A componente 2 contempla variáveis/indicadores relacionados às condições físico-ambientais, podendo também formar a D2: Aspectos físico-ambientais. As componentes 3 e 7 podem ser agrupadas na D3: Segurança pública, enquanto as componentes 6 e 8 podem integrar a D4: Aspectos de desigualdades de gênero, raça, riscos ambientais e saúde pública.

Esses resultados são muito similares à ACP construída pelo método de normalização dos dados via de Ajzenberg e demais autores (1986) e, por sua vez, também convergem na direção da construção teórica do estudo quanto ao conceito de qualidade urbano-ambiental. Observa-se que a D1 contemplou as dimensões teóricas “socioeconômica”, de “cultura e cidadania” e parte de “serviços e infraestrutura urbana”. Na ACP, esta última incorporou os indicadores de serviços públicos para a componente 1 e de equipamentos públicos para a componente 5.

Chama a atenção o fato de os indicadores de segurança formarem componentes (3 e 7), o que mostra a relevância dessa questão para a qualidade urbano-ambiental de Salvador. Apesar de a correlação de risco de enchente (risco_enchente) e risco de deslizamento (risco_desliz) com os outros indicadores ser pequena ($< 0,3$), na ACP eles formaram uma componente junto com a variável/indicador “renda_FM”, mostrando sua importância na explicação da variabilidade dos dados, tendo uma variância explicada de 3,6%. Adotando a mesma estratégia anterior, a construção do IQUASalvador por meio da ACP com os dados normalizados por meio do método mín.-máx. considerou as nove componentes geradas. Assim, com os autovalores das oito componentes, foram definidos os pesos de cada componente (Tabela 32).

Tabela 32 – Autovalores e peso de cada componente da ACP, com dados dos indicadores normalizados pelo método mín.-máx.

Componente	Autovalores	Peso da componente
1	8,688	peso_C1 = 0,3907
2	3,521	peso_C2 = 0,1583
3	3,111	peso_C3 = 0,1399

Componente	Autovalores	Peso da componente
4	1,737	peso_C4 = 0,0781
5	1,605	peso_C5 = 0,0722
6	1,252	peso_C6 = 0,0563
7	1,178	peso_C7 = 0,0530
8	1,145	peso_C8 = 0,0515
Soma	22,24	1,00

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Os valores das componentes foram então normalizados de forma a variar entre 0 e 1, e com isso puderam ser calculados os valores das dimensões geradas (Quadro 4).

Quadro 4 - Cálculo dos valores das dimensões geradas pela ACP, com dados dos indicadores normalizados pelo método mín.-máx.

Dimensão	Soma das componentes normalizadas por dimensão	Peso da componente na dimensão	Valor das dimensões
D1	C1n + C4n + C5n	$P_{C1n} = C1n / (C1n + C4n + C5n)$	$D1 = (C1n \times P_{C1n}) + (C4n \times P_{C4n}) + (C5n \times P_{C5n})$
		$P_{C4n} = C4n / (C1n + C4n + C5n)$	
		$P_{C5n} = C5n / (C1n + C4n + C5n)$	
D2	C2n	$P_{C2n} = C2n$	$D2 = (C2n)$
D3	C3n + C7n	$P_{C3n} = C3n / (C3n + C7n)$	$D3 = (C3n \times P_{C3n}) + (C7n \times P_{C7n})$
		$P_{C7n} = C7n / (C3n + C7n)$	
D4	C6n + C8n	$P_{C6n} = C6n / (C6n + C8n)$	$D4 = (C6n \times P_{C6n}) + (C8n \times P_{C8n})$
		$P_{C8n} = C8n / (C6n + C8n)$	

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Com isso, foram gerados os pesos de cada dimensão. Considerando os autovalores e pesos calculados, tem-se:

- peso_D1 = peso_C1 + peso_C4 + peso_C5
- peso_D2 = peso_C2
- peso_D3 = peso_C3 + peso_C7
- peso_D4 = peso_C6 + peso_C8

Com isso, foi possível calcular o IQUASalvador, conforme descrito a seguir:

$$IQUASalvador = (D1 \times \text{peso_D1}) + (D2 \times \text{peso_D2}) + (D3 \times \text{peso_D3}) + (D4 \times \text{peso_D4})$$

Análise de sensibilidade do índice de IQUASalvador construído

Para a análise de sensibilidade dos modelos de construção dos índices, tem sido largamente utilizada a avaliação do coeficiente de correlação. (CULLEN; FREY, 1999) Também, comumente, faz-se a alteração de um dos elementos, como um indicador ou peso atribuído, além de posterior avaliação do impacto no índice geral, por meio gráficos de dispersão e de correlações - técnicas de variância - e análise de regressão. (FEIL; SCHREIBER, 2017; OECD, 2008) Os diagramas de dispersão e análises multivariadas, como a regressão linear, também são uma alternativa utilizada. (FEIL; SCHREIBER, 2017; OECD, 2008) Em face do número elevado de indicadores envolvidos nos modelos de construção do IQUASalvador, optou-se pela seguinte estratégia para a análise de sensibilidade:

- a) analisar o comportamento dos índices por meio de uma análise descritiva;

- b) avaliar a concordância entre métodos pelo teste de Bland-Altman;
- c) avaliar a correlação e a dispersão dos dados entre os índices.

Análise descritiva dos resultados dos índices

A partir do comportamento dos índices por meio da análise descritiva, pôde-se perceber que a normalização por meio do método de Ajzenberg e demais autores (1986) gera valores de índices com maior amplitude em relação ao método mín.-máx. Essa é uma característica interessante, pois permite uma maior discriminação dos índices por bairro. Por sua vez, as amplitudes geradas pela ACP são mais baixas que o primeiro método, como também os desvios padrões (Tabela 33). Esse comportamento resulta na baixa capacidade de discriminar a qualidade urbano-ambiental entre os 160 bairros de Salvador (Tabela 33, Figura 15).

Tabela 33 - Descrição do IQUASalvador, segundo método

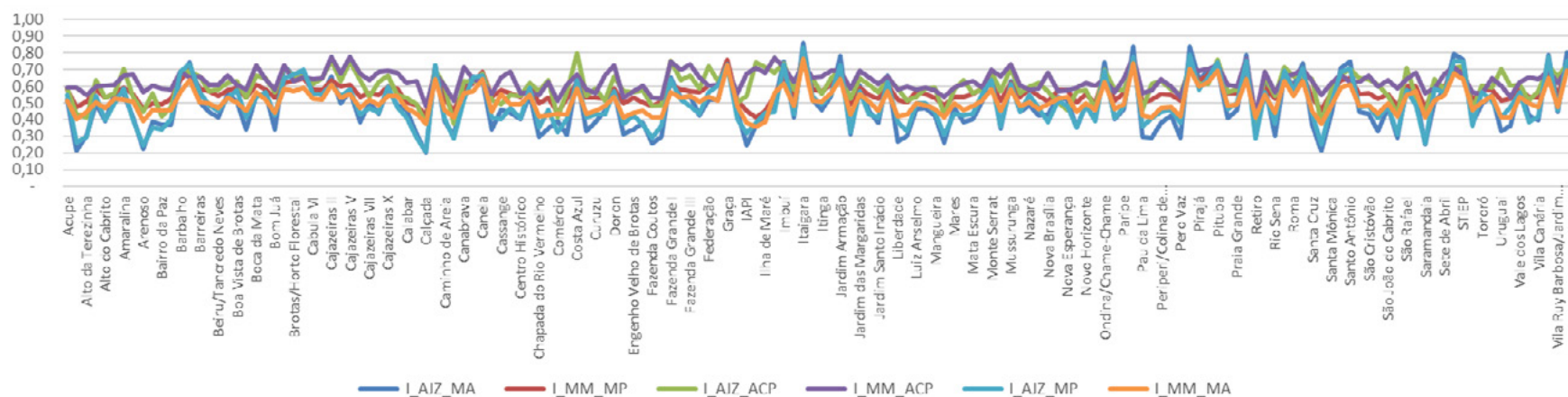
Tipo de método	N	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Amplitude
Indicadores normalizados pelo método de Ajzenberg e demais autores (1986) e agregação pela aritmética (I_AJZ_MA)	160	0,49	0,46	0,15	0,20	0,87	0,66
Indicadores normalizados pelo método de Ajzenberg e demais autores (1986) e agregação pela média ponderada (I_AJZ_MP)	160	0,50	0,48	0,13	0,21	0,83	0,62

Tipo de método	N	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Amplitude
Indicadores normalizados pelo método mín.-máx. e agregação pela média aritmética (I_MM_MA)	160	0,51	0,50	0,08	0,36	0,76	0,41
Indicadores normalizados pelo método mín.-máx. e agregação pela média ponderada (I_MM_MP)	160	0,57	0,56	0,07	0,42	0,80	0,39
Indicadores normalizados pelo método de Ajzenberg e demais autores (1986) e agregação pela ACP (I_AJZ_ACP)	160	0,60	0,60	0,09	0,37	0,80	0,43
Indicadores normalizados pelo método mín.-máx. e agregação pela ACP (I_MM_ACP)	160	0,63	0,63	0,06	0,42	0,78	0,36

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

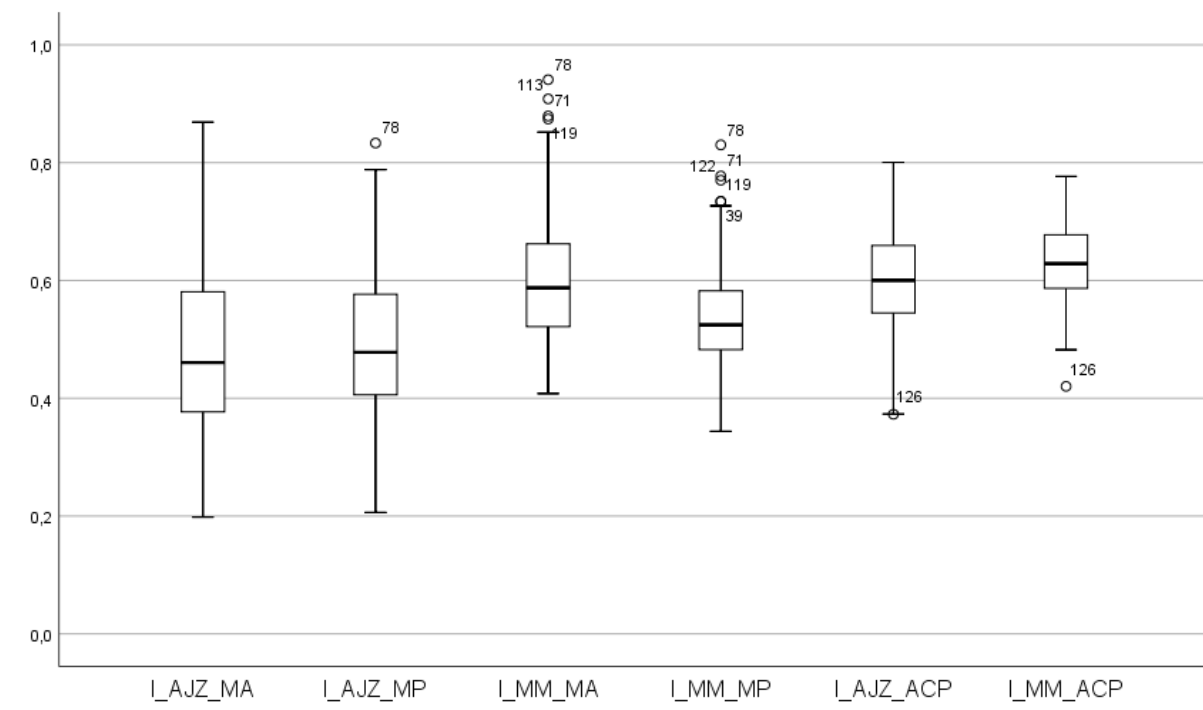
Ao avaliar as Figuras 13 e 14, pode-se observar que cada método de construção do índice gera valores distintos e distantes para os 160 bairros de Salvador.

Figura 13 - Comportamento do IQUASalvador por bairro, segundo método de construção



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Figura 14 - *Box plot* com a apresentação do comportamento dos dados segundo índice gerado (*outlier*, valores máximos, mínimos, mediana e primeiro e terceiro quartil)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Embora o método de Ajzenberg e demais autores (1986) tenha a vantagem de apresentar uma maior amplitude dos dados, observou-se que na normalização das variáveis são gerados desvios padrões mais elevados, se comparados pelos produzidos pelo método mín.-máx. e, também, com o da variável original. A Tabela 34 mostra um exemplo para as variáveis mais3_comodo, percepção_seg e participa.

Tabela 34 – Desvio padrão das variáveis mais3_comodo, percepção_seg e participa

Variável	Ajzemberg e demais autores (1986)	Método mín.-máx.	Variável original
mais3_comodo	0,34	0,14	0,03
percepção_seg	0,36	0,19	0,14
participa	0,34	0,19	0,04

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

A análise do comportamento dessas três variáveis na Figura 16 ilustra a questão referida. Pode-se perceber que a normalização pelo método mín.-máx., além de produzir desvios padrões menores, gera uma curva cujo comportamento segue melhor o da variável original. Também é importante destacar que a normalização pelo método de Ajzemberg e demais autores (1986) produz valores acima de 1 e abaixo de 0, exigindo ajustes de forma que os dados possam variar de 0 a 1. Com isso, na maioria das vezes são criados dados com valor 1 ou 0, como pode ser observado no gráfico da Figura 15.

Análise de concordância entre métodos

Para a análise de consistência, fez-se o teste de Bland-Altman, avaliando pares de métodos de cada vez, em um total de 15 pares. Ao se proceder ao teste de amostra, avaliaram-se as diferenças entre os resultados de cada par de métodos de construção de índice. Ao se realizar o teste T de Student nos 15 pares de métodos decorrentes da combinação dois a dois dos seis métodos, obteve-se uma probabilidade $p < 0,001$, indicando que as diferenças dos resultados entre os pares dos métodos eram estatisticamente significativas. Com isso, conclui-se que os métodos geraram resultados diferentes. Por meio

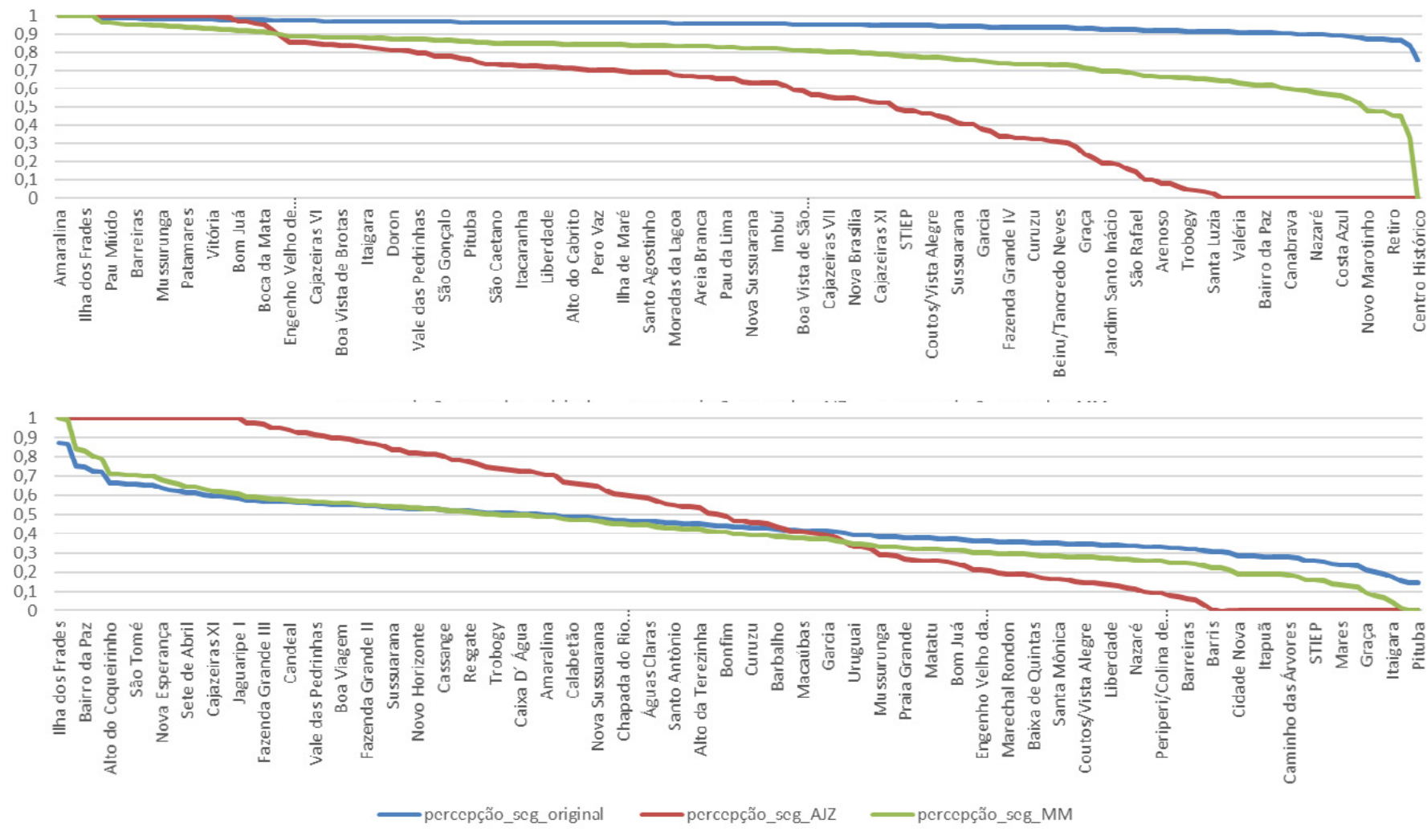
de uma regressão linear simples, avaliou-se se havia um desvio de proporção dos valores das diferenças, observando-se o comportamento da média das diferenças. Analisando a significância estatística das médias das diferenças, observou-se que $p < 0,05$, indicando que havia um viés de proporção, confirmando a diferença entre os métodos (Tabela 35). O único modelo que não apresentou viés de proporção foi o “I_MM_MP” X “I_AJZ_ACP”, o que poderia indicar que os modelos geram resultados iguais, porém o teste de amostra não mostrou essa evidência.

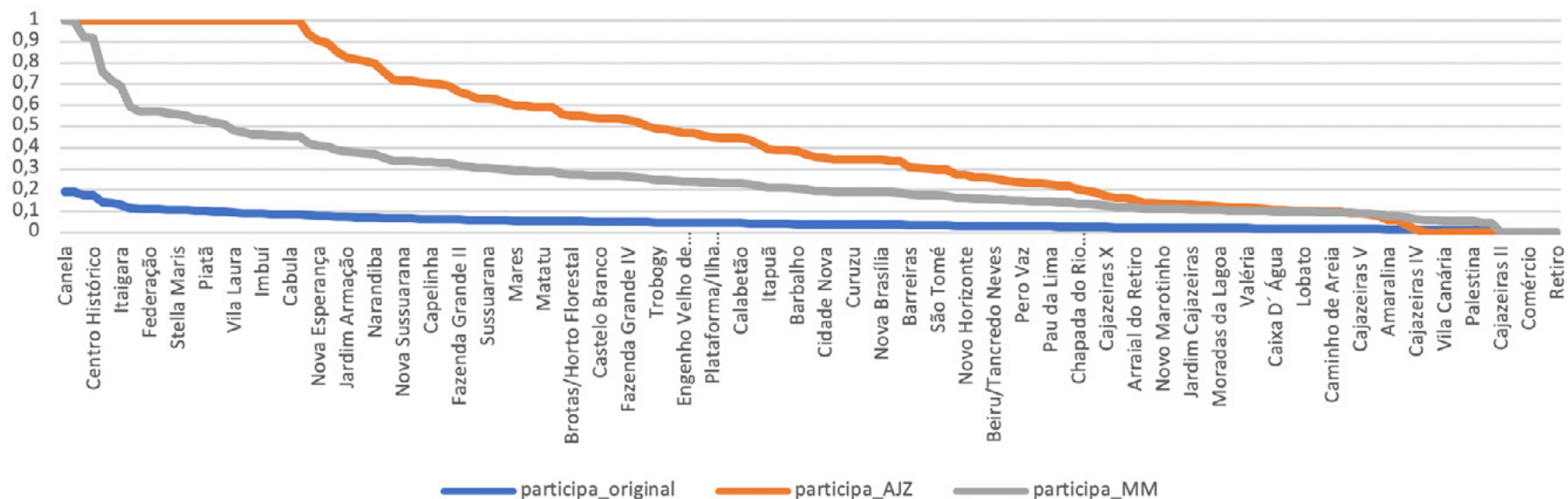
Avaliação do grau de correlação e análises da dispersão dos índices

Ao avaliar o grau de correlação dos índices gerados pelos seis métodos, pôde-se observar que os métodos I_AJZ_MA X I_MM_MA, I_MM_MP X I_AJZ_MP, I_MM_MA X I_MM_MP, I_AJZ_MA X I_AJZ_MP, embora tenham gerado modelos distintos, como demonstrado no item anterior, possuem uma correlação alta, respectivamente: 0,969, 0,965, 0,956, 0,949, e significativa, com $p < 0,05$ (Tabela 36, Figura 16).

O gráfico de dispersão (Figura 16) permite observar que os modelos gerados pela ACP produzem dados mais dispersos, embora com uma correlação alta e também significativa com os outros modelos.

Figura 15 - Comportamento das variáveis mais3_comodo, percepção_seg e participa, segundo método de normalização





Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador.

Tabela 35 – Teste de Bland-Altman para a avaliação das diferenças entre os métodos de construção do IQUASalvador

Teste de uma amostra (Valor de teste = 0)							Coeficientesa						
Modelo	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Inferior	Superior	Variável dependente (diferença)	(Constante)	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
								Variável independente	B	Erro			
I_AJZ_MA-I_MM_MP	-11,04	159,00	0,00	-0,08	-0,10	-0,07	I_AJZ_MA-I_MM_MP	(Constante)	-0,49	0,01		-34,10	0,00
								m_I_AJZ_MA-I_MM_MP	0,78	0,03	0,92	29,09	0,00
I_AJZ_MA-I_AJZ_ACP	-13,53	159,00	0,00	-0,11	-0,13	-0,10	I_AJZ_MA-I_AJZ_ACP	(Constante)	-0,43	0,03		-13,83	0,00
								m_I_AJZ_MA-I_AJZ_ACP	0,59	0,06	0,64	10,45	0,00
I_AJZ_MA - I_MM_ACP	-15,55	159,00	0,00	-0,15	-0,16	-0,13	AJZ_MA - I_MM_ACP	(Constante)	-0,68	0,03		-22,26	0,00
								m_I_AJZ_MA - I_MM_ACP	0,48	0,03	0,82	17,79	0,00
I_AJZ_MA-I_AJZ_MP	-2,99	159,00	0,00	-0,01	-0,02	-0,00	I_AJZ_MA-I_AJZ_MP	(Constante)	-0,08	0,01		-6,98	0,00
								m_I_AJZ_MA-I_AJZ_MP	0,14	0,02	0,45	6,31	0,00

Teste de uma amostra (Valor de teste = 0)							Coeficientesa						
Modelo	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Inferior	Superior	Variável dependente (diferença)	(Constante)	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
								Variável independente	B	Erro	Beta		
I_AJZ_MA-I_MM_MA	-3,58	159,00	0,00	-0,02	-0,04	-0,01	I_AJZ_MA-I_MM_MA	(Constante)	-0,35	0,01		-32,13	0,00
								m_I_AJZ_MA-I_MM_MA	0,65	0,02	0,93	30,79	0,00
I_MM_MP-I_AJZ_ACP	-6,36	159,00	0,00	-0,03	-0,04	-0,02	I_MM_MP-I_AJZ_ACP	(Constante)	0,15	0,04		3,96	0,00
								m_I_MM_MP-I_AJZ_ACP	-0,30	0,06	-0,36	-4,85	0,00
I_MM_MP-I_MM_ACP	-14,45	159,00	0,00	-0,06	-0,07	-0,06	I_MM_MP-I_MM_ACP	(Constante)	-0,14	0,04		-3,04	0,00
								m_I_MM_MP-I_MM_ACP	0,12	0,07	0,13	1,62	0,11
I_MM_MP-I_AJZ_MP	12,61	159,00	0,00	0,07	0,06	0,08	I_MM_MP-I_AJZ_MP	(Constante)	0,42	0,01		34,30	0,00
								m_I_MM_MP-I_AJZ_MP	-0,65	0,02	0,92	-28,97	0,00
I_MM_MP-I_MM_MA	34,28	159,00	0,00	0,06	0,05	0,06	I_MM_MP-I_MM_MA	(Constante)	0,13	0,01		11,54	0,00
								m_I_MM_MP-I_MM_MA	-0,13	0,02	-0,46	-6,43	0,00
I_AJZ_ACP - I_MM_ACP	-6,80	159,00	0,00	-0,03	-0,04	-0,02	I_AJZ_ACP-I_MM_ACP	(Constante)	-0,29	0,04		-7,66	0,00
								m_I_AJZ_ACP - I_MM_ACP	0,41	0,06	0,48	6,82	0,00
I_AJZ_ACP - I_AJZ_MP	16,09	159,00	0,00	0,10	0,09	0,11	I_AJZ_ACP - I_AJZ_MP	(Constante)	0,34	0,03		12,23	0,00
								m_I_AJZ_ACP - I_AJZ_MP	-0,43	0,05	-0,57	-8,68	0,00
I_AJZ_ACP-I_MM_MA	16,35	159,00	0,00	0,09	0,08	0,10	I_AJZ_ACP-I_MM_MA	(Constante)	0,16	0,07	0,18	2,25	0,03
								m_I_AJZ_ACP-I_MM_MA	0,62	0,04		17,30	0,00
I_MM_ACP - I_AJZ_MP	16,35	159,00	0,00	0,13	0,12	0,15	I_MM_ACP-I_AJZ_MP	(Constante)	-0,85	0,06	-0,74	-13,68	0,00
								m_I_MM_ACP - I_AJZ_MP	0,28	0,04		7,17	0,00
I_MM_ACP - I_MM_MA	26,82	159,00	0,00	0,12	0,11	0,13	I_MM_ACP-I_MM_MA	(Constante)	-0,27	0,07	-0,30	-4,02	0,00
								m_I_AJZ_MA-I_AJZ_MP	-0,28	0,02		-17,83	0,00
I_AJZ_MP - I_MM_MA	-2,30	159,00	0,02	-0,01	-0,02	-0,00	I_AJZ_MP - I_MM_MA	(Constante)	0,53	0,03		-34,10	0,00
								m_I_AJZ_MP - I_MM_MA	0,16	0,07	0,92	29,09	0,03

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Considerando os resultados das análises dos seis modelos de IQUASalvador, optou-se em utilizar o modelo gerado pela normalização com o uso do método mín.-máx. e agregação via média ponderada. Tal escolha se sustentou no fato de a normalização realizada pelo método de Ajzenberg e demais autores (1986) gerar certa distorção em relação aos dados originais. Também considerou-se que o método mín.-máx., além de ter melhor se ajustado aos dados, vem sendo largamente utilizado em processos geração de índices, inclusive para o IDH.

Por outro lado, optou-se por não utilizar os resultados da ACP em face da pouca capacidade de discriminação dos dados e distanciamento maior dos dados gerados em relação aos outros modelos.

Tabela 36 - Correlação ρ de Spearman entre os modelos de construção do IQUASalvador

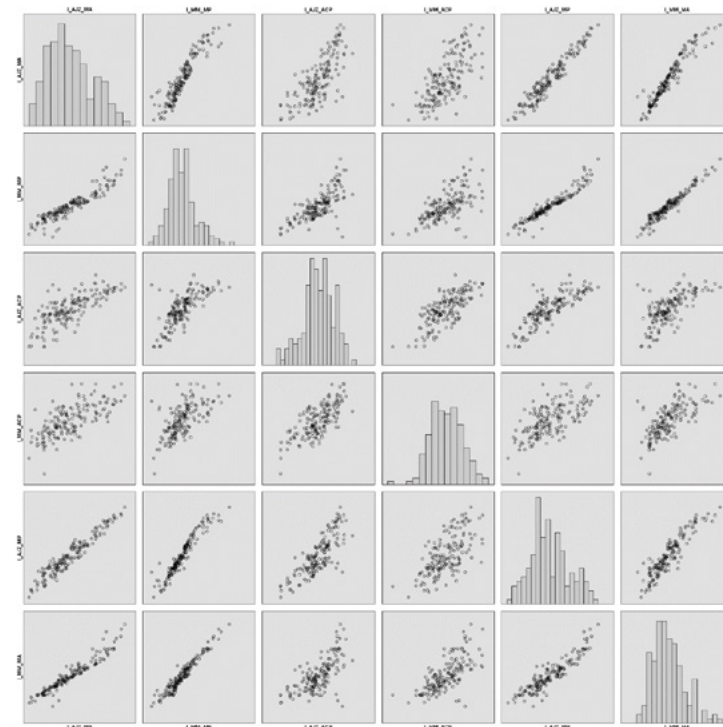
Número	Modelos		Correlação	p
1	I_AJZ_MA	I_MM_MA	0,969	< 0,01
2	I_MM_MP	I_AJZ_MP	0,965	< 0,01
3	I_AJZ_MA	I_AJZ_MP	0,949	< 0,01
4	I_AJZ_MP	I_MM_MA	0,907	< 0,01
5	I_AJZ_MA	I_MM_MP	0,940	< 0,01
6	I_MM_MA	I_MM_MP	0,956	< 0,01
7	I_AJZ_MP	I_AJZ_ACP	0,809	< 0,01
8	I_MM_MP	I_AJZ_ACP	0,741	< 0,01
9	I_AJZ_MA	I_AJZ_ACP	0,738	< 0,01
10	I_MM_MA	I_MM_ACP	0,721	< 0,01
11	I_MM_ACP	I_AJZ_MA	0,706	< 0,01
12	I_MM_MA	I_AJZ_ACP	0,679	< 0,01
13	I_MM_ACP	I_AJZ_ACP	0,702	< 0,01
14	I_MM_ACP	I_AJZ_MP	0,642	< 0,01

Número	Modelos		Correlação	p
15	I_MM_MP	I_MM_ACP	0,666	< 0,01

Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

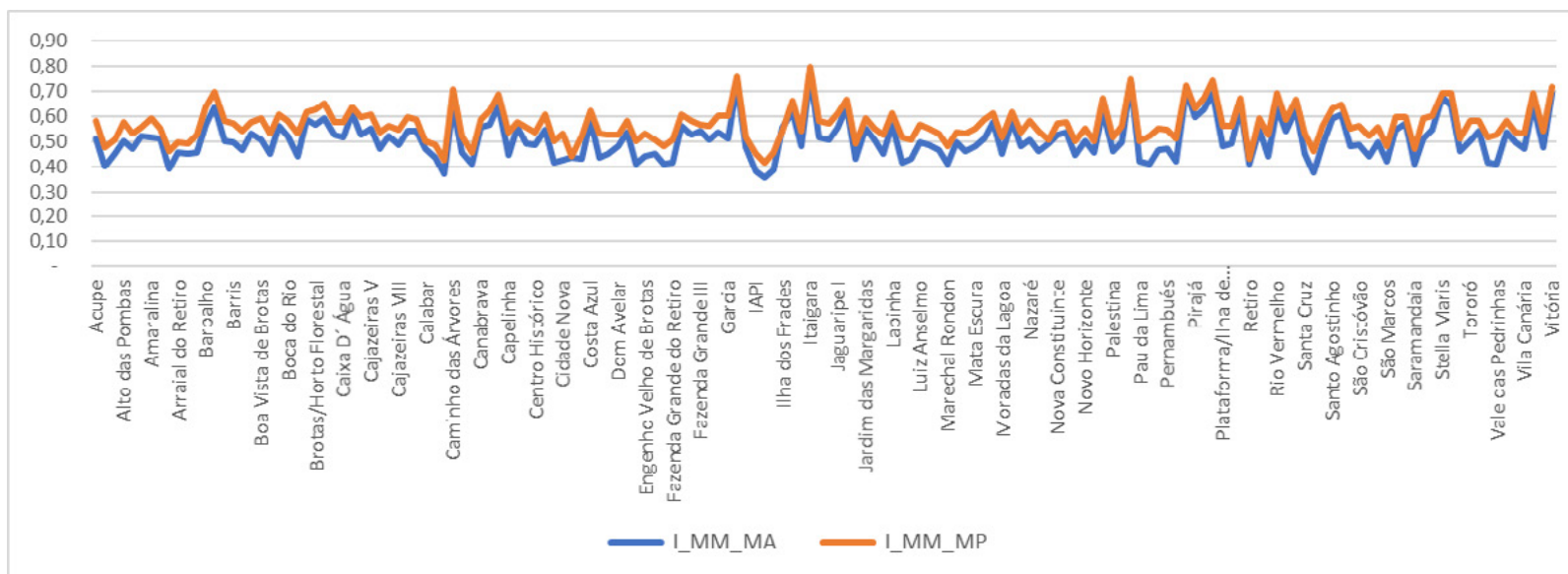
Nota: os valores do IQUASalvador não têm uma distribuição normal.

Figura 16 - Gráfico de frequência e dispersão dos índices gerados



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador.

Figura 17 - Comparação de IQUASalvador segundo métodos de construção (I_MM_MA e I_MM_MP)



Fonte: elaborada pelos autores com base em dados do Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador - QUALISalvador (2021).

A decisão entre os métodos I_MM_MA e I_MM_MP, com forte e significativa correlação (0,956; $p < 0,01$), sustentou-se na observação de que o método I_MM_MA gerou índices menores para 100% dos bairros, se comparados aos do método I_MM_MP. Esse resultado vai ao encontro da literatura, que alerta sobre a questão do uso da média aritmética para garantir pesos iguais aos indicadores, ou seja: pesos iguais a 1. No entanto, ao se trabalhar com categorias analíticas separadas,

as categorias que têm mais indicadores vão influenciar em demasia no comportamento geral do índice. Ademais, a equipe de pesquisa, após longo processo de discussão e reflexão, considerou que de fato existem categorias e variáveis que têm a capacidade de influenciar outras variáveis em face da sua natureza multidimensional, especialmente a categoria socioeconômica, que tem forte influência sobre as demais. Assim, optou-se em construir o índice com o método I_MM_MP.

Referências

- AJZEMBERG, Marcos Gorelik *et al.* Utilização de indicadores de caráter social na definição de prioridades de obras de saneamento. *Revista DAE*, São Paulo, v. 46, n. 147, p. 392-401, 1986.
- ALBUQUERQUE, Elizabeth Maciel de. *Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2411>. Acesso em: 2 jul. 2020.
- ANDRADE, Gabriela Rievers Borges de; VAITSMAN, Jeni; FARIAS, Luis Otávio. Metodologia de elaboração do Índice de Responsividade do Serviço (IRS). *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 523-534, mar. 2010.
- BAHIA. *Plano de abastecimento de água da região metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara*: Relatório Parcial. Fase 1 – Tomo II – Estudos Básicos. Volume 01 – Estudo Populacional e Demanda. Capítulo 1 – Estudo Populacional e Demanda do Município de Salvador. Salvador: Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, Geohidro, 2015.
- CANAL, Fabiano Venturim. *Construção de indicador sintético-sistêmico de desenvolvimento sustentável*: municípios do Estado do Espírito Santo. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- CULLEN, Alison C.; FREY, H. Christopher. *Probabilistic techniques in exposure assessment*. [S. l.]: Springer, 1999.
- EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO – EMBASA. Sistema de Informação da Empresa Baiana de Saneamento. *Dados do cadastro do sistema de Abastecimento de Água de Salvador*. Salvador: Embasa, 2015. Não publicado.
- FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Análise da estrutura e dos critérios na elaboração de um índice de sustentabilidade. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, DF, v. 8, n. 2, p. 30-43, ago. 2017.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Possibilidades e limites da ciência e da técnica diante da questão ambiental. *GEOSUL*, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 7-40, 1988.
- HAIR JR., Joseph F. *et al.* *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Tradução Adonai Schlup Sant’Anna. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2010.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.
- MALHOTRA, Naresh K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- NADERIFAR, Mahihn; GOLI, Hamideh; GHALJAIE, Fereshteh. Snowball Sampling: A Purposeful Method of Sampling in Qualitative Research. *Strides in Development of Medical Education*, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 1-6, Sept. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324590206_Snowball_Sampling_A_Purposeful_Method_of_Sampling_in_Qualitative_Research. Acesso em: 5 jul. 2020.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. *Handbook on Constructing Composite Indicators: methodology and user guide*. Paris: OECD, 2008.
- PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para ciências da saúde, humanas e sociais*. São Paulo: EdUSP, 2001.

QUIROGA MARTÍNEZ, Rayén. *Indicadores ambientales y de desarrollo sostenible: avances y perspectivas para América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: División de Estadística y Proyecciones Económicas, CEPAL, Naciones Unidas, 2007. (Serie Manuales).

ROMERO, José Carlos; LINARES, Pedro. Exergy as a global energy sustainability indicator: a review of the state of the art. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, Oxford, v. 33, p. 427-442, 2014.

SALVADOR. Lei nº 9.278, de 20 de setembro de 2017. Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Salvador, ano 30, n. 6.931. p.2-14, 21 set. 2017.

SANCHEZ, Zila van der Meer; NAPPO, Solange Aparecida. A. Sequência de drogas consumidas por usuários de crack e fatores interferentes. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 420-430, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102002000400007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 3 mar. 2020.

SANTOS, Elisabete *et al.* *O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA: SEMA, 2010.

UN-HABITAT. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. *Guía de aplicación: sistema integrado de indicadores urbanos*. Málaga: UN-HABITAT, 2004.

VAN HELMOND, Carol A. M.; BREUKEL, R. M. A. Physico - Chemical Water Quality Indices. Proceedings Mtm-Ii - Posters - Surface Waters. *In: OTTENS, Janneke J. et al.* Monitoring, tailor-made II: Proceedings of an International Workshop on Information Strategies in Water Management, Nunspeet, The Netherlands, 1997. Amsterdam: Elsevier, 1997. p. 475-479. Disponível em: <https://www.waterframes.nl/wp-content/uploads/2018/07/MTM2-proceedings.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SOBRE OS AUTORES

Aline Pauliana Lima

Graduanda em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bolsista do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica da UNEB e representante dos discentes de iniciação científica e tecnológica do Departamento de Ciências Humanas do *campus* I da UNEB.

E-mail: paulianasf87@gmail.com

Almerinda Gomes

Graduada em Ciências Econômicas, mestra em Economia e doutoranda em Administração, todos cursos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), coordenadora-geral da Especialização Interdisciplinar em Estudos Sociais e Humanidades da UNEB e professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do *Campus* Avançado de Ubaitaba do Instituto Federal da Bahia (IFBA).

E-mail: almerindagomes@yahoo.com.br

Andrea Andrade Prudente

Bacharela em Estatística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestra em Biometria e Estatística Aplicada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professora adjunta do Instituto de Matemática e Estatística da UFBA.

E-mail: deaprudente@gmail.com

Angélica Olímpia Santos

Graduada em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua na área técnico-administrativa do Núcleo de Pesquisa e Extensão (Nupe) do Departamento de Ciências Humanas do *campus* I (DCH I) da UNEB.

E-mail: aosantos@uneb.br e angelicasantos@ufba.br

Bruno Andrade

Técnico em Agroecologia pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano (IFBA), *campus* Valença. Graduando no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (Ihac) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UFBA).

E-mail: juvenal.bruno@ufba.br

Cintia Mendes Gama

Graduada em Nutrição pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), mestra e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professora associada da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integra o grupo de pesquisa Nutrição e Saúde Coletiva, da Escola de Nutrição da UFBA, e o Grupo de Estudos sobre Águas, Ambiente e Sociedade (Grupo Águas), da Escola de Administração da UFBA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: cintia.gama@ufba.br

Cláudia Bacelar

Graduada em Medicina pela Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP), residência médica em Pediatria pela Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), graduada em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Filosofia pela UFBA e doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela UFBA e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professora adjunta do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFBA.

E-mail: cbacelarbatista@gmail.com

Elisabete Santos

Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Ciências Sociais pela UFBA e doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora associada da Escola de Administração da UFBA. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (Nepol), do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (Ciags), do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/UFBA) e coordenadora do Grupo de Estudos sobre Águas, Ambiente e Sociedade (Grupo Águas), da Escola de Administração da UFBA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: betesantos@ufba.br

Fátima Diz

Enfermeira com especialização em Neonatologia e mestra em Enfermagem/Bioética pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Faculdade de Medicina da UFBA. Integra o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Bioética e Ética Médica da Faculdade de Medicina da Bahia da UFBA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: fatima.diz@gmail.com

Fátima Fróes

Produtora e gestora cultural. Mestra em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), presidente do Centro de Referência Integral para Adolescente (Cria) e pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Águas, Ambiente e Sociedade (Grupo Águas), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: fatimafroes@gmail.com

Felipe Tumenas Marques

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Estatística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestre em Engenharia de Produção pela USP e doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professor adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: tumenas@gmail.com

Giselle Ramos Coutinho

Bacharela em Nutrição pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição da UFBA.

E-mail: gisellecout@yahoo.com.br

Grace B. Alves

Graduada e mestra em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e doutora em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (USP). Professora de Geografia Física na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, divide a liderança do Grupo Colapso - Natureza e Sociedade e faz parte da Diretoria Executiva da União da Geomorfologia Brasileira.

E-mail: gbalves@colapso.ggf.br

Jéssica Oliveira

Bacharela em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Política e Estratégia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e mestrandia em Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (Gestec) na UNEB. Pesquisadora no campo de segurança pública e membro do Grupo de Estudos sobre Águas, Ambiente e Sociedade (Grupo Águas), da Escola de Administração da UFBA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: jenoliveira@uneb.br

Joilson Souza

Graduado em Administração de Empresas na Faculdade Visconde de Cairu, assessor da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenador do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao/UFBA). Exerceu função técnica e de coordenação no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atuando na produção e divulgação das informações. Foi professor universitário nos cursos de Administração, Psicologia e Publicidade e Propaganda.

E-mail: joilson.souzaibge@gmail.com

José Flávio Passos

Graduando em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), técnico em Administração pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), pesquisador do Núcleo de Estudos Lexicais (NEL) e integrante do Grupo de Estudos Lexicais e Terminológicos da Bahia (GELTGAH), da UNEB.

E-mail: 231510548@uneb.br

Julio Cesar Pedrassoli

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestre em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Geografia Humana pela USP. Professor e pesquisador na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Steering Committee da International Geographical Union (IGU) - Urban Commission e coordenador técnico do mapeamento da infraestrutura urbana no projeto MapBiomias.

E-mail: pedrassoli.julio@gmail.com

Laercio Santos

Bacharel em Humanidades pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduando em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da UFBA (Faufba). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UFBA).

E-mail: laercio.souzabr@gmail

Lavinia Santos

Graduada em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É empreendedora digital e fundadora da Sua Bem Me Quero.
E-mail: laviniass22@gmail.com

Leonardo Magalhães

Bacharelado em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UNEB).
E-mail: leonardo.magalhaes.99@gmail.com

Lucas Carvalho

Graduado em Engenharia de Geodesia pela Universidade de Jaén, na Espanha, mestrando em Geodesia e Geofísica aplicada ao estudo de microgeodesia e controle de deformações pela mesma instituição e membro da Interferometria Radar de Satélite (InSAR) em Kent, no Reino Unido, atuando com monitoramento InSAR.
E-mail: lcarvalho3@outlook.com

Luiz Roberto Santos Moraes

Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com especialização em Engenharia Sanitária e em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), mestre em Engenharia Sanitária pela Universidade de Tecnologia de Delft, na Holanda, e doutor em Saúde Ambiental pela Universidade de Londres, na Inglaterra. Estágios pós-doutorais em Gestão de Saneamento Básico

na Universidade do Minho, Portugal; em Saneamento Ambiental e Saúde na Universidade de Barcelona, na Espanha; em Política e Gestão de Resíduos Sólidos no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal; e em Parceria Público-Privada (PPP) de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na Universidade da Beira Interior, Portugal. Professor titular aposentado em Saneamento e participante especial do mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento da Escola Politécnica, do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho da Faculdade de Medicina da Bahia e da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Pesquisador do grupo de pesquisa Saneamento e Saúde Ambiental, da Escola Politécnica da UFBA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e do Grupo de Estudos sobre Águas, Ambiente e Sociedade (Grupo Águas), da Escola de Administração da UFBA e CNPq.

E-mail: moraes@ufba.br

Maria Vitória Nascimento

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UFBA).

E-mail: mavisantos69@gmail.com

Mateus Santos

Graduando em Estatística na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UFBA). Trabalha com banco de dados e em projetos amadores de previsão esportiva.

E-mail: teu_positivo@hotmail.com

Matheus Maurício Oliveira

Graduando em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UFBA).

E-mail: matheus.mauriciooc@gmail.com

Maurício Freire

Graduado no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (Ihac), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduando em Administração pela UFBA e pesquisador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UFBA).

E-mail: mauriciosmith.ufba@gmail.com

Neila Lima Branco

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Engenharia Ambiental Urbana pela Escola Politécnica da UFBA e especialista em Ensino e Docência pelo Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

E-mail: neila.arq@gmail.com

Nilce de Oliveira

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Planejamento do Desenvolvimento Urbano pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), mestra em Educação pela UFBA e doutora em Sociologia pela Universidade

do País Basco, na Espanha, com pós-doutorado em Administração, Gestão e Políticas Públicas pela Escola de Administração da UFBA. Professora titular aposentada da Escola de Nutrição da UFBA.

E-mail: nilcedeoliveira@yahoo.com.br

Patrícia Campos Borja

Engenheira sanitaria e ambiental, mestra em Arquitetura e Urbanismo e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com estágio pós-doutoral no Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha, e no Centro para Pesquisa Ambiental e Sustentabilidade, da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal. Professora associada do Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica da UFBA. Líder do grupo de pesquisa Saneamento e Saúde Ambiental, da Escola Politécnica da UFBA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: borja@ufba.br

Paulo C. Zangalli Jr.

Bacharel, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor de Geografia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Colíder do grupo Colapso – Natureza e Sociedade, membro titular do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Climatologia (ABCLima) e membro do Painel Salvador de Mudança do Clima.

E-mail: pauloczangalli@gmail.com

Renata Alvarez Rossi

Bacharela em Administração, mestra em Ciências Sociais e doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta na Escola de Administração da UFBA. Integra o Grupo de Estudos sobre Águas, Ambiente e Sociedade (Grupo Águas), da Escola de Administração da UFBA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (Ciags).

E-mail: renatarossiufba.br

Rossana Alcântara Santos

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Planejamento e Gestão de Recursos Ambientais pela UFBA e Centro de Recursos Ambientais (CRA) e mestra em Meio Ambiente, Águas e Saneamento pela UFBA. Doutoranda no Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/UFBA). Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Águas, Ambiente e Sociedade (Grupo Águas), da Escola de Administração da UFBA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: ros.alcantara@gmail.com

Saara de Carvalho Boteon

Engenheira sanitária e ambiental pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora nas áreas de manejo das águas pluviais urbanas e uso racional de água e energia elétrica.

E-mail: saaraboteon@hotmail.com

Silvana Oliveira da Silva

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestranda em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição da UFBA. Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Águas, Ambiente e Sociedade (Grupo Águas), da Escola de Administração da UFBA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Saúde (Negras).

E-mail: oliveirasil94@gmail.com

Tânia Benevides

Graduada em Administração pela Faculdade Ruy Barbosa (FRB), mestra em Administração Estratégica pela Universidade Salvador (UNIFACS) e doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta da Escola de Administração da UFBA e do Departamento de Ciências Humanas do *campus* I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordena a Unidade Acadêmica de Educação a Distância da UNEB. Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Águas, Ambiente e Sociedade (Grupo Águas), da Escola de Administração da UFBA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: tbenevides@uneb.br e tbenevides@ufba.br

Tássio Santos Silva

Graduado no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduando em Direito pela UFBA. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UFBA).

E-mail: tassiosantoss@hotmail.com

Wilson Nunes

Graduado em Gestão Pública pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/UFBA) e pesquisador do Grupo de Estudos sobre Águas, Ambiente e Sociedade (Grupo Águas), da Escola de Administração da UFBA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

E-mail: wilsonambiente@gmail.com



Este livro foi produzido em formato 280 x 205 mm e utiliza a tipografia Van Condensed e Ashbury, com miolo em papel Couché Fosco 115g/m² e capa em Cartão Supremo 250g/m², impressa na Gráfica 3.

Tiragem: 100 exemplares.



O Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador) é uma aventura por bairros, becos, ladeiras e vielas de Salvador. Ele se coloca a tarefa, teórica e epistemológica, de refletir sobre o ambiente urbano, em tempos de crise, a partir da vivência em uma cidade que é múltipla, diversa e substantivamente desigual. Fundamentam a reflexão dados, indicadores, percepções, conceitos e teorias – todos mobilizados com o objetivo de explicitar e qualificar o que o trabalho mensura como Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador). A produção do IQUASalvador é acompanhada por uma rica reflexão sobre temas e questões que estruturam a vida na cidade, reportando-nos a distintas cartografias do habitar, em um território forjado por um passado marcado pela desigualdade de raça, classe e gênero. O QUALISalvador nos guia, então, pelo olhar curioso, perplexo e crítico de seus pesquisadores e retrata, de modo teoricamente referenciado, o percurso da pesquisa realizada. A reflexão sobre a produção de indicadores locais e sobre o conceito de qualidade do ambiente urbano comporta, enfim, um apelo à defesa do conhecimento como ferramenta de transformação da cidade e da sociedade.



Estado da Bahia

